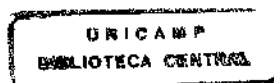


HENRIQUE ESPADA RODRIGUES LIMA FILHO

MICROSTORIA

ESCALAS, INDÍCIOS E SINGULARIDADES

OUTUBRO, 1999



HENRIQUE ESPADA RODRIGUES LIMA FILHO

MICROSTORIA: ESCALAS, INDÍCIOS E SINGULARIDADES.

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Edgar
Salvadori De Decca.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em __/__/__.

Prof.ª Dra. Sandra Jatahy Pesavento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Nicolau Sevcenko (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Michael M. Hall (UNICAMP)

Prof. Dr. Adalberto Marson (UNICAMP)

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (UNICAMP - Orientador)

Prof.ª Dra. Sílvia Hunold Lara (UNICAMP - Suplente)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP – Suplente)

OUTUBRO, 1999

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	39758
PROC.	229/99
G	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17-12-99
N.º CPD	

CM-00137778-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

L 628 m **Lima Filho, Henrique Espada Rodrigues**
Microstoria: escalas, indícios e singularidades / Henrique
Espada Rodrigues Lima Filho. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Edgar Salvadori De Decca.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História. 2. História – Metodologia. 3. Historiografia.
4. Escala, Análise da (Ciências sociais). 5. Itália – Historiografia.
I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A
Henrique Espada Rodrigues Lima
(1942-1996)

AGRADECIMENTOS.

Agradeço inicialmente às seguintes instituições, cuja existência permitiu a realização deste trabalho: à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que financiou a pesquisa entre 1995 e 1999 (processo nº 94/6187-2); ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), seus funcionários e professores. Gostaria de agradecer aos funcionários e diretores das seguintes bibliotecas em que realizei minhas pesquisas: Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (Campinas); Biblioteca Municipale Benincasa (Ancona); Biblioteca Comunale di Milano; Biblioteca Nazionale Universtaria di Torino; New York Public Library.

Agradeço a Edgar S. De Decca por ter aceitado orientar este trabalho, e tê-lo feito com enorme generosidade intelectual. Sílvia Hunold Lara e Michael M. Hall leram uma versão anterior da tese no exame de qualificação e me deram sugestões importantes para a sua continuidade.

Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Paolo Macry dividiram comigo algumas das suas opiniões sobre a *microstoria* e me ajudaram a evitar algumas armadilhas. O desaparecimento prematuro de Grendi foi a notícia triste enquanto escrevia os últimos capítulos desta tese que acabou por se tornar, involuntariamente, uma homenagem póstuma ao seu trabalho.

Minha experiência como professor visitante na Universidade Federal do Pará (1995-1996) foi fundamental para a sedimentação de muitas das discussões que estão colocadas aqui. Agradeço aos colegas e alunos que ajudaram (mesmo sem se dar conta disso) para que essa sedimentação acontecesse. Agradeço em especial a Edilza Fontes e Maria de Nazaré Sarges. Em Belém, Magda Ricci, Aldrin Moura Figueiredo e Leonardo A. M. Pereira me ajudaram – sob fogo-cruzado – a entender como fazer das minhas idéias iniciais um trabalho de história. Leonardo acompanhou e leu, com a atenção e a inteligência que lhe são características, grande parte da tese; mesmo nossas diferenças

(aparentemente) inconciliáveis ajudaram a definir os horizontes e o escopo deste trabalho.

Em Campinas, fiz amigos com quem aprendi muito. Antonio Luigi “Gino” Negro e Luigi Biondi leram e discutiram partes do trabalho e fizeram comentários importantes. Agradeço aos amigos e colegas do programa de pós-graduação em história da UNICAMP que, de formas distintas e em diferentes tempos, apoiaram meu trabalho: Aldrin, Ana Paula Palamartchuk, Beatriz Weber, Cristiana S. Pereira, Elciene Azevedo, “Gino”, Isabel Guillen, Leonardo, Lúcia Helena, Luigi, Magda, Regina Xavier são algumas dessas pessoas (mas é uma lista distante de ser exaustiva). Os amigos do Cecult (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura) me apoiaram de forma especial nos últimos meses: Cláudio Henrique Batalha, Sidney Chalhoub, Maria Clementina P. Cunha e Sílvia Lara foram particularmente pacientes comigo; a eles e a todos os membros do Cecult, os meus mais sinceros agradecimentos.

Em Santa Catarina, os amigos de sempre foram, mais uma vez, mediações fundamentais: Cristiana França Chiaradia, Elton Chiaradia, Marisa S. Thiago Rosa, Vanderlei Brasil.

Meu pai teria gostado de ver esse trabalho terminado. Guardo a sua memória com carinho. Mesmo na diáspora, minha mãe, Juraci, e minhas irmãs, Fabiana e Débora, me deram o suporte necessário para continuar e concluir o trabalho. Para elas, um beijo afetuoso. Enfim, Juliane, próxima ou distante, continua a ser “minha América, minha terra à vista”. Espero que o futuro não tarde a chegar.

Setembro de 1999.

Índice:

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRA PARTE : PARÂMETROS DE UM DEBATE.....	15
I. EM TORNO DO NASCIMENTO DE UMA REVISTA.	16
II. A MICROSTORIA NOS QUADERNI STORICI.....	62
1. OS ANNALES E A MICROSTORIA.	68
2. DA ANÁLISE SERIAL À “ETNO-HISTÓRIA”.	98
3. NOVOS SUJEITOS, NOVOS PROBLEMAS	117
4. DISCUTINDO A HISTÓRIA SOCIAL.....	123
5. APROXIMAÇÕES E DISSENSOS.....	151
SEGUNDA PARTE: TRAJETÓRIAS DE PESQUISA.....	164
I. HISTÓRIA SOCIAL E MICROANÁLISE: EDOARDO GRENDI.....	165
1. HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	168
2. HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA, POLANYI.....	182
3. DA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA À MICROANÁLISE HISTÓRICA.....	198
4. MICROSTORIA CONTRA O SENSO-COMUM HISTORIOGRÁFICO.....	210
II. QUESTÕES DE ESCALA: GIOVANNI LEVI.....	219
1. ENTRE A HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRAFIA HISTÓRICA.....	225
2. ENTRE CENTRO E PERIFERIA: VARIAÇÕES DE ESCALA.	227
3. HISTÓRIA SOCIAL E MICROSTORIA.	240
4. MODELOS GENERATIVOS E REDUÇÃO DA ESCALA DE ANÁLISE.....	255
5. POR QUE TORNAR AS COISAS SIMPLES QUANDO SE PODE COMPLICÁ-LAS?	270
III. CON IL POCO FARETE ASSAI: A MICROSTORIA DE CARLO GINZBURG.....	275
1. BUONI MAESTRI.....	277
2. FEITIÇARIA E CULTURA POPULAR.....	296
3. MITOS, SIGNOS, INDÍCIOS: PARADIGMA DE UMA CIÊNCIA DO INDIVIDUAL.....	336
MICRO-HISTÓRIAS E ALÉM. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	372
<i>Abreviaturas:</i>	402
<i>Bibliografia:</i>	404

Introdução.

Em um editorial dos *Annales* de março de 1988, encontramos um documento, com a forma de manifesto, sobre os impasses da historiografia contemporânea. Assinado simplesmente por *Les Annales*, anunciando um número especial da revista dedicado ao tema, propunha, nos termos que seguem, um *tournant critique* nas relações entre a história e as ciências sociais:

“Nós desejamos dirigir a atenção sobre duas questões maiores: as escalas de análise, e a escritura da história. Certas proposições desenvolvidas pela micro-história, depois de um longo período de atenção exclusiva aos processos globais e as estruturas de conjunto, levaram a uma ginástica salutar. Elas obrigam em particular a precisar e a discutir as formas de adequação entre o tamanho dos objetos de estudo, as modalidades da observação e as problemáticas. Do indivíduo ao grupo e à sociedade, do local ao global, como assegurar a articulação entre os níveis de observação e definir as modalidades das generalizações necessárias?”¹

Um tema caro aos *Annales* este do diálogo com as ciências sociais. Os termos propostos naquele editorial se distanciavam muito, contudo, da tradição da revista – seu interesse pelos processos globais e pelo tempo longo. A referência direta à “micro-história” não era casual: foi em torno deste “rótulo” que se tematizaram nos últimos anos, antes certamente deste editorial dos *Annales*, muitas das novas questões que se tornaram centrais na discussão historiográfica contemporânea: a microanálise e a redução da escala de observação, a atenção sobre as trajetórias individuais, a narrativa enquanto instrumento histórico.

O termo “micro-história” passou a ser referência comum em muitas discussões historiográficas nos últimos anos, para designar qualquer trabalho envolvendo análises históricas circunscritas e, seguidamente, até como um sinônimo para os estudos de história cultural. A expressão ganha muitas vezes tantos sentidos que acaba por não definir

¹ Cf. *Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?*, *Annales ESC*, 43 (2), mars-avril 1988, p. 292.

claramente nenhuma perspectiva historiográfica particular, através de um processo semelhante ao que sofreu o termo “nova história” há poucos anos. Estes diferentes usos da expressão acompanham contudo a forma pela qual ela se desloca e é apropriada nos vários contextos historiográficos em que seus temas e problemas são discutidos. Na medida em que a “micro-história” é difundida, ela se transforma e passa a responder – através de um processo absolutamente legítimo de apropriação – a outros problemas, outras influências e outras exigências teóricas e metodológicas que caracterizam cada contexto historiográfico.

Podemos pensar entretanto que este conjunto de referências e discussões possui também uma história. Voltar-se sobre ela implicaria investigá-la, demarcá-la. No trabalho que proponho aqui, tentarei partir de um núcleo de discussões específico que me parece constituir o eixo central desse debate cujas fronteiras parecem difíceis de delimitar hoje. As discussões que me refiro têm seu início na Itália dos anos setenta e podem ser identificadas a partir de alguns empreendimentos comuns a um grupo de historiadores, em especial italianos, que formularam os temas e problemas que pretendo estudar aqui. Em primeiro lugar uma revista: é nas páginas dos *Quaderni Storici* – fundada em Ancona por Alberto Caracciolo e mais tarde editada em Bolonha com a colaboração de vários historiadores ligados à *microstoria* – que a maior parte dos textos “programáticos” e os primeiros trabalhos de pesquisa histórica influenciados pelo debate aparecem. Mais tarde, uma coleção editada em Torino por Giulio Einaudi, onde são publicados várias investigações de fôlego, colocadas sob o mesmo título que dá nome à série: *Microstorie* (micro-histórias)².

É o conjunto deste debate e seus desdobramentos, dentro e fora do contexto historiográfico italiano, que ficou conhecido pelo termo genérico de “micro-história” (que é a tradução do termo italiano *microstoria*³). Este “debate”, como eu o chamo – uma vez que não se constituiu em uma escola ou com um programa de pesquisa –, é bem pouco

² Publicada pela editora Einaudi (Torino, Italia), entre 1981 e 1992, a coleção era dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi (e a partir do fim da década de 80, também por Simona Cerutti).

³ No corpo do trabalho, quando me referir ao debate italiano especificamente, usarei o termo *microstoria*, tentando demarcar de modo mais claro a diferença do debate em si de suas apropriações posteriores.

conhecido em seu conjunto fora da Itália, uma vez que as assimilações e “aculturações” que sofre ignoram em sua grande maioria as referências e discussões que o constituíram em seu contexto original. As traduções esparsas contribuem para essa leitura, uma vez que deslocam os textos do debate em que se inserem e acabam por impedir uma visão de conjunto, bem como uma compreensão das diferenças entre as trajetórias individuais de pesquisa que constituíram e constituem a riqueza e o próprio valor heurístico que o debate adquiriu para o campo da pesquisa histórica nos últimos anos. A pluralidade de leituras e de recepções da *microstoria* nos diversos contextos historiográficos traz consigo inconvenientes, mas demonstra também que, mesmo sendo em geral pouco conhecida, ela tornou-se referência importante da discussão historiográfica contemporânea. Apenas esta constatação um tanto ambígua bastaria para justificar as questões que proponho neste trabalho.

A *microstoria* pode ser pensada – e frequentemente tem sido – no interior de um conjunto mais amplo de discussões que constituíram o contexto da disciplina histórica nas últimas décadas. Este panorama geral seria marcado, presumivelmente, pelo deslocamento desde uma perspectiva histórica mais globalizante, preocupada com as continuidades dentro de processos históricos longos e largos espaços geográficos, em direção a um recorte mais circunscrito e voltado sobre as trajetórias individuais e de grupo. A este contexto, a *microstoria* seria a resposta coerente, dentro do horizonte cultural italiano.

É um fato que o debate ajudou a articular claramente muitas destas questões que envolviam, na Itália e fora dela, discussões do em torno da teoria e da prática do ofício do historiador. Mas este contexto geral é amplo demais, e a simples suposição da coerência entre os grandes debates “supra-nacionais” e as suas “variações” locais, nos impede de compreender como esta mudança de perspectiva se impôs de modo particular em cada caso, a partir de parâmetros e tradições culturais específicas. A partir disso se impõe a necessidade de pensar a *microstoria* a partir dessas tradições culturais e intelectuais com as quais dialogou, entendendo de que modo ela recuperou, recusou ou repropôs questões próprias à historiografia italiana, cuja compreensão é indispensável para entendermos com mais clareza a suas implicações.

A *microstoria* foi formulada, no início dos anos setenta, como uma proposta de método para a história social, articulando discussões esparsas em torno da relação da história com as outras ciências sociais – em especial a economia, a demografia e a antropologia. Um tecido de diálogos, amplo e multifacetado que, em suas várias vertentes, era influenciado por proposições tão diversas quanto a historiografia francesa ligada à revista *Annales*, a historiografia marxista inglesa, as tradições marxistas e socialistas italianas ou a antropologia social. Os termos do debate percorriam então um espectro variado de temas, desde a crítica às noções globalizantes e abstratas da historiografia tradicional, chamando atenção para a necessidade da redução da escala de análise, atenção para as discrepâncias e ambiguidades dos contextos estudados pelos historiadores, até a reproposição do papel dos agentes históricos individuais, e o esforço de pensar um paradigma para a história através do método “indiciário”.

Uma vez constatado o hiato entre o interesse que existe pela *microstoria* e o desconhecimento que se tem dela, acaba por impor-se a necessidade de explorá-la e aos seus contextos de modo mais aproximado, na tentativa de compreender de forma mais acurada como eles se constituem. A partir disso, acredito, será possível aproximá-los das discussões de um público mais amplo de pesquisadores, articulando instrumentos para uma leitura mais plural e facetada das questões levantadas pela *microstoria*.

O desafio inicial é o de tomar a *microstoria* como um problema histórico, ou melhor, historiográfico. Historiografia, e não história das idéias, bem entendido: não é a idéia de *microstoria*, “descarnada”, mas exatamente o produto, necessariamente inacabado, do trabalho de pesquisa e interpretação de pessoas reais. O debate é o problema, não o sujeito desta minha história. Não se trata de procurar a idéia central, a tese principal, nem algum sentido profundo; não se trata nem mesmo de definir “o que é” a *microstoria*: entendê-la como debate é resgatar a dimensão de construção de conhecimento que está colocado no fazer-se da História (nos vários sentidos que toma esta palavra), entendê-la como espaço de conflito e disputas, levadas adiante por sujeitos de carne e osso – protagonistas do debate –, sobre os sentidos e possibilidades da disciplina, logo como campo de possibilidades históricas.

É possível, por outro lado, entender este debate também como um “sintoma” de um conjunto mais geral de questões colocado para a historiografia contemporânea – para além do contexto italiano em que ela surge. Não apenas sintoma de uma insatisfação frente aos paradigmas científicos gerais das ciências sociais, como aponta Jacques Revel em um recente comentário⁴, mas também um índice de renovação do interesse pela dimensão do humano, da praxis individual na história. Explorar a validade desta hipótese de trabalho implica em colocar o debate sobre a *microstoria* em relação com outros contextos historiográficos e com outros debates que têm em comum com ela as preocupações sobre os limites e as possibilidades da disciplina histórica hoje, e isto não constitui um objetivo menos importante. Desse modo talvez seja possível considerar este trabalho como um estudo-de-caso cujos objetivos – como é próprio deste tipo de proposta – não se limitam à interioridade do seu problema, mas pretendem iluminar questões mais gerais, sem no entanto perder a especificidade e originalidade de seu objeto.

Eric Hobsbawm, em uma introdução a um conhecido trabalho sobre a historiografia marxista inglesa contemporânea, após desculpar-se por apresentar um livro do qual já faz parte como objeto de estudo, apontava para a importância da história da historiografia e as possibilidades de suas perguntas centrais:

“Como os historiadores chegam de fato a escrever o que eles escrevem? Como eles, imersos na política e na ideologia do seu tempo e lugar, produzem não apenas um conjunto de panfletos mutuamente incompatíveis com notas de rodapé, ou manifestos, mutuamente incomunicáveis, de lealdade a algum grupo nacional ou outro qualquer, mas um universo comum de discurso dentro do qual, ao menos em teoria e durante certo período de tempo, um debate comum, às vezes mesmo um julgamento comum, é possível em assuntos tão permanentemente explosivos quanto a história da Revolução Francesa e a história da escravidão na América? (...) Em outras palavras, como nossa compreensão histórica do passado progride?”⁵.

⁴ Cf. a *Apresentação* a Revel, Jacques (edit.), *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, (trad. Dora Rocha). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998 (1996), p. 10. Conferir também o texto de Revel na mesma coletânea, *Microanálise e construção do social*, p. 19.

⁵ Cf. Kaye, Harvey J. *The British Marxist Historians*, New York: St. Martin's Press, 1995 (1984). O prefácio de Hobsbawm para esta nova edição do livro de Kaye está nas páginas ix-xi.

São interrogações que se aplicam a este trabalho e permitem iluminar algumas de suas possibilidades. Este “universo comum de discurso” de que nos fala Hobsbawm, não é entretanto o discurso historiográfico entendido como artefato literário, nem o que se pretende é uma interrogação sobre o seu “tropos”⁶. O desafio está precisamente em tomar como ponto de partida o fato de que o “discurso” historiográfico é sempre colocado ao serviço da inteligência do passado, a qual – mesmo parcial e inacabada – levanta-se como um esforço de organização e compreensão de uma dada realidade, e é enquanto tal que exige ser estudado. Não propriamente como “discurso” talvez, mas como “prática”: interrogar a prática da construção historiográfica implica pensar os contextos em que esta se constrói, interrogar os sujeitos a partir da constatação que a própria historiografia é também produzida historicamente. Uma pesquisa de história da historiografia, enfrenta neste sentido os mesmos problemas de qualquer pesquisa histórica, participa da mesma complexidade da disciplina que coloca como objeto de estudo. Questiona-se sobre a especificidade dos seus “documentos”, sobre os seus próprios instrumentos de trabalho.

Compreender a gênese do debate, devolvendo-o ao contexto em que surge, entendendo-o como uma resposta possível (e certamente não única e homogênea) a um conjunto de influências, preocupações e interesses comuns em um determinado espaço e tempo, em um dado universo – não isolado, nem exclusivamente auto-referenciado – de historiadores. Sobre estes desafios colocados para a historiografia nos falava Krzysztof Pomian:

“... a perspectiva tradicional da história da historiografia que deixa de fora de seus interesses o aspecto cognitivo da história, ou que o admite apenas de uma maneira verbal, sem saber integrá-lo verdadeiramente em uma visão de conjunto, permanece nada menos do que insuficiente e insatisfatória. (...). O que nós temos necessidade hoje é de uma história da história que colocaria no centro de suas investigações as interações entre o conhecimento, as ideologias, as exigências da escrita, em poucas palavras, os aspectos diversos e às vezes discordantes do trabalho do historiador.”⁷

⁶ Esta “sombra de qual todo discurso realista tenta fugir” que Hayden White utiliza em sua análise dos textos históricos. Há uma definição mais precisa na “Introdução” à White, *Os Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*, São Paulo: EDUSP, 1994 (1978), p. 14. Mas grande parte dos ensaios do livro trata do tema.

⁷ Pomian, K., *L’histoire de la science et l’histoire de l’histoire*, *Annales E.S.C.*, 30 (5), 1975, p. 952.

E é isto que traduz, de fato, a impositação geral a partir da qual o trabalho que proponho se produz. Mas esta é uma perspectiva que coloca algumas dificuldades específicas que precisam ser tratados antes de prosseguir. De saída aquela que produz mais controvérsia é seguramente a que diz respeito às fontes. Os documentos produzidos pelo debate – artigos, livros, discussões, entrevistas – são a matéria-prima principal da pesquisa. Estas fontes testemunham de modo mais ou menos direto as perspectivas teóricas e metodológicas cuja história pretendo traçar. A pergunta que imediatamente se coloca é sobre a propriedade (ou suficiência) destas fontes para o objetivo que me propus.

A objeção principal parte, como era de se esperar, do interior da própria disciplina, e foi articulada de modo claro por Arnaldo Momigliano:

“Uma vez que a historiografia é fundamentalmente um estudo de historiadores singulares, nenhum estudioso de história da historiografia faz bem o seu trabalho se não é capaz de me dizer se o historiador ou os historiadores que estudou usavam os textos de modo satisfatório. Isso basta para desembaraçarmo-nos da maior parte da atual super-produção no campo da história da historiografia: todas estas caras, pequenas dissertações sobre Baronio, Gibbon, Renan e Grote, escritas por gente que não saberia traduzir nenhum dos textos que estes historiadores dominavam.”⁸

A crítica tinha endereço certo: a abordagem “tropológica” de Hayden White e as suas conclusões cétricas. Momigliano criticava em White – e para mim é impossível não concordar com ele – o fato do historiador americano ignorar sistematicamente os aspectos cognitivos da história, centrando sua análise unicamente em suas características estilísticas e retóricas. Uma perspectiva insustentável para um historiador que, como Momigliano, havia se dedicado longamente à pesquisa e à interpretação de documentos antigos: “Enquanto relia os livros de White, nos últimos meses,” dizia Momigliano em 1981, “estava também empenhado em ordenar operações de pesquisa histórica no meu campo. O contraste entre aquilo que fazia e aquilo que White supunha que eu fizesse era verdadeiramente grande demais.”⁹.

⁸ Cf. Momigliano, A. *La retorica della storia e la storia della retorica: sui troppi di Hayden White*, In *Sui fondamenti della storia antica*. Torino: Einaudi, 1984, p. 470-471.

⁹ Ibid. p. 468.

De acordo com Momigliano, se a história é um esforço de interpretação cujo intuito é o de produzir conhecimento – ainda que provisório, e mesmo em grande parte conjectural – sobre um passado real, uma história da historiografia digna desse nome deveria ser capaz de dar conta de entender este esforço de inteligência. Não há como fazer isso se nos contentamos em apenas lidar com o material interpretativo produzido pelo historiador. Não existe – como princípio – compreensão possível do trabalho de outro historiador sem o conhecimento de suas fontes, sua matéria-prima. Toda pesquisa de historiografia que se detenha na análise “externa” da história, ignorando suas fontes, seria no mínimo inútil. Esta perspectiva sustentada por Momigliano – colocada de modo resumido aqui – vai diretamente ao ponto crucial e coloca em xeque os objetivos deste trabalho. Desnecessário dizer que tentarei demonstrar – em parte nesta introdução, mas de modo fundamental no corpo do próprio trabalho – que esta visão, ainda que perfeitamente válida se meus objetivos fossem outros, não torna impossível outros problemas de análise. Como nos lembra Massimo Mastrogregori, tentando responder a seu modo este problema que agora coloco como meu:

“Estamos de acordo, definitivamente, com Arnaldo Momigliano, que o historiador da historiografia deve conhecer as *res gestae*, mas consideramos este conhecimento mais como uma vantagem filológica do que como um de seus deveres principais: a fonte direta da história da historiografia permanece a *historia rerum gestarum*. A potência teórica extraordinária desta disciplina deriva exatamente do assumir como seu objeto o próprio conhecimento histórico, e não o objeto do conhecimento histórico; em outras palavras, não a história, mas o pensamento histórico.”¹⁰

Mas, trabalhar com a história da historiografia significa de fato operar sobre uma “zona de fronteira”¹¹, uma vez que os instrumentos que utilizamos para afrontar nosso objeto de estudo nascem no seio da própria disciplina que colocamos sob investigação, e muitas vezes os próprios trabalhos que estudamos fornecem instrumentos para nossas análises. Esta espécie de licenciosidade metodológica marca senão a autonomia, ao menos

¹⁰ Cf. Mastrogregori, Massimo, *Il genio dello storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese*, Napoli: Ed. Scientifiche italiane, 1987, p. 18.

¹¹ A expressão é de Mastrogregori, cit. p. 13.

a especificidade da interrogação da historiografia. A saída deste impasse talvez se encontre na formulação de seu próprio problema.

A idéia de “problema” de fato parece ser a chave: se admitimos que a “teoria” do historiador só pode ser encontrada dentro dos seus livros de história, é preciso que admitamos que uma outra análise “interna” seja possível além daquela proposta por Momigliano. O que caracteriza o trabalho do historiador é a formulação de um “problema histórico”, e é precisamente este que deve ser colocado no centro da investigação. Seu objetivo torna-se então colocar a construção do problema, bem como dos instrumentos que o historiador articula para enfrentá-lo, como objeto principal da análise historiográfica. É isso que, de algum modo, tento propor aqui: pensar como o debate sobre a *microstoria* se constrói como problema metodológico – enquanto interrogação teórica e instrumento de pesquisa, para um grupo de historiadores em um certo contexto historiográfico particular – que pode ser entendido historicamente. É possível enfrentar esta questão, acredito, sem cair necessariamente na armadilha que faz da historiografia, muitas vezes, “a filha desgraçada da abstração conceitual e da mania bibliográfica”¹². Um bom começo pode ser, como já falamos, evitar a história das idéias “descarnadas”, devolvendo a historicidade a um debate que, como é de costume, temos a tendência de enxergar como uma espécie de “coisa” com vida própria e com características mais ou menos definidas de uma vez por todas. Ora, se é verdade que esta perspectiva um tanto “anacrônica” não é necessariamente incorreta, pelo menos do ponto de vista mais pragmático daquele que procura nos textos instrumentos conceituais ou *insights* para o seu próprio trabalho, também é verdade que o historiador que transforme a *microstoria* em seu objeto não pode limitar-se a esta leitura, ignorando que mesmo ela tem sua própria história. Atravessar a espessura polêmica do debate e procurar encontrar as condições da sua possibilidade, aproximar-se do tecido para compreender como ele se trama para além de sua aparente homogeneidade, é disto que trata minha investigação.

Podemos formular a partir daí algumas perguntas: Afinal, é possível pensar a *microstoria* como um problema de pesquisa que possa ser interrogado em sua própria

¹² Cf. Carbonell, Charles-Olivier, *Pour une histoire de l'historiographie*, *Storia della Storiografia*, 1 (1992), p. 7.

história? É possível fazê-lo mesmo sem ter o acesso completo às fontes sobre as quais este problema (deveria dizer no plural) se construiu? Acho que a resposta é uma só: a *microstoria* se constitui historicamente enquanto um debate sobre os instrumentos e conceitos da história e se configura enquanto problema na medida em que está na base da formulação de hipóteses de trabalho e instrumentos de pesquisa presentes na investigação de vários historiadores em confronto com os mais variados tipos de fontes e frente as mais diversas interrogações. A historicidade deste objeto – *microstoria* – se evidencia na medida em que o debate não é um dado absoluto, mas uma construção carregada de ambigüidades, de caminhos bifurcados, de possibilidades não trilhadas, de conflitos de interesses e posições, resultado de diferentes estratégias individuais e de grupo cujas conseqüências muitas vezes fogem ao controle dos próprios atores.

A isto se acrescenta o fato de que, como em todo trabalho historiográfico, é preciso enfrentar algumas das limitações intrínsecas da disciplina: o limite de alcance das generalizações (e, quando escrevo *microstoria*, me dou conta que esta palavra já é também uma sorte de “generalização”) incapazes de dar conta integralmente de toda a variedade dos percursos singulares e da diversidade das situações que se colocam em qualquer contexto historiográfico. A impossibilidade de enfrentar a miríade de situações subjetivas que envolve as escolhas de cada historiador singular não impede no entanto de tentar entender como estas perspectivas singulares constróem de fato coerências que muitas vezes escapam do controle dos próprios atores envolvidos. Por outro lado, estas homogeneidades e generalizações não são apenas construções da imaginação do historiador, uma vez que mesmo formadas a partir da variedade de percursos e perspectivas individuais e de grupo, existem realmente e são com frequência reconhecidas pelos seus próprios protagonistas. O desafio se encontra precisamente em transitar entre o geral e o específico sem considerá-los dados absolutos e autônomos, sem perder a perspectiva da sua complementaridade, e sem cair na tentação da generalização fácil.

Os termos em que coloquei minha interrogação acima colocam claramente em evidência um dos dilemas mais característicos da história da historiografia: colocar como objeto de estudo as formas e procedimentos da história implica para o historiador colocar

em questão seus próprios instrumentos. Mais do que nunca é válido também aqui o princípio da micro-física, onde o experimentador faz parte do sistema experimentado¹³. Neste caso, um dos objetivos da pesquisa é precisamente o de tratar o seu objeto, a *microstoria*, a partir de um procedimento que é ele próprio “microanalítico”: a atenção sobre a heterogeneidade das trajetórias de pesquisa, a tentativa de recuperar as ambiguidades do debate e a riqueza dos percursos individuais; tudo isso responde a um impulso que tem muito em comum com aquele que aparece nas propostas da *microstoria*. Através de um “episódio” específico da história cultural da Itália contemporânea, seguido de perto através do estudo detalhado de um debate historiográfico relativamente circunscrito, podemos levantar hipóteses sobre um conjunto maior de questões colocadas para a historiografia hoje, que ultrapassam em muito os limites daquele objeto inicial.

Os documentos produzidos pelo debate e que o constituem são em primeiro lugar os textos de caráter programático onde são discutidos os seus termos em uma perspectiva mais generalizante, articulando o conjunto de proposições “teóricas” e instrumentos metodológicos que definiram o conjunto das proposições micro-históricas desde o início. Esses textos, entretanto, só tomam algum sentido na medida em que introduzem ou contrapõem outros textos, resultados de pesquisas propriamente históricas, nas quais estes temas – de modo explícito ou não – são discutidos, a partir de situações concretas de investigação. Consideradas desta forma, essas fontes produzem um campo de debate que constitui propriamente o objeto de pesquisa que pretendo enfrentar. Jacques Revel sugere que a cartografia¹⁴ deste debate ainda está por fazer. Entretanto, a palavra “cartografia” pode dar a falsa impressão de que este é um campo relativamente inerte, esperando apenas para ser devidamente mapeado pelo historiador. Acho que o que melhor define – ainda

¹³ Cf. Sartre, em um contexto ligeiramente diferente mas inteiramente aplicável aqui: Sartre, J.-P. *Question de méthode*, In *Critique de la raison dialectique*, Paris: Gallimard, 1961, p. 30 (n. 1).

¹⁴ Cf. Revel, J. op. cit. p. 15: “A perspectiva micro-histórica tornou-se, nestes últimos anos, um dos lugares importantes do debate epistemológico entre os historiadores. Feita esta afirmação, convém desde logo limitar seu alcance e dizer que este debate permaneceu concentrado no interior de um número relativamente restrito de grupos, de instituições e de programas de pesquisa (cujo mapeamento [no original *cartographie*] seria aliás interessante realizar)” (grifo meu).

que em grande parte metaforicamente – a aproximação que pretendo seguir aqui é a de uma *etnografia* do debate: ao mesmo tempo, procurando escapar do estabelecimento de um sentido externo que daria conta de explicá-lo, independente da visão dos próprios protagonistas e procurando, por outro lado, compreender internamente como os diversos sentidos que o debate toma se configuram.

O risco permanece sendo o de estabelecer uma falsa coerência, ou criar um quadro esquemático, onde faltariam a “carne e o sangue” envolvidos na vivência concreta de qualquer experiência humana (e isto vale de modo igual para a construção do conhecimento histórico). Esta aproximação de perspectiva de análise equivale a tentar colher os sentidos que o debate da *microstoria* construiu a partir de seu contexto concreto, “local”, respeitando os termos através dos quais os próprios sujeitos o entenderam. A tarefa do historiador aqui é de compreender este quadro local a partir de seu processo, isto é, de sua construção no tempo.

O desafio imposto pela própria natureza das fontes é o de tentar buscar o movimento que constituiu o debate em sua concretude. Esta *etnografia* está de fato inteiramente por fazer e aí está o que me parece ser o primeiro passo a ser dado para avançarmos na compreensão dos sentidos tomados pela *microstoria* no seio das discussões que a produziram. O objetivo não é então o de fixar um sentido único, mas tentar cercar elementos para compreender a *microstoria* em sua historicidade.

O trabalho que segue foi dividido em duas partes. Na primeira delas, composta de dois capítulos, tentei expor os termos em que se construiu o debate, a partir de uma interrogação mais geral sobre seus contextos e os temas em torno dos quais se articulou historicamente. No primeiro capítulo, procurei me aproximar da *microstoria* através daquilo que considereei serem os seus antecedentes históricos, isto é, a partir do contexto intelectual (e mais especificamente historiográfico) e político das décadas de cinquenta e

sessenta, época em que aconteceu grande parte da formação dos historiadores que protagonizaram o debate. Parto inicialmente da revista **Quaderni Storici delle Marche** (Ancona, 1966-1969), que deu origem aos **Quaderni Storici** (Ancona e Bologna, 1970-) – lugar onde foram publicados alguns dos seus textos principais e em torno dos quais aqueles historiadores se articulavam durante as décadas seguintes. Partindo deste “ponto-zero” tentei traçar alguns dos meridianos que permitem recuperar os elementos fundamentais que constituíam o panorama cultural e historiográfico italiano do período, a partir do qual o debate posterior em torno da *microstoria* se construiu (seja como confirmação ou como antagonismo) nos anos seguintes. Em seguida, no segundo capítulo, procurei encontrar os termos em que o debate sobre a *microstoria* aparece no cenário italiano durante os anos setenta. **Quaderni Storici** permanece sendo minha principal “janela” para o debate, mas algo da sua repercussão no contexto italiano é procurado em outras publicações e discussões paralelas, que se ampliam também para além do específico contexto italiano. Encontramos a *microstoria* dentro de um contexto geral de discussões em torno da história social, da etno-história e da interdisciplinaridade, tentando estabelecer algumas das ligações que poderiam existir entre os termos específicos da *microstoria* e os temas mais gerais da historiografia do período.

Na segunda parte do trabalho, composta de três capítulos e intitulada “Trajetórias de pesquisa”, o ângulo de observação do debate é deslocado. Ao invés de me deter na revista e nos vários desdobramentos que a *microstoria* produziu durante os anos oitenta, escolhi seguir as trajetórias de pesquisa de três historiadores que foram protagonistas fundamentais do debate: Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. A intenção aqui é desafiar a perspectiva de coerência aberta na primeira parte do trabalho, mostrando a heterogeneidade de posições e de influências que eram articuladas pelo debate e que constituíram a sua riqueza. Deste modo, tomamos distância do contexto das discussões historiográficas gerais que animavam o panorama da disciplina e nos voltamos para os percursos pessoais de pesquisa e discussão.

Em um último capítulo conclusivo tentei recuperar, enfim, parte dos desenvolvimentos posteriores da *microstoria*, retornando ao mesmo tempo ao contexto

geral da historiografia contemporânea, e o lugar das propostas micro-históricas dentro dele. A intenção não é devolver a coerência às trajetórias pesquisadas, mas antes olhar o contexto de um modo menos homogeneizador, tentando mostrá-lo como o quadro fraturado e incompleto que ele de fato é. Com isso, pretendi abordar explicitamente o problema da mudança das formas de pensar e fazer história hoje.

PRIMEIRA PARTE

PARÂMETROS DE UM DEBATE

I. Em torno do nascimento de uma revista.

Toda a história tem sua pré-história, seu prelúdio. Se levarmos adiante, cautelosamente, uma das metáforas esboçadas na introdução deste trabalho, toda história tem também uma sorte de “geografia” que exige ser “cartografada”: é preciso estabelecer os pontos de referência, desenhar traçados e rotas.

Para além da metáfora, colocar a *microstoria* como objeto de uma discussão historiográfica implica estabelecer estas referências para um debate cujos limites, nem sempre certos, é preciso interrogar de saída. Pensar o contexto, entretanto, exige lidar com algumas armadilhas: de nada adianta estabelecer um horizonte geral e bastante arbitrário que “explicaria” a *microstoria*, seja ele o contexto geral italiano no período, seja o desenho de uma explicação – ainda mais geral – através da “crise dos paradigmas” que caracterizaria tanto a história quanto as outras ciências humanas nas décadas de sessenta e setenta. Por outro lado, ignorar estas e outras contextualizações é ainda menos útil. Deter-se apenas em aspectos escolhidos arbitrariamente seria insuficiente – me parece – para compreender os sentidos que o debate toma: é preciso partir do seu interior, de seus próprios protagonistas, no “espaço” onde os próprios contextos se constróem.

O debate em torno da *microstoria* nasce a partir da metade da década de setenta nas páginas dos *Quaderni Storici*. Esta de fato parece uma demarcação temporal bastante imprecisa, mas acredito que traduz bastante bem a relação que os próprios protagonistas têm com ela. De fato, parte dos objetivos deste capítulo é compreender como um conjunto difuso de preocupações – práticas derivadas, por um lado, do contato com fontes e problemas históricos limitados, e por outro com questões teóricas, que diziam

respeito aos instrumentos conceituais e aos limites epistemológicos da disciplina – presentes em trabalhos diversos, de historiadores reunidos durante algum tempo em torno desta revista, permitiram construir um dado conjunto de problemas e referências mais ou menos comuns que foram identificados como *microstoria*. A imprecisão da data marca assim a imprecisão no estabelecimento de uma origem comum e, conseqüentemente, na aceitação de que o debate configura um processo que unifica em um dado momento um conjunto não homogêneo de discussões e temas que estavam colocados de diferentes modos no campo historiográfico. O desafio parece estar precisamente, ao fugir da procura da origem única, encontrar a lógica e dinâmica deste processo.

Os *Quaderni Storici* – nas páginas dos quais nascem as discussões sobre a *microstoria* – caracterizados por uma abertura significativa ao debate interdisciplinar e por um perfil pouco acadêmico, já começavam a ocupar um lugar importante entre as publicações de história na Itália, ao lado de revistas já estabelecidas – ainda que bastante diferentes entre si – como os *Studi Storici*¹ e a mais tradicional *Rivista Storica Italiana*²; uma posição que se consolidaria na década seguinte. É com certeza impossível abarcar aqui todo o universo de questões e debates que tiveram lugar em suas páginas. Para os fins deste trabalho procurarei recortar aquilo que me parece fundamental para compreender o conjunto específico de discussões que dão sentido a minha investigação. Para fazer isto entretanto, é preciso resgatar um pouco da história da revista, tentando desenhar um esboço de como ela surge no cenário historiográfico italiano. Seguir a trajetória da publicação, desde os seus “modestos princípios”³ em 1966 – e, de certo modo, mesmo

¹ Publicada trimestralmente pelo *Istituto Gramsci* de Roma desde 1959. Sobre a revista, ver o texto de Gastone Manacorda, *Nascita di una rivista di tendenza* (pp. viii-x), e Bruno, Giovanni & Vittoria, Albertina, *Nota introduttiva* (pp. xi-xlii, no volume organizado por ambos: *Studi Storici. Indice 1959-1984*, Roma: Editori Riuniti, 1985, pp. VII-X (suplemento ao volume de 1985 de *Studi Storici*).

² Nascida em Torino em 1884. Em suas muitas transformações neste século, permaneceu sendo (em especial a partir do segundo pós-guerra) o periódico de história academicamente mais representativo da Italia (o que não é o mesmo que dizer “conservador”, bem entendido). Sobre a revista, ver o verbete feito por Antonio Casali para Aa. Vv. *Dizionario di Storiografia* (de agora em diante DS). Milano: Bruno Mondadori, 1996, pp. 886-887.

³ Os *humble beginnings* de que nos fala Alberto Caracciolo em *Quaderni Storici 1966-1977, The Journal of Italian History*, I(1), spring 1978, (pp. 137-144), p. 137.

antes – estabelecendo suas ligações com a historiografia italiana do segundo pós-guerra, pode ser um bom ponto de partida para compreendermos parte do contexto que torna possível o debate que tento explorar aqui.

Nascida de uma conversa em uma *trattoria* de Ancona, cidade portuária na costa do Adriático, durante o outono de 1965⁴, a revista tem seu primeiro número impresso em janeiro do ano seguinte. Sob a direção de Alberto Caracciolo e com a colaboração direta de dois antigos professores de ensino secundário que haviam se tornado seus assistentes, Renzo Paci e Sergio Anselmi, tem inicialmente o título um tanto prosaico de **Quaderni Storici delle Marche** – que manterá, como veremos, nos primeiros doze números da revista, entre 1966 e 1969. O primeiro número de 178 páginas teve uma tiragem bastante limitada, feita por uma pequena editora local, Senigallia (de Urbino), e foi distribuído de modo igualmente artesanal⁵.

A marca do interesse local, expressa no “delle Marche” do título (a região italiana em que se situa Ancona), era ao mesmo tempo desafiada nas páginas da própria revista, nas quais é publicado como o primeiro artigo do número inaugural a tradução do texto de Fernand Braudel – então inédito em italiano – “História e Ciências Sociais – A longa duração”⁶. Na breve introdução ao fascículo, o redator apontava a intenção da revista, com a publicação do artigo de Braudel e de outros que o seguiriam, de “ampliar a atenção

⁴ Segundo o testemunho de Sergio Anselmi, Renzo Paci & Ercole Sori em *Il contributo di Alberto Caracciolo alla storiografia regionale delle Marche*, QS, n. 91, XXXI(1), 1996 (pp. 5-9), p. 7. Este pequeno texto, que introduz o número dos QS que homenageia Caracciolo, faz um rápido balanço da sua influência sobre os estudos sobre as Marche, bem como testemunha sobre o contexto acadêmico de Ancona no período de criação da revista.

⁵ “... distribuído ‘porta à porta’ pelos redatores e colaboradores, que logo se tornaram muitos, entre as Marche, Milano e Roma, onde Caracciolo, cheio de pacotes, o levava às livrarias.”, Cf. Anselmi et all., op.cit. p.7.

⁶ O texto de Braudel é publicado com o título *Storia e scienze sociali: il ‘lungo periodo’*, QSM, n.1, I (1), 1966, pp. 5-48. Este trabalho, sem dúvida um dos textos mais influentes da historiografia do pós-guerra, foi editado pela primeira vez com o título: *Histoire et sciences sociales. La longue durée*, *Annales ESC* 13, 1958, pp. 725-753.

para além das pesquisas empíricas singulares ou da história local”, marcando uma aproximação com as discussões historiográficas internacionais mais recentes⁷.

O texto de Braudel, “conhecido na Itália”, segundo o juízo do redator, “talvez menos do que merecesse”, iniciava com uma constatação geral da crise das ciências humanas, e tentava articular uma saída (a partir da história e em polémica direta com o antropólogo Claude Levi-Strauss) no sentido de construir uma metodologia comum para a história e as ciências sociais. Esta seria baseada na “consciência clara [da] variedade do tempo social” e do “significado excepcional do tempo longo, ou da ‘longa duração’”. A “longa duração”, isto é, “o tempo de marcha lenta, às vezes próximo da imobilidade”⁸ que caracteriza as lentas transformações nas relações dos homens com a geografia, e mesmo com a cultura, mas que em sua profundidade e quase imobilidade, guarda o sentido dos grandes processos e transformações históricas.

O artigo do historiador francês inaugura a revista, emprestando-lhe ao mesmo tempo o caráter polêmico, a força da discussão de vanguarda e uma vocação – explícita no texto – para o diálogo com as ciências sociais, ainda tão estranho ao contexto italiano, mas que se tornaria pedra de toque dos grandes debates e transformações na disciplina que se seguiriam dentro e fora da Itália nos anos seguintes⁹. Deste modo, se considerarmos este

⁷ QSM, n.1, I(1), 1966, p. 5. É uma pequena nota, sem assinatura, presumivelmente escrita por Alberto Caracciolo, colocada imediatamente antes da tradução do texto de Braudel. Nos números seguintes da revista, são publicados com destaque semelhante àquele dados ao de Braudel, artigos de Franz Wieacker (sobre a história jurídica), B.H. Slicher Van Bath (história agrícola), Jean-François Bergier (história econômica), S.N. Eisenstadt (história da religião), Juiusz Bardach (formação do Estado moderno), que seriam os temas (respectivamente) dos cinco números seguintes dos QS (para nos determos apenas nos dois primeiros anos da revista). Discussões marcadas por uma aproximação interdisciplinar que formava o programa da revista, contactando-se com uma historiografia estrangeira pouco conhecida na Itália então.

⁸ As citações deste parágrafo são de Braudel, *Storia e scienze sociali*, cit., respectivamente, p. 8, p. 9 e p. 19.

⁹ Esse primeiro número prossegue ainda com uma comentário de Caracciolo sobre o XII Congresso Internacional de Ciências Históricas acontecido em Viena no ano anterior, discutindo, dos *grand thèmes* tratados então, aquele da *acculturation*, um tema e um conceito, é bom lembrar, “migrado” da antropologia [Caracciolo, A., *Dell'“acculturation” e di alcuni nuovi indirizzi di ricerca*, QSM, n.1, I(1), 1966, pp. 49-57]. Além da *acculturation*, colocada com um dos temas principais, Caracciolo faz um comentário geral dos debates acontecidos no congresso. O primeiro número sai com cinco artigos propriamente monográficos (que se detêm em aspectos específicos da história regional das Marche), além de outros três (a descrição de um fundo documental, uma resenha e um elenco de teses sobre as Marche defendidas na Università di Roma (1945-1965). Este equilíbrio entre textos monográficos mais gerais e outros de história local, bem como textos discutindo fontes documentais, marca fortemente a revista neste período.

primeiro número como um “manifesto” da revista, o que se procurava fixar era uma tensão que se encontrava precisamente na vinculação entre o caráter local – colocado no próprio recorte “geográfico” do título – e monográfico (em oposição a generalizador e teórico) e o geral – expresso aqui na idéia da “longa duração” formulada por Braudel. Conectar a pesquisa local, portanto, com interrogações muito mais amplas, mediadas pela discussão historiográfica de vanguarda. Um manifesto programático, de fato, nada modesto.

Esta tensão entre uma história que refletisse sobre os aspectos locais e uma ampla abertura às questões historiográficas mais gerais e às ciências sociais foi lembrada desta forma por Caracciolo em um balanço da revista publicado em 1978: “... usar a história regional de Ancona e das Marche como base de pesquisa e experimentação metodológica, mantendo ao mesmo tempo contato com os últimos debates e avanços internacionais nas várias áreas especializadas na história e nas ciências sociais. Isto era pensado como uma rejeição explícita das formas mais tradicionais de história local que na Itália eram ainda esmagadoramente provincianas e consideradas como um fim em si mesmas, ao invés de apenas um meio”¹⁰. A dimensão local como um campo de testes, de experimentação, marcava então de modo importante o caráter central da revista. Uma revista de história local, mas de uma história local “de tipo novo”¹¹, uma “nova tendência de estudos e pesquisas de história *marchigiana*”, como falava Guido Verucci já em 1968¹², distanciando-

¹⁰ Caracciolo, A. *Quaderni Storici* 1966-1977, cit. p. 137.

¹¹ Assim se refere aos QS Fulvio Di Giorgi em um balanço crítico sobre a história local entre a metade dos anos sessenta e início dos oitenta durante o Congresso da *Società degli Storici Italiani* (Arezzo, 2-6/06/1986), publicado com o título *Storia locale*, In De Rosa, Luigi (a cura di), *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni. III Età contemporanea*. Bari: Laterza, 1989, p. 260.

¹² Em um artigo intitulado *Fra storia regionale e storia nazionale: recenti studi sulle Marche*, QSM, n. 7, a. III (1), 1968, (pp. 19-26), p. 23. No mesmo texto, Verucci prossegue: “E, de todo modo, seguramente um primeiro, e não segundo, resultado esta nova perspectiva de história marchigiana conseguiu, isto é o de suscitar um renascimento dos estudos locais, subtraídos todavia à estreiteza da velha erudição, e capaz por isto de verdadeiramente sair do âmbito local e provincial. (...) não é apenas, nem sobretudo, a tentativa de fazer circular em nível local os grandes temas do moderno debate historiográfico, mas é por outro lado uma das condições para oferecer a própria história regional marchigiana dimensões e perspectivas não provinciais.”, pp. 26-27. Guido Verucci foi um dos redatores dos *Quaderni Storici delle Marche* (e depois dos *Quaderni Storici*), tendo participado de seu *comitato scientifico* até 1981.

se da tradição de estudos locais das *Deputazioni di storia patria*¹³, das sociedades históricas e da erudição de província.

Ora, para entender o que se pretendia de novo então, seria preciso voltar um pouco e interrogar-nos sobre estas “formas tradicionais de história local” de que falava Caracciolo, bem como sobre o contexto historiográfico dentro do qual surgem os *Quaderni Storici delle Marche* e com o qual (e, muitas vezes, contra o qual) debatem.

O tema da história local constituía parte deste contexto historiográfico e remetia às discussões que se estabeleceram na Itália desde os primeiros anos do pós-guerra. Em primeiro lugar, estas formas de história local não eram apenas as da erudição de província, mas também aquelas de inspiração marxista que tiveram um papel importante no esforço intelectual de parte da historiografia italiana neste período. Na verdade, o debate sobre a história local foi dos mais importantes e fecundos nestes primeiros embates historiográficos que se estabeleceram entre o fim da década de quarenta e a década seguinte¹⁴.

Parte da pesquisa histórica inspirada pelo marxismo, no pós-guerra, voltou-se para o estudo dos movimentos operários e camponeses na Itália. Esta produção historiográfica

¹³ São associações de historiadores, não necessariamente docentes, que se desenvolveram na Itália principalmente após a unificação italiana (e que preservam um papel importante ainda hoje) com o objetivo de reunir documentação e promover estudos históricos sobre determinada região.

¹⁴ Para uma avaliação geral da história local no imediato pós-guerra, ver o texto de Mario Bendiscoli, *Storia locale*, In Aa.Vv. *La storiografia italiana negli ultimi vent'anni*, Milano: Marzorati, 1970 (tomo II), pp. 1045-1052 (ver também os comentários ao texto feitos por G. C. Suisini e A. Stella, nas páginas 1053-1056). Estes dois tomos recolhem as intervenções do Congresso Nazionale di Scienze Storiche (Perugia, 9-13 outubro de 1967). Para outros balanços, mais recentes, sobre a história local na Itália, ver Violante, Cinzio (a cura di), *La storia locale. Temi, fonti i metodi della ricerca*, Bologna: il Mulino, 1982, que recolhe as intervenções de um congresso sobre este tema, ocorrido em Pisa em 1980. Para uma leitura da historiografia local inspirada no marxismo, ver Di Giorgi, Fulvio, *La storiografia di tendenza marxista e la storia locale in Italia nel dopoguerra. Cronache*, Milano: Pubblicazioni della Università Cattolica del Sacro Cuore, 1989. Uma leitura mais geral (ainda que mais compacta) é feita pelo mesmo Di Giorgi em *Storia locale*, cit. Uma crítica à forma pela qual Di Giorgi entende a “história local” italiana está colocada em Grendi, Edoardo, *Storia locale e storia delle comunità*, In Macry, Paolo & Massafra, Angelo (a cura di), *Fra storia e storiografia. Scritti in onore di Pasquale Villani*, Bologna: il Mulino, 1994, pp.321-336. A crítica de Grendi à (in)definição de “história local” de Di Giorgi (“a história local se define como tudo aquilo que (...) não pode ser considerado como história nacional”, p. 323) me parece bastante relevante. Utilizo aqui o trabalho de Di Giorgi como um indicador dos debates que colocaram em relevo os aspectos “locais” dos estudos históricos, mas estou bastante consciente dos seus limites como interpretação geral da historiografia “de tendência marxista” desde o pós-guerra na Itália.

dedicou-se a estudar as expressões locais e regionais destes movimentos, nos permitindo pensar que se configurou como uma forma de resposta prática – em forma de pesquisa histórica – à experiência de organização local que havia sido a base da Resistência italiana nas cidades e nas montanhas durante a guerra. Esta resposta, no pós-guerra, ligava-se igualmente à afirmação do movimento operário como força nacional importante na República¹⁵.

Esta inspiração produzirá como resultado trabalhos certamente muito diversos entre si. A matriz comum de resgate das formas locais dos movimentos das classes subalternas permanece, contudo, uma constante. A revista **Movimento operaio** (1949) será um dos espaços principais onde esta produção histórica encontra sua expressão e é considerada como um marco fundamental deste horizonte de pesquisa¹⁶. Em suas páginas iremos encontrar – entre outros – contribuições de historiadores como Pasquale Villani, Ernesto Ragionieri e Alberto Caracciolo, estes dois últimos autores de livros que foram considerados referências dentro do debate da história local durante a década de cinquenta¹⁷.

¹⁵ Cf. Ragionieri, E. *Considerazioni sugli studi locali*, **Emilia**, n.s. I (1952), 10, dicembre, p. 327. Citado por Di Giorgi, F., op. cit., p. 38.

¹⁶ A revista **Movimento operaio**, nascida em 1949 e dirigida pelo jovem socialista Gianni Bosio, é a principal referência desta produção no período. Sobre **Movimento operaio** e outras tendências da história local no período, ver Di Giorgi, Fulvio. *La storiografia di tendenza marxista ...*, op.cit., em especial o primeiro capítulo (pp. 17-62). Renato Monteleone, afirmava ter sido este debate em torno da história local e da contribuição de **Movimento operaio** (dentro e fora da revista) no segundo pós-guerra, “um dos mais vivazes e fecundos que se registrou na [então] recente cultura italiana” (Cf. *Storia locale, storia generale: il problema dimensionale per l'odierna storiografia*, **Quaderno** (Istituto per la storia della resistenza in provincia di Alessandria), 2, anno I, 1978, p. 3).

¹⁷ O trabalho mais importante de E. Ragionieri neste período é **Un comune socialista: Sesto Fiorentino**, Roma: Editori Reuniti, 1953 (nova edição 1976). Talvez o livro de A. Caracciolo que mais se inspire nesta discussão seja: **Il movimento contadino nel Lazio (1870-1922)**, (Prefazioni di Aldo Natoli). Roma: Edizioni Rinascita, 1952. O livro é publicado na “Biblioteca del movimento operaio italiano”. Sobre a inspiração política destes estudos locais, a apresentação de Caracciolo é muito reveladora: “Mas devemos acrescentar que o impulso que levou quem escreve a ocupar-se de questões agrárias e dos movimentos camponeses não é apenas de natureza erudita, mas em primeiro lugar de solidariedade humana. (...). Porque para nós é mesmo motivo de orgulho poder dizer que o trabalho desenvolvido em torno deste tema encontrou continuamente sustentação e vida nas exigências da realidade de hoje, no confronto de homens que ontem sofriam e lutavam com homens que hoje sofrem e lutam, (...)”, p. 11.

É um debate que, no seu conjunto, certamente extrapola as possibilidades destas páginas e do qual podemos apontar apenas alguns endereços. Muito do que caracterizou estes trabalhos de história local, marcados certamente pela leitura dos textos de Antonio Gramsci que começavam a ser publicados¹⁸, foi – como aponte antes – o interesse pela história das “classes subalternas” e suas organizações, e que tentavam compreender sua função histórica a partir de suas expressões políticas e sindicais locais. Esta postura gerou, na época, fortes críticas sobre a suposta “subalternidade” de uma historiografia que, tornando-se história local do movimento operário, perdia sua dimensão histórica geral, assim como sua ligação com as estruturas mais amplas em que se inseria¹⁹. Pasquale Villani, que havia sido próximo desta discussão na década de cinquenta, em um balanço crítico posterior sobre a historiografia marxista italiana e o interesse pela história local, apontava: “Ao reivindicar a função histórica da classe operária e das suas organizações (em particular o ‘partido’) aquela historiografia limitou-se muito frequentemente a olhar apenas as expressões políticas e sindicais, as formas conscientes do movimento operário, em uma visão setorial e sem nenhuma pesquisa séria e aprofundada do contexto econômico-social”²⁰. Mesmo Caracciolo, cujo trabalho dialogava fortemente com a história local, polemizava já em 1954 com uma historiografia que, em sua opinião, precisava de “mais

¹⁸ É importante lembrar que os escritos de Gramsci na prisão começam a ser publicados por Luigi Einaudi a partir de 1947 (com *Lettere dal carcere*). Sobre o estudo das “classes subalternas” proposto por Gramsci em *Ai margini della storia. Storia dei gruppi sociali subalterni*, In *Quaderni del Carcere*, Vol. III, Torino: Einaudi, 1975, p. 2284; agradeço a Antonio Luigi Negro esta indicação.

¹⁹ Esta crítica é colocada de modo incisivo por Mario Spinella em 1951; sobre esta crítica e referências mais precisas do que as que dou aqui, cf. Di Giorgi, Fulvio, *La storiografia di tendenza marxista* op.cit., pp. 33-36. Di Giorgi aponta o período 1945-1956 como um primeiro momento fecundo da história local na Itália, seguido de um “eclipse” que se estenderia até 1968, onde o retorno da história local ao foco é paralelo também ao próprio surgimento dos QS. Este interesse pela história local ligado à revalorização da experiência da Resistência ressurgiu – com outras perspectivas e novos instrumentos – durante a década de setenta, com a fundação, em muitas províncias italianas, dos *Istituti per la storia della resistenza*: um exemplo disso é o de Alessandria (Piemonte), que vai publicar a partir de 1978 o seu *Quaderno*.

²⁰ Villani, Pasquale, *La vicenda della storiografia italiana: continuità e fratture*, In Rossi, Pietro (a cura di), *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*: Milano: Il Saggiatore, 1987 (o volume tem origem no seminário sobre “Paradigmas historiográficos e pesquisa histórica no segundo pós-guerra”, acontecido em 1984). A análise de Villani, ainda que muito posterior e depurada, me parece válida para mostrar um juízo desta historiografia que se por um lado não é apenas dele (mas se reflete em muitas outras análises não citadas aqui), mostra também como o debate é lido por um dos principais diretores e colaboradores dos QS a partir de 1970.

coragem para retornar do particular ao geral, (...) jogar fora as tendências à crônica e a ‘história menor’”²¹. Um debate pouco homogêneo portanto, que envolvia diferentes leituras do marxismo e que se tornaria ainda mais complexo a partir de 1956, quando seu quadro político e teórico passaria por importantes transformações. Voltaremos a isso mais adiante: por enquanto basta lembrarmos que o debate não será resolvido aí e voltará mais tarde nas páginas, entre outras, dos *Quaderni Storici*.

Parte das questões que se levantavam então e que se levantariam posteriormente sobre a história local, neste momento não eram apenas característicos desta. O panorama geral do debate historiográfico italiano do pós-guerra – que é sem dúvida mais amplo do que a discussão sobre a história local – tinha uma feição que seria preciso entender ainda um pouco melhor.

A Itália do pós-guerra, com o fim do fascismo e a sua conversão em República, enfrentou um dramático processo de transformações estruturais que mudariam radicalmente a face de um país que, no fim da Guerra, ainda era fundamentalmente rural e industrialmente “atrasado” com respeito aos outros países da Europa ocidental. Este processo, considerado por alguns como “a mais profunda transformação social de sua história”, converteria o país nas décadas seguintes, muito rapidamente, em uma das maiores potências industrializadas ocidentais e uma das grandes economias européias, caracterizado por uma forte cultura urbana, e que mantinha ainda – e até mesmo radicalizava – antigas desigualdades²².

Para as forças que se opuseram ao fascismo durante a guerra, esse período de modificações colocava desafios importantes. Às transformações estruturais, que se impunham como uma forma de superação das questões que permitiram o nascimento e o

²¹ Caracciolo, A. *Empoli proletaria*, *Il contemporaneo*, I (1954), 23, 4 settembre, p. 11. Citado em Di Giorgi, F. op. cit. p. 43.

²² Cf. Ginsborg, Paul, *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi. Società e politica 1943-1988*, Torino: Einaudi, 1989, pp. ix-x. “A importância de tais mudanças não deve entretanto induzir-nos a subestimar os elementos de continuidade histórica. (...): a incapacidade das elites de estabelecer uma hegemonia sobre as classes subalternas; a debilidade e ineficiência do Estado; a força da Igreja católica na sociedade civil; a consciência de classe de setores significativos do mundo do trabalho urbano e rural; o papel político particular dos setores médios; o problema nunca resolvido do Mezzogiorno”, id.Ibid. p.x.

desenvolvimento do fascismo no solo italiano²³, correspondiam outros desafios que se colocavam no plano cultural e político e que diziam respeito igualmente à necessidade de superar o período fascista e refundar a cultura italiana sobre novas bases. Se este é um impulso que se coloca tanto à direita quanto à esquerda, é nesta última – ou no espectro muito variado ao qual ela correspondia – que se procura de modo mais intenso esta superação. Depois de um longo período na marginalidade, a intelectualidade de esquerda na Itália vivia um verdadeiro renascimento e começava a tomar para si um projeto amplo de transformação da sociedade²⁴.

A esquerda italiana no pós-guerra se dividia em pelo menos três grandes forças importantes: os comunistas do PCI (*Partito Comunista Italiano*), os socialistas do PSIUP (*Partito socialista di unità proletaria*)²⁵, que mantinham uma posição relativamente alinhada com os comunistas, e os liberal-socialistas do *Partito d'Azione*.

O *Partito d'Azione* (Partido da Ação) havia sido fundado em 1942, a partir de um importante grupo da Resistência (o segundo em força numérica, depois dos comunistas) chamado *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade)²⁶. Nascido sob a inspiração liberal e socialista, confluiu as posições de vários intelectuais que eram influenciados tanto pelo “liberal-comunismo” de Piero Gobetti (que havia escrito *La rivoluzione liberale* em 1924),

²³ Mas que também respondiam, em um plano mais geral, a imposição do modelo americano de desenvolvimento, através da intervenção dos Estados Unidos e o plano Marshall (que torna ainda mais intensa a dependência econômica e política da Itália aos USA), e ao afastamento da Itália (estrategicamente colocada na fronteira da Europa ocidental) da influência soviética. Sobre como se deu este processo, a partir do contexto político italiano, remeto sempre ao livro de Ginsborg citado.

²⁴ “Saída de uma longa estação de emarginação mais ou menos rigorosa e saída do epílogo da aventura fascista, a inteligência italiana sente-se revalorizada, descobre um papel próprio, vê-se associada ao projeto de uma ‘nova sociedade’ com traços talvez utópicos, mas sedutores.” Cf. Ajello, Nello. *Intellettuali e PCI 1944-1958*, Bari: Laterza, 1979, p. v.

²⁵ O PSIUP surge como uma versão renovada do Partido socialista de antes da guerra em 1943. Sobre as vicissitudes dos socialistas na Itália do pós-guerra ver Foa, Vittorio, *I socialisti italiani dopo il fascismo*, In **Per una storia del movimento operaio**, Torino: Einaudi, 1980, pp. 270-291. Ver também Benzoni, Alberto, **Il Partito Socialista dalla Resistenza a oggi**, Venezia: Marsilio, 1980.

²⁶ Esse grupo “havia tirado o seu nome do partido de Mazzini durante o Risorgimento (...) reunia diversos grupos de antifascistas radicais e democráticos, incluindo aquele ‘Giustizia e Libertà’ que havia sido fundado em Paris em 1929 por Carlo Rosselli, Emilio Lussu e Alberto Tarchiani. Em 1937 Carlo e o irmão Nello foram assassinados na França por um agente fascista.” Cf. Ginsborg, P. *Storia d'Italia* cit, pp. 12-13. Sobre o *Partito d'Azione* ver: De Luna, G. *Storia del Partito d'Azione*, Milano: Feltrinelli, 1982.

quanto do socialismo liberal de Carlo Rosselli (fundador de *Giustizia e Libertà*)²⁷. O *Partito d'Azione* foi uma importante experiência enquanto uma proposta de esquerda democrática e não alinhada na Itália. Norberto Bobbio, que foi um dos seus fundadores junto com outras figuras que teriam papel de destaque no mundo político e intelectual italiano do pós-guerra – como Vittorio Foa, Franco Venturi, Carlo Levi e Giulio Einaudi – comenta deste modo o lugar do partido no contexto ideológico italiano do período:

“Como representante do socialismo liberal, o Partido da Ação considerava-se, em relação ao fascismo, que fora anti-liberal na política e anti-socialista na economia, a negação total. No que se refere ao comunismo, ao contrário, considerava-se uma negação dialética, vale dizer, uma negação que era ao mesmo tempo uma afirmação de tudo o que o comunismo representara na derrota do fascismo e na antítese ao capitalismo. O fascismo fora o inimigo. Os comunistas foram naqueles anos adversários com os quais era preciso estabelecer um diálogo a respeito dos grandes temas da liberdade, da justiça social, e sobretudo da democracia, para resistir à contra-ofensiva, à época talvez supervalorizada, da direita reacionária.”²⁸

O Partido da Ação foi a única força política italiana que nasceu em função da luta anti-fascista e acabou por dissolver-se quando seu antípoda desapareceu. Um ano após o fim da guerra ele já estava praticamente fora da política ativa do país e é dissolvido enfim poucos anos depois. Contudo, a influência ideológica e política dessa experiência continuou ativa sobre a cultura italiana nos anos que se seguiram. As várias tendências intelectuais que convergiram para o Partido da Ação durante a guerra fluíram, após a sua dissolução, para outros setores políticos, influenciando tanto as posições socialistas (que lhe eram politicamente mais próximas), quanto os próprios comunistas.

²⁷ Sobre Gobetti, ver a edição crítica de *La Rivoluzione Liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*, organizada por Ersilia Alessandrone Perona (Torino: Einaudi, 1995) e em especial o ensaio introdutivo de Paolo Flores d'Arcais (*Gobetti, liberale del futuro*); ver ainda: Bucchi, Sergio (a cura di) *Gobetti: Dizionario delle idee. Le radici e le ragioni del liberalismo rivoluzionario*, Roma: Editori Riuniti, 1997. Sobre Rosselli, ver o ensaio introdutório feito por Nadia Urbinati para a edição americana de *Socialismo Liberale* (cuja primeira edição foi publicada na França em 1930): *Another Socialism*, In Rosselli, Carlo, *Liberal Socialism*, (trans. William McCuaig), Princeton: Princeton University Press, 1994 (agradeço a Walkíria Gertrudes Domingues Leão Rêgo por ter me ajudado a navegar um pouco nesta discussão).

²⁸ Cf. Bobbio, Norberto, *O tempo da memória. De Senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª. edição, 1997, p. 131. Para uma análise mais demorada de Bobbio sobre esse movimento e sobre o contexto intelectual e político do pós-guerra, ver *Perfil ideológico del siglo XX en Italia*, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Neste quadro, são os comunistas que tomam a frente como a grande força hegemônica de esquerda na Itália do pós-guerra. O desafio cultural que se construía para a esquerda era ao mesmo tempo superar as marcas do fascismo e confrontar ideológica e politicamente aquelas forças que também haviam se oposto ao fascismo mas que constituíam as posições mais a direita do espectro político italiano, como os democratas cristãos e todo o espectro liberal-conservador.

Palmiro Togliatti²⁹, à frente do Partito Comunista Italiano no pós-guerra, era um dos líderes mais importantes deste que era também um projeto de reinterpretação da história da Itália – inspirada de forma marcante na leitura “nacional-popular” desta história desenhada por Gramsci – procurando estabelecer uma ponte entre a atividade política e uma reflexão “científica” sobre a sociedade italiana³⁰. O desafio no campo intelectual, politicamente inspirado pelo marxismo e pela influência de Gramsci, e mais especificamente para a historiografia, era colocar em questão aquela herança liberal-conservadora, que tinha sua principal figura na herança cultural de Benedetto Croce³¹.

“A hegemonia intelectual na Itália ao longo da primeira metade do século XX foi indubitavelmente de Benedetto Croce: é um fato incontestável (...)”³². Desta forma

²⁹ Palmiro Togliatti (Genova 1893 – Jalta 1964). O político comunista italiano foi dirigente do Partito Comunista Italiano (PCI) e da Internacional Comunista e depois secretário do PCI, teve também uma pequena produção historiográfica, recolhida em sua parte mais significativa em *Momenti della storia d'Italia* (Roma: Editori Reuniti, 1963 e 1973).

³⁰ Um conjunto de depoimentos de historiadores ligados ao PCI e que documenta de que forma se realizava este projeto cultural comunista em relação a produção historiográfica se encontra em Cecchi, O. (a cura di), *La ricerca storica marxista in Italia*, Roma: Editori Reuniti, 1974 (o livro reúne um conjunto de entrevistas aparecidas em *Rinascita* entre o início de março e os últimos dias de julho de 1973). Sobre este empenho do partido comunista, Rosario Villari, em um dos textos publicados no livro (*Il rapporto con il partito*, pp. 3-13) comentava: “Me parece preciso sublinhar o fato que, mesmo se um grupo de jovens historiadores marxistas se orientou, no início dos anos cinquenta, em direção ao estudo da história do movimento operário, às vezes concebido de modo restrito e subalterno, a solicitação que vinha do partido, direta ou indiretamente era endereçada a um empenho mais amplo, um empenho em enfrentar por uma parte os grandes problemas da vida nacional.” pp. 3-4.

³¹ Pescasseroli 1866 – Napoli 1952. Filósofo e historiador responsável pela leitura da história italiana provavelmente mais influente do século, expressa fundamentalmente na “tetralogia” histórica: *Storia del Regno di Napoli* (1925), *Storia dell'età barocca in Italia* (1925), *Storia d'Italia dal 1871 al 1915* (1928), *Storia d'Europa nel secolo XIX* (1932) (todas publicadas em Bari, por Laterza).

³² Garin, Eugenio, *Intellettuali italiani del XX secolo*, Roma: Editori Reuniti, 1996 (nova edição, a primeira edição é de 1974), p. 3.

exprimiam-se Eugenio Garin no seu clássico livro sobre os intelectuais italianos do Novecentos. Grande parte dessa hegemonia construiu-se certamente sobre sua interpretação da História, que deu origem a toda uma tradição de pensamento que foi identificada dentro do debate historiográfico como a “história ético-política”. Esta se caracterizava por uma leitura historicista e idealista do processo histórico italiano e da unificação do país. O que desenhava este historicismo era precisamente a compreensão que Croce tinha da história como desenvolvimento progressivo do espírito, concebido como seu sujeito real (o que o aproximava muito do pensamento de Hegel), tomado presente no Estado e em suas instituições, “uma história voltada a iluminar, no curso dos acontecimentos políticos, as realizações do valor ético fundamental da liberdade”³³, encarnado na Itália pelo desenvolvimento do Estado Liberal, legado pela unificação do país – o *Risorgimento*³⁴ – e derrubado pelo Fascismo.

Esta defesa dos ideais do *Risorgimento* lidos através da herança liberal do século XIX forjaram uma cultura, ainda que fundamentalmente conservadora, radicalmente separada e em oposição ao estado autoritário fascista. Uma arma importante na guerra de trincheira que caracterizou as relações entre os intelectuais e o Fascismo na Itália³⁵, e um marco fundamental na formação da elite intelectual italiana no período e em sua instrumentação teórica e metodológica para a compreensão da história italiana.

A historiografia ético-política marcou a formação mesmo daqueles historiadores que, não se identificando politicamente com o pensamento de Croce, procuravam superá-

³³ Rossi, P. *Introduzione*, In Rossi, P. (a cura di). *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milano : Il Saggiatore, 1987. p. VIII

³⁴ O *Risorgimento*, como ficou conhecido o processo de unificação italiana na segunda metade do século XIX, foi um elemento central das discussões políticas e historiográficas italianas durante o século XX. Nas reflexões de Antonio Gramsci, em especial, o tema do *Risorgimento* tem uma importância central na tentativa de explicar o fracasso posterior da burguesia italiana em construir um Estado moderno nos moldes das outras democracias européias e o posterior advento do fascismo.

³⁵ “A análise da relação intelectuais-fascismo, a história da cultura italiana sob o fascismo, não é feita de grandes batalhas – não é em geral uma guerra de movimento. É no máximo a quotidiana demora em uma trincheira desagradável e suja, pontuada de escaramuças e confrontos de patrulhas, entre combatentes tão bem mimetizados que distinguir o amigo do inimigo é frequentemente a maior dificuldade para superar.”, Cf. Garin, E., *Intellettuuali italiani del XX secolo*, cit. p. xxviii.

lo³⁶. No imediato pós-guerra, a necessidade de renovação destes pressupostos filosóficos torna-se fundamental e é o marxismo que irá colocar em cena os principais elementos do confronto, de um tal modo que foi possível afirmar que desde a Liberação até os princípios da década de setenta a chave de leitura para compreender o panorama historiográfico italiano estava na tensão entre a história “ético-política” e o marxismo³⁷.

Essa oposição, tão seguidamente citada como fundamental no pós-guerra italiano, consolidou-se antes no plano político do que propriamente no campo metodológico. Ao contrário de França e Inglaterra, onde o diálogo com as ciências sociais marca (de modos muito diversos, naturalmente) a historiografia desde o princípio do século, no cenário historiográfico italiano o debate é voltado – graças naturalmente à influência e o vigor do pensamento de Croce, mas com razões seguramente entranhadas mais a fundo na história intelectual italiana – para o pensamento filosófico e para uma compreensão da história inseparável do combate político.

É por isso que, ainda que caracterizada por uma importante oposição no campo político, a historiografia italiana era também fortemente marcada menos por uma fratura do que uma continuidade no campo metodológico. Vale dizer: os historiadores comunistas do pós-guerra, formados no interior da historiografia ético-política, colocaram em questão os pressupostos políticos da leitura liberal, mas não fizeram isto de modo substancial com os pressupostos teóricos e instrumentais que aquela historiografia lhes deixara. A historiografia de inspiração marxista, invertendo presumivelmente o esquema “ético-político”, fazia uma leitura do *Risorgimento* como uma revolução burguesa *manquée*, e propunha uma releitura da história italiana após a unificação através da história do desenvolvimento das instituições operárias. Aqui havia, naturalmente, uma forte inspiração

³⁶ Um grande número desses historiadores fará parte dos seus estudos no *Istituto Italiano per gli Studi Storici*, projetado por B. Croce e fundado em 1946, em Napolí. Seus primeiros diretores foram Adolfo Omodeo (que morre 2 meses depois da fundação) e Federico Chabod, que marcará a formação de grande parte dos mais importantes historiadores italianos do pós-guerra.

³⁷ Como escreve Maurice Aymard em *La historia italiana: una desconocida*, *Revista Mexicana de Sociologia*, XLIX (3), julio-septiembre 1987, (pp. 249-254), p. 252. Aymard é um historiador francês com estudos (especialmente de demografia histórica) sobre a Itália meridional, muito próximo aos QS; neste artigo faz uma breve apresentação do debate da *microstoria* para um público acadêmico não familiarizado com o panorama historiográfico italiano.

oriunda do Partido Comunista, que dava um sentido político a essa interpretação: os instrumentos interpretativos que eram colocados à seu serviço, entretanto, deviam muito ao idealismo italiano. Neste sentido é sintomática a leitura marxista da Resistência como um novo *Risorgimento*: as brigadas *partigiane*, com muitos de seus participantes oriundos dos sindicatos e muitas delas de inspiração socialista e comunista, eram vistas como vanguardas históricas de uma revolução proletária. De qualquer modo, a leitura “ética” e “política”, de cabeça para baixo, agora a partir de um ponto de vista que colocava a luta de classes como pano de fundo, persistia.

Essa ausência de confronto metodológico trouxe não poucas ambiguidades para a historiografia marxista no período³⁸. Um exemplo disto era a relação que se estabelecia com o pensamento de Antonio Gramsci, tornado uma referência geral dos “marxismos” italianos³⁹, e que era submetido a quase tantas leituras quanto eram os leitores.

Deste modo, mesmo a historiografia marxista é marcadamente história política, no duplo sentido de história das instituições políticas e uma história colocada a serviço da

³⁸ Como expressa Daniela Coli em sua análise do panorama historiográfico italiano do pós-guerra: “Na Itália, de fato, (...) a perspectiva marxista não foi heurística, mas política, funcional com relação às escolhas estratégicas do Partido comunista, em particular com a intenção togliattiana de construir uma história da Itália do ponto de vista da classe operária, para opor àquela liberal-crociana. Nesta perspectiva se compreende a ausência de um confronto metodológico com a historiografia idealista e de uma verificação dos fundamentos teóricos do marxismo: situações que comportou não poucas ambiguidades e dificuldades para a própria historiografia marxista.” (Coli, D. *Idealismo e marxismo nella storiografia italiana degli anni '50 e '60*, In Rossi, P. *La storiografia contemporanea*, cit., p. 41.

³⁹ E talvez por isto mesmo, “metabolizado muitas vezes um pouco apressadamente pela cultura italiana”, como escreve Paolo Macry (pmacry@ds.cised.unina.it) em “*Quaderni Storici*”; comunicação eletrônica pessoal para Henrique E. R. Lima Filho (henrique@marajo.secom.ufpa.br), 14/12/1995. A mesma idéia está expressa por Giuseppe Ricuperati em *Storia locale e storia nazionale: a modo di introduzione*, **Quaderno** (Istituto per la storia della resistenza in provincia di Alessandria), n. 1, anno I, 1978: “O marxismo – sobretudo para as gerações que haviam feito a Resistência e que deviam criar imediatamente e concretamente uma cultura diferente daquela aprendida nos bancos de escola fascista – quer dizer felizmente Gramsci, isto é o mais agudo teórico italiano, ainda que oferecido através de manipulações que o tornassem inteligível”, p. 20. De todo modo, a própria “construção” um tanto lacunar dos textos de Gramsci publicados postumamente (em especial os *Quaderni del carcere*) e a amplidão de temas tratados, permitia leituras extremamente diversas. Esta curiosa relação com Gramsci será sacudida mais tarde com o debate que os historiadores ingleses abriram sobre as categorias gramscianas (cf. Macry, cit.). Sobre a recepção de Gramsci na Itália do pós-guerra, ver Liguori, Guido, *La prima ricezione di Gramsci in Italia (1944-1953)*, STS, XXXII (3), 1991, pp. 663-700. Sobre a influência de Gramsci sobre a historiografia italiana, ver: Galasso, G., *Gramsci e i problemi della storia italiana*, in Rossi, Pietro (a cura di), *Gramsci e la cultura contemporanea*, vol. I, [Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967], Roma: Editori riuniti / Istituto Gramsci, 1969, pp. 305-354.

política, respondendo a necessidades políticas. É assim que a historiografia marxista acaba por responder àquele mesmo impulso contido na célebre idéia de Croce, de que “toda a história é história contemporânea”⁴⁰; neste sentido a afirmação de J. S. Woolf sobre o caráter “estrutural” da historiografia italiana: “o uso consciente da história, ou como explicação ou como incentivo de ações e situações contemporâneas”⁴¹.

A proposta de leitura marxista da história da Itália confrontava então a leitura política de Croce com uma outra, igualmente política, colocada a partir da idéia de “estudar e fazer conhecer a história da classe operária, ou melhor, do movimento socialista e comunista”⁴² enquanto sujeitos do processo histórico italiano. Como em Croce, também as análises marxistas voltavam-se principalmente para a história da Itália contemporânea, tendo como marco fundamental o *Risorgimento* e a formação do Estado italiano. É por isso que podemos pensar esta continuidade através da idéia de uma leitura da história política do Estado italiano, cujo sentido fundamental parece exprimir-se com clareza na concepção de Federico Chabod sobre a história do Estado, que deveria ser “não apenas do estado e do governo, ou a expansão do estado, mas também aquilo que está fora do estado, seja cooperando com ele, seja esforçando-se para modificá-lo, derrubá-lo, substituí-lo”⁴³. De todo modo, uma historiografia eminentemente política, cuja referência, positiva ou negativa, era o Estado.

Nesta historiografia, marcada pela preocupação com o “nacional” e com a formação das instituições do Estado e construída sobre grandes temas aglutinadores, que vão desde o Renascimento até o *Risorgimento*, ou o Fascismo, todos sempre escritos e pensados em letras maiúsculas, nem mesmo a história local escaparia a este destino de colocar-se – muito frequentemente – em relação à história nacional, ou um “devir”

⁴⁰ In Croce, B. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1938, citado em Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990, p. 24.

⁴¹ Woolf, J. S., *Risorgimento e fascismo: il senso della continuità nella storiografia italiana*, Belfagor, XX, 1965, p. 73, citado em Coli, Daniela, *Idealismo e marxismo...*, cit. p. 42.

⁴² Villani, Pasquale, *La vicenda della storiografia italiana: continuità e frattura*, In Rossi, P. (a cura di), *La storiografia contemporanea...*, op. cit. p. 393.

⁴³ Chabod, F. *Croce storico*, RSI, LXIV, 1952, p. 500, Citado por Coli, D. *Idealismo e marxismo...*, cit., p.40.

historicizado de uma classe (mas, mesmo aqui, não inteiramente separada da preocupação com a construção do nacional).

O ano de 1956 traria novos elementos para a recomposição deste fragmentado quadro historiográfico. Os eventos envolvendo as denúncias ao estalinismo que aparecem no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista Italiano), acontecido em fevereiro, e a invasão da Hungria por tropas soviéticas (bem como o apoio do PCI à invasão soviética⁴⁴), carregavam consigo uma dose de desorientação que se refletiu de modo não periférico na crítica historiográfica inspirada política e teoricamente pelo marxismo. Um outro exemplo disso estava no campo socialista, onde o distanciamento do PSI com relação ao PC (com quem tradicionalmente se alinhava), a condenação não apenas ao estalinismo mas a todo o regime autoritário soviético, bem como a sua orientação cada vez mais forte em direção a aceitar a democracia parlamentar não apenas como estratégia, mas como fim em si mesma, contribuíam do mesmo modo para um balanço tanto dos engajamentos políticos quanto das convicções teóricas.

Em um contexto como o italiano onde a discussão metodológica sobre o marxismo não havia avançado muito desde Gramsci, este novo quadro político não trouxe apenas o desligamento de importantes intelectuais do PCI (e dentre eles historiadores importantes, como Delio Cantimori, Furio Diaz e o antropólogo Ernesto De Martino, para citarmos alguns que aparecem nas páginas deste trabalho), mas uma reconfiguração também da pesquisa histórica e uma recomposição dos debates dentro do quais ela se constituía.

Alberto Caracciolo é um destes intelectuais que participa da diáspora. Sua posição como um dos críticos de primeira hora⁴⁵ das posições do partido diante da intervenção soviética na Hungria e na Polônia irá refletir diretamente em suas discussões como

⁴⁴ Para um quadro mais substancial deste momento, remeto ao livro de Paul Ginsborg já citado, em especial o sexto capítulo, pp. 250-282.

⁴⁵ É um dos autores da carta dirigida em outubro de 1956 ao Comitê Central do Partido Comunista italiano por um grupo de intelectuais que discordavam das posições tomadas pelo partido com relação às intervenções soviéticas na Hungria e na Polônia. A carta, que marcou o dissenso dentro da intelectualidade comunista italiana de então, ficou conhecida como "*manifesto dei 101*" e foi subscrita por importantes figuras do mundo intelectual comunista da Itália, a maioria das quais deixaria o PCI nos meses seguintes. Sobre esse dissenso, remeto a Ajello, cit., pp. 403-406 (mas todo o capítulo e o seguinte tratam da crise de 1956).

historiador. Na Itália, onde a aproximação ou a distância com o marxismo era diretamente ligada à aproximação ou distância com o partido comunista, colocar em questão as atitudes e propostas do PCI implicava repensar a própria relação com a teoria. Para um historiador como Caracciolo, que mantinha posições politicamente radicais mas extremamente críticas ao PC, colocava-se igualmente a necessidade de repensar a relação com o pensamento de Marx⁴⁶. A avaliação de que os esquemas explicativos produzidos pelo marxismo-leninismo e pelo estalinismo haviam sido co-responsáveis pela forma que assumiu o socialismo soviético, produziu em muitos intelectuais a necessidade de ampliar o leque de discussões e repensar aquela tradição.

Esta crise do marxismo não é, naturalmente, apenas italiana. A ela corresponde um questionamento amplo do marxismo que, se já estava em curso desde muito antes de 56, acaba por acelerar-se. Na França e na Inglaterra, por exemplo, este ano também foi um divisor de águas tanto na confiança de muitos dos seus mais importantes intelectuais de esquerda no futuro do modelo soviético de socialismo (e portanto do papel dos partidos comunistas ocidentais que tinham aí o seu modelo) quanto na consciência dos impasses colocados para a análise marxista. Na Inglaterra, historiadores importantes como Edward P. Thompson, Rodney Hilton e Christopher Hill deixaram o Partido Comunista (e outros, como Eric Hobsbawm, permaneceram, mas com uma forte atitude crítica), repensando criticamente sua relação com o marxismo. Thompson, por exemplo, irá criticar fortemente em seu trabalho o modelo estático legado por Marx e Engels, construído sobre a metáfora “base-superestrutura”, que impedia enxergar a dinâmica dos processos sociais. Essa crítica estaria na base da sua oposição, mais tarde, aos modelos estruturalistas de

⁴⁶ Repensar o marxismo a partir de dentro é um projeto amplo no panorama intelectual da esquerda “não-alinhada” italiana no período. Um exemplo disso é a revista **Passato e Presente**, nascida em torno de Antonio Giolitti, que tem a participação de ex-comunistas como o próprio Caracciolo, Italo Calvino, Furio Diaz, Luciano Cafagna (historiador como Caracciolo e que participaria esporadicamente dos QS na década de 70) e outros. A revista, “do ponto de vista dos conteúdos, queria instituir-se uma coligação entre pesquisa histórico-ideológica e problemas políticos, mantendo-se no âmbito do socialismo; tenta-se inicialmente uma revisão doutrinária do marxismo; discute-se com paixão sobre relações entre aquelas que parecem as duas mais importantes correntes do pensamento filosófico-científico contemporâneo: o empirismo lógico e o materialismo histórico; (...). E todavia o arco político-cultural de ‘Passato e Presente’ acolhe mesmo posições de esquerda mais radical como a de Alberto Caracciolo (...)” Cf. Ajello, cit. pp. 447-448.

Althusser. De todo modo, mesmo para um marxista como Thompson, não se tratava mais de aceitar sem crítica os modelos canonizados do marxismo tradicional⁴⁷.

Essa experiência de dissenso envolveu respostas e trajetórias muito diferentes. Na França, historiadores como Emmanuel Le Roy Ladurie, Maurice Agulhon ou François Furet por exemplo, antes filiados ao Partido Comunista Francês, ao afastarem-se dele tomaram distância ainda maior do marxismo (ainda que de modos muito diferentes entre si)⁴⁸.

Este panorama de incerteza teórica tornou-se, no caso da historiografia de tendência italiana, quase um quadro de *vazio teórico*, agravado não apenas por uma tradição especulativa em crise, mas por um diálogo – como dissemos antes – quase inexistente com as ciências sociais até então. É a partir deste quadro que poderemos compreender as transformações no campo historiográfico italiano, que começarão a esboçar-se no princípio dos anos sessenta, que nos permitirá dar conta de entender melhor o surgimento dos *Quaderni Storici delle Marche* e de seu sucesso posterior. Um exemplo desta mudança está no próprio panorama de publicações em que a produção historiográfica italiana aparecia. Revistas tradicionais, como a *Rivista Storica Italiana* e a *Nuova Rivista Storica*⁴⁹, viram a renovação dos seus organismos de direção⁵⁰. Por outro lado, duas importantes revistas onde a produção dos jovens historiadores de inspiração marxista encontrava lugar, *Movimento operaio* (dedicada a história local) e *Società* (com um arco de interesses mais geral) desapareceriam, uma naquele mesmo ano e a outra nos

⁴⁷ Ver Kaye, H. J. *The British Marxist Historians*, New York: St. Martin's Press, 1995 (1984), pp. 172-ss.

⁴⁸ Para o relato de algumas dessas experiências, ver Ladurie, E. Le Roy, *Paris-Montpellier P.C.-P.S.U. 1945-1963*, Paris: Gallimard, 1982; e Nora, P. (org.) *Essais d'ego-histoire*, Paris: Gallimard, 1987.

⁴⁹ Revista trimestral publicada em Roma desde 1917, fundada por C. Barbagallo, G. Porzio, A. Anzilotti e E. Rota. Sob a direção de Gino Luzzatto a partir da década de trinta e durante o período fascista, a revista acolheu em suas páginas grande parte daquela produção historiográfica “que não queria reconhecer-se em Volpe ou em Croce, nem aceitar passivamente a sua hegemonia(...)”. “Saída da guerra com o prestígio derivado de ter sido a única revista histórica italiana que fugiu à arregimentação, continuou o próprio caminho inicialmente sob a direção de Luzzatto e, depois de sua morte, de um comitê de direção” (cf. o verbete de Antonio Casali, *Nuova rivista storica*, in *DS*, p. 757). Sobre a revista, ver ainda: Casali, A. *Storici italiani fra le due guerre. La “Nuova rivista storica” 1917-1943*, Napoli: Guida, 1980.

⁵⁰ Manacorda, G. *Nascita di una rivista di tendenza*, In *Studi Storici. Indice 1959-1984*, cit. p. viii.

anos seguintes⁵¹. Alguns historiadores, ligados a estas duas revistas e ainda próximos do PCI fundaram, nos fins de 1959, junto ao Istituto Gramsci, a revista *Studi Storici*.

Inicialmente dirigida por Gastone Manacorda (um dos diretores de *Società* até 1956), *Studi Storici* tinha o interesse explícito de retomar o pensamento de Gramsci, desta vez recuperando sua discussão metodológica e teórica sobre o marxismo. A proposta era então “verificar” algumas reflexões de Gramsci e “levá-las avante autonomamente”, (...), “prosseguir e estender o trabalho de Gramsci estudando a história da Itália com o método marxista”, seguindo as indicações estabelecidas no *I Convegno di studi gramsciani*, realizado no ano anterior⁵². Este objetivo era perseguido inicialmente com um esforço de pesquisa direcionado para a história do *Risorgimento* (eixo mais importante da reflexão histórica gramsciana), com a valorização da “filologia”, da consistente pesquisa documental, inseparável da “interpretação”, como dois momentos inseparáveis no trabalho do historiador. Por outro lado, ao marxismo era dedicado um importante esforço de crítica teórica e metodológica⁵³.

Outro aspecto importante a aparecer nas páginas de *Studi Storici* é a aproximação entre a pesquisa histórica e os estudos econômicos. Academicamente separada da formação dos historiadores na Itália⁵⁴, a economia estava também, entre o final dos anos

⁵¹ Ibid. p. vii. Aqueles mesmos anos irão ver surgir outras revistas militantes, com duração variável: Caracciolo irá colaborar com *Ragionamenti* (1955-57) e com *Passato e Presente* (1958-1960); com um caráter mais “obreirista” surge em 1961 *Quaderni Rossi* que irá durar um pouco mais. Sobre essas revistas e outros debates no período ver: Di Giorgi, Fulvio, *La storiografia di tendenza marxista e la storia locale in Italia nel dopoguerra*. Cronache, cit. cap. II.

⁵² Bruno, G. & Vittoria, A., *Nota introduttiva*, In *Studi Storici. Indice 1959-1984*, cit., p. xii.

⁵³ Ibid. p. xvi.

⁵⁴ Basta lembrar que a formação de historiador na Itália era principalmente feita nas faculdades “humanísticas”, de Letras e Filosofia, mais prestigiosas dentro do universo cultural italiano (cf. Aymard, M. *The Impact of Annales School in Mediterranean Countries*, *Review*, I, 3/4, 1978, pp. 60-61), afastados desse modo dos estudos de economia e ciências sociais. É importante notar que grande parte dos historiadores ligados aos QS tiveram sua formação, ou lecionaram, em faculdades de jurisprudência ou de economia e comércio. Os cursos autônomos de história só apareceram no cenário universitário italiano no bojo da reforma universitária da década de setenta. Em 1970 surge o primeiro *Corso di Laurea in Storia*, junto à *Facoltà di Lettere e Filosofia di Genova*. Para um balanço desse longo processo de discussão sobre os cursos de história e os seus currículos, ver o debate sobre o tema publicado no número 39 dos QS em 1978 (como o tema “O ensino da história”, pp. 1147-1179), com contribuições de Tommaso Deti, Mario Mirri e Pasquale Villani. O tema do ensino e a didática da história é de resto recorrente na revista.

cinquenta e início dos sessenta, ainda bastante afastada (com poucas exceções) dos interesses dos historiadores – mesmo os marxistas – marcados, como vimos, pela história política⁵⁵. Nas páginas de *Studi Storici*, o interesse pela economia aparecia em paralelo com aquele pela Revolução industrial, principalmente nos estudos dos economistas sobre seu impacto nos países onde a industrialização foi tardia, como no caso italiano, que remonta ao fim do Oitocentos. É nas páginas de *Studi Storici* que aparecem os trabalhos de Witold Kula sobre a economia dos países “atrasados” (em especial a Polônia)⁵⁶, bem como alguns dos primeiros influxos da historiografia marxista inglesa, com os trabalhos de Eric Hobsbawm e Maurice Dobb⁵⁷, estes últimos aparecendo em um fascículo dedicado precisamente aos estudos sobre a Revolução Industrial, já em 1961⁵⁸.

Esse interesse dos historiadores pela história econômica e os problemas do desenvolvimento não aparece apenas, naturalmente, nas páginas da revista do Istituto Gramsci⁵⁹. Na verdade, nem podemos dizer que este fosse um problema exclusivamente

⁵⁵ Mas a história econômica na Itália, em especial no pós-guerra, tem um percurso muito mais rico do que este – e com protagonistas importantes que irão influenciar e mesmo participar deste renovado interesse pela história econômica, como Gino Luzzatto e Luigi Dal Pane – e cuja análise foge aos objetivos deste trabalho. Para um olhar mais detalhado deste percurso e de seus protagonistas na Itália do pós-guerra, cf. De Rosa, Luigi, *Vent'anni di storiografia economica italiana (1945-1965)*, In Aa. Vv. *La storiografia italiana negli ultimi vent'anni*, volume secondo, Milano: Marzorati, 1970, pp. 857-924. Para uma avaliação da história econômica na Itália nas duas décadas seguintes, ver: Di Vittorio, Antonio, *La storia economica del mondo moderno*, In De Rosa, L. (a cura di) *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni*. Vol II. *Età moderna*. Bari: Laterza, 1989, pp. 235-308 e De Rosa, L. *La storia economica del mondo contemporaneo*, In. De Rosa, L. op.cit. Vol. III. *Età contemporanea*, pp. 171-192.

⁵⁶ W. Kula, *Secteurs et régions arriérés dans l'économie du capitalisme naissant*, STS, I (3), 1960, pp. 569-585.

⁵⁷ Que havia escrito, entre outros, um livro extremamente influente sobre a transição ao capitalismo (*Studies in the Development of Capitalism*, London: Routledge & Kegan Paul, 1946) que teria uma nova edição revisada (sinal de sua atualidade e interesse) naqueles tempos (1963). A aproximação com a historiografia social inglesa também irá marcar outros interesses por parte dos historiadores italianos: o uso que os ingleses fazem das categorias gramscianas, por exemplo, irá influenciar mais tarde a história social na Itália.

⁵⁸ Hobsbawm, que irá contribuir assiduamente em STS, tem seu primeiro texto publicado no primeiro ano da revista (*Il secolo XVII nello sviluppo del capitalismo*, STS I(4), 1960, pp. 661-676). O fascículo duplo (3/4) de 1961, com o tema *Studi sulla rivoluzione industriale* trazia, além das contribuições de Dobb e Hobsbawm, textos de Sam Lilley, Claude Fohlen, Pierre Lebrun, Jürgen Kuczynski, Luciano Cafagna, Jaroslav Pils, Vilmos Sándor e Viktor Jatsunskij (os três últimos tratando da revolução industrial nos países do Leste Europeu).

⁵⁹ O debate em torno do desenvolvimento é significativo na historiografia dos anos cinquenta e sessenta e é marcado inicialmente pela discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Uma amostra

historiográfico na Itália do fim dos anos cinquenta e sessenta, que vivia em pleno o período que se convencionou chamar de “milagre econômico”, com todas as suas consequências. Esse processo não apenas colocou a Itália entre os países mais desenvolvidos da Europa, mas fez aflorar os desequilíbrios mais flagrantes da sociedade italiana, como o aprofundamento do fosso que separava o Norte (e algumas das áreas centrais do país) e o Sul. De um lado uma região caracterizada pela concentração de capitais e uma forte industrialização, por outro, o *Mezzogiorno*⁶⁰, a Itália meridional cuja economia baseava-se sobre os setores mais tradicionais e com um desenvolvimento industrial incipiente. O processo de desenvolvimento leva igualmente à acentuação da emigração proveniente das zonas agrícolas do *Meridione*, provocando o “inchaço” populacional e a explosão edilícia nos grandes centros urbanos⁶¹.

O interesse pelo fenômeno do desenvolvimento e da industrialização – marcado pela própria experiência italiana neste período – aproxima as discussões dos historiadores e economistas italianos com o debate internacional, bastante intenso nos Estados Unidos e na América Latina, em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Um exemplo desta aproximação é a pesquisa promovida pela instituição de pesquisa americana, o **Social Science Research Council**, sobre o desenvolvimento dos países industrializados, que teve um grupo de trabalho na Itália, dirigido pelo economista Giorgio

desse debate (especialmente em torno do livro acima citado de M. Dobb) está em Hilton, Rodney et alli, **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. Um debate**, São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição, 1983 (edição original em inglês 1976). Sobre o mesmo debate ver também Kaye, H.J. **The British Marxist Historians**, cit., em especial pp. 23-69.

⁶⁰ O *Mezzogiorno* é a expressão que usualmente designa, de modo não muito preciso, o Sul da Itália, que é usualmente delimitado a partir de Napoli. Os estudos sobre a Itália meridional e o interesse sobre a sua especificidade configuram tradicionalmente aquilo que se chama a “*questione meridionale*”, que irão se acentuar a partir do segundo pós-guerra na Itália. Um marco importante do interesse político e a tomada de consciência sobre os problemas do Sul é o livro de Carlo Levi, **Cristo si è fermato a Eboli** (Torino: Einaudi, 1945), em que o autor narra seu período de exílio na Lucania durante a guerra. Sobre a questão meridional, remeto a: Vöchting, F. **La questione meridionale**, Napoli: IEM, 1955; Villari, R. (a cura di) **Il Sud nella storia d'Italia**, Roma/Bari: Laterza, 1984.

⁶¹ Sobre o “milagre econômico”, ver. Ginsborg, P. **Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi**, cit., em especial o sétimo capítulo, pp. 283-343.

Fuà, ligado a *Facoltà di Economia e Commercio da Università di Urbino*, com sede em Ancona⁶². Esta pesquisa é apenas um sintoma deste interesse interdisciplinar pela economia e suas vinculações com a história, e que irá marcar fortemente as preocupações dos historiadores que estarão, entre outras coisas, dirigindo e redigindo os *Quaderni Storici delle Marche*.

Reencontramo-nos com Ancona no princípio da década de sessenta e com o ambiente intelectual onde nasce a revista. No hierarquizado mundo acadêmico italiano, Ancona não era apenas geograficamente periférica, mas estava definitivamente “fora-dos-eixos” da produção científica e intelectual do país, com relação a centros de maior prestígio, como Roma, Torino ou ainda Bologna. Por outro lado, esta posição periférica permitiu, no fim da década de cinquenta, que Ancona se tornasse um espaço particularmente propício para o desenvolvimento – e a aplicação – de um debate que começava a circular (ao menos como tema) no ambiente acadêmico italiano: o do diálogo entre as disciplinas das ciências sociais.

A partir do final da década de cinquenta, a *Facoltà di Economia e Commercio da Università di Urbino*, que tinha sua “sede distaccata” recém-criada em Ancona, promoveu uma política de ampliação de quadros marcada pelo interesse por uma abertura a pesquisadores de várias disciplinas, com um perfil menos conformista e por trabalhos “fora do ‘coro’”⁶³, que tinha como responsável, em grande parte, Giorgio Fuà⁶⁴.

Sergio Anselmi, Renzo Paci e Ercoli Sori – que iriam contribuir para a criação dos *Quaderni Storici delle Marche* e eram então muito ligados a Alberto Caracciolo,

⁶² Esta pesquisa é citada por Anselmi, S., Paci, R. & Sori, E., *Il contributo di Alberto Caracciolo alla storiografia regionale delle Marche*, cit., p. 5. Não fui capaz de encontrar uma indicação clara desta pesquisa na *home-page* do *Social Science Research Council*, mas existe referência a um comitê de pesquisa patrocinado pelo conselho entre os anos de 1959-1974, intitulada *Economic Stability and Growth*, sendo possivelmente esta a qual os autores se referiam (Cf. *Consolidated List of Council Committees, 1924-1996*, In <http://www.ssrc.org/conslist.htm>, acessada em 21/08/1997). Uma informação um pouco mais geral sobre esta pesquisa na Itália, ver La P., J. *Scienze sociali in Italia*, *QSM*, n. 6, II(3), 1967, pp. 570-572.

⁶³ “*Fuori del ‘cuoro’*”: a expressão é de Anselmi, S., Paci, R. e Sori, E. *Il contributo di A. Caracciolo alla storiografia delle Marche*, cit. p. 5. Este pequeno texto, publicado em um número dos QS dedicado a Caracciolo (n. 91, XXXI, 1, aprile 1996) é um depoimento fundamental para a reconstituição do clima acadêmico de Ancona neste período.

⁶⁴ Cf. Anselmi et al., *Il contributo di A. Caracciolo...* cit. p. 5. “Por uma singular convergência de fatores, a sede anconitana é provavelmente, por toda a década seguinte, a mais avançada faculdade italiana de economia”, *ibid.* p. 5.

colocam nestes termos o momento de efervescência acadêmica que marca este período em Ancona: “Com uma estudada política de chamadas e contratações, a Facoltà di Ancona se torna, em pouco tempo, uma *grande arche des fugitifs*, acolhendo estudiosos que as estruturadas ‘famílias’ acadêmicas, as rígidas contraposições ideológicas, os conservadorismos de ‘direita’ e de ‘esquerda’, o forte clima político e cultural que pesava sobre o país entre o fim dos anos cinquenta e o início dos anos sessenta rejeitavam e isolavam.”⁶⁵.

Caracciolo chegara a Ancona entre 1959 e 1960 para ensinar história econômica, e era conhecido por uma postura pouco “alinhada” e por um forte interesse pelo diálogo com outras disciplinas das ciências sociais. Tendo sido em Roma assistente de Federico Chabod, possuía uma formação ampla que combinava tanto o marxismo quanto uma forte influência dos *Annales* (Caracciolo estudou na sexta sessão da École Pratique des Hautes Études, “quartel-general” de Braudel nas décadas de cinquenta e sessenta). Em Ancona encontra um ambiente intelectual “heterodoxo” que reunia não apenas historiadores como ele próprio, mas juristas, sociólogos, economistas e demógrafos, cujo interesse interdisciplinar marcaria nos anos seguintes as páginas da revista que Caracciolo fundaria em 66⁶⁶.

Os *Quaderni Storici delle Marche* nascem precisamente nesta estação de estudos em Ancona. A interdisciplinaridade, que é o signo sob o qual se estabelecem as discussões neste momento, constitui um elemento central do programa da revista⁶⁷. Os estudos de

⁶⁵ Cf. Anselmi et al., *Il contributo di A. Caracciolo...*, cit., p. 5.

⁶⁶ Juristas como Sabino Cassese, Umberto Romagnoli e Donatello Serrani, sociólogos como Alessandro Pizzorno, economistas como Giuseppe Orlando e demógrafos como Ornello Vittali, para citarmos apenas aqueles que mais tarde iriam ter seus textos publicados na revista fundada por Caracciolo. A lista continha ainda Massimo Paci (sociólogo), Giovanni Palmerio (economista), além de outros economistas importantes que já ensinavam em Ancona, como o próprio Fuà; cf. o texto de Caracciolo já citado (*Quaderni Storici* 1966-1977, p. 138), que traz também uma discussão geral sobre os diversos colaboradores dos QS até 1977.

⁶⁷ A interdisciplinaridade é, de resto, ponto central na discussão da historiografia italiana na década de sessenta. Um sinal claro disso está no prefácio feito à edição as atas do *I Congresso Nazionale di Scienze Storiche*, organizado em Perugia (09-13/10/1967) pela *Società degli Storici Italiani*, de autoria de Franco Valsecchi e Giuseppe Martini (In Aa. Vv. *La storiografia italiana negli ultimi vent'anni*, volume primo, pp. vii-xix): “Pode-se dizer antes de tudo que os trabalhos do Congresso foram guiados por um princípio de fundo, ora resolutamente afirmado, ora subentendido ou apenas acenado, mas de todo modo sentido

história local complementam e circunscrevem este interesse mais geral, transformando-o em pesquisas monográficas. Fundamental para esta confluência de interesses é, mais uma vez, a atuação de Alberto Caracciolo. O historiador nascido em Livorno (1926), *allievo* de Chabod em Roma, havia anteriormente se dedicado a algumas pesquisas de história com um recorte regional⁶⁸ que tinham sido bem recebidos então, assim como a trabalhos de história econômica⁶⁹. Iniciando suas atividades em Ancona, com cerca de 34 anos, o historiador transfere também seus instrumentos críticos e sua curiosidade intelectual para a história local das Marche. Seu trabalho de colaboração com Giorgio Fuà na pesquisa sobre o desenvolvimento econômico da Itália⁷⁰, rendeu também outros frutos, como o seminário acontecido na cidade em 1963, com o tema “Problemas históricos da industrialização e do desenvolvimento”⁷¹, bem como um ensaio seu sobre o estudo da economia das Marche⁷². É em torno da história desta região adriática que grande parte dos seus estudos irá voltar-se durante a década de sessenta. A revista, ainda que dirigida por um historiador vinculado à universidade, não é ligada a ela institucionalmente⁷³. O recorte menos comprometido com as hierarquias universitárias apresentado pelo periódico é

do mesmo modo por historiadores de todas as especialidades: o princípio da ‘interdisciplinaridade’” (p. xiv).

⁶⁸ Me refiro a *Il movimento contadino nel Lazio (1870-1922)*, Roma: Rinascita, 1952; e *Roma capitale dal Risorgimento alla crisi dello Stato Liberale*, Roma: Rinascita, 1956.

⁶⁹ O trabalho importante de Caracciolo aí é *L'inchiesta agraria Jacini*, Torino: Einaudi, 1958.

⁷⁰ A pesquisa coordenada por Giorgio Fuà produzirá três volumes publicados em 1969, sob o título *Lo sviluppo economico in Italia: storia dell'economia italiana negli ultimi cento anni*, Milano: F. Angeli, 1969 (3 vol.). A. Caracciolo contribuirá com dois textos, intitulados: *Il processo di industrializzazione e La crescita e la trasformazione della grande industria durante la prima guerra mondiale*; cf. Anselmi, Paci, Sori, cit. p. 6.

⁷¹ As colaborações neste congresso foram reunidas e organizadas por Alberto Caracciolo em um volume intitulado *Problemi storici della industrializzazione e dello sviluppo*, Urbino: Argalia, 1965. Caracciolo faz referência a este encontro na introdução ao texto de Braudel, *Storia e scienze sociali*, cit. p. 5.

⁷² Anselmi, Paci e Sori (op. cit. p. 6-7) citam uma apresentação de Caracciolo no *IV Convegno di Studi storici marchigiani* (acontecido em Ancona em 1962), intitulada *Le grandi fasi di sviluppo dell'economia delle marche negli ultimi secoli (Elementi di una ricerca su fonti demografiche)*: “É a primeira vez que um ensaio, ainda que breve e fundado sobre poucos e incertos documentos, traça para as Marche um quadro de longo período sobre a relação entre a evolução demográfica, urbanização e desenvolvimento econômico.”, pp. 6-7.

⁷³ A sede do comitê de redação da revista era, entretanto, no *Istituto di studi economici e sociali* da universidade (Palazzo degli Anziani, Ancona), mas isto está ligado ao fato de que o diretor e grande parte dos redatores trabalhavam aí. A revista permanecia sendo uma publicação de caráter privado.

demonstrado principalmente pela forte participação de pesquisadores – muitos deles bastante jovens – que não tinham ainda nenhuma posição acadêmica⁷⁴.

O nascimento dos *Quaderni Storici delle Marche*, além do empenho pessoal de seu primeiro diretor, marca neste momento também um esforço coletivo de historiadores e outros pesquisadores ligados ou não à *Facoltà di Economia e Commercio* – todos de algum modo próximos a Caracciolo – de construir um espaço de publicação e discussão que desse conta de expressar a riqueza de estudos que era gerada em Ancona naquele período⁷⁵.

Nesta primeira fase da revista, que se estende pelos quatro anos em que se intitula *Quaderni Storici delle Marche*⁷⁶, o interesse quase exclusivo dos trabalhos monográficos volta-se para o estudo de um espaço que engloba fundamentalmente as Marche e o Estado pontifício (de que a região fazia parte até a unificação), em um recorte de estudos que priorizava a história local.

A análise destes primeiros doze números revela bastante sobre como seu programa original é colocado em prática. Em primeiro lugar, já não se tratava de seguir no terreno regional as “grandes questões nacionais”, mas de pensar a partir da “amostra”⁷⁷, do recorte regionalmente circunscrito, problemas muito mais “gerais” que se estendiam tanto geográfica quanto temporalmente por arcos muito mais amplos que aqueles delimitados pelo recorte “nacional”. Já que é a inspiração de Braudel que marca de saída a revista, podemos pensar que o desafio é pensar Ancona e as Marche dentro de um contexto mais geral onde o enquadramento geográfico e temporal pode ser tão amplo quanto o

⁷⁴ Exemplos disto são os próprios Sergio Anselmi e Renzo Paci, que em 66 eram assistentes de Caracciolo e apenas ocupariam cargos definitivos mais tarde (Anselmi em Ancona e Paci em Macerata); com relação à idade, um exemplo é o economista Gianni Toniolo que, quando de sua primeira participação na revista (em 1969) tinha 24 anos (com um artigo assinado em conjunto com Richard Sylla, *La "New Economic History": metodi, obiettivi, limiti*, QSM, 11, IV(2), 1969, pp. 229-264).

⁷⁵ E não apenas Ancona, uma vez que durante a década de sessenta surgiram em outras cidades vizinhas iniciativas notáveis em torno da história local, como a criação do *Centro di studi maceratesi*, em Macerata, assim como grupos de estudo semelhantes em Urbino e Camerino. Ver. P.C. *Un convegno sulle fonti per la storia della provincia di Macerata*, QSM, n. 2, I (2), 1966, pp. 300-302.

⁷⁶ Portanto, os doze números iniciais (1966-1969), uma vez que a revista é quadrimestral.

⁷⁷ “*Ricerca su campioni*”, como fala A. Caracciolo em *Appunti sul procedere degli studi: Risorgimento e formazione della società moderna*, QSM n. 7, III (1), 1968, p. 8.

Mediterrâneo na Idade Moderna. As Marche e seu porto na costa adriática são, na verdade, dentro do quadro de referência que Braudel esboçava em seu enorme trabalho sobre o mar Mediterrâneo na época de Felipe II, um “ponto de vista” privilegiado. Na preocupação em pensar a história local a partir das grandes questões que envolvem o tempo longo, as palavras de Braudel sobre esta que seria “talvez a mais coerente” das regiões mediterrâneas, ecoam quase inevitavelmente: “[O Adriático] só por si, e por analogia, coloca todos os problemas que o estudo de todo o Mediterrâneo implica”⁷⁸. Esses estudos locais, que tomavam Le Marche como espaço de estudo, traduziam também de certo modo os estudos monográficos regionais que os seguidores de Braudel estavam desenvolvendo na França naquele período. Voltarei a esta aproximação mais tarde: por enquanto tentarei explorar melhor essa influência direta – e assumida – de Braudel.

Por analogia ou “amostra”, Ancona poderia fazer pensar para muito além de suas fronteiras geográficas. O porto franco de Ancona, como toda a região, dominado pelo Estado pontifício, assume desde o século XVI uma importância decisiva em um Adriático dominado pela força da república veneziana. Seu papel principal foi o de elemento de ligação de diversas rotas de comércio: aquela terrestre, que a liga a Firenze e a Livorno, e aquela marítima, que a liga a Ragusa (Dubrovnik) no outro lado do Adriático e, através dela, coloca-se às portas do mundo otomano, constituindo-se uma fronteira entre Oriente e Ocidente⁷⁹. Um importante centro mercantil, portanto, em um momento em que se organizam os primeiros passos daquilo que se chamará na Europa de Idade Moderna.

Podemos avaliar a riqueza das fontes e as possibilidades de pesquisa da história de Ancona e das Marche através da fortuna historiográfica que se dedicou a descrever, nas páginas dos *Quaderni* daqueles anos, os fundos documentais e as bibliotecas da região. Braudel, que com seu livro sobre o Mediterrâneo havia abertos novas possibilidades para se pensar a história da Itália para muito além de suas fronteiras⁸⁰ (isto não se daria só com

⁷⁸ Braudel, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa: Liv. Martins Fontes, 1983 (1949).

⁷⁹ Cf. Delumeau, J., *Una ponte fra Oriente e Occidente: Ancona nel Cinquecento*, QS, 13, V(1), 1970, pp. 26-47.

⁸⁰ O livro, publicado na França em 1949 (Paris: Armand Colin), teve sua primeira edição em italiano em 1953, com tradução de Carlo Pischedda: *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell'età di Filippo II*,

as Marche, naturalmente, basta pensarmos nos papéis de Venezia ou Genova nas análises braudelianas), é sem dúvida uma referência fundamental aqui. Não é entretanto a única. A abertura interdisciplinar, seguidamente reafirmada nas páginas dos *Quaderni* dirigia-se a outras fontes e outras discussões que valeria a pena revermos.

Em primeiro lugar, o que me parece fundamental a partir da análise desta primeira fase da revista é o interesse, por um lado, pela história econômica e os seu métodos e, no aspecto temático, pela discussão sobre o desenvolvimento, em especial naquilo que diz respeito à transição a partir da economia rural que caracterizava o Antigo Regime. Este interesse aparece já no terceiro número, dedicado a história da agricultura na Idade Moderna⁸¹. O fascículo é aberto por um artigo do historiador holandês especialista em história rural, B. H. Slicher Van Bath⁸². O texto de Van Bath era uma tentativa de estabelecer – a partir de uma perspectiva geral e mesmo “estrutural” – um conjunto de instrumentos para a avaliação do desenvolvimento – lento, “menos vistoso” com relação as transformações dos séculos XIX e XX – nas sociedades agrícolas⁸³. A preocupação

Torino: Einaudi, 1953 (reimpresso em 1965, e 1966 com nova edição – seguindo a edição modificada francesa de 1966 – em 1982, reeditada por sua vez em 1986 e 1991). As re-edições do livro de Braudel em 1965 e 1966 são um forte indicador do interesse renovado dos historiadores italianos pelo seu trabalho, um interesse que certamente não é isolado nos QSM. Para uma análise sobre a importância de Braudel para a historiografia da Itália a partir da publicação de *La Méditerranée*, ver Aymard, Maurice, *The Impact of the Annales School in Mediterranean Countries*, *Review*, I (3/4), winter/spring 1978, pp. 53-64. Este fascículo da revista reúne as intervenções (revisadas pelos autores) na Conferência inaugural do *Fernand Braudel Center* (13-15/05/1977), com o tema “O Impacto da Escola dos Annales sobre as Ciências Sociais”. Quanto ao inegável impacto dos Annales e de Braudel em outros contextos historiográficos, remeto a este número de *Review* em seu conjunto.

⁸¹ Já no primeiro número, entretanto, ao menos dois textos se voltam a discutir aspectos da história econômica das Marche, o de Sergio Anselmi, *L'industria della lana a Matelica* e o de Giuliana Carreras, *L'industria serica a Forssimoroni*. *QSM*, 1, I (1), 1966, pp. 93-125 e pp. 126-150. O segundo número dos *QSM* é dedicado à história jurídica.

⁸² Van Bath, B. H. Slicher, *Problemi di storia dell'agricoltura in Europa nell'età preindustriale*, *QSM*, 3, I(3), 1966, pp. 331-374. O texto é uma tradução de uma intervenção do autor na III Conferência mundial de história econômica (Munique, 1965). Van Bath é autor ainda de *The Agrarian History of Western Europe, 500-1850*, London, 1963, cf. o texto introdutório ao artigo, p. 331.

⁸³ Por sociedades rurais, neste caso, Van Bath entende sobretudo as sociedades européias pré-industriais, onde a agricultura era o recurso principal e onde mesmo a “indústria”, quando existia, era antes de tudo baseada na transformação de produtos agrícolas (Cf. Van Bath, B. H. S. *Problemi di storia della agricoltura*, cit. pp. 332-333). Uma vez estabelecido que a produção agrícola nestas sociedades era determinada tanto por fatores constantes (como o rendimento do trabalho humano e animal, que permanecem praticamente invariáveis até as inovações técnicas do século XVIII) quanto por fatores variáveis (como por exemplo a

com a mensuração e com a construção de modelos que possam ser aplicados na compreensão dos fenômenos que acompanham a expansão e a recessão na agricultura⁸⁴ permanece como o elemento central da proposta de Van Bath, ainda que este faça uma ressalva sobre a aplicação do seu próprio modelo esquemático de análise, frente a possibilidade de existência de exceções e “anomalias de caráter regional”⁸⁵.

O artigo é discutido no mesmo número dos *Quaderni* em dois outros textos. O primeiro deles⁸⁶, do “economista agrário” Giuseppe Orlando, também professor em Ancona, concorda com o historiador holandês sobre a necessidade de aplicação de uma metodologia quantitativa para a interpretação de fenômenos de longa duração, como este do desenvolvimento econômico no mundo rural pré-industrial. Sua crítica a Van Bath dirigia-se, por outro lado, àquilo que em sua opinião era uma utilização insuficiente da instrumentação da economia – “instrumento, metodologias de medida e modelos interpretativos, que a ciência econômica torna disponível e que os historiadores poderiam servir-se largamente”⁸⁷. Para Orlando, o melhor do trabalho de Van Bath estava no seu lado propriamente “histórico” – a riqueza do levantamento da documentação e sua discussão – mais do que em sua insatisfatória “aplicação interpretativa dos modelos de comportamento econômico”⁸⁸. Na análise do economista, o que é necessário para preencher este lapso entre a análise da rica documentação e a construção de modelos econômicos interpretativos seria, por parte do historiador, um domínio dos métodos estatísticos, da econometria, que ele (o historiador) se tornasse enfim um economista, isto

quantidade ou os preços dos grãos), o objetivo de Van Bath era discutir o estabelecimento de critérios de mensuração dos aspectos envolvidos no desenvolvimento nestas sociedades. Cf. Ibid. pp. 347, 351-353, 360-361) e de entender como estes se influenciam reciprocamente (Van Bath divide-os em aspectos agrícolas, sociais e da economia de mercado).

⁸⁴ Cf. Van Bath, B. H. S. *Problemi di storia della agricoltura*, cit. pp. 369-371.

⁸⁵ Ibid. p. 371.

⁸⁶ Orlando, Giuseppe, *Alcune esigenze per la storia dell'agricoltura nel lungo periodo*, *QSM*, 3, I(3), pp. 375-380.

⁸⁷ Ibid. p. 376.

⁸⁸ Ibid. p. 379.

é dominasse “a teoria econômica e os diversos significados dos modelos de comportamento”⁸⁹.

Este juízo de Giuseppe Orlando, que define uma leitura da aproximação entre história e economia que é marcada pela idéia de construção de modelos econômicos – modelos quantificáveis, no caso, do desenvolvimento – não é contraposto diretamente pelo outro comentário ao artigo de Van Bath publicado nos *Quaderni*. O sociólogo Gilberto Antonio Marselli (que dava aulas então nas universidades de Portici e de Urbino, também nas Marche) faz um comentário, em forma de carta⁹⁰, que – sem tocar no problema dos modelos e da quantificação – discute como Van Bath lida com aquilo que ele mesmo intitula “aspectos sociais do desenvolvimento econômico” e que considera como apenas os movimentos demográficos, as relações entre produtores e consumidores e a estratificação social. De forma cautelosa, Marselli irá apontar para a necessidade de uma compreensão mais ampla do que seriam estes aspectos sociais, uma compreensão que incluísse também a cultura: “uma análise do papel exercido pela agricultura no desenvolvimento econômico não pode fazer abstração de um exame particular das estruturas fundiárias, das relações entre propriedades, empreendimento e mão-de-obra e, não menos importante, das influências que estes elementos (junto a outros) podem ter sobre a *Weltanschauung* das próprias populações camponesas. A ‘cultura’ ou ‘visão do mundo’”, continua Marselli, “determina largamente – como hoje sabemos muito bem – as atitudes e os comportamentos dos indivíduos e grupos, fornecendo-lhes modelos culturais, que se remetem a determinadas ‘escalas de valor’.” E se perguntava: “Podemos excluir a priori que isso tenha um peso – e, no meu modesto juízo, mesmo importante – no determinar um certo ‘processo decisional’ no *homo oeconomicus*?”⁹¹. Ora, sem explicitá-lo, o que o sociólogo acaba por contestar nas análises de Van Bath é precisamente a ausência de elementos fundamentais para a compreensão do mundo camponês que são – mesmo a

⁸⁹ Ibid. p. 380.

⁹⁰ Dirigida ao diretor, Caracciolo. Marselli, G. A. *Strutture sociali in agricoltura e storia del sviluppo economico (un'opinione sul saggio di Slicher Van Bath)*, QSM, 3, I(3), 1966, pp. 381-384.

⁹¹ Cf. Marselli, op. cit. p. 382.

partir de um problema como o do “desenvolvimento” – de difícil quantificação. O que se contesta em última instância – podemos pensá-lo – são os limites do próprio modelo quantitativo.

No mesmo número da revista seguem ainda dois textos que, como seria a praxe nos números seguintes, discutem o tema geral da “história da agricultura”, que o texto de Van Bath propunha, a partir das referências regionais das Marche e do Estado pontifício⁹². Será entre estes dois pólos – o da aceitação da quantificação como um novo caminho para a historiografia econômica e uma postura mais cautelosa que procurava articular outras preocupações e perspectivas – que esteve a maior parte desta discussão sobre a história econômica nas páginas dos *Quaderni Storici delle Marche*.

O texto de Slicher Van Bath – e as discussões em torno dele – é apenas um exemplo do debate que tem lugar nos *Quaderni* então. A postura interdisciplinar – de colaboração entre especialistas de diferentes disciplinas –, que é programaticamente reafirmada nas páginas da revista, dirige-se em primeiro lugar para o debate com a economia. De resto, a história econômica era um interesse crescente naquele momento, dentro e fora do contexto italiano, influenciado, entre outros, pela historiografia francesa (não apenas Braudel, mas também, por exemplo, Labrousse), o debate em torno do desenvolvimento, entre outros. Tudo isso acaba refletindo no debate histórico italiano, através de *Studi Storici* e outros periódicos importantes de história na época, além da própria produção historiográfica no período⁹³. Nos *Quaderni Storici delle Marche* em particular, que nos interessa particularmente aqui, a história econômica se articulava a partir de certas referências e era colocada a serviço de certos objetivos historiográficos que será preciso olhar mais atentamente. Entender de que modo a postura interdisciplinar dos *Quaderni* se constrói inicialmente a partir de um diálogo com a economia, nos fará

⁹² Cesaretti, Giuliano, *Proprietari e contadini nell'Urbinate tra '700 e '800*; e Fiorani, Claudio, *I beni fondiari della Santa Casa di Loreto nei secoli XVIII e XIX*, *QSM*, 3, I(3), 1966, pp. 385-406 e pp. 407-422.

⁹³ Na nota que precede o texto de Bergier (p. 5), o redator aponta como confirmação deste interesse pela história econômica, o ensaio de Roberto Zangheri, *Ricerca storica e ricerca economica* (STS, 1966, 3), a resenha de Mario Mirri (em *Critica storica*, 1966, 4) sobre o trabalho de Ruggiero Romano, *Prezzi, salari e servizi a Napoli nel sec. XVIII* (Milano, 1965) e um conjunto de artigos sobre a história dos salários que havia saído em *RSI* (1966, 2).

compreender melhor – acredito – o processo pelo qual, na década de setenta, este interesse se transformará tão marcadamente. A história econômica irá aproximar-se da história social pelo caminho de uma crítica aos modelos funcionalistas que informavam as análises dos historiadores sobre as sociedades do passado, como aquele que tentava explicar as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas através de conceitos auto-explicativos como “desenvolvimento” e “modernização”.

Essa mudança de perspectiva se mostra lentamente nas páginas dos *Quaderni*. O diálogo com a economia se constrói nesse momento principalmente sobre dois aspectos: por um lado a construção de modelos econômicos quantitativos e a por outro a discussão sobre o desenvolvimento. Se as conclusões que se tiram daí não são necessariamente homogêneas, o que vemos é a crítica progressiva ao excessivo esquematismo de vários desses modelos. A abertura para outras leituras das transformações que a Europa sofreu a partir do século XVI (mas que se estendem até o XX) que enriquecessem as análises marxistas (ou que fossem alternativas a elas) levou a discussões importantes, sobre as quais valeria a pena deter-se um pouco mais. As discussões em torno da chamada *New Economic History* (NEH)⁹⁴ podem ser tomadas por nós como um exemplo importante.

Nascida entre o fim dos anos cinquenta e início da década seguinte, a NEH designava a produção histórica de economistas americanos como Douglass North, Robert Fogel, W. Parker, R. Galman, L. Davis e outros, cujo trabalho articulava de um modo extremo o interesse metodológico da história econômica pela quantificação. As propostas avançadas por eles consistiam em pensar para a história econômica um conjunto de instrumentos metodológicos que permitissem a verificação das teorias econômicas em contextos históricos dados, através do estudo analítico consentido pela construção e aplicação de modelos matemáticos. Estes modelos seriam constituídos e verificados lançando-se mão da quantificação permitida pelo uso maciço de técnicas de processamento numérico de dados.

⁹⁴ A expressão *New Economic History* é usada pela primeira vez por Y. E. Davis, J. R. T. Hughes e S. Reiter, *Aspects of Quantitative Research in Economic History*, *Journal of Economic History*, XX (1960), pp. 539-547, cf. Toniolo, G. & Sylla, R. *La 'New Economic History'. Metodi, obiettivi, limiti*, *QSM*, 11, IV(2), 1969, p. 230.

Essa “cliometria”⁹⁵ caracterizava-se pela idéia de que era possível a verificação de hipóteses sobre aspectos propriamente econômicos da história – como a industrialização ou o sub-desenvolvimento – através do uso de modelos teóricos (ou abstrações hipotético-dedutivas) que permitissem lançar luz sobre o processo causal que envolviam os fenômenos estudados⁹⁶. Esta metodologia era marcada em primeiro lugar – como dissemos – pela análise quantitativa e estatística permitida pelo uso do “calculador”; em segundo lugar, pelo recurso à chamada “inferência estatística”, que consistia em – com a ajuda de técnicas econométricas – “criar uma evidência quantitativa onde esta faltava”⁹⁷, isto é, a partir do tratamento estatístico dos dados disponíveis, inferir sobre dados não disponíveis. A construção de modelos matemáticos informados pela teoria econômica, permitiria o estabelecimento de relações causais entre os fenômenos considerados, cuja verificação seria permitida pelo próprio modelo⁹⁸.

A “cliometria”, cujos elementos básicos foram rapidamente esboçados acima, havia nascido nos Estados Unidos e se voltado precisamente para a análise da história econômica daquele país. Em primeiro lugar, o século XIX norte-americano, cujo estudo era considerado por Douglass North “vazio naquilo que diz respeito à análise econômica”⁹⁹, foi tomado em consideração, em uma crítica direta à visão mais “clássica” dos economistas que consideravam o progresso técnico como único dado a ser analisado pela economia, e a Revolução Industrial como o próprio momento do nascimento da história econômica¹⁰⁰; por isso, com frequência a “nova história econômica” se voltava

⁹⁵ “*Cliometrics*”, como também eram chamadas estas proposições, cf. Bergier, J-F. *Situazione e problemi attuali della storia economica*, QSM, 4, II(1), 1967, (pp. 5-23), p. 19.

⁹⁶ Cf. Sylla, R. & Toniolo, G. *La New Economic History*..., cit, p. 233.

⁹⁷ Ibid. p. 230.

⁹⁸ A cliometria permitiria, enfim, lançar mão do recurso da *counterfactual analysis* (“método de hipóteses alternativas”), isto é, da possibilidade de construir um modelo analítico onde um elemento selecionado – cuja importância na constituição de um dado sistema econômico se deseja avaliar – fosse subtraído; uma vez feito isto, era preciso verificar como esta “hipótese alternativa” funcionava logicamente, comparando-a ao funcionamento do modelo que de fato existiu. Cf. Sylla, R. & Toniolo, G. *La New Economic History*..., cit, p. 230.

⁹⁹ North, D., *Per una nuova storia economica*, QSM, 4, II(1), 1967, p. 27.

¹⁰⁰ Ibid. p. 26.

sobre questões centrais da história americana, como o sistema escravista, verificando os modelos tradicionais de desenvolvimento até então aplicados¹⁰¹.

O debate sobre a *New Economic History* reverberava uma outra discussão importante dentro da história econômica italiana. Refiro-me ao livro de Rosario Romeo sobre o *Risorgimento e capitalismo* (Bari: Laterza, 1959), onde ele tentara refutar a leitura de Gramsci (e também de Emilio Sereni¹⁰²) sobre o *Risorgimento* como uma “revolução agrária” mal-sucedida. Essa refutação era baseada na leitura das fontes seriais sobre a variação da renda nacional, onde ele descobria – de modo inverso ao que suporia a tese gramsciana – um considerável aumento da produção italiana agrícola nas primeiras duas décadas após a unificação. Esse aumento de produção teria proporcionado a partir da década de 1880 – de acordo com Romeo – tanto os investimentos na infra-estrutura quanto o financiamento do setor secundário. “Um processo desse gênero, que sacrificou o sul em benefício do norte e o interior rural em benefício das cidades, foi indispensável, segundo a análise de Romeo, dada a situação de atraso na qual se encontrava o país no momento da

¹⁰¹ Exemplo clássico destas aplicações das análises quantitativas são os trabalhos de Alfred H. Conrad e John R. Meyer sobre o sistema econômico escravista do Sul dos Estados Unidos no período que precede a Guerra Civil (Conrad, A.H. & Meyer, J.R., *The Economics of Slavery in the Ante-Bellum South*, publicado inicialmente em *Journal of Political Economy*, LXVI (1958), pp. 95-130. Republicado em *The Economics of Slavery*, Chicago: Aldine, 1964; e em Engerman, S.L. & Fogel, R.W. (org.), *The Reinterpretation of American Economic History*, New York: Harper & Row, 1971), que chegam a conclusão de que “a escravidão era um sistema conveniente do ponto de vista da racionalidade econômica” (Sylla, R. & Toniolo, G., *La 'New Economic History'...*, cit, p. 229), analisando de modo extensivo os números produzidos pela produção escravista. Deste modo, o sistema escravista não teria entrado em colapso por causa de sua inépcia econômica, e nem o modelo escravocrata vigente no Sul daria conta de explicar sozinho a diferença nos processos de desenvolvimento que havia entre o Norte e o Sul do país. Um outro exemplo de aplicação da econometria é o trabalho de Robert Fogel sobre o papel das estradas de ferro para o desenvolvimento da economia americana (Fogel, Robert W., *Railroads and American Economic Growth: essays in econometric history*, Baltimore: Johns Hopkins, 1964). Fogel, utilizando a *counterfactual analysis*, constrói a partir do trabalho maciço sobre as estatísticas do desenvolvimento americano um modelo que exclui precisamente as ferrovias do processo. A conclusão de Fogel é que o modelo de desenvolvimento americano no século XIX não teria sido muito diferente do que foi (naturalmente, em termos qualitativos) se, no lugar das ferrovias, outros sistemas de transporte disponíveis da época tomassem o lugar que o transporte férreo teve no período.

¹⁰² Ver em especial: Sereni, E. *Il capitalismo nelle campagne 1860-1900*, Einaudi: Torino, 1947. Um dos aspectos interessantes deste livro é o fato de que a idéia do *Risorgimento* como uma “revolução agrária” mal-sucedida foi elaborada por Sereni em termos análogos aos de Gramsci, mas de modo independente deste. Sereni (Roma 1907 - Roma 1977) foi uma importante figura dentro do Partido Comunista Italiano.

unificação”¹⁰³. A polêmica levantada por Romeo foi importante e duradoura, na medida em que atacava frontalmente uma interpretação muito difundida sobre o desenvolvimento italiano através de uma análise quantitativa de dados cuja fidedignidade era difícil de refutar. O reconhecimento dos métodos de Romeo e o seu uso das fontes, bem como a discordância com relação às conclusões economicamente liberistas que ele tirava delas, estava no centro das discussões sobre o desenvolvimento italiano durante os anos sessenta. A semelhança de procedimentos e as controvérsias quanto aos resultados alcançados (e suas implicações políticas) aproximavam de modo muito claro o interesse ambíguo dos historiadores econômicos pelas teses de Romeo e as da NEH.

De resto, não havia sido apenas na Itália que as discussões em torno da NEH foram seguidas de perto por muitos historiadores, mesmo marxistas, que a viram como um experimento – muito problemático – de aproximação entre economia e história¹⁰⁴. Esse interesse pode ser explicado em parte – me parece – menos pela qualidade das análises dos cliometristas do que pela sedutora proposta – que ia ao encontro às aspirações de grande número de historiadores de então – de construir para a história instrumentos que se aproximassem daqueles das chamadas disciplinas sociais “científicas”.

Isso pode explicar em parte a quantidade de juízos extremados, contra e a favor dos seus métodos e propostas, que a *New Economic History* produziu. Sua fortuna crítica nas páginas dos *Quaderni*, por outro lado, não parece traduzir sua importância de fato nas pesquisas dos historiadores italianos. Se é um fato que havia uma tradição importante em história econômica na Itália que se utilizava de métodos quantitativos – como o caso de Romeo mas também, em um extremo político oposto, Gino Luzzatto¹⁰⁵ –, os trabalhos

¹⁰³ Cf. a resenha ao livro de Romeo, em DS, p. 906.

¹⁰⁴ Um exemplo desse interesse pode ser colhido em dois textos de Eric Hobsbawm (de 1980), recolhidos recentemente em sua coletânea *Sobre a história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998) e que têm o título “Historiadores e economistas”, onde ele discute esse interesse pela NEH (cf. em especial pp. 108, 119, 125-137).

¹⁰⁵ Sylla e Toniolo citam os trabalhos de Gino Luzzatto como “exemplares de boa historiografia quantitativa de tipo tradicional”, bem como o trabalho de “explicação’ do desenvolvimento industrial italiano entre 1880 e 1913”, empreendido por Rosario Romeo (*Risorgimento e capitalismo*, cit.) como muito próximo de algumas das proposições da “new economic history”, em especial na explicação de um processo causal através da verificação de um modelo; cf. Sylla, R. & Toniolo, G., *La New Economic*

de história econômica que apareciam nas páginas da revista eram marcados por uma aproximação muito mais qualitativa, muitos deles influenciados pela propostas – muito distantes do quantitativismo – de Luigi Dal Pane¹⁰⁶. Contudo, a *New Economic History* havia sido discutida nos *Quaderni Storici delle Marche* já no seu quarto número, em janeiro de 1967, dentro de um debate sobre os caminhos da história econômica. A “cliometria” foi ainda tratada criticamente por Gianni Toniolo e Richard Sylla em um longo artigo de 1969. Mesmo não ocupando muito espaço nos anos seguintes, havia ainda bastante fôlego para a discussão em 1976, quando Toniolo organiza um “aggiornamento” sobre a *New Economic History* que preenche 81 páginas!¹⁰⁷

Se pensarmos entretanto que o interesse pela “nova história econômica” não era isolado, mas estava colocado no horizonte geral da aproximação que vários dos colaboradores da revista faziam com a história econômica naquele período, toda esta discussão passa a fazer mais sentido. O interesse pela construção de modelos explicativos para as realidades sociais e econômicas do passado era sem dúvida um elemento que dava coerência algumas das principais preocupações de então. Modelos que tentavam desenvolver ou mesmo substituir aqueles que eram julgados insuficientes (ou imprecisos), como as conclusões muitas vezes funcionalistas e excessivamente estáticas produzidas pelo marxismo tradicional. Os modelos quantitativos de organização e leitura dos dados históricos tinham, por outro lado, o atrativo de possuírem uma aura de cientificidade que naquele momento parecia faltar à história tradicional. A ambição de produzir uma história

History’...”, cit. pp. 246-249. Luzzato e Romeo, no entanto, estavam em pólos políticos inteiramente opostos dentro da historiografia italiana.

¹⁰⁶ Dal Pane, então diretor e docente do *Istituto di Storia Economica e Sociale* da *Università di Bologna*, tinha uma trajetória muito peculiar e independente dentro do panorama historiográfico italiano; próximo do marxismo, trabalhou na juventude com a obra do pensador socialista italiano Antonio Labriola, dedicando-se posteriormente a história econômica e da agricultura, discutindo o comércio de grãos na Itália do século XVIII; mas interessava-se também pela análise do desenvolvimento através dos “documentos indiretos”, bem como sobre a cultura material. Dal Pane influenciará trabalhos diversos e importantes, como os de seus alunos Renato Zangheri, Giorgio Porisini e Carlo Poni. Dal Pane publica nos *QSM* em 1968, um texto onde faz um levantamento quase auto-biográfico dos trabalhos que desenvolveu em Bologna sobre a história econômica: *Sedici anni di ricerca nell’Istituto di Storia Economica e Sociale dell’Università di Bologna* (*QSM*, 8, III(2), 1968, pp. 183-212).

¹⁰⁷ Com colaborações de Lars G. Sandberg, Donald McClosKEY, Hans Jager, Gary R. Saxonhouse, em *QS*, n. 31, a XI(1), 1976.

que tivesse a mesma credibilidade científica das ciências naturais parece ser um elemento importante para compreender a proliferação de estudos quantitativos e seriais não apenas na história econômica, mas também nos estudos demográficos ou mesmo de história cultural.

A história econômica – que era a face mais evidente da busca de modelos “fortes” para a história nas páginas dos **Quaderni Storici (QS)** – não era apenas sinônimo de quantificação, ainda que representasse nela um forte componente¹⁰⁸. No seu aspecto temático, ela se dirigia igualmente para a análise das economias rurais, das manufaturas no período anterior à chamada Revolução Industrial. Isso constituía um outro elemento de convergência entre as discussões que apareciam na revista. O que estava sendo trazido à mesa era uma reflexão mais ampla – a partir da história econômica neste momento, mas que teria suas perspectivas ampliadas na década seguinte – sobre o processo de desenvolvimento que caracterizou a construção do mundo moderno e as tipologias e parâmetros para sua compreensão. Dentro de uma discussão em que frequentemente se pensava a idéia de um modelo único para se compreender o crescimento econômico (baseado em geral, no processo britânico), o que se procurava então era pensar a pluralidade de modelos de desenvolvimento, voltando-se mesmo para aquelas formas alternativas de produção que não necessariamente “evoluíram” para formas industriais. O interesse por estudos sobre estas alternativas, como as pensadas por Alexander Gerschenkron em seu livro sobre o sub-desenvolvimento¹⁰⁹ e por Witold Kula¹¹⁰ sobre o

¹⁰⁸ Este interesse pela “história serial” ou quantitativa se manifestava em outros lugares: em 1969 é publicado um artigo de Emmanuel Le Roy Ladurie, onde este afirmava, tratando do futuro da história quantitativa: “...o historiador de amanhã saberá ser um programador, ou não será”, Cf. *Fine del erudito*, QSM, 10, IV(1), p. 84.

¹⁰⁹ O livro do historiador e economista americano (nascido na Rússia) Gerschenkron havia sido publicado recentemente na Itália: *Il problema storico dell'arretratezza economica*, Torino: Einaudi, 1965 (a edição americana é de 1962), com tradução de Andrea Ginzburg e Carlo Ginzburg. Gerschenkron (que havia polemizado com Rosario Romeo) apontava para a impossibilidade de se pensar um modelo único de desenvolvimento, apontando para a necessidade de construção de modelos adequados para cada situação que dessem conta do fato de que os países de industrialização tardia (os *late comers*) não poderiam ser pensados através do mesmo modelo pelo qual era pensada a Inglaterra, uma vez que havia diferenças qualitativas importantes (em especial o estado de desenvolvimento antes da industrialização) que caracterizavam cada processo específico e que não poderiam ser ignoradas. Sobre este debate em torno do

modelo feudal polonês (referências constantes nas discussões dos *Quaderni*), torna-se cada vez mais presente, conectando discussões fundamentais nas páginas da revista.

A estas discussões ligam-se igualmente vários artigos que, naqueles anos, tratam da formação do Estado moderno na Europa e na Itália. O debate envolvia tanto historiadores da Idade Moderna quanto aqueles que estudavam a Itália contemporânea, como o próprio Caracciolo¹¹¹. Em torno do estudo desse longo período de transição se aglutinariam os principais temas da revista. Se lembrarmos que a influência do legado marxista era o pano-de-fundo dessas discussões, podemos pensar que um dos desafios importantes era o de incorporar à interpretação marxista do surgimento do capitalismo novas questões e novos problemas.

Na verdade, temas como o desenvolvimento, a história agrícola e do mundo rural, entendidos através do prisma da história econômica demonstravam claramente esta preocupação – que poderia ser pensada como unificadora destes interesses – com a construção de um modelo possível para compreender a “transição para o moderno”. Alberto Caracciolo, em 1986, quando da publicação do índice dos *Quaderni*, chamando a atenção para a ausência de uma apresentação ao pequeno volume e tentando encontrar um esboço de coerência dentro do universo fortemente heterogêneo e diversificado dos então vinte anos da revista (para além da abertura disciplinar e temática e um certo estilo não-acadêmico), afirmava:

desenvolvimento, remeto ao texto sintético mas bastante ilustrativo de Macry, Paolo, *La società contemporanea. Una introduzione storica*, Bologna: Il Mulino, 1995, capítulo 6 (pp. 161-200).

¹¹⁰ O historiador polonês, Kula havia participado do seminário “Problemas históricos da industrialização e do desenvolvimento” (1963), sua colaboração intitulada “*Alcuni aspetti della collaborazione fra storici ed economisti*” está no volume organizado por Alberto Caracciolo *Problemi storici della industrializzazione e dello sviluppo*, Urbino: Argalia, 1965. O modelo feudal polonês será tratado por W. Kula em *Teoria economica del sistema feudale. Proposta di un modello*, Torino: Einaudi, 1970.

¹¹¹ Ver por exemplo: Rosiello, Isabela Zanni, *Esigenze comparative negli studi sulla storia dello Stato moderno*, QSM, 6, II(3), pp. 439-456; e a discussão em torno do artigo de A. Negri (*Problemi di storia dello Stato moderno. Francia: 1610-1650*, *Rivista critica di storia della filosofia*, Firenze, XXII(2), aprile-giugno 1967, pp. 182-220); Santarelli, Umberto & Caracciolo, Alberto, *A proposito di un saggio di Antonio Negri*, QSM, 9, III(3), 1968, pp. 593-603. Com relação a Caracciolo, ver Caracciolo, A., *Appunti sul procedere degli studi: Risorgimento e formazione della società moderna*, QSM, 7, III(1), 1968, pp. 5-18. Entre outros trabalhos envolvendo o tema, A. Caracciolo publicaria um livro sobre esta problemática em 1976 (*La formazione dello Stato moderno*, Bologna: Zanichelli, 1976).

“Há um outro elemento que conta na história da revista: que se colocou em evidência gradualmente, empiricamente, sem um projeto preciso, e que se tornou pouco a pouco central e que por isso merece ser declarado explicitamente. Eu o enuncio de imediato, assim como o vejo: ‘Quaderni Storici’ é *uma revista de história moderna (...)*. ‘História moderna’ entendida em um sentido não classificatório, menos ainda manualístico: me refiro a ela como a história da formação do mundo moderno, como se definiu e enraizou na Europa desde os séculos da Antiguidade tardia e que desembocou na edificação da civilização ‘ocidental’ do século XIX – industrial e mundial, burguesa e democrática, laica e cientista –, História moderna no sentido, como foi dito às vezes, de longos séculos de transição que, segundo os países e as áreas, parte de um pouco antes ou depois do ano Mil e que se prolongam aos albores ou ao curso do Oitocentos.”¹¹²

Uma longa “Idade Moderna” marcada pelo sentido do processo, da transformação.

Não se trata apenas aqui da construção de uma “memória” dos **Quaderni Storici**, de dar uma coerência póstuma a um emaranhado desconexo. Esta preocupação pode ser constatada de fato se analisarmos suas preocupações gerais e o conjunto de temas tratados, mesmo depois que a chamada da revista perde seu já tradicional “*dedicati prevalentemente alla storia moderna e contemporanea*”. Uma indicação disto já se encontrava em um artigo de Caracciolo em 1968 onde, discutindo precisamente os pressupostos para o estudo da formação da sociedade moderna – pensando-a, sempre, a partir do recorte local – afirmava que “a exigência de uma reflexão em torno ao feixe de questões da assim chamada revolução industrial” estava no centro da preocupação da revista: “E os ‘Quaderni’ no qual escrevemos são vivamente interessados nesta reflexão e em pesquisas empíricas, monográficas, capazes de trazer alguma contribuição para o Conhecimento da sociedade e da economia italiana na época que preparava o advento do mecanismo capitalístico moderno.”¹¹³.

Este princípio impulsionador das primeiras discussões dos **Quaderni** estaria também presente em sua nova fase, que iniciou-se em 1970. Estes primeiros anos haviam tornado a revista *marchigiana* conhecida para além dos limites geográficos a que

¹¹² Caracciolo, A. *Gli indici de ‘Quaderni Storici’: una rivista modernistica?*, QS, n. 62, XXI(2), 1986, pp. 614. Segundo Caracciolo, a ausência de uma introdução – que havia sido decidida após muita discussão – tinha a intenção de evitar “o risco, muito fácil, de atribuir projetos e propósitos *ex post*”.

¹¹³ Caracciolo, A. *Appunti sul procedere degli studi...*, cit., p. 13.

inicialmente se dedicara. A necessidade de ampliar esses limites foi a consequência lógica de um programa de trabalho que continuamente os desafiava.

Em seu 13º. número, os *Quaderni Storici delle Marche* perdem o indicativo regional e ganham um novo conjunto de colaboradores, liderados pelo historiador meridional Pasquale Villani¹¹⁴ que se tornará, junto com Alberto Caracciolo, co-diretor da revista. O interesse de Villani pela história social – fortemente influenciado pelos trabalhos de história rural realizados pelo historiador (e político) comunista Emilio Sereni¹¹⁵ – se reunia então à abertura de perspectivas que já caracterizava o trabalho de Caracciolo nos *Quaderni*.

Na carta “ao leitor”, publicada neste primeiro número dos novos *Quaderni Storici*, em maio de 1970, os diretores reafirmavam os objetivos da revista:

“Destas considerações derivam algumas características de trabalho, as quais os ‘Quaderni Storici’ – uma vez fixado seu interesse proeminente pela história das estruturas e realidade sociais próprias da passagem para o mundo moderno – pretendem informar-se: análise e comparação de situações diversas dentro da Itália e fora dela; arco temporal longo que, ainda que centrado sobre a clássica ‘idade moderna’ não desdenhe nem a história contemporânea nem as referências ao Medievo; insistindo nas ligações interdisciplinares em direção aos economistas, sociólogos, juristas, demógrafos, geógrafos, etc.”¹¹⁶

É claro que o novo programa dos *Quaderni Storici* não era uma iniciativa isolada no panorama historiográfico italiano do princípio dos anos setenta. A revista tinha entretanto um inegável papel precursor na medida em que irá tornar-se sistematicamente um espaço privilegiado para a divulgação de um conjunto bastante amplo de experiências

¹¹⁴ Villani, nascido em Nocera Inferiore (Campania) em 1924, havia contribuído nos anos cinquenta, além de algumas revistas de caráter regional (como *Rassegna Storica Salernitana*), em alguns periódicos fortemente marcados pela influência marxista e gramsciana, como os anteriormente citados *Società e Movimento Operaio*. Nos anos sessenta irá colaborar igualmente em *Studi Storici* e *Critica Storica*, também muito marcados pelo marxismo. Para uma bibliografia de Villani, ver Musella, Luigi (a cura di) *Bibliografia degli scritti di Pasquale Villani (1948-1994)*, In Macry, P. & Massafra, A. (a cura di) *Fra storia e storiografia. Scritti in onore di Pasquale Villani*, Bologna: Il Mulino, 1994, pp. 941-950. Nesta bibliografia – de resto bastante abrangente – faltam os artigos publicados por Villani em *Studi Storici* em 1960(4) e 1966(3).

¹¹⁵ O seu trabalho que mais influenciou Villani foi certamente *Il capitalismo nelle campagne 1860-1900* cit. nota 102.

¹¹⁶ Caracciolo, A. & Villani, P. *Al lettore*, QS, n. 13, a. V(1), 1970, p. 7.

historiográficas, resultado de trabalhos que começaram a se desenvolver na Itália a partir dos anos sessenta. O que estas iniciativas tinham em comum era, em primeiro lugar, o interesse pela história social, isto é, por uma história voltada às ciências sociais, que tentava apropriar-se de seus métodos e problemas. Por outro lado, um forte diálogo com a historiografia internacional. Que essa transformação de interesses estivesse ligada antes de tudo a uma crise da visão político-cêntrica – que, como vimos, tinha um lugar central na pesquisa histórica italiana – parece bastante claro. Os limites desta historiografia se evidenciavam mesmo diante do novo quadro político que surgia na Itália no fim dos anos sessenta: não apenas as graves mudanças estruturais que transformavam a Itália em um país fortemente industrializado, mas a falência de modelos de organização tradicionais entre os trabalhadores e o surgimento de novas formas, assim como o nascimento de movimentos estudantis que iriam marcar de maneira radical a sociedade e a política italiana na década seguinte¹¹⁷. Novos “personagens”, novas formas de organização social que não se comportavam dentro de quadros de análise tradicional, exigiam novos instrumentos e, por analogia, sugeriam novos problemas e perguntas sobre o passado. A história social desenhava-se portanto – na avaliação daqueles historiadores – como um instrumento de análise dessas formas de estratificação social que fugiam das noções estereotipadas usadas pela historiografia tradicional (marcada, ao menos no caso do marxismo, por uma bipolaridade rígida) em direção a uma visão mais atenta à heterogeneidade e que poderia ser – na convicção de muitos deles – mais concreta.

¹¹⁷ Como sugere Alberto Mario Banti: “O fracasso do governo de centro-esquerda, o crescimento dos movimentos espontâneos nos meios operários e universitários, a transformação sócio-econômica muito rápida de um país que em uma dezena de anos passou de uma economia predominantemente rural para o patamar de potência industrial, impunham uma mudança de ponto-de-vista.” (Cf. *Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)*, Genêses, 3, mars, 1991, pp. 137-138. Sobre o governo de centro-esquerda (que reuniu socialistas e democratas-cristão na Itália entre os anos 1958-1968) e seu fracasso, remeto a Ginsborg, Paul, *Storia d'Italia ... cit.*, pp. 344-403 (oitavo capítulo). Com o fim dos anos sessenta, a nova estação política na Itália é marcada por fortes transformações: “De 1968 em diante, a inércia dos vértices foi substituída pela atividade da base. Aquele que segue foi um período de extraordinária fermentação social, o maior período de ação coletiva na história da República. Durante estes anos a organização da sociedade italiana foi colocada em discussão em quase todos os níveis. A Itália não igualou, é certo, em intensidade e potencial revolucionário, os fatos de maio de 68 na França, mas o movimento de protesto italiano foi o mais profundo e o mais duradouro na Europa. Ele se difunde a partir das universidades e das escolas para as fábricas e sucessivamente em toda a sociedade.” In Ginsborg, P., op. cit. p. 404 (capítulo nono: *L'epoca dell'azione collettiva, 1968-73*).

Esse conjunto de problemas e influências, historiográficas e extra-historiográficas, estará se aglutinando nas páginas dos *Quaderni Storici* de um modo claro também nesta nova fase. Os *Quaderni* respondem diretamente a este quadro, do qual são ao mesmo tempo produto e – pelo menos no campo historiográfico – protagonista. Parte daquilo que torna sua resposta singular com relação ao contexto em que se insere está colocada na forma pela qual seu programa de trabalho – como vimos, nada modesto – era proposto. Ele levantava a necessidade de ampliação da reflexão histórica, a partir de um grande esforço de pesquisa ainda por fazer e que se ligava necessariamente a um “trabalho concentrado”, nas palavras de Caracciolo e Villani, “sobre áreas circunscritas ou mesmo situações exemplares, às vezes ‘amostras’”¹¹⁸. Este interesse pelo local, mediado pela necessidade “epistemológica” da pesquisa circunscrita era ao mesmo tempo colocado a serviço de uma perspectiva ampla, que envolvia a comparação com processos análogos em um arco temporal e geográfico mais longo. A tudo isso ligava-se a necessidade de estabelecer pontes com as outras ciências sociais¹¹⁹. Desse modo, as mudanças por que passa a revista nesse momento não eram apenas de caráter redacional, mas indicavam uma ampliação de perspectivas e uma consolidação do seu interesse interdisciplinar. O recorte geográfico era também ampliado, mantendo entretanto a perspectiva de exploração do recorte local e circunscrito, que continuou a marcar grande parte dos artigos publicados, em parte pela política da revista que encorajava a discussão teórica que fosse aplicada em estudos históricos propriamente ditos, logo, em trabalhos de caráter monográfico.

Essa nova composição de forças e objetivos que se estabeleceram nesta segunda fase dos *Quaderni*, nos remete diretamente à nova composição redacional, assim como às várias trajetórias intelectuais que nela confluem. Duas das quais tem, nesse momento, um peso fundamental nos rumos da revista: as de seus diretores.

Alguns elementos comuns dão coerência a este encontro entre Pasquale Villani e Alberto Caracciolo. Esses não se limitavam ao fato de serem ambos daquela geração de

¹¹⁸ Caracciolo, A.; Villani, P., *Al lettore*, cit. pp. 6-7.

¹¹⁹ “Por sua vez, a necessidade de aprofundamento impõe o uso de metodologias (ou pelo menos de técnicas) trocadas com disciplinas não históricas, de repensá-las e adaptá-las ao nosso tipo de pesquisa”, cf. Caracciolo, A.; Villani, P., *Al lettore*, cit. p. 7.

historiadores cuja formação havia acontecido no imediato pós-guerra. A crítica (bem como a influência) do “paradigma ético-político”, uma aproximação com o marxismo mediada pela leitura de Gramsci marcam outros pontos comuns. Um outro é ainda o trabalho com a história moderna e contemporânea, pensada a partir da história econômica e social. No caso de Villani, o interesse pelo *Risorgimento* e a formação do Estado nacional era colocado a partir do *Mezzogiorno*, isto é, das condições sociais e políticas da Itália meridional (em especial do Reino de Nápoles), cujos resultados de pesquisa estão materializados em alguns de seus trabalhos mais importantes durante a década de sessenta¹²⁰. A produção historiográfica de Villani é marcada, nesse início dos anos setenta, por um interesse crescente pela história social, bem como a atenção sobre as estruturas a partir das quais esta história podia ser pensada. Paolo Macry e Angelo Massafra, dois historiadores que trabalhavam junto com Villani em várias ocasiões, apontam como esses seus interesses então o permitiam “abrir canteiros de trabalho dedicados à dimensão econômico-social da história e, assim, a uma reconstrução não genérica e não impressionista das estruturas e das articulações da sociedade italiana na era moderna e contemporânea”¹²¹.

¹²⁰ Cf. Villani, P. *Mezzogiorno tra Riforma e Rivoluzione*, Bari: Laterza, 1962; e Villani, P. *Feudalità, riforme, capitalismo agrario. Panorama di storia sociale italiana tra Sette e Ottocento*. Bari: Laterza, 1968. O problema da modernização nos séculos XVIII e XIX, “observado sob a ótica da província” era inteiramente coerente com o interesse pelo capitalismo agrário e o mundo camponês: da história econômica à história agrária e à história das sociedades rurais (cf. Tessitore, F., *Presentazione*, cit. p. 10). A reflexão de Villani, influenciada por Luigi Dal Pane e Emilio Sereni, voltava-se para um estudo das estruturas sociais sobre as quais se desenvolveriam a sociedade capitalista na Itália, de um modo que evitasse compreender este processo como unívoco e em “linha reta”. Mario Mirri discutindo a revisão das tradições de leitura do desenvolvimento italiano, mediadas pelo pensamento de Gramsci, discute como o trabalho de Villani conseguia escapar das armadilhas que se colocavam sobre este terreno: “E de fato Villani, assumindo esta ótica do ‘desenvolvimento do capitalismo’ mostrava utilizar-se dela, na sua reflexão sobre o passado, com grande versatilidade e prudência: lançando o olhar sobre as coisas em uma perspectiva longa, mas não em função de um objetivo prefixado e antes de tudo à procura dos resultados efetivamente alcançados, tal como apareceram, de fato, através de contradições reais, direções de movimento diversas e frequentemente não unívocas, incertezas contínuas.” (Mirri, M., *La storiografia italiana del secondo dopoguerra*, cit. p. 46). Uma perspectiva historiográfica que, portanto, estará ajudando a dar forma às discussões que se seguiriam nos *Quaderni Storici* nos anos seguintes.

¹²¹ Cf. Macry, Paolo & Massafra, Angelo, na *Introduzione* ao volume editado por ambos, *Fra storia e storiografia*. op. cit., pp. 19-23 (cit. p. 19). Este livro, com 950 páginas, traz um conjunto bastante significativo de artigos de historiadores com diferentes graus de proximidade com o trabalho de Villani; a primeira parte do livro (*Bilanci e paradigmi storiografici*) traz alguns balanços importantes sobre a historiografia

Esses caminhos de pesquisa trilhados por Villani o aproximavam também do debate com a produção ligada à revista francesa *Annales* (que carregava, desde 1946, o sugestivo sub-título: *Économies, Sociétés, Civilisations*). Esta aproximação – aliás, bastante crítica – é evidente já no primeiro artigo publicado por Villani nos novos *Quaderni Storici*, intitulado precisamente “História econômica e *histoire événementielle*”¹²². Esse texto era a apresentação de um fascículo da revista cujo eixo problemático era discutir aspectos da história econômica italiana na época moderna e contemporânea através de pesquisas com um recorte local, como as apresentadas em artigos sobre a política de grãos da Gênova quinhentista de Edoardo Grendi, ou a feira de Senigallia no início do Oitocentos de Sergio Anselmi¹²³. Apresentando os textos que seguiam, Villani traçava a linha que os ligava simultaneamente à influência de Fernand Braudel e à tentativa deliberada de ampliar e superar os limites desta sobre a historiografia italiana. O que se propunha era conectar a história econômica – dos *trends* e das transformações estruturais – às dinâmicas do tempo curto e dos eventos políticos e militares, mais próximos da esfera de intervenção dos sujeitos sociais. Os pontos de convergência e divergência com Braudel eram expressos desta forma por Villani:

“Mas sob um ponto de vista o dissenso deve ser manifestado abertamente: sobre a dissociação do momento econômico e político da história econômica e social. É uma dissociação que um historiador como Braudel, de fato, jamais consuma plenamente (...). Resta entretanto que *les événements, la politique et les hommes* são confinados naquela espécie de limbo, que é a terceira parte da obra, *l'histoire événementielle*, assumida então no jargão dos especialistas, a definição ‘categórica’ e considerada quase sem importância. Mas como compreender, por exemplo, a história social, ou mesmo apenas a história econômica, da Itália da primeira metade do Quinhentos, senão no quadro das guerras entre França e Espanha pelo predomínio na península e como se pode estudar a história

do pós-guerra, em especial aquela sobre o *Mezzogiorno* que tem influência direta sobre Villani. Remeto especialmente à apresentação de Fulvio Tessitore (pp. 9-11), à introdução dos organizadores do volume (pp. 19-23) e o excelente artigo de Mario Mirri, *La storiografia italiana del secondo dopoguerra fra revisionismo e no*, pp. 27-102.

¹²² Villani, P. *Storia economica e histoire événementielle: alcune considerazioni*, QS, 13, a. V(1), 1970, pp. 9-19.

¹²³ Cf. Grendi, E. *Genova alla metà del Cinquecento: una politica del grano?*; Anselmi, Sergio, *Trieste e altre piazze mercantili nella fiera di Senigallia ai primi dell'Ottocento (1802-1815)*, QS, 13, V(1), 1970, pp. 106-160 e pp. 188-232, respectivamente. Esta também é a primeira contribuição de Edoardo Grendi na revista.

européia da segunda metade do Quinhentos sem ter presente as disputas e conflitos de religião?¹²⁴

O embate se dirigia menos diretamente a Braudel do que à parte da historiografia francesa daqueles anos que, seguindo algumas de suas sugestões de pesquisa – tentando afastar-se dos eventos como elementos de compreensão da realidade histórica e voltando-se para a longa duração – acabavam por expulsar quase toda a dimensão humana de sua análise. Villani remetia diretamente a um trabalho então recente de Pierre Chaunu, aluno de Braudel e interessado pela história serial, onde o historiador francês havia chegado a afirmar que a única revolução acontecida no século XVIII teria sido aquela industrial na Inglaterra¹²⁵.

Mas tanto o diálogo de Braudel quanto o dissenso com ele nos permitem entender melhor a natureza da resposta que começava a se articular nas páginas dos *Quaderni Storici* ao complexo momento que vivia a historiografia neste início da década de setenta. A aproximação com a economia e as ciências sociais levava à especialização e setorização da pesquisa histórica – a fragmentação dos objetos trazia a fragmentação de práticas – ao mesmo tempo que ameaçava a independência e especificidade do trabalho histórico. Contra uma história que caminhava para se tornar um braço subalterno das ciências sociais – uma disciplina voltada a colher dados que seriam usados para a construção de teorias sintéticas pela economia ou a sociologia – o que estava sendo proposto era a defesa daquilo que Alberto Caracciolo chamava, naqueles tempos, de “unidade do trabalho histórico”, uma tentativa de “reconduzir, de modo definitivo, cada aquisição de técnicas ou de novas fontes, cada abertura [de perspectivas], à peculiaridade do trabalho

¹²⁴ Villani, P. *Storia economica ...*, cit. pp. 18-19.

¹²⁵ O trabalho de Pierre Chaunu (1922) citado por Villani é *La civilisation de l'Europe classique* (Paris: Artaud, 1966). Sobre ele Villani afirmava que “Não é talvez levando ao extremo a expulsão da assim chamada *histoire événementielle* que se pode escrever que a única revolução do século XVIII foi *l'anglaise*, non *l'agitation des petits hommes qui de la Bastille aux jardins des Tuileries, puis de Valmy à Austerlitz, Bailem et Moscou, s'efforcent à faire dégringoler la France et l'Europe continentale, avec succès, de la ligne de crête de l'évolution?* Onde, na verdade, não se sabe se é mais admirada a redução da revolução industrial a um fato técnico ou a não muito original *bontade* sobre a revolução francesa e a idade napoleônica” (Villani, cit. p. 19, a citação está em francês no original).

histórico”¹²⁶. Uma aproximação com a economia e com as ciências sociais – com seus modelos sintéticos e a tendência de ignorar as realidades particulares pela possibilidade da generalização – que fosse submetida àquele interesse próprio da história por essas mesmas realidades, pela sua dimensão concreta e humana.

Os novos diálogos disciplinares que serão travados nessa nova fase dos *Quaderni Storici* devem ser entendidos a partir desse impulso original, frente ao qual o debate em torno da *microstoria* tem uma dívida inegável.

¹²⁶ Cf. Caracciolo, A. *Introduzione: Per l'unità del lavoro storico*, in *L'unità del lavoro storico. Note di ricerca*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1967, pp. 5-15 (a citação é tirada da p. 14).

II. A *microstoria* nos Quaderni Storici.

A nova fase dos **Quaderni Storici** significou, do ponto de vista da organização interna da revista, a entrada de novos colaboradores. Junto com Pasquale Villani, que passou a dividir a direção da revista com Alberto Caracciolo, começam a participar da redação em 1970 (junto com os antigos colaboradores): Edoardo Grendi, Angelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli. Nos anos seguintes Giovanni Levi, Carlo Poni e Carlo Ginzburg são alguns dos novos colaboradores que participam também na redação e na direção.

No que diz respeito às temáticas e problemas abordados, não há dúvida que é a partir de 1970 que os primeiros elementos que compõem mais tarde o debate em torno da *microstoria* aparecem. As discussões em torno da história social, dos estudos de família e comunidades, da antropologia histórica: todos esses temas chegam às páginas da revista através dos novos colaboradores que passam a formar o seu quadro.

O capítulo anterior tentou mostrar de que modo os **Quaderni Storici** puderam se tornar um foco de atração fundamental para uma nova produção historiográfica italiana marcada pela experimentação e pela abertura inter-disciplinar. A amplitude de perspectivas que caracterizou os **Quaderni** desde o início, assim como sua deliberada posição “não-alinhada” com relação ao quadro historiográfico tradicional italiano, permitiu que experiências inovadoras como a *microstoria* fossem elaboradas e difundidas em suas páginas.

Até aqui optei por construir a exposição da trajetória da revista de um modo deliberadamente linear e cronológico. Fiz isso por acreditar que essa ordem um tanto artificial dada aos “eventos” permitiria visualizar de um modo mais ordenado – para os fins deste trabalho – o contexto geral de problemas e discussões que, na historiografia italiana dos anos cinquenta e sessenta, são inseparáveis do debate posterior no qual a *microstoria* se insere. Fazendo isso conseguimos também dar conta de compreender melhor

os projetos e objetivos que se materializaram na revista que iria servir como espaço principal do debate em seus princípios. A tentação agora é seguir o mesmo caminho para tratar do debate em si, acompanhando-o linearmente texto a texto. O risco – que não pretendo correr – seria, mesmo tomando os cuidados devidos, o de dar uma unidade e um sentido interno excessivamente teleológico que acabaria por disfarçar – ou mesmo cancelar – a ambiguidade de um processo cujo sentido nem sempre é tão unívoco e linear como pode parecer.

Meu objetivo nesta segunda parte do trabalho é o de tentar identificar os termos através dos quais o debate em torno da *microstoria* se construiu. Para que se dê conta com mais acuidade da diversidade de caminhos que levaram às discussões que constituem o nosso problema historiográfico, acredito que seria mais útil identificar os temas e problemas que – de modo mais ou menos coerente – estavam no horizonte do debate e constituíam o pano de fundo com o qual a *microstoria* se entrelaça. Esta opção de análise faz sentido na medida em que compreendo a *microstoria* como uma articulação de outros debates que se desenvolveram de modo paralelo – e às vezes com alguma independência entre si – no curso dos anos setenta e que podem também ser visualizados nas páginas dos **Quaderni Storici**. A *microstoria* não pode ser pensada sem esses debates, do mesmo modo que não pode ser diretamente confundida com eles, sob a pena de não compreendermos como esta nova configuração sistematicamente seleciona e articula – através dos seus protagonistas – os diversos elementos que os compunham, transformando-os em outra coisa.

Desse modo, escolhemos deslocar nossa análise no tempo e partir de um momento em que o debate em torno da *microstoria* já está maduro o suficiente não apenas para ser identificado e nomeado, mas para permitir que alguns de seus protagonistas fizessem “prognósticos” sobre o seu próprio futuro. O espaço privilegiado aqui será mais uma vez as páginas da revista.

Durante os anos setenta, os historiadores ligados à *microstoria* foram se tornando uma presença marcante dentro da estrutura organizativa dos **Quaderni Storici** e, do

mesmo modo, no direcionamento das discussões e temas da revista¹. Já no fim da década, o tema estava no coração de algumas das discussões mais importantes das suas páginas e mesmo fora delas. Em 1978 a *microstoria* aparecia como título de um dos números dos *Quaderni* e, no ano seguinte, era objeto central de polêmica e objeto de balanços historiográficos.

O volume de 1979 dos *Quaderni Storici* é inaugurado em abril com um número dedicado às “questões de fronteira”². Sobre a capa, a reprodução de uma gravura do século XVI representando a Torre de Babel no momento em que cai por terra³. As “fronteiras” diziam respeito à pesquisa histórica em confronto com “outros setores e métodos de pesquisa”; a multiplicidade de idiomas que sugere a imagem da torre em ruínas – porque os seus construtores já não falam a mesma língua – parecia uma alegoria um tanto pessimista dos desafios do trabalho interdisciplinar. É um fascículo de balanço onde precisamente a interdisciplinaridade é colocada como ponto de pauta principal. Dentro dessa moldura, além de temas como os modelos sócio-linguísticos, a filosofia da ciência e a obra de Immanuel Wallerstein, há um conjunto de artigos que – direta ou indiretamente – fazem um balanço da *microstoria*. O texto que se refere mais explicitamente ao debate intitulava-se “O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico”⁴. O artigo era na verdade a reprodução de uma comunicação feita por Carlo Ginzburg e Carlo Poni⁵ em um encontro acontecido na *École Française de Rome* em janeiro daquele ano, que tratava das relações entre a história produzida pelos *Annales* e a historiografia italiana⁶.

¹ A Direção da revista era formada, desde o número 37 (janeiro-abril de 1978), por Sergio Anselmi, Alberto Caracciolo, Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Poni, Raffaele Romanelli e Pasquale Villani. Sobre a nova organização da revista, marcada por este fascículo, ver a nota assinada por “Quaderni Storici”: *La nuova organizzazione redazionale*, QS, n. 37, a. XIII(1), 1978, pp. 5-6.

² *Questioni di confine*. QS, n. 40, XIV(1), gennaio-aprile 1979.

³ A capa é montada aos cuidados de Mario Caracciolo sobre a figura de Cornelius Anthonisz (Teunissen), 1547 (estas informações estão na contra-capas do fascículo).

⁴ *Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico*, QS, n. 40, XIV(1), 1979, pp. 181-190.

⁵ Sobre Ginzburg tratarei mais adiante neste trabalho. Poni (Forlì, 1927), é um historiador formado em Bolonha (sob a orientação de Luigi Dal Pane) e cujo trabalho de história econômica e história do mundo rural, discutindo as técnicas e a cultura material no vale padano, vinha direcionando-se naqueles anos para o estudo da família camponesa, e aproximando-se das discussões sobre a micro-história. Em Fossi e

O debate em torno da *microstoria* já corria então com pleno fôlego nas páginas dos *Quaderni Storici*. As discussões em torno do estudo micro-analítico da família e da comunidade de *Ancien Régime*, levadas adiante por Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Gérard Delille haviam colocado as primeiras propostas em 1976, que foram seguidas por uma polêmica considerável. Temas como a história oral e a aproximação com a antropologia haviam apontado igualmente algumas direções de trabalho. O próprio Carlo Poni havia, no número anterior da revista, um fascículo dedicado à estudos de história agrária e *microstoria*⁷.

É dentro deste contexto de debates que a intervenção dos dois historiadores – ligados então à Universidade de Bologna – tinha lugar. O artigo era dividido em dois momentos: O primeiro deles, aos cuidados de Ginzburg⁸, fazia um balanço das relações entre as tradições historiográficas (o “mercado” historiográfico) francesa e italiana, partindo da “constatação banal” da desproporcional influência que a primeira exercera sobre a segunda nas últimas décadas. Essa “troca desigual” caracterizava-se, no entender do autor, pelo contraste entre a riqueza de possibilidades que o “material documentário sem o qual o historiador não pode trabalhar”⁹ que a Itália oferecia ao pesquisador e o pequeno uso que os historiadores italianos faziam deles, acentuado pelo uso maciço que os pesquisadores franceses davam a essas fontes nos últimos anos. Essa constatação de desigualdade dentro do “mercado historiográfico” entre os dois países era contraposta por

cavedagne benedicon le campagne. Studi di storia rurale (Bologna: Il mulino, 1982), que reúne textos publicados por Poni entre 1960 e 1978, esta trajetória está bem colocada.

⁶ O encontro foi realizado na sede da *École* na Piazza Navona (Roma), entre os dias 23 e 25/01/1979. Não houve nenhuma publicação do conjunto das intervenções, mas algumas delas foram reproduzidas nas *Mélanges de l'École Française de Rome*, tome 93 (1), 1981, pp. 349-463.

⁷ *Azienda agraria e microstoria* (Empresa agrária e *microstoria*), QS n. 39, a. XIII(3), 1978.

⁸ Esta “divisão de tarefas” não é evidente na versão publicada nos QS, mas estava bem presente na apresentação feita no encontro, como fica bastante claro no minucioso relato deste feito por Paolo Renzi para a *Nuova Rivista Storica*: *Degli incontri marginali di un nuovo tipo, ovvero: le 'Annales' e la storiografia italiana*, NRS, a. LVIII (5-6), sett.-dic. 1979, pp. 634-667 (cf. pp. 662-663).

⁹ “Jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas”, cf. Poni, C. & Ginzburg, C. *Il nome e il come...*, cit. p. 182. Cito na tradução de António Narino, *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*, in Ginzburg, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991, p. 170. Usarei esta tradução como referência daqui em diante.

um prognóstico positivo para o futuro, onde era prevista uma relação mais equilibrada, construída sobre as possibilidades abertas pela indagação micro-histórica. E é exatamente sobre a definição prática da *microstoria* que a segunda parte do texto tratava, exemplificando – a partir de fontes rurais do *bolognese* (campo de estudo principal de Poni) – alguns dos procedimentos que constituíam a proposta.

Sendo ao mesmo tempo balanço e apresentação das propostas da *microstoria*, o artigo tentava estabelecer os elementos centrais em que esta se apoiava. Sua marca principal seria o tratamento intensivo e qualitativo das fontes seriais, em contraste com o uso dado a elas pela história quantitativa (econômica e demográfica). Com relação a esta, Ginzburg e Poni reconheciam a dívida da *microstoria* para com os seus métodos, mas sustentavam uma aproximação que se diferenciava muito deles. Em primeiro lugar, no que dizia respeito à escala de análise: ao invés de deter-se sobre as tendências de longa duração e os largos espaços geográficos, o que se propunha era o estudo intenso sobre comunidades, grupo familiares ou mesmo indivíduos. A justificativa desta redução de escala estava no fato de que apenas no âmbito “microscópico” seria possível articular de modo consistente os vários perfis que as fontes seriais produziam – originalmente independentes entre si – em uma compreensão coerente da realidade social. As fontes seriais – tratadas em escala reduzida – não deveriam portanto ser consideradas apenas separadamente mas, ao contrário, combinadas entre si de modo a revelarem, ainda que indiretamente, o conjunto de estratégias comuns e individuais que constituem o concreto das relações sociais. Séries documentais que, se tratadas de modo quantitativo, produziam uma visão impressionista de tendências macro-sociais, mas que impediam a visão dos processos cotidianos em que essas se construíam. As fontes paroquiais, registros de nascimentos, casamento e morte, poderiam ser colocadas – a partir de um espaço e de um tempo circunscritos – em relação direta com as fontes notariais, registros de transações comerciais e testamentos, assim como a documentação judiciária, os censos e os cadastros. Fontes que abundavam nos arquivos italianos, em especial para a época moderna. O confronto e “superposição” de séries documentais seria realizado através daquilo que Poni

chamava ali de “método nominativo”¹⁰: “Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”¹¹.

O “método nominativo” remetia ali tanto às discussões da demografia histórica, quanto ao amplo debate em torno da história social – delineando um conjunto de referências com as quais parecia dialogar a *microstoria*. Em termos gerais, ela era apresentada como uma análise histórica caracterizada pela indagação sobre uma área circunscrita e pelo interesse na reconstituição da “teia de malha fina” que compõe o “tecido social em que o indivíduo está inserido”. Uma interrogação voltada então para reconstituir de uma forma não abstrata as estruturas sociais, a *microstoria* será definida por Ginzburg e Poni como uma “prosopografia a partir de baixo”¹²: uma tentativa de reconstituição biográfica “coletiva” que, com um diferente sentido político, tentava colocar no plano central as ações e pontos de vista das classes subalternas.

O conjunto de referências esboçado no artigo sugere todo um universo de influências e discussões em relação aos quais a *microstoria* está se construindo e que seria preciso conhecer melhor. Por outro lado, é preciso enxergar neste texto o fato de que é também uma tentativa de re-elaboração *a posteriori* da trajetória da *microstoria* até então. É a

¹⁰ *Método nominativo*, como está na versão original (cit., p. 185), ou “método onomástico”, como foi traduzido na versão portuguesa, p. 174.

¹¹ Cf. *Il nome e il come*, cit., p. 185 (trad., pp. 173-174).

¹² O artigo faz uma dupla referência a Lawrence Stone (que havia escrito em 1971 um texto dedicado à prosopografia – *Prosopography*, *Daedalus*, n. 100, 1971, pp. 46-79) e a Edward P. Thompson. Stone, um historiador não marxista mas interessado em história social (colaborou largamente na revista principal dos historiadores sociais ingleses, *Past and Present*) trabalhou com o estudo da aristocracia inglesa através de biografias coletivas. Thompson, por sua vez, era então um dos expoentes da história social de inspiração marxista na Inglaterra, cujas discussões eram marcadas pela idéia de uma história que fosse vista a partir do ponto de vista dos agentes sociais, e das classes “subalternas” em especial. O termo “história a partir de baixo” já havia sido cunhado pelo historiador francês Georges Lefebvre cujos estudos sobre as multidões durante a Revolução Francesa influenciaram significativamente a historiografia inglesa da qual Thompson faz parte.

construção da “memória” do debate (ainda que dos seus princípios, como veremos) e também a proposta de um “programa” de pesquisa. Essa dupla característica pode ser útil na medida em que nos dá a chance de utilizar as posições de Ginzburg e Poni colocadas ali como uma proposta de percurso possível (não o único, nem tampouco neutro) para compreendermos o processo através do qual a *microstoria* se constituiu. Considerando-as primeiramente como uma intervenção em um debate mais amplo, podemos também usá-las como uma porta de entrada para tentar compreendê-lo. Mesmo tomando o cuidado de desconfiar do percurso proposto por Ginzburg e Poni, podemos constatar que neste texto encontram-se – de uma forma relativamente madura – várias das questões que se articularam em torno do debate sobre a *microstoria* que vinha acontecendo naqueles anos. Lendo-o em conjunto com os outros documentos produzidos pelo debate, poderemos começar a identificar o processo através do qual essa teia de discussões foi tecida.

1. Os Annales e a microstoria.

A primeira questão que abordaremos em separado – e que é talvez a mais evidente no artigo – é aquela imediatamente evidenciada no título: a relação entre a historiografia italiana com a tradição dos *Annales*.

Que um texto voltado a “definir” a *microstoria* seja também uma discussão sobre as trocas historiográficas entre França e Itália, permite-nos imaginar de imediato que a *microstoria* talvez possa ser pensada como uma espécie de resposta a essa influência. O quanto isso é ou não verdade só pode ser estabelecido se procurarmos antes entender um pouco mais sobre essa relação, e de que modo ela atravessa o caminho do debate que procuramos compreender.

Mais cedo nesse trabalho, quando tentamos visualizar o contexto historiográfico no qual formaram-se os *Quaderni Storici*, tivemos inevitavelmente que falar um pouco sobre a influência da historiografia francesa sobre os colaboradores da revista. Ainda que isso não tenha sido afirmado diretamente por nenhum dos seus fundadores (e penso em Caracciolo, que mais seguidamente dedicou-se a comentar os seus princípios), para grande

parte dos historiadores italianos da década de setenta, era evidente que, se havia algum “modelo inspirador” para os Quaderni, esse era seguramente os *Annales*¹³. De todo modo, a discussão sobre a influência da revista francesa sobre a historiografia italiana havia sido um dos temas “quentes” das discussões entre os historiadores italianos por toda a década de setenta. Não sem razão, como veremos a seguir.

Quando se fala da influência da historiografia dos *Annales* sobre a produção histórica italiana remete-se necessariamente, como já havíamos apontado no primeiro capítulo, à influência do *Méditerranée* de Braudel. Até a publicação deste livro, o interesse dos historiadores franceses pela Itália era, por um lado, a história contemporânea (a Unidade, o século XX e o fascismo) e por outro os estudos – mais próximos do interesse geral dos *Annales* – sobre a Idade Média italiana (“a dos sucessos mercantis entre os séculos XIII e XV”¹⁴). Esse quadro muda radicalmente com *La Méditerranée*.

Maurice Aymard, em uma apresentação sobre o “impacto” da revista francesa sobre os países mediterrâneos, afirmava que o livro de Braudel havia sido para eles um presente inestimável: “Ele [Braudel] deu-lhes um novo mundo Mediterrâneo. Ele abriu-lhes os olhos tanto para as suas dimensões especiais quanto para a sua profundidade temporal, para as limitações do meio e as regulares repetições da vida material, para os longos movimentos da economia e os rápidos espasmos do curto período”¹⁵. A despeito do tom um tanto triunfalista de Aymard, o fato é que o impacto do livro de Braudel foi evidente, como demonstra sua rápida tradução tanto para o italiano quanto para o espanhol já em 1953 (20 anos antes, como enfatiza o mesmo Aymard, da tradução inglesa). Para a Itália o impacto era redobrado: a tudo isso somava-se toda uma nova visão sobre o século XVI italiano, que a tradição historiográfica local – desde Maquiavel e Guicciardini – considerava perdido, marcado pela decadência política e econômica, a dominação estrangeira, pela incapacidade de conseguir a unidade do país. Através da

¹³ Cf. Aymard, M. *The Impact of the Annales School in the Mediterranean Countries*, *Review*, I(3/4), winter/spring 1978, pp. 53-64 (cf. p. 58).

¹⁴ Uma história, portanto, “à imagem dos interesses maiores da historiografia italiana”, Cf. Aymard, M. *Les Annales et l'Italie*, *MEFRM*, 93(1), 1981, p. 404.

¹⁵ Cf. Aymard, M. *The Impact...*, cit. p. 54.

interpretação de Braudel um “longo século XVI” de grandeza e prosperidade se apresenta: uma riqueza baseada “no controle genovês da economia do Império Espanhol, os metais preciosos da América, e as ‘feiras’ de Bisanzone; a transformação de Veneza em um centro industrial, defendendo suas colônias no Oriente; o sucesso prodigioso de Livorno nos últimos anos do século XVI”¹⁶. Uma riqueza, portanto, também de novos problemas historiográficos.

Novos problemas, novas oportunidades. E em primeiro lugar a oportunidade de testar as hipóteses de Braudel, de responder as perguntas deixadas em aberto, seguir enfim algumas das trilhas abertas por ele. A partir disso, o que se constata é que década de cinquenta viu o nascimento de um esforço de pesquisa sem precedentes sobre as fontes européias. De certa maneira, e pela primeira vez dentro do universo dos *Annales*, foi colocado em prática o projeto de história “total” proposto por Marc Bloch em 1928: o de uma história comparada das sociedades européias¹⁷; uma história global da Europa que só se torna realizável a partir do programa de pesquisas desenhado pelo trabalho de síntese de Braudel. História comparada, total, global: é um projeto ambicioso, quase imperialista, que foi lançado a partir da França. Os arquivos europeus, de Lisboa a Istambul, e mesmo além da Europa, como os da Argélia ou o México, são sistematicamente revirados pelos historiadores atrás da compreensão do processo de transformação do mundo europeu, da compreensão do capitalismo nascente, que se realizou precisamente nos espaços de circulação de mercadorias e de homens que constituíam, em escala mundial, o horizonte de expansão européia a partir do século XVI. Um esforço de síntese para o qual desloca sua atenção o projeto dos *Annales*, em direção à compreensão da “longa duração da modernidade (séculos XIII-XVIII)”¹⁸.

¹⁶ Cf. Aymard, M. *The Impact...*, cit. p. 56.

¹⁷ Cf. *Per una storia comparata delle società europee*, In Bloch, M. *Lavoro e tecnica nel Medioevo*, (com prefazione di Gino Luzzatto) Roma/Bari: Laterza, 5ª. edição, 1996 (1ª. edição pela *Economica Laterza*, a primeira edição desta coletânea é de 1959), PP. 29-71. Este artigo foi originalmente publicado na *Revue de synthèse historique*, vol. XLVI (1928), pp. 15-50.

¹⁸ Aymard, M. *Les Annales et l'Italie*, cit. p. 404.

Essa expansão do universo de pesquisa e a consequente ampliação das fronteiras da investigação historiográfica implicaram igualmente um novo e importante conjunto de “trocas historiográficas” entre diferentes tradições nacionais de pesquisa histórica. Ora, quando falamos em “trocas” não se trata obviamente de idéias voando de um lado para outro em algum “mercado” abstrato de considerações históricas. Esse “mercado historiográfico” (metáfora usada por Ginzburg e Poni em seu artigo) tem seus lugares e seus protagonistas. São certamente os pesquisadores franceses a ter o papel principal nesse processo. Eles têm também uma mesma origem: se podemos falar de uma “escola” dos *Annales*, seu lugar aqui é fundamental. Ou melhor, “*les Annales, plus la VI^{ème} Section*”¹⁹.

Se há de fato um lugar a partir do qual se estabeleceram essas trocas historiográficas esse foi sem dúvida a *VI^{ème} Section* – criada por Lucien Febvre em 1947 – da prestigiosa instituição de pesquisa universitária francesa, a *École Pratique des Hautes Études* (EPHE)²⁰. Na década de cinquenta, já sob a direção de Fernand Braudel, podia ser considerada como o principal centro de pesquisas em ciências sociais da Europa ocidental²¹ e em torno da qual transitavam os principais protagonistas desse processo de “internacionalização da pesquisa”²² que estava em curso. A “circulação” de pesquisadores não apenas levou historiadores franceses a trabalhar em arquivos de outros países, mas trouxe igualmente historiadores de outros lugares para a França. No caso italiano, esta influência da historiografia francesa não se deu de outro modo. Não apenas Braudel, mas

¹⁹ A frase é de Lucien Febvre, citada por Aymard em *Les Annales et l'Italie...* cit, p. 402.

²⁰ A E.P.H.E. havia sido criada por sua vez por V. Duruy em 1868. A partir de 1975 a sua 6^a. seção seria transformada na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Para um conjunto de depoimentos e discussões sobre a *École*, ver: Revel, J & Wachtel, N. (dir.), *Une école pour les sciences sociales: de la VI^e section à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*, (avant-propos de M. Augé), Paris: Éditions du CERF/Éd. EHESS, 1996.

²¹ Essa avaliação foi feita por Pasquale Villani em sua apresentação no encontro “Os Annales e a historiografia italiana” (anteriormente citado): *La storia della società contemporanea nelle Annales*, cf. em Renzi, P., *Degli incontri marginali di un nuovo tipo...*, cit. p. 651.

²² A expressão é de Maurice Aymard em *L'internationalisation de la recherche et de l'écriture de l'histoire*, In Bedarida, François (dir.), *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*, Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995, pp. 201-212. Este processo de internacionalização não se limitará naturalmente à Europa, nem estará exclusivamente ligado a Braudel e aos fatos que estou colocando em relevo agora.

outros historiadores sob sua orientação, como Jean Delumeau, Jacques Heers, Maurice Aymard²³ irão debruçar-se sobre arquivos italianos, abrindo caminho para outros pesquisadores; tudo isso tornado mais fácil pela estrutura de pesquisa francesa: verbas, o apoio da EPHE e o suporte local de instituições francesas em solo italiano, como a *École Française de Rome*²⁴. Em contrapartida, do lado italiano, numerosos são os pesquisadores que irão desenvolver seus estudos na VI^a. Seção: P. Sardella, Alberto Tenenti, Carlo M. Cipolla, Ruggiero Romano, Alberto Caracciolo são alguns deles. Essa colaboração de mão-dupla, baseada em grande parte na riqueza dos arquivos italiano, é construída sob o signo da história econômica, privilegiando o estudo do comércio internacional, os preços, as técnicas mercantis, uma história enfim basicamente quantitativa e serial²⁵. O tipo de fonte cuja importância é mais destacada nessas pesquisas constituía-se sem dúvida nos **registros notariais** (*atti notarili*), isto é, os registros de transações ou acertos feitos diante de um escrivão (*notaio*), que lhe atribuía fé pública. Esse gênero de fonte – registros de compra e venda, registros de débito e crédito²⁶, testamentos, inventários – era largamente usado pelos historiadores franceses ligados a EPHE desde a década de cinquenta²⁷. As razões

²³ Não é naturalmente uma lista exaustiva. Ver Delumeau, J. *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du XVI^e siècle*, Paris, 1957-1959, 2 vol.; Heers, J. *Gênes au XV^e siècle. Civilisation méditerranéenne, grand capitalisme et capitalisme populaire*, Paris: Flammarion, 1971 (edição resumida da tese de Doutorado defendida em Paris em 1958); Aymard, M. *Venise, Raguse et le commerce du blé pendant la seconde moitié du XVI^e siècle*. Paris: SEVPEN, 1966.

²⁴ Criada no fim do século XIX, a *École* é uma instituição de pesquisa e ensino francesa em solo italiano. Publica desde 1889 a revista *Mélanges de l'École Française de Rome*, em dois tomos anuais, dedicados à história italiana.

²⁵ Essa colaboração também tem outros espaços, que eu não poderei explorar aqui, como as *Settimane Datini*: encontros anuais sobre temas da história econômica que acontecem desde 1969 no *Istituto Francesco Datini* (Prato), e que tinham o apoio e a colaboração do próprio Braudel. Há também a participação em outros encontros de estudo, a publicação em revistas e em homenagens coletivas (tão ao gosto francês e italiano), que configuram espaços de colaboração historiográfica, mas também de legitimação e prestígio. Sobre o *Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini"*, remeto a sua *home-page*: (<http://www.comune.prato.it/datini/>).

²⁶ Na Itália, chamados *obbligazioni*, que são registros feitos diante de um escrivão ou notário e que atestam uma relação de débito e/ou crédito, e cuja extinção é atestada pela *quietanza*. Cf. o verbete "*atti notarili*", em DS, p. 94.

²⁷ Como atestam os trabalhos publicados em coleções como: *Ports, routes, trafics, Affaires et gens d'affaires, Monnaie, prix, conjuncture, Démographie et sociétés*. Sobre isso ver Caracciolo, Alberto, *Gli archivi notarili come fonte storica*, In *L'unità del lavoro storico. Note di ricerca*, Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1967, pp. 119-137.

desse interesse por fontes notariais (assim como por fontes paroquiais) por parte dos historiadores franceses – fortemente interessados na história econômica e demográfica – estavam em grande parte ligadas ao fato dessas fontes representarem a possibilidade de um tratamento quantitativo extensivo, na medida em que permitiam a produção de séries que podiam ser manipuladas estatisticamente.

A abundância dessas fontes seriais nos arquivos italianos – para as quais os historiadores da península começavam também a voltar sua atenção – acabou por fazer com que o seu estudo se tornasse mais um ponto de contato entre as historiografias francesa e italiana²⁸. Contato significa, neste caso, tanto aproximação quanto divergência. Esses dois aspectos podem tornar-se mais claros se continuarmos a explorar com mais atenção as formas com que consolida-se aquele “mercado desigual” ao qual se referia Ginzburg em 1979.

Maurice Aymard, que participou desse processo, divide, entre as décadas de cinquenta e setenta, três momentos essa sucessiva aproximação entre os *Annales* e a historiografia italiana:

O primeiro deles, nos anos cinquenta, é marcado pelos estudos da história da Itália moderna, do “longo século XVI”, baseados nas abundantes fontes italianas que testemunhavam suas realidades econômicas – *atti notarili*, contabilidades públicas e privadas, correspondências comerciais, registros portuários – e que permitiam uma extensa quantificação.

O segundo momento, a partir do meio da década de sessenta, é influenciado desde o lado francês pelos estudos de história rural, trabalhos monográficos de caráter regional – como os de Pierre Goubert sobre o Beauvaisis, René Baehrel sobre a Basse-Provence rural

²⁸ Os historiadores italianos, no entanto, exploravam estas fontes de um modo muito mais qualitativo do que os franceses, como conclui-se do artigo de Caracciolo citado na nota acima. Nessa diferença de enfoque encontra-se também uma chave para compreender o “filtro” através do qual estes trabalhos franceses serão lidos e incorporados nas pesquisas italianas. Ginzburg e Poni, em seu artigo (op. cit.), enfatizam a importância das fontes seriais em sua análise das trocas historiográficas entre França e Itália, apontando a transformação no tratamento dessas fontes (desde uma perspectiva quantitativa e macro-analítica em direção a uma perspectiva mais qualitativa e micro-analítica) uma das condições para a indagação da micro-história.

ou ainda Emmanuel Le Roy Ladurie sobre o Languedoc²⁹ – onde as reflexões sobre a longa duração voltavam-se para as mentalidades e os sistemas de valores e de sua quase imobilidade no tempo nas sociedades camponesas de Antigo Regime. Vários pesquisadores franceses, inspirados nos resultados desses trabalhos, voltam-se sobre a história da Itália com uma perspectiva semelhante. Mais uma vez a excepcionalidade dos arquivos italianos para a Idade Moderna naquilo que se referia à demografia rural e a produção agrícola, sobre os hábitos alimentares até as estruturas sociais (uma enorme riqueza em minutas cartoriais, livros de contas, cadastros e censos), levou muitos desses pesquisadores a uma permanência mais demorada na Itália, envolvidos por uma pesquisa “de campo” que consumia mais tempo para um trabalho cujos resultados eram produzidos bem mais lentamente. Esse novo momento do contato entre as duas historiografias é particularmente importante aqui, na medida em que essa maior “permanência” traduzia-se em um contato maior com os pesquisadores locais, a atuação em grupos de pesquisa e mesmo na formação de pesquisadores (na citada *École Française de Rome*, por exemplo) e a publicação em revistas e editoras locais. Nesse “grupo” encontram-se historiadores que tornaram-se, na década seguinte não apenas “tradutores” do debate em torno da *microstoria* para a França, mas eles próprios seus protagonistas. Os trabalhos monográficos de Jean Georgelin sobre Veneza, Gérard Delille sobre o *Regno di Napoli*, Jacques Revel sobre Roma e o Lazio, Maurice Aymard e Henri Bresc sobre a Sicília³⁰, são exemplares dessa nova etapa. Naquilo que se refere à colaboração direta com os historiadores italianos e com os debates sobre a *microstoria*, serão imediatamente

²⁹ Goubert, P. *Beauvais et le Beauvaisis de 1600-1730*, Paris: 1960 (2 vol., há uma edição resumida em 1968); Baehrel, R. *Une croissance: la Basse-Provence rurale (fin du XVI^e siècle-1789)*, Paris: 1961 (2 vol.); Le Roy Ladurie, E. *Les paysans du Languedoc*, Paris: 1966 (2 vol., há uma edição resumida em 1969).

³⁰ Georgelin, Jean, *Venise au siècle des lumières*, Paris: EHESS, 1978 (esta tese é de 1972); Delille, G. *Croissance d'une société rurale: Mondersarchio et la vallée caudine au XVI^{ème} et XVIII^{ème} siècles*, Napoli: Istituto Italiano per gli studi storici, 1973; Revel, J. *Le grain de Rome et la crise de l'Annone dans la seconde moitié du XVIII^e siècle*, *MEFRM*, 84(1), 1972, pp. 201-281 e Revel, J. *Les privilèges d'une capitale: l'approvisionnement de Rome à l'époque moderne*, *Annales ESC*, 1975 (3), pp. 563-573; Aymard, M. *Rese e profitti agricoli in Sicilia, 1640-1760*, *QS*, 14, V(2), 1970, pp. 416-438, Aymard, M. *In Sicilia: sviluppo demografico e sue differenziazioni geografiche*, *QS*, 17, VI(2), 1971, pp. 399-416; Aymard, M. & Bresc, H., *Problemi di storia dell'insediamento nella Sicilia medievale e moderna, 1100-1800*, *QS*, 24, VIII(3), 1973, pp. 945-976.

Aymard e Delille e, mais tarde, Revel, os principais contatos entre França e Itália a partir dos anos setenta³¹.

Um outro grande marco do interesse francês pela Itália – também acontecendo entre os anos sessenta e setenta – é a pesquisa franco-americana dirigida por David Herlihy e Christiane Klapisch-Zuber. Esta última, historiadora francesa, já havia estudado a Itália em sua tese sobre o trabalho com mármore na Carrara medieval, defendida em publicada em Paris em 1966³². No mesmo ano começou a sua pesquisa com Herlihy, que percorreria os dez anos seguintes, sobre uma fonte única na Itália medieval: o *catasto* florentino de 1427³³. Atingindo praticamente intacto o século XX, esse documento medieval consistia em um censo nominativo “com a declaração de impostos de todos os habitantes da Toscana que eram sujeitos à jurisdição de Florença, do mais rico aos mais pobre – cerca de 60.000 famílias, compreendendo cerca de 265.000 pessoas”³⁴. Uma fonte única que seria tratada de uma forma igualmente inédita: considerada integralmente, tornou-se “o primeiro grande ‘empreendimento’ bem sucedido de tratamento informático de uma fonte medieval dessa amplitude”³⁵. Um grande esforço de história quantitativa, demográfica e econômica, que iria também marcar – um tanto paradoxalmente talvez –

³¹ Irei deter-me sobre essas relações com mais detalhe quando necessário. Por ora basta lembrar que entre outras coisas, Aymard colabora nos *Quaderni Storici* desde 1970, foi diretor da *École Française de Rome* durante parte desta década e organiza, em 77, um *Lexique historique d'Italie, XV^e-XX^e siècle* (Paris: A. Colin, 1977); a intimidade de Delille com os QS está colocada não apenas pela sua frequente colaboração – publicou ali 6 artigos e foi responsável por organizar dois fascículos da revista: o número 62 (1986) sobre “Aristocracias européias no Oitocentos” e o 65 (1987), com Giovanni Levi, sobre “O mercado da terra” – mas também por sua participação no “*Comitato Scientifico*” da revista entre 1978 e 1989, portanto, por toda a duração desse comitê (sobre ele, ver mais adiante neste trabalho). Aymard, Delille e Revel são responsáveis por traduções e resenhas de vários dos textos da micro-história na França (em especial nos *Annales ESC*), assim como orientarão trabalhos de pesquisadores ligados a ela.

³² Klapisch-Zuber, C. *Les maîtres du marbre: Carrare, 1300-1600*, Paris: 1966.

³³ A pesquisa foi desenvolvida por Herlihy e Klapisch-Zuber com a ajuda de “vários colaboradores, franceses e americanos, historiadores, estatísticos e estudantes. Foi financiada pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e pelo C.N.R.S. na França, e pela University of Wisconsin e pela National Science Foundation nos Estados Unidos. O documento é preservado nos Arquivos do Estado em Florença e Pisa (...)”. Cf. Klapisch-Zuber, C. *State and Family in Renaissance Society: The Florentine Catasto of 1427-30* (1980), In Klapisch-Zuber, C. *Women, Family and Ritual in Renaissance Italy*, (foreword by D. Herlihy, trans. By Lydia G. Cochrane), Chicago/London: Chicago University Press, 1985, pp. 1-22 (cit. p. 2).

³⁴ Cf. Klapisch-Zuber, C. *State and Family in Renaissance Society...*, cit. p. 2.

³⁵ Cf. Aymard, M. *Les Annales et l'Italie*, cit., p. 405.

uma nova transformação no horizonte de relações e do interesse recíproco entre as historiografias francesa e italiana.

A pesquisa sobre o *catasto fiorentino* só iria ver seus resultados em 1978, com a publicação na França de *Les toscans et leurs familles*³⁶. O contexto historiográfico que recebe o livro já é muito diferente daquele que impulsionara a pesquisa mais de uma década antes. A aproximação quantitativa e serial tinha cedido parte de sua importância a uma perspectiva mais qualitativa, ligada à história antropológica, que incorporava à interrogação histórica o interesse pelo folclore, pelo ritual, o estudo das comunidades e da família e a demografia histórica. As transformações que marcaram o panorama historiográfico francês a partir do início da década – a “explosão de história” de que falava Pierre Nora na apresentação à *Bibliothèque des Histoires*³⁷ – iriam também marcar as trajetórias de pesquisa dos historiadores franceses que estudavam a Itália. Chistiane Klapisch-Zuber é um exemplo significativo dessa trajetória, caracterizada pela passagem de uma aproximação quantitativa em direção a uma pesquisa mais qualitativa e circunscrita. Sua pesquisa sobre o *catasto* de 1427 fez com que tivesse contato com outras fontes menos próprias à quantificação, como as *ricordanze* florentinas³⁸, que – juntamente com uma nova atenção sobre as discrepâncias e as particularidades, mediada pela aproximação com a antropologia – deslocaram sua atenção para o estudo das redes de parentesco e amizade, o interesse pelo ritual e o simbólico, a história das mulheres e da família³⁹.

³⁶ Herlihy, D. & Klapisch-Zuber, C. *Les toscans et leurs familles: une étude du catasto florentin de 1427*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.

³⁷ Conforme a apresentação à coleção dirigida por ele a partir de 1971 junto à editora Gallimard. Cf. Nora, P. *The Library of History* (1971) In Revel, J. & Hunt, L. (ed.) *Histoires. French Constructions of the Past*. New York: The New Press, 1995, pp. 467-468.

³⁸ As *ricordanze* são fontes típicas da elite toscana, segundo o verbete do DS (p. 875), eram “obras de caráter autobiográfico redigidas por personagens de maior ou menor relevo da Toscana, em particular florentinos, entre os séculos XIV e XV”. Fontes privadas, portanto, que frequentemente testemunhavam sobre a família, os eventos familiares, a economia doméstica, educação dos filhos, etc, mas também – com menor frequência – sobre a sociedade em geral.

³⁹ Como ela explicava no prefácio à coletânea de seus textos publicados entre 1972 e 1983: “Muitos desses estudos nasceram da minha surpresa com um detalhe ou uma anomalia que tinham mais a ver com a

Para compreendermos melhor essa transformação de perspectivas dentro do horizonte do contato entre duas tradições historiográficas tão distintas quanto a francesa e a italiana, é preciso que voltemos ao segundo termo dessa relação em sua especificidade.

Mario Del Treppo, em um importante ensaio onde faz um balanço das relações entre Itália e França no campo histórico, afirmava que qualquer historiador do futuro que quisesse compreender como se desenvolveu a historiografia italiana no século XX, deveria colocar necessariamente no “balanço das relações com a co-irmã francesa” o seu ponto central⁴⁰. Este trabalho está ainda por fazer, e seria impossível tentá-lo aqui. O universo das trocas historiográficas entre os dois países é seguramente mais amplo e dinâmico do que a pequena parte que exploramos neste trabalho permitiria entrever, formado tanto pela circulação de livros e pesquisadores, as resenhas e traduções de parte à parte, congressos e discussões difíceis de cartografar. Um mapa formado também pelas leituras individuais que tornaram concreta a assimilação (e a conseqüente reformulação) de todo um conjunto de problemas e instrumentos de pesquisa por parte dos historiadores italianos – dirigidos por seus próprios interesses de investigação – que reprocessaram de várias maneiras as influências não apenas de Braudel, mas também de outros historiadores que não haviam tido na Itália seu interesse principal, como Georges Lefebvre, Marc Bloch, Lucien Febvre, Ernest Labrousse, Pierre Vilar. Alguns fragmentos desse universo tão heterogêneo de relações tentaremos cercar aqui para compor o entendimento de como tudo isso nos permite compreender melhor a construção da *microstoria* como um problema de pesquisa no interior da historiografia italiana.

Na Itália, a “invasão” francesa – não apenas dos pesquisadores franceses (que, junto com os ingleses e alemães eram figuras comuns nos arquivos italianos), mas das novas perspectivas de análise frente às quais a pesquisa local tornava-se cada vez mais permeável – foi acolhida simultaneamente com interesse e apreensão crescente. A relação

micro-história do que com a história quantitativa.” Cf. Klapisch-Zuber, C. **Women, Family and Ritual in Renaissance Italy**, cit. p. xv.

⁴⁰ Del Treppo, Mario, *La libertà della memoria*, *Clio*, a. XII(3), luglio/sett. 1976, pp. 189-233 (cf. pp. 190-191).

entre França e Itália no campo historiográfico esteve entre os principais assuntos discutidos pelos historiadores da península durante boa parte da década de setenta.

Em 1972, nas páginas da *Rivista Storica Italiana*, Furio Diaz, historiador do Iluminismo italiano e europeu, publica uma longa resenha tendo como tema precisamente a recente historiografia francesa sobre o fim do *Ancien régime* que intitulava, ironicamente “O cansaço de Clio”⁴¹. O artigo – que partia de uma crítica ao livro de Pierre Chaunu sobre a história da Europa *des Lumières*, e sua aproximação quantitativa – era antes de tudo a defesa de uma história atenta às dimensões não passíveis de quantificação da história, ameaçada de ser colocada à margem e considerada superada pelo novo modelo da história econômico-social proposto pela historiografia francesa. O longo texto, ao mesmo tempo que elogiava a intenção geral dos *Annales* de voltar-se sobre a história do cotidiano – uma história não apenas das elites, mas da imensa maioria *senza gradi* – apontava suas limitações e lembrava que este programa havia sido, a seu modo, já proposto por Voltaire. A grande crítica de Diaz era aos limites que os métodos quantitativos que – “com a mediação dos índices, curvas, gráficos e tabelas” – impunham ao saber do historiador e à compreensão do seu objeto:

“Obviamente, para Voltaire, dado o seu recorte mental e os instrumentos metodológicos e heurísticos dos quais se valia, *les mœurs* permaneciam na melhor das hipóteses na superfície, nas manifestações culturais, civis e políticas dos grupos restritos do vértice. Surge então a dúvida de que com a história quantitativa, com a sua metodologia refinada, com as modernas e aperfeiçoadas técnicas de pesquisa e de controle que lhe são próprias, possa enfim acontecer o contrário: para restringir nas suas redes seriais a multiplicidade dos fatos ‘estruturais’ da vida e da produção, da sociedade e da população, talvez até do inconsciente coletivo, perder *l’esprit* e *les mœurs*, aquele explícito agir dos homens através das idéias, sentimentos, hábitos, mas também de escolhas conscientes, que alguma parte parece muito bem ter na história”⁴².

Este artigo, muito comentado então, era já um exemplo significativo daquela postura que, segundo Aymard, foi característica da recepção francesa aos *Annales*: uma

⁴¹ Na verdade, a expressão está no plural: Diaz, F. *Le stanchezze di Clio. Appunti su metodi e problemi della recente storiografia della fine dell’Ancien régime in Francia*, RSI, LXXXIV (3), sett. 1972, pp. 683-745. Esse mesmo texto é republicado em Cedronio, M. *Storiografia francese di ieri e di oggi*, cit. pp. 73-162. A citação desse texto é feita aqui a partir da primeira versão.

⁴² Cf. Diaz, F. *Le stanchezze di Clio*, cit., pp. 692-693.

relação “ambígua” marcada pela fórmula do “sim, mas”⁴³. Em outras palavras, se por um lado reconhecia-se a importância de sua contribuição historiográfica, de outro chamava-se a atenção, como Diaz, para o fato de que a proposta não era tão original quanto se apregoava. Mesmo ressaltando as qualidades do seu programa, apontava-se para a distância entre as intenções e os resultados atingidos. Uma recepção, portanto, marcada mais pela cautela do que pelo entusiasmo.

“Encontro-confronto” e “ambiguidade” são alguns dos termos que marcaram esse debate, bem como a idéia de que – frente a sua “co-irmã” – a historiografia italiana arriscava-se a perder sua própria “identidade”⁴⁴. Todo esse debate não era sem propósito. A presença da reflexão histórica francesa – e os *Annales* aqui são, sem dúvida, o marco por excelência – não podia ser ignorada: a referência à revista (que tornou-se sinônimo, não apenas nas páginas dos *Quaderni Storici* de “a historiografia mais avançada”) era constante, bem como a presença cada vez mais marcante de historiadores, italianos ou não, que lhe eram próximos nos debates e publicações italianas. O grande marco, entretanto, dessa “invasão” francesa foi, um tanto paradoxalmente, a publicação de uma obra de síntese sobre a história italiana: a *Storia d'Italia* editada a partir de 1972 pelo prestigioso editor de Torino, Giulio Einaudi⁴⁵.

Einaudi tinha fundado a casa editora que levava o seu nome em 1933, levando adiante a herança das propostas intelectuais do primeiro pós-guerra – como Gramsci e Gobetti. Durante a segunda guerra e depois dela, nomes como Leone Ginzburg, Cesare Pavese, Giaime Pintor, Carlo Levi, Italo Calvino, entre outros ajudaram a transformá-la em um dos mais influentes pólos culturais da Itália. A *Storia d'Italia* Einaudi marcava

⁴³ Aymard, M. *Les Annales et l'Italie*, cit. pp. 411-412.

⁴⁴ Cf. Del Treppo, M. “*La libertà della memoria*”, cit. p. 190.

⁴⁵ A coleção, inteiramente publicada pela Einaudi, era dividida em 6 partes: a primeira publicada em 1972 (cit.), a segunda (*Dalla caduta dell'Impero romano al secolo XVIII*) em dois volumes em 1974; a terceira (*Dal primo Settecento all'Unità*) em 1973; a quarta (*Dall'Unità a oggi*) vinha dividida em três volumes publicados entre 1975 e 1976; a quinta parte da obra constituía-se de 2 volumes sobre os *Documenti*, publicados já em 1973; e o último volume era um “atlas” (*Atlante*) publicado finalmente em 1976.

deste modo mais um momento de uma longa trajetória de intervenção e protagonismo no quadro cultural italiano⁴⁶.

A coleção – com grande sucesso de público, comentada nos jornais e na televisão – acabou por alargar a discussão historiográfica anterior, que deixou de ser apenas um debate franco-italiano, ou restrito ao mundo dos especialistas em história, e se colocou no interior da própria cultura italiana. Na apresentação da obra, assinada pelo editor, a *Storia d'Italia* é colocada na mesma linhagem das grandes obras de síntese do passado, como a de Guicciardini e Croce:

“(...) cada geração, meditando uma certa história da Itália, tomou consciência, de modo inteiramente peculiar, do próprio mundo (...). Se na abertura dessa obra remeto a precedentes tão ilustres, não é para instituir confrontos, mas apenas para colocar em relevo que mesmo a Itália de hoje deve olhar através do seu próprio ponto de vista o próprio passado, e reconhecer-se. (...). Qual é o peso das situações passadas, capazes ainda de frear o processo de desenvolvimento do nosso tempo e quais tradições, por outro lado, ofereceram e oferecem no presente um incentivo e um estímulo para transformar a sociedade que vivemos?”⁴⁷.

As palavras do editor, na apresentação da obra, expressavam claramente a dimensão da intervenção cultural que esta pretendia significar. A referência ao papel da história como instrumento de intervenção ética e política na sociedade – definida pela idéia de que a Itália do presente constituía uma nova interrogação sobre o seu passado, marcada pela tentativa de definição de um futuro – demonstrava como essa nova *Storia d'Italia* respondia antes de tudo a uma profunda tradição dentro da cultura italiana, testemunhando ao mesmo tempo a importância da história dentro dela.

A dívida principal da obra, admitida na apresentação, é voltada para o legado de Gramsci, desenvolvido e complementado por uma atenção ao recente “desenvolvimento dos estudos históricos e das ciências humanas”. Essa dupla referência compunha o

⁴⁶ Para uma idéia da importância da editora na Itália, basta ver o seu catálogo, publicado (com uma breve mas interessantíssima iconografia) em 1983 (com nova edição atualizada em 1993): *Cinquant'anni di un editore. Le edizioni Einaudi negli anni 1933-1983*, Torino: Einaudi. Para uma tentativa de avaliação do papel da editora no quadro cultural italiano no período fascista, ver: Turi, Gabriele, *Casa Einaudi: libri uomini idee oltre il Fascismo*, Bologna: Il mulino, 1990.

⁴⁷ Cf. *Presentazione dell'editore*, In Aa. Vv. *Storia d'Italia I: I caratteri originali*, Torino: Giulio Einaudi Editore, 1972, p. xix.

equilíbrio crítico em que a *Storia d'Italia* – no entender dos seus organizadores – se encontrava. O segundo termo era claramente uma referência à história social, uma história próxima das ciências sociais, atenta às estruturas e ao tempo longo.

Essa tensão tinha um sentido especial no contexto da história italiana, fragmentada, policêntrica, onde o principal “objeto” – a “Itália” – representava uma unidade – não apenas administrativa, mas linguística e mesmo cultural – relativamente recente, e sobre a qual um estudo sintético apresentava limites difíceis de contornar. À diferença de Croce – que havia considerado em seu trabalho a história da Itália propriamente dita apenas aquela depois da Unidade – o projeto da Einaudi tentava superar esse limite através da compreensão do longo processo de transformação do qual o *Risorgimento* é apenas um resultado. Uma história que não se limitava às fronteiras italianas, nem aos tempos curtos da história política tradicional:

“Na realidade, às exigências cognoscitivas e à consciência política dos homens de hoje soa mais próximo o ensinamento de Buckhardt quando, há mais de cem anos, invocava ‘uma gigantesca carta geográfica do espírito, sobre a base de uma imensa etnografia, que deveria recolher ao mesmo o tempo aquilo que é material e aquilo que é espiritual, e deveria procurar compreender, segundo um nexos, todas as raças, os povos, as morais e as religiões’. E concluía, com palavras que queremos fazer nossas: ‘O estudo mais autêntico da história nacional será aquele que considere a pátria paralelamente e em correlação com a história universal e as suas leis, como parte da grande totalidade do mundo, iluminada pelas mesmas estrelas que iluminaram também outras épocas e povos, e ameaçada pelos mesmos precipícios’.”⁴⁸

A bela citação de Buckhardt não impediu entretanto que se identificasse aí também uma marca da influência dos *Annales*: a longa duração e os amplos limites geográficos. A imagem que abre o primeiro volume é uma foto da península italiana feita por um satélite: um grande-angular que, colocado como epígrafe, sugeria um olhar atento ao espectro mais amplo – temporal e geográfico – da história italiana. A imagem parece remeter – quase metaforicamente – ao título do volume, dedicado aos seus *caratteri originali* (ecoando, aliás, o célebre título de Marc Bloch: as características originais): diferentes sessões, aos cuidados de historiadores e não-historiadores, tratam da economia, a geografia, a demografia, o mundo rural, a língua, a religião e o folclore, entre outros temas sintéticos que, colocados

⁴⁸ Buckhardt, J. *Sullo studio della storia*, Torino: 1958, cit. em *Presentazione dell'editore*, cit. p. xxi.

no volume de abertura da coleção, definiam seus amplos limites e direcionavam-na para uma atenção crescente às estruturas e os longos processos.

A *Storia d'Italia* da Einaudi havia sido organizada por dois de seus consultores editoriais, Ruggiero Romano e Corrado Vivanti – historiadores italianos que haviam feito parte de sua formação na França entre os anos cinquenta e sessenta e eram bastante próximos de Fernand Braudel e das formulações da historiografia francesa recente. Romano já havia publicado em 1951 um pequeno volume em colaboração com o historiador francês sobre o comércio no porto de Livorno no século XVI. Vários de seus outros trabalhos eram igualmente caracterizados pela história econômica, voltados para o estudo dos preços, da moeda e do comércio no Mediterrâneo assim como para as questões mais gerais sobre o desenvolvimento e a expansão do capitalismo europeu⁴⁹. Vivanti, por outro lado, tinha seu interesse de pesquisa mais voltado para a história política e social mediada por um interesse pelo marxismo e por Gramsci⁵⁰, assim como um trabalho de tradução marcado de modo não indiferente pela historiografia francesa⁵¹. Romano e Vivanti faziam parte, portanto, do “grupo” de historiadores que – do lado italiano – foram protagonistas daquele rico e heterogêneo conjunto de trocas historiográficas do qual falávamos antes e que permitiram colocar em um contato mais

⁴⁹ Braudel, F. & Romano, R. *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne: 1547-1611*, Paris: A. Colin, 1951 (Este é o primeiro número da coleção “*Ports, Routes et Trafics*”, que Braudel organiza junto à editora que publica também os *Annales*). Romano publica ainda, entre os anos 50 e 60 outros trabalhos, dos quais podemos destacar: *Commerce et prix du blé à Marseille au XVIIIe siècle*, Paris: A. Colin, 1956 (na mesma coleção anterior) e *Prezzi, salari e servizi a Napoli nel secolo XVIII (1764-1806)*, Milano: Banca Commerciale Italiana, 1965. É dele, por exemplo, o prefácio à edição italiana do Livro de Alexander Gerschenkron, *Il problema storico dell'arretratezza economica*, Torino: Einaudi, 1965, assim como a apresentação ao livro de Celso Furtado, *La formazione economica del Brasile*, Torino: Einaudi, 1970. Ver também Romano, Ruggiero, *Caratterizzazione storica e radici agrarie dello sviluppo economico*, QSM, n. 8, a. III(2), 1968, pp. 213-225.

⁵⁰ Cf. Vivanti, C. *Le campagne del Mantovano nell'età delle riforme*, Milano: G. Feltrinelli, 1959; e *Lotta politica e pace religiosa in Francia fra Cinque e Seicento*, Torino: Einaudi, 1963. Com relação ao interesse pelo marxismo, Vivanti será responsável, em 1977, pela publicação do *Quaderno 19* de Gramsci (dedicado ao *Risorgimento Italiano*), pela Einaudi. No ano seguinte será responsável, junto com E. J. Hobsbawm, G. Haupt, F. Marek, E. Ragionieri e V. Strada, pela obra coletiva *Storia del Marxismo*, editada entre 1978 e 1982 pela mesma Einaudi.

⁵¹ Vivanti traduz, entre outros, sempre pela Einaudi: Febvre, L. *Studi su Riforma e Rinascimento* (1966); Braudel, F. *Il secondo Rinascimento* (1974); Braudel, F. *Civiltà materiale, economia e capitalismo (secoli XV-XVIII) I* (1977); Febvre, L. *Filippo II e la Franca Contea* (1979).

intenso as tradições francesa e italiana de pensar e fazer a história. Essa ligação com a França acabou por produzir críticas severas à composição da *Storia d'Italia*, identificada como excessivamente “*annaliste*”⁵². Muitas dessas críticas deixaram de enxergar algumas coisas bastante óbvias: em primeiro lugar, que a própria idéia de construir uma história “nacional” com essas proporções era inteiramente estranha ao universo da revista francesa, bem como o impulso político afirmado na apresentação. Se era de fato uma *histoire à part entière*, era antes de tudo uma *histoire italienne à part entière*⁵³.

Em uma mesa-redonda promovida pelos *Quaderni Storici* em Padova, em 1973⁵⁴, para discutir precisamente o primeiro número da série, que havia sido publicado no ano anterior, Romano e Vivanti debatiam algumas das críticas formuladas pela mesa à obra que eles haviam organizado⁵⁵. Romano tentava rebater a idéia de que os “*Annales*” pudessem significar uma influência homogênea, pois isso seria imaginar a existência de uma “escola” de fato, com um programa definido de pesquisa a ser seguido. Não há “braudelismo” nem

⁵² O que significava antes de tudo – dentro do “sendo comum” historiográfico de então – marcada pelo “quantitativismo”. O fato é essa crítica não era aplicável à *Storia d'Italia*, na qual a história quantitativa não tinha muito lugar. A suposta falta de reflexão teórica e de engajamento político eram outros argumentos – mais contundentes – que lançava-se contra a historiografia francesa (mas dirigida na verdade aos historiadores italianos interessados por ela): “A a-teoricidade difundida no mundo dos estudos históricos faz o jogo do anarquismo cultural e político, ou termina por encontrar na multiplicação dos temas de pesquisa, na exaltação da longuíssima duração e do tempo imóvel, do particular e do quotidiano um álibi para o próprio descompromisso”, Cf. Rossetti, Gabriella, In *Le 'Annales' e la storiografia italiana. Note in margine ad alcuni bilanci e rilanci*, *Annali dell'Istituto Storico italo-germanico in Trento*, 7, 1981, pp. 238-71, cit. em Bertelli, Sergio, *Il Cinquecento*, In Aa.Vv. *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni. II. Età Moderna*, Roma-Bari: Laterza, 1989, pp. 3-62 (cit. p. 7). O mesmo Bertelli aponta como esse era também o argumento dos historiadores oficiais soviéticos da era Brechnev (p. 7-8), cf. Ingelform, C. S., *Moscou: le procès des Annales*, *Annales E.S.C.*, 37 (1), 1982, pp. 64-71. Uma apreciação crítica da *Storia d'Italia* Einaudi pode ser encontrada também em Turi, Gabriele, *I caratteri originali della Storia d'Italia*, *Studi Storici*, a. XIV (2), 1973, pp. 267-291.

⁵³ Parafraseando Aymard em *Les Annales et l'Italie*, cit. p. 410.

⁵⁴ A transcrição do debate é publicada nos QS n. 26, a IX (2), 1974, pp. 523-558 (*'Caratteri originali' e prospettive di analisi: ancora sulla 'Storia d'Italia' Einaudi*). Segundo a indicação do texto introdutório (pp. 523-4), a mesa-redonda foi promovida pela revista, pelo *Istituto di storia medioevale e moderna della Facoltà di Lettere* e pelo *Istituto di scienza storiche della Facoltà di scienze politiche* da Universidade de Padova, em 21/11/73.

⁵⁵ A organização apresentou duas questões para a mesa, composta por A. Caracciolo, G. Giarrizzo, R. Manselli, E. Ragionieri, R. Romano, R. Villari e C. Vivanti. A primeira delas, remetendo à dupla inspiração sob a qual colocava-se a coleção (entre Marx e os *Annales*?), interrogava sobre a perspectiva geral da obra. A segunda pergunta era “... em que medida, (...), a obra corresponde ao estado geral da pesquisa histórica na Itália e pode estimular-lhe desenvolvimentos temáticos e metodológicos?” (Cf. *'Caratteri originali' e prospettive di analisi...*, cit. p. 524).

“sincretismo” de Annales e Gramsci: a revista é apenas um oportunidade para a abertura à influência e às discussões que superam o contexto restrito da historiografia nacional. É antes de tudo Gramsci a grande influência reivindicada:

“Gramsci serviu de fio unificador para tudo aquilo que sucedeu nesses últimos trinta anos na historiografia européia e mundial: não apenas os ‘Annales’. Certamente que através dessa caixa de ressonância que são os ‘Annales’ tivemos contato com tantas coisas que, se não por outro motivo, pelas dificuldades linguísticas, permaneceriam ignoradas ou mal-conhecidas,” (p. 541)

Essa leitura crítica da influência dos Annales mediada por Gramsci era ainda mais evidente quando Romano criticava Braudel e seu conceito de *longue durée*, uma discordância política:

“(...) nunca estive de acordo com a *longue durée* de Braudel, e nos *Caratteri originali* continuo a manifestar este desacordo. Porque o problema da *longue durée* de Braudel é de ordem política. Braudel através da *longue durée* quer excluir as revoluções: mas isso não me diz respeito de modo algum, porque nos *Caratteri originali* a inspiração não é Braudel. Querem colocar uma etiqueta de Bourgogne sobre um vinho de Bordeaux? Mas ele continua sendo Bordeaux, e o Bordeaux, digo mais uma vez, é todo o mundo da etno-história.”⁵⁶

Essa crítica de Romano e a recusa de ter a *Storia d'Italia* identificada seja com Braudel, seja com o quantitativismo, é relevante para entendermos a operação de síntese historiográfica que estava sendo colocada em ato na obra. Igualmente relevante é o “filtro” – através do qual era pensada essa abertura ao debate internacional (no qual a “caixa de ressonância” da revista francesa é peça fundamental, mas certamente não exclusiva): “Etno-história” e “antropologia histórica” eram expressões que começavam a ser usadas largamente pelos historiadores – em especial na França – para definir de um modo não exatamente preciso todo um conjunto de diálogos disciplinares entre a pesquisa histórica e as diversas perspectivas que constituíam o campo da antropologia. Propor – como fazia Romano – a “etno-história” como filtro de leitura da *Storia d'Italia* não significava apontar uma direção precisa ou definida, mas exatamente o contrário: a indefinição do termo abria espaço a leituras muito diversas dessa relação entre as duas disciplinas. Isso estava presente no interior da coleção dirigida por Romano e Vivanti e estaria igualmente

⁵⁶ Cf. ‘*Caratteri originali*’ e *prospettiva di analisi...*, cit. p.540. O grifo é meu.

em outros debates que se seguiriam naqueles anos em torno do tema. Não por acaso, esse era também um tema importante dentro da historiografia ligada aos **Annales** naqueles anos: a *nouvelle histoire*, a história do cotidiano, das “mentalidades” e da vida privada, que começavam a aparecer no horizonte de discussões francesas, remetiam aos mais diferentes modos ao diálogo com a antropologia⁵⁷.

Jacques Le Goff, George Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, André Burguière eram alguns dos historiadores franceses que vinham desenvolvendo trabalhos marcados pela antropologia. Os termos dessa aproximação são mais uma vez muito variáveis e respondiam a diferentes necessidades de pesquisa e as perspectivas teóricas e metodológicas dos protagonistas do debate.

É Le Goff que, em especial, havia tentado definir os termos dessa “etno-história” (um termo igualmente impreciso, ainda que muito usado). Ele apontava o interesse pela “civilização material” como a contribuição imediata da etnologia à história e, através dela, o acesso ao “homem cotidiano”⁵⁸. Se, por um lado, a noção de “cotidiano” ligava-se a tentativa de explorar as práticas sociais, também se dirigia a outro aspecto da reflexão de Le Goff (e não apenas dele) sobre a etno-história: o conceito de **mentalidade**. A história das mentalidades operaria “no nível dos automatismos cotidianos do comportamento. Seu objeto é aquilo que escapa aos indivíduos (...) porque revela o conteúdo impessoal do seu pensamento”. Não à toa Le Goff referia-se à mentalidade como uma forma de “estrutura”: uma das “formas mais imóveis da existência de uma sociedade”, cujo teor seria “comum à César e o seu menor legionário, à São Luís e o camponês de suas terras, Cristóvão Colombo e qualquer um dos seus marinheiros”⁵⁹.

⁵⁷ O “retorno” a Febvre e especialmente Bloch de **Les rois thaumaturges**, considerado o “pai fundador” da antropologia histórica, é também um sintoma dessa aproximação que irá marcar muitos dos trabalhos de história mais importantes a partir da década de 70, não apenas na França.

⁵⁸ Le Goff, J. *Histoire et ethnologie: l'historien et l'homme quotidien*, In Aa. Vv. **Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines. Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel**, Vol. II, Paris: 1973. Esse texto de Le Goff é citado por Massimo Quaini e Diego Moreno em *Per una storia della cultura materiale*, QS, n. 31, a. XI(1), 1976, pp. 5-38 (cf. p.5, conferir particularmente a nota 3 ao texto).

⁵⁹ Cf. Le Goff, J. *Les mentalités: une histoire ambiguë*, In Le Goff, J. & Nora, P. **Faire l'histoire**, vol 3, Paris: Gallimard, 1974. Agora em Revel, J. & Hunt, L. **Histoires (...)**, cit. pp. 241-246 (cf. p. 243-245).

Essa perspectiva “estrutural”⁶⁰ baseava-se em uma compreensão pouco dinâmica das sociedades, consideradas em grande parte como culturalmente homogêneas. A análise procurava compreender antes de tudo os sistemas simbólicos que constituíam essas sociedades, insistindo sobre o caráter coercitivo (e, em última instância, determinístico) das estruturas mentais (paralelo à coerção exercida pela geografia, ecologia, demografia)⁶¹. Essa aproximação entre história e antropologia, tal como é proposta por parte da historiografia francesa neste período, partia da convicção de que os “sujeitos” não eram conscientes e não tinham controle sobre os processos sociais e culturais de que faziam parte.

A influência do estruturalismo na historiografia francesa produziu diferentes resultados, desde estudos de parentesco até as chamadas “etnografias retrospectivas”⁶² que mantinham uma relação mais autônoma com o paradigma estrutural e que procuravam recuperar também algumas das indicações de Marc Bloch, “em particular o reconhecimento da relação entre campos de relações inter-pessoais e sistemas normativos que o fundador dos ‘Annales’ havia indicado como o problema central da nova história”⁶³. Um exemplo significativo deste tipo de trabalho – o mais significativo, talvez, na medida em que foi considerado mais de uma vez predecessor da *microstoria* – é o *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie⁶⁴.

⁶⁰ Uso o termo “estrutural” em um sentido geral, que é aquele que aparece com mais frequência no debate, e que guarda apenas semelhanças superficiais com as definições mais precisas de Levi-Strauss. Podemos pensar, entretanto, que a história das mentalidades e das estruturas que se desenvolve na França daqueles anos é uma tentativa de apropriação e transformação com fins “históricos” de algumas das propostas da antropologia estrutural.

⁶¹ Conforme a análise de Torre, Angelo, *Antropologia sociale e ricerca storica*, In Rossi, P. (a cura di), *La Storiografia contemporanea : indirizzi e problemi*, Milano: Il Saggiatore, 1987. Agradeço a Paolo Macry a referência a este texto (que ele apontava como exemplar do tipo de trajetória que os historiadores ligados aos *Quaderni Storici* tiveram em seu contato com a antropologia).

⁶² A expressão é de C. Tilly em *Anthropology, History and the ‘Annales’*, *Review*, 1, 1978, pp. 207-213 (citado em Torre, A. op. cit., p. 212).

⁶³ Cf. Torre, A. op. cit., p. 212. Torre analisa essa influência com mais cuidado. Algumas das reflexões que desenvolvo aqui sobre essa relação são inspirados no texto de Torre, que também pode ser lido como testemunho de como essa relação história/antropologia é lida na Itália.

⁶⁴ Le Roy Ladurie, E. *Montaillou, village occitain de 1294 à 1324*, Paris: Gallimard, 1975. A tradução italiana é de 1977: *Un villaggio occitanico durante l'inquisizione (1294-1324)*, Milano, 1977. Minha

O trabalho de Ladurie é uma descrição de um pequeno povoado⁶⁵ na Occitania que contava com aproximadamente 250 almas no período em que o inquisidor Jacques Fournier irá colocá-lo no centro de uma perseguição à heresia cátara. É sobre os registros inquisitoriais produzidos pelo trabalho de Fournier, bispo de Pamiers (região onde ficava Montaillou) entre 1317 e 1326 (o tribunal foi ativo entre 1318 e 1325), que Ladurie constrói sua etnografia⁶⁶. A relação entre a cultura material e a vida quotidiana era evidente: a casa, a transumância, o pastoreio, mas também o casamento, o sexo, a condição feminina, a infância, a morte, a religião, os capítulos sucedem-se em uma tentativa de levantar todos os aspectos da vida da comunidade.

Não por acaso, a família tem importância fundamental na análise de Ladurie, uma vez que identifica nela “a célula base que, reproduzida em algumas dezenas de exemplares, constrói Montaillou”⁶⁷. Mas a leitura da comunidade não está preocupada com sua estratificação social, nem com as dissonâncias no seu interior. As estruturas formais e os sistemas normativos é que são reconstituídos, em um quadro que pressupõe a comunidade como um sistema em equilíbrio (ainda que não necessariamente homogêneo). Os conflitos

consulta foi feita na tradução brasileira de Maria Lúcia Machado, à qual me refiro nas citações: **Montaillou, povoado occitânico 1294-1324**, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Apesar da comparação entre o *Montaillou* e os trabalhos da *microstoria*, o livro de Ladurie será muito criticado por vários “micro-historiadores” como um “contra-modelo”. Mas nas páginas dos *Quaderni*, muitas das críticas dirigidas à *microstoria* partem desta comparação com o trabalho de Ladurie. Sobre isso ver as intervenções de Giuseppe Sergi, Giovanni Filoramo, Grado G. Merlo e Armando Petrucci na discussão sobre o livro de Ladurie: *Storia totale fra ricerca e divulgazione: il 'Montaillou' di Le Roy Ladurie*, QS, n. 40, a. XIV (1), 1979, pp. 205-227.

⁶⁵ Traduzo por povoado a expressão italiana “*villaggio*” (*village* em francês), que no original descreve uma realidade própria do Antigo Regime europeu, de pequena povoação dotada de uma constituição interna própria, sem ser no entanto pensada como inteiramente autônoma com relação ao poder central. O mesmo vocábulo é entretanto usado também para descrever comunidades não-européias contemporâneas, com o sentido aproximado da palavra “aldeia” no Brasil. Esse duplo sentido de povoado/comunidade é encontrado também da expressão portuguesa “aldeia”, usada costumeiramente com o mesmo sentido de “*villaggio*” em Portugal. Optei pela expressão de uso comum no Brasil – “povoado” –, ainda que correndo o risco de tornar menos claro as analogias que são seguidamente usadas no debate sobre a micro-história e que valem-se deste duplo sentido.

⁶⁶ A documentação produzida pelo processo, graças ao detalhismo de Fournier, “ilumina”, segundo Ladurie, “além das crenças e dos desvios, a própria vida da comunidade”. Cf. Le Roy Ladurie, E. *Montaillou* (...), op. cit. p. 19 (ver toda a “Introdução: da Inquisição à Etnografia”, pp. 11-19).

⁶⁷ Cf. Le Roy Ladurie, E. *Montaillou* (...), op. cit. p. 45.

opõem a comunidade ao mundo exterior, o poder central, mas nem a família nem a comunidade são entendidas como dimensões da elaboração do poder.

O tema da família – importante no trabalho de Ladurie – correspondia a um elemento fundamental de ligação entre os trabalhos de história e antropologia. Georges Duby em 1971, trazia este tema à luz, colocando em destaque “a necessidade de novas sínteses da sociedade medieval sobre a base das relações inter-pessoais, das esferas de troca e dos grupos sociais que essas perspectivas permitem identificar”⁶⁸. A consciência de que a família representava um elemento central nas sociedades de Antigo Regime (e isso era ainda mais verdadeiro para as sociedades camponesas) estava, em grande parte, na origem desse interesse. Nas páginas dos *Annales* ele havia se manifestado de modo inequívoco em 1972, com um número da revista dedicado à “*famille et société*”. Na introdução que André Burguière fazia ao volume⁶⁹, a história da família era proposta como uma alternativa à história do Estado, que deveria ser estudada em seus três níveis: biológico (a família em sentido estrito estudada através da demografia), social (suas estruturas determinando as formas elementares da organização social) e emocional⁷⁰. Burguière aponta os desenvolvimentos da demografia histórica (referia-se a Louis Henry e Peter Laslett) como fator determinante tanto dos interesses quanto das possibilidades de estudo das famílias.

Toda essa discussão francesa sobre a relação história/antropologia não deixa de ter reflexos no debate italiano. Alguns dos historiadores ligados aos *Quaderni Storici* demonstravam-se sensíveis à aproximação com a antropologia, mas com muitas reservas com relação à perspectiva estruturalista que era pano de fundo de algumas das proposições francesas.

⁶⁸ Em Duby, G. *Les sociétés médiévales: une approche d'ensemble*, *Annales E.S.C.*, XXVI(1), 1971, pp. –13, citado em Torre, A. op. cit. p. 214. Duby inspirava-se também algumas das propostas da antropologia social inglesa, em especial Jack Goody.

⁶⁹ Burguière, A. *Famille et société*, *Annales E.S.C.*, 27 (1972), pp. 799-801, agora “*Family and Society*”, em Hunt, L. & Revel, J., *Histories (...)*, cit. pp. 377-380.

⁷⁰ Burguière, A. *Family and Society*, cit. p. 380.

A *Storia d'Italia* Einaudi se constituía – neste contexto – como um espaço privilegiado de “trocas historiográficas” entre França e Itália, sob o signo da “etno-história”. Mas este tema não foi simplesmente transposto para a Itália. Mais uma vez, estas preocupações estavam sendo colocadas a serviço de tradições e problemas que fazem sentido dentro de um contexto historiográfico propriamente italiano. Ruggiero Romano, por exemplo, tentava definir esse “mundo da etno-história”, dando sua própria interpretação do impulso que a antropologia produzia na disciplina co-irmã. Assumir a “atitude do antropólogo” – como Romano propunha no debate – referia-se antes de tudo à tentativa de aproximar-se da história italiana a partir de uma perspectiva não-etnocêntrica: tirar o “capacete do colonizador” e comportar-se diante desse “outro” que é o passado italiano com a mesma atitude que o antropólogo confronta-se com a sociedade russa, chinesa, ou os bororo⁷¹. Essa rejeição ao etnocentrismo tinha uma dimensão política e histórica evidente: uma crítica à visão colonialista européia que tentava pensar em seus próprios termos os “primitivos” podia ser também uma crítica à tendência da história a refletir sobre os povos do passado a partir da perspectiva dos vencedores. Esse impasse era comum, portanto, a historiadores e antropólogos: a crítica ao etnocentrismo feita por esses últimos poderia também ser incorporada pelos primeiros.

Essa aproximação política permitia também outras formas de contato com a antropologia, e elas apareciam também fortemente na proposta da *Storia d'Italia*. A tentativa de compreender a sociedade italiana estruturalmente, priorizando – em especial no primeiro volume da coleção – a compreensão da permanência no tempo dos desequilíbrios que persistiam ainda na Itália contemporânea era uma das consequências dessa aproximação⁷².

⁷¹ Cf. a resposta de Ruggiero Romano em *'Caratteri originali' e prospettiva di analisi...*, cit. p. 555: “Ora, o ‘outro’ é também o nosso passado, porque quando vou ver os lombardos ou os florentinos do século XVI, vou ver um outro que é igualmente ‘outro’, tanto quanto as sociedades amazônicas”.

⁷² Segundo a interessante avaliação de Alberto Mario Banti em *Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)*, *Genèses*, 3, mars, 1991: “O resultado mais tangível desse esforço [da *Storia d'Italia*] foi a idéia, expressa na obra, da longa duração das configurações de poder de tipo nobiliárquico-feudal, bastante fortes para sobreviver até o século XX e constituir a constante estrutural mais decisiva da história italiana.”, p. 137.

Se é um fato – como foi seguidamente afirmado – que a *Storia d'Italia* Einaudi representava então um retrato fiel do estado da historiografia italiana da época⁷³, podemos pensar igualmente que as discussões em torno dela nos permitem entender muito do contexto em que o debate em torno da *microstoria*, em gestação naqueles mesmos anos, configura-se nas páginas dos *Quaderni Storici*.

Alberto Caracciolo, que havia participado do terceiro volume da coleção com um longo ensaio sobre a história econômica da Itália contemporânea⁷⁴, foi também um dos protagonistas do debate organizado pelos *Quaderni Storici* em torno da coleção dirigida por Romano e Vivanti. A partir do momento em que a revista era considerada um outro pólo de “influência” dos *Annales* sobre a historiografia italiana, esse cruzamento de interesses era quase inevitável e isso ficava bastante claro na afirmação das afinidades entre a revista e a *Storia* einaudiana, baseadas no caráter “aberto” da obra e o seu interesse pelo tempo longo, paralelo à perspectiva “modernista” da revista⁷⁵.

Essas “afinidades” não impediram que a *Storia d'Italia* fosse criticada nas páginas da revista⁷⁶, mas o simples fato de terem sido apontadas por um dos principais diretores dos *Quaderni* permite-nos pensar um pouco sobre esse chão comum que parecia haver entre estes dois empreendimentos historiográficos. Se cruzarmos a lista de colaboradores da coleção e os índices da revista, durante a década de setenta, veremos um número

⁷³ Cf., por exemplo, Banti, A. M., *Storie e microstorie...*, cit. p.137.

⁷⁴ Caracciolo, A. *La storia economica*, In *Storia d'Italia*. 3: *Dal primo Settecento all'Unità*, Torino: Einaudi, 1973, pp. 509-693.

⁷⁵ Nas palavras de Caracciolo: “Direi antes que se os ‘Quaderni Storici’ consideraram em promover esse debate, é exatamente porque também o interesse dos estudiosos que se encontram em torno deles é o dos tempos longos: e nos dizemos ‘modernistas’ fundamentalmente para não sermos constrictos nos limites da idade contemporânea, e ser-mos livres para andar sobre o Medievo (...)”, cf. ‘*Caratteri originali e prospettiva di analisi...*’, cit. p.548. Sobre os QS como um pólo da influência francesa na história italiana, ver o comentário que Aymard faz sobre isso em *The Impact of the Annales School...*, cit. p. 58.

⁷⁶ Como faz Aldo Monti em *La Storia d'Italia Einaudi, Gramsci e les ‘Annales’: elementi di riflessione per un rapporto fra storiografia e società civile* [QS, n. 32, a. XI (2), 1976, pp. 729-765], onde ele critica exatamente o fato de que a *Storia d'Italia* Einaudi não assimilou – como pretendia – a lição dos *Annales*, tomando-lhes mais talvez o vocabulário do que propriamente as perspectivas. Essa mesma crítica valeria para a sua influência “gramsciana” (cf. pp. 735-ss).

significativo de coincidências⁷⁷, sendo que vários colaboradores que participaram dos *Quaderni* entre os anos setenta e oitenta, como Carlo Ginzburg, Lucio Gambi e mesmo Christiane Klapish-Zuber só começaram a publicar na revista depois de terem participado da *Storia d'Italia*⁷⁸. Esse cruzamento de trajetórias torna-se ainda mais intenso a partir do momento em que o projeto einaudiano é ampliado.

As críticas ao alcance e os limites das interpretações propostas pela *Storia d'Italia* Einaudi geraram dois novos projetos que são sua continuação imediata e que constituem uma prova tanto da importância da coleção quanto da falta de consenso em torno dela. Em 1977 foi lançado o primeiro volume da *Storia d'Italia: Le regioni dall'unità a oggi*, cujo objetivo era o de compreender o crescimento da Itália contemporânea desde a unificação a partir do recorte regional. No ano seguinte começou a ser publicada a coleção *Storia d'Italia Annali*, voltada a aprofundar temas e problemas particulares e que publicaria volumes sobre a transição do feudalismo para o capitalismo (1978), a imagem fotográfica (dois belos tomos em 1979), a ciência e a técnica desde o Renascimento (1980), e outros (a coleção continua até hoje)..

Essa ampliação do projeto tornava ainda mais presente a proposta original de uma “obra aberta” – transformada também em uma obra impossível de ser concluída⁷⁹ –, abrindo espaço para a pluralidade das interpretações da história italiana, ampliando ainda mais o sentido da idéia de “etno-história” como havia sido expressa por Ruggiero Romano. Já estamos quase no fim da década de setenta e esse novo fôlego da *Storia*

⁷⁷ Se nos determos nos quatro primeiros volumes monográficos, veremos que entre os 27 colaboradores, 10 tem pelo menos um artigo publicado nos QS: A. Asor Rosa, F. Braudel, A. Caracciolo, V. Castronovo, L. Gambi, C. Ginzburg, R. Romano, G. Tabacco, C. Vivanti (que terá participação apenas em um debate publicado nos QS), e S. J. Woolf. Se somarmos as colaborações nos volumes sobre os *Documenti* (V), que constituíam em apresentações dos documentos, teremos 67 colaboradores, dos quais 15 terão publicado na revista (acrescenta-se G. Giorgetti, C. Pavone, G. Ricuperati, G. Rochat, e C. Klapish-Zuber).

⁷⁸ Mas é evidentemente que não se trata de uma relação causal. Lucio Gambi publica seu primeiro artigo nos QS em 1974 (ele também fará parte do “comitê científico” da revista durante toda a sua duração); Ginzburg começa a publicar a revista de 1978 (mesmo ano em que assume a co-direção); C. Klapish-Zuber estréia apenas em 1980.

⁷⁹ As duas coleções com 25 anos (em 1997) depois da publicação do volume sobre os *caratteri originali*, ainda não chegaram ao fim, reforçando o caráter de “obra aberta” e ao mesmo tempo apontando para a dificuldade de realização de uma obra de síntese como aquela.

d'Italia deu espaço mesmo a muitos dos temas e problemas que estavam sendo pensados através da idéia de *microstoria* no mesmo período⁸⁰.

Analisar toda a *Storia d'Italia* einaudiana para encontrar todos os elementos que a tornaram ponte de ligação entre os contextos historiográficos francês e italiano seria uma tarefa difícil de resolver aqui. O certo é que essa obra de síntese impôs ao debate italiano vários elementos que lhe eram estranhos – ou, mais propriamente, restritos em determinados setores universitários marginais – e que tinham origem, em grande parte, na “caixa de ressonância” dos *Annales* e no debate internacional em relação ao qual o panorama historiográfico italiano – menos pelo provincianismo do que pela força das suas referências internas – era tão pouco permeável. Independente dos seus sucessos e fracassos, é um fato que a *Storia d'Italia* colocou na mesa pela primeira vez de um modo contundente no contexto italiano o tema da *história social*⁸¹, o diálogo com as ciências sociais e a “etno-história” (com toda a indefinição do termo) como referências fundamentais.

É possível entender um pouco mais agora sobre a pertinência do encontro sobre a influência dos *Annales* em torno a historiografia italiana, promovido pela *École Française de Rome*. Ele não foi senão um momento de avaliação de uma não tão longa, mas seguramente intensa, história de contatos entre os dois contextos historiográficos, precisamente no ano em que a revista francesa comemorava seus 50 anos. Durante a década de setenta, entretanto, esse encontro e o empreendimento da *Storia d'Italia* Einaudi não foram certamente os únicos marcos dessa relação. Poderíamos dizer antes que são também “sintomas” de um diálogo bem mais rico e menos aparente. Outros sintomas podem ser encontrados na fortuna de traduções e reedições que as obras de

⁸⁰ Um exemplo dessa permeabilidade da *Storia d'Italia* à micro-história, está na publicação do texto de Giovanni Levi – um exemplo importante (bem como uma referência constante) de um trabalho *microstorico*), *Strutture familiari e rapporti sociali in una comunità piemontese fra Sette e Ottocento*, já no primeiro volume dos *Annali* (In *Storia d'Italia*, *Annali I*, Torino: Einaudi, 1978).

⁸¹ Segundo Banti, com a *Storia d'Italia* Einaudi, a “história social” “fazia sua aparição oficial como objeto digno da atenção dos historiadores”, ainda que na estrutura do trabalho ela ainda permanecesse, de acordo com ele, “sob a tutela da história política” (cf. *Storie e microstorie...*, cit. p. 137).

Marc Bloch e Lucien Febvre tiveram naqueles anos⁸²: o interesse pelos *Annales* implicava uma tentativa de compreender melhor a trajetória das questões levantadas pela revista e a sua própria história. Esse interesse produziu alguns trabalhos importantes, e até mesmo pioneiros – mesmo fora da Itália – de reflexão e balanço da historiografia francesa⁸³. Podemos nos aproximar de um desses estudos com uma maior atenção justificada pelo fato de que os autores – jovens historiadores então – publicariam mais tarde trabalhos de *microstoria*: Luciano Allegra e Angelo Torre publicam em 1977 uma análise da trajetória dos fundadores da revista e que chamava-se – significativamente – “*La nascita della storia sociale in Francia*” (O nascimento da história social na França), uma tentativa de reconstrução do “ambiente e do clima” em que os historiadores franceses “formularam o seu *métier*”⁸⁴. Um trabalho atento ao potencial renovador que a obra dos fundadores da revista ainda possuía para a pesquisa histórica⁸⁵. A atenção se voltava principalmente sobre a sua proposta de

⁸² Febvre terá publicados (além dos livros citados na nota 51) uma coletânea de artigos *Problemi di metodo storico* (Torino: Einaudi, 1966, editado depois em uma coleção econômica – “Reprints” – em 1976), seu *Martin Lutero* (Bari: Laterza, 1969, que será reeditado 5 anos depois) e *Il problema dell'incredulità nel secolo XVI: la religione di Rabelais* (Torino: Einaudi, 1978). O interesse por Bloch é particularmente marcante: *Apologia della storia* (Torino: Einaudi) publicado pela primeira vez em 1950, passa 19 anos sem uma segunda edição que sairá em 1969 com um “*Profilo de Marco Bloch*” aos cuidados de Girolamo Arnaldi (que não existia na 1ª. edição) que será reeditada ao menos 5 vezes na década de 70 (o livro atinge a 14ª. edição em 1992!); *La società feudale* (Torino: Einaudi) é um outro exemplo: editado pela 1ª. vez em 1949, tem 4 reedições nos 16 anos seguintes (1953, 1962 e 1965) seguidas de 5 reedições entre 1971 e 1981 em uma coleção encadernada, além de mais 6 edições entre 1974 e 1982 na coleção “Reprints” da Einaudi; *Lavoro e tecnica nel Medioevo* (Bari: Laterza, 1959) tem um destino semelhante: espera 10 anos por uma segunda edição (1969) e terá mais 4 edições apenas entre 72 e 77. Bloch terá ainda publicados em 1973 *I caratteri originali della storia rurale francese* (Torino: Einaudi, com apresentação de G. Luzzato e tradução de C. Ginzburg) e *I Re Taumaturgi* (Torino: Einaudi, com prefácio de C. Ginzburg).

⁸³ Dois exemplos importantes são: Marina Cedronio, *Profilo delle 'Annales' attraverso le pagine delle Annales, Atti dell'Accademia di Scienze Morali e Politiche della Società Nazionale di Scienze, Lettere ed Arti in Napoli*, vol. LXXXIII (1972), pp. 197-260; Del Treppo, *La libertà della memoria...*, cit. na nota 40. Os dois artigos estão publicados em Cedronio, M. et. alli, *Storiografia francese di ieri e di oggi*, Napoli: Guida edit., 1977. O livro todo, aliás, é um testemunho desse interesse e reúne alguns textos importantes desse debate.

⁸⁴ Cf. *Premessa* (In Allegra, L. & Torre, A. *La nascita della storia sociale in Francia. Dalla Comune alle 'Annales'*, Torino: Fondazione Luigi Einaudi, 1977, p. 9). O livro é dividido em três partes: *Il superamento del positivismo* aos cuidados de A. Torre (pp. 13-184), *Una metodologia per le 'Annales'* de L. Allegra (pp. 185-332), e a conclusão, intitulada *Le 'Annales' della seconda generazione: un discorso aperto*, assinada por ambos.

⁸⁵ “Na realidade, essa pesquisa permite olhar com proximidade as origens daquela historiografia econômica e social que se propõe ainda hoje como um dos mais importantes pontos de referência da cultura francesa. A obra de Bloch e Febvre não se esgota de fato na gênese e nos primeiros desenvolvimentos de uma

uma história total que pretendia colher a totalidade das manifestações de uma dada sociedade no tempo. História das civilizações da forma que a compreendia Lucien Febvre:

“Não é mais apenas a armadura política, jurídica e constitucional dos povos de outrora, nem suas vicissitudes militares ou diplomáticas que nós nos esforçamos a restituir pacientemente. É toda a sua vida, toda a sua civilização material e moral, é toda a evolução das suas ciências, das suas artes, de suas religiões, de suas técnicas e de suas trocas, de suas classes e de seus agrupamentos sociais...”⁸⁶

Assim, o que chamava a atenção na proposta histórica de Bloch e Febvre era sua perspectiva de uma história **interdisciplinar**, entendida como “momento unificador dos vários planos de investigação”, voltada a estudar um problema histórico “em todas as suas conexões e de todos os pontos de vista possíveis”⁸⁷. Esse interesse pelos “pais fundadores” dos *Annales* era paralelo à reserva com relação ao trabalho de Fernand Braudel, cuja divisão do tempo em três camadas distintas e justapostas – mas jamais efetivamente integradas – parecia distante demais daquela proposta de história total dos primeiros. Braudel era igualmente criticado por fazer desaparecer a sociedade e as classes enquanto “agentes dos processos históricos”, e desconsiderar a “autonomia criativa das sociedades” em suas análises⁸⁸. Para além de Braudel parecia que as monografias regionais que haviam aparecido na França no fim dos anos sessenta apontavam – na avaliação de Allegra e Torre – em uma nova direção, retomando as perspectivas originais da história total, colocadas em um “terreno mais apropriado para reconstruir a totalidade das sociedades passadas”⁸⁹. Monografias regionais que retomavam em certa medida uma prática histórica que não era estranha aos fundadores dos *Annales*, que haviam se dedicado no início de suas carreiras a estudos do gênero (Febvre sobre a Franche-Comté,

revista como os ‘*Annales*’, mas informa-lhe ainda hoje, e certamente não como distante herança espiritual, temas e perspectivas metodológicas.”, *ibid.* p. 9.

⁸⁶ In Febvre, L. *La terre et l'évolution humaine*, Paris: 1970, p. 69, citado em Allegra, L. *Una metodologia per le 'Annales'*, cit. p. 226 (a citação é em francês no original).

⁸⁷ Cf. Allegra, L. *Una metodologia per le 'Annales'*, cit. pp. 213 e 226.

⁸⁸ Cf. Allegra, L. & Torre, A. *Le 'Annales' della seconda generazione*, cit. p.341.

⁸⁹ Cf. *Ibid.* p. 343.

sobre a qual escreveria sua *thèse*, e Bloch sobre a Île-de-France), considerados precursores dessa nova história interdisciplinar⁹⁰.

O interesse pelas “monografias regionais”, de resto, já aparecia na dinâmica das traduções desde o princípio da década de setenta: o trabalho de Emmanuel Le Roy Ladurie sobre o Languedoc, traduzido em 1970 marca esse interesse, assim como a monografia de Paul Bois sobre os camponeses de Sarthe, traduzido em 1975 por Luisa Accati, uma das colaboradoras dos *Quaderni Storici*⁹¹. Se voltarmos aliás para as páginas da revista e para o universo dos seus colaboradores, poderemos enxergar ainda melhor como essas influências se entrelaçam com nosso problema de pesquisa.

Em primeiro lugar, a aproximação dos estudos franceses de história rural de recorte regional acabava por apresentar pontos em comum com o debate em torno da história local que se desenvolveu na Itália – como sabemos, um debate autônomo que partia de problemas inteiramente estranhos ao contexto francês – e que marcou o nascimento dos *Quaderni Storici delle Marche*. Desse modo, ao invés de pensarmos o interesse pelas monografias regionais francesas apenas nos termos de “influência” de uma historiografia sobre a outra, seria melhor recolocarmos o problema dentro do horizonte de pesquisa e reflexão histórica propriamente italiano, que permitiu que esse interesse nascesse e fizesse sentido. Em outras palavras, se é em torno da revista de Ancona que começam a articular-se as principais reflexões sobre a relação entre a história local e uma perspectiva interdisciplinar – a partir de um conjunto de discussões que eram próprios da tradição

⁹⁰ Febvre, L. *Les régions de la France: la Franche-Comté*, Paris: 1905; Bloch, M. *Les régions de la France: L'Île de France*, Paris: 1913. Neste trabalho que Bloch definia as monografias locais: “esses livros onde o autor trata da história, diria, integral – política, religiosa, arqueológica, econômica – de uma cidade ou de uma aldeia, seja ‘desde as suas origens até os nossos dias’, seja ao menos durante um período muito longo. [que descrevem as cidades a partir das] ‘transformações das suas instituições, seu desenvolvimento econômico, a evolução dos seus usos e costumes sociais – e sobretudo o seu objetivo será mostrar as ligações tão claras para quem sabe ver por onde se unem uns aos outros os diferentes aspectos da vida urbana (...)’”, (p. 735 e 737), citado em Allegra, L. & Torre, A. *Le ‘Annales’ della seconda generazione*, cit. pp. 214-215 (a citação no texto está em francês). Com isso formulava-se, segundo os historiadores italianos, “uma concepção de história interdisciplinar e ‘total’ que seriam enunciadas mais tarde” (Id. Ibid.).

⁹¹ Le Roy Ladurie, E. *I contadini di Linguadoca*, Bari: Laterza, 1970 (trad. de Silvia B. Cattarini); Bois, P. *Contadini dell'Ovest: le radici sociali della mentalità controrivoluzionaria*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1975 (tradução de Luisa Accati).

histórica italiana no pós-guerra, e não “importados” – nada mais coerente do que o interesse dos colaboradores da revista, que trabalhavam em um horizonte de pesquisa próximo a essas preocupações, se interessassem por essas “novas” tendências da historiografia francesa, e mesmo atraíssem colaboradores que lhes fossem próximos. Parte da historiografia dos *Annales* – desde Bloch e Febvre até as novas monografias regionais dos anos sessenta – poderia desta forma ser lida como uma tradição francesa de história local.

Nas páginas dos *Quaderni Storici* o interesse pelos estudos monográficos regionais franceses manifestava-se também com a colaboração de historiadores franceses que trabalhavam na Itália. Já em agosto de 1970, em um fascículo onde se discutia história rural e modelos econômicos, Jean Georgelin, Maurice Aymard e Gérard Delille tinham seus artigos publicados⁹². Os dois últimos – historiadores franceses que se integraram a universidades e centros de pesquisa italianos e que iriam participar diretamente do debate sobre a *microstoria* mais tarde – publicavam suas pesquisas italianas: Aymard estudava a Sicília, sobre a qual desenvolveu vários dos seus trabalhos nos anos seguintes, e Delille sobre o Reino de Nápoles, com um estudo sobre a *Diocese* de Benevento. Esses trabalhos, em especial, eram bastante marcados pela história econômica que estava entre os temas principais da revista então, mas já traduziam uma aproximação mútua marcada pelo interesse comum por uma história em contato com as ciências sociais e, de certo modo, também pela pesquisa circunscrita.

As aproximações e distâncias entre as formas de fazer e pensar a história na França e na Itália apareciam mais uma vez no interesse manifestado pelas monografias regionais. Estas, em sua concepção tradicional, desenvolviam-se na França como pesquisas que se voltavam sobre o recorte local a partir de uma perspectiva que priorizava a

⁹² Georgelin, Jean. *Capitalismo e agricoltura nell'età dell' industrializzazione francese* (pp. 339-392); Aymard, M. *Rese e profitti agricoli in Sicilia, 1640-1760* (pp. 416-438); Delille, G. *Decime ecclesiastiche, raccolti, struttura della produzione: il caso della Diocesi di Benevento* (pp. 439-452), QS, n. 14, a. V(2), 1970. Esse interesse mútuo aparecia também nas páginas dos *Annales*, onde J. Georgelin irá publicar uma resenha de artigos de Edoardo Grendi e Giovanni Levi: E. Grendi, *I nordici e il traffico del porto di Genova: 1590-1666*, *Rivista Storica Italiana*, Ier. fasc., 1971; G. Levi, *Migrazioni e popolazione nella Francia del 17 e 18 secolo*, *ibid.*, In *Annales E.S.C.*, 1973(2), pp. 502-503.

representatividade: as realidades locais eram estudadas tendo como objetivo “a verificação local de hipóteses e resultados gerais”⁹³, na medida em que eram consideradas como amostras estatisticamente representativas de um modelo de sociedade anteriormente definido. Esse modelo francês começava a refletir sobre os estudos locais que eram publicados pelos QS.

Se é possível fazer um balanço das relações entre a tradição dos *Annales* e a historiografia italiana, naquilo que diz respeito ao debate em torno da *microstoria*, este seria marcado por algumas constatações: Por um lado, temas importantes na produção histórica ligada à revista francesa nos anos setenta eram incorporados e transformados pelos historiadores que discutiam a *microstoria*. Ginzburg e outros historiadores interessados pela história cultural discutiam a história das mentalidades, da cultura material ou da religião; outros ligados à história social, como Levi, voltavam-se para os estudos da família e da comunidade. A antropologia histórica aparecia como um elemento unificador dessas discussões.

Por outro lado, a rede de influência mútua que se estabeleceu entre historiadores franceses e italianos – Maurice Aymard, Gérard Delille, Jacques Revel e Giovanni Levi são exemplos dessa ligação de parte a parte – iria permitir não apenas que as discussões em torno da *microstoria* fossem enriquecidas pela influência cultural da tradição historiográfica francesa, mas também que o debate italiano começasse a influenciar os termos da discussão histórica na França.

⁹³ Cf. Revel, J. *Microanálise e construção do social*, In Revel, J. (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998 (1996), p. 27. Nesse artigo que analisa a *microstoria*, Revel aponta para as diferenças entre a *microstoria* na Itália e as monografias regionais francesas, destacando precisamente a ênfase das últimas sobre a **representatividade** e da primeira sobre a **escala**.

2. Da análise serial à "etno-história".

O diálogo interdisciplinar por excelência do princípio da década de setenta, que atravessava as relações entre a historiografia francesa e italiana era, sem dúvida, aquele que se estabelecia entre história e antropologia. Essa aproximação articularia ainda outros problemas e outras discussões que estavam sendo também incorporados e transformados pelo debate em torno da *microstoria*.

As pesquisas sobre contextos circunscritos que, como vimos anteriormente, caracterizavam os artigos publicados nos *Quaderni* incorporavam cada vez mais conceitos e problemas "importados" da antropologia. Essa ligação já era bastante evidente em 1971, quando foi publicado um fascículo da revista dedicado à demografia histórica⁹⁴. Este número – que teve a colaboração, entre outros, de Aymard, Delille e Levi – introduzia, pela primeira vez nos QS, um dos núcleos centrais de discussão que teve fortes reflexos sobre os rumos da *microstoria* e as pesquisas por ela inspiradas.

A demografia era de fato uma disciplina que vinha assumindo uma importância crescente a partir dos pós-guerra, não apenas devido aos seus próprios desenvolvimentos técnicos, mas especialmente pela consciência dos problemas demográficos que começaram a aparecer com mais intensidade a partir daqueles anos. A explosão demográfica no Terceiro Mundo e a perspectiva de uma implosão demográfica na Europa ocidental industrializada criava um cenário onde as previsões para o futuro não desenhavam um cenário muito animador⁹⁵. A preocupação em estabelecer modelos para a interpretação de eventos demográficos dessa natureza influenciava igualmente a demografia histórica,

⁹⁴ O número 17 dos QS (anno VI, fasc. 2, maggio-agosto 1971) é dedicado à demografia histórica e vem apresentado por Massimo Livi Bacci.

⁹⁵ Ver por exemplo as reflexões pessimistas de A. Sauvy em *Poca terra nel 2000* (trad. it. Bari: Laterza, 1960). Para um panorama desse quadro, dentro do contexto da demografia histórica, ver Macry, P. *La società contemporanea. Una introduzione storica*, Bologna: il Mulino, 1992, pp. 77-104 (*La demografia storica*). Esse livro de Macry é uma tentativa de revisão *a posteriori* do percurso da pesquisa histórica contemporânea que tem a vantagem – ao menos me parece – de dar uma visão "interna" de um historiador de dentro dos QS que irá manter uma relação interessada mas distanciada do debate em torno da *microstoria* entre os anos 70 e 80.

preocupada em estabelecer tipologias que permitissem compreender os comportamentos demográficos do passado.

O estudo da dinâmica das populações no tempo permitiu a construção de complexos modelos para a compreensão do funcionamento das sociedades do passado – em especial as populações da Europa no Antigo Regime⁹⁶. Durante a década de cinquenta, trabalhos como os do demógrafo francês Louis Henry haviam produzido técnicas e tipologias estatísticas que iriam influenciar grandemente a demografia histórica. Um dos caminhos abertos, mais significativos nesse sentido, estava na reconstituição de famílias a partir do levantamento nominativo através da documentação paroquial. Esses estudos, desenvolvidos inicialmente na França, haviam estendido sua influência também à Inglaterra, onde Peter Laslett e seus colaboradores, entre os anos sessenta e setenta, os adaptaram ao estudo de famílias do Antigo Regime⁹⁷. A construção de modelos de equilíbrio que explicavam o crescimento relativamente lento que havia caracterizado a população européia durante o período, bem como de modelos de desenvolvimento que explicassem a aceleração que ela sofreu a partir do século XVIII, está no cerne das investigações da demografia histórica nesse momento. Questões que começavam, no início dos anos setenta, a interessar também historiadores e demógrafos italianos, que tinham a sua disposição, mais uma vez, uma riqueza considerável de fontes manejáveis para o período moderno.

O número dos *Quaderni Storici* de que falávamos antes era um exemplo claro da importância que a demografia vinha adquirindo na pesquisa histórica italiana. Em um artigo introdutório, assinado pelo historiador e demógrafo Massimo Livi Bacci⁹⁸, eram

⁹⁶ Ver por exemplo Wrigley, A. *Demografia e storia*, trad. it. Milano: il Saggiatore, 1969.

⁹⁷ Na França o trabalho de Louis Henry e seus colaboradores é pioneiro, na *Société de Demographie Historique* e na VIe Séction da E.P.H.E. Os seus primeiros trabalhos são: Fleury, M. & Henry, L. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population; manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris: 1956, e também Henry, L. & Gautier, E. *La population de Crulai, paroisse normande. Étude historique*, Paris: PUF, 1958. Na Inglaterra a referência importante é o *Cambridge Group for the History of Populations and Social Structure*, dirigido por Peter Laslett (na época de que tratamos aqui, início dos 70). Ver o volume sobre história da família organizado por Laslett com a assistência de Richard WALL, *Household and Family in Past Time* (London: Cambridge University Press, 1972).

⁹⁸ Bacci, M. L. *Una disciplina in rapido sviluppo: la demografia storica*, QS, n. 17, a. VI(2), 1971, pp. 279-298.

colocadas algumas das premissas que sustentavam a unidade dos textos publicados em seguida e que nos dão uma idéia dos parâmetros do debate em torno da demografia histórica na revista.

O artigo de Bacci começava apontando os então recentes desenvolvimentos da disciplina que, de acordo com ele passava por uma transformação desde uma perspectiva macro-demográfica para uma atitude que era definida, em suas palavras, como micro-demográfica⁹⁹. A primeira delas, mais tradicional, voltava-se para o conhecimento de uma população em um determinado território, estabelecendo sua distribuição geográfica e seu desenvolvimento numérico (relacionado com seus componentes “naturais”: natalidade, nupcialidade, mortalidade), ligando as variações demográficas e as econômicas (crises demográficas e crises de subsistência). “Em suma, grande parte dos esforços eram dirigidos para a reconstrução dos principais agregados demográficos e ao estudo da dinâmica da população, decomposta nos seus principais componentes”¹⁰⁰. Essa aproximação não permitia explicar, entretanto, o que havia por trás dos eventos demográficos, das mudanças e transformações que podiam ser identificadas, mas não explicadas nessa escala de observação. Elas acabavam por ocultar o quanto os comportamentos demográficos deviam às condições estruturais sócio-econômicas, ao mesmo tempo que refletiam questões culturais e de identidade coletiva que não podiam ser pensados de modo simplesmente estatístico.

Essa perspectiva “agregativa”, de acordo com Livi Bacci, vinha abrindo espaço a um outro tipo de análise, que tratava de modo mais intensivo os registros tradicionais da demografia histórica (os registros paroquiais em primeiro lugar): “Ao interesse pelo andamento global da população” – afirmava o demógrafo italiano, “acrescentou-se um notável interesse pelo comportamento do indivíduo e pela variedade dos percursos individuais, colocados sob a uniformidade dos dados globais”¹⁰¹.

⁹⁹ Cf. Bacci, M. L. *Una disciplina in rapido sviluppo: la demografia storica*, cit. p. 285.

¹⁰⁰ Ibid. p. 283.

¹⁰¹ Ibid. p. 285.

Essa mudança de perspectiva parecia se inspirar primordialmente em uma releitura dos métodos de reconstituição de famílias através do espólio dos registros paroquiais – os trabalhos de Louis Henry, em particular¹⁰² – e que se constituía na reconstrução nominativa das famílias. Essas novas indagações somavam-se mais uma vez, como veremos, ao interesse mútuo entre a história e as ciências sociais. O objetivo mais direto desses trabalhos ligava-se, no entanto, às questões e hipóteses que eram lançadas então sobre a estrutura das famílias e das comunidades de Antigo Regime e da Idade Moderna. Nas palavras de Massimo Bacci:

“Existia alguma forma de controle de fecundidade, na população como um todo, ou em alguns dos seus grupos? E, se não existia, quando começou e de que maneira difundiu-se? Quais as diferenças no número de filhos segundo o estado social ou dos percursos familiares? Quais as inter-relações entre mortalidade infantil e mortalidade? Qual é a evolução da idade de matrimônio ou a proporção da população que permanece definitivamente celibatária ou núbil? E ainda outros problemas: o da mobilidade da população, das relações entre percursos familiares e os eventos demográficos de um lado, e calamidades naturais ou provocadas pelo homem de outro? E o que dizer do interesse pela família, pelas modalidades que lhe caracterizaram a constituição e a desagregação, pela sua estrutura e dimensão e pela controvérsia acerca da existência e da frequência, em tempos passados, de uma misteriosa família patriarcal-clã, composta de mais núcleos naturais e exercitando complexas funções sociais?”¹⁰³

Eram indagações que interessavam de modo especial à história social das populações européias, mas apenas podiam ser respondidas através de uma investigação demográfica que se distanciava necessariamente das formas tradicionais de análise, e que tinha seus resultados potencializados pelos levantamentos nominativos. A análise nominativa, aplicada em particular sobre as chamadas “estatísticas de fluxo” (como os

¹⁰² Bacci cita: M. Fleury e L. Henry, *Le nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris: 1965; mas as referências da nota 97 são também importantes aqui, ainda que não citadas. Essa mudança de perspectiva podia ser avaliada do mesmo modo em outros contextos: neste número 17 dos *Quaderni Storici*, dedicado à demografia histórica, há dois artigos que dedicam-se a fazer o balanço dessas duas tradições da demografia histórica: Hawthorn, Geoffrey, *Gli studi di demografia storica in Inghilterra* (pp. 299-344); Dupâquier, Jaques, *La demografia storica in Francia: studi recenti* (pp. 345-370), *QS*, n. 17, a. VI (2), 1971. Sobre a demografia histórica na Itália nesse período, ver: Sonnino, Ernesto, *Sviluppi recenti della ricerca di demografia storica in Italia*, *QS*, n. 27, a. IX(3), 1974, pp. 940-951

¹⁰³ Bacci, *Una disciplina in rapido sviluppo...*, cit. pp. 285-286.

registros paroquiais), com todos seus limites e inconveniências¹⁰⁴, tornaria possível, na abordagem proposta por Livi Bacci, uma perspectiva mais próxima e concreta dos comportamentos demográficos das famílias (e, portanto, das populações) do passado.

De acordo com a avaliação do estado da demografia histórica naqueles anos, tal como era formulada no artigo de Bacci, esse gênero de análise representava um dos traços fundamentais do desenvolvimento da disciplina. Outro “avanço” fundamental – desta vez em uma perspectiva “macro-demográfica” – havia sido o progresso na construção de modelos estruturais de análise das populações, cuja aplicação na análise de fontes censuárias (não nominativas, mas mais abrangentes) permitiria contornar os limites de representatividade dos levantamentos nominativos. Seria na integração das duas perspectivas – “nominativa” e “agregativa” – na análise demográfica que, de acordo com a análise de Livi Bacci, se encontraria o caminho de desenvolvimento da disciplina no futuro¹⁰⁵.

A análise nominativa comentada e proposta por Bacci no artigo introdutório não aparecia – senão de modo periférico – nos estudos publicados no mesmo número dos *Quaderni Storici*¹⁰⁶. Eram trabalhos de recorte regional¹⁰⁷ que colocavam em relevo – através das fontes demográficas – algumas das formas pelas quais a demografia histórica foi articulada dentro do debate que tentamos compreender aqui.

Uma das características dessa articulação estava no estudo de **comunidades**: o artigo de Gérard Delille, por exemplo, partia das fontes sobre a mortalidade em um

¹⁰⁴ Em especial no que diz respeito à representatividade dos grupos estudados com relação ao conjunto da sociedade estudada e os limites de sua aplicação em toda a sociedade. Cf. Bacci, cit. pp. 289-293.

¹⁰⁵ Cf. Bacci, *Una disciplina in rapido sviluppo...*, cit. pp. 296-297.

¹⁰⁶ Este fascículo é dividido em duas partes: a primeira delas era formada por artigos que discutiam “bibliograficamente” o tema; a segunda parte, intitulada “pesquisas” (*ricerche*), que mais nos interessa aqui propriamente, era formada pelos artigos de Maurice Aymard (citado na nota 92), Gérard Delille (*Dalla peste al colera: la mortalità in un villaggio del Benevento, 1600-1800*, pp. 399-416), Salvatore Fedele (*Struttura e movimento della popolazione in una parrocchia della Capitanata, 1711-1750*, pp. 447-484), Maria Ricciarda Duglio (*Alfabetismo e società a Torino nel secolo XI^{III}*, pp. 485-509), Giovanni Levi (*Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà del Settecento*, pp. 510-554) e Antonio Santini (*Cicli economici e fluttuazioni demografiche: nuzialità e natalità in Italia, 1863-1964*, pp. 555-586).

¹⁰⁷ Com exceção do artigo de Santini. O artigo de Aymard tinha também um recorte mais amplo do que os de Delille, Duglio, Fedele e Levi, mas ainda se detinha em uma única região, a Sicília.

povoado no território de Benevento entre os séculos XVII e XIX. A partir do estudo de duas diferentes crises demográficas – uma devida à peste no século XVII e outra ao cólera no século seguinte – Delille analisava as transformações no padrão de mortalidade nesse período em relação às mudanças estruturais de uma sociedade em transformação – de um padrão de mortalidade próprio do Antigo Regime e, a partir do século XVIII – em direção a novos padrões de mortalidade. Mudanças demográficas e transformações estruturais da sociedade pensadas, portanto, através do estudo de uma comunidade circunscrita.

A perspectiva qualitativa – e de certo modo também micro-demográfica – que estava esboçada em alguns dos artigos publicados neste número dos *Quaderni* começava a abrir caminho para aquela “prosopografia generalizada” que Ginzburg iria definir mais tarde como elemento central da proposta micro-histórica. O interesse pelos setores “não-elitistas”, as classes subalternas urbanas e camponesas, era também uma marca desta aproximação. A redução da escala de análise detinha-se no nível da comunidade, mas não indagava sobre a sua constituição interna, a formação dos grupos sociais e a variedade das trajetórias individuais. O limite da análise demográfica continuava sendo o fato de que ela trazia à luz os comportamentos demográficos, sem poder esclarecer as suas “motivações econômicas, sociais e culturais”¹⁰⁸. A pesquisa mantinha-se antes de tudo “demográfica”, sem dar lugar a interrogação “antropológica” que iria caracterizar o debate mais tarde.

Não é o caso de tentarmos enxergar a *microstoria* como consequência lógica deste quadro de discussões. Ela constituiu-se como uma resposta – uma entre outras – para esse conjunto de influências e diálogos. Não podemos entretanto deixar de falar sobre ele para compreendermos os termos através dos quais o debate se construiu a partir deste ponto. Esses termos não se limitavam, naturalmente, à demografia histórica. Não era apenas ela que propunha, por exemplo, uma interrogação histórica sobre as classes subalternas. Para entendermos como essas análises iriam permitir que parte da produção histórica e das discussões teórico-metodológicas que se construíram em torno dela caminhassem na direção de uma redução ainda mais radical na escala de análise e a uma proposta de

pesquisa “nominativa” será preciso que nos voltemos para outras indagações que eram discutidas nas páginas da revista.

Um dos caminhos de aproximação com as fontes serias foi, como vimos, a história econômica, que as utilizava para a explicação das sociedades européias da época Moderna. Grande parte desses modelos interpretativos eram construídos, contudo, sobre categorias elaboradas para a análise de sociedades de mercado cujo alcance começava a ser considerado inadequado ou insuficiente por aqueles que se dedicavam a estudar as sociedades camponesas do Antigo Regime, cujas características estruturais – de acordo com essas críticas – fugiam da lógica do “desenvolvimento” e do modelo clássico de “mercado”.

Nos *Quaderni Storici*, a insatisfação com os modelos aparecia claramente em uma resenha do livro de Witold Kula sobre o modelo polonês do “sistema feudal”, feita por Edoardo Grendi e publicada como introdução a um número da revista dedicado ao mundo camponês e a economia rural do Antigo Regime, em 1972¹⁰⁹. Reconhecendo a importância do trabalho do economista polonês – longa e seguidamente discutido nas páginas dos *QS*¹¹⁰ –, Grendi apontava para os limites que uma abordagem “estrutural” como a de Kula enfrentava. A análise baseada na elaboração de conceitos rígidos (implicada na própria noção de “sistema” que o historiador polonês utilizava) acabava por atrapalhar, na opinião do resenhista, a compreensão das ambiguidades de uma sociedade que era bem menos unitária do que o seu modelo permitia considerar. O velho debate que havia caracterizado os primeiros anos dos *Quaderni* em torno dos modelos econômicos e da transição para o capitalismo era colocado frente a uma interrogação que estava mais

¹⁰⁸ Cf. Ago, Renata, *Gli storici italiani e le fortune dell'antropologia. Il dibattito sulla storia sociale in Italia*, In Aa. Vv. *Orientamenti marxisti e studi antropologici italiani. Problemi e dibattiti*, Milano: Franco Angeli Editore, 1980, pp. 223-230 (cf. p. 223).

¹⁰⁹ Grendi, E. *Sulla Teoria del sistema feudale di Witold Kula*, *QS*, 21, a. VII(3), 1972, pp. 735-754. O livro de Kula era *Teoria economica del sistema feudale* (Torino: Einaudi, 1970) que estava sendo republicado naquele mesmo ano,

¹¹⁰ Sobre isso ver Monti, A. *La teoria economica del sistema feudale: modelli euristici e astrazioni determinate nell'analisi dei processi di transizione*, *QS*, n. 26, a. IX(2), 1974, pp. 293-336.

preocupada com as diferenças, as discontinuidades dentro do modelo – ou melhor, da sociedade que ele pretendia explicar – do que com o modelo em si¹¹¹.

É significativo que a atenção ao mundo camponês fosse um elemento importante dessa crítica. Frente à convicção sobre a insuficiência dos modelos econômicos para dar conta de uma sociedade em que o mercado não existia exigia-se uma interrogação sobre as estruturas e os condicionamentos culturais que estavam em jogo na economia camponesa.

Luisa Accati, no mesmo número dos QS, enfatizava exatamente a importância dos aspectos culturais na interpretação do mundo camponês. Em um artigo cujo título fazia referência a um dos “slogans” que os camponeses franceses usavam em suas revoltas no século XVII (“*Vive le roi sans taille et sans gabelle*”), a historiadora italiana propunha uma discussão sobre as revoltas camponesas de Antigo Regime que coloca em termos muito claros a proposta de uma nova forma de encarar as sociedades camponesas a partir da ótica da história social. Sua perspectiva pode ser lida em paralelo com as considerações de Grendi e nos permite vislumbrar parte das perguntas que estariam informando as discussões que ocorreram um pouco mais tarde em torno da *microstoria* (mas das quais estes textos são uma clara antecipação).

“Lendo os livros relativos à história do campo tem-se a impressão de estar de frente a uma contínua contradição: os camponeses parecem abraçar a causa dos seus inimigos, aliar-se aos seus exploradores, desejar um regime que continue a oprimi-los ao invés de uma mudança em instituições capazes de libertá-los. Algumas vezes são ingênuas vítimas da nobreza ou do clero, em outras por outro lado chegam a formular exigências e programas autônomos, mas a sua posição é destinada, dali a pouco, a ser superada pelos eventos: a história tende a marginalizá-los.

Em tudo isso não pode haver senão uma explicação que falta, que, para além das avaliações, é antes de tudo um vazio de análise e um vício de perspectiva: não sabemos o que os camponeses pensavam verdadeiramente e o ângulo visual no qual nos colocamos não nos consente ver o quadro completo da situação, assim como foi para eles. Não é por puro gosto antiquário que é necessário procurar reconstruir a civilização camponesa, mas para não incorrer em juízos grosseiros, que perpetuando-se no espaço e no tempo nos impedem a compreensão de fenômenos que têm uma gênese muito antiga e efeitos ainda hoje operantes.”¹¹²

¹¹¹ Grendi se permitia, no fim do artigo, ironizar a sedução que uma “história por modelos” exercia sobre o “complexo de inferioridade epistemológica dos historiadores”, cf. Grendi, E. *Sulla Teoria del sistema feudale*(...), cit. pp. 753-754.

¹¹² Accati, L., ‘*Vive le roi sans taille et sans gabelle*’: una discussione sulle rivolte contadine, QS, n. 21, a. VII (2), 1972, pp. 1071-1103.

Accati apontava assim para a necessidade de compreender o “modelo cultural” camponês de Antigo Regime “em positivo”, isto é, a partir dos seus próprios termos. O artigo era uma resenha crítica do debate – principalmente francês – que havia iniciado na década de sessenta em torno do livro de Boris Porchnev sobre as revoltas populares no século XVII francês¹¹³. Em oposição a muitas das interpretações esquemática que caracterizavam alguns dos termos do debate, Accati colocava os parâmetros de uma análise das revoltas camponesas que se propunha evitar tanto a leitura que via nas revoltas camponesas como precursoras das revoluções futuras – eles revoltam-se contra o poder, seja aliando-se à burguesia ou aos nobres – quanto aquelas que pensavam as revoltas como apenas vestígios do passado, remanescentes ocasionais – revoltas de *Ancien Régime* fora de época. Era proposta então uma leitura que se voltasse para a compreensão do universo simbólico camponês, tentando dar conta das “permanências” que ligavam alguns conteúdos que aparecem naquelas revoltas a esquemas mais antigos, mas também tentar compreender o que significavam aquelas mesmas revoltas para os próprios camponeses. Essa perspectiva estava presente na interpretação que Accati propunha de alguns elementos presentes nas revoltas, como no caso do anti-fiscalismo explícito no mote que dá título ao seu artigo¹¹⁴. O anti-fiscalismo das revoltas populares era pensado por Accati dentro de um quadro do mundo camponês que levava em conta a tese de Karl Polanyi “segundo a qual o estender-se do mercado é o fator desagregante por excelência, seja quando violenta a organização social da comunidade, seja quando destrói o conjunto de valores que preside o funcionamento das relações sociais no interior do próprio grupo”,

¹¹³ O trabalho de Porchnev é *Les soulèvements populaires en France de 1623 à 1648*, Paris, 1963 (a primeira edição em russo é de 1949); Mousnier responde a esse trabalho em abril de 58 na *Révue d'histoire moderne et contemporaine* com o artigo *Études sur les soulèvements populaires en France avant la Fronde*. Seguem-se outras intervenções no debate, com R. Mandrou, C. Vivanti: para uma citação mais completa, ver a nota 1 do artigo de Luisa Accati citado acima, pp. 1071-2.

¹¹⁴ Ela não propunha apenas uma interpretação do *sans gabelle*, mas também do *Roi*: “Na verdade é preciso ler todas as duas partes do slogan: não apenas o ‘sans gabelle’, mas também ‘le roi’. Se, por um lado, se supõe que a história tenha um curso linear que conduz necessariamente a certas fases, então, uma vez que em 1793 instaura-se a república, certamente invocar o rei é um sinal de atraso. Se, por outro lado, deixa-se de lado o depois, o rei pode ser o símbolo de uma realidade muito mais complexa e pode conter significados programáticos bem mais ricos do que aparece à primeira vista”, Cf. Accati, cit., p. 1076.

tendo isso em mente, Accati afirmava que “o anti-fiscalismo é a defesa de um modelo de sociedade no qual o povoado e a coletividade são os valores”¹¹⁵.

A idéia de que os camponeses rebelavam-se em defesa de um modo de vida e de valores tradicionais que lhes eram próprios – e não apenas em uma reação espontânea à fome e à miséria – estava igualmente presente em um artigo sobre revoltas camponesas, publicado por Edward Palmer Thompson na revista **Past & Present** no ano anterior e que Luisa Accati usava em seu texto¹¹⁶. Naquele artigo, Thompson tratava das revoltas das “multidões” (*crowds*) inglesas durante o século XVIII, que percorriam o país para “fixar o preço” do grão e da panificação. A “multidão” exigia dos moleiros e comerciantes que respeitassem as necessidades dos pequenos compradores pobres e não especulassem sobre o preço do grão.

Em seu trabalho, Luisa Accati ressaltava dois aspectos da análise de Thompson: por um lado o modelo da “economia moral”, que tentava dar conta do sentido “interno” das rebeliões, não as pensava como espontâneas, mas como uma “forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros”¹¹⁷; Por outro lado, esta ação que se alimentava de uma consciência comum de que os rebeldes defendiam direitos e costumes tradicionais, e tirava sua “legitimidade” de um modelo patriarcal que estava sendo colocado em cheque. De acordo com Accati, esse modo de vida camponês, cujas “permanências” podiam ser identificadas nessas revoltas – que marcavam a sua crise entre os séculos XVII e XVIII – constituía um modelo cuja alteridade com relação à nova ordem capitalista que se impunha era tão evidente quanto ignorada pela análise dos historiadores cuja preocupação com a transição, com o advento da sociedade burguesa, acabavam por priorizar na análise dessa sociedade camponesa aqueles elementos que

¹¹⁵ Cf. Accati, cit., p.1077. Ela cita o artigo de Karl Polanyi, *Our obsolete Market Mentality* (1947), In **Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of K. Polanyi**, New York, 1968. A leitura da obra de Polanyi será fundamental para a construção da proposta de microanálise avançada por Edoardo Grendi, mas voltaremos a isso mais tarde.

¹¹⁶ Thompson, Edward Palmer, *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, **Past & Present**, 1971, n. 50.

¹¹⁷ Thompson, E.P. *The Moral Economy...*, cit. p. 78 (*apud* Accati, op. cit. p. 1088).

antecipavam o que estava por vir, ou que se opunham a ele (era considerada como um antes e não um outro). Uma análise, portanto, marcada pela negatividade.

A importância da referência do artigo de Thompson aqui me parece evidente. *Vive le roi sans taille et sans gabelle* é um dos primeiros textos italianos (e certamente o primeiro nas páginas dos *Quaderni Storici*) em que aparece a reflexão thompsoniana sobre a *moral economy*, e marcava decididamente um interesse por uma história social que dialogava de modo claro com a antropologia, como era aquela do historiador inglês. Não por acaso, a aproximação com as discussões da antropologia era uma das marcas mais importantes do artigo de Accati.

Exemplar nesse sentido é a crítica ao “etno-centrismo” das análises históricas tradicionais que se voltavam sobre as revoltas populares com uma perspectiva muitas vezes teleológica, isto é, partindo de um ponto de vista que colocava os desenvolvimentos posteriores como o ponto a partir do qual se entender o passado. Uma história dos vencedores que tendia a cancelar os pontos de vista dos vencidos. A essa crítica aliava-se um interesse pelas dimensões culturais e simbólicas envolvidas nas revoltas. A relação entre sincronia e diacronia era colocada em relevo no texto de Accati, em especial no fim do artigo, onde a historiadora italiana comparava as revoltas camponesas dos séculos XVII na França e as revoltas que produziram a Revolução Francesa no século seguinte:

“O tecido social mudou, os participantes da marcha não são camponeses, mas o *menu peuple* de Paris. O mito do rei está presente – há uma ‘permanência’ que permite o confronto com o século XVII e com a campanha legitimista – mas o mito certamente mudou. É preciso portanto estabelecer no que foi que ele se transformou.

Podemos chegar a isso seguindo as mesmas hipóteses formuladas para o século XVII. No fim das contas devemos considerar enquanto um esquema de referência que *o rei é mítico*, enquanto modelo cultural específico, *como é mítico* o rei: no século XVII na França, no século XVIII francês, na cidade, no campo, etc. De modo que seja possível, por um lado, assistir às mutações diacrônicas da mentalidade e por outro chegar a uma reconstrução sincrônica, o mais rica possível, do modelo original.

Trata-se evidentemente de um modelo fictício em grande parte, no sentido de que toda cultura é cultura em um certo lugar em um certo momento, mas não será nada mais do que uma indução metodológica, voltada a recuperar em um segundo momento um momento diacrônico mais vasto e completo.”¹¹⁸

¹¹⁸ Cf. Accati, op. cit. pp. 1102-1103.

Os termos com que Accati estabelecia o seu diálogo com a antropologia não seriam certamente compartilhados por outros historiadores que pensavam essa mesma relação e que colaboravam nos QS daqueles anos. O uso pouco criterioso de algumas proposições estruturalistas e funcionalistas por parte de Accati denotava uma relação bastante utilitarista com as reflexões antropológicas. Um outro exemplo disso estava em sua definição de *camponês*, peça central em sua análise.

O projeto de reconstrução em positivo dessa alteridade do modelo de vida *camponês*, “o *ethos* das grandes massas rurais do *Ancien Régime*”¹¹⁹, era pensada por Accati a partir de uma definição deste “personagem”. Tentando tomar o cuidado de não cair na armadilha de construí-lo sincronicamente como sempre idêntico a si mesmo no tempo e no espaço, seria possível pensar, de acordo com ela, um “modo de produção *camponês*” com características comuns e com uma lógica própria. Enquanto modelo, essa definição deveria permitir pensar a unidade para além das diversas situações regionais. Para isso Accati propunha que se apoiasse – a partir de uma análise comparativa – em trabalhos que haviam tentado circunscrever e definir a realidade camponesa, como os de Chayanov, Kula, Eric Wolf e Maurice Godelier¹²⁰. Modelos oriundos de tradições antropológicas e econômicas distintas, que se aproximavam (em maior ou menor grau) do marxismo, combinados de um modo – mais uma vez – utilitarista, na tentativa de construção de uma imagem manejável do *camponês* do *Ancien Régime*. O artigo de Accati apontava alguns elementos para esta definição, mas sem resolvê-los de fato.

O interesse pela reconstituição da cultura camponesa não se apresentava apenas no artigo de Accati. Ele era antes uma preocupação geral que estava também presente em

¹¹⁹ Cf. Accati, op. cit. p. 1094.

¹²⁰ E não apenas com a realidade camponesa européia de Antigo Regime. Accati cita: Chayanov, A. V., *The Theory of Peasant Economy*, Homewood Illinois, 1966; Godelier, M. *Antropologia, storia, marxismo*, Parma, 1970; Wolf, E. R. *Peasants*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966 (tradução brasileira de Oswaldo C. da Silva: *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970). As referências do texto de Accati são muitas, como Paul Bois, Georges Rudé, E. J. Hobsbawm e trabalhos de antropologia, como os Wolf e Godelier, mas também Claude Levi-Strauss e Vladimir Propp, que são citados quando Accati discute a necessidade de se analisar a fábula e o mito popular (pp. 1099-1102). O tema das revoltas camponesas iria retornar nas páginas dos *Quaderni Storici*, em um *aggiornamento* organizado por Accati no seu número 32 (a. XI, 2, 1976), com textos de Luisa Accati, Edoardo Grendi, Lucetta Scaraffia e Maria Minicucci.

outros trabalhos publicados na Itália naquele período¹²¹. Um dos aspectos mais evidentes de todo esse debate dizia respeito ao evidente limite que se impunha a quem quisesse tentar explorar um problema como o da cultura camponesa: o acesso a um mundo de idéias e crenças que não havia deixado nenhum documento escrito, nenhum texto direto, isto é, nenhuma daquelas fontes que costumam ser o recurso mais usual da pesquisa histórica.

Diante da opacidade que as culturas camponesas de Antigo Regime ofereciam ao historiador, era preciso voltar-se para as marcas residuais que elas haviam deixado: sejam os traços da cultura material, sejam os indícios indiretos que fontes seriais produziam sobre o seu comportamento demográfico e econômico, sejam os seus discursos “traduzidos” nas fontes criminais e inquisitoriais. Os limites da indagação histórica tradicional reforçavam ainda mais a aproximação com a antropologia, como era apontado mais uma vez por Luisa Accati:

“Muitas características da análise antropológica estão ligadas à ausência de memória escrita entre aqueles povos que são estudados. Analisando os modelos culturais das classes populares nos encontramos de fato diante daquela parte de nós que não deixou memória escrita de si, o que nos autoriza e nos deve levar a usar instrumentos antropológicos”¹²²

Aquilo que analogicamente interessava na antropologia – e que era colocado em relevo – é a idéia de que ela tem um problema em comum com a história quando ambas procuram estudar populações que não deixaram relatos escritos. A antropologia torna-se aqui e em outros lugares uma palavra-chave cujo sentido varia de acordo com as necessidades que se impõe em cada momento e os objetivos teóricos ou retóricos que se quer atingir. Um outro exemplo de como a antropologia (ou uma definição raramente precisa dela) era colocada a serviço de outras discussões historiográficas estava no interesse pela cultura material que marcou parte do debate sobre a história do cotidiano na França e na Itália.

¹²¹ Cf. Ago, R. *Gli storici italiani e le fortune dell'antropologia. Il dibattito sulla storia sociale in Italia*, cit.

¹²² Cf. Accati, op. cit. p. 1095.

Era precisamente à cultura material que era dedicado um número monográfico dos *Quaderni Storici* em 1973¹²³. Nele reunia-se contribuições de historiadores, geógrafos e arqueólogos sobre o assunto. Um dos temas da revista era sobre os “povoados abandonados”: todo um debate, principalmente francês, sobre o tema, havia produzido grupos de pesquisa interdisciplinares que trabalhavam sobre as escavações de antigos assentamentos camponeses abandonados durante a Idade Média¹²⁴. O geógrafo Massimo Quaini, em um artigo que resumia os temas principais da discussão¹²⁵, apontava como o interesse pelos povoados abandonados, cuja problemática inicial tinha origem na história econômica (preocupada com as razões da “morte” dos povoados), na medida em que as pesquisas avançavam – com a contribuição da arqueologia – tornava-se uma interrogação sobre a “vida” daqueles mesmos povoados antes do abandono¹²⁶. Essa nova indagação ligava-se ao interesse pelas formas de habitar e pelos instrumentos de trabalho dos camponeses, que constituíam aquele universo prático que era definido – em uma forma

¹²³ Organizado por Diego Moreno e Massimo Quaini, ver a apresentação, *Per la storia delle 'culture materiali': dall'archeologia alla geografia storica*, QS, n. 24, a. VII(3), 1973, pp. 689-690. Esse número trazia as contribuições de um encontro promovido pela revista em Scarperia (Firenze) no inverno de 1972.

¹²⁴ Na França esse gênero de pesquisa já havia produzido um volume coletivo, com apresentação de F. Braudel, *Villages désertés et histoire économique, XI^e-XVIII^e siècle*, Paris: S.E.V.P.E.N., 1965. Essa pesquisa permitiria a criação da equipe de trabalho: *Groupe d'archéologie médiévale et d'histoire de la civilisation matérielle du village*. Na Inglaterra, o *Deserted Medieval Village Research Group* tinha objetivos semelhantes, mas ligava-se antes à forte tradição inglesa da *local history*. Sobre eles ver Quaini, M., *Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale?*, QS, n. 24, a. VIII(3), 1973, pp. 708-709. Na Itália, um grupo de historiadores e geógrafos da Liguria montaram o *Gruppo Ligure di ricerca sulle sedi abbandonate* com objetivos semelhantes (grupo do qual participa Quaini).

¹²⁵ Esse artigo de Quaini marca um momento de intersecção entre os debates da história e da geografia que aconteciam na Itália no mesmo período. Também os geógrafos italianos estavam colocando em questão os fundamentos epistemológicos da sua disciplina, induzidos não apenas pela insatisfação “interna” dos profissionais da pesquisa geográfica, mas também pela reação dos estudantes italianos em 68, quando em algumas situações chegaram a “desertar em massa” dos cursos de geografia, criticando-os por seu caráter “mnemônico e caótico”, pouco crítico e fracamente científico. Sobre isso ver Quaini, M. *Marxismo e geografia*, São Paulo: Paz e Terra, 1979 (edição italiana pela Nuova Italia de Firenze em 1974), pp. 11-23. Um exemplo de como os geógrafos italianos mais críticos responderam a esse “estímulo” externo e interno, ver Gambi, L. *Geografia e contestazione*, Faenza: 1968. Quaini é um dos protagonistas desse debate na Itália, assim como Lucio Gambi (outro colaborador importante dos QS). Essa “crise” da geografia é analisada por Gambi ainda em *Questione di geografia* (Napoli: E.S.I., 1964) e em *Una geografia per la storia* (Torino: Einaudi, 1973).

¹²⁶ Cf. Quaini, M., *Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale?*, cit. p 709 (ver a nota de número 40 no texto de Quaini, com a justificativa que J.M. Perez dá a essa mudança).

que remetia às noções de Bloch e Febvre – como a “civilização material do mundo rural” de Antigo Regime¹²⁷. A cultura material tornava-se, portanto, um caminho de acesso às formas de viver dos povos do passado. Por outro lado, a arqueologia ligava-se à história do povoamento em uma perspectiva que precisava ser pensada, de acordo com Quaini, como “uma autônoma e unitária história do povoamento e do assentamento, contra todo reducionismo, seja geográfico seja econômico, e a favor da recomposição dos fenômenos até agora considerados separadamente”¹²⁸. Uma perspectiva unificada, portanto, que se propunha como uma história social do povoamento rural.

Essa aproximação que articulava o interesse pela civilização material e pela história social iria tornar-se mais presente nas páginas dos *Quaderni Storici* nos anos seguintes.

Carlo Poni, cuja pesquisa sobre a cultura material havia marcado seus estudos sobre o mundo camponês da planície bolonhesa¹²⁹, colocava em relevo a mesma preocupação em um artigo sobre o “*Museo della Civiltà Contadina*” de San Marino di Bentivoglio¹³⁰. Poni, discutindo o sentido de um museu sobre a “civilização camponesa”¹³¹, apontava como este se estabelecia enquanto uma tentativa de colocar em relevo uma cultura própria dos camponeses, “alternativa com relação à cultura oficial”, uma cultura baseada na modo pelo qual os camponeses reproduziam a sua própria vida: “Por isso (...) não recolheu[-se] o objeto folclórico, decorativo e ilustrativo, mas os instrumentos de trabalho. Uma escolha

¹²⁷ Cf. Quaini, M., *Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale?*, cit. p. 709

¹²⁸ Cf. Ibid. p. 717.

¹²⁹ Ver Poni, C. *Gli aratri e l'economia agraria nel bolognese dal XVII al XIX secolo*, Bologna: Zanichelli, 1963. Um dos aspectos principais do trabalho de Poni estava na busca de dar um sentido prático e concreto à noção de “forças produtivas” através do estudo das técnicas camponesas, assim como a relação entre as forças produtivas e “as relações econômicas e sociais de propriedade e produção” no mundo camponês. Cf. Poni, C. *Fossi e cavedagne benedicon le campagne*, cit. p. 5 (*Prefazione*).

¹³⁰ Poni, C. *Per un archivio popolare: il Museo di San Marino di Bentivoglio*, QS, n. 31, a. XI(1), 1976, pp. 310-320. O museu – que havia nascido por iniciativa de um grupo de camponeses e ex-camponeses do centro rural de Castelmaggiore (Bologna) que desde 1969 haviam coletado materiais na região – tinha sobrevivido por alguns anos de modo itinerante em exposições e feiras e com o apoio da prefeitura de Castelmaggiore e a administração da província de Bolonha (naqueles anos, nas mãos do PCI), havia conseguido uma sede definitiva.

¹³¹ O título ainda era provisório. Durante as discussões sobre ele, das quais participaram historiadores da Universidade de Bolonha (Poni entre eles), pensou-se em uma alternativa para o título, que seria *Museo della vita e del lavoro contadino*.

profundamente significativa: popular e científica. Recolher o objeto de trabalho significa escolher a ação de produzir, de arar, de colher... ”¹³². Não apenas o sentido político de um museu popular que era destacado por Poni, mas a possibilidade de colher novos materiais para o estudo da sociedade camponesa, naqueles elementos que ainda permaneciam no tempo e que respondiam a uma cultura milenar baseada no cultivo da terra, cujas últimas sobrevivências ainda podiam ser encontradas nas comunidades rurais remanescentes. Um dos objetivos do museu era precisamente:

“(...)formar um arquivo da memória camponesa, entrevistando os trabalhadores da terra, homens e mulheres, para produzir novas fontes, diversas daquelas tradicionais (dos aparatos estatais e da grande propriedade), para recuperar e dar expressão a uma cultura ‘subalterna’ ignorada pelos historiadores e sufocada pela invasão dos mass-media”. (...). “O propósito é o de colher toda a espessura da vida quotidiana: as relações com a propriedade, a organização do trabalho, o ciclo das famílias, a casa e a herdade, as rotações e a alimentação. Mas com a intenção de sublinhar os momentos de socialização: o *trebb* e as festas religiosas; a escola, o sindicato, o círculo, o partido; os grandes trabalhos sazonais que reuniam juntos, na frente das casas e nos campos, dezenas de trabalhadores (...) Um percurso que vai dos vestígios de tradições antigas (pré-capitalistas),(...), até às aquisições culturais mais recentes (...). Um mundo transbordante de vida, de uma riqueza inesgotável. Mas mantido em parte por tradições orais que estão a ponto de desaparecer.”¹³³.

Mais uma vez, o interesse pela cultura material ligava-se à produção de novas fontes sobre a realidade camponesa. Uma vez que Poni postulava uma certa continuidade entre a cultura camponesa do passado e aquela que ainda sobrevivia, a necessidade de uma “pesquisa de campo” – mediada pela “história oral” e os instrumentos da antropologia – era colocada como central para compreender os processos de transformação cultural pelo qual passava o mundo camponês. A referência à antropologia aparecia também aqui como uma forma de denominar um interesse destacado pelas práticas sociais e suas permanências no tempo, assim como um sinônimo de estudos de campo e história oral.

A preocupação expressa por Poni em seu artigo parecia nascer claramente de uma consciência das transformações que atingiam o mundo rural italiano do presente, mas que acabava por estender-se também ao seu passado.

¹³² Cf. Poni, C. *Per un archivio popolare* (...), cit. p. 311.

¹³³ Ibid. pp. 316-317. Grifo meu.

Mais uma vez, era na confluência de interesses entre história e antropologia que os objetivos apontados poderiam, segundo Poni, ser alcançados. Esse encontro das duas disciplinas era facilitado, de acordo com ele, pelo movimento convergente que ambas operavam naqueles anos: por um lado, graças ao interesse dos historiadores pela “vida material, as estruturas econômico-sociais e familiares” e por outro lado, a orientação das pesquisas antropológicas em direção às sociedades ocidentais. “Um encontro aberto a todas as ciências sociais (as assim chamadas ciências do homem). (...) A colocar, portanto, problemas de método até agora ignorados”¹³⁴.

A proposta de aproximação com a “antropologia”, como vimos, era recorrente, mas a referência a trabalhos específicos é de um modo geral bastante vaga.

A relação entre as duas disciplinas estava presente em muitos dos debates que ocorriam na Itália durante a década de setenta. A insatisfação com os caminhos que ambas trilhavam, levava antropólogos e historiadores a discutirem novas alternativas e saídas para os impasses teóricos e políticos que enfrentavam naqueles anos. O interesse pelas classes subalternas e pela sua história ligava ambas as disciplinas e os seus praticantes em um desafio político comum de compreender a cultura e a história dos “excluídos” de um ponto de vista que não fosse apenas o da ideologia do “homem folclórico” onde:

“(...) o homem popular é portador de um mundo (arcaico) que é preciso recuperar e estudar no interior de um dissídio jamais resolvido entre povo e nação, cultura escrita dominante e cultura oral subalterna, estado e regiões, literatura local e literatura nacional, etc. Mas não se trata do homem histórico, assim como ele é e se apresenta; mas de uma imagem presumida e dividida; trata-se do bom selvagem, do homem que é bom enquanto dimensão a-histórica: trata-se de fato do homem folclórico. E é esta dimensão e apenas ela que convém empregar, usar, usufruir, cultural e politicamente.

O homem folclórico é a única medida lícita para o homem histórico contemporâneo e subalterno para participar do festim da cultura política da classe dominante. (...). O homem histórico, o homem político, o homem da fábrica e dos campos é simplesmente ignorado: os modos, os comportamentos, as formas que dele provêm são crônica e não história, gritos de bêbados e de grevistas, uivos descompostos de quem chora os seus mortos, e não arte.”

¹³⁴ Cf. Poni, C. *Per un archivio popolare* cit. pp. 317-318.

Com essa citação de Gianni Bosio¹³⁵, Alessandro Triulzi apresentava algumas das referências políticas que estavam na origem de um debate entre história e antropologia acontecido em Bologna em 1976. O encontro, patrocinado pela faculdade de ciências políticas da Universidade de Bologna, tinha como tema a relação entre aqueles dois saberes e a contribuição da história oral.

Os trabalhos apresentados – que seriam parcialmente publicados nos *Quaderni Storici* no ano seguinte¹³⁶ – eram contribuições de historiadores e antropólogos que discutiam desde a história da África contemporânea (como o próprio Triulzi, mas também Jan Vansina ou Jack Goody) até estudos sobre o movimento operário através da história oral (como Paul Thompson, ou ainda Giovanni Levi, Lucetta Scaraffia e Luisa Passerini). Motivações políticas e discussões metodológicas eram inseparáveis em uma discussão onde o objetivo polêmico explícito era o de desenvolver “uma perspectiva histórica alternativa”, rompendo com uma “abordagem político-institucional que caracterizou grande parte da produção historiográfica contemporânea, mesmo aquela sobre as chamadas sociedades tradicionais ou iletradas”¹³⁷. Que o tema da oralidade e da *oral history* fosse central dentro deste debate não era casual. De forma coerente com os debates anteriores e contemporâneos que envolviam historiadores e antropólogos, a história oral aparecia como uma via privilegiada de acesso a história das classes e grupos sociais que – à margem das instituições – não haviam produzido sua própria documentação escrita.

“(…) servir-se das fontes orais (...) significa renunciar a uma história escrita do alto, elitista tanto nos modos de composição, quanto nas formas de transmissão (linguagem esotérica, em código, para iniciados); significa tentar eliminar as perigosas separações metodológicas e disciplinares entre antropologia e história, entre sociedades letradas e iletradas, entre crônica e síntese, e sobretudo anular a distância tradicional entre produtor e consumidor da história, favorecendo a reapropriação do fato histórico por parte do sujeito da história”¹³⁸

¹³⁵ Cf. Bosio, G. *L'intellettuale rovesciato*, Milano: Ed. Bella Ciao, 1975, p. 248: *apud* Triulzi, Alessandro, *Introduzione* In Bernardi, B.; Poni, C. & Triulzi, A. (a cura di) *Fonti orali. Antropologia e storia*, Milano: Franco Angeli, 1978, p. 9-10.

¹³⁶ QS, n. 35, a. XII(2), 1977: *Oral history: fra antropologia e storia* (a cura di Bernardo Bernardi, Carlo Poni & Alessandro Triulzi. A publicação completa das contribuições aconteceria em 1978 (ver nota anterior).

¹³⁷ Cf. Triulzi, *Introduzione*, cit. p. 10

¹³⁸ *Id. Ibid.*

As motivações políticas que estavam envolvidas no debate em torno da história oral eram bastante claras: dar voz às histórias dos excluídos da História. O potencial cognoscitivo dessa postura era apontado por Bernardo Bernardi, um antropólogo que participava do mesmo debate em torno da história oral:

“Com a valorização da oralidade como fonte de história, se supera a dicotomia entre sociedades ‘primitivas’, ‘simples’ ou ‘iletradas’. Reconhece-se que toda cultura e toda a sociedade é portadora de história. É essa a contribuição mais positiva e mais geral que os estudos antropológicos trouxeram para o nosso conhecimento. Cabe aos estudiosos afinar os métodos e adequá-los a essa avaliação de fundo.”¹³⁹

A discussão em torno da história oral e do reconhecimento de que os sujeitos e grupos sociais tradicionalmente colocados à margem da grande história tinham também sua historicidade não era apenas exclusiva do panorama político e historiográfico italiano. Ao contrário: o tema da história “a partir de baixo” – isto é, a partir da experiência quotidiana das pessoas e, de modo especial, das classes subalternas e dos grupos excluídos do poder – havia produzido e continuava produzindo um conjunto importante de discussões e experiências por muitos lugares desde o fim da década de sessenta e no correr da década seguinte.

Um exemplo importante (tanto do ponto de vista das propostas apresentadas quanto dos resultados produzidos) desse gênero de experiência – e geograficamente distante dos debates italianos – era a que vinha sendo desenvolvida no Reino Unido em torno do grupo da **History Workshop** (em uma tradução mais ou menos literal: Oficina de História). Esse grupo – formado por historiadores militantes e estudantes do Ruskin College em Oxford, dedicado a educação de adultos – realizava desde 1966 grupos de trabalhos onde os estudantes discutiam temas da história do quotidiano operário do século XIX e XX, a partir de fontes de história local e de documentos orais. Desde 1976, o grupo publicava uma revista – **History Workshop Journal (HWJ)** – que era identificada no subtítulo como *a journal of socialist historians* (uma revista de historiadores socialistas), mas que

¹³⁹ Bernardi, B. *La storia nella storia dell'antropologia*, In *Fonti orali. Antropologia e storia*, cit. p. 27.

também se abria para contribuições sobre a história das mulheres e do feminismo¹⁴⁰. Que feminismo e socialismo participassem de um mesmo universo de indagações e de experiências que envolviam também a história oral e a história “a partir de baixo” nos mostra claramente como – na discussão sobre os caminhos da história nos anos setenta – era impossível tratar os debates em torno dos caminhos da disciplina em separado daqueles que envolviam as transformações sociais e políticas que estavam sendo colocadas em jogo naqueles dias.

As aproximações que existiam entre as experiências e discussões italianas e inglesas não se davam apenas pelo contato eventual que se estabelecia entre ambas (Alessandro Triulzi e Luisa Passerini, por exemplo, vão publicar artigos no *History Workshop Journal*¹⁴¹). Elas participavam de muitos modos de um clima político e cultural que marcava fortemente tanto as experiências militantes quanto a investigação histórica.

3. Novos sujeitos, novos problemas

O debate em torno da *microstoria* – que se articula nesse conjunto de discussões que procuro seguir aqui – foi, seguramente, dentro do contexto italiano, também uma resposta (e não a única) ao clima cultural que se produzia a partir do fim da década de sessenta.

As revoltas estudantis a partir de 1967 – que marcaram fortemente o panorama político italiano nos anos seguintes –, as novas estratégias de luta política dos operários, mas também os movimentos feministas que apareciam com muita força naquele período tomaram-se marcos importantes da transformação de valores e perspectivas que se vivia

¹⁴⁰ Mais tarde o título da revista foi transformado para: *a journal of socialist and feminist historians* (uma revista de historiadores socialistas e feministas). Para uma idéia menos impressionista desta experiência do que esta que eu acabei de esboçar, ver Samuel, Raphael (ed.). *History Workshop. A Collectanea 1967-1991*, Oxford: History Workshop, 1991.

¹⁴¹ Triulzi, A. *A Museum of Peasant Life in Emilia*, HWJ, n. 1; Passerini, L. *Work, Ideology and Consensus under italian fascism* HWJ, n. 8.

na época, colocando temas como a democracia direta, as desigualdades entre os sexos, a crítica às relações autoritárias vividas na família e na escola. No caso italiano, a percepção da falência do governo de centro-esquerda que governou o país entre 1962 e 1968¹⁴² – que não havia conseguido atender as expectativas de muitos setores da sociedade que haviam colocado ali suas esperanças de transformação social – contribuiu para alimentar essas novas formas de luta social e de ação coletiva.

Por outro lado, a Itália dos anos setenta viu surgir, com força, a violência abstrata dos grupos terroristas. Vários deles – como as *Brigate Rosse* (Brigadas Vermelhas) – tiveram origem em grupos de esquerda radical ligados aos movimentos de 68. A esquerda não-institucional italiana passa a ser forçada, então, a lidar também com um empenho das forças conservadoras em reinterpretar seu passado de movimento e crítica social, na tentativa (em grande parte bem sucedida) de transformá-lo em sinônimo ou causa do terrorismo posterior. Esse processo foi acompanhado de um endurecimento do aparato repressivo do Estado, em especial aquele ligado à ação do judiciário que passa a ter, a partir de meados dos anos setenta, um poder cada vez mais amplo (que apenas em parte pode ser atribuído à reação ao terrorismo e ao crime). Em um quadro que apenas se agravaria nos anos seguintes, o que se viu na Itália entre as décadas de setenta e oitenta foi uma tentativa de esvaziamento da política – tanto no plano institucional quanto naquele à margem dos partidos e sindicatos – e a sua progressiva substituição pela “lei” (supostamente neutra e a-política)¹⁴³. Não à toa, esse momento de “crise do político” no

¹⁴² A coalisão entre a Democracia cristã e o Partido Socialista começa a ser desenhada após a derrocada do estalinismo, nos anos 50, quando o PSI toma distância do Partido Comunista (com quem se alinhava tradicionalmente). A aliança de fato vai ocorrer apenas em 1962. A esquerda socialista deixa o PSI e funda o Psiup (tomando uma antiga sigla do partido), com cerca de 30% do antigo quadro. O governo de centro-esquerda, depois de um início marcado por algumas reformas, torna-se – para os socialistas – cada vez mais distante das expectativas que havia criado. Para uma discussão mais detalhada sobre o governo de centro-esquerda na Itália, ver Ginsborg, Paul, *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi. Società e politica 1943-1988*, Torino: Einaudi, 1989, o capítulo oitavo (*Il centro-sinistra, 1958-68*, pp. 344-403. Ver ainda Foa, Vittorio, *I socialisti italiani dopo il fascismo*, In *Per una storia del movimento operaio*, Torino: Einaudi, 1980, pp. 270-291.

¹⁴³ Talvez o exemplo mais bem acabado dessa substituição seja posterior, com as investigações judiciais sobre os partidos políticos entre os anos oitenta e noventa (*o pool mani pulite*).

contexto italiano foi interpretado, naqueles mesmos anos, em paralelo com a emergência de uma “crise da razão”¹⁴⁴.

Minha intenção não é a de submergir o debate em torno da *microstoria* em um contexto estático e homogêneo, onde a simples menção à conjuntura cultural e política geral – ou a italiana em particular – explicaria como por mágica todo o resto. Na verdade, acredito que é exatamente pensar o contrário – isto é, que o contexto era fraturado e as percepções sobre ele múltiplas e muitas vezes divergentes – que vai nos permitir refletir melhor sobre a variedade de respostas que surgiram – no campo político e no campo das idéias – para as novas questões que apareciam.

Um exemplo disso está na atenção que se desenvolveu sobre os assim chamados “novos sujeitos sociais” que se colocavam em cena. Estudantes, mulheres, migrantes, reivindicavam espaço de atuação política e atenção para temas e problemas específicos que se diluíam – ou simplesmente desapareciam – dentro das lutas mais gerais da grande política. Isso implicou para muitos historiadores uma mudança no olhar retrospectivo sobre problemas semelhantes no passado. Questões até então marginais, como as formas não institucionais de luta social, a multiplicidade cultural, e mesmo a família, a sexualidade ou a maternidade, entravam no horizonte das discussões sobre a constituição do tecido da sociedade e sobre a sua história.

Ginzburg e Poni, em 1979, enfatizavam o quanto que a *microstoria* respondia a esse contexto sócio-cultural – lido como um momento de uma crise não apenas política, mas também teórica e historiográfica – colocando em relevo as raízes políticas de muitas das suas interrogações e problemas de pesquisa. A atenção sobre os “novos sujeitos sociais” que impunham sua presença nas ruas através dos movimentos de massa que marcaram o fim dos anos sessenta e a década seguinte ajudava a dar forma aos termos do debate, levantando dúvidas sobre o sentido dos processos macro-sociais – e dos modelos que

¹⁴⁴ *Crisi della ragione* era, não por acaso, o título de um livro organizado por Aldo Gargani em 1979, que foi amplamente discutido por vários intelectuais italianos em seguida (Gargani, A. *Crisi della ragione. Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attività umane*, Torino: Einaudi, 1979). Sobre a relação entre a “crise do político” e a “crise da razão”, ver a premissa ao número de *aut-aut* dedicado à discussão do livro (*aut-aut*, 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp. 1-3).

tentavam explicá-los – sugerindo a atenção sobre os processos “microscópicos” que em geral eram submergidos nas análises globalizadoras. As discussões voltam-se também para o diálogo com outras disciplinas – como a antropologia e a psicologia – que tradicionalmente lidavam com as esferas do cotidiano e da experiência vivida¹⁴⁵.

“Não é arriscado supor que a voga crescente das reconstituições micro-históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos. Precisamente porque não se está muito seguro de que o jogo compensa, é-se levado a reanalisar as regras do jogo. Surge a tentação de contrapor aos otimismo (reformistas ou revolucionários) dos anos 50 e 60 as dúvidas de índole radical dos últimos anos 70, provavelmente destinadas a acentuar-se no decênio que se aproxima. Que os inquéritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objeto de análise os temas do privado, do pessoal, do vivido, propostos com tanta veemência pelo movimento feminista, isso não é uma coincidência – visto que as mulheres foram indubitavelmente o grupo que tem pago os custos mais elevados pelo desenvolvimento da história humana.”¹⁴⁶

O tema do “vivido” e todo aquele universo de experiências que escapava às formalizações das análises econômicas ou da história política ligava-se diretamente à percepção das transformações pelas quais a sociedade passava naquele momento, com o surgimento de novas forças políticas, com novas exigências.

Como veremos adiante, a referência à história das mulheres não era gratuita, na medida em que esta tomava de fato uma importância considerável entre os estudos históricos italianos dos fins dos anos setenta. O julgamento sobre a relação entre o movimento feminista e os estudos “micro-históricos” implicava uma importante influência da vida civil sobre os problemas da historiografia, mas não excluía uma construção também interna dos problemas dentro do debate histórico.

Se voltarmos um pouco sobre algumas das análises que estavam nas origens das discussões em torno da *microstoria*, podemos identificar claramente como essa ligação não é arbitrária. Retomando aos *Quaderni Storici* podemos encontrar um exemplo disso no artigo de

¹⁴⁵ Como sugere Angelo Torre: “(...) a presença ativa sobre a cena pública de jovens e mulheres, de minorias étnicas e de grupos marginais em larga parte não prevista e não previsível, sugeriu a setores da corporação dos historiadores de recorrer à antropologia – assim como à psicanálise – para obter categorias interpretativas que se voltassem a ilustrar a presença nas sociedades ocidentais do passado de grupos análogos àqueles que emergiram como protagonistas dos eventos contemporâneos”, Cf. Torre, A. *Antropologia sociale e ricerca storica*, cit. p.219.

¹⁴⁶ Ginzburg & Poni, *O nome e o como*, cit. p. 172.

Luisa Accati, tratado anteriormente, sobre as revoltas camponesas. A proposta de reconstruir “em positivo” a cultura das classes subalternas de Antigo Regime já apontava claramente na direção de colocar em relevo o papel das mulheres nessas sociedades. Nas revoltas populares estudadas por Accati, as mulheres apareciam como protagonistas: “agitadoras por excelência no interior do povoado, personagens essenciais da economia familiar”¹⁴⁷, elas ocupavam naquelas sociedades camponesas um lugar fundamental e frequentemente negligenciado na análise dos historiadores.

Nas páginas da revista, a história das mulheres surge com força durante os anos setenta e amplia-se ainda mais na década seguinte. A forte presença de historiadoras entre os colaboradores mais frequentes dos *Quaderni* contribuía para que os temas diretamente relacionados com a experiência feminina e com a relação entre os sexos se colocassem em primeiro plano¹⁴⁸. A história das mulheres dirigia-se fortemente para interrogações sobre as relações com o corpo, o sexo, a maternidade, mas também sobre a experiência feminina no trabalho, da importância da mulher dentro da economia familiar, das solidariedades femininas dentro do contexto urbano e rural: o enfoque era nitidamente marcado pela história social, frequentemente construído através de análises circunscritas e de biografias¹⁴⁹. A história das mulheres respondia por um lado à necessidade política de recolocar em termos novos os papéis das mulheres na história e da sua participação efetiva na construção do seu próprio mundo: não eram apenas as experiências de submissão que eram resgatadas, mas especialmente as situações em que seu papel de agente ativo ficava evidenciado. Reconstruir a positividade da experiência feminina no passado participava do mesmo horizonte político e historiográfico que a recuperação das experiências das classes subalternas. Muitas dessas pesquisas e ensaios participaram do debate em torno da

¹⁴⁷ Cf. Accati, L. *Vive le roi sans taile et sans gabelle* ... , cit. p. 1091.

¹⁴⁸ Uma parte significativa da produção de história das mulheres publicada nos QS foi recolhida por Edward Muir e Guido Ruggiero em *Sex and Gender in historical perspective*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990. Muir e Ruggiero enfatizam o quanto essa produção – realizada entre os anos 70 e princípio dos 80 – antecipava muitas dos temas que seriam tratados mais adiante pela *gender history* norte-americana.

¹⁴⁹ Ver por exemplo a introdução de Luisa Accati ao número dedicado a *Parto e maternità: momenti della autobiografia femminile* (QS, n. 44, XV(2), 1980, pp. 333-345).

microanálise e das suas possibilidades de trabalho¹⁵⁰. A *microstoria* foi alimentada também por essas experiências que influenciaram a percepção do passado que muitos dos seus praticantes formulavam.

Um exemplo desta ligação entre as culturas das classes subalternas e a história das mulheres colocava-se em um número dos *Quaderni* de 1979, dedicado às religiões das classes populares¹⁵¹. É mais uma vez Ginzburg que, em uma introdução ao número monográfico, expunha o sentido dessa ligação. Tentando apontar um possível caminho para compreender a unidade do fascículo, ele propunha a história das mulheres como fio condutor das várias contribuições:

“Das matronas de Fanjeaux às bruxas modenenses, da costureira de Bologna às curandeiras friulanas ou as pias mulheres de Marseille, não encontramos quase nunca senão mulheres. Por séculos, na realidade, ‘simples’ e mulheres foram objeto de um mesmo zelo pedagógico por parte das hierarquias eclesiásticas. Não eram apenas as populações rústicas e selvagens do campo a deverem ser educadas, desde o tempo do *De correctione rusticorum* de Martino di Braga. Também as mulheres eram vistas como animais indóceis a domesticar. Religião como instrumento de controle sobre as mulheres por parte de uma hierarquia masculina, certamente. Mas a religião, ou melhor as religiões, forneciam também (muitos ensaios aqui recolhidos mostram isso) às mulheres da Europa pré-industrial uma linguagem para articular e exprimir as emoções das almas e dos corpos.”¹⁵²

O enfoque desta vez é sobre a religião, mas a mesma preocupação com a experiência das classes subalternas e dos sujeitos sociais que eram até então periféricos nas análises históricas volta em outros temas e problemas: a história dos judeus aparece como um objeto frequente de estudo e o tema da marginalidade, bem como a história a partir do crime – e das fontes criminais – compartilhava do mesmo impulso¹⁵³. Um largo leque de

¹⁵⁰ Um exemplo claro disto são as contribuições ao número 44 de *Quaderni Storici*, dedicado ao parto e a maternidade, citado na nota anterior.

¹⁵¹ Cf. Ginzburg, C., *Premessa giustificativa. Religioni delle classi popolari*, QS, n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 393-397.

¹⁵² Ibid. p. 397.

¹⁵³ Ver o número QS organizado por Michele Luzzati e Sofia Boesch Gajano, dedicado à história dos judeus na Itália: *Ebrei in Italia*, QS, n. 54, XVIII (3), 1983. A história a partir do crime e das fontes criminais aparecem claramente já no número 44 dos QS; ver por exemplo a discussão apresentada por Edoardo Grendi (com textos de Victor Bailey, Carola Ghiara e Claudio Povolo) *Fonti criminali e storia sociale*, QS, 44, a. XV(2), 1980, pp. 580-626. O número 66 da revista (1987) foi dedicado ao mesmo tema.

interesses, que ia desde a demografia e a história econômica até as pesquisas sobre a cultura material e a antropologia. Essa pluralização de temas de pesquisa alimentou o horizonte em que as perspectivas micro-históricas se construíram: o amálgama que constitui o eixo principal do debate está colocado no entanto, principalmente em torno da investigação sobre a sociedade e cultura subalternas de Antigo Regime.

Foi em torno da constituição das estruturas sociais sobre a qual moldavam-se as sociedades pré-capitalistas que irão se aglutinar as principais reflexões sobre o tema nas páginas dos *Quaderni Storici* naqueles anos. A proposta de uma microanálise histórica se constrói, como veremos, a partir dessas interrogações.

4. Discutindo a história social.

Em 1976, Gérard Delille, Edoardo Grendi e Giovanni Levi organizam um número dos *Quaderni Storici* dedicado às relações entre família e comunidade nas sociedades européias pré-capitalistas. O fascículo, que havia sido anunciado no ano anterior, trazia uma introdução assinada por Grendi¹⁵⁴. O que torna esse texto particularmente importante para nós aqui é menos aquilo que ele permite entender sobre os propósitos dos autores dos textos que seguem – dez contribuições, de historiadores e antropólogos, italianos e estrangeiros, medievalistas e “modernistas”, com perspectivas nem sempre coincidentes¹⁵⁵ – do que a chave de leitura que propunha para a análise desses artigos: a noção de microanálise social.

¹⁵⁴ O número havia sido anunciada em uma nota publicada sem assinatura nas *Notizie dei Quaderni: Famiglia e comunità, famiglia e potere*, QS, n. 29/30, a. XI(2/3), 1975, pp. 766-767. Esse era anunciado como o tema de um encontro a ser realizado no fim daquele ano junto à *École Française de Rome*, cujos resultados são publicados no número 33 da revista, cf. Grendi, E. *A proposito di 'famiglia e comunità': questo fascicolo di Quaderni Storici*, QS, n. 33, a. XI(3), 1976, pp. 881-891.

¹⁵⁵ O próprio Grendi reconhece que, apesar dos artigos terem tido origem a partir da discussão de um texto inicial remetido aos autores anteriormente, as contribuições partiram de fato de interesses de pesquisa (desde o recorte cronológico até as perspectivas teóricas) muito diferentes entre si. Parece-me

O artigo de Grendi começa por chamar a atenção para o crescimento que os estudos dedicados à família sentiam naqueles anos, atestado pelo número especial dos *Annales* dedicado ao tema, mas também a publicação de diversos livros sobre o assunto e mesmo uma revista especializada¹⁵⁶. Mas são os trabalhos de Louis Henry e Peter Laslett as referências de base: são os seus limites os primeiros problemas a serem enfrentados por uma perspectiva que pretendia “integrar a história demográfica na história social”¹⁵⁷. A segunda representaria para a primeira “um modo de colocar, ainda que unilateralmente, as instâncias de uma prosopografia generalizada e de uma pluralidade socialmente diferenciada dos comportamentos específicos: fogo e família, nupcialidade e mortalidade, migrações, exo/endogamia, etc.”¹⁵⁸. Era preciso portanto superar – segundo o juízo de Grendi – a tendência da demografia histórica em “isolar-se no paraíso das suas técnicas e

importante arrolar essas contribuições à parte monográfica da revista (QS, n. 33): Tabacco, Giovanni, *Il tema della famiglia e del suo funzionamento nella società medievale* (pp. 892-928); Hughes, Diane Owen, *Struttura familiare e sistemi di successione ereditaria nei testamenti dell'Europa medievale* (pp. 929-952); Klapisch, Christiane, “Parenti, amici, vicini”: il territorio urbano d'una famiglia mercantile nel XV secolo, pp. 953-982; Delille, Gérard, *Classi sociali e scambi matrimoniali nel Salernitano: 1500-1650 circa* (pp. 983-997); Corsini, Carlo A., *Materiali per lo studio della famiglia in Toscana nei secoli XVII-XIX: gli esposti* (pp. 998-1052); Schofield, Roger, *La popolazione pre-industriale e il suo spazio economico* (pp. 1053-1072); Burguière, André, *Endogamia e comunità contadine: sulla pratica matrimoniale a Romainville nel XVIII secolo* (pp. 1073-1094); Levi, Giovanni, *Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del '700* (pp. 1095-1121); Segalen, Martine, *Evoluzione dei nuclei familiari di Saint Jean Trolimon, Sud-Finistère, a partire dal 1836* (pp. 1122-1182); Kostic', Cvetko, *Dinamica della famiglia e della proprietà terriera nei villaggi jugoslavi* (pp. 1183-1194).

¹⁵⁶ O número dos *Annales* dedicado à família é publicado em 1972 (ver nota 69), mesmo ano em que se publica coletânea de P. Laslett e R. Watt, *Household and Family in Past Time* (ver nota 97). Grendi refere-se a uma “revista especializada americana”, que eu – verossimilmente – suponho ser o *Journal of Family History*, que começa a ser publicada em 1976.

¹⁵⁷ Cf. Grendi, E. *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p.882. Sobre Henry e Laslett, Grendi afirmava: “Tem sido dito que Henry consentiu à demografia histórica resultados mais coerentes e refinados do que aqueles que são atingíveis pela ciência demográfica corrente: mas mesmo assim resultados demográficos, a definição de um regime e ainda o compromisso de explorar-lhe as inexauríveis variáveis locais. (...). É um fato que o método de Henry deixava sobre os nossos braços famílias demais. (...). E Laslett lançava-se a catalogá-las em uma orgia de gráficos. Laslett tinha boas razões para ocupar-se das famílias: havia descoberto que na sociedade de *Ancien Régime* não havia senão uma classe, a nobreza, mas muitas famílias, ou melhor, *households*. O absurdo nascia do fato de que Laslett fazia também o comparativismo e resultava que a distribuição das famílias florentinas do '400 era similar à do Japão oitocentista. O que era decisivamente um modo de forçar um pouco o ascetismo mais cauteloso de Henry, exatamente no momento em que se percebia a exigência de integrar a história demográfica na história social”, p. 882.

¹⁵⁸ Cf. Grendi, E. *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p. 889.

manipulações estatísticas”¹⁵⁹, de ater-se à análise quantitativa da série e de voltar-se apenas sobre aqueles comportamentos que eram passíveis de serialização. Os procedimentos quantitativos, sozinhos, não davam conta de revelar toda a espessura dos comportamentos sociais sobre os quais se voltavam. Cada comportamento, portanto, antes de ser inserido no conjunto de uma série de dados que se repetem, deveria ser colocado em relação a outros comportamentos. Desse modo, a riqueza de uma análise que partisse da confrontação das séries seria a de permitir revelar como essas diferentes atitudes – individuais e de grupo – entrecruzavam-se de fato nas várias situações concretas¹⁶⁰.

No texto de Grendi, avançava-se a proposta de ir além do trabalho sobre a série isolada, bem como recusar a tendência a referir-se a um contexto abstrato e considerado como dado, abrindo caminho assim para uma perspectiva metodológica de correlação entre as diferentes séries. Os estudos de comunidade permitiriam que esse confronto pudesse ser estabelecido em uma escala reduzida e com resultados mais manejáveis. Colocar em relação os dados da demografia (natalidade, nupcialidade, mortalidade, mobilidade territorial), com aqueles do comportamento econômico (os atos notários – compras e vendas de terra, dívidas, testamentos, dotes), e mesmo outras fontes não serializáveis, permitiria, dentro de um contexto circunscrito, fazer compreender de modo mais realista o concreto das relações sociais¹⁶¹. O método “nominativo”, desenvolvido inicialmente para lidar com as fontes da demografia histórica (Henry), poderia ser aplicado igualmente sobre as outras fontes. A aproximação com a demografia histórica exigiria desse modo também o recurso à antropologia, que é chamada à corrigir a análise, direcionando-a para uma leitura qualitativa dos comportamentos sociais¹⁶². A microanálise,

¹⁵⁹ Cf. Grendi, E. *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p. 889.

¹⁶⁰ “Mas ao fim de toda série permanece a instância do confronto com outras séries. (...). Os comportamentos do homem em sociedade têm um significado primário em relação aos outros, antes de serem dispostos como comportamentos repetíveis em no tempo de uma série.”, Ibid. p. 890. Essa proposta seria retomada em 1979 na apresentação de Ginzburg e Poni sobre a micro-história, citada mais cedo neste capítulo, quando propunham uma exploração “intensiva” (em oposição àquela “extensiva” da análise quantitativa) das fontes seriais, cf. *O nome e o como ...*, cit. pp. 173-176.

¹⁶¹ Cf. Grendi, E. *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p. 890.

¹⁶² Cf. Id. Ibid.

considerada por Grendi como o instrumento próprio da investigação antropológica, era então pensada como uma forma de sondar – em um recorte circunscrito – problemas de pesquisa que diziam respeito à totalidade da sociedade: uma história “holística”, “total”, que não seria possível em uma escala mais ampla de análise.

“Os modos pelos quais a realidade social é estruturada e os modelos para conhecê-la são, portanto, o primeiro problema que os ‘Quaderni Storici’ querem propor à discussão dos historiadores italianos. A perspectiva micro-analítica não quer assim limitar a atenção a um fragmento microscópico, privilegiando-o enquanto tal, mas **quer colher a ocasião da reconstrução da sociedade na totalidade dos seus aspectos**, possível apenas assumindo a dimensão reduzida do campo de investigação. É evidentemente a mesma perspectiva epistemológica da antropologia e o objetivo é, definitivamente, similar: a construção de uma perspectiva não etnocêntrica na qual enquadrar a realidade social do passado, verificando as aproximações e as acepções da linguagem historiográfica”¹⁶³

Dentro dessa perspectiva, o estudo sobre a comunidade também se justificava pela aproximação com a indagação antropológica, onde o estudo sobre sociedades de pequena escala era bastante tradicional. Esse recorte semelhante aproximava, portanto, as discussões daquela disciplina e as da história. As comparações entre as sociedades européias de Antigo Regime e as sociedades ditas “arcaicas” estavam aliás bastante presentes nas discussões da antropologia econômica e influenciavam significativamente os termos da discussão que Grendi e outros historiadores propunham nos *Quaderni*¹⁶⁴. Para aqueles interessados em estudar as sociedades européias pré-capitalistas, a consciência de

¹⁶³ Cf. Id. Ibid. Grifo meu.

¹⁶⁴ Ver Torre, Angelo, *Antropologia sociale e ricerca storica*, cit., p. 220. A introdução ao volume que Edoardo Grendi organizou junto à Einaudi sobre a antropologia econômica (e sobre o qual trataremos com mais atenção mais adiante neste trabalho) é muito significativa desta aproximação: Grendi, E. *Antropologia economica*, Torino: Einaudi (Paperbacks), 1972. Para um apanhado geral das várias respostas dadas por historiadores para a pergunta “O que é o camponês?”, remeto a introdução feita por George M. Foster para o livro organizado por ele, Jack Potter e May N. Diaz, *Peasant Society. A reader*, Boston: Little, Brown and Company, 1967 (*Introduction: What Is a Peasant?*, pp. 2-14). A definição de Foster mostra bastante da amplitude que o termo “camponês” poderia alcançar: “Como a maioria dos antropólogos, nós concordamos que os camponeses são primariamente agricultores, mas nós também acreditamos que os critérios de definição devem ser estruturais e relacionais mais do que ocupacionais. Pois na maior parte das sociedades camponesas, um número significativo de pessoas tiram seu sustento de ocupações não-agrícolas. Não é o **quê** os camponeses produzem que é significativo; é **como e para quem** eles dispõe o que produzem que conta. Quando populações rurais assentadas, sujeitas ao controle jurídico exterior, comercializam uma parte do que eles produzem por itens que eles não podem produzir sozinhos, em um mercado que transcende as transações locais, então eles são camponeses.”, p. 6.

que estas eram antes de tudo sociedades camponesas os levavam a procurar na antropologia instrumentos para analisá-las.

A constatação das analogias estruturais entre as sociedades camponesas do passado e aquelas do mundo subdesenvolvido do presente abria espaço para a comparação entre os métodos e resultados da antropologia e da história. Desse modo, o lugar da comunidade e da família na estruturação social e econômica do mundo camponês – colocada em evidência por um número significativo de pesquisas antropológicas então – poderia ser igualmente tematizado pela investigação histórica. Os estudos sobre os ciclos de desenvolvimento nos grupos domésticos, desenvolvidos a partir dos anos cinquenta por Meyer Fortes e outros antropólogos ingleses ligados a ele são referências constantes nesse debate¹⁶⁵. Outros trabalhos sobre o mundo rural participavam das “leituras antropológicas” dos historiadores italianos: as pesquisas de antropólogos americanos que durante os anos cinquenta e sessenta dedicaram-se a estudar comunidades camponesas na América Latina, como Eric Wolf e George M. Foster, serão seguidamente apropriadas e “adaptadas” heurísticamente aos propósitos dos estudos das sociedades camponesas de Antigo Regime¹⁶⁶.

Dentro desta perspectiva geral de compreensão das sociedades camponesas, a interrogação sobre a família tornava-se um eixo central de análise, pela posição que esta ocupava em sua constituição e reprodução social. Nas interpretações propostas pelos antropólogos sociais sobre as sociedades pré-industriais, camponesas, a família não era apenas a unidade de moradia e reprodução, mas era primeiramente unidade de produção e

¹⁶⁵ Ver por exemplo a coletânea organizada por Jack Goody: *The Developmental Cycle in Domestic Group*, Cambridge: Cambridge University Press, 1958 (Cambridge Papers in Social Anthropology, no. 1), cuja introdução de Meyer Fortes é citada por Grendi (op. cit., p. 883). O interesse pela antropologia social inglesa iria, aliás, tornar-se ainda mais intenso nos anos seguintes e – como veremos mais adiante nesse trabalho – seguiria caminhos cuja riqueza de possibilidades marcou fortemente as discussões sobre a *microstoria*.

¹⁶⁶ Algumas referências importantes destes trabalhos podem ser encontradas em Potter, Jack M., Díaz, May N. & Foster, George M. (edit.) *Peasant Society*. Cit. (ver em especial o citadíssimo texto de Foster, *Peasant Society and the Image of Limited Good*, pp. 300-323). O trabalho de Wolf (referido na nota 120) é igualmente citado.

consumo¹⁶⁷. O “modo de produção camponês” era baseado na família e qualquer indagação sobre ele implicava em uma interrogação sobre a estrutura e o funcionamento da família camponesa em seu interior. Nessa perspectiva, para superar os estudos das famílias tal como era pensado pela demografia histórica seria preciso voltar-se para a compreensão de como os ciclos familiares ligavam-se ao próprio ciclo de desenvolvimento e reprodução da sociedade. Assim, o que interessava para a análise histórica não era a família enquanto instituição, núcleo “biológico”, que faria sentido por si mesmo, mas a família como “núcleo de um sistema de relações” que ao mesmo tempo a constitui desde o seu interior e a transcende em direção à estrutura social¹⁶⁸. Deste modo, o estudo das relações entre família e comunidade permitiriam sondar as formas pelas quais as sociedades camponesas – e na verdade não apenas elas – se estruturavam e transformavam no tempo.

O mundo camponês europeu da época moderna – recorte privilegiado nas discussões dentro dos *Quaderni Storici* – era também um mundo em transformação. A aproximação com a antropologia proposta aí deveria ser mediada pela necessidade de explorar estas sociedades não como estruturas estáticas, mas como um complexo em movimento. Não é por acaso que Grendi e outros historiadores italianos que pensavam os termos do debate voltavam-se para a Inglaterra em seu diálogo com a antropologia. A desconfiança com relação ao estruturalismo, que marcava a aproximação com a antropologia na França, e ao funcionalismo (que também caracterizava parte dos debates da disciplina na Inglaterra), levava a uma busca por outros quadros de compreensão da sociedade que não se construíssem sobre modelos de equilíbrio. Ora, esse era precisamente o ponto central do debate antropológico anglo-saxão naquele mesmo período¹⁶⁹. A crítica simultânea ao estruturalismo e ao funcionalismo que era empreendida

¹⁶⁷ Cf. Goody, Jack, *The evolution of the family*, In Laslett, P. & Wall, R., *Household and Family in Past Time*, cit. pp. 103-124.

¹⁶⁸ Cf. Grendi, E., *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p. 884.

¹⁶⁹ Sobre isso ver Torre, A. *Antropologia sociale e ricerca storica*, cit. pp. 219 e ss. Na antropologia inglesa, como se sabe, a aproximação com a história foi bastante marcante. Meyer Fortes na introdução a um volume de estudos que tratavam de famílias e grupos domésticos, apontava para a necessidade de estudar o “fator tempo na estrutura social” (Cf. Goody, J., org., *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, cit., pp.

no contexto inglês a partir da década de sessenta havia sido influenciada pela expansão da antropologia em direção às sociedades ditas “complexas”¹⁷⁰. A descolonização na África havia dado a oportunidade aos antropólogos de testemunharem as transformações que as formas tradicionais de organização social sofriam nos processos de independência¹⁷¹. Os pesquisadores das antigas potências coloniais encontravam diante de si a complexidade das cidades africanas, “caldeirões de etnias, tribos, clã-parentais, que se confrontavam, entre conflitos e adaptações, com as formas tradicionais e as culturas importadas pelos europeus”¹⁷². Um mundo em transformação frente ao qual os instrumentos analíticos tradicionais – moldados para compreender o que se julgavam os elementos estáticos da sociedade – encontravam limites difíceis de serem contornados, expondo sua insuficiência de modo incontestável diante de um processo que envolvia a interação entre estruturas e valores sociais distintos. Nos termos em que se colocava o debate com a antropologia nas

1-14). O exemplo mais conhecido dessa aproximação com a história é certamente dado por E. E. Evans-Pritchard, que em sua apresentação intitulada *Anthropology and History* (Manchester: Manchester University Press, 1961) apontava para a necessidade de aproximar as duas disciplinas. Em algumas das posições extremas desta relação iremos encontrar, por exemplo, antropólogos como Peter Worsley, Edmund Leach, Max Gluckman e Jack Goody publicando em uma revista como *Past and Present* nos anos 50 (Worsley irá juntar-se ao *Editorial Board* da revista em 1959 e Goody o substitui em 1969).

¹⁷⁰ “O enquadramento estrutural-funcionalista usado pelos antropólogos, desenvolvido primeiramente através do estudo de sociedades tribais mais simples que mudam lentamente, é inadequado para enfrentar o estudo de sociedades complexas que mudam rapidamente, tanto no mundo ocidental quanto no terceiro mundo. O conceito de mudança contradiz as aceções estrutural-funcionalistas básicas de balanço, oposição complementar e continuidade da ordem existente. De fato, é legítimo perguntar se a análise estrutural-funcionalista é de fato um instrumento adequado para o estudo das sociedades primitivas.” Cf. Boissevain, Jeremy, *Preface*, In Boissevain, J. & Mitchell, J.C. (edit.), *Network Analysis. Studies in Human Interaction*, The Hague – Paris: Mouton, 1973, p. vii. Ver também Banton, M. (ed.) *The Social Anthropology of Complex Societies*, London: Tavistock Pub, 1966.

¹⁷¹ “Nas pesquisas do pós-guerra, desenvolvidas tanto a partir da França quanto da Inglaterra, antropólogos muitas vezes foram os cronistas da transição para a independência em suas áreas específicas”, Cf. Goody, J. *The Expansive Moment. The rise of social anthropology in Britain and Africa 1918-1970*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 84. Para um depoimento de Goody sobre a experiência dos antropólogos ingleses na África, ver também o sétimo capítulo (*Some achievements of anthropology in Africa*, pp. 87-117).

¹⁷² Cf. Gribaudo, Gabriella, *La metafora della rete. Individuo e contesto sociale*, *Meridiana*, n. 15, 1992, pp. 91-128. Nesse texto a autora – antropóloga ligada aos QS (faz parte da direção da revista desde o número 73, de 1990) e muito próxima da *microstoria* –, faz um balanço da aproximação que os historiadores italianos ligados ao debate tiveram com parte da antropologia inglesa, em especial da chamada *network analysis* (a chamada Escola de Manchester, com os trabalhos de Max Gluckman e seus alunos a partir da década de 60). Remeto a este artigo e ao de Angelo Torre citado anteriormente para uma discussão mais aproximada dessas posições dentro do contexto do debate italiano.

páginas dos Quaderni, a analogia entre as sociedades africanas em transformação e aquelas européias de Antigo Regime estabelecia-se também a partir desse processo: tanto umas quanto outras tiveram de enfrentar em determinado momento de sua história a imposição de um novo modelo, exterior e centralizador, que iria repropor completamente desde suas relações econômicas até seus valores morais e culturais.

O universo de respostas que a antropologia produziu frente a esse novo estado de coisas é certamente muito variado, mas é no trilho desse debate que grande parte das formulações da *microstoria* tentavam encontrar os termos de seu diálogo com a disciplina. Os desenvolvimentos da antropologia inglesa e as analogias que os seus resultados permitiam construir com as pesquisas sobre a Europa pré-industrial ficarão mais evidentes na medida em que acompanharmos algumas das direções que o debate em torno da *microstoria* tomou, e onde ficará mais claro a riqueza das apropriações que os “micro-historiadores” fizeram daquela disciplina. Por ora, o que é mais importante retermos aqui é o interesse mútuo pela construção de modelos que dessem conta de compreender as transformações sociais e a mudança cultural. Isso era bastante evidente no texto de Grendi de 1976, bem como nos artigos que ele apresentava. Essa aproximação com a antropologia, entretanto, não era pensada como uma simples transposição de seus temas e problemas, mas uma apropriação, uma leitura “filtrada” por uma interrogação que era antes de tudo histórica. Isto se evidenciava nos objetivos e perspectivas que distinguiam as duas disciplinas. Nas palavras de Grendi:

“A qualidade da observação sobre o comportamento individual é de fato fatalmente diversa. O historiador trabalha sobre uma realidade que deixou traços fragmentários dos indivíduos, e nela é a estrutura das relações sociais que se beneficia de uma maior documentação, (...). Mas apesar disto, a história, diferentemente da antropologia, nascida na era positivista e, portanto, com uma confiança mais sólida nas leis da realidade social, distinguiu-se pela celebração da ‘individualidade irrepitível’, e chegou tarde aos modelos, assumindo-os passivamente das outras ciências, como a economia ou a demografia, acentuando-lhes os caracteres abstratos quase em conflito com a realidade individual.”¹⁷³

¹⁷³ Cf. Grendi, *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. pp. 890-891.

Essas diferenças colocavam para a história um impasse: ou assumir os modelos “macro”, frequentemente importados das outras disciplinas, ou procurar construir modelos que dessem conta de incluir no horizonte de análise aquela realidade individual e irreduzível que constituía de fato a matéria básica sobre a qual trabalhava o historiador:

“Qual é a ponte entre fatos repetitivos, individuais e a objetividade das ciências sociais? Em outras palavras: como é possível evitar que os modelos abstratos descrevam comportamentos médios, dominantes mas anônimos, nos quais o indivíduo ou a trajetória singular, sempre anômalos com respeito ao modelo, não desapareçam ou sejam sufocados, mas, ao invés disso, venham a ser colocados sob a luz?”

“‘Modelos generativos’ portanto: isto é, construídos não com o fim de refletir os valores dominantes, os elementos integrativos de uma sociedade, mas capazes de recuperar, através da decomposição dos mecanismos sociais, os fragmentos de vida e ação individuais que nos foram conservados, garantindo assim concretamente uma concepção das relações sociais entendidas sim como realidade estruturada, mas sempre ancorada no comportamento individual”¹⁷⁴

Vamos colocar em suspenso por enquanto a referência aos “modelos generativos”, que colocam a proposta de Grendi em contato com algumas formulações da antropologia sobre as quais trataremos mais adiante. Detemo-nos por enquanto na referência clara ao lugar da “individualidade irrepetível”: A atenção sobre o individual que caracteriza a história ajudaria, por seu lado, a “corrigir” a tendência da antropologia de construir modelos que dão conta dos comportamentos médios, mas que acabam por perder de vista as singularidades das trajetórias individuais. Seria preciso portanto restabelecer a relação entre o individual (e mesmo a excepcionalidade das trajetórias individuais) – e as redes de sociabilidade nas quais ele se tece, dentro de um modelo concreto de análise.

Microanálise social, atenção sobre as trajetórias individuais na construção de modelos dinâmicos e menos impressionistas, que pudessem colher a heterogeneidade da estruturação e transformação da sociedade. Esses eram os termos pensados por Grendi na tentativa de dar coerência àquela “coletânea” de textos em torno de “família e comunidade”. Podemos considerar esse volume como um primeiro número de síntese, onde confluem um conjunto de discussões que começam a dar forma ao debate, ainda não nomeado. Essa discussão não se limitou porém aos estudos sobre o mundo camponês,

¹⁷⁴ Cf. Grendi, *A proposito di 'famiglia e comunità'...* cit. p. 891.

nem mesmo sobre o recorte temporal do Antigo Regime e de sua transformação. Ainda que seus elementos principais tenham nascido dessas preocupações, suas discussões seriam repropostas para outros problemas e contextos.

A proposta de uma microanálise nasce da discussão de historiadores que se dedicavam a estudar a Idade Moderna. A riqueza daquelas fontes que permitiam o acesso ao cotidiano e aos comportamentos dos homens e mulheres que viviam entre os séculos XVI e XVIII permitia que os historiadores italianos se aventurassem a pensar uma forma de voltar-se sobre a história de modo a tentar reconstruir as redes de relações e estratégias individuais e de grupos que aquelas fontes documentavam. Pela escassez e excepcionalidade deste tipo de fontes, esse projeto teria dificuldade em desenvolver-se plenamente a partir do trabalho de pesquisa sobre o Medievo. Por outro lado, uma vez que os estudos dos séculos XIX e XX são tematicamente marcados pela atenção a processos macro-sociais difíceis de contornar (como a expansão da sociedade de mercado e os conflitos globais sobre os quais as sociedades locais parecem ter pouca influência), uma proposta de análise a partir de realidades sociais circunscritas talvez tivesse dificuldade, também, de se produzir a partir dos estudos de história contemporânea. No entanto, mesmo tendo nascido no horizonte de um debate sobre as sociedades de Antigo Regime europeu (modernistas, antes de tudo, no contexto italiano), uma vez que a microanálise delineou-se como uma proposta de pesquisa, ela não poderia mais restringir-se ao seu contexto inicial e acabava por sugerir heurísticamente os mesmos problemas para outros recortes geográficos e temporais. A *microstoria*, como ao longo do tempo ela passou a ser denominada, tornou-se desse modo elemento fundamental da discussão sobre a história social dentro das páginas dos *Quaderni Storici* e fora delas, a partir de problemas historiográficos muito diferentes do que aqueles em que ela vinha sendo originalmente pensada. Uma vez que o debate voltava-se principalmente sobre o método da história, a analogia de procedimentos permitidos pela microanálise atingia igualmente outros contextos de investigação histórica. Essa ampliação do alcance da proposta micro-histórica torna-se evidente em um outro debate que se desenvolve na revista durante os

anos setenta e que envolveu historiadores cujo interesse principal de pesquisa encontrava-se nos séculos XIX e XX.

A história contemporânea no contexto italiano era marcada, mais do que qualquer outra periodização, por aquele paradigma “ético-político” que discutimos no primeiro capítulo. Uma discussão marcada pelo interesse pelos fatos políticos e institucionais que, no melhor dos casos, tinha com a economia a única relação que poderia ser chamada de “diálogo com as outras ciências sociais”¹⁷⁵. A reação a esse panorama e a uma história contemporânea excessivamente preocupada com a crônica e os fatos políticos, pouco crítica e interpretativa, inaugura-se nas páginas dos *Quaderni* com um artigo de Alberto Caracciolo e Pasquale Villani. Publicado em 1972, ele iria tornar-se o marco inicial de um debate que seguiria pelo menos até o fim da década¹⁷⁶.

Apresentado como uma “primeira e insatisfatória tomada de posição”, o artigo apontava a existência de um “problema” na historiografia “contemporaneísta” italiana: “problema de reflexões, de escolhas, de método”¹⁷⁷. Sem apontar nenhum trabalho em particular, Caracciolo e Villani reprovavam a lentidão com que os debates sobre a história da Itália contemporânea absorviam os “progressos técnicos e programáticos” que caracterizavam as formulações da história social. A inconsistência de uma aproximação que priorizava mais a descoberta de documentos (tão abundantes para a história contemporânea) do que a sua interpretação, levava à produção de grossos livros cuja “prolixidade injustificada” mal escondia a inconsistência dos instrumentos e a falta de rigor analítico.

“Perdem-se entretanto, sob o avanço desse gênero de interesse, as espessuras mais profundas da história da sociedade, da vida civil, da produção, para não dizer do próprio sentido da natureza da formação econômico-social em questão. E a história política termina enrijecida na história dos partidos, dos movimentos, dos grupos, chegando

¹⁷⁵ Cf. Banti, *Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)*, cit. p. 135.

¹⁷⁶ Caracciolo, A. & Villani, P. *Sugli studi di storia contemporanea: proposte per un riesame critico*, QS, n. 20, a. VI(2), 1972, pp. 379-386. O fascículo era dedicado à história contemporânea e trazia as contribuições feitas para um encontro de estudos que tinha como tema “A Europa do Imperialismo”. Essa edição dos QS foi reimpressa em fevereiro de 1975, com uma diagramação diferente (o artigo encontra-se entre as páginas 5 e 8 desta edição). Minhas referências ao texto são feitas a partir do *reprint*.

¹⁷⁷ Cf. Caracciolo, A. & Villani, P. *Sugli studi di storia contemporanea*, cit. pp. 5-6.

mesmo a seccionar minutamente até as relações entre as facções, correntes, personalidades singulares, suas declarações e suas idéias, com relação às quais o quadro do seu tempo como um todo termina por perder-se”¹⁷⁸

A polêmica se dirigia em grande parte – ainda que isso não fosse admitido diretamente no texto – às interpretações sobre a história do século XX italiano de Renzo De Felice e o grupo que orbitava em torno da revista criada por ele em 1970, *Storia Contemporanea*. De Felice era então um ex-comunista muito distanciado do marxismo. Seus trabalhos, em especial aqueles que propunham uma revisão histórica sobre o significado do fascismo na Itália, partiam de uma concepção da história contemporânea que era iminentemente política, mas que criticava o *parti pris* das análises marxistas, pretendendo discutir a história contemporânea através de um prisma mais “objetivo” e menos “ideologizado”¹⁷⁹.

Em uma oposição a essas perspectivas – não evidenciada, repito, mas de certo modo implícita nos termos da polêmica –, as propostas esboçadas nos *Quaderni Storici* iam em outras direções. A identificação do ranço positivista e “cronístico” que Caracciolo e Villani apontavam em sua crítica, levava a uma proposta que recusasse os recortes cronológicos restritos, e que exorcizasse portanto a tendência da história contemporânea a isolar-se em si mesma. Mais uma vez, em coerência com os caminhos que a revista começava a trilhar, o que se propunha eram também novos diálogos disciplinares: fazer da história contemporânea também história social.

Naquele mesmo número de *Quaderni Storici* – o primeiro dedicado inteiramente à história contemporânea – Edoardo Grendi publicava uma intervenção que se intitulava, significativamente, “uma perspectiva para a história do movimento operário”. Ora, naquilo que dizia respeito à história social dos séculos XIX e XX, esta era seguramente sinônimo – ao menos na maioria das vezes – de história do movimento operário. Para

¹⁷⁸ Cf. Caracciolo, A. & Villani, P. *Sugli studi di storia contemporanea*, cit. p. 8.

¹⁷⁹ Ver em especial sua biografia de Mussolini, publicada em vários volumes entre 1965 e 1990 (publicada pela Einaudi). Para um balanço das suas perspectivas sobre a história contemporânea, ver o seu artigo *La storiografia contemporaneistica italiana dopo la seconda guerra mondiale*, *Storia Contemporanea*, x (1), 1979, pp. 91-108.

Greudi, que havia publicado naqueles anos vários trabalhos sobre o movimento operário na Inglaterra do século XIX, essa ligação era bastante clara.

Reconhecendo que o proletariado havia sido a grande “novidade social” do século XIX, Greudi chamava a atenção para a necessidade de reconstruir-lhe a história a partir de dentro, dando a ênfase ao processo de constituição da classe (a “proletarização”) e às suas estratificações internas¹⁸⁰. Como o florescimento da sociedade industrial acontecia sobre a dissolução das comunidades camponesas, seria preciso também compreender a classe operária em relação a esse “mundo que perdemos” (*the world that we have lost*: uma referência a Laslett), isto é, a experiência das classes subalternas na época pré-industrial.

O tema da história operária voltava no ano seguinte, em outro número dedicado à sociedade industrial. Adriana Lay, Dora Marucco e Maria Luisa Pesante publicavam ali um artigo sobre as greves operárias na Itália entre 1880 e 1923. Com o uso das estatísticas oficiais sobre as greves – fontes reconhecidas como problemáticas, mas ao mesmo tempo ignoradas pelos historiadores –, elas propunham uma hipótese de leitura das greves daquele período que não as dissolvesse dentro da história “curta” dos movimentos sindicais e do Partido Socialista, mas que as considerasse a partir da sua condição própria de movimento de massa, dentro de uma análise ao mesmo tempo regional e setorial, priorizando um arco temporal mais longo¹⁸¹.

A discussão sobre a história contemporânea era retomada por Roberto Vivarelli, Ernesto Galli Della Loggia e Raffaele Romanelli neste mesmo número¹⁸². Todo o fascículo era marcado, na verdade, por aquelas discussões que haviam animado as páginas da revista em 1972. A história do movimento operário, a história “empreendedorial”, a relação entre a instrução e o mercado de trabalho, a proto-indústria: esses e outros temas

¹⁸⁰ Cf. *Una prospettiva per la storia del movimento operaio*, QS, 20, a. VI(2), 1972 (reprint 1975), p.167.

¹⁸¹ Ver *Classi operaie e scioperi: ipotesi per il periodo 1880-1923*, QS, 22, a. VIII(1), 1973, pp. 87-147. Sobre este artigo, Di Giorgi afirmava que “avançava uma nova perspectiva de análise da história do movimento operário, não mais baseada sobre o exame das organizações e dos seus grupos dirigentes, nem sobre uma leitura puramente economicista, mas sobre a organização dialética entre organizações e lutas”, Cf. *La storiografia di tendenza marxista...* cit. p. 113.

¹⁸² Ver Vivarelli, Roberto, *Ancora a proposito de storia contemporanea: qualche confronto e alcune impressioni* (pp. 5-20) e Galli Della Loggia, Ernesto & Romanelli, Raffaele, *È la contemporanea: storia del capitalismo o storiografia volgare?* (pp. 20-48), QS, 22, a. VIII(1), 1973.

respondiam de muitos modos àquelas críticas levantadas por Villani, Caracciolo e Grendi. Respostas que se traduziam – dentro da “tradição” da revista – em pesquisas monográficas que colocavam em baila a abordagem chave daquele número: a história social.

De forma análoga àquela que havia sido usada no primeiro número dos *Quaderni Storici delle Marche* – onde a publicação do artigo de Braudel sobre a longa duração no número inaugural havia servido como manifesto de um diálogo mais amplo com a historiografia francesa –, neste primeiro número de 1973, Eric Hobsbawm que era chamado para colocar os termos deste direcionamento para a história social. O título do artigo de Hobsbawm – um dos maiores expoentes da historiografia inglesa inspirada pelo marxismo – referia-se precisamente a esse debate: “Da história social à história da sociedade”¹⁸³. Nele, o historiador inglês fazia um balanço das tendências e propostas que estavam sendo levantadas naqueles anos em torno da história social, assim como os problemas e impasses que se colocavam para os seus praticantes. As conclusões do artigo eram significativamente abertas; se não eram apontados de modo direto os exemplos em que a história social poderia se inspirar, a avaliação geral era claramente otimista: “Mas seria injusto concluir sem constatar, e saudar, o estado visivelmente próspero do campo. É um bom momento para ser historiador social. Mesmo aqueles que nunca se dispuseram a chamar-se por esse nome, não recusariam a adotá-lo”¹⁸⁴.

A avaliação de Hobsbawm, bem como a disposição geral dos *Quaderni Storici*, era clara: a história social se impunha como uma experiência, uma caixa mais ou menos vazia que deveria ainda ser enchida com toda uma série de novas propostas e, especialmente, caminhos de pesquisa. E é sob esse signo que poderemos ler aquelas discussões que se construíram durante os anos setenta nas páginas da revista. Demografia histórica, o trabalho sobre a cultura material, a antropologia histórica, os estudos sobre família e comunidade ou sobre as religiões das classes populares, e mesmo as polêmicas em torno

¹⁸³ *Dalla storia sociale alla storia della società*, QS, 22, a VIII (1), 1973, pp. 49-86. A primeira edição deste artigo aconteceu em *Daedalus* em 1970 (mas ele havia sido apresentado em uma conferência em Roma no mesmo ano). A tradução brasileira (de Cid Knipel Moreira) está em *Sobre história. Ensaio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 83-105.

¹⁸⁴ Cf. Hobsbawm, E.J. *Da história social à história da sociedade*, cit. p. 105 (cito da tradução brasileira).

da *Storia d'Italia* Einaudi: todos se colocavam de muitos modos dentro deste horizonte e contribuíram para estabelecer os parâmetros do debate. Nos *Quaderni Storici*, além da aproximação inicial e continuada pela tradição francesa dos *Annales*, o que víamos – e a publicação do artigo de Hobsbawm era apenas um indício – era o fortalecimento de um interesse pela história social tal como era praticada na Inglaterra, em revistas como *Past and Present* e *Comparative Studies in Society and History* e, mais tarde, *Social History* e *History Workshop Journal*.

A história social da sociedade contemporânea continuou a ser um dos temas principais das páginas dos *Quaderni Storici* durante a década: em 1974, o Imperialismo e a América Latina são discutidos no número 25, assim como o tema da formação da cidade industrial, discutido em um congresso de história urbana patrocinado pela revista (nº 24); em 1975, em um fascículo duplo sobre a economia fascista (nº 29/30), Edoardo Grendi organizava também um *aggiornamento* sobre “a estratificação social no século XIX”; o desenvolvimento capitalista na Itália (nº 32, 1976). “Literatura, ideologia e sociedade nos anos 30” era o tema da revista quando, em 1976, Pasquale Villani voltará a discutir o tema das saídas para a história social da Itália contemporânea nos *Quaderni*¹⁸⁵. O tema é retomado, mas os termos são outros.

Para além da história política e mesmo da história econômico-social que naqueles anos tematizava o problema do “desenvolvimento”, o que Villani enfatizava agora era a necessidade de voltar-se para a análise das estratificações sociais, da desagregação e reagregação das forças e grupos sociais que o desenvolvimento do capitalismo havia promovido no campo e nas cidades entre os séculos XIX e XX¹⁸⁶. Ele se dedicava a discutir alguns trabalhos que lhe pareciam indicar alguns caminhos novos na direção desta história social, colocando em relevo também os diálogos disciplinares e caminhos de pesquisa que seriam necessários para desenvolvê-la: a incorporação das discussões demográficas, a história urbana, os estudos sobre a evolução do campo, a aproximação

¹⁸⁵ Ver Villani, P. *Problemi e prospettive di ricerca: la storia sociale dell'Italia contemporanea*, QS, 34, a. XII(1), 1977, pp. 215-229.

¹⁸⁶ Cf. Villani, P., *Problemi e prospettive di ricerca...* cit. pp. 219-221.

com a economia, a sociologia, a psicologia social, os estudos jurídicos¹⁸⁷. Nada disso se distanciava das propostas que eram avançadas nos *Quaderni* sobre outros aspectos da pesquisa histórica (interdisciplinaridade e história social eram, como vimos, temas constantes). Mas antes de tudo, o que mais nos interessa nas reflexões de Villani é a forma pela qual ele propunha essa aproximação. É a **microanálise** que ele cautelosamente apontava como instrumento de reflexão para a historiografia contemporânea:

“(...) não é apenas necessário estender a desagregação até os mais circunscritos níveis territoriais atingíveis, mas é preciso testar também a validade dos dados com dedicadas microanálises. Se ainda uma vez pode-se fazer uma referência aos métodos da história medieval e moderna, por que deveria ser possível para épocas mais remotas atingir os arquivos comunais, os registros paroquiais, os arrolamentos de impostos, e isso deveria tornar-se impensável ou impossível para a época contemporânea? Muitas vezes, é apenas através de análises mais ou menos microscópicas, que adquirem fôlego e relevo antes de tudo pela adequada e atualizada perspectiva metodológica, que podemos conseguir resultados historicamente válidos: válidos não apenas com relação a uma concepção que considere essencial o método comparativo e a aspiração e a necessidade de sínteses mais amplas.”¹⁸⁸

Reconhecemos claramente a referência às pesquisas sobre família e comunidade e as discussões em torno da microanálise social construída sobre a leitura intensiva das fontes seriais. Villani não está sozinho na discussão sobre esta aproximação entre o estudo da história social da época contemporânea e sua ligação com a microanálise histórica. No mesmo número dos *Quaderni Storici* Raffaele Romanelli, outro historiador meridionalista que se dedicava ao estudo da Itália liberal, discutia o tema em termos semelhantes¹⁸⁹.

Romanelli tentava explorar mais diretamente o problema, partindo de uma reflexão sobre o estado dos estudos de história contemporânea na Itália, em especial da tradição “de esquerda”, inspirada pelo marxismo (da qual de certo modo ele também fazia parte,

¹⁸⁷ Cf. Villani, P., *Problemi e prospettive di ricerca...* cit. p. 217 e 225-226.

¹⁸⁸ Ibid. p. 229.

¹⁸⁹ Ver Romanelli, R., *Storia politica e storia sociale dell'Italia contemporanea: problemi aperti*, QS, 34, a. XII(1), 1977, pp. 230-248. Este texto, bem como o de Villani, segundo indicações do próprio Romanelli, havia sido apresentado anteriormente em uma mesa-redonda que pretendia discutir a publicação do quarto volume da *Storia d'Italia* Einaudi (dedicado à Itália desde a *Unità*), organizada pelo *Istituto Orientale di Napoli* no âmbito de um congresso – acontecido em Napoli em 13-14/12/1976 – e dedicado a “Um século de vida unitária: balanço historiográfico”.

para a qual se impunha, de acordo com ele, a necessidade de superar os grandes esquemas historicistas aos quais ainda se apegava, e que eram mesmo reforçados quando ela se aproximava das discussões da história econômica sobre o “desenvolvimento”, seguidamente criticadas no texto¹⁹⁰. Naquilo que se referia à análise da estratificação social e das estruturas sócio-políticas da Itália contemporânea, interesse central de uma historiografia marcada pelo “marxismo”. Romanelli afirmava a necessidade de se superar a história meramente política, “onde são mais fáceis as definições globais e as sínteses globalizadoras”, em direção a uma perspectiva menos generalizante, que explorasse as “relações entre as categorias sintéticas empregadas nas quais se exprime o sentido geral do processo histórico, e a referências às concretas articulações do social”¹⁹¹. A própria concepção da sociedade de classes precisaria ser retrabalhada de um modo que levasse em conta os novos nexos que se estabelecem entre as dimensões políticas, sociais e econômicas no mundo contemporâneo, e no século XX em especial¹⁹². O esquema de leitura histórica marxista era criticado – ao priorizar sua função político-ideológica em detrimento do seu papel heurístico – por valer-se de “simplificações historiográficas” cujo valor ideológico era inversamente proporcional à sua capacidade de compreender a realidade que deveria dar conta. Ao colocar em primeiro plano o estudo das trajetórias político-partidárias acabava por impedir-se de compreender “as relações sociais gerais e os destinos dos indivíduos” na sociedade contemporânea, que aquelas trajetórias não poderiam sintetizar¹⁹³. Segundo Romanelli, as particularidades, as realidades sociais que

¹⁹⁰ “(...) a própria fisionomia da historiografia econômica contemporânea – não apenas italiana – e os temas por ela levantados fizeram dela a única disciplina ‘paralela’ cujo estatuto interno e problemática não contrastam em nada com a perspectiva historicista mantida pela historiografia de esquerda e chegam mesmo a reforçá-la”, cf. Romanelli, R., *Storia politica e storia sociale...* cit. p. 238.

¹⁹¹ Ibid. p. 231.

¹⁹² “É inútil dizer que a realidade desse século complica enormemente os termos da questão. São coisas conhecidas: as mudanças da organização e da composição produtivas operadas pela ‘segunda revolução industrial’ e pela apropriação imperialista diversificam os sujeitos da dicotomia marxiana, dispondo-os ao longo de uma escala de posições definidas não mais apenas pela vertente da produção, mas também pela do consumo de bens e serviços e portanto sobre o plano da ‘fisionomia do mercado’.” Cf. Romanelli, R., *Storia politica e storia sociale...* cit. p. 231.

¹⁹³ Ibid. p. 237.

fugiam à “síntese simplificadora” eram reduzidas à variantes não-significativas na análise marxista¹⁹⁴.

Contra os limites dessa análise sócio-econômica que marcava a historiografia *di sinistra* na Itália, Romanelli opunha uma história social contemporânea cujo “objetivo generalíssimo” seria o de voltar-se para “os tempos e as formas nas quais a desagregação dos equilíbrios sociais ‘tradicionais’ libera sujeitos ‘modernos’ – como os indivíduos e as classes – colocando-os em relações de novo tipo e conteúdo”¹⁹⁵. Pensar esses novos sujeitos que o processo de “modernização” produz, assim como as formas de sociabilidade que eles constroem implicaria interrogar igualmente as formas concretas pelas quais eles se relacionavam com esse mundo contemporâneo que os produziu. A análise histórica da pluralidade dessas formas remetia necessariamente, na reflexão de Romanelli, para uma aproximação com as outras ciências humanas, em uma cautelosa proposta de “interdisciplinaridade”, marcada de modo significativo – mais uma vez – pela microanálise social:

“O chamado problema da ‘interdisciplinaridade’ não é colocado portanto com relação às concepções estruturalistas ou funcionalistas elaboradas pelas ciências humanas, as quais tendem hoje a dissolver-se – ou podem ser provocadas a fazê-lo – aceitando o diacrônico, o devir dos fatos humanos. Saber captar o devir de uma estrutura social não quer dizer entretanto pensar ainda naquele devir como dotado de sentido, isto é como um devir historicista. A ‘microanálise’, a qual por necessidade própria, técnica, dedicam-se aquelas disciplinas – e os historiadores que prestam-lhe atenção – olho com simpatia exatamente porque a considero como uma suspensão de juízo, uma tomada em ato do ‘esvaecimento do sentido’, que me parece o primeiro passo para a reconquista de uma verdade.”¹⁹⁶

Um desses historiadores “que prestava atenção” às ciências humanas e que era sem dúvida a referência mais evidente naquilo que dizia respeito à “microanálise” na Itália, iria

¹⁹⁴ A crítica de Romanelli voltava-se principalmente para a historiografia italiana, que não levava em conta, na sua opinião, as ricas especificidades do processo de “modernização” na Itália. O modelo e as categorias usados pelos marxistas eram construídos sobre “abstrações operadas sobre a realidade social norteyuropeia da primeira metade do Oitocentos” (cf. *Storia politica e storia sociale* cit. p. 242), que não davam conta de compreender as formas pela qual o capitalismo liberal italiano desenvolveu-se no fim do Oitocentos, com suas características próprias, “geográfica e cronologicamente restritas” (Ibid. p. 245).

¹⁹⁵ Cf. Romanelli, R., *Storia politica e storia sociale*. p. 244.

¹⁹⁶ Ibid. p. 248.

retomar ainda uma vez esse tema, mas para realmente defini-lo como uma proposta. Edoardo Grendi publica no número seguinte da revista (ainda em 1977, portanto) um artigo que iria tornar-se em seguida a referência principal para todos os que iriam discutir o tema. O texto, intitulado exatamente “Microanálise e história social” – e que é publicado em um número dedicado precisamente às relações entre a história e a antropologia pode ser considerado (como de fato o foi) o texto inaugural do debate¹⁹⁷. É aí que Grendi de fato sintetiza os vários elementos que estavam dispersos em discussões paralelas, ou que eram apenas sugeridos em artigos anteriores (alguns deles, como vimos, do seu próprio punho).

O artigo começa um tanto acidamente tomando distância das análises de Villani e Romanelli. O primeiro, qualificado como “típico otimista” por imaginar que um ajuste de perspectiva permitiria que a história social tomasse de fato lugar no panorama da história da Itália contemporânea, havia proposto a microanálise como um momento “complementar e subalterno” de um trabalho sintético, apontando como elemento fundamental a análise da estratificação social. O segundo, de acordo com Grendi um “típico pessimista”, atribuía à simplificação ideológico-política marxista e aos seus modelos generalizantes a culpa de todos os males e propunha sua superação como única solução, de onde, segundo Grendi, a “conclusão cética, temperada ou acentuada (...) por uma sorte de escatologia historiográfica, confiada à microanálise”. Grendi criticava ainda nas duas posições uma concepção “substantivista” de classe que identificava a história social com “o problema das classes, da estratificação e da estrutura social, no pressuposto de tratar-se de realidades em si, objetais”¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, QS, n. 35, a. XII(2), 1977, pp. 506-520. O artigo de Grendi, que aparece na sessão *Note e discussioni*, não pertence à parte monográfica da revista, mas a analogia com as discussões é evidente. O número, intitulado *Oral history: fra antropologia e storia*, é organizado por Bernardo Bernardi, Carlo Poni e Alessandro Triulzi, e reúne uma seleção de colaborações apresentadas no *Convegno Internazionale di Antropologia e Storia: Fonti Orali*, acontecido em Bolonha entre 16 e 18 de dezembro de 1976. Uma versão completa, reunindo um número bem maior de apresentações é publicada em 1978, também sob a direção dos dois antropólogos e do historiador (*Fonti Orali – Antropologia e storia*, Milano: Franco Angeli Editore, 1978).

¹⁹⁸ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. pp. 506-507.

Grendi concordava com a análise do antropólogo Eric Wolf, que lamentava “a carência de uma teoria dos grupos sociais na elaboração teórica marxista, o que havia terminado por confinar o conceito de classe a uma dimensão preconceituosa, isto é, não analítico-operativa”¹⁹⁹. Sua crítica, que dialogava em parte com a compreensão “relacional” de classe proposta por Thompson²⁰⁰, apontava na direção de, através da história social, realizar a “passagem analítica do conceito de classe ao de grupo social”²⁰¹.

O grupo era antes de tudo o ponto de encontro entre indivíduo e sociedade, onde as estratégias individuais convergiam e de certo modo acabavam por moldar as estruturas sociais. Essas “estruturas”, bem entendido, eram pensadas também de modo relacional. Grendi apropriava-se da constatação da antropologia de que não havia como distinguir efetivamente relações sociais, relações econômicas e relações políticas, uma vez que mesmo “as relações de significado ‘econômico’ eram antes de tudo relações interpessoais”²⁰². Assim uma análise não impressionista da sociedade implicaria colocar no centro da pesquisa os nexos que se estabelecem entre indivíduos e sociedade a partir das relações que os indivíduos estabeleciam entre si. O campo de interesse da microanálise se definia assim a partir da compreensão da estrutura social como um “universo relacional” definido como o “campo das relações interpessoais”. A microanálise era entendida como instrumento de sondagem destes campos, cujos nexos poderiam ser cartografados através do estudo “nominativo” das fontes seriais.

¹⁹⁹ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. p. 507.

²⁰⁰ Ver por exemplo Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class* (1963), New York: Vintage Books, 1966 (a tradução italiana é publicada em Milano por Il Saggiatore em 1969, com o título: *Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra*). Há no texto uma crítica “suave” à perspectiva de Thompson que, apesar de resolver bem a questão do estudo da classe através da perspectiva “relacional”, fazia-o “em termos impressionistas e literários” que Grendi não aprovava (cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. p. 507). Voltarei às relações entre o trabalho de Grendi e o de Thompson com mais cuidado mais adiante neste trabalho.

²⁰¹ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. p. 507.

²⁰² Cf. Ibid. p. 515. Grendi parte da interrogação sobre a história econômica, que marca a sua própria trajetória historiográfica. O fundamental para ele é que, uma vez tendo constatado isso, não havia mais razão para privilegiar os “esquemas da análise econômica” na compreensão das sociedades, mesmo que a interrogação do historiador se voltasse para um fenômeno “econômico”. Ver. Grendi, op. cit. 514 e ss.

O estudo das famílias, avançado anteriormente por Grendi como central no universo da análise, unia-se enfim a essa concepção “relacional”:

“De fato, a reconstrução das famílias consente a identificação desses núcleos-base, a qualificação da sua situação em um ciclo de desenvolvimento, a posterior elaboração de genealogias. Tais fichas podem ser enriquecidas. Antes de tudo, sobre a base de uma utilização mais sistemática da própria fonte dos registros paroquiais, colocando em relevo, por exemplo, testemunhas de casamento, padrinhos de batismo e de crisma, o que permite cartografar relações não secundárias. E ainda, sobretudo a partir de outras fontes até agora pouco exploradas, como contratos notariais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, *parlamenti*, contabilidades, atos privados que remetem a fontes ‘centrais’ de caráter judiciário, contábil, fiscal, político, censuário. **Cada notícia exprime um dado ou, mais frequentemente, uma relação.** Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de família e às vezes, por alguma afortunada coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas – típicas ou excepcionais – e ainda é possível colocar em relevo **relações inter-individuais contínuas, portanto estruturadas (...).**”²⁰³

É a partir dessas considerações que Grendi podia propor a história social como “história das relações entre pessoas e grupos”²⁰⁴. O recorte sobre o povoado (no contexto rural) ou o bairro urbano como espaço privilegiado de análise não era puramente arbitrário: se o objetivo é o de “reconduzir a história a uma contextualidade e a uma vocação analítica na qual o objeto de análise é indicado basicamente como a série ou a rede de relações interpessoais”, a escolha da escala reduzida de análise torna-se evidente por si.

A proposta da microanálise aparece – como vimos – no contexto de um debate sobre a história social na Itália. Isso é significativo para compreendermos aquilo que na minha opinião está em jogo fundamentalmente nesse debate: definir a história social como o estudo micro-analítico das redes de relações interpessoais significava – na compreensão da estruturação social – enfatizar não os aspectos coercitivos e normativos, mas a possibilidade de ação autônoma, de transformação dessas mesmas estruturas sociais. Isso tudo está fortemente ligado a questões que com certeza extrapolam o plano das discussões científicas e historiográficas. É preciso buscar também em outros lugares e contextos algumas das motivações que dão sentido a essas discussões.

²⁰³ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. p. 509. Grifo meu.

Talvez seja preciso explorar um pouco melhor a forma pela qual se entrelaçam o contexto político, as diferentes respostas às fraturas dentro do quadro estabelecido da história e das ciências sociais e o lugar da *microstoria* em tudo isso. Uma boa forma de fazer isto pode ser nos aproximarmos por outro ângulo do debate em torno da história social.

Uma vez que a história social foi pensada tradicionalmente como a história dos movimentos sociais e do protagonismo político coletivo²⁰⁵, e portanto da expressão política das classes subalternas, uma história que pretendesse ampliar os horizontes de reflexão sobre os conflitos sociais e seus protagonistas deveria fatalmente dialogar antes de tudo com ela. Na Itália, onde a história das lutas operárias foi um marco importante para a historiografia de esquerda, a discussão em torno da história social implicava uma revisão profunda – e de modo algum pacífica ou homogênea – dos horizontes do problema.

A ampliação da indagação histórica em direção aos “novos sujeitos” – que estava no centro das discussões políticas e científicas no pós-68 e na década de setenta – passava por uma retomada, uma “revisitação” com uma óptica renovada” daqueles “velhos sujeitos” que eram objeto tradicional da história social²⁰⁶. Retomar a interrogação sobre a classe operária a partir das novas questões que se colocavam para outros setores da sociedade implicava em repensar até mesmo a aplicação de categorias e modelos de análise que eram considerados insuficientes, ou excessivamente estáticos para tratar com uma realidade tão dinâmica e relacional quanto o fenômeno que procuravam descrever. Um exemplo disso era a própria noção de “classe social”, que era colocada em questão – ao menos naquilo que dizia respeito aos abusos de sua aplicação nas análises sociológicas – por historiadores que seguiam caminhos abertos pelos trabalhos de E.P. Thompson²⁰⁷.

²⁰⁴ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, cit. p. 519.

²⁰⁵ Ao menos na Itália (que é o que nos interessa aqui), e com certeza também na Grã-Bretanha. No caso da França essa afirmação não é necessariamente verdadeira: para isto basta ver a tradição de *histoire sociale* tal qual é pensada pelos *Annales*.

²⁰⁶ A expressão é de Franco Ramella, citada por Gabriella Bonacchi em *In margine agli sviluppi internazionali di un dibattito*, In Aa. Vv. *Dieci interventi di storia sociale*, , Torino: Rosenberg & Sellier, 1981, p. 30.

²⁰⁷ Cf. Thompson, E. P. *Alcune osservazioni su classe e "falsa coscienza"*, QS, n. 36, a. XII(3), 1977, pp. 900-908 (edição brasileira: *Algumas observações sobre classe e "falsa consciência"*, In Negro, Antonio L. & Silva, Sergio, orgs. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, 3ª. edição revista ampliada, Textos didáticos no. 10, IFCH/UNICAMP, 1998, trad. de Antonio L. Negro). A tradução italiana do *The Making of the*

As desilusões com uma tradição de estudos que na Itália – mas certamente não apenas ali – era voltada antes de tudo para o entendimento da classe operária em suas expressões organizadas – como o sindicato – e que interrogava a sua experiência ligada ao trabalho – a fábrica –, estavam ligadas também a uma consciência da insuficiência de uma perspectiva exclusivamente “obreirista” (para usar uma expressão recorrente em muitas críticas) para lidar com a complexidade dos antagonismos sociais.

Essa “crise” dentro do plano historiográfico ligava-se a uma experiência de desagregação dentro da própria organização dos trabalhadores e de sua capacidade de propor lutas que os engajassem em seu conjunto. O desinteresse que os militantes sentiam na massa dos operários pela “sobrevivência formal” das suas organizações, lido muitas vezes como passividade ou como desilusão com qualquer possibilidade de transformação efetiva de sua situação exigia da própria prática de organização sindical que repensasse sua concepção do mundo operário. Uma crise de organização implicava na necessidade de perguntar-se sobre a relação entre movimento e organização, a pensar sobre a classe não organizada²⁰⁸. Esse era um problema muito evidente tanto para os militantes quanto para os historiadores que lidavam com a história operária desde o fim dos anos sessenta e que foi se acentuando com o tempo.

Vittorio Foa, que trabalhou muitos anos como organizador no sindicato socialista italiano Cgil (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*) e também havia se dedicado à história do movimento operário²⁰⁹, pode ser tomado como um exemplo representativo

English Working Class de Thompson aconteceu em 1969 (3 anos depois, portanto, da 1ª. edição britânica), mas com um título mais convencional do que aquele *clumsy* do original: **Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra**, Vol. I e II. trad. it. Milano: Il Saggiatore, 1969.

²⁰⁸ Cf. Bologna, Sergio, *Per una 'Società degli Storici Militanti*, In *Dieci interventi sulla storia sociale*, cit. p. 9 e seguintes.

²⁰⁹ Vittorio Foa (Torino, 1910). Foi, durante o período fascista, militante do grupo anti-fascista turinês *Giustizia e Libertà*. Entre 1935 e 1943 esteve preso nos cárceres fascistas. Após a guerra, foi um dos participantes do *Partito d'Azione*, de caráter liberal-socialista. Com a dissolução deste, militou no Partido socialista, de onde saiu durante o governo de centro-esquerda, migrando para posições de esquerda mais radical. Foi por mais de 20 anos um dos organizadores sindicais do Cgil. Suas discussões sobre o movimento operário são bastante amplas: ver por exemplo *Sindacati e lotte operaie (1943-1973)*, Loescher: Torino, 1975; e *Per una storia del movimento operaio*, cit. nota 142. Voltarei a tratar de Foa em outras oportunidades neste trabalho.

dessa dupla transformação das perspectivas tanto no plano político quanto historiográfico. Em 1980, introduzindo um conjunto de artigos escritos entre 1946 e 1978 sobre o movimento operário, ele afirmava:

“O estímulo a refletir, e depois também a escrever, sobre história, nasceu de problemas práticos enfrentados na minha vida de trabalho sindical e político. A acentuação caiu, portanto, de modo quase exclusivo, sobre a história do movimento operário e de modo particular sobre o movimento sindical. Os nós historiográficos que encontrei me pareceram como um eco, e às vezes mesmo como um espelho bastante fiel, dos problemas que encontrei na política concreta.”²¹⁰

Foa criticava então a história do movimento operário que partia dos sistemas de organização operária, como o partido, os sindicatos e cooperativas e, dentro deles, do privilégio dado aos dirigentes, uma história que acabava por repetir passivamente o modelo historiográfico das classes dominantes, que reproduzia a separação entre quem dirige e quem é dirigido, entre quem pensa e quem executa. Foa identificava a origem desse modelo na própria forma pela qual as organizações sindicais haviam sido construídas, isto é, sobre o modelo do domínio estatal burguês. Um modelo que havia sido útil para muitas das lutas sindicais do passado, mas que passava por uma crise dentro dos próprios sindicatos. Mais uma vez a influência mútua entre história e política estava sendo colocada em evidência por Foa:

“A historiografia institucional do movimento operário é portanto um eco, um espelho bastante fiel, da natureza da organização operária. E as oposições, notáveis, àquele tipo de historiografia correspondem obviamente à críticas políticas. Quando, na Itália, foi aberta a crítica da história do movimento operário como história dos seus grupos dirigentes, isso correspondeu a uma onda de lutas pela reapropriação por parte da base operária dos seus poderes de decisão, à difusão de novas estruturas, tanto formais quanto informais, de representação direta dos trabalhadores, a uma crítica, portanto, das organizações.”²¹¹

Ainda que possamos desconfiar um pouco desta relação direta que Foa tentava estabelecer entre os dois planos – política e historiografia – é possível considerar sua

²¹⁰ Foa, V. *Per una storia del movimento operaio*, cit.p. ix. Há um extraordinário testemunho desse encontro entre história e política na longa “entrevista” que Foa realiza com Pietro Marcenaro, um jovem ex-sindicalista turinês, publicada em livro em 1982 na coleção *Microstorie. Riprendere tempo. Un dialogo con postilla* (Torino: Einaudi).

²¹¹ Cf. Foa, V. *Per una storia del movimento operaio*, cit.. p. xii.

reflexão como um testemunho privilegiado de um quadro de preocupações compartilhado por outros historiadores militantes. Assim, de acordo com Foa, a necessidade de repensar os instrumentos da luta política refletia-se no impulso de repensar as categorias historiográficas, bem como estabelecer uma nova atenção sobre aspectos antes deixados de lado por aqueles que tentavam estudar as lutas operárias. Categorias como “passividade”, “espontaneidade”, “organização” tinham que ser repensadas a partir das experiências quotidianas de conflito que não se encaixavam dentro dos quadros estabelecidos de interpretação das lutas dos trabalhadores.

“Muitas vezes definimos como espontâneas, privadas de organização (e portanto de continuidade) e politicamente cegas, lutas dentro das quais os nossos olhos cansados pela nossa rotina profissional de sindicalistas, políticos ou de historiadores não souberam distinguir os instrumentos, ainda que informais, de organização, as análises das situações e as propostas políticas. Confundimos com explosões improvisadas de revolta aquelas que eram produzidas por uma acumulação lenta, dia à dia, de elementos de resistência, através da percepção e inteligência das relações em ato. Atrás desse processo é preciso ver o modo de viver. O salário e o horário de trabalho são historicamente objetivos importantíssimos, a solidariedade da greve de massa é exaltante, mas é preciso saber compreender também os objetivos e as formas de luta menos típicos e clamorosos, saber chegar ao quotidiano.

Mais ainda do que os grandes instrumentos de demonstração operária (demonstrações de rua, greves, mútuo socorro, pressão política) é a obscura resistência de cada dia, individual e coletiva, que se apresenta não apenas como uma luta pela repartição do produto entre lucros e salários, mas também (e de modo sempre mais relevante) como luta sobre o controle, portanto pela distribuição das certezas e das incertezas no futuro. O problema interessa tanto à historiografia quanto à política prática. Ler a organização e a consciência política por trás da espontaneidade, ler a resistência ativa por trás da aparente passividade significa saber ler a política também de fora da esfera tipicamente ‘política’”²¹²

Essa longa citação de Vittorio Foa é bastante significativa por dois motivos: Em primeiro lugar por expor claramente suas convicções sobre a ligação entre as duas esferas – a atividade política e a discussão teórica – que se entrelaçavam nos estudos da história social. Por outro lado, acredito que a opinião de Foa é bastante representativa das dúvidas que se apresentavam para uma parcela importante dos historiadores militantes italianos que se voltavam para o estudo da experiência operária (ao menos daqueles que permaneciam críticos ao modelo autoritário soviético). Essa crítica à visão tradicional e

²¹² Cf. Foa, V. *Per una storia del movimento operaio*, cit., p. xiii.

estritamente “obreirista” foi empreendida por muitos historiadores que trabalhavam junto aos próprios operários.

Um exemplo das discussões que se estabeleciam em torno desses problemas pode ser encontrada em um debate organizado pela casa editora Rosenberg & Sellier de Torino, em janeiro de 1980, com a participação de alguns dos colaboradores da editora e de historiadores ligados às revistas **Movimento operaio e socialista**, **Primo maggio** (ambas marcadamente voltadas para o estudo do movimento operário) e **Quaderni Storici**²¹³. Esse debate específico se insere em um conjunto de outros debates que aconteceram durante os anos setenta em torno da história social. Aqui, significativamente, um dos temas de discussão era precisamente as propostas que vinham sendo formuladas naqueles tempos pela *microstoria*. A presença de Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Franco Ramella entre os participantes evidenciava o interesse pela ligação entre a história social e a microanálise histórica.

Ramella, que se ocupava então com o estudo da formação da indústria têxtil e o impacto da introdução do tear mecânico sobre as relações sociais na região piemontesa do Bielese, expressava em sua intervenção a insatisfação com o uso das categorias interpretativas que estavam à disposição do historiador social. A aproximação com as ciências sociais, que havia sido frutuosa para a história contemporânea, não fazia desaparecer o problema:

“Mas tudo isso não consegue esconder o nó crucial do problema, que é representado pela crise de toda uma bagagem de categorias conceituais usuais, aparentemente muito sólidas e aferidas. Trata-se muito frequentemente de uma crise que nasce da verificação de uma não coerência de fundo entre determinados instrumentos de análise, como tradicionalmente são manejados e aplicados, por um lado, e os interesses específicos da pesquisa do historiador social, por outro.

A questão se coloca em particular para quem se ocupa da história da classe operária: de fato não é raro que os modelos interpretativos aos quais se faz referência na pesquisa se

²¹³ Participaram do debate Sergio Bologna, Gabriella Bonacchi, Federico Bozzini, Maurizio Carbognin, Vittorio Foa, Antonio Gibelli, Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Dora Marucco, Luisa Passerini e Franco Ramella. Alguns desses historiadores eram também ligados a instituições de pesquisa, como as fundações Basso-Issoco de Roma, Corazzin de Mestre, Nocentini de Torino e o Istituto De Martino, de Milano. O livro que organiza os textos do debate se chama *Dieci interventi sulla storia sociale* (Torino: Rosenberg & Sellier, 1981).

revelam na realidade como modelos que descartam sistematicamente os próprios processos sociais que pretendiam estudar.”²¹⁴

As categorias derivadas das análises sociológicas, que lidavam com a estratificação social, eram particularmente visadas nessa crítica. Alimentada em parte pelas propostas de Thompson de lidar com o conceito de “classe” não de forma estática, mas “relacional” – considerando-a portanto como uma categoria histórica – a crítica de Ramella apontava para a insuficiência de uma abordagem que priorizava a diluição das diferenças dentro de “agregados classificatórios” que em boa parte dos casos eram “de tal modo indeterminados em substância a ponto de serem privados de validade analítica para o historiador, enquanto trata-se de agregados que achatam ao nível de um mínimo denominador comum figuras sociais totalmente diversas”²¹⁵.

A microanálise – a redução da escala de análise dentro da história social – aparece claramente na intervenção de Ramella como uma forma de levar adiante a abordagem thompsoniana da classe, na medida em que permitiria aprofundar a reconstituição dos contextos históricos²¹⁶. A ênfase sobre a análise aproximada dos vários contextos como requisito fundamental para a compreensão da realidade social coloca em termos claros essa aproximação:

“A intervenção do historiador social é exatamente a de inserir entre a identificação das determinações objetivas da classe e a análise do seu comportamento um suplemento de investigação. Podemos definir esse suplemento de investigação como a reconstrução, em um tempo e um espaço definidos, do *contexto social* concreto dentro do qual os indivíduos, os grupos e as classes se movem e agem.

Colocada a questão nesses termos, o problema da escolha da escala – macro ou micro – perde aos olhos do pesquisador boa parte do seu caráter de drástica alternativa: a escala reduzida se imporá por si, como a escolha consequente e coerente com relação à exigência de analisar os comportamentos sociais referindo-os à complexidade do contexto no qual assumem um significado, tornam-se inteligíveis.”²¹⁷

²¹⁴ Ramella, F. *Alla ricerca di un bandolo della matassa*, In *Dieci interventi sulla storia sociale*, cit. p. 117-118.

²¹⁵ *Ibid.* p. 119.

²¹⁶ Thompson se referia à história como a disciplina do contexto por excelência. Ver por exemplo: Thompson, E. P. *L'antropologia e la disciplina del contesto storico*, In *Società patrizia e cultura plebea. Otto saggi sull'Inghilterra del Settecento*, Torino: Einaudi, 1981, pp. 251-274 (edição original: publicada na *Midland History*, I, 3, 1972, trad. de Paola Maria Di Stefano).

²¹⁷ Ramella, F. *Alla ricerca di un bandolo della matassa*, cit. p. 120.

É claro que a conclusão de Ramella sobre a auto-evidência da redução da escala de análise não era tão facilmente compartilhada quanto as suas palavras poderiam supor.

Vimos antes como a proposta de microanálise aparecia em um contexto de discussão em torno do sentido da história social. Mesmo entre os colaboradores dos QS, as conclusões de Edoardo Grendi sobre a história social entendida como microanálise das estruturas das relações interpessoais em escala reduzida foram encaradas por muitos com algum ceticismo ou ao menos com desconfiança.

Dentro do contexto de incertezas tanto no plano político quanto historiográfico, as propostas da *microstoria* apareciam também como carregadas de ambiguidade. Ao mesmo tempo que pareciam apontar para a possibilidade de recuperar o concreto das relações sociais de modo mais realista também colocavam o risco de se perder o contexto geral em que essas relações se incrustavam. A atenção sobre os micro-poderes, sobre os conflitos locais, poderia igualmente levar a descuidar dos horizontes mais amplos de escala. Os alcances políticos que as propostas micro-históricas poderiam permitir produziam do mesmo modo relações ambíguas: colocar a acentuação sobre o local não faria perder de vista as lutas globais que estavam no horizonte da história militante?

Não havia, naturalmente, uma resposta única para essas questões: as incertezas sobre os rumos que se colocavam no plano político traduziam-se igualmente na pesquisa. Algumas das implicações da escolha micro-analítica estavam porém claras para muitos dos historiadores que a colocavam como problema e que se encontravam diante da tarefa de conciliar a militância política dentro do sindicato e as exigências da pesquisa da história do movimento operário. Dois destes historiadores colocavam – de um modo que me parece significativo – as dúvidas e as possibilidades percebidas que o debate em torno da *microstoria* colocavam no plano cultural e político naqueles tempos:

“Um dos motivos pelos quais consideramos que vale a pena falar de história é o de tentar reencontrar a sintonia entre nossas cabeças e nossas mãos. E, sobretudo, ao encolher o nosso campo de pensamento, aprofundá-lo.

É a ‘microstoria’ a história a seguir? (...) Por enquanto, o campo de realidade ao qual queremos prestar atenção é aquele coberto pelo comprimento dos nossos braços. Se o grande, o geral, é tudo aquilo que começa para além da ponta dos nossos dedos, tudo

aquilo em relação a que somos impotentes e ineficientes, então apenas o pequeno, o parcial, pode ser um bom ponto de partida.”²¹⁸

5. Aproximações e Dissensos

As várias respostas ao contexto político e cultural da Itália – e não apenas dela – nos anos sessenta e setenta não foram de modo algum homogêneas. Reafirmando o que colocamos antes, a *microstoria* foi uma dessas respostas, que mantinha relações diversas com as outras possibilidades que se abriram a partir deste mesmo contexto. Alguns dos diálogos mútuos que se estabeleceram entre diferentes propostas, bem como alguns dos antagonismos, nos permitem ter uma visão deste panorama geral dentro do campo historiográfico, bem como da *microstoria* dentro dele.

A história das mulheres – que citamos anteriormente – é um dos exemplos de diálogo de mão-dupla que se estabeleceu neste período. Historiadoras como Gianna Pomata, Angiolina Arru e Luisa Accati colaboravam nos *Quaderni Storici* e ajudaram a impor o tema como um dos mais importantes na revista a partir da década de oitenta. Elas participavam igualmente de um movimento mais geral que impunha de fato a história das mulheres como um espaço de investigação dentro do contexto historiográfico italiano. Uma iniciativa marcante dentro deste horizonte foi sem dúvida o lançamento de *memoria* – rivista de storia delle donne. A revista – fundada em 1981 por um grupo de mulheres que se dedicavam profissionalmente, além da história em si, também à literatura, à psicanálise e a sociologia²¹⁹ – foi, no panorama historiográfico italiano, o mais evidente elemento de conexão entre o movimento feminista e a pesquisa histórica. A motivação política de afirmar a alteridade da história das mulheres tentava evitar, no âmbito da

²¹⁸ Cf. Bozzini, Federico & Carbone, Maurizio, *La gente, la storia e la politica*, In *Dieci interventi di storia sociale*, cit. pp. 45-46. Bozzini e Carbone trabalhavam com a organização sindical no sindicato CISL na região do Veneto (norte da Itália) e desenvolviam então – como historiadores do sindicato – um trabalho de “histórias de vida” de militantes da CISL.

²¹⁹ A revista tinha sua sede de redação em Roma, mas era editada em Torino pela casa editora Rosenberg & Sellier. Foram publicados 31 números da revista, que foi suspensa em 1991.

pesquisa, a tentativa de propor a autonomia desta com relação aos outros problemas historiográficos. Como era afirmado no texto introdutório que abria o primeiro número:

“Não pensamos que exista uma história da mulher como campo de estudo separado. É preciso antes de mais nada levar em conta uma série de relações: entre homens e mulheres, entre sexos e mentalidades, entre formas institucionais e formas culturais, e da sua colocação com relação aos modos e aos tempos do controle e da estratificação social.”²²⁰

A reflexão sobre a diferença feminina era enriquecida pela investigação sobre as diferenças entre as mulheres. Esse e outros elementos da discussão de *memoria* aproximavam a revista de várias das questões que alimentavam o debate da *microstoria* no mesmo período. As ligações que existiam entre ambos eram evidentes, não apenas porque várias das colaboradoras de *memoria* participavam também dos *Quaderni Storici* e discutiam a *microstoria*, mas também porque muitos dos trabalhos que foram publicados remetiam direta ou indiretamente ao debate. Mais uma vez a apresentação do primeiro número nos dá alguns elementos para entender os pressupostos políticos e as orientações de pesquisa que estavam em jogo na empreitada:

“Progressos e retornos contínuos, sinais cancelados e indelévels, rebeliões, ilhas de resistência, solidariedade de sexo nos recordam que a nossa não é uma simples história da opressão. Nem pensamos que a presença feminina se resolva no jogo alternado da sorte variável do movimento das mulheres. Reduzir a história das mulheres à história dos seus movimentos significa estabelecer graduações na visibilidade histórica, impor às mulheres metas existenciais uniformes, e não reconhecer aquele terreno ambíguo das oscilações entre configurações políticas, imagem social, representação de si, desejos. Uma experiência feminina complexa não pode ser reduzida a uma única face e a uma única chave de leitura. Se procedemos sobre mais planos, diluindo os confins dos pertencimentos disciplinares, a reconstrução dessa variedade é mais rica(...). Partir daquilo que as mulheres produzem nos âmbitos mais diversos parece-nos um modo mais problemático e verdadeiro de olhar para nós mesmas do que as confiantes teorizações sobre a existência de uma cultura feminina”²²¹

A insistência sobre a ambiguidade e as diferenças, assim como a resistência em considerar a idéia de uma cultura feminina autônoma participavam claramente daquele horizonte de recusa dos modelos homogeneizantes de compreensão dos processos sociais

²²⁰ Cf. *memoria – rivista di storia delle donne*, (editado em Torino por Rosenberg & Sellier), n. 1, marzo 1981 (a apresentação não é assinada e vem em duas páginas não numeradas no princípio da revista).

²²¹ Cf. *memoria – rivista di storia delle donne*, n. 1, marzo 1981, cit.

que alimentava as discussões em torno da *microstoria*. O tema da subjetividade e da multiplicidade a experiência feminina ecoava de algum modo aquela referência ao pessoal, ao cotidiano, ao “vivido” que Ginzburg e Poni afirmavam caracterizá-la. A história das mulheres foi um exemplo da influência recíproca com relação à *microstoria*. O fundamental para nós aqui é que o interesse pelas mulheres e pelos sujeitos sociais mantidos à margem da indagação histórica tradicional são colocados no centro da proposta micro-histórica, em suas várias vertentes. A analogia com a antropologia reaparece, na medida em que mais uma vez essa atenção era igualmente colocada como antídoto para o etnocentrismo da perspectiva histórica. Dentro deste contexto de diálogo, a história das mulheres, tanto nos *Quaderni Storici* quanto em outras revistas e publicações, esteve entre os eixos temáticos mais fecundos dentro e fora do debate em torno da *microstoria* nos anos seguintes, demonstrando uma surpreendente capacidade de propor novos problemas e nexos históricos que iriam marcar fortemente a historiografia italiana²²².

Mas as discussões que envolviam a história das mulheres na Itália não se reduziram aos termos da *microstoria*: elas também partilharam de outras referências – políticas e científicas –, produziram outros resultados e avançaram para outras direções. A questão aqui é compreender que as semelhanças que ambos os debates guardam entre si dizem respeito não apenas às influências recíprocas, mas antes ao fato de que ambos participaram de algum modo de um contexto mais amplo de indagações e experiências de trabalho que marcaram o panorama intelectual italiano dos anos setenta e que se estenderam por outras revistas, assim como por outras instituições científicas e políticas da Itália daquele período. Dentro de um contexto que entrelaçava compromisso político e

²²² Ver por exemplo: Pomata, Gianna, *La storia delle donne: una questione di confine*, In Aa. Vv. *Introduzione alla storia contemporanea*, Firenze: La Nuova Italia, 1984. O número 9 de *memoria*, com o tema *Sulla storia delle donne: miti e esperienze*, é também uma referência importante. Ver as discussões suscitadas por esse volume nos QS: Caracciolo, A. *In margine al n. 9 di 'Memoria': alcuni problemi aperti* (QS, 59, a. XX, n. 2, 1985, pp. 575-586); Revel, J. *Maschile/femminile: tra sessualità e ruoli sociali*, (QS, 59, a. XX, n. 2, 1985, pp. 586-603). O tema da história das mulheres gerou ainda outras iniciativas, tanto de caráter militante quanto de pesquisa: um exemplo disso é a *Società Italiana delle Storiche* (Sociedade Italiana das Historiadoras, fundada em Bolonha em fevereiro de 1989), que marca igualmente esse movimento (ver o estatuto da associação, publicado em AA. VV. *Discutendo di storia. Soggettività, ricerca, biografia*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1990). Farei referências a outros trabalhos sobre a história das mulheres, dentro e fora dos QS, ao longo do trabalho.

reflexão histórica em um horizonte de incerteza, as propostas “micro-históricas” apareciam como um elemento importante de interesse e compunham o quadro heterogêneo de um campo de investigação em plena transformação. A *microstoria* aparecia – como de fato se tornou – como uma das respostas possíveis para um impasse central diante do qual se encontravam várias tradições importantes de estudos dentro do contexto da pesquisa histórica italiana.

O debate em torno da *microstoria* se incorporou às discussões centrais dos **Quaderni Storici** no fim dos anos setenta e se estendeu pela década seguinte. Esses fatos são paralelos às modificações que se estabelecem na própria estrutura da revista nos anos seguintes. O ano de 1978, nesse sentido, marca de modo decisivo essa passagem. Com o número 37, os **Quaderni** deixam de ser publicados pela *Argalia*, a pequena editora de Urbino que viu nascer os **Quaderni Storici delle Marche**. Ainda que assinada desde Ancona – sede da redação ainda por alguns anos – a revista passava a ser editada por *il Mulino*, uma editora de Bolonha com circulação nacional. Essa mudança apenas consolida uma abrangência que a revista já vinha consolidando no cenário da pesquisa histórica italiana há algum tempo, reforçando também um certo afastamento do caráter “regional” que ainda a caracterizava.

O novo caráter da revista traduzia-se em uma composição redacional que pretendia dar conta da heterogeneidade de “tendências” e debates que se expressavam em suas páginas, uma “organização redacional mais idônea” – nas palavras da nova direção – “a representar a atual fase de vida dos **Quaderni**”. Para isso foram constituídos dois comitês com funções diferenciadas: o comitê diretor, formado inicialmente por oito historiadores tinha a função de “projetar o trabalho, avaliar preliminarmente as propostas de colaboração em torno a temas relevantes”, assim como articular-se com o segundo comitê – o *comitato scientifico* – cuja função era organizar mais diretamente cada fascículo monográfico²²³. Em sua forma inicial o *comitato scientifico* contava com 25 colaboradores, em uma composição interdisciplinar e suficientemente heterogênea para que pudesse ser

²²³ Cf. *La nuova organizzazione redazionale*, cit. p. 5. Para uma lista da diretoria, ver nota 1. Essa diretoria mantém-se até o número 55, quando há uma nova “reforma” administrativa na revista.

enquadrada em qualquer rótulo teórico específico²²⁴. A *microstoria*, entretanto, aparecia fortemente representada nos dois comitês, por alguns dos principais protagonistas do debate naqueles anos. A presença de Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Poni na diretoria eram uma clara evidência disto. A “invasão” da *microstoria* nas páginas e na organização da revista provocaram alguns dissensos importantes.

É claro que o debate em torno da história social e da microanálise não deu lugar a um desenvolvimento homogêneo e consensual. Por um lado, alguns dos debates que tiveram expressão nos *Quaderni Storici* produziram resultados que se concretizavam em novos grupos de trabalho, e mesmo novas revistas. Já falei de *memoria* e da história das mulheres no contexto italiano. Um outro exemplo desses diálogos recíprocos foi o debate promovido em torno da história urbana. Esta, com um espaço privilegiado entre os interesses dos *Quaderni* – que patrocinava desde 1974 seminários de estudo sobre o tema²²⁵ – produziu resultados importantes e pesquisas autônomas a ponto de dar origem a pelo menos uma revista que iria tornar-se referência na área, *Storia urbana* (1977). Além dos colaboradores, a nova revista guardava outros interesses em comum com os debates

²²⁴ Os fascículos eram organizados por um ou mais membros da diretoria e do *Comitato scientifico*, que anunciavam (em geral nas páginas dos QS com alguns números de antecedência) o tema de um número monográfico, ou propunham um texto para discussão comum. A partir disso, com poucas exceções, era montado um (ou mais) encontro(s) de pesquisadores – pertencentes ou não aos comitês – a partir do(s) qual(is) era composto o índice do fascículo. Essa dinâmica de construção da revista (ao menos em sua parte monográfica, que constituía a maior parte das colaborações de cada número) pode ser levantada a partir da leitura dos textos de apresentação de cada fascículo (aos cuidados dos organizadores) e da leitura dos anúncios de números futuros, publicados nas *Pagine Azzurre* no fim de cada número. A formação do primeiro *Comitato scientifico*, que sofreria várias alterações durante seu tempo de duração (entre os números 37 e 72), é a seguinte: Luisa Accati, Paolo Cammarosano, Piero Camporesi, Marcello Carmagnani, Sabino Cassese, Antonio Colajanni, Rosa Maria Colombo, Gérard Déville, Ernesto Galli Della Loggia, Lucio Gambi, Luigi M. Lombardi Satriani, Paolo Macry, Ettore Lepore, Marcella Marmo, Digeo Moreno, Giovanni Miccoli, Renzo Paci, Armando Petrucci, Adriano Prosperi, Giovanni Romano, Giuseppe Sergi, Ercole Sori, Mario Rosa, Alberto Varcaro e Angelo Ventura. Além destes nomes (e às vezes em substituição a eles) juntaram-se a esse comitê durante os seus 12 anos de duração: Marzio Barbagli, Giulia Calvi, Paolo Desideri, Lucia Ferrante, Sofia Boesch Gajano, Attilio Bartoli Langeli, Michele Luzzati, Adrian Lyttelton, Tiziano Mannoni, Angelo Massafra, Maria Luisa Pesante, Ennio Poleggi, Gianna Pomata, Alessandro Portelli, Jacques Revel, Andrea Schiaffino, Salvatore Settis, Elisja Schulte Van Kessel e Guido Verucci.

²²⁵ O primeiro deles, organizado pela revista em colaboração com o *Laboratorio di Analisi urbana* (LAU) do *Istituto di Architettura di Venezia*, tem suas intervenções publicadas em um número monográfico da revista dedicado à formação da cidade industrial. Cf. a apresentação do volume: Villani, P. “Un convegno sulla storia della città”, QS, 27, a. IX(3), 1974, pp. 657-659.

promovidos pelos *Quaderni*, basta vermos a plataforma proposta pela revista, pautada nos debates sobre a história social e a demografia histórica urbana, e que se exprimia com uma definição da “história urbana” que ecoa muitos dos argumentos que eram também usados para pensar a *microstoria*:

“a história das cidades não é uma simples miniaturização da história econômica, social, institucional, política e da cultura. Não o é no sentido em que na escala citadina abrem-se possibilidades concretas de verificar empiricamente, em condições por assim dizer de laboratório, relações primárias entre variáveis que, em uma escala mais ampla, permanecem indeterminadas”²²⁶

Nem todos as discussões que surgiram paralelas ao debate sobre a *microstoria* mantinham uma posição tão amistosa com relação aos seus termos. Um exemplo importante de dissenso foi a criação de *Società e Storia* em 1978. A revista guardava muita semelhança com os *Quaderni* naquilo que se referia à postura interdisciplinar e à abertura ao debate internacional, assim como alguns colaboradores comuns²²⁷. A insatisfação com relação aos rumos do debate nos *Quaderni* era expressa claramente na apresentação ao primeiro número, onde os diretores se dedicam a justificar a pertinência de uma nova revista de história no panorama das publicações italianas:

“O título que escolhemos para essa revista parece conter uma referência à ‘história social’: na realidade não é por acaso que se decidiu dar antes preferência a uma expressão como ‘sociedade e história’: não apenas porque aquele último termo presta-se, na nossa opinião, a equívocos e mesmo a interpretações disparatadas. Digamos de imediato, portanto, que o que nós queremos fazer é ‘história da sociedade’: e com isso não pretendemos cultivar uma disciplina autônoma, um ramo especializado da história, no mesmo título da história econômica ou da história religiosa, mas simplesmente um tipo de pesquisa histórica que se dirija a reconduzir à unidade de um processo global todas as linhas e tendências de desenvolvimento identificadas através das mais diversas pesquisas especializadas.”²²⁸

²²⁶ Cf. Carozzi, C., Mioni, A., Rozzi, R., Sori, E., *Gli studi sulle città italiane ed i problemi aperti di storiografia urbana*, *Storia Urbana*, n. 1, I, 1977, p. 36.

²²⁷ O comitê de direção de *Società e Storia*, em sua fundação, era composto por F. Bonelli, C. Capra, G. Cherubini, G. Chittolini, A. De Bernardi, F. Della Peruta, L. Dodi, L. Faccini, T. Isenburg, A. Macchioro, P. Macry, M. Mirri, M. Rosa, F. Sirugo, e A. Schiaffino. Paolo Macry e Mario Rosa também faziam parte do *comitato scientifico* dos *Quaderni Storici*.

²²⁸ *Presentazione* (não assinado), *Società e Storia*, n. 1, 1978, pp. 5-7 (cit. p. 5).

É claro que o que se discutia não eram apenas palavras. A ênfase sobre a unidade da disciplina histórica e, especialmente, a unidade do seu objeto, traduzia uma crítica direta às propostas de microanálise histórica publicadas naqueles anos nos **QS**. A *microstoria* era acusada de ignorar a síntese, optando pela fragmentação, substituir os grandes temas e as linhas interpretativas tradicionais “por um experimentalismo que arrisca a fechar-se e exaurir-se em si mesmo”²²⁹. Essa crítica era antes de tudo lançada sobre os argumentos levantados no debate – como aqueles com objetivo claramente polêmico de Romanelli e especialmente de Grendi – e não propriamente sobre os resultados da aplicação da microanálise à pesquisa histórica, que havia produzido ainda apenas resultados parciais. Esse descompasso entre o debate teórico e os resultados práticos consistentes esteve na raiz, aliás, de muitas das críticas que foram dirigidas à *microstoria* naqueles anos²³⁰.

Resultados ambíguos são também elementos principais da crítica de Sergio Anselmi à revista e que iria constituir o marco de uma nova mudança organizativa dos **Quaderni**. Anselmi, que havia sido um dos fundadores dos **Quaderni Storici delle Marche** e era um dos proprietários da revista, vinha manifestando seu descontentamento com os rumos que ela tomava²³¹. Segundo ele, o espírito inicial que dera sentido a uma revista de história regional como aquela *marchigiana*, que se pautava na idéia de explorar – a partir de uma área circunscrita e exemplar – hipóteses historiográficas mais amplas, vinha desaparecendo das páginas da revista. Em 1978, junto com Renzo Paci e Ercole Sori (que compunham com ele e Caracciolo o núcleo fundador dos **QSM**), Anselmi funda a revista **Proposte e Ricerche**, com o objetivo explícito de retomar o programa inicial dos **Quaderni**²³². O distanciamento dos seus propósitos iniciais – ou a falta de identidade de Anselmi com os rumos que tomava – chegou ao ponto de ruptura em dezembro de 1983, quando ele deixa

²²⁹ Cf. *Presentazione* (não assinado), *Società e Storia*, n. 1, cit. p. 6.

²³⁰ É uma avaliação de Alberto M. Banti (*Storie e microstorie...*, cit. pp. 134-135), que me parece correta.

²³¹ O exemplo mais significativo deste dissenso está na réplica ao artigo de Edoardo Grendi sobre a didática da história e o “senso-comum historiográfico”, cf. Anselmi, S. “*Ricerca storica e didattica: da una metafisica all'altra*”, **QS**, n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 711-719.

²³² A revista **Proposte e ricerche** trazia o sub-título **Economia e società nella Storia dell'Italia Centrale** e era apresentada como “quaderno della Sezione di storia della agricoltura e della società rurale del Centro Beni culturali dell'Università di Urbino”.

a direção e a propriedade da revista. A dissolução da sociedade em torno dos *Quaderni* leva – por exigência de Anselmi – a uma nova mudança no seu nome, que a partir do número 55 traz acrescentado ao título a advertência “*nuova serie*”²³³. Na carta enviada à direção da revista, publicada neste número, o historiador *marchigiano* explicitava as razões do seu dissenso: afirmava-se incapaz de dividir a “crise de identidade” que levava a revista a procurar trilhar novos caminhos e definir novos objetos, abandonando temas e problemas que lhe pareciam ainda distantes de serem resolvidos²³⁴. A pluralidade de novos objetos, assim como a tendência a deter-se sobre estudos de caso cuja relevância estava ainda por ser demonstrada levavam-no a criticar um caminho excessivamente acadêmico que lhe parecia afastar-se tanto da possibilidade de pensar a história sinteticamente quando dos interesses práticos e políticos que envolviam a escrita e a didática da história:

“Para mim, que sou habituado com o contato com um mundo ainda parcialmente artesão e camponês, com dezenas e dezenas de cidades por descobrir no seu fazer-se não de todo repetitivo, e em relação direta com quem ensina nas escolas médias e nos liceus (onde, em geral, não se trabalha bem no campo da história, e certamente não por causa dos docentes) não parece que a última fase dos ‘QS’ pudesse corresponder às exigências culturais reais, objetivas, (...), mas sugere programas refinados e curiosidades que correspondem mais às exigências privadas do estudioso altamente especializado do que à função pública do escrever história (...), que é o resultado de pesquisas voltadas a compreender contextos de algum relevo, a dar respostas sobre elementos importantes(...). A historiografia é ciência, mas não por isso, como as outras ciências, pode subtrair-se de toda a relação com aquilo que transcorre conosco e com o qual devemos fazer as contas. (...).

Nem o *grande*, pleno de certezas apodíticas e de reais zonas de sombra, nem o *pequeno*, às vezes genial (...), mas de significado duvidoso.”²³⁵

Esta ruptura de Anselmi, que é acompanhada por outros historiadores ligados aos *Quaderni*, demonstra o quanto as propostas de *microstoria* não constituíam consenso nem mesmo entre os colaboradores mais próximos da revista.

²³³ Em fevereiro de 1983 é constituída, em Bolonha, uma *Nuova Associazione Quaderni Storici* como proprietária da revista, por iniciativa de A. Caracciolo, C. Ginzburg, E. Grendi, G. Levi, C. Poni R. Romanelli e P. Villani (cf. a nota publicada nas *Notizie dei Quaderni* do número 55, abril de 1984).

²³⁴ A carta é publicada junto com uma nota da direção em *Mutamenti nella proprietà e nella direzione*, QS, 55, a. XIX (1), 1984, pp. 305-311.

²³⁵ Cf. carta de Anselmi, cit., pp. 309-310 e 311.

Mesmo entre aqueles que se aproximavam do debate, mantendo uma posição amistosa em relação às questões levantadas pela *microstoria*, não concordavam inteiramente com todos os seus termos. A proposta de estudo exclusivo das classes subalternas, por exemplo, não era inteiramente compartilhado por alguns historiadores que, como Paolo Macry e Raffaele Romanelli (para citarmos um exemplo de historiadores que se aproximaram criticamente do debate), dirigiam seus estudos para a história social das elites.

A heterogeneidade de perspectivas marcava mesmo as discussões daqueles historiadores que se identificavam inteiramente com o debate. As diferenças que existiam entre os trabalhos dedicados à história cultural de Ginzburg, por um lado, e os estudos de história social de comunidades rurais que Levi, por exemplo, desenvolvia, eram evidentes. A *microstoria* não se constitui como “escola” antes de tudo porque ela se construía nitidamente a partir de diferentes leituras e aproximações diversas de um debate que envolvia temas e propostas nem sempre coincidentes, que respondiam a interesses de pesquisas diversos e a referências intelectuais distintas.

Confirmando a interpretação deste quadro fraturado, o debate em torno da microanálise irá sofrer, ainda na década de setenta, pelo menos uma grande mudança de rumos. Nascida em um contexto de discussões que envolvia inicialmente problemas oriundos da prática e da interpretação da história social, a *microstoria* passa a ser também o centro de uma polêmica em torno dos limites de interpretação colocados para toda a prática histórica, dentro de um contexto de “crise da razão”. A discussão sobre o “paradigma indiciário”, que é promovida por Ginzburg no contexto do debate, aparece como um divisor de águas no quadro das polêmicas que se estabeleceram sobre as propostas da *microstoria*²³⁶. Mas as reflexões de Ginzburg não podem ser tomadas como indicativas de uma opinião comum sobre as implicações de uma abordagem microanalítica. No equilíbrio conflitual que caracterizou o debate em torno da *microstoria* nos

²³⁶ Essas discussões são esboçadas pela primeira vez em *Spie. Radici di un paradigma scientifico*, *Rivista di storia contemporanea*, VII (1978), pp. 1-14.

anos seguintes, seria preciso considerá-las como uma proposta, ou antes uma intervenção dentro de um quadro mais amplo e heterogêneo de referências.

Dissensos e perspectivas conflitantes se acentuaram nos anos seguintes, onde os temas e propostas levantadas pelo debate foram desenvolvidos e colocados em prática em pesquisas históricas de maior fôlego. A *microstoria* se multiplica em uma miríade de intervenções e interpretações que seriam difíceis de mapear completamente neste trabalho. Poderia tentar dar conta de cartografar esse acidentado terreno de indagações seguindo o mesmo método “zigue-zagueante” do qual seguidamente abusei neste capítulo, mas acredito que o risco de me perder no caminho é alto demais.

Tentei até agora, neste capítulo, colocar em relevo os principais temas e problemas em torno dos quais o debate sobre a *microstoria* se construiu no correr dos anos setenta. Ao fazer isso arrisquei um pouco a abusar da exegese textual que criticava no princípio desse trabalho. O objetivo era produzir um conjunto de referências básicas sobre o debate em seus termos gerais.

Até aqui, minha aproximação do debate permitiu fazer enxergar as diversas “camadas” que o compuseram ao longo do tempo. Sua composição aparece entretanto quase como uma justaposição de elementos mais ou menos independentes cuja síntese pode até agora ser intuída, mas não foi de fato explicada. Se a nossa compreensão da “geologia” do debate avançou, ainda não está muito clara aquela “etnografia” que eu propunha no início do trabalho. O que consegui até aqui foi delimitar alguns elementos a partir dos quais o debate em torno da *microstoria* se desenvolveu. O fato é que essa aproximação abordava estas referências como já dadas, estabelecidas. Podemos acompanhar o jogo, mas as peças já estavam definidas antes da partida.

A forma pela qual o debate realmente se articula não poder ser entendida, em uma perspectiva efetivamente historiográfica, se não nos voltarmos também sobre a dinâmica

interna das pesquisas históricas. Esse impasse que se impõe à compreensão da *microstoria* só pode ser resolvido se recolocarmos o problema a partir de uma outra perspectiva de análise: se também procurarmos reduzir a escala na observação de nosso objeto de pesquisa. Como o meu objetivo é dar conta das heterogeneidades sobre as quais se construíram os desenvolvimentos posteriores e os rumos outros que o debate tomou, será preciso voltar a atenção sobre as singularidades das trajetórias individuais de pesquisa que construíram de fato a fortuna das indagações micro-históricas.

Jacques Revel formulou a poucos anos uma observação aguda sobre a heterogeneidade de perspectivas que o rótulo “micro-história” esconde. Discutindo a variedade de referências que estavam envolvidas no debate, afirmava:

“Foi do confronto entre essas experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção historiográfica contemporânea, de uma gama bastante aberta de leituras (antropológicas principalmente, mas também em áreas mais inesperadas, como a história da arte, por exemplo), que pouco a pouco emergiram formulações (interrogações, uma temática, sugestões) comuns. (...) É que ela é inseparável de uma prática de historiadores, dos obstáculos e das incertezas enfrentados ao longo de caminhos aliás muito diversos, em suma, de uma experiência de pesquisa.”²³⁷

Essa observação, que eu torno aqui também minha, coloca em foco de modo claro as razões pelas quais uma tentativa de definição da *microstoria* é inseparável do estudo da experiência dos historiadores que protagonizaram o debate e a construíram como problema metodológico em suas pesquisas. Para dar conta de sua diversidade, será preciso reportar a cada trajetória singular, isto é, à concretude daquelas experiências, para podermos recuperar os sentidos heterogêneos que o debate toma em seu desenvolvimento.

A multiplicidade destas trajetórias as quais o debate se remete formam ao mesmo tempo a riqueza e o limite da minha indagação. Seria preciso escolher, dentro deste universo limitado -- mas infelizmente extenso demais para que seja inteiramente “etnografado” nesse trabalho -- algumas trajetórias que sejam ao mesmo tempo representativas do conjunto e relevantes na sua especificidade para a definição das características e do desenvolvimento da *microstoria*.

²³⁷ Cf. Revel, J. *Microanálise e construção do social*, cit., p. 16.

Neste trabalho, escolhi, entre os principais protagonistas do debate, três trajetórias distintas de pesquisa a partir das quais tentarei me aproximar dele. Antes de continuar, gostaria de expor alguns dos critérios que me fizeram escolher estas trajetórias e não outras. Em primeiro lugar, é preciso nomear as minhas escolhas: as trajetórias de Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi constituem o universo sobre o qual vou voltar minha análise no capítulo que segue. O que há de significativo nessas trajetórias historiográficas particulares para que elas se tornem centrais para os meus propósitos?

Em primeiro lugar a *microstoria* se construiu a partir de alguns eixos temáticos e metodológicos que podem ser demarcados com alguma clareza. Por um lado, a microanálise das redes de relações sociais como procedimento definidor da história social, e a redução da escala de análise como operação passível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão (e, desse modo, as biografias e estudos de caso como objetos de análise privilegiados). Por outro lado, o fragmento como via de acesso aos objetos de indagação histórica, a crítica ao relativismo historiográfico, a atenção sobre as formas de comunicação do conhecimento histórico e, portanto, a interrogação do lugar da narrativa dentro da História.

Tomados os indicadores acima como parâmetros de definição de relevância, a escolha das trajetórias de Grendi, Ginzburg e Levi se justifica na medida em que é através dos seus trabalhos que, em primeiro lugar, cada um desses temas e questões aparecem no debate em torno da *microstoria* (e vários destes temas acabam por ter relevância mesmo na trajetória de mais de um deles). Outros parâmetros podem ser apontados: os três historiadores, durante a década de noventa, conceberam balanços sobre o debate do qual participaram, discutindo sua atualidade e construindo discursos de memória que são importantes para nossa avaliação atual da *microstoria*²³⁸. Não menos importante é fato de que Ginzburg e Levi dirigiram, junto a editora Einaudi, a coleção *Microstorie* (isto é,

²³⁸ Os textos são: Levi, Giovanni. *Sobre a micro-história*, In Burke, Peter, *A escrita da história: novas perspectivas*. (1991) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 133-161; Ginzburg, Carlo, *Microstoria: due o tre cose che so di lei*, QS, n. 86, vol. 29(2), 1994, pp. 511-539; Grendi, Edoardo, *Ripensare la microstoria?* QS, n. 86, vol. 29(2), 1994, pp. 539-549.

“micro-histórias”), que foi o lugar em que um grande número de livros inspirados pelo debate foram publicados durante a década de oitenta e os primeiros anos da seguinte.

São três trajetórias de trabalho que se cruzam em vários pontos, permanecendo ainda assim rigorosamente distintas e irreduzíveis entre si. Não abordá-las de um modo mais aproximado, seria perder uma excelente oportunidade de compreender com maior detalhe como o debate da *microstoria* foi se construindo em toda a sua heterogeneidade, a partir de um conjunto de referências e influências que nem sempre confluíram e que, muitas vezes, se opuseram de fato. A idéia aqui é quebrar a linearidade na leitura do debate e entendê-lo como um processo que produz e é produzido por escolhas e embates que por sua vez definem e são definidos por trajetórias que não são necessariamente coerentes, nem apontam para uma só direção. Resgatar as ambigüidades, os horizontes de incerteza sobre o qual se levanta um debate historiográfico – particularmente em um momento de crise de concepções teóricas como aquele em que se desenvolve a *microstoria* –, não é um objetivo menos importante em um trabalho de historiografia tal qual eu o entendo.

SEGUNDA PARTE:

TRAJETÓRIAS DE PESQUISA.

I. História Social e Microanálise: Edoardo Grendi

Tentando explorar os fundamentos sobre os quais se construiu o debate em torno da *microstoria* – tarefa a qual me dediquei até agora em um plano mais geral – acredito ter deixado clara a participação determinante de Edoardo Grendi para a articulação de uma proposta de história social que tinha como elemento central a idéia de “microanálise” histórica. É a sua interlocução – não apenas reduzida às suas intervenções em forma de ensaio, mas também aquela presumível relação e discussão direta com os outros protagonistas – que esteve na origem de muitas das sistematizações que fundamentaram alguns dos caminhos mais importantes que a *microstoria* tomou. De modo diverso de Ginzburg e Levi, que tiveram seus trabalhos bastante traduzidos e se tornaram – cada um a seu modo – os principais divulgadores do debate fora da Itália, as contribuições de Grendi tiveram uma divulgação muito menor. Grande parte em função disto, o lugar da sua colaboração na compreensão do debate nem sempre é claramente reconhecido¹. Falei antes em “fundamentos” da proposta micro-histórica. Não tenho dúvida de que o percurso de pesquisa de Edoardo Grendi mostra de modo mais claro a forma pela qual aqueles se constituíram e se articularam.

Grendi (Gênova, 1932 – Nottingham 1999) fez sua formação escolar em Gênova. Na mesma cidade fez concluiu, junto à Universidade de Gênova, uma *tesi di laurea* sobre a

¹ Ainda que a sua importância seja reconhecida por historiadores estrangeiros mais atentos ao debate. Um exemplo disso é Jacques Revel (ver o seu *Microanálise e construção do social*, In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp.32-33.

literatura italiana em 1956. Entre 1958 e 1960 foi *Research Student* junto a *London School of Economics* na Inglaterra. Livre docente em História Moderna e depois em História Contemporânea, tornou-se professor de história das doutrinas econômicas na Universidade de Torino (1967-1972). Em 1970 entrou para o comitê de redação dos *Quaderni Storici*, do qual se tornou depois co-diretor. No mesmo ano tornou-se também professor de História Moderna junto a Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Gênova. A partir de 1976, foi professor ordinário da mesma matéria junto a Faculdade de Letras e Filosofia daquela universidade, cargo ocupava que quando morreu. Entre os projetos que deixou em andamento estava um “Seminário Permanente de História Local” de Gênova e da Liguria, conduzido desde o fim da década de oitenta, juntamente com Massimo Quaini, Diego Moreno, Osvaldo Raggio e Angelo Torre.

A primeira questão que se impõe em uma tentativa de recuperar um percurso de pesquisa é certamente a tentação de dimensioná-lo de modo inteiramente coerente com um quadro geral. Essa opção implica em integrar a trajetória individual no ‘momento histórico’, geralmente formado pelas grandes questões: o momento político, a crise das referências teóricas (no caso italiano, o marxismo ou o *crozianesimo*), os problemas abertos da pesquisa. Estas, ou uma outra combinação de questões globais, dariam, supostamente, uma dimensão definida onde a experiência individual poderia ser facilmente conformada. Não acredito, entretanto, que o enquadramento em um contexto seja suficiente para os objetivos que me propus aqui. Não são apenas as referências gerais que devem ser recuperadas ao reconstruir uma trajetória individual: é exatamente aquilo que escapa à generalidade que justifica a atenção sobre as diferenças de perspectiva que estão em jogo em uma trajetória de pesquisa. É preciso recuperar também – quando possível – o *background* social e as motivações não diretamente explicadas pelo contexto mais amplo. Por outro lado, talvez não seja possível evitar de fato que a reconstituição da trajetória de Grendi (ou Ginzburg, ou Levi) acabe por responder de um modo talvez coerente demais à necessidade imposta pela minha própria pergunta “teleológica” sobre a constituição dos fundamentos da *microstoria*. Isso serve como uma advertência: a construção da “hierarquia

de relevâncias” (um termo caro a Grendi) que proponho aqui é inteiramente subordinada a este interesse inicial.

Recuperar a construção dos fundamentos da microanálise através da trajetória de pesquisa de Grendi levanta alguns problemas específicos que valem a pena ser expostos de imediato. Em primeiro lugar, as discussões em torno da *microstoria* estão expostas em sua grande maioria em seus textos de caráter teórico-metodológico, mais do que em seus trabalhos de pesquisa em história. A relação que se estabelece entre estes dois planos do trabalho de Grendi não pode ser entendida nos termos de uma “aplicação” de categorias e métodos sobre o trabalho empírico, a influência recíproca entre pesquisa e discussão deve ser estabelecida com cautela.² Esta pequena alteração de rota que acabo de concluir pode ajudar – acredito – a estabelecer os parâmetros a partir dos quais meu esforço de compreensão da trajetória de Grendi, para a qual me volto agora, pode ser compreendido.

Após a conclusão da sua *tesi di laurea* em Gênova, como já disse, Grendi se deslocou para a Inglaterra em 1958, com uma bolsa de estudos para a *London School of Economics* (LSE). Não tenho certeza sobre as motivações pessoais ou de pesquisa que estavam por trás deste deslocamento, mas o objetivo era desenvolver um trabalho sobre o movimento operário inglês (sobre o qual iria trabalhar com alguma constância nos anos seguintes). Esses anos londrinos marcaram fortemente seus interesses de pesquisa e suas orientações teóricas posteriores, em grande parte graças ao encontro com a história social e a antropologia social britânica. É a partir destes dois interesses fundamentais de Grendi que podemos ler a sua trajetória intelectual nos anos sessenta e início da década seguinte, período no qual se constrói os fundamentos das suas propostas.

Podemos partir do seu interesse de pesquisa inicial, isto é a história do movimento operário na Inglaterra.

² Diferente de Ginzburg ou Levi, não encontrei nenhuma entrevista de Edoardo Grendi que pudesse me dar outras informações sobre sua trajetória de pesquisa que não aquelas encontradas nos seus próprios ensaios e livros. Mesmo nestes últimos as referências pessoais são escassas. Algumas das informações sobre os seus primeiros interesses de pesquisa e trajetória acadêmica inicial me foram gentilmente concedidas pelo próprio Grendi em uma comunicação eletrônica pessoal: Grendi, E. (através de Diego Moreno – envhist@linux.lettere.unige.it), “Domande su microstoria”; e-mail para Henrique Espada (espada@prodau-sc.com.br), 25/12/98.

1. História social e história do movimento operário.

A história social na Inglaterra nos anos cinquenta vivia um momento importante de articulação de problemas novos, bem como a recuperação de uma tradição forte da história do movimento operário, que havia sido marcada pelos trabalhos de Beatrice e Sydney Webb e os de John e Barbara Hammond. Eles (em especial os primeiros) haviam sido os “fundadores da *Labour Historiography* britânica”, tendo estabelecido padrões importantes de análise e uma perspectiva socialista na leitura da história dos movimentos sociais e as organizações operárias. Uma tradição que não havia visto continuidade após os anos vinte³. A abertura para as ciências sociais marcava de modo claro essa retomada, que teve entre seus protagonistas vários historiadores que influenciaram de algum modo as discussões da *microstoria*, como Eric Hobsbawm e Edward Thompson. A história a “partir de baixo” (*from below*) era a marca principal destes estudos, que procuravam aliar os instrumentos e problemas herdados da tradição marxista com aqueles oriundos das ciências sociais. A tentativa era a de confrontar as interpretações históricas que partiam “de cima”, do ponto de vista das classes dominantes, com uma história que se repropunha a partir das experiências das classes subalternas, das pessoas comuns e anônimas; no estudo do movimento operário, a experiência dos trabalhadores e não apenas a de suas instituições e organizações⁴. Era um panorama historiográfico ao qual era certamente

³ Sobre a importância fundamental dos Webb (antes de tudo) e dos Hammond para a constituição da *British labour history* no fim do século XIX e início do XX, bem como a sua influência posterior sobre a história social inglesa dos anos 50, ver Kaye, Harvey J. **The British Marxist Historians. An introductory analysis**, New York: St. Martin's Press, (1984) 1995, pp. 136-138 (onde também há referências bibliográficas mais precisas sobre o tema).

⁴ Sobre a história a partir de baixo, ver: Thompson, E.P. *A história vista a partir de baixo*, In Negro, A.L.& Silva, S. (org.) E.P. Thompson. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**, Campinas: IFCH/UNICAMP (textos didáticos, n. 10, vol. 2), 3ª. edição, 1998, pp. 57-72 (esse artigo foi publicado originalmente em *The Times Literary Supplement*, 07/04/1966, tradução de Antonio L. Negro); Hobsbawm, E. J. *A história de baixo para cima*, In **Sobre a História**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 216-231

impossível permanecer impermeável, especialmente quando se estudava, como Grendi, o movimento operário.

Tentando cercar as referências intelectuais que Grendi articulava em torno deste seu trabalho inicial, encontramos em algumas de suas resenhas dos primeiros anos da década de sessenta parâmetros importantes para a leitura que fazia da produção histórica daqueles anos⁵. Os temas principais eram sempre o movimento operário e as diversas tradições socialistas na Inglaterra entre os séculos XIX e XX. O interesse por uma história “vista de baixo” estava presente nas leituras de Grendi, o que o aproximava de muitos modos daquela tradição de estudos de história social de inspiração marxista que começava a se impor. Outros parâmetros importantes eram a atenção sobre a estratificação social, os estudos sobre o *social change* (ambos de inspiração sociológica) e os estudos locais.

Em um artigo/resenha publicado, em 1961, em uma revista da *Fondazione Feltrinelli*, de Milão (um centro de estudo e documentação sobre o movimento operário), Grendi colocava estes parâmetros em ação na análise de vários estudos sobre o “cartismo” que haviam sido publicados naqueles anos (em especial os trabalhos de Asa Briggs, Eric Hobsbawm, W.W. Rostow, e Neil J. Smelser).

Algumas questões apareciam de imediato: em primeiro lugar a necessidade de abordar a questão a partir da história social e não a partir de um ponto de vista um tanto abstrato de uma “história geral”. A ênfase de Grendi estava nas qualidades de uma discussão preocupada em pensar as relações que se estabeleciam entre as realidades econômicas e os movimentos sociais, bem como o lugar dos estudos locais como abordagem privilegiada.

O “significado profundo” da história social, de acordo com Grendi, estaria no fato dela permitir “o embasamento e o tratamento dos temas e problemas mais diversos onde,

(ensaio publicado pela primeira vez em Krantz, Frederick, org. *History from below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*, Oxford, 1988; tradução de Cid Knipel Moreira).

⁵ Grendi publicou várias resenhas, das quais destaco as publicadas nos *Studi Storici* (STS) entre 1962 e 1966. Um panorama amplo se encontra no artigo-resenha sobre a história do cartismo em 1961: Grendi E. *Cartismo e storia sociale: rassegna di studi recenti*, *Annali del Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, anno quarto, 1961, pp. 655-679.

ao serem enfrentados, se reencontra todos os outros temas e problemas”⁶. Uma definição um tanto vaga, que testemunhava mais sobre o seu interesse pelas possibilidades abertas por aquela abordagem do que de fato uma posição definida com relação a ela. Entretanto, aquela oposição entre história(s) geral(is) e história social do movimento cartista fazia sentido na medida em que Grendi lia esta última a partir das perspectivas abertas pelos estudos locais que permitiam dar “tempo e espaço” definidos à investigação. Seu julgamento sobre os trabalhos de Asa Briggs sobre o cartismo eram exemplares neste sentido: a atenção dos historiador inglês pelas dimensões locais na compreensão da origem do movimento era enfatizada por Grendi como exemplar da contribuição fundamental que – no seu julgamento – os estudos locais traziam para a história do movimento operário⁷. Os estudos locais ligavam-se à história das cidades e, a partir delas, à possibilidade de explorar com mais atenção a complexidade das classes, ligadas a estruturas locais de poder.

“Por quanto que se possa discutir e dissentir sobre as origens econômicas ou históricas da cidade moderna, a sua relevância para o estudo da história social do século XIX é incontestável: na verdade um discurso sobre a estrutura social adquire significado apenas se referido a estas precisas unidades locais. (...) Levando em conta a complexidade das classes, o discurso sobre a variedade dos alinhamentos de classe nas diversas cidades e nos diversos períodos constitui um primeiro esclarecimento de uma estrutura local de poder: se delineia assim um nexos lógico entre estrutura econômica, estrutura social, relações entre grupos e classes – contexto que consente uma interpretação de elementos culturais em termos de tradicionalismo e de reorientação.”⁸

A questão da estruturação social era central na análise de Grendi: a atenção sobre as relações entre grupo e classes, variáveis com relação ao espaço, remetiam à necessidade de reconstituir a estratificação social não apenas da classe operária, mas da burguesia, tanto através de procedimentos quantitativos quanto indagações qualitativas. O problema da estrutura social das classes trabalhadoras ligava-se deste modo à discussão sobre a

⁶ Cf. Grendi E. *Cartismo e storia sociale...*, cit. p. 657.

⁷ “Esta necessária fragmentação das tradições das histórias gerais em uma série de estudos locais, representa a contribuição crítica mais viva da recente retomada dos estudos cartistas e em geral sobre o movimento operário durante a Revolução Industrial”, Cf. Grendi E. *Cartismo e storia sociale...*, cit. p. 659. A referência principal aqui era Briggs, A. (org.) *Chartist Studies*, London, 1959 (cap. I *The Local Background of Chartism*).

“estratificação social”: esta implicava pensar a classe através de uma indagação que devia muito à sociologia, atenta à composição e à origem social dos seus componentes. Também a história urbana e a demografia, que entravam no campo de discussão de Grendi em suas resenhas, se dedicavam à possibilidade de precisar de modo mais claro a composição da classe em um recorte geográfico definido; não apenas a Inglaterra (com H. J. Dyos, por exemplo), mas também a França (C-E. Labrousse, Adeline Daumard) eram referências importantes, lidas com atenção⁹.

A perspectiva geral de uma história social do movimento operário desenhava o horizonte sintético destas perspectivas; uma direção que aparecia de modo claro na conclusão que Grendi fazia da sua apreciação crítica da historiografia sobre o cartismo:

“E assim, se a Revolução francesa é, na cultura européia moderna, a clássica revolução, o movimento operário inglês é um pouco o clássico movimento operário e certamente a revolução industrial inglesa a clássica revolução industrial. Tem-se a sensação, na verdade, de que o progresso da história social do movimento operário (e a história do século XIX em geral) é ligado de algum modo ao progresso da historiografia sobre as classes trabalhadoras inglesas. O terreno está maduro e já preparado para uma **radical perspectiva lefebvriana a partir de baixo**: para isso é preciso historiadores dotados de um verdadeiro espírito de missão.”¹⁰

Os resultados finais da pesquisa de Grendi realizada junto à *London School of Economics* (entre 1958 e 1960) foram publicados na Itália em 1964, com o título: *L'avvento del Laburismo*¹¹. Nesse trabalho sobre o movimento operário e o trabalhismo inglês, vemos as questões discutidas por Grendi articuladas diretamente em um problema de pesquisa.

O tema do trabalhismo era abordado a partir do problema, bastante amplo, da afirmação e desenvolvimento da democracia dentro do quadro político inglês. A análise – como era de se esperar – partia do movimento operário e em especial do *tradeunionism* e

⁸ Cf. Grendi, E. *Cartismo e storia sociale...*, cit., p.658.

⁹ Ver por exemplo: Grendi, E. *Recensione: H.J.Dyos (a dura di), 'The Study of Urban History', Londra, 1968* – M. Couturier, *Recherches sur les structures sociales de Châteaudun: 1525-1789*, Paris: 1969, RSI, LXXXII (3), 1970, pp.758-765; Grendi, E. *“La Bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848 di A. Daumard”*, STS, VI (3), 1965, pp. 562-567; ainda discutindo Daumard, em um *aggiornamento* nos *Quaderni Storici* sobre a “estratificação social”: Grendi, E. *Il “Daumardismo”: una via senza uscita?*, QS, n. 29/30, aX (2/3), pp. 729-737.

¹⁰ Cf. Grendi E. *Cartismo e storia sociale...*, cit. p.678 (grifo meu).

¹¹ Grendi, E. *L'avvento del laburismo. Il movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*, Milano: Feltrinelli, 1964.

das transformações sofridas pelos sindicatos no seu “afirmar-se como ‘elemento do sistema de decisões da sociedade global’”:

“(…) não a democracia dos sonhos iluministas e populares, mas aquele processo contraditório que estimula e empenha, (...) a democracia como processo histórico. (...). Este *processo*, portanto, analisado do ponto de vista do desenvolvimento das formas políticas do movimento operário: o que representa, contudo, uma seleção de elementos do corpo complexo de transformações sociais mais gerais, em um período que é crucial para afirmação daquela personalidade (a personalidade política) do movimento.”¹²

O Trabalhismo era o “protagonista” do estudo de Grendi, e era considerado – “com suas conotações de obreirismo e radicalismo burguês, assim como de conservadorismo social” que marcavam sua complexidade e ambiguidade – também o protagonista político da democracia inglesa. O trabalhismo institucionalizado – e o *Labour Party* – eram pensados através de um processo onde o “complexo corpo institucional” nascia de um “movimento social cuja institucionalidade era muito mais disforme e parcial”¹³. Grendi reafirmava uma perspectiva francamente “a partir de baixo”: a história do trabalhismo é a história dos trabalhistas¹⁴.

A atenção sobre os aspectos locais do trabalhismo consistia uma parte importante do trabalho. Assumido o alcance “macro-histórico” da interpretação (a expressão é dele), Grendi se recusava a sacrificar a perspectiva da história local: “aquela que é hoje a história rainha (...) – no sentido em que ela representa o natural e imediato campo de experimentação de uma história social que anti-idealisticamente não renuncia a uma própria utópica tensão científica”¹⁵.

A LSE, onde Grendi tinha realizado sua pesquisa, havia sido fundada pelos Webb e era um centro importante de estudos e documentação sobre o movimento operário inglês naqueles anos. A pesquisa de Grendi na instituição teve por orientador (*tutor*) Ralph Miliband (um cientista político que trabalhava na época com o “socialismo

¹² Cf. Grendi, E. *L'avvento del laburismo*, cit. p. 23.

¹³ Ibid. p. 293.

¹⁴ O trabalho era dividido em três partes: a primeira delas se dedicava aos sindicatos, a segunda aos trabalhistas e a parte final aos aspectos regionais da ascensão do trabalhismo inglês.

¹⁵ Cf. Grendi, E. *L'avvento del laburismo*, cit. p. 24.

parlamentar”¹⁶). O seu trabalho voltava-se para a discussão do “advento” do trabalhismo inglês entre 1880 e 1920 e a criação do *Labour Party*. A influência dos estudos inspirados por uma perspectiva “a partir de baixo” era evidente e diretamente assumida por Grendi, que apontava a direta colaboração de Eric Hobsbawm na discussão do livro¹⁷.

A história social inglesa alcançava, durante os anos sessenta, alguns dos seus resultados mais influentes. Sobre eles, as discussões de Grendi demonstram uma intensa atenção crítica. Um exemplo particularmente importante aqui é o livro de Edward P. Thompson que se tornou um dos mais evidentes “clássicos” daquela historiografia: *The Making of the English Working Class* (1963). Quando foi traduzido em italiano, em 1969, Grendi fez uma resenha na *Rivista Storica Italiana*; seu julgamento sobre este livro nos permite explorar um pouco das diferenças de perspectiva que estavam em jogo no seu próprio trajeto de pesquisa.

Em primeiro lugar, o livro de Thompson não era resenhado sozinho; junto com ele era também lido o trabalho de J.F.C. Harrison sobre a tradição do “socialismo utópico” de Robert Owen na Inglaterra e na América, um trabalho com proporções mais modestas do que o amplo estudo de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa. E era exatamente nesta diferença de intenções e alcance que se encontrava o ponto principal da crítica de Grendi, que preferia largamente o primeiro – atento as especificidades locais do seu objeto – do que o segundo que era, no seu julgamento, amplo demais, impreciso demais.

Em primeiro lugar, a recusa de Thompson em olhar a classe através dos seus números era fortemente criticada por Grendi: isso era de fato impensável para alguém que via na demografia “o fundamento, a pedra angular da história social”¹⁸. No julgamento de

¹⁶ Miliband publica em 1961 *Parliamentary Socialism. A study in the politics of Labour*, George Allen & Unwin, 1961. Miliband tinha proximidade com a história social, mas seu trabalho tinha características que o aproximavam daquilo que Harvey Kaye denomina *power-structure studies* (cf. Kaye, cit. p. 223): seu trabalho mais importante é posterior a esse período: *The State in Capitalist Society*, Quartet Books, 1973 (1969). Miliband foi também, junto com John Saville, editor do “The Socialist Register”.

¹⁷ No prefácio, datado de 1962, Grendi agradece – entre outros – ao seu *tutor*, bem como à Hobsbawm, pelas leituras propostas. Cf. Grendi, E. *L'avvento del laburismo*, cit. p. 11.

¹⁸ Esse juízo sobre a demografia está expresso em Grendi, E. & Bianco, G. *Introduzione a La tradizione socialista in Inghilterra. Antologia di testi politici 1820-1852*, Torino: Einaudi, 1970.

Grendi, a incapacidade de Thompson em abordar concretamente a composição social da classe e o peso dado por ele ao momento político, acabavam por comprometer a própria intenção geral do livro de estabelecer o caráter constitutivo da classe a partir do quadro das relações entre os homens. A “cultura” da classe é abordada com a mesma imprecisão: ela não é “definida antropologicamente como qualidade das relações humanas ativas”, mas sim “em relação à leitura e as ideologias”. Na crítica de Grendi, a “‘economia moral’ da classe operária” tal como é pensada por Thompson, não é “um cimento de solidariedades e reciprocidade, mas uma ‘economia política socialista’”¹⁹.

Grendi via em *The Making* a tendência à generalização fácil – onde os “fenômenos sociais locais” eram tratados como se fossem “símbolos de um processo nacional” – agravada pela falta de uma “convincente técnica historiográfica”. O tratamento das particularidades locais parecia particularmente grave no julgamento de Grendi: Thompson reconhece de fato a “diversidade das sociedades e ‘culturas’ locais”, mas é incapaz de integrá-las de modo convincente no quadro geral.

“Entram estas situações diversas na comum ‘classe trabalhadora’? Thompson, recusando-se a considerar a classe objetivamente, de ‘verificá-la’ segundo definições e tentativas de quantificação, não oferece nenhuma resposta, e o seu salto das ‘culturas’ necessariamente locais à ‘classe operária inglesa’ resulta realmente grosseiro demais. (...) A identificação da classe com a consciência de classe e com a cultura política é já problemática; a passagem inversa das ‘culturas’ políticas à consciência de classe, à classe, parece francamente artificial”²⁰

O livro de Thompson tinha elementos inovadores, mas não era capaz de “empenhar a mente” ou “seduzir a inteligência”; o de Harrison, por outro lado, era “legível e estimulante”, com uma “abordagem moderna” e “otimamente conduzido”.

“Biografia da seita e biografia da classe: voltemos aos termos do paralelo inicial entre os trabalhos de Thompson e Harrison. Dois exemplos de história social, um ambicioso mas sem rigor teórico, o outro mais circunscrito, mas quanto mais sólido e inteligente! Onde um filosofa, o outro explica e verifica; onde um polemiza e toma partido, o outro desmonta e constrói (...). Pessoalmente não acredito que o livro de Thompson tenha uma grande virtude inspiradora, se não por outro motivo, pelo fato de que não é de fato

¹⁹ Cf. Grendi, *Recensione: E.P. Thompson, 'Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra'*, Milano, *Il Saggiatore*, 1969; J.F.C. Harrison, *Robert Owen and the Owenites in Britain and America*, Londra, 1969 *RSI*, LXXXII (3), 1970, p. 985.

²⁰ Cf. Grendi, *Recensione: E.P. Thompson...*, cit. p. 987.

novo. A história social mais autêntica é sem dúvida aquela do livro de Harrison (...). O sucesso e as discussões suscitadas pelo livro de Thompson demonstram apenas o quanto a historiografia moderna tenha deixado de lado o estudo dos fenômenos de transformação social que, repito, Thompson se limita a reivindicar, não a desenvolver ilustrativamente. Creio que na história da cultura historiográfica seja este o significado do livro de E.P. Thompson.²¹

Um juízo certamente duro demais com o livro de Thompson, mais significativo ainda na medida em que se tratava de um trabalho que fora largamente reconhecido como uma “radical experiência a partir de baixo”. É um fato que, a despeito da sua tradução relativamente rápida, *The Making* não teve uma grande repercussão na Itália; mas as razões do dissenso de Grendi não são apenas reflexo de um humor geral dos estudiosos italianos sobre o movimento operário (do qual Grendi dificilmente seria um representante típico). O seu julgamento sobre o livro de Thompson se manteve praticamente inalterado ao longo dos anos: é a experiência posterior do historiador inglês, seus trabalhos sobre o século XVIII, que iria interessá-lo. Isso marca muito da ambigüidade de Grendi com relação ao pensamento de Thompson, cujas fronteiras cruzavam-se constantemente com as suas próprias indagações historiográficas. Isso se torna mais significativo se pensarmos que vários dos ensaios de Thompson sobre a história inglesa pré-industrial seriam organizados em uma coletânea por Grendi, em 1981, e publicados como um dos volumes da coleção *Microstorie*²². Acredito que algo da ambigüidade destas relações entre Grendi e Thompson poderão ser esclarecidas na medida em avançarmos na compreensão dos problemas articulados pelo historiador italiano em torno das possibilidades da história social.

Nos primeiros anos da década de setenta – durante e imediatamente após o período em que lecionou em Turim – Grendi se dedicou a discutir suas perspectivas para a

²¹ Cf. Grendi, *Revenston: E.P. Thompson...*, cit. p. 990.

²² Cf. a introdução à coletânea de artigos de Thompson, organizada por Grendi: *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*, Torino: Einaudi, 1981 (*Microstorie* 2). Ver também o mixto de obituário e nota crítica que Grendi dedica a Thompson nos QS (n. 85, a. XXIX, 1, 1994): *E.P. Thompson e la cultura plebea*: “Pessoalmente nunca considereei *The Making of the English Working Class*, certamente o trabalho de maior sucesso de Thompson, sua obra-prima, preferindo muito mais *Whigs and Hunters* e em geral os seus trabalhos sobre a ‘cultura plebéia’, retomados precisamente em *Customs in Common*.” p. 235.

história do movimento operário em diferentes oportunidades: resenhas, um artigo nos *Quaderni Storici*, duas coletâneas de documentos e textos críticos sobre a tradição socialista e o movimento operário inglês. Nestes textos se explicitava mais claramente os sentidos das suas aproximações e dissensos com relação à historiografia sobre o movimento operário (incluída aí a radical experiência inglesa).

Quando organizou uma coletânea sobre a tradição socialista na Inglaterra, em 1970, Grendi (em parceria com Gino Bianco) fez uma longa introdução ao tema, expondo os termos que dirigiam sua montagem. Tratava-se de textos políticos, daquela longa tradição “pré-marxista” que marcara o socialismo inglês: em especial o “owenismo” e os assim chamados “neo-ricardianos”. Definir “as características e o ‘significado’” deste socialismo era o elemento central da análise.

O socialismo como “corpo de idéias” e como “fato social”: não se tratava de uma ciência em desenvolvimento, mas antes de tudo uma resposta da sociedade do passado aos seus problemas concretos²³. Uma resposta da sociedade e não de uma classe, bem entendido. Desse modo, na interpretação dos organizadores da coletânea, era preciso criticar aquela leitura do socialismo que fazia dele uma ideologia que se faz ato através do movimento operário.

“A história e, não menos, a intuição da complexidade da realidade social nos ensina um certo ceticismo: as idéias certamente não governam o mundo, e a tentativa de assimilar a história do movimento operário à genealogia ideal do pensamento socialista produziu uma sorte de historiografia ‘ético-política’ do movimento operário, que gerou uma estéril padronização dos conceitos inerentes à transformação social. É verdade que as idéias constituem uma resposta a condições e experiências históricas sociais, são elas mesmas um fato social: a negação total deste seu aspecto de ‘testemunho’ não representa tanto um saudável ceticismo, quanto uma evasão do problema da interpretação. Por outro lado, o socialismo não existe como integral ‘cultura proletária’: a definição das idéias pode adquirir um significado de classe, mas a gênese das idéias é sempre em estreita relação com o movimento diverso da cultura do tempo.”²⁴

O problema central era compreender o socialismo a partir do quadro da transformação da sociedade britânica do século XIX. O socialismo e as lutas políticas das

²³ Cf. Grendi, E. & Bianco, G. *Introduzione a La tradizione socialista in Inghilterra*, cit., p. vii.

²⁴ Ibid. p.viii. Grifo meu.

classes trabalhadoras, eram lidos antes de tudo como “respostas de defesa do corpo social, em nome seja da experiência, seja da tradicional ‘economia moral’”²⁵. Mais uma vez, não a classe, mas o “corpo social”. A interpretação da ideologia socialista e do seu significado político proposta por Grendi e Bianco distanciava-se significativamente daquela marxista, que via no socialismo um desenvolvimento interno da ideologia de uma classe social – o proletariado – que era considerada o principal protagonista da transformação social.

Essa crítica à interpretação marxista era um elemento central da argumentação de Grendi, que a retoma em uma intervenção sobre a história do movimento operário em 1972, nas páginas dos *Quaderni Storici* (revista na qual colaborava desde 1970). Ali, Grendi enfatizava os elementos que, no seu julgamento, deveriam fazer parte de uma perspectiva renovada de estudos.

Em primeiro lugar, era preciso retirar o estudo da história operária do campo da especialização e devolvê-la para o contexto da sociedade global, tomá-la um momento de uma história social entendida de modo amplo²⁶. Na análise de Grendi, o movimento operário deveria ser visto deste modo a partir de uma angulação “culturalmente mais substancial”, aquela do “significado associativo do movimento político”. A compreensão da mudança social passaria necessariamente pelo entendimento dos modos através dos quais se aglutinava um “grupo social de significado nacional”, isto é, uma “classe”. Neste contexto, fazia sentido propor que se prestasse menos atenção à estruturação dos organismos políticos e mais às formas e modos de união que se estabeleciam entre estes e os grupos sociais. Este seria o objetivo de uma historiografia sobre o movimento operário.

“Isso equivale a reivindicar um primado particular para a história do movimento operário à história associativa que sustenta a ação social. E, naturalmente, trata-se de fazer as contas historiograficamente com aquele processo de condicionamento cultural, de aculturação nacional das massas, que se coloca ao longo de uma diretriz que vai da instrução elementar obrigatória até os meios de comunicação de massa dos nossos dias. Estudar o trabalho, certamente: mas porque não estudar também o tempo livre? A associação cobre caracteristicamente este setor. E além disso, para ganhar a real dimensão histórica do próprio mundo contemporâneo, não nos serve talvez também o estudo do analfabetismo, do alcoolismo, da criminalidade, da mortalidade diferencial? E

²⁵ Cf. Grendi, E. & Bianco, G. *Introduzione a La tradizione socialista in Inghilterra*, cit., p. xiv.

²⁶ Cf. Grendi, E. *Per una prospettiva per la storia del movimento operaio*, QS n. 20, a. VII (2), 1972, pp. 177-178.

não se insiste talvez tantas vezes sobre o *savoir* local: uma reconstrução do ambiente, dos costumes tradicionais ou novos, uma galeria de tipos humanos, toda aquilo que remete às assim chamadas sub-culturas, ou melhor dizendo ao mundo da pluralidade das culturas?”²⁷

A atenção sobre a pluralidade cultural e social que estava presente na constituição das classes trabalhadoras e de suas formas de associação fazia corpo com uma visão bastante crítica sobre as categorias usadas para se pensar o movimento operário. Para Grendi, a “classe” – e a classe operária – não é um dado em si: ela não pode ser considerada de outro modo que não como um grupo social que se pensa como classe e que se unifica e toma um “significado nacional” enquanto se “mobiliza” (no duplo sentido de movimento e de aglutinação). Mas, para entender a relação entre os grupos sociais e a classe, seria preciso antes de tudo recuperar a sua pluralidade cultural e social em uma perspectiva dinâmica. Por isso a desconfiança de Grendi com relação às categorias típicas dos estudos do movimento operário, usadas como “conceitos sociológicos inconscientes, isto é não-críticos, portanto pobres”²⁸. A reflexão histórica deve antes de tudo distinguir as diferentes realidades que compõe esse grande conceito, escapar à “linguagem das fórmulas” e ganhar a análise social, a discussão dos instrumentos analíticos a partir da sua relevância empírica.

Aqueles eram termos que ecoavam, de muitos modos, algumas das perspectivas elaboradas por Thompson sobre a história do movimento operário. Mas as diferenças se estabeleciam, na medida em que Grendi abandonava a fórmula do “proletariado” detendo-se, em seu lugar, na “proletarização”: o (novo) processo de estratificação social que caracteriza a sociedade industrial, a formação de um mercado de trabalho nacional²⁹.

“Voltemos então: classe operária, consciência de classe, movimento operário. Não se trata de uma lógica de concatenação: formação da classe - maturação de uma consciência de classe - movimento político da classe para o poder. Trata-se sim de termos críticos, **decididamente inadequados como parâmetros analíticos para a história das classes trabalhadoras da sociedade industrial.** De onde vem então o seu sucesso? Certamente da ideologia corrente, com aquilo que é típico da contribuição ideológica,

²⁷ Cf. Grendi, E. *Per una prospettiva per la storia del movimento operaio*, cit. p. 177.

²⁸ Ibid. p.165.

²⁹ Cf. Grendi, E. *Per una prospettiva per la storia del movimento operaio*. p. 166.

que constitui portanto uma primeira tentativa de interpretação. Coloca-se do ponto-de-vista da sociedade nacional, ou internacional, e lê os conflitos que a caracterizam segundo coordenadas muito simples que valem como parâmetros de julgamento e também, no caso, como normas para a ação. Historiografia política e historiografia militante. Digamos também historiografia idealista que sacrifica a análise e o trabalho severo por uma preocupação pelos 'significados' macro-históricos.”³⁰

A insuficiência das categorias marxistas e da análise da estrutura social que elas permitiam era reafirmada. Grendi se perguntava sobre como era possível ter presente a complexidade e a articulação da estratificação social do *ancien régime* e ao mesmo tempo se contentar com o “quadro simplificado” com que se lia a realidade social contemporânea³¹. Na proposta que desenhava, a referência ao Antigo Regime não era fortuita: a compreensão do movimento operário, nascido no bojo da sociedade industrial, deveria necessariamente incorporar a perspectiva da sociedade pré-industrial.

A interrogação central de Grendi permanecia aquela sobre a transformação social: qual o significado das mudanças que ocorreram com o advento da sociedade industrial, os mecanismos através dos quais estas mudanças operavam, e o significado do movimento operário dentro deste horizonte. Esse era também o tema discutido em uma última coletânea organizada por Grendi sobre a história do movimento operário na Inglaterra, em 1973³².

O tema das “origens” daquele movimento orientavam a organização da coletânea, composta de documentos e textos críticos sobre as lutas operárias entre 1815 e 1848³³. O recorte temporal marcava a necessidade de considerar aqueles elementos que antecederam

³⁰ Cf. Grendi, E. *Per una prospettiva per la storia del movimento operaio*, p.172. Grifo meu.

³¹ Ibid. p. 167.

³² Cf. Grendi, E. *Introduzione a L'origine del movimento operaio inglese 1815-1848. Documenti e testi critici*, Bari: Laterza, 1973. Sobre a história inglesa, salvo pequenos textos esparsos, Grendi voltaria apenas uma vez mais, com um pequeno volume sobre a Inglaterra Vitoriana (mas o tema continuava sendo lido através da história do movimento operário): *L'Inghilterra vittoriana*, Firenze: Sansoni, 1975.

³³ O livro dividia-se basicamente em uma sessão com documentos que envolviam as lutas operárias (com temas como a reforma do parlamento inglês, as leis antisindicais, o radicalismo político, etc.) e uma sessão composta por artigos de historiadores do movimento operário inglês, tratando do metodismo e do *luddism* (E. Hobsbawm), o movimento cooperativista (W.H. Oliver), o cartismo (Asa Briggs), a divisão do trabalho familiar na indústria do algodão (N.J. Smelser), as *Prime Unions* (H.A. Turner).

de algum modo os grandes movimentos e as instituições da classe que marcaram o período seguinte: a atenção se voltava portanto para as mudanças no tempo, o processo.

“O objetivo da análise histórica é tornar concreta a transformação como ‘processo’, isto é como continuidade e ruptura de morfologias sociais velhas e novas, lá onde, sobre o plano da teoria geral, é antes a consideração da tendência que prevalece, com o resultado óbvio de superestimar o ‘novo’.

O ‘movimento operário’ é estudado como reflexo da transformação social concreta que não seria tal se não provocasse novas orientações ‘culturais’: e sobre este terreno – o da ‘consciência social’, das instituições e dos impulsos institucionais, das ideologias populares – o jogo da tradição e da novidade é eminentemente complexo, de modo a exigir uma forte imaginação sociológica e uma grande fineza exegetica.”³⁴

A compreensão da transformação implicava, portanto, em colocar as novas configurações sobre o pano de fundo das experiências históricas passadas: não apenas as precursoras diretas das novas formas, mas o universo das experiências possíveis. Compreender a mudança a partir da ótica do processo permitia escapar da tentação de vê-la como evolução gradual e homogênea (portanto não-conflitual), mas também significava afastar-se de uma concepção que via na mudança a abrupta irrupção do novo. Mais uma vez, a crítica à visão marxista da mudança (que estava no bojo da oposição entre a análise histórica e a “teoria geral”) era central no argumento de Grendi: a visão marxista da “revolução social como explosão consequente da radicalização da contradição” – era considerada “mecânica demais, socialmente pouco concreta”³⁵.

A análise histórica deveria tentar compreender a transformação a partir do ponto de vista das mudanças que aconteciam no campo das relações sociais, bem como os seus significados culturais. Na perspectiva esboçada por Grendi, mudança social e mudança cultural eram inseparáveis.

“A historiografia culturalista explorou, frequentemente com indubitável fineza, os temas conexos com a ‘ética social’ de um período: os sociólogos falam de ‘um sistema dominante de valores’ em uma perspectiva declaradamente funcionalista. Podemos aceitar a tese que um determinado sistema sócio-econômico selecione valores específicos, mas isso não nega a possibilidade de conflitos de valores e de culturas diferentes, ‘autônomas’. O componente social essencial de todo movimento operário – o seu pressuposto, diríamos – é uma ética coletiva que se expressa

³⁴ Cf. Grendi, E. *Introduzione a L'origine del movimento operaio inglese 1815-1848*, cit. p. v.

³⁵ Ibid. p. xi.

dentro de esquemas de reciprocidade de comportamentos, aquela reciprocidade que define as inter-relações sociais de uma comunidade pré-capitalista”³⁶.

O horizonte de conflito a partir do qual Grendi propunha ler o movimento operário era antes de tudo aquele cultural. As lutas dos trabalhadores faziam sentido enquanto uma defesa dos valores éticos e culturais que estavam sendo ameaçados pela ascensão da sociedade de mercado. Essa leitura “culturalista” (na falta de um termo melhor) remetia por um lado às reflexões da antropologia, mas também se aproximava de muitos modos de algumas das discussões que a própria historiografia social inglesa botava em baila.

O significado cultural das lutas operárias e sua ligação com os valores das classes subalternas pré-industriais era um tema importante nas discussões inglesas e estava representada na coletânea de Grendi de muitos modos. Um exemplo disso era o ensaio de Hobsbawm sobre os “destruidores de máquinas”, os *luddites*: no julgamento de Grendi, o historiador britânico resgatava aquele movimento “do complô historiográfico e ideológico que o havia apresentado como a típica manifestação de uma ação social irracional, masoquista e, no melhor dos casos, desesperada”. Hobsbawm resgatava a “racionalidade política” do movimento, “mediante um discurso no centro do qual está a viva e válida instância da ‘compreensão cultural’”³⁷.

Para compreendermos melhor as referências que estavam sendo articuladas por Grendi em suas reflexões sobre o movimento operário, seria preciso voltar aos termos que coloquei inicialmente quando me propus a colocar a sua trajetória de pesquisa como objeto de análise. Os fundamentos de sua proposta de microanálise, que estavam sendo forjados de um modo inicial aqui, apenas fazem sentido se olharmos essas discussões sob o ângulo da aproximação de Grendi com a antropologia.

³⁶ Ibid. p. xxiv. Grifo meu. A “historiografia culturalista” era exemplificada com o trabalho de G.M. Young, *Portrait of an Age*, Oxford, 1936.

³⁷ Cf. Grendi, *Introduzione*, In *Le origini del movimento operaio inglese*, cit. p. xxx. O artigo de Hobsbawm era *The Machine Breakers*, que havia sido publicado em *Labouring Men: Studies in the history of labour*, London: Weidenfeld & Nicolson, 1964. Grendi identifica uma postura similar em *Captain Swing* (Londres, 1969), que Hobsbawm havia escrito com George Rudé.

2. História, antropologia, Polanyi.

Em termos muitas vezes ambíguos, o tema do encontro entre história e antropologia era corrente na historiografia do princípio dos anos setenta. Mas este tema “da moda” havia sido antecipado em alguns dos trabalhos de Hobsbawm ainda nos anos cinquenta: seu interesse pelos movimentos de protesto das classes trabalhadoras pré-industriais (urbanas mas também, e especialmente, rurais) era um exemplo disso. Inspirado de muitos modos pela leitura de Gramsci, Hobsbawm não apenas tinha estudos importantes sobre o movimento operário, mas também havia refletido sobre as formas “arcaicas” de luta social nas sociedades camponesas mediterrâneas (e também na América Latina)³⁸. Sociedades que “não haviam nascido no mundo capitalista, mas que tiveram que lidar com o problema de adaptar-se a ele”³⁹. O diálogo do historiador britânico com a antropologia social no fim dos anos cinquenta ganha em significado se levarmos em conta o esforço que aquela disciplina começava a fazer para se livrar do legado estrutural-funcionalista que marcava fortemente suas tradições mais importantes no contexto inglês. Um exemplo eloquente deste esforço se encontra em um episódio relatado pelo próprio Hobsbawm: em meados da década de cinquenta, Meyer Fortes e Max Gluckman – dois antropólogos sociais de formação inglesa que desenvolviam suas pesquisas na África – convidaram-no para uma palestra sobre as “formas arcaicas” de movimento social na

³⁸ Refiro-me a **Primitive Rebels** (Manchester: 1959); tradução brasileira é de Waltensir Dutra (a partir da nova edição inglesa, revista e ampliada, de 1965): **Rebeldes Primitivos. Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX**, Rio de Janeiro, Zahar, 2ª. edição, 1978. Durante os anos cinquenta, Hobsbawm havia feito uma série de viagens pelos países mediterrâneos, inclusive a Itália onde – além de ter recolhido material para o seu livro sobre os **Primitive Rebels** – havia entrado em contato com muitos membros do PCI e, provavelmente por intermédio deles, com o trabalho de Gramsci (sobre isso, ver Kaye, Harvey, *The British Marxist Historians*, cit., p. 146).

³⁹ Cf. Kaye, Harvey, *The British Marxist Historians*, cit., p. 147.

Europa. Os motivos do convite residiam na experiência de campo junto às populações africanas durante as lutas anticoloniais. O espanto diante das formas que estas tomavam motivavam os antropólogos a repensarem seus próprios pressupostos: o exemplo principal era o movimento de resistência dos Mau-Mau, no Quênia, com suas características de adaptação e de criatividade que desafiavam a imagem de uma sociedade indefesa e “primitiva” que desmoronava diante do encontro com o colonizador. A palestra de Hobsbawm, que respondia ao impulso de comparação entre as situações africanas e européias, daria origem a **Rebeldes Primitivos**⁴⁰.

O encontro de Grendi com a antropologia social data deste mesmo período. Na verdade, ela estava desde o “princípio” entre as suas “aquisições” durante a temporada na Inglaterra. Estudar na *London School of Economics* no fim dos anos cinquenta significava também entrar em contato com uma das instituições mais importantes dentro do contexto das ciências sociais inglesas, e onde a antropologia tinha um lugar especial. A tradição importante de estudos antropológicos na escola havia sido inaugurada por Bronislaw Malinowski (que lecionara ali muitos anos), e continuada por seus alunos, que ali fundaram também a própria associação britânica de antropologia social (ASA). Raymond Firth havia substituído Malinowski na LSE e era uma das figuras centrais da antropologia econômica inglesa na época que Grendi a frequentava. O encontro de Grendi com esta tradição de pesquisa é reconhecido por ele como fundamental para o desenvolvimento de algumas das suas discussões e esteve, como veremos, entre as referências articuladas em sua proposta de microanálise, mas jamais apareceu diretamente, de fato, em seus trabalhos sobre o movimento operário ou aqueles, desenvolvidos paralelamente a partir dos anos sessenta, sobre a história genovesa. As leituras antropológicas seguiam como um interesse “lateral”, de difícil integração ao horizonte das suas pesquisas – de resto, bem mais “tradicionais”. Mas os primeiros resultados de uma tentativa – sempre problemática – de convergência, apareciam no início da década seguinte.

⁴⁰ Cf. *Interview with E.J. Hobsbawm*, **Radical History Review**, 19 (winter 1978-9), *apud* Kaye, Harvey, **The British Marxist Historians**, cit., p. 146.

Na Universidade de Torino, quando do ano acadêmico de 1970/71, Grendi dedicou um curso sobre a história do pensamento econômico ao tema da “Teoria dos sistemas e formas econômicas”. O “subtítulo” do curso dava algumas pistas do seu conteúdo: “marxismo – história - antropologia”⁴¹. Na sua primeira parte, Grendi compara as duas interpretações que lhe pareciam heurísticamente mais importantes sobre a origem do capitalismo: a de Karl Marx e a de Karl Polanyi.

Sobre Marx, o juízo de Grendi era expresso nas primeiras linhas:

“Dois aspectos do pensamento e da obra de Marx são particularmente ‘modernos’ e importantes: o coerente historicismo que considera o capitalismo como um modo de produção contingente – isto é emerso no curso do desenvolvimento histórico e objeto de transformação – e a proposta da economia política como anatomia da sociedade civil, modelo, portanto, de análise ‘total’ onde ‘a teoria econômica é convertida em análise histórica e a exposição da história em história racionalmente encadeada’. Estes dois pontos fundam, como é fácil ver, uma concepção qualitativa do sistema social, qualidade que deriva claramente da análise da sua ‘estrutura’ e da procura das suas origens”⁴²

Apesar da sua “escatologia”, a perspectiva de Marx colocava a contingência em um lugar central: a sociedade capitalista era produto de uma história e não o resultado necessário e natural do desenvolvimento da sociedade. As formulações de Marx sobre a emergência do modo de produção capitalista era construída sobre o “clássico” modelo inglês e pensada para a realidade da economia da Europa ocidental: isso explicaria, para Grendi, “o caráter teleológico” que a sua exposição da história assumia, mas isso não comportava necessariamente “a inelutabilidade do destino capitalista para todas as sociedades econômicas”, nem a “universalidade das categorias explicativas do capitalismo” para o estudo de qualquer sociedade⁴³. O marxismo – na análise de Grendi – era mantido no horizonte das possibilidades heurísticas, mas a uma distância crítica sempre bastante marcada.

⁴¹ As anotações deste curso foram publicadas pela universidade em 1971, em uma coletânea de cursos universitários: Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche. Marxismo, storia, antropologia*, Torino: G. Giappichelli, 1971.

⁴² Cf. Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit. p.3.

⁴³ Ibid. pp. 17 e 19.

A interpretação de Polanyi exposta em *A grande transformação*⁴⁴ tinha em comum com a de Marx a ênfase no caráter contingente – não necessário – do capitalismo. Como para Marx, é a história inglesa que dá material para as discussões de Polanyi, mas os pressupostos teóricos que dirigem seu trabalho são bastante diferentes: a “sociologia clássica e a antropologia aplicada” no lugar da “filosofia e da economia clássica” de Marx.

“O tema chave é desenvolvido na parte central [de *A grande transformação*]: é uma apaixonada crítica não da sociedade industrial, mas da economia e da sociedade de mercado. A tese central é clara – já que se trata, como poucas, de uma obra de tese: a economia de mercado, isto é, do sistema econômico no qual o mercado constitui o supremo mecanismo regulador, representa uma utopia anti-social imposta com a violência que subordina a própria sociedade ao mercado; mas o corpo social se defende criando os institutos necessários e acaba por sair vitorioso; mas o seu êxito é uma situação de crise profunda e dramática da própria sociedade. Isto é suficiente para esclarecer que Polanyi não é um revolucionário no sentido em que era Marx, cuja dialética lhe é profundamente estranha, voltado como é a considerar a sociedade como um ‘inteiro-total’ cuja crise ou o nascimento são diagnosticados nos termos analíticos do ‘social change’ e não da revolução.”⁴⁵

O tema do curso de Grendi explorava estas diferentes perspectivas: as interpretações da história e do sentido do capitalismo às diferentes perspectivas sobre as sociedades pré-capitalistas através de Marx, Polanyi e a história econômica; discutia ainda as contribuições de Kula, Chaianov, Slicher Van Bath, a teoria econômica e a antropologia. Questões que estavam no centro das atenções teóricas de Grendi naqueles anos e que retornam em mais de uma oportunidade crítica nos anos seguintes. Voltaremos a isso: o curso universitário em Torino era apenas um episódio de uma longa interlocução sobre a qual gostaria de me voltar agora. Citei Polanyi e a antropologia: isso não é fortuito. O caminho de Polanyi à antropologia (ou vice-versa) teve uma importância central na constituição dos fundamentos da proposta microanalítica de Grendi.

O encontro de Grendi com estas duas influências se dá, presumivelmente, durante sua temporada em Londres. O livro de Polanyi, publicado em 1944, havia passado sem muito alarde pelos anos quarenta e cinquenta. Foi principalmente durante os anos sessenta

⁴⁴ Polanyi, K. *The Great Transformation. The political and economic origins of our time*, (1944), Boston: Beacon Press, 1957.

⁴⁵ Cf. Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit. p. 22.

que ele influenciou de modo mais claro as interpretações das ciências sociais: um destino coerente, de todo modo, com a crítica geral que as interpretações marxistas sofrem junto com o modelo soviético (que era supostamente sua aplicação) no pós-56, para as quais as teses de Polanyi surgiam como uma alternativa interpretativa.

Politicamente, a abordagem politicamente radical, mas decididamente não marxista, de Polanyi era compatível com aquela postura *di sinistra* não-comunista que pode ser intuída em Grendi. De todo modo, não posso afirmar que são motivações de ordem política que o aproximaram do trabalho do pensador húngaro e essa perspectiva seria provavelmente desautorizada por Grendi⁴⁶.

Grendi mostrava, nas várias vezes que abordou o trabalho de Polanyi, uma concordância substancial com sua leitura do significado cultural e social da imposição da sociedade de mercado. A interpretação de Polanyi remetia diretamente a um pensador inglês que esteve no centro dos interesses de Grendi sobre as origens do movimento operário na Inglaterra: trata-se de Robert Owen (1771-1858). Podemos partir desse interesse comum para explorarmos as aproximações que se estabelecem entre o historiador italiano e o autor de *A grande transformação*.

Owen foi uma das figuras centrais do pensamento socialista “pré-marxista” na Inglaterra. Sua concepção utópica da sociedade (exposta em *A new view of society*, em 1816) foi colocada em prática na experiência de uma “comunidade industrial”, uma comunidade modelo construída por ele em torno da sua fábrica em New Lanark. Owen era industrial (proprietário de uma companhia têxtil) e um reformador social; o encontro com a sua interpretação do impacto da nova sociedade de mercado foi central para as reflexões de Polanyi:

⁴⁶ Perguntado sobre a ligação entre a política e os termos em que se colocava com relação ao debate da *microstoria*, Grendi afirma: “A leitura despolitizada da *microstoria* não me parece de fato errada, independente do fato que todos os seus praticantes fossem certamente de esquerda (em graus e medidas diversas, mas não comunistas). Certamente havia um interesse comum pela ‘história a partir de baixo’, mas isso interessava historiograficamente e nos colocava quando muito em contraste com o *Estabishment* historiográfico da universidade (que compreendia os historiadores marxistas oficiais). (...) De todo modo, fora deste terreno político-acadêmico, excludo ligações com a política, senão nas biografias pessoais de cada um de nós.” Cf. Grendi, comunicação eletrônica cit. nota 2.

“A organização de toda a sociedade a partir do princípio do ganho e do lucro deve ter resultados de longo alcance. [Owen] formulava esses resultados em termos de caráter humano. O efeito mais óbvio do novo sistema institucional era a destruição do caráter tradicional das populações estabelecidas e sua transformação em um novo tipo de povo, migratório, nômade, sem respeito próprio e disciplina – cru, endurecido, seres dos quais tanto o operário quanto o capitalista eram exemplos.”⁴⁷

Para Polanyi, Owen (e não Marx) havia de fato entendido o significado profundo da implantação da “utopia anti-social” do mercado, e o impacto que esta produziu sobre a organização social na Inglaterra. O tributo que Marx pagava à economia política (em especial a David Ricardo) fazia-o colocar em primeiro lugar as relações econômicas e a enxergar a mudança antes de tudo em termos econômicos. Para Owen (e para Polanyi), a economia não explicava o que estava acontecendo, assim como não poderia ser compreendida senão em relação aos aspectos sociais que estavam em jogo. A calamidade era antes de tudo social e cultural.

“[Owen] entendia o fato de que aquilo que parecia primariamente como um problema econômico era essencialmente social. Em termos econômicos, o trabalhador era certamente explorado: ele não recebia o que lhe era devido. Mas, embora importante, isso estava longe de ser tudo que importava. Apesar da exploração, ele poderia estar financeiramente melhor do que antes. Mas um princípio muito desfavorável para a felicidade individual e geral estava acabando com o seu ambiente social, sua vizinhança, sua posição na comunidade, seu ofício; em poucas palavras, com aquelas relações com a natureza e o homem dentro das quais sua existência econômica estava formalmente encapsulada. A Revolução Industrial estava causando um deslocamento social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico deste evento.”⁴⁸

A atenção de Grendi às conclusões de Polanyi não se justificava apenas pelo seu caráter “anti-economicista”, mas principalmente pelo alcance “antropológico” presente na sua argumentação. A “novidade” que representava encontrar em um trabalho sobre a Inglaterra do século XIX (como era *A grande transformação*) um número expressivo de citações de antropólogos – como B. Malinowski, R.C. Thurnwald, R. Firth – não escapava a Grendi⁴⁹.

⁴⁷ Cf. Polanyi, K. *The Great Transformation*, cit. p. 128.

⁴⁸ Ibid. p. 129.

⁴⁹ Cf. Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit. p. 85.

É significativa, nesse sentido, a comparação que Polanyi estabelecia entre a experiência das tribos africanas – que ele recolhia na antropologia inglesa dos anos trinta e quarenta – e aquela das *poorer classes* inglesas do início do Oitocentos, “os nativos destribalizados e degradados do seu tempo”⁵⁰

“Intrinsecamente, as condições são as mesmas. A diferença principal é que uma classe social faz parte de uma sociedade que habita a mesma área geográfica, enquanto o contato cultural ocorre usualmente entre sociedades estabelecidas em diferentes regiões geográficas. Em ambos os casos, o contato pode ter um efeito devastador sobre a parte mais fraca. Não é a exploração econômica, como muitas vezes se considera, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima que é a causa da devastação(...). Para o estudioso do início do capitalismo esse paralelo é altamente significativo. A condição de algumas tribos nativas na África hoje carrega uma semelhança inequívoca com aquela das classes trabalhadoras inglesas no início do século XIX.”⁵¹

O confronto entre diferentes culturas (os brancos no caso africano, a utopia do mercado auto-regulador no segundo caso) era o elemento central da comparação. O contato cultural destrutivo produzia um fenômeno cujo caráter principal não era de natureza econômica, mas social.

Quando de *The Great Transformation* é traduzido pela primeira vez em italiano, Grendi publica uma resenha na *Rivista Storica Italiana*. Tentando re-apresentar ao leitor o sentido que o livro de Polanyi ainda possuía – depois dos mais de trinta anos que o separavam da sua edição original – Grendi enfatizava a atualidade da sua aproximação com a antropologia e a sua consequente crítica ao etnocentrismo.

“(...) a valorização das ‘civilizações diversas’ é o princípio de uma crítica radical da nossa civilização, uma subversão dos seus presumidos ‘fundamentos naturais’, sobre os quais se fundou a economia política, o verdadeiro *vilain de la pièce*. Complementar ao assunto é igualmente a redescoberta (...) de Owen e do seu gênio solitário. Deste modo, o autor reencontra no estudo das sociedades primitivas e no assim chamado ‘socialismo utópico’ a inspiração fundamental necessária para conquistar a ‘distância’ do drama da sociedade presente (...)”⁵²

⁵⁰ Cf. Polanyi, K. *The Great Transformation*, cit. p. 290.

⁵¹ Ibid., p. 157.

⁵² Cf. Grendi, E. *Recensione: Karl Polanyi, La grande trasformazione: le origini economiche e politiche della nostra epoca*, Torino, Einaudi, 1974, RSI, vol. LXXXVIII (3), sett. 1976, p. 629.

A necessidade, afirmada por Grendi, de “tomar distância” da sociedade presente era coerente com a crítica à aplicação direta dos conceitos “modernos” da sociedade industrial para aquelas realidades históricas que lhe eram estranhas. Afinal, o pecado do etnocentrismo na historiografia é também chamado de anacronismo – a tentação de encontrar no passado (o outro) o reflexo de si. Se o estudo da estrutura da sociedade burguesa “revelava” categorias capazes de abordá-la, para Grendi era discutível que se intuisse a universalidade ou a adequação destas mesmas categorias para a compreensão de outras sociedades: isso era igualmente válido para as sociedades européias do passado⁵³.

Daí a conseqüente referência a Owen e às sociedades não-européias estudadas pela antropologia. Para entender o sentido das propostas de Owen era preciso devolvê-lo ao universo cultural e ético da sociedade inglesa tal como era estruturada antes da ascensão da sociedade de mercado: seu “socialismo utópico” – cuja tradição era considerada por Grendi a mais influente na história do socialismo inglês⁵⁴ – traduzia a tentativa de defesa dos modos de existir e de organizar a vida (sua ética ou sua “economia moral”⁵⁵) de uma sociedade que era desagregada pela imposição da sociedade de mercado. Se a compreensão das origens do movimento operário passava necessariamente por um reencontro com a sociedade pré-industrial, para a qual as categorias da sociedade burguesa eram insuficientes, era preciso encontrar outros instrumentos e outras categorias para enfrentar esse objetivo.

Para Grendi, o trabalho de Polanyi mostrava que o sucesso no entendimento da sociedade pré-industrial dependia da possibilidade de compreendê-la a partir dos seus próprios termos, de sua alteridade. A antropologia – a disciplina que, por excelência, coloca a alteridade como o seu objeto de estudo – oferecia as possibilidades mais proveitosas de diálogo.

⁵³ Cf. Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit. p.98.

⁵⁴ Cf. Grendi, E. & Bianco, G. *Introduzione*, cit. pp. ciii-civ.

⁵⁵ “Economia moral” era um termo claramente thompsoniano, cunhado pelo autor inglês já em *The Making* e desenvolvido posteriormente. Essa convergência de Grendi com as discussões de Thompson testemunham mais uma vez aquela ambigüidade que comentei anteriormente.

Os termos de sua análise eram claros: o estudo das sociedades não-européias (não-industriais e não-capitalistas) trazia analogias evidentes com o estudo das sociedades da Europa de Antigo Regime. Pensadas a partir da ótica das comunidades e dos povoados, ambas se caracterizavam pelo fato de terem suas economias fortemente baseadas na agricultura. Os termos da comparação partiam da consideração de que a “economia camponesa” (um termo “altamente indeterminado”, mas de forte caráter heurístico) era o “verdadeiro fenômeno universal da história”⁵⁶. Portanto, se a antropologia estudava o mundo camponês do subdesenvolvimento, ela poderia – analogicamente – lançar luz sobre as sociedades camponesas do passado. Esta era de fato a constatação inicial exposta por Grendi na longa introdução a uma coletânea sobre a antropologia econômica, organizada por ele em 1972⁵⁷.

Nesta coletânea, Grendi atualizava de muitos modos o interesse de Polanyi pela antropologia: enquanto o autor de *A grande transformação* havia buscado seus materiais comparativos na antropologia funcionalista inglesa da primeira metade do século, o historiador genovês buscava na produção posterior a Polanyi (e mesmo influenciada por ele), crítica aos modelos de equilíbrio, elementos para um diálogo. Essa diferença, como veremos, é significativa.

Em primeiro lugar, o termo “econômica” afixado ao lado de “antropologia” não significava uma setorização da disciplina – como as tradicionais divisões em “política” ou “econômica”, no caso da história – mas uma adjetivação que dizia respeito à “escolha do campo de análise”, “simples indicação empírica”⁵⁸. De todo modo, a escolha do campo de investigação era por si só significativa: a tentativa de tomar distância da interpretação contemporânea da sociedade de mercado indicava a possibilidade de compreender as sociedades camponesas a partir deste elemento diferencial, a partir da alteridade das suas formas de organizar o mundo econômico.

⁵⁶ Cf. Grendi, E. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit. p.145.

⁵⁷ Cf. Grendi, E. (a cura di) *Antropologia economica*, Torino: Einaudi, 1972

⁵⁸ Cf. Grendi, E. *Introduzione* a Grendi, E. (a cura di) *Antropologia economica*, cit. (a partir de agora, AE), p. xxii.

Na leitura proposta por Grendi, a antropologia econômica abria uma possibilidade de fugir ao etno-centrismo das análises que partiam do modelo europeu industrial para compreender as sociedades diferentes. O estudo antropológico das sociedades camponesas não-européias em seus próprios termos, abria a possibilidade de fazer o caminho inverso: não mais “constringir a história mundial dentro de categorias da história européia ocidental”, mas “considerar a experiência européia segundo categorias da história mundial”⁵⁹. A hipótese central era que o estudo das sociedades não-européias empreendido pela antropologia revelasse categorias novas que pudessem ser também utilizadas para estudar a realidade do passado pré-industrial europeu.

Diferente de grande parte da teoria econômica, a antropologia não postulava as relações econômicas isoláveis como tais; ela partia, ao contrário, da constatação de que a economia está no centro das interações entre os indivíduos e o ambiente e depende, portanto, das suas formas de organização social⁶⁰. A teoria econômica, por outro lado, postulava a economia como uma esfera passível de ser estudada de forma autônoma, quase que de modo independente do resto da organização social. A tendência da teoria econômica era a de criar modelos e leis (baseados em geral nas economias de mercado) e aplicá-los em situações dadas. A própria “abordagem micro-econômica” acabava por tornar-se verificação das teses macro-econômicas. A diferença com a perspectiva antropológica encontrava-se de muitos modos nesta diferença – “A antropologia parte da micro-descritiva, é – portanto – fundamentalmente indutiva: comportamentos sociais constantes e regulares são elaborados em termos de estruturas e modelos, não em dimensões quantificáveis – e estas elaborações são constantemente confrontadas com as realidades sociais observadas no campo”⁶¹. A antropologia voltava-se para a análise das relações econômicas em conjunto com as relações sociais, políticas (e culturais) a partir da referência empírica recolhida na observação direta. As possibilidades abertas por essa

⁵⁹ AE, p. xvi.

⁶⁰ AE, p. xv.

⁶¹ AE, p. xxiii.

perspectiva constituíam talvez o parâmetro principal que dirigia a escolha dos textos da coletânea.

A explicação da economia agrária era de todo modo a grande insuficiência da teoria econômica. A antropologia, por outro lado, havia sido a disciplina que mais direcionou sua atenção para este mesmo mundo. Essa havia sido a razão pela qual Polanyi foi buscar subsídios nessa disciplina para a sua crítica à “utopia anti-social” da sociedade de mercado. A perspectiva de Polanyi havia interessado especificamente a Grendi na medida em que permitia desnaturalizar o “mercado” (considerado como uma forma histórica) como elemento explicativo de qualquer sociedade. Desse modo ele abria o caminho para o interesse pelas sociedades de “não-mercado” a partir delas mesmas, isto é, das situações concretas que as constituíam. A perspectiva “substantivista” de Polanyi, inspirada na antropologia, voltava-se então para o concreto das relações econômicas, afastando-se das abstrações da teoria econômica. “Aquilo que para mim parece relevante”, afirmava Grendi sobre o trabalho do pensador húngaro, “é a acentuação empírico-etnográfica que ele dá ao seu método, e de fato, a descrição dos diversos contextos e das diversas formas comporta o desenvolvimento de instâncias sistematizantes”⁶².

A grande tradição antropologia econômica (Malinowski, Thurnwald, mas também Mauss) já havia apontado a necessidade de explicar a economia não apenas a partir daquilo que é propriamente ‘econômico’, mas através do cultural, do simbólico, naquilo que ela tem de religioso, mágico, cerimonial, etc.⁶³. Esse caráter “holístico” e anti-especialista da antropologia era enfatizado na análise de Grendi, como antídoto à tendência de pensar a economia como uma esfera autônoma da organização social.

A abordagem “holística” da antropologia ligava-se diretamente à centralidade do *fieldwork* (pesquisa de campo) no método da antropologia social. O estudo sobre a comunidade, baseado na observação direta da sua estruturação e de suas relações sociais⁶⁴,

⁶² AE, p. xxix.

⁶³ AE, p. xxxv

⁶⁴ Em um outro lugar Grendi dá uma definição curta de “estudo de campo”: “análise empírica de relações correntes” (Grendi, E. *Sociologia storica o storia sociale*, Polis, n. 1, anno I, 1987, p. 191.

colocava problemas interessantes para a história, onde o *fieldwork* propriamente dito costuma ser – por razões óbvias – pouco praticável. Analogicamente, no entanto, a proposta de uma análise aproximada das comunidades permitia levantar questões importantes para a história, que estavam com certeza no horizonte do interesse de Grendi pela antropologia.

A tradição de “estudo de campo” da antropologia social vinha de longa data e tinha representantes ilustres (Malinowski, Firth, Evans-Pritchard). O problema de muitos desses estudos de comunidade estava (como Grendi criticava em Evans-Pritchard), na tendência em considerar a comunidade como uma “variação estrutural coerente” dentro de uma sociedade mais ampla, uma perspectiva que remeteria à convicção funcionalista de que “todo componente de um sistema pode ser explicado nos termos do sistema”, isto é, cada parte é coerente com o todo e cada comunidade acaba sendo um micro-cosmo que repete a sociedade global. Uma postura que – na crítica de Grendi – “exclui o conflito, exclui a dinâmica, exclui a história”⁶⁵. Esta crítica era de todo modo coerente com suas preocupações de historiador; os modelos de equilíbrio estrutural-funcionalistas partiam de uma concepção estática da sociedade, que impedia a compreensão do fenômeno da transformação social de outro modo que não em termos evolucionistas ou difusionistas. A superação desses modelos de equilíbrio era também o que Grendi procurava em uma antropologia que precisava também lidar, por sua conta, com o problema da mudança e que finalmente reconquistava a dimensão temporal do seu objeto, como era aquela da antropologia social dos anos sessenta.

“O componente funcionalista da antropologia social entrava em crise por uma razão bastante óbvia: de fato, em um período de recessão das formas sociais primitivas, o pesquisador em campo enfrentava diariamente a realidade da transformação social, a evidência dinâmica por excelência. A sociedade ‘tradicional’ não desmoronava, não se dissolvia por encanto como um castelo de cartas, como era esperado pelo funcionalismo, mas revelava insuspeitadas capacidades de adaptação seletiva. O modelo de equilíbrio não dava conta: o elemento conflitual ‘disfuncional’ encontrava novas oportunidades no ambiente sócio-econômico renovado.”⁶⁶

⁶⁵ AE, p. xiii.

⁶⁶ AE, pp. xiii-xiv

Problemas comuns se colocavam para a antropologia e a história quando ambas tinham que lidar com o fenômeno da mudança. Mais uma vez apareciam as analogias entre as duas disciplinas quando o objetivo tornava-se recuperar o passado de sociedades que não tinham deixado registros próprios: as sociedades agrárias do passado (as áreas rurais européias, mas também os incas) ou a história das sociedades africanas. Um exemplo claro dessa aproximação de problemas e procedimentos era o trabalho de Jan Vansina sobre o Congo, que cruzava a tradição oral com os documentos dos arquivos⁶⁷. Uma aproximação que, de todo modo, sugeria a articulação de várias competências (arqueologia, geografia, linguística, etc.). De acordo com a reflexão de Grendi, a ambição da história social em ser pensada como “história total” (que integra a demografia e a economia, mas também se interessa pela cultura material, o espaço, a história oral, a língua) era inteiramente coerente com estas ambições holísticas da antropologia⁶⁸.

Grendi apontava como lugar do encontro entre as duas disciplinas aquela “comum realidade universal e genérica do mundo camponês”. São as sociedades camponesas que oferecem uma coerência estrutural que é, de certo modo, generalizável. A questão era, antes de tudo, identificar as analogias possíveis e os problemas comuns: a importância da economia doméstica e da família como unidade econômica de base, a pluralidade das culturas de aldeia, a necessidade do “estudo de área” para dar conta da “base ecológica de cada economia e de cada sociedade camponesa”⁶⁹.

“A sua realidade econômica de base é constituída de unidades produtivas familiares e não por empresas de negócios: a sua é fundamentalmente uma economia doméstica, seja qual for o grau de auto-consumo e a sua integração em um contexto econômico mais amplo. Deste ponto-de-vista a distinção entre sociedades camponesas e sociedades primitivas não é muito relevante. Epistemologicamente, aquilo que é de todo modo relevante é o estudo da comunidade em pequena escala”⁷⁰

⁶⁷ Grendi comenta Vansina em AE, p. xv.

⁶⁸ “Naquilo que escrevi até agora, parti da suposição que a antropologia e a história se movem em um âmbito similar, com uma mesma finalidade. Não pretendo aqui discutir este ponto, nem fazer referência às diversas situações contingentes. É um fato indubitável, na minha opinião, que a elaboração teórica antropológica está demonstrando a sua fecundidade para a pesquisa histórica. A convergência se determina em particular com o endereço de uma historiografia social que ao dizer-se ‘total’, reclama as ambições holísticas da antropologia.” AE, p. xviii

⁶⁹ AE, p. xxi.

⁷⁰ AE, p. xix.

Na coletânea de Grendi, a antropologia econômica era ilustrada a partir de diferentes perspectivas: a abordagem “substantivista” era claramente priorizada, como Polanyi (e muitas vezes com ele) ela negava qualquer utilidade às categorias da teoria econômica para o estudo das sociedades camponesas (essa perspectiva era representada de modo mais claro na coletânea pelos artigos de Paul Bohannan, George Dalton, Marshall Sahlins e Fredrik Barth⁷¹); mas mesmo a abordagem relativamente “formalista” de um Raymond Firth apresentava elementos que Grendi julgava heurísticamente importantes para o trabalho dos historiadores: sua tentativa de explorar o valor de categorias como “capital”, “poupança” e “crédito” na compreensão de economias primitivas e camponesas lançava luz sobre alguns elementos importantes do problema histórico do desenvolvimento econômico⁷².

Tentando concluir a longa introdução, onde tentava expor “o corpo de pensamento” da antropologia econômica do ponto de vista da sua utilidade para a reflexão histórica, Grendi estabelecia alguns dos parâmetros que estavam guiando não apenas a sua reflexão imediata sobre a relação história e antropologia, mas sua perspectiva com relação à história *tout court*:

“Não há dúvida que a perspectiva substantivista tem condições de provocar uma mais ampla solidariedade entre antropólogos, historiadores e sociólogos rurais. Mas é claro que os historiadores não abandonaram de fato a confiança na qualidade interpretativa dos esquemas e das categorias da ciência econômica. E o mesmo vale para os antropólogos. Em todo caso, estes últimos nos parecem em condições de sugerir em um modo mais pertinente a necessidade complementar daquela perspectiva micro-analítica que para os historiadores comporta o máximo esforço de ‘imaginação concreta’. Conseguirão os historiadores colher aqueles movimentos no tempo breve que eu considero essenciais para resolver o problema interpretativo da *social change*, da transformação social? Ou a história está condenada, no melhor dos casos, a um

⁷¹ Bohannan, P. & Dalton, G. *Introduzione a 'Markets in Africa'* (publicado inicialmente em 1962); Sahlins, M. D., *La sociologia del scambio primitivo* (publicado na coletânea organizada por M. Banton, *The Relevance of Models for Social Anthropology*, ASA mon. n. 1, 1965), Barth, T.F., *Circuiti economici in Darfur* (publicado na coletânea organizada por R. Firth, *Themes in Economic Anthropology*, ASA mon. n. 6, 1967), todos publicados em AE.

⁷² O artigo de Firth publicado em AE (*Capitale, risparmio e credito nelle società contadine: osservazioni dal punto di vista dell'antropologia economica*) é retirado de Firth, R. & Yamey, B.S. *Capital, Saving and Credit in Peasant Societies*, London, 1964.

confronto de sucessivos 'sistemas-modelos de relações sociais', providos de diversas durações, sem poder precisar em detalhe como se passou de um sistema ao outro? Porque esta é, na minha opinião, o duplo dever da historiografia: construir morfologias sociais coerentes, fracionar o tempo histórico da sociedade em uma série de sistemas – que é a verdadeira periodização – e depois interpretar, além disso, os mecanismos sociais da transformação. A história – ciência da mudança, a antropologia – ciência da imobilidade, da estrutura. Mas estamos assim tão seguros sobre isso? Pela tradição antropológica é verdade que a história representou a dimensão diacrônica – assim como para a história a antropologia e a sociologia representam a dimensão estrutural, tipológica, morfológica. Mas se essa versão corrente representa, como acredito, uma mistificação recíproca, isso não significa que estamos mais próximos de alguma solução? É certo, entretanto, que essa visão não pode ser encontrada na suspensão de juízo epistemológica, mas antes no trabalho concreto.”⁷³

A coletânea de Grendi sobre a antropologia econômica é antes de mais nada um documento sobre as leituras antropológicas de um historiador durante os anos sessenta. Era um balanço do seu diálogo com a antropologia e apontava para as indagações e propostas que este diálogo sugeria para a pesquisa histórica. Já estavam presentes ali alguns dos elementos que iriam constituir sua proposta de microanálise, que começava a amadurecer durante aqueles anos (princípio dos anos setenta) em que dava aulas em Torino. As discussões com outros historiadores, como Giovanni Levi e outros que como ele colaboravam nos *Quaderni Storici*, foram seguramente importantes para que estas discussões tomassem o rumo de uma aplicação radical do modelo antropológico – definido pela microanálise – para a história social. A interlocução de Levi, em especial, cujos interesses comuns pelo movimento operário e pela história agrária eram marcados por uma importante experiência de pesquisa com os materiais da demografia histórica e da história econômica, foi apontada por Grendi como uma mediação fundamental nesta direção.

Mas a *microstoria* não foi o resultado natural deste processo. Estas mesmas cartas, embaralhadas de outro modo, poderiam produzir um jogo bastante diferente. As preocupações e indagações das quais Grendi partia não levavam necessariamente à proposta microanalítica: a desconfiança manifestada por ele com relação aos conceitos sociológicos abstratos (como o conceito de “classe” ou o de “mercado”) era partilhada por

⁷³ AE, pp. lxii-lxiii.

muitos cientistas sociais contemporâneos: o caminho do conceito de classe ao de grupo social não foi entretanto o caminho lógico seguido pela maior parte deles⁷⁴, nem o foi por outros historiadores ligados à *microstoria*; a ênfase sobre a necessidade de recompor a estratificação social tinha um sabor decididamente quantitativo e macro-histórico (Labrousse, Daumard), e a análise microanalítica da composição social não era o desenvolvimento necessário desta perspectiva; a tradição do *fieldwork* antropológico não era também automaticamente transportável para o campo analítico da história, especialmente no que diz respeito ao tratamento das fontes indiretas do Antigo Regime. A proposta microanalítica formulada por Grendi era constituída assim, dinâmica e seletivamente, sobre materiais bastante heterogêneos. A antropologia social inglesa lida através de Polanyi (e vice-versa) fazia parte disso; mas, certamente, também a convivência com a pesquisa de fontes seriais da demografia e da economia (as fontes sobre a história do movimento operário inglês, mas também aquelas sobre a história econômica e social da República de Gênova⁷⁵) deram a Grendi a dimensão das possibilidades de acesso a uma reconstrução menos impressionista do tecido social das sociedades do passado; estas e outras questões eram articuladas e recompostas na proposta microanalítica. Da estrutura social à demografia, à estrutura econômica, à constituição da fazenda (cultivos, criações), à constituição da família: uma recomposição realista da estruturação social levava à necessidade de fazer falar em conjunto fontes muito distintas, que se entrecruzavam o tempo todo: o tratamento intensivo destas fontes era impraticável se não tivesse como referência uma área, um espaço circunscrito de referência. Não era apenas a natureza das fontes a sugerir isto: a impossibilidade prática de desenvolver grandes pesquisas quantitativas – com a consequente necessidade de manutenção de grandes equipes e o uso

⁷⁴ O interesse por outras formas de classificação, como a idéia de “sociedade de ordens” de Mousnier (R. Mousnier, *Problèmes de stratification sociale*, Paris: PUF, 1968), com suas características de unanimidade cultural que Grendi julgava deixar de lado os aspectos conflituais da estruturação social era apenas um exemplo disso: cf. Grendi, *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, cit., p.63.

⁷⁵ Na trajetória de Grendi, um interesse de pesquisa paralelo nos anos sessenta e que se tornou cada vez mais importante na década seguinte. Inicialmente mais voltados para a história econômica, seguindo caminhos relativamente autônomos com relação ao debate que priorizo aqui, seus trabalhos sobre a Liguria convergiram cada vez mais em direção à microanálise a partir do fim da década de setenta (mas principalmente nos anos oitenta).

dos “computadores” – também se levantava no horizonte institucional italiano, onde os recursos para a pesquisa científica eram muito restritos⁷⁶.

3. Da antropologia econômica à microanálise histórica.

A proposta microanalítica de Grendi começa a se delinear de modo claro a partir de 1972, onde a alusão à microanálise era central na leitura que ele propunha da relação entre história e antropologia (mas uma proposta que unisse aquele procedimento à história social não era explicitada). Em 1976, na introdução ao número dos *Quaderni Storici* dedicado à “família e comunidade”, a microanálise era o termo de ligação que Grendi propunha para a leitura dos trabalhos apresentados. No ano seguinte, *Microanalisi e storia sociale* articulava a proposta em uma forma que, se não era exatamente a de um manifesto, apontava de modo claro um programa de estudos, um caminho a seguir. Propus, mais cedo neste trabalho, a leitura destes dois textos a partir do contexto dos debates nos *Quaderni*. Estes mesmos textos lidos à luz da trajetória de pesquisa de Grendi, mostram de modo mais claro algumas das referências centrais que constituíram os fundamentos do debate em torno da *microstoria*. Gostaria de ler estes artigos, entretanto, também à luz de um outro texto: desta vez uma leitura retrospectiva, feita pelo próprio Grendi, da trajetória reflexiva que produziu a proposta microanalítica.

Em 1978, em um pequeno livro para uma coleção sobre os “economistas”, Grendi faz um balanço das suas leituras do economista húngaro e estabelece um percurso para a proposta micro-histórica. O livro se chamava, significativamente, *Polanyi, dall'antropologia economica alla microanalisi storica*: não uma apresentação da obra de Polanyi, mas a exposição

⁷⁶ Em especial se comparado com a grande disponibilidade de recursos que das equipes de pesquisa americanas e francesas: ver Ginzburg, C. & Poni, C. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*, In *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 170.

(uma genealogia) dos parâmetros a partir dos quais Grendi gerou sua proposta de microanálise.

Para Grendi, o valor heurístico da proposta de Polanyi estava em primeiro lugar nos caminhos abertos, as sugestões de pesquisa que o seu trabalho possibilitava. O modelo geral de mudança proposto em *A grande transformação* era apontado, no entanto, como o maior problema do livro. Polanyi, como se viu, construiu um mecanismo onde havia duas forças antagônicas em jogo: por um lado a economia de mercado que impunha a idéia de um mercado auto-regulado e que tinha como principal “instrumento conceitual” a economia política⁷⁷; do outro lado, a reação defensiva da sociedade. A tensão entre estas duas forças era o motor para a mudança que explicava “as origens políticas e econômicas do nosso tempo” (sub-título do livro de Polanyi). Neste modelo quase mecânico (“morfológico institucional”), Grendi reconhecia o maior limite de Polanyi, sua “epistemologia mecanicista” que era incapaz de articular de fato um modelo explicativo para a dinâmica histórica⁷⁸.

Essa avaliação geral não impedia que Grendi enxergasse perspectivas teóricas novas abertas por Polanyi (mas não resolvidas por ele). Na sua avaliação, era preciso avançar no caminho da aproximação entre história e antropologia, atualizando seus termos. A ponte que Polanyi havia avançado entre a compreensão das sociedades ditas “etnológicas” e aquelas chamadas “históricas” não havia sido de fato atravessada: a proposta de uma microanálise histórica se propunha, no juízo de Grendi, a fazer exatamente isto⁷⁹.

Significativamente, não era apenas em *A grande transformação* que os principais subsídios para esta proposta eram encontrados. Também os trabalhos posteriores de

⁷⁷ “... o mais formidável instrumento conceitual de destruição”, Cf. Grendi, E. *Recensione: Karl Polanyi*, cit. p. 633.

⁷⁸ Ibid. p. 637.

⁷⁹ Cf. Grendi, E. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*, Milano: Etas Libri, 1978 (de agora em diante, PM), p.11. Os temas da discussão com Polanyi são retomados nesta época por Grendi, basicamente nos mesmo termos, em mais dois lugares: na resenha ao livro de *A grande transformação*, publicada em RSI, em 1976 (citada na nota 52) e em um “verbete” (na verdade um artigo) sobre o tema das “formas de mercado” a partir de um ponto de vista histórico, feito para a enciclopédia dirigida por Nicola Tranfaglia: Grendi, E. *Forme di mercato: l'analisi storica*, In Aa. Vv. *Il mondo contemporaneo*. Vol. VIII. *Economia e Storia*, Tomo I, Firenze: La Nuova Italia, 1978, pp. 261-274.

Polanyi e de sua equipe, sobre as sociedades antigas e, principalmente, sobre o Daomé dos séculos XVII e XVIII interessavam a Grendi de um modo especial⁸⁰. São pesquisas onde Polanyi operava como historiador, ao mesmo tempo que confrontava os dados da antropologia – “os princípios e comportamentos humanos na realidade social” – com as categorias etnocêntricas da teoria econômica. Mas Polanyi não havia utilizado todos os recursos disponíveis da antropologia na realização de seu projeto: a abordagem microanalítica era um deles e constituía, na perspectiva sustentada por Grendi, o terreno privilegiado sobre o qual as perspectivas histórica e antropológica poderiam de fato convergir.

“É este o sentido dos desenvolvimentos que se tenta dar aqui às posições de Polanyi: a proposta de uma radical perspectiva indutiva passível de organização nos termos de uma estratégia de pesquisa que se ponha pacientemente a reconstruir os nexos interpessoais e dinâmicos entre indivíduos, famílias, comunidades, e sociedade mais ampla, dedicando uma particular atenção às relações, capitais, de intermediação. Trata-se de um caminho fortemente estimulado e condicionado (pelo uso de categorias ou esquemas generalizadores) pelo trabalho antropológico.

Na raiz está portanto uma concepção diversa dos processos sociais: não o produto anônimo do confronto ‘objetivo’ de oferta e demanda, mas o fruto do jogo complexo e articulado de confrontos e mediações sempre caracteristicamente personalizados e nesse sentido traduzíveis em termos de ‘cultura’.”⁸¹

O objetivo era então o de “radicalizar” Polanyi, aprofundando o diálogo com a antropologia: direção que, na leitura de Grendi, o seu trabalho sugeria. Essa apropriação da “intuição” de Polanyi na direção da microanálise (uma perspectiva que, de resto, era indiferente ao autor húngaro) era certamente mediada, no caso de Grendi, pelas discussões em torno da história social e pela antropologia social posterior a Polanyi que operava, na Inglaterra, a crítica aos limites dos modelos estrutural-funcionalistas.

Para entendermos melhor essa passagem da antropologia econômica à microanálise histórica, gostaria de me voltar para aqueles momentos encontrados por Grendi em sua leitura de Polanyi e que sugerem o percurso a seguir. Em primeiro lugar, a interpretação de

⁸⁰ As referências são: Polanyi, K; Arensberg, C & Pearson, H.W., *Trade and Market in the Early Empires*, New York: Free Press, 1957; e Polanyi, K. *Dahomey and the Slave Trade*, Washington: Washington University Press, 1968.

⁸¹ PM, p. 2.

Polanyi sobre a sociedade de mercado construía-se sobre algumas questões históricas importantes. A primeira delas era a origem do mercado.

Para a economia clássica, o mercado tinha origem nas transações entre indivíduos, movidos por uma suposta tendência natural para a barganha: a partir daí, através de uma complexificação sucessiva, passava-se da troca ao comércio local, do comércio local ao comércio com o exterior, e enfim o comércio de longa distância e à instância do “mercado” global – cada uma das fases sendo a sucessão lógica e necessária da fase anterior. Ora, a visão de Polanyi era quase o inverso desta proposição – para ele, o mercado não é uma instituição que nasce no interior da economia de uma sociedade mas nasce, ao contrário, como um “lugar de comércio de longa distância”, o produto da relação entre as economias de sociedades distantes:

“(...) o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica dos bens, e da ‘divisão de trabalho’ produzida pela localização. O comércio de longa distância muitas vezes cria mercados, uma instituição que envolve ações de negociação e, se o dinheiro é usado, comprar e vender, e então, eventualmente mas de forma alguma necessariamente, oferece a alguns indivíduos a ocasião de satisfazer a sua suposta propensão para a barganha e a pechincha.”⁸²

Historicamente, o mercado não era uma instituição necessária, nem universal. Em *Trade and Market in the Early Empires*, Polanyi e seus colaboradores haviam mostrado a existência de complexas instâncias da economia em vários dos grandes impérios da Antiguidade onde – apesar da amplidão geográfica envolvida e da consequente complexidade administrativa – a instituição do mercado muitas vezes nunca chegou a existir, como na Babilônia de Hammurabi, ou onde era fortemente controlada pela autoridade, como no comércio administrativo (*port of trade*) praticado na Grécia antiga (onde os preços praticados não eram livres, mas determinados politicamente). De acordo com a interpretação de Polanyi, o mercado ocupava uma posição decididamente marginal nas sociedades antigas. Essa era, obviamente, uma posição que contrariava frontalmente a interpretação da economia clássica que, anacronicamente, enxergava nas grandes civilizações mercantis greco-orientais os antepassados ilustres (e lógicos) do mercado auto-

⁸² Cf. Polanyi, K. *The Great Transformation*, cit. p. 58.

regulador das sociedades contemporâneas. Na proposta de Polanyi, deslocava-se a atenção do estudo da qualidade da economia para o estudo do funcionamento das instituições⁸³.

A sociedade européia do *Ancien Régime* era, por outro lado, claramente mercantil, onde o comércio de longa distância tinha um lugar fundamental. Uma sociedade mercantil, mas não uma sociedade de mercado: mesmo ali – antes do aparecimento da industrialização – a lógica da negociação, a lógica do mercado, funcionava apenas nas relações comerciais externas e não constituíam a lógica econômica (interna) da sociedade. Outras lógicas, distintas daquela do jogo da oferta e da procura, operavam em sua organização econômica e social. A desagregação desta sociedade estava ligada à transformação desta lógica econômica: o fator decisivo foi o nascimento da máquina e da indústria. A introdução desta “novidade produtiva” em uma sociedade mercantil acabava por implicar a “subordinação do comércio à produção e a consequente mercantilização, em escala mundial” não apenas dos produtos, mas “da terra, do trabalho e da moeda” cuja “substância” escapava à lógica da mercadoria⁸⁴. A extensão da lógica do mercado a estas instâncias da sociedade havia sido central para sua desarticulação.

A compreensão deste fenômeno estava na origem da lógica elaborada por Polanyi para classificar as diversas sociedades a partir do lugar ocupado pela economia em cada uma delas. O parâmetro central desta classificação estava na constatação que, nas economias “arcaicas” e “primitivas” (e do mesmo modo aquelas da Europa pré-industrial), a economia era “encapsulada” (*embedded*) pela sociedade, ou seja, não era constituída como uma instância autônoma, mas fundamentalmente dependente do conjunto das relações sociais. Com o advento da sociedade de mercado, com a mercantilização progressiva da terra, do dinheiro e do trabalho (e a extensão da lógica do mercado às relações sociais), assim como a consequente desagregação dos equilíbrios comunitários, a economia era sistematicamente “desencapsulada” (*disembedded*) da sociedade, na medida em que aquela não respondia mais às regras das relações sociais (as leis humanas), mas às “leis naturais” do mercado.

⁸³ Cf. Grendi, *Forme di mercato: l'analisi storica*, cit. p. 262-263.

⁸⁴ Cf. Grendi, E. *Recensione: Karl Polanyi ...*, cit. p. 632.

Esse par de conceitos (*embedded/disembedded*⁸⁵), utilizados para “classificar” as economias, apesar da sua “cruza terminológica”, iluminavam – no julgamento de Grendi – aspectos fundamentais da organização social das sociedades pré-industriais, que eram o interesse principal de sua leitura de Polanyi. Em primeiro lugar, se as relações econômicas não eram comandadas pelo princípio da maximização, era preciso se interrogar sobre os parâmetros que dirigiam as relações econômicas destas sociedades.

“A idéia de uma sociedade econômica diversa implicava portanto em movimentos de bens e serviços também como mercadorias, mas não a mercantilização de terra, trabalho e moeda, de modo que a integração desta sociedade deveria ser baseada sobre princípios, instituições e motivações de caráter social diversos (economia *embedded*). A especificidade do sistema sócio-econômico é considerada assim em termos de trocas integrativas, e portanto de um tecido de relações regulares governadas por um princípio. Estes princípios, dados como complementares/alternativos, são a reciprocidade, a redistribuição, a unidade doméstica, o mercado.”⁸⁶

A análise das sociedades não-capitalistas produzia assim novas categorias de análise: reciprocidade e redistribuição eram conceitos que iluminavam a compreensão da lógica das trocas econômicas em sociedades que não eram governadas pela lógica do mercado. Segundo o juízo de Grendi, a abordagem substantivista de Polanyi fundava deste modo os comportamentos econômicos sobre as “interações ou relações sociais”:

“E, deste ponto de vista, lhe interessavam sobretudo aqueles fenômenos econômicos que fundam a integração da sociedade, ou seja, o fluxo dos bens, trocas, aqueles fluxos que estão de modo paralelo no centro da atenção dos economistas voltados a definir o modelo de equilíbrio. Redefinir o caráter social dos fluxos, requalificar e distinguir os bens interessados, relativizar o sentido e o alcance daquelas operações: esta é proposta e a exegese de Polanyi contra a pretensa universalidade do modelo e das proposições dos neo-clássicos.”⁸⁷

A perspectiva “comparativista” de Polanyi se voltava antes de tudo para as formas econômicas (trocas, fluxos de bens) e enfatizava as características “integrativas” que estas apresentavam. Mas Polanyi também acabava por sobrevalorizar, na avaliação de Grendi, os caracteres de estabilidade das sociedades estudadas, deixando de lado elementos

⁸⁵ Grendi não traduz estas expressões nos seus textos. Eu, por outro lado, decidi pela tradução, (assumidamente desajeitada): encapsulada/desencapsulada.

⁸⁶ PM, p. 22.

⁸⁷ PM, p. 55.

importantes de análise, como as assimetrias e desequilíbrios que estavam presentes nos sistemas⁸⁸. Reconhecidos os limites das análises do pensador húngaro, o tributo pago por ele aos modelos estrutural-funcionalistas, restava levar adiante os caminhos originais que apontava, buscando na antropologia outros instrumentos e perspectivas que Polanyi não quis, ou não conseguiu, incorporar nas suas investigações.

O sentido da “troca”, no âmbito da antropologia, era central na análise da estruturação da sociedade. A interação entre as pessoas poderia ser lida em termos de trocas: “troca de bens, materiais e imateriais, isto é, como transação”⁸⁹. Se a estrutura social se constrói sobre a regularidade das relações sociais (e portanto sobre a interação entre indivíduos e grupos) a análise micro-sociológica destas relações é a contribuição principal da abordagem antropológica⁹⁰.

Também da antropologia vinha a idéia de pensar a história social das sociedades camponesas de Antigo Regime a partir do nexos família/comunidade. Uma sugestão derivada tanto dos estudos antropológicos de campo sobre as sociedades “primitivas”, quanto pelos estudos de sociologia rural (“antropologia das sociedades complexas”)⁹¹. Os estudos sobre os ciclos familiares e o “modo de produção camponês” localizavam a

⁸⁸ Um exemplo disto que, segundo Grendi, era um dos limites importantes do trabalho de Polanyi, se encontrava no fato de que o pensador húngaro – pensando a economia apenas do ponto-de-vista da troca-integração – não dava o devido peso a questões centrais da economia das sociedades estudadas, como o tema da “alocação de recursos” (produção-acumulação), temas que eram, por outro lado, centrais nas análises marxistas e da economia clássica, e que permitiriam dar maior peso aos elementos de instabilidade e de desequilíbrio dos sistemas. Na leitura que Grendi propõe para o último trabalho de Polanyi, *Dahomey and the Slave Trade*, isso fica bastante evidente: ver PM, pp. 42-55.

⁸⁹ PM, p. 61. Grifo meu. Uma perspectiva que Grendi ligava à G. C. Homans e à M. Mauss (Id. Ibid).

⁹⁰ Segundo Raymond Firth: “(...) a contribuição do antropólogo se funda essencialmente sobre o fôlego da sua investigação social, sobre a sua técnica de trabalho de campo e sobre o detalhe analítico das suas observações: aquilo que pode ser definido como micro-sociologia”, In Firth, R. *Primitive Polynesian Economy*, New York: Routledge & Kegan, 1965, *apud*, PM, pp. 91-92.

⁹¹ Raymond Firth falava, sobre Tikopia, em uma *kinship economy* (em *Primitive Polynesian Economy*, 1965, *apud*, PM, p. 65); Marshal Sahlins, por outro lado, em *Stone Age Economics* (Tavistock: London, 1974), desenvolveu uma reflexão sobre o “modo de produção doméstico” (MPD), um “tipo ideal” que era inspirado entre outras coisas no modelo de Chayanov sobre a fazenda camponesa, que considera que “nas sociedades primitivas, a produção é instituída por grupos domésticos, estes ordinariamente constituídos por famílias de um tipo ou de outro”, Cf. PM, p. 76. A referência à “antropologia das sociedades complexas” dirigia-se não apenas aos estudos monográficos de George Foster e Eric Wolf sobre povoados

família no centro da economia das sociedades camponesas. A unidade doméstica, considerada nos seus papéis complementares de reprodução, produção e consumo, tinha um lugar fundamental na estruturação social das comunidades. Na análise de Grendi, a família constituía assim – tanto na antropologia quanto na história social das sociedades camponesas – o ponto de partida mais evidente, fornecendo também um espaço social concreto e definido para a análise.

A partir do início dos anos setenta, o estudo histórico das famílias havia começado a se consolidar como campo fértil de análise. A mediação evidente da demografia histórica era acrescida, igualmente, pela inspiração antropológica. Outros historiadores – como Natalie Z. Davis, Philippe Ariès ou John Bossy – haviam tratado problemas relacionados à família (incluída a relação entre os sexos), sob um ponto-de-vista que Grendi qualificava como “culturalista”: mais atento ao “tempo longo das transformações culturais”, com uma abordagem também inspirada na antropologia, mas sem assumir o caráter “holístico” e analiticamente circunstanciado da antropologia social⁹². E era esta que, por outro lado, caracterizava a abordagem proposta por Grendi, onde a análise da família fazia sentido apenas na medida em que não era considerada isoladamente, mas de modo integrado com o conjunto das relações sociais⁹³.

Em economias encapsuladas (*embedded*), como eram aquelas das sociedades européias de *Ancien Régime*, e onde o papel integrativo chave exercido pela distribuição e pela troca passava necessariamente pela relação entre as famílias e a comunidade, a

camponeses na América Central, mas também aos trabalhos de antropologia social na África pós-colonial (Fredrik Barth é um exemplo).

⁹² Grendi afirmava, no entanto, não usar a expressão “culturalista” com um sentido “derrogatório” (PM, p. 119). É interessante lembrar que em 1976, Grendi resenhou *Society and Culture in Early Modern France* de Natalie Davis (Stanford University Press, 1975), considerando-o uma “obra-prima da historiografia contemporânea”, Cf. Grendi, E. *Recensione: N. Zemon Davis, “Society and culture in early modern France”*, RSI, vol. LXXXVIII (1), marzo, 1976, p. 174.

⁹³ “Se para nós interessa um plano de análise correspondente àquele da perspectiva antropológica, a reconstrução da estrutura das relações sociais, é claro que esta operação pode ser conduzida apenas em um nível microanalítico onde o isolamento da família não tem sentido. E, constatado o hiato entre o tempo cíclico da reprodução e o tempo histórico da mudança, consideremos que mesmo este último problema, essencial a uma perspectiva histórica, possa ser colocado apenas no nível antes dito, evidentemente impensável por sua vez no quadro de uma realidade social isolada.”, PM, p. 119.

orientação da análise parecia para Grendi bastante evidente: “desde o ‘micro’ da unidade doméstica ao ‘macro’ da sociedade mais ampla, através da comunidade entendida como forma de agregação sócio-espacial intermediária, assimilável a modelos morfológicos diversos”⁹⁴.

Na microanálise proposta por Grendi, espaço e escala eram temas de fundamental importância. Da família à comunidade e desta às formas agregativas mais amplas. A interrogação sobre as “formas de integração” entre as diferentes esferas torna-se central na análise. As relações entre as unidades produtivas ligavam-se às trocas e aos fluxos de bens dentro da comunidade: trocas verticais e horizontais, interações que “exprimiam fundamentalmente uma série de relações interpessoais mais ou menos institucionalizadas” e que poderiam, portanto, ser cartografadas⁹⁵.

“A antropologia econômica nos orienta em direção de uma perspectiva que coloca em foco de modo crucial as relações interpessoais, e é óbvio que a escolha microanalítica nasce desta exigência. Os estudos sobre comunidades camponesas nos oferecem exemplos e ilustrações dos modos pelos quais estas relações podem ser documentadas e reconstruídas como estruturas e comportamentos: enquanto isso, se alarga o campo das nossas atenções, conforme a perspectiva etnológica assumida. Com as exemplificações dos estudos sobre o mercado, terreno mais rico do que aquele das integrações administrativas estatais, introduzimos o princípio fundamental de que a história de uma comunidade não pode ser explicada sem transcendê-la, desenvolvendo assim a problemática das suas relações de mediação com a sociedade mais ampla, isto é a unidade simbiótica: mesmo elas, estas relações, tematizadas como conexões pessoais, de grupos sociais.”⁹⁶

Se as relações econômicas são integrativas, ligando a economia doméstica à economia da comunidade e a partir daí à instâncias mais amplas e à sociedade global, é possível cartografar estas formas e os seus protagonistas. Não por acaso a ênfase sobre os “mediadores” (*brokers*) que funcionavam antes de tudo, como conexões (mediações culturais e mediações econômicas) entre a sociedade local e a sociedade global e que eram

⁹⁴ PM, pp. 95. Grifo meu.

⁹⁵ PM, p. 122.

⁹⁶ PM, p. 165.

indivíduos ou grupos sociais perfeitamente identificáveis na sociedade⁹⁷. Pensar as formas de integração significava portanto pensar a forma pela qual se trama o tecido social. A antropologia havia tematizado isto através da metáfora da “rede social”, que fornecia uma imagem ao mesmo tempo coerente e manejável desse tecido⁹⁸.

As relações econômicas e sociais poderiam ser pensadas sempre como relações interpessoais; do ponto-de-vista da história social, o caminho da microanálise destas relações para compreender a estruturação real da sociedade e suas formas de integração era inteiramente coerente com essa constatação geral. Não se tratava, na opinião de Grendi, de partir dos grupos e comunidades isoladas, mas de tentar recuperar a espessura da sociedade através do estudo dos agrupamentos que a constituem.

“Aquilo que normalmente se objeta à microanálise histórica é que não se pode explicar o comportamento do grupo isolando-o. Recordo que a instância da microanálise parte exatamente da tendência triunfante de explicar o comportamento dos grupos sociais, ignorando-os. A hipótese alternativa é aquela de uma reconstrução das configurações da sociedade como um todo a partir do grupo-comunidade, isto é, a partir da reconstrução analítica de experiências coletivas: os próprios mediadores se configuram como grupo social e, sob o perfil politológico, a classe dirigente se apresenta como composição e decomposição dos grupos.”⁹⁹

O interesse principal de Grendi permanecia sendo o da transformação social, não apenas a compreensão de como se estrutura a sociedade, mas também os processos

⁹⁷ O conceito de “*brokerage*” teve uma certa fortuna na antropologia social e política que estudava os grupos sociais que apresentavam “uma sorte de ‘rosto de Jano’, uma face voltada para o interno, isto é em direção da comunidade, e a outra voltada ao externo”, Cf. PM, pp. 128-129. Grendi discute com mais cuidado este tema na introdução ao livro de Gabriella Gribaudi sobre a função de mediação exercida pelo partido Democrata-Cristão no *Mezzogiorno* do pós-guerra: Gribaudi, G. *Mediatori. Antropologia del potere democristiano nel Mezzogiorno*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1980 (a nota introdutiva de Grendi está nas páginas 13-18).

⁹⁸ Partindo de *ego* e tecendo em torno dele uma malha de “relações interpessoais socialmente significantes” que poderiam ser observadas dentro ou fora das instituições (PM, p. 123). A referência era à *network analysis*, que havia sido tematizada por alguns antropólogos que estudavam a África urbana a partir dos anos sessenta (ver Mitchell, J. Clyde, *The concept and use of social networks*, In Mitchell, J.C., org. *Social Networks in Urban Situations*, Manchester: Manchester University Press, 1969). Os temas do *brokerage* e da *network analysis* são muito ligados; um exemplo disto está em Blok, Anton, *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960. A study of violent peasant entrepreneurs*, (1974), Waveland Press, 1988 (a edição italiana é de 1986, na coleção *Microstorie*).

⁹⁹ Cf. Grendi, E. *Paradossi della storia contemporanea*, In Aa. Vv. *Dieci interventi sulla storia sociale*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1981, p. 73.

através dos quais ela muda. Este interesse estava na origem do interesse de Grendi pela “análise processual”. A proposta de Fredrik Barth de pensar as formas da sociedade através dos processos que as geram e, a partir disto, construir modelos “generativos” que dessem conta de compreender e descrever estes processos, é um exemplo claro desta perspectiva¹⁰⁰. Para Barth, o comportamento médio, costumeiro, que podemos encontrar na sociedade resulta da interação das diferentes escolhas individuais, condicionadas pelas situações, mas antes de tudo impossíveis de serem previstas segundo um modelo pré-estabelecido de conduta. O “individualismo metodológico” das análises de Barth propunha uma forma de compreender também a mudança: se a estabilidade da sociedade podia ser compreendida a partir da regularidade dos comportamentos dos indivíduos, o comportamento desviante tinha um papel claro de propor inovações que abriam possibilidades de mudança social, bloqueando ou canalizando tensões latentes ou explícitas no interior da comunidade¹⁰¹. O problema da mudança social era abordado portanto não a partir do seu quadro estrutural, mas a partir de “análises circunstanciadas do funcionamento e da mudança de um quadro social singular”, isto é, a sobre contextos sócio-espaciais definidos, recuperando a contextualidade das relações interpessoais¹⁰².

No julgamento de Grendi, a analogia entre a microanálise histórica e a pesquisa se campo era central na realização prática desta proposta. É possível se estabelecer uma ponte entre a lógica da pesquisa de campo e a cartografia da documentação. Como o *fieldwork* – a verificação direta, *in loco* do quotidiano e das relações correntes em uma dada

¹⁰⁰ Falando sobre os modelos “generativos” e de suas diferenças com relação aos modelos estrutural-funcionalistas da antropologia social Barth afirmava (na introdução de Barth, F. **Models of Social Organisation**, Royal Anthropological Institute Occasional Paper n. 23, 1966.): “O tipo de modelos que eu discuto aqui são de um tipo diferente. Eles não são projetados para serem homólogos às realidades sociais observadas; o invés disso, eles são projetados de modo que possam, através de operações específicas, gerar tais regularidades e formas. Eles devem ser constituídos de um número limitado de partes claramente abstraídas, a magnitude ou constelação das quais podem variar, de modo que um modelo pode fazer produzir um número de formas diferentes. Assim, através de uma série de operações lógicas, formas podem ser geradas; estas formas podem ser comparadas com as formas empíricas dos sistemas sociais, e onde há correspondência nas características formais entre ambas, a forma empírica pode então ser caracterizada como uma constelação particular das variáveis do modelo”, p. v.

¹⁰¹ AE, pp. liii-liv.

¹⁰² PM, p. 137.

comunidade – é vedado aos historiadores da Europa camponesa da Idade Moderna, a idéia é transferir a sua lógica “holística” para o universo de fontes disponível: daí o sentido de cruzar sistematicamente a documentação que testemunhava indiretamente as relações sociais e as transações nestas sociedades – as fontes da demografia e da economia, como registros paroquiais, atos notários, cadastros, censos, processos jurídicos, etc.. Documentos indiretos, como se disse, e muitas vezes excepcionais, mas mesmo esta excepcionalidade deveria ser colocada a serviço da compreensão do cotidiano “normal” das relações correntes¹⁰³. No julgamento de Grendi, o levantamento e cruzamento sistemático destes registros em um espaço delimitável de interrelações sociais – uma comunidade ou povoado – permitiria, analogicamente, um acesso tão eficaz e uma possibilidade de análise tão concreta quanto aquela permitida pela antropologia em seus estudos.

Eis portanto o percurso proposto por Grendi: da antropologia econômica à microanálise histórica. Antes de tudo uma analogia de procedimento¹⁰⁴ – o *fieldwork* como abordagem holística/total das relações sociais de uma comunidade, pensado através das possibilidades e limites da análise documental – cruzamento intensivo de fontes nominais dentro de um contexto espacial circunscrito.

“Fundamentalmente, de fato [este estudo] expressa uma proposta historiográfica realmente problemática, na medida que se trata de proposta: em uníssono com a corrente dilatação dos objetos da história; com as indicações, avançadas em várias partes e até agora pouco experimentadas, para uma prosopografia generalizada e portanto com

¹⁰³ “Caracteristicamente, o historiador trabalha sobre muitos testemunhos indiretos: nessa situação o documento excepcional pode resultar excepcionalmente ‘normal’, exatamente porque revelador.”, Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, QS, n. 35, a. XII (2) 1977, p. 512. Esse termo “excepcional-normal” teve uma fortuna inesperada em algumas discussões sobre a *microstoria*, especialmente em ligação com a discussão de Ginzburg sobre o “paradigma indiciário” (do qual parece ser um corolário). Mas é preciso notar que essa fortuna é desproporcional ao lugar que teve nos trabalhos e discussões de Grendi, bem como em suas formulações sobre a microanálise: a referência ao documento excepcional diz respeito à idéia de que um comportamento generalizado e considerado inteiramente normal, muitas vezes não é documentado exatamente por sua condição de “normalidade”: um documento que o registre acabaria por ter um caráter “excepcional-normal”.

¹⁰⁴ “Para os fins do nosso discurso, permanece de todo modo este ponto de uma teoria da troca que corresponde à aproximação total da antropologia: uma mesma definição formal que vale para compreender todas as formas de interação social. Mas a referência de escala do trabalho antropológico é caracteristicamente micro-analítica e tal escolha, não casual, descende da lógica operativa do trabalho de campo.” PM, pp. 8-9, grifo meu.

as exigências de uma história a partir de baixo; com as ilustrações antropológicas de **uma abordagem totalizante a uma sociedade em escala reduzida**; com a problemática correlativa de **reconstruir contextualmente os processos de mudança social**.¹⁰⁵

Daí o sentido daquela “passagem analítica do conceito de classe ao conceito de grupo social” de que falava Grendi em *Microanalisi e storia sociale*¹⁰⁶: enquanto o primeiro termo, na opinião de Grendi, supunha as relações interpessoais sem de fato analisá-las, o segundo permitiria enfrentar de modo mais realista o sentido das solidariedades e das interações que fundam o movimento político e, portanto, estão na origem das transformações sociais, a partir precisamente da análise das interações e interrelações que formam a base a mudança¹⁰⁷.

4. Microstoria contra o senso-comum historiográfico.

A proposta de Grendi de pensar a história social a partir da microanálise das interrelações sociais estava na origem de algumas polêmicas importantes sobre as quais falei, em parte, na primeira parte deste trabalho. Uma destas polêmicas, talvez a mais significativa delas, foi desencadeada por um outro artigo de Grendi publicado nos *Quaderni Storici*. Era uma discussão sobre a relação entre historiografia e didática da história, que havia sido antes apresentada como uma comunicação em um seminário para professores de história em 1979¹⁰⁸. Nele, Grendi criticava diretamente aquilo chamava então o “senso-comum historiográfico” que dirigia as publicações voltadas para o ensino

¹⁰⁵ PM, p. 164. Grifo meu.

¹⁰⁶ Cf. Grendi, E. *Microanalisi e storia sociale*, p. 507.

¹⁰⁷ “Formalmente, temos sempre relações entre pessoas para reconstruir, em sentido vertical e horizontal, que equivale a uma análise dinâmica da estrutura social. Antes que uma teoria geral das classes sociais, o historiador deve verificar uma teoria dos grupos sociais.” Cf. Grendi, E. *Paradossi della storia contemporanea*, p. 72.

¹⁰⁸ Um tema que já havia interessado antes a Grendi em uma discussão com Pasquale Villani sobre os manuais de história usados no ensino médio, publicada alguns anos antes: *Testi commestibili, o meno*, QS, n. 33, a. XI (3), 1976, pp. 1195-1206. Alguns dos temas tratados a seguir foram também antecipados por Grendi em *In Italia, invece, sono tutti maiuscoli*, L'Espresso, 05/08/1979, pp. 45-49.

da história. Este “senso-comum”, de acordo com o argumento deliberadamente provocatório de Grendi, nada mais era do que a própria didática da história tal como aparecia nos livros dedicados ao ensino. As “escolhas básicas” que orientavam a sua construção (seleção de temas, organização de relevâncias, hipótese de construção temporal) respondiam a uma teleologia que colocava o “desenvolvimento civil” como eixo central que dava sentido ao “caminho” da história (concepção comum, de acordo com Grendi, aos paradigmas ideológicos “liberal, marxista ou social-democrata”):

“A ideologia sistematicamente projetou sobre o curso histórico a própria lógica de racionalidade. Emergiu daí uma teleologia seletiva e rígida, incapaz de dar conta de qualquer dos traumas da nossa experiência coletiva: da destruição da natureza assim como da patologia urbana, da tortura como do genocídio, da arregimentação da sociedade como da esclerotização do saber, da subalternidade da mulher como da desigualdade da fortuna dos povos: em suma, todas aquelas questões que representam os pontos quentes da consciência difícil da nossa época, as ocasiões recentes de agregação do protesto, as únicas de real emoção política coletiva. A mensagem do senso-comum historiográfico é, ao contrário, a de uma civilização conquistadora e liberatória (...). [A] idéia subjacente é aquela da ascensão da racionalidade, nos campos da cultura, da vida econômica, da administração, etc. uma ascensão de relevância mundial que não pode não identificar-se realmente com a apologia das atuais assimetrias políticas e econômicas do mundo.”¹⁰⁹

A questão colocada no centro da argumentação era o etno-centrismo que – de acordo com ele – guiava a construção da lógica (teleológica) e a narrativa do processo histórico. Euro-cêntrica em primeiro lugar, apologética, glorificadora do resultado final considerado como produto acabado e necessário de um processo internamente coerente e unidirecional. E, portanto, conservador na medida em que naturaliza as diferenças e “assimetrias” que caracterizam a sociedade contemporânea. Colocar isso em questão significaria, na prática, contestar em primeiro lugar a hierarquia de relevâncias (expor, “documentar” o seu “unilateralismo”¹¹⁰) que era aquela corrente em grande parte da historiografia italiana (e não apenas dela).

Esta é em primeiro lugar uma discussão sobre a didática da história, mas as reflexões de Grendi podem ser consideradas a partir das suas consequências e

¹⁰⁹ Cf. Grendi, E. *Dal senso comune storiografico*, QS, 41, a. XIV (2), 1979, p. 699.

¹¹⁰ Ibid. p. 700

desenvolvimentos naquilo que diz respeito à própria concepção da disciplina como um todo.

Nesse sentido, a crítica de Grendi era também no fundo uma crítica ao historicismo entranhado a fundo na cultura italiana (Croce é o seu exemplo mais bem acabado e influente). A historiografia ético-política, mas também o historicismo marxista eram os alvos principais: “Substancialmente, é o historicismo que parece inconciliável com a didática da história, o historicismo seletivo e teleológico contraditório com a historicidade das experiências”¹¹¹

O anti-determinismo que caracterizava a sua intervenção era acrescentado de críticas a outras características do senso-comum historiográfico, em especial o “uso mágico” das categorias que participam do universo retórico da didática histórica – mas que são também conceitos importantes nas mãos dos pesquisadores. Grendi retomava nesta crítica – dirigida desta vez à relação entre didática e historiografia – aquelas questões que eram centrais nas suas formulações anteriores.

“Tomemos o exemplo da ação social, e portanto das insurreições/revoluções. Apenas as segundas adquirem cidadania no universo retórico da didática histórica: carregadas de significados que não tem, celebradas como novidades absolutas, reviravoltas decisivas, etc., segundo a comum exigência de identificar os eixos temporais. As primeiras, isto é, as insurreições, parecem pouco mais do que incidentes, impulsos cegos e sem saída, dificilmente recordados. Nenhuma suspeita de que se possa colocar uma dimensão crítico-interpretativa análoga, um plano analítico comum, que a ação social possa reentrar dentro de um complexo modelo crítico que conjugue conjunturas econômicas e comportamentos coletivos. O que impõe a necessidade de colocar em relevo a cada vez o específico/diverso: a investigação ao mesmo tempo das estruturas e da tradição popular, renovada para a ocasião nas suas dimensões rituais e simbólicas, com a possibilidade de propostas comparativas esclarecedoras. Isto é, um conjunto infinitamente mais rico, não resolvível na categoria multi-resolutiva da luta de classe ou na de hegemonia.”¹¹²

Grendi articulava algumas direções para sair desta que era, no seu julgamento, uma armadilha teórica e política, propondo estabelecer na didática um nexos entre as experiências comuns e quotidianas dos alunos e o ensino. De todo modo, o próprio Grendi reconhecia o radicalismo polêmico das propostas por ele avançadas,

¹¹¹ Cf. Grendi, E. *Dal senso comune storiografico*, QS, 41, a. XIV (2), 1979, p. 703.

voluntariamente tão provocadoras quanto precárias. A constatação da falência da didática baseada no “senso-comum historiográfico” permanece de todo modo como o ponto mais interessante do artigo e o que mais permite pensar sobre a proposta de Grendi para a *microstoria*.

Publicado na revista, *Del senso comune storiografico* era uma provocação, que de fato gerou um debate bastante intenso que se estenderia por vários números¹¹³. Um resultado nada insignificante desta polêmica encontra-se no dissenso de Sergio Anselmi, já tratado anteriormente, que resultou na sua saída da revista e a mudança do seu estatuto civil¹¹⁴. A crítica de Sergio Anselmi é aquela que coloca em cena o argumento que expõe de modo mais claro o dissenso que as propostas da *microstoria* provocavam em grande parte da historiografia italiana, mesmo aquela crítica e anti-dogmática da qual Anselmi era um exemplo. O perigo era colocar o “micro” no lugar do “macro”, substituir uma metafísica por outra¹¹⁵. As críticas a Grendi não partiram, naturalmente, apenas de Anselmi. A

¹¹² Cf. Grendi, E. *Da' senso comune storiografico*, cit., pp. 700-701.

¹¹³ A polêmica nasce no número 41 dos QS, com o artigo de Grendi, já citado, *Dal senso comune storiografico*; no mesmo número são publicados os artigos críticos de C. Costantini (*Quel minimo di accordo necessario per fare scuola*, pp.) e de Sergio Anselmi (*Riviera storica e didattica: da una metafisica all'altra*, pp.). No número seguinte QS n. 42, Alberto Caracciolo (*L' "homo faber" e il suo rovescio*, pp. 1134-1144) faz uma intervenção positivamente favorável a Grendi, acompanhada de um modo menos amigável por Pasquale Villani (*Senso comune e senso della storia*, pp. 1144-1151). Em QS n. 43 (1980) são publicados mais dois comentários: Macry, P. *La didattica della storia. il leone e la verde età* e Mattozzi, I. *Per una nuova storia materia*; no mesmo ano saem ainda dois artigos (ambos em QS n. 45): Artifoni, E. & Sergi, G. *Microstoria e indizi, senza esclusioni e senza illusioni* e Nenci, Giacomina, *Tra χρόνος e τέλος*. Em QS n. 46 (1981) há mais um artigo comentando a polêmica (Pitocco, Francesco, *Didattica della storia e storiografia*) e a réplica conclusiva (não houve resposta) de Grendi a todo o debate: *Lo storico e la didattica inconsciente (replica a una discussione)*.

¹¹⁴ Em um momento da polêmica, segundo Grendi, Anselmi teria comparado a *microstoria* – lida, de todo modo, através desta proposta de Grendi – com *le brigate rosse della storiografia* (fazendo uma referência ao grupo terrorista de esquerda ativo na Itália nos anos setenta e oitenta), Cf. comunicação eletrônica cit. nota 2.

¹¹⁵ Sergio Anselmi faz talvez a crítica mais contundente (e em muitos pontos, bastante lúcida) às propostas “didáticas” de Grendi em um artigo no mesmo número dos QS: “É árduo para qualquer consciência laica aceitar um discurso que parta de afirmações apodíticas e infira depois a partir delas, por necessidade lógica, outras proposições e chega, enfim, a propor como inconsistente (porque privada de inteligência) qualquer alternativa à evidência e as suas implicações. (...) Não quero aceitar até o fim a ‘provocação’, que constringe quem não está de acordo, ou é parcialmente, a mover-se sobre o terreno escolhido pelo proponente, mas sou levado, como laico (que jamais conheceu dogmatismos, crises, apostasias, conversões, não tendo abandonado a irresolução), a acenar o fato de que a via tomada por Grendi e por outros que como ele se movem – não pelos ‘Quaderni Storici’ em si – é de certo modo curiosa, porque ainda que colocando em discussão coisas sérias e produzindo pesquisas estimulantes, lança ingenuidades de

acusação de querer “jogar a criança fora junto com a água suja da banheira”¹¹⁶ traduzia o ânimo geral de muitas das intervenções, mesmo aquelas que concordavam substancialmente com o seu diagnóstico.

As discussões propostas tinham no entanto uma forte coerência com a trajetória intelectual de Grendi¹¹⁷. A fragmentação da pesquisa histórica, fruto da abertura aos contatos interdisciplinares (a economia e a sociologia ontem, a antropologia hoje) era reivindicada por Grendi como um autêntico avanço, antes de tudo porque era a “reivindicação de todas as relevâncias e a recusa implícita em colocar-lhes hierarquia”¹¹⁸. A “improvável síntese unitária” que permitiria colocar todos os diversos temas e novos campos de pesquisa sob uma lógica comum e globalizadora era considerada pouco provável (e provavelmente pouco desejável) por Grendi.

“Mas são com efeito os silêncios da historiografia a serem passo a passo superados e do lado do público se reconstrói, para usar uma distinção banal mas muito usada hoje, o privado; ao lado do excepcional, o quotidiano, o vivido; ao lado da ação, o mental, ou a mentalidade e o sentimento. E com isso explode o tradicional esquema de uma hierarquia das relevâncias já colocado como fundamento da reconstrução do caminho humano, colocando-se criticamente o problema da circularidade das experiências e enfatizando-se os mecanismos da mudança e da inovação: problemas até aqui deixados de lado ou não resolvidos porque confiados aos esquemas mágicos da dialética das contradições ou do nexos estrutura-superestrutura, que é um típico exemplo de hierarquia da relevâncias. A temporalidade, a diacronia da história foram até agora simplesmente postulados, a mudança, as transformações dadas como descontadas, considerando que fosse suficiente indicar o motor da história.”¹¹⁹

Na réplica (única) ao longo debate que aquela primeira intervenção produziu, Grendi esclarecia alguns dos temas que haviam sido colocados inicialmente em termos “polêmicos”. Em primeiro lugar, a questão central estava na oposição entre senso-comum historiográfico (indicando o paradigma teleológico que marcava os livros didáticos de

tipo sessenta-e-oitescas e filosofias do ‘começar do zero’ (...) que, consideradas como paradoxo, tornam-se – se levadas a sério – fugas para diante com respeito ao difícil trabalho sobre aquilo que está consolidado para modificá-lo.”, Cf. Anselmi, S. *Ricerca storica e didattica: da una metafisica all'altra*, QS n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 711-12.

¹¹⁶ Costantini, C. *Quel minimo di accordo necessario per fare scuola*, QS n. 41, a. XIV (2), 1979, p. 709.

¹¹⁷ Como reconhece Caracciolo em *L' homo faber' e il suo rovescio*, QS 42, pp. 1135-6.

¹¹⁸ Cf. Grendi, E. *Dal senso comune storiografico*, cit. p. 703.

história, os manuais) e a historiografia crítica (a pesquisa histórica voltada a discutir novos problemas e novas perspectivas, dentro da qual, mas não exclusivamente, a *microstoria* se encontrava), “termos provisórios, aptos a sublinhar a *décalage* entre a historiografia mais original e o manual, a primeira suscetível talvez a uma elaboração histórico-instrumental mais adequada às exigências da comunicação”¹²⁰

Em termos claros, o que se estava colocando em xeque era exatamente aquela tradição ético-política e historicista que mantinha-se como marco indelével da cultura histórica italiana: as historiografias católica, liberal, liberista ou marxista, que respondiam de muitos modos à longa tradição do idealismo e/ou do *crocianesimo*. Não há como separar estas três frentes em que a proposta micro-analítica, tal como Grendi a concebia e polemizava: o anti-historicismo, a referência direta às ciências sociais e a fragmentação da pesquisa histórica (com a consequente multiplicação das relevâncias). São todas questões que batem diretamente no paradigma ético-político: a recusa de ver a história através de um sentido lógico e unificador (a liberdade abstrata encarnada no destino da nação de Croce, ou a classe operária, que encarna os ideais da Revolução).

Marcando a necessidade de não coincidir a sua intervenção sobre a didática com uma afirmação da microanálise (que nem havia sido nominada no texto), Grendi dava alguns elementos para entender a sua própria concepção do que ela seria:

“Mas a proposta microanalítica se propõe alguns objetivos específicos: 1) a escolha da escala se dá em função da exploração sistemática do retículo de relações interpessoais em uma comunidade ou em um grupo social, como dizer a matéria-prima da abstração cognitiva, segundo uma instância portanto caracteristicamente indutiva; 2) a verificação das categorias comuns da interpretação histórica (ex.: classe, estado, mercado) e a sua substituição ou integração com outras, analiticamente mais úteis; 3) a explicação da mudança social que a historiografia corrente postula simplesmente como ‘sequência ordenada de eventos’ sobre a base de um *ersatz* meramente asserido e estruturado apenas a partir de análises pós-factuais; 4) a mediação entre comunidade e sociedade mais ampla, fundamental para o inventário dos papéis, o diagnóstico das assimetrias e da mudança. A hipótese de fato é aquela de reconstruir o espaço social relevante como um todo, através dos conceitos de escala, de limiar, de configuração, etc.”¹²¹

¹¹⁹ Cf. Grendi, E. *Dal senso comune storiografico*, cit. p. 703.

¹²⁰ Cf. Grendi, E. *Lo storico e la didattica inconsciente (replica a una discussione)*, QS, n. 46, a. XVI (1), 1981, p.339.

¹²¹ Ibid. p.342.

Antes de concluir este estudo da trajetória de Grendi, gostaria de expor alguns dos limites auto-impostos pelas minhas escolhas iniciais. Como dizia no início deste capítulo, minha intenção era discutir o percurso de pesquisa do historiador genovês a partir do problema inicial de recompor o sentido de sua contribuição para os fundamentos do debate em torno da *microstoria*. Fazendo isso, eu recortei e priorizei sistematicamente um aspecto da sua pesquisa, deixando de lado outros caminhos que julguei menos relevantes (ou menos reveladores) para os nexos que me dispus a iluminar. Dito isso, gostaria de me deter rapidamente sobre alguns dos aspectos desta outra vertente de pesquisa de Grendi, que é a história de Gênova e do território da Liguria.

Este é um tema presente em suas investigações desde os anos sessenta¹²², que acompanhou suas pesquisas sobre o movimento operário inglês e que se tornou, a partir de meados da década de setenta, seu principal interesse de pesquisa. Grande parte destes trabalhos – como Grendi considerou na ocasião em que publicou uma coletânea onde reunia alguns dos seus trabalhos mais importantes sobre o tema – eram menos o resultado da aplicação de suas preocupações teórico-metodológicas do que da sua “frequência quotidiana do Arquivo”, isto é, do interesse pela pesquisa e pelas “descobertas sugestivas” que ela permitia produzir¹²³.

O tema da história moderna da República de Gênova, que ocupou a atenção de Grendi, era de resto clássico da “macro-história”: Braudel em especial havia recolocado Gênova dentro do amplo quadro da economia e dos movimentos do Mediterrâneo a partir dos séculos XVI-XVII. Estas eram influências importantes para Grendi, que havia discutido o tema a partir da história econômica e política. Mas aqueles ensaios também se

¹²² As primeiras referências que encontrei datam de 1965-66: *Le compagnie del SS. Sacramento di Genova*, *Annali della Facoltà di Giurisprudenza di Genova*, 1965, n. 2 (citado em Grendi, E. *La repubblica aristocratica dei genovesi*, Bologna: Il mulino, 1987, p. 10); e *Confraternita e mestieri nella Genova Settecentesca*, *Miscellanea di storia ligure*, IV, Genova: Università di Genova, 1966, pp. 237-265.

¹²³ Cf. Grendi, E., *Prefazione* a *La repubblica aristocratica dei genovesi*, cit. p. 8. Sobre a relação de Grendi com a pesquisa arquivística, Osvaldo Raggio comentava: “Na base da produção científica de Edoardo Grendi esteve a frequentação de mais de trinta anos ao *Archivio di Stato di Genova*, do qual Grendi poderia ter feito um guia extremamente original”, Cf. Raggio, O. *Per Edoardo Grendi (1932-1999)*, il secolo XIX, maggio, 1999.

moviam “entre a história dos grupos sociais e a reconstrução serial”¹²⁴ que respondia de muitos modos às sugestões da história social que eram de resto centrais nas indagações teórico-metodológicas de Grendi.

A relação entre estas indagações e sua pesquisa sobre a sociedade genovesa e o território ligure tornou-se mais intensa já quando o debate em torno da microanálise estava de fato maduro, bem depois portanto, do momento em que os fundamentos do debate foram desenvolvidos. O exemplo mais acabado desta aproximação foi a sua longa pesquisa sobre uma comunidade pesqueira da Liguria, Cervo. Digo “longa” pesquisa porque se os seus primeiros resultados são publicados em 1978, em uma coletânea que reunia alguns trabalhos sobre a Liguria inspirados nas propostas recém desenvolvidas da microanálise¹²⁵, enquanto sua versão final seria publicada apenas em 1993, na coleção einaudiana que absorveu os títulos da recém extinta *Microstorie*¹²⁶.

É neste trabalho que reencontramos de fato aqueles temas levantados por Grendi em suas propostas de microanálise: um povoado de *Ancien Régime* em suas relações conflituais com o poder central; uma reconstrução histórico-política atenta aos aspectos regionais, à micro-conflitualidade, as assimetrias de poder e de troca que permitiam também iluminar a dinâmica econômica do povoado (onde a pesca do coral assumia um caráter equilibrador nas economias domésticas); um trabalho onde a inspiração da antropologia não aparecia apenas na atenção sobre as trocas, mas também na análise do caráter cerimonial da política e no lugar dos “mediadores” entre a periferia e o centro. Enfim, *Cervo* tematizava antes de tudo o protagonismo das comunidades na construção do modelo do Estado genovês.

Cervo é um trabalho de fato influenciado pelo debate; não apenas pelas propostas de Grendi, mas também pelo conjunto de experiências e investigações que formaram os

¹²⁴ Cf. Grendi, E., *Prefazione a La repubblica aristocratica dei genovesi*, cit. p. 8.

¹²⁵ O artigo era *Introduzione all'analisi storica delle comunità liguri: Cervo in età moderna*, *Miscellanea storica ligure*, VIII, n. 2, 1978. A coletânea, sub-titulada “Estudos de microanálise histórica” trazia colaborações de alunos de Grendi e de Giovanni Levi (como Sandra Cavallo, Osvaldo Raggio, C. Savio, e Siro Lombardini) e foi provavelmente a primeira publicação de história que fazia referência explícita ao debate.

¹²⁶ Grendi, E. *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993. Este livro é publicado na coleção *Einaudi Paperbacks*, mas trazia ainda a referência *Microstorie* na capa.

diversos caminhos tomados pela *microstoria* nos mais de quinze anos que o separam de *Microanalisi e storia sociale*. Ele é também um testemunho do fôlego e da vivacidade que as questões propostas por Grendi tiveram e ainda têm, influenciando esta experiência coletiva e heterogênea que constitui a *microstoria*.

II. Questões de escala: Giovanni Levi

Em 1991, quando da publicação de uma coletânea organizada por Peter Burke sobre as novas perspectivas da história, Giovanni Levi é convidado para escrever uma introdução à *microstoria* aos leitores ingleses. O artigo de Levi – denominado de modo deliberadamente não-diretivo “Sobre a micro-história” (*On micro-history*) – acabou por tornar-se o primeiro balanço do debate, feito por um dos seus principais colaboradores.

Este balanço – que Levi preferiu denominar de “auto-retrato” – iniciava por uma afirmação sobre o caráter experimental da *microstoria*:

“Não é por acaso que o debate sobre a micro-história não tem sido baseado em textos ou em manifestos teóricos. A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às micro-dimensões do seu objeto de estudo.”¹

Não simplesmente uma história dos objetos reduzidos mas – do ponto de vista metodológico – uma reflexão sobre os procedimentos usados pelos historiadores em suas pesquisas. Enquanto procedimento, aquilo que definiria a *microstoria* era antes de mais nada uma operação sobre o seu objeto, uma operação caracterizada pela **redução da escala de análise**.

É sem dúvida no trabalho de Levi que as possibilidades desta definição da *microstoria* são exploradas de modo mais sistemático. A construção dessa reflexão em torno da escala não é no entanto evidente por si. A forma pela qual esta se impõe nas suas pesquisas (as principais fontes que considerarei aqui) como elemento essencial está diretamente ligada à sua trajetória singular como historiador.

¹ Levi, Giovanni, *Sobre a micro-história*, In Burke, Peter, *A escrita da história. Novas perspectivas*. (tradução: Magda Lopes) São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133.

Nascido em Milão em 1939, Levi formou-se pela Universidade de Turim no início da década de 60. Foi professor junto à mesma universidade assim como, mais tarde, em Viterbo. Foi redator e co-diretor da revista *Quaderni Storici* entre 1974 e 1990, consultor da editora Rosenberg & Sellier (Turim) e diretor, juntamente com Carlo Ginzburg e Simona Cerutti, da coleção *Microstorie* (Turim: Einaudi) entre 1981 e 1991. Atualmente é professor de história econômica na Universidade de Veneza (Ca'Foscari), onde preside a Faculdade de Letras e Filosofia.

Levi passou sua infância na cidade de Turim. Vinha de uma família de intelectuais judeus, com fortes laços com a Resistência. Seu pai, o engenheiro Riccardo Levi, havia sido ligado ao grupo turinense *Giustizia e Libertà* e, portanto, a todo aquele universo heterogêneo de propostas e de engajamentos políticos que uniram durante algum tempo pessoas tão diferentes quanto Leone Ginzburg, Vittorio Foa, Norberto Bobbio e outros, e que formavam um espectro da esquerda democrática (“liberal socialista”) que se opunha ao fascismo sem no entanto aproximar-se das proposições autoritárias do comunismo soviético. Uma experiência da Resistência e do pós-guerra que seria reunida mais tarde por Riccardo em uma autobiografia². As influências deste *background* sobre as opções pessoais de Giovanni Levi podem ser intuídas pelos seus primeiros engajamentos políticos.

Levi havia cumprido o *liceo* (o ensino médio) em Gênova durante a década de 50. Retornou para Turim em 1958, “... sem motivo algum”, recorda, “talvez o único é que eu estava enamorado por uma garota, naquele tempo quase uma criança, que depois se tornou minha mulher. Talvez eu tenha feito isso também para sair de casa, e além disso porque em Turim, naqueles anos, estavam renascendo experiências políticas que eram muito atraentes para mim.”³. Um aluno pouco aplicado no *liceo*, mais interessado na política do que nas atividades regulares da escola (era, segundo ele mesmo, “o último da

² Levi, Riccardo, *Ricordi politici di un ingegnere*. Milano: Vangelista, 1981. Riccardo Levi era ligado ao grupo *Giustizia e Libertà* e deu o nome ao filho em homenagem a ele. As iniciais de Giovanni Levi (GL) são as mesmas do grupo e os seus nomes do meio são Carlo e Nello, em homenagem aos dois irmãos – Carlo e Nello Rosselli – que fundaram o grupo e foram mortos na França pelos fascistas em 1937, dois anos antes, portanto, do nascimento de Levi.

³ Cf. a entrevista que Levi concede a Guido Crainz, Gino Massullo e Giacomina Nenci, publicada em *Meridiana* (n. 10, 1990): *Il piccolo, il grande e il piccolo*, p. 212.

classe”), quando vai para Turim – onde entra na Universidade – inscreve-se também no Partido Socialista naqueles anos: uma opção orientada no sentido de uma esquerda democrática⁴.

Na Universidade, Levi foi aluno e *allievo* de Franco Venturi, Norberto Bobbio, Aldo Garosci – que haviam militado durante a Resistência no grupo *Giustizia e Libertà* e, no pós-guerra, haviam sido ligados ao *Partito d’Azione*. O quanto a influência destes professores – que é reivindicada por Levi – irá agir sobre os seus trabalhos posteriores, é difícil avaliar. Venturi, por exemplo, era um historiador que tinha tido sua formação na França dos anos trinta – para onde havia sido exilado com o pai que tinha se recusado a prestar o juramento fascista. O trabalho histórico de Venturi interrogava desde o princípio o Iluminismo francês e europeu a partir da “história das idéias”, mas em sua relação com os contextos econômico, político e cultural do século XVIII⁵. Franco Venturi era um dos animadores da *Rivista Storica Italiana* nos anos 60 e é nela que Levi publica pela primeira vez⁶. Sobre a influência de Venturi, Levi afirmava:

“Por outro lado, não acredito ter tido, jamais, uma paixão pela historiografia ético-política. Eu tive muita admiração por Franco Venturi, uma admiração cega: era a figura que tínhamos no instituto de história de Turim, isto é, era o grande historiador que tínhamos à mão; era entretanto uma relação muito conflitual. Acredito ter também uma forte ligação afetiva com Venturi, uma ligação recíproca, mas todas as vezes que nos vemos há alguma tensão. Me declaro *allievo* de Venturi mas ele, se devesse fazer o elenco dos seus *allievi*, certamente não teria jamais em mente Giovanni Levi.”⁷

Uma influência talvez mais propriamente pela estampa do professor sério e figura fascinante para um jovem historiador em formação na Universidade de Turim nos fins dos

⁴ Uma opção coerente, de resto, com a crítica ao regime autoritário soviético que era empreendida naqueles anos mesmo por muitos comunistas. O Partido Socialista havia sido o destino de muitos dos ex-militantes do *Partito d’Azione* com a dissolução deste no início da década. Com os eventos de 56 referentes ao comunismo soviético, e o “êxodo” que daí sucedeu de muitos militantes insatisfeitos do PCI, o Partido Socialista tornou-se a opção imediata também para muitos “ex-comunistas”.

⁵ Venturi nasce em Roma em 1914 e morre em Turim em 1994. Seu primeiro trabalho sai em francês em 1939 (*La jeunesse de Diderot*, que terá uma tradução italiana apenas em 1988). Seu último e mais importante trabalho foi publicado em 5 volumes entre 1969 e 1990 e intitula-se – significativamente – *Settecento riformatore* (Torino: Einaudi).

⁶ Cf. Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, cit. p. 214.

⁷ Ibid. p. 218.

anos cinquenta. Os desenvolvimentos posteriores do trabalho de Levi afastam-se muito, porém, dessas primeiras identificações da juventude. Venturi foi, duas décadas depois, um dos grandes críticos da *microstoria*, qualificada por ele de “história com aditivos”⁸. O próprio Levi reconhece, aliás, que a influência de Venturi sobre os seus interesses de estudo foram menos importantes, reconhecendo uma ligação maior com outros mestres, como Walter Maturi e Aldo Garosci⁹. De todo modo, o distanciamento da história ético-política e da história das idéias que era cultivada pelos seus “mestres” na universidade torna-se cada vez mais nítida – em parte pelo contato com as discussões marxistas¹⁰.

É Garosci que irá, junto com Siro Lombardini, orientar a *tesi di laurea* de Levi. Garosci era interessado pela história das idéias e pela história francesa; havia organizado, nos anos cinquenta, a edição italiana de *La grande peur de 1789* de Georges Lefebvre¹¹. Lombardini era, por outro lado, um historiador econômico.

O trabalho de Levi irá voltar-se para a história econômica. Defendida nos primeiros anos da década de sessenta, sua *tesi* era uma análise da economia fascista na Itália entre 1922 e 1925 (quando o ministro das finanças era Alberto De Stefani). Ainda que uma pesquisa de história econômica, o trabalho se inspirava em um artigo de Gaetano Salvemini escrito na década de 30 e que havia chegado em suas mãos na época em que Levi organizava, em Gênova, o arquivo de um dirigente anarquista italiano chamado

⁸ Citado por Carlo Ginzburg em *Microstoria: due o tre cose che sò di lei*, QS, n. 86, a. XXIX (2), 1994, p.531. Venturi criticava de resto a *microstoria* por deter-se no estudo de “crônicas de aldeia”, ao invés de estudar “as raízes de nossa vida moderna”, Cf. Venturi, F. *Lumi di Venezia*, La Stampa, Turim, 27/01/1990. Levi responde a essa crítica em *Sobre a micro-história*, cit. p. 138.

⁹ Cf. Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, p. 213.

¹⁰ Segundo a indicação do próprio Levi na comunicação eletrônica pessoal: Levi, Giovanni (levi@unive.it) “Resp. a Espada”. E-mail para Henrique Espada (espada@prodau-sc.com.br), 12/11/98.

¹¹ *La grande paura del 1789*, Torino: Einaudi, 1953 (a cura di Aldo Garosci). Em 1934 Garosci (nascido em 1907) havia escrito uma biografia do jurista e escritor político francês Jean Bodin (*Jean Bodin: politica e diritto nel rinascimento francese*, Milano: Corticelli) e mais tarde uma *Storia della Francia moderna: 1870-1946* (Torino: Einaudi, 1947). Além do interesse pela história francesa, Garosci havia tido um engajamento importante na Resistência italiana: militante de *Giustizia e Libertà*, fugiu para a França durante os anos 30, tornando-se um dos mais próximos colaboradores de Carlo Rosselli (com quem lutou na Guerra Civil Espanhola). Com a ocupação nazista de Paris, Garosci foi para os USA, onde escreveu uma biografia de Rosselli (*Vita di Carlo Rosselli*, 2 vols. Roma: Edizioni U, 1946). Em janeiro de 1944, ele desembarcou em Roma para se juntar as brigadas *partigiane* do *Partito d'Azione*. Depois de toda essa intensa atividade política, tornou-se professor de história na Universidade de Turim.

Camillo Berneri – que havia sido morto pelos stalinistas em 1937 em Barcelona – e que havia trabalhado com Salvemini. (Um detalhe interessante, na medida em que mostra o quanto as referências políticas marcavam as motivações de pesquisa de Levi). Era uma pesquisa “macro-histórica”, realizada sobre balanços e previsões, que não foi contudo levada adiante¹².

A experiência universitária (e “para-universitária”) de Turim entre os fins dos anos cinqüenta e início dos sessenta aconteceu em uma cidade que começava a viver um dos períodos mais “agitados” desde o pós-guerra. O “renascimento” que a luta sindical na Itália vivia naqueles tempos tinha seu lugar central ali, na sede da FIAT e de outras tantas importantes indústrias italianas. Levi reporta deste modo esse período:

“Sim, entre o 58 e o 63 era um período apaixonante, foi um período grandioso no sentido em que renascia a luta sindical e participar disso dava verdadeiramente a sensação de um mundo que estava se transformando. A participação, minha e dos outros estudantes do colégio universitário, era muito ingênua, ainda que discutíssemos muito. Lembro-me que todas as manhãs íamos para a frente da Lancia [fábrica de automóveis] com um cartaz que dizia ‘façam greve!’ [*scioperate!*], chegava a polícia que dispersava o grupo com empurrões, rasgava o cartaz e nos levava para a delegacia; depois nos soltava à noite. Isso era diversão única, era uma coisa de grande paixão e de grande emoção.”¹³

Turim era sem dúvida uma cidade que tinha tradição como centro de efervescência cultural e política, que se tornaria ainda mais intensa em direção do fim da década de sessenta. Não por acaso, é nesta cidade que serão iniciadas as primeiras rebeliões estudantis que iriam marcar o período de “68” (mas que se têm seus primeiros passos ali, com as invasões da universidade em 1967).

A participação de Levi em todo esse movimento no início da década é seguidamente enfatizada por ele como um elemento que contribuiu para formar algumas das suas opções posteriores. Afiliado ao PSI, Levi trabalhava como “secretário de uma grande sessão de velhos operários e de estudantes” (a seção *Matteotti*). Levi participava ainda neste mesmo período de outras experiências que tentavam pensar as relações entre engajamento político e a reflexão teórica. Um exemplo disso é a revista *Quaderni Rossi*

¹² Não pude consultar este trabalho. Para mais detalhes sobre as circunstâncias em torno dele, remeto a Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, p. 212, 214-15.

¹³ Cf. Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, cit. p. 217.

(1961-1963), na qual participou “esporadicamente”, que levava adiante a reflexão política e teórica sobre a autonomia operária¹⁴.

Em 1963, quando grande parte da esquerda do Partido Socialista havia se dado conta que o governo de coalizão com a democracia cristã não iria promover as reformas esperadas, Levi é um dos militantes que deixa o partido¹⁵. Hoje, comentando sobre esse período, afirma: “Digamos que [...] eu acreditei, como muitos outros da minha geração, que na Itália iria prevalecer um governo de esquerda e a imagem que tinha dele era muito obreirista e provavelmente mais anarquista do que marxista.”¹⁶

Após terminar a universidade, Giovanni Levi começa suas primeiras atividades profissionais como economista, trabalhando em “uma sociedade que fazia pesquisas econômico-sociais” entre 64 e 65. Uma experiência assumidamente importante para a sua formação, na medida em que teve a oportunidade de trabalhar com o manejo de dados quantitativos (lidando inclusive com o tratamento “informatizado” destes dados¹⁷), conhecimentos que usaria largamente em seus trabalhos posteriores.

¹⁴ Os *Quaderni Rossi* foram fundados em Turim por Raniero Panzieri, então um dirigente socialista. Panzieri foi era o diretor da coleção einaudiana “*La nuova società*” e um dos responsáveis, nos anos 60, pela divulgação na Itália do pensamento da Escola de Frankfurt, e de Adorno em especial (com sua visão da organização da sociedade como fábrica total). A revista tinha a colaboração de setores diferentes da esquerda, como Vittorio Foa ou Toni Negri. Sobre *Quaderni Rossi* ver s.a. *Quaderni Rossi. Cronache e appunti dei Quaderni rossi*. Milano: Sapere, 1970.

¹⁵ Como se sabe, não foi só ele. Entre 1963 e 1964 há não apenas várias saídas do PSI, mas – quando no princípio de 1964 começa o primeiro governo do demo-cristão Aldo Moro, tendo o socialista Nenni como vice-presidente – há também uma nova cisão do partido: “Contemporaneamente, a esquerda socialista se constitui em partido autônomo com o velho nome de Psiup. Cerca de 30% dos quadros do partido adere a cisão, enquanto no sindicato a esquerda tem um avanço maior.” (Foa, V. *I socialisti italiani dopo il fascismo*, In *Per una storia del movimento operaio*, Torino: Einaudi, 1980, p. 285).

¹⁶ Cf. a comunicação eletrônica pessoal de Levi, citada na nota 10.

¹⁷ Cf. Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, cit. p. 215: “... naquele período aprendi a usar uma correlação, um índice, e também uma grande máquina que era um estranhíssimo leitor de fichas, gigantesco, hoje inimaginável: fazia muito barulho e relia, classificava, etc. Desde então eu sofro o fascínio de manejar os números (...)”.

1. Entre a história econômica e demografia histórica.

A experiência de militância política entre operários e estudantes não aparece de modo evidente na pesquisa histórica de Levi na década de sessenta; o trabalho como pesquisador quantitativo, por outro lado, estará presente de modo claro. O primeiro artigo de Giovanni Levi que encontrei foi publicado em 1966 – em uma coletânea em homenagem a Walter Maturi, que havia sido também seu professor em Turim¹⁸: um trabalho sobre os salários pagos aos trabalhadores da construção civil da cidade no século XIX (mais precisamente entre 1815 e 1874)¹⁹. A influência presumível – mas não declarada – de Ernest Labrousse (de resto, uma referência fundamental na história econômica nos anos sessenta) podia ser sentida em uma abordagem que se caracterizava por um uso massivo de fontes seriais, o estudo das variações salariais, a ligação entre as greves e essas variações (que era esboçada, mas não desenvolvida). As fontes utilizadas eram principalmente elencos de pagamentos de salário feitos pela administração municipal e por outros órgãos ligados à administração da cidade. O tratamento estatístico extensivo destas fontes (o artigo tinha 68 páginas, das quais 41 eram ocupadas por tabelas!) era colocado a serviço de um estudo sobre uma categoria profissional dentro do ambiente urbano. O interesse pelo mundo operário (os trabalhadores da construção civil) em um período que antecedia e acompanhava a formação das condições para as primeiras greves importantes deste setor em Turim (1860, 1867, 1872), apontava para uma tentativa de compreender as condições econômicas que permitiram as transformações que caracterizaram o período posterior. Mas isso não era colocado explicitamente no texto. A

¹⁸ Walter Maturi (Napoli 1902 - Roma 1961) Professor em Pisa e depois em Torino desde 1939. Foi um dos mais importantes estudiosos do *Risorgimento*, tendo sido responsável pelo verbete sobre o assunto na *Enciclopedia italiana*: (da qual havia sido também redator entre 1930-1932). Seus trabalhos ocupavam-se “em particular de história política, diplomática e das idéias na época da Restauração” (DS, p. 657). Seu trabalho mais importante deste ponto de vista é *Interpretazioni del Risorgimento. Lezioni di storia della storiografia*, Torino: 1962.

¹⁹ Levi, G. *I I salari edilizi a Torino dal 1815 al 1874*, In Aa.Vv. *Miscellanea Walter Maturi*, Torino: G. Giappichelli, 1966, pp. 335- 406. Não encontrei nenhum artigo anterior a 1966. Não tive a oportunidade de consultar publicações com menor circulação, como os próprios *Quaderni Rossi* (onde de resto, como afirma o próprio Levi, sua participação havia sido “esporádica”).

análise estatística das séries produzidas ia na direção de tentar compreender as variações salariais no período, sua ligação com a dinâmica da atividade de construção e com outros aspectos da atividade econômica. Levi discutia principalmente com os estudos sobre o ciclo edilício que tentavam “colocar em evidências que as construções seguem movimentos ondulatórios diversos das flutuações que caracterizam o movimento do ciclo econômico como um todo. Os ciclos da edificação comercial seriam caracterizados por flutuações de longa duração”²⁰. Levi flexibilizava essa conclusão apontando para outros elementos – de talvez mais curta duração – que estariam presentes na lógica da oferta de trabalho e portanto da variação salarial. É um dos elementos que ele ressalta que me parece importante para entender alguns dos desdobramentos do seu trabalho posterior: Levi apontava para a ligação entre a oferta de trabalho na construção civil e a mobilidade dos trabalhadores. De fato, estes operários que trabalhavam em Turim constituíam-se, em grande parte, de moradores de outras cidades que migravam sazonalmente para as suas regiões de origem. Essa mobilidade – que não era explorada naquele trabalho – estaria, no entanto, no centro de algumas das suas discussões seguintes.

Ainda que anunciado como um estudo inicial dentro de um projeto mais amplo sobre o investimento em habitação em Turim desde o século XVII, esse trabalho também não seguiria adiante nestes termos. Outras discussões e referências foram sendo colocadas em jogo e redirecionando as pesquisas desenvolvidas por Levi a partir do fim da década de sessenta e início da seguinte. A história econômica continuaria a ser um eixo importante de trabalho, mas a aproximação quantitativa se estenderia ainda também às fontes demográficas.

O encontro com a demografia histórica, e especialmente dos estudos produzidos na França, estavam bastante presentes nestas novas interrogações de Levi²¹. Não apenas os métodos de reconstrução das famílias de Henry e Gautier, mas também as pesquisas

²⁰ Cf. Levi, G. *I salari edilizi* cit. pp. 357-358. Um elenco de estudos com que Levi discutia na página 137, em nota.

²¹ Isso era atestado, entre outras coisas, pelo estudo dedicado à demografia histórica francesa publicado por Levi na *Rivista Storica Italiana* em 1971: *Migrazioni e popolazione nella Francia del XVII e XVIII secolo*, RSI, v. LXXXIII (1), marzo, 1971, pp. 95- 123.

mais recentes de historiadores ligados à sexta seção da *École Pratique des Hautes Études* e suas pesquisas histórico-demográficas sobre povoados – como o *Beauvais et le Beauvaisis* de Pierre Goubert²².

A construção da abordagem micro-histórica irá amadurecer nesses anos, respondendo a essa aproximação com a demografia e com outras questões que, de certo modo, daí resultaram. Um conjunto importante de referências historiográficas, teóricas e mesmo políticas estarão sendo mobilizadas nesta construção.

2. Entre centro e periferia: variações de escala.

O percurso de pesquisa de Levi durante a década de setenta – onde amadurece a proposta de uma abordagem micro-analítica – foi reunido em um volume único, publicado em livro em 1985. *Centro e periferia di uno stato assoluto* (“Centro e periferia de um estado absoluto”)²³ reúne, com pequenas alterações, cinco artigos publicados por Levi entre 1971 e 1978. Lidos em linha, dão a impressão de um percurso natural marcado pela redução sucessiva da escala de análise – desde uma indagação macro-demográfica sobre a formação da população da cidade de Turim, passando pelo estudo de uma pequena região do Estado Sabaudo, até a indagação sobre uma comunidade e o estudo de percursos individuais. Essa sucessão perfeitamente coerente – que, de resto, é sugerida pela própria construção do volume – tem certamente algo de artificial, na medida em que foi construída *a posteriori* em um momento em que as abordagens micro-analíticas já não eram novidade. É claro que essa unidade é responsável pelo interesse do volume e não poderia ser diferente. O que me proponho a fazer nas próximas páginas é tentar ler os artigos

²² Goubert, P. *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730, contribution à l'histoire sociale de la France du XVIIe*. Paris: SEVPEN, 1960. Levi discute este livro, assim como outros trabalho mais recentes em *Migrazioni e popolazione nella Francia del XVII e XVIII secolo*, cit.

²³ Levi, Giovanni, *Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1985 (a partir de agora, CP).

publicados em *Centro e periferia di uno stato assoluto* simultaneamente ao outros artigos de Levi e outras discussões que o tiveram como protagonista e que aconteceram de modo paralelo durante a década de setenta, tentando compreender o conjunto de referências que estava em jogo nessa trajetória.

Em primeiro lugar, os esforços imediatos de Levi após seu trabalho sobre os salários da edilícia em Turim se voltaram para os estudos de caráter demográfico. Em 1971 Levi publica, em um número dos *Quaderni Storici* dedicado à demografia histórica, um artigo sobre o fluxo migratório no Piemonte (recolhido mais tarde em *Centro e periferia*)²⁴. O contexto de investigação continuava sendo o do espaço urbano de Turim, desta vez olhado sob outro ângulo: de certo modo, a interrogação sobre a mobilidade dos operários entre a cidade e o campo colocou a interrogação sobre a formação da população da cidade. Esse interesse implicava necessariamente voltar atrás no tempo, para compreender o momento em que Turim, como capital do estado absolutista dos Savóia, se transforma em uma metrópole pré-industrial, isto é, entre os séculos XVII e XVIII (antiga capital do Ducado de Savóia, Turim se torna capital do Reino da Sardenha em 1720).

A mobilidade populacional dentro da região do Piemonte poderia lançar luz sobre a forma pela qual se constituiu a população da capital centralizadora do novo estado sabaudo. Essa interrogação colocava-se criticamente com relação ao tratamento tradicional dado pela demografia aos movimentos populacionais no *Ancien Régime*. Na introdução de *Centro e periferia*, fazendo uma reavaliação retrospectiva sobre as pesquisas que lidavam com este tema, Levi discutia sobre algumas das incongruências cuja crítica ele procurava fazer em seu trabalho:

“O papel da mobilidade geográfica da população é uma dessas incongruências: na ausência de dados estatísticos diretos, imaginou-se uma sociedade imóvel, na qual a soma de saídas e entradas resultasse em zero. As migrações foram assim muitas vezes tomadas como um fato irrelevante ou rígido e de todo modo impossível de mensurar. Grande parte da demografia histórica recente voltou-se assim para o movimento natural da população para tirar daí preciosas medidas dos comportamentos (a fecundidade, em particular) que fazem da população estável o centro exclusivo da observação.”²⁵

²⁴ Levi, G. *Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà del Settecento*, QS, n. 17, a. VI (2), 1971, pp. 510-554. Também em CP, pp. 28-69.

²⁵ CP, p. 7.

O caminho que Levi perseguia apontava em outras direções. Em primeiro lugar, a abordagem demográfica voltava-se sobre a mobilidade da população, na ligação entre a cidade e o campo. O caso estudado era o Piemonte entre os séculos XVII e XVIII, isto é, no momento de formação do estado absoluto. A constatação inicial era antes de tudo a posição da cidade de Turim como centro político do Piemonte e a força centrípeta que ela produziu sobre as outras áreas da região. O estudo do desenvolvimento da cidade e a sua transformação em uma metrópole pré-industrial estava no centro de uma indagação sobre o “formar-se das populações urbanas” e as “relações entre o fortalecimento do estado absoluto e a redistribuição da população e dos fluxos de mobilidade geográfica da Europa moderna”²⁶. Na avaliação de Levi, o estudo da relação entre a industrialização e a formação das metrópoles modernas tinha avançado muito do ponto de vista demográfico, enquanto uma indagação sobre o formar-se das cidades pré-industriais não parecia ter merecido a mesma atenção. A interrogação inicial do trabalho de Levi voltava-se, portanto, para a mobilidade demográfica e o formar-se da população de uma cidade antes do advento da industrialização²⁷.

A mobilidade da população do Piemonte é vista através do seu centro: Turim, que começa a crescer aproveitando-se da crise demográfica geral que atinge o Piemonte. A partir daí o que se vê é a lenta mudança de um quadro que caracterizava a região – de várias cidades de “antiga origem comunal, com uma sólida tradição artesanal, comercial e cooperativa e que tem uma autonomia mais acentuada com relação à Turim”²⁸ – para um quadro em que há apenas ela como “única grande cidade”, com uma grande rede urbana

²⁶ CP, p. 7.

²⁷ “A mobilidade da população, com o fim do século XVIII e início do XIX, assume um andamento vertiginoso e tão novo com relação ao passado que acabou-se por descuidar, acredito, do estudo do período precedente, dando a impressão que às vezes nele o salto fosse mais de quantidade ou de velocidade do que de tipo de movimentos. Procurar caracterizar a mobilidade de *Ancien Régime* é portanto o primeiro fim deste estudo” Cf. Levi, Giovanni, *Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino*, cit., p. 510.

²⁸ CP, p. 12 (editado anteriormente como *Sviluppo urbano e flussi migratori nel Piemonte del 1600*, In Aa.Vv. *Les migrations dans les pays méditerranéens au XVIII^e et au début du XIX^e*, Nice, 1973, pp. 26-52: cito na edição compilada em 1985 por não ter conseguido consultar a edição original). Este artigo, assim como aquele citado na nota 24, trata do tema da mobilidade populacional no Piemonte.

de centros ligados à capital. Esse processo, que inicia no século XVII e que está plenamente consolidado nas primeiras décadas do XVIII constitui o centro da investigação de Levi. As fontes utilizadas para lidar com o problema são marcadamente seriais: para Turim, os recenseamentos; para outras duas cidades (Mondovi e Asti), os registros paroquiais (neste caso, a origem declarada dos esposos do sexo masculino no momento do casamento) entre 1589 e 1729. Através do levantamento extensivo desses registros Levi monta um quadro comparativo dos movimentos da população de duas cidades naquele período.

No processo de construção de uma metrópole, do fazer-se da população urbana – e portanto do “espaço humano” – de Turim, o que se vê é um processo de constituição de um estado absoluto. Nas relações entre centro e periferia (aqui vistas prevalentemente a partir do centro), era possível construir algumas hipóteses sobre como se constituiu e se impôs o estado moderno. Por outro lado, a relação entre centro e periferia poderia ser também pensada através deste segundo termo. O estabelecimento de um modelo para a mobilidade populacional no *Ancien Régime* não impedia Levi de constatar que a pressão desarticuladora do poder central sobre as realidades locais não era vivida do mesmo modo pelas diferentes cidades. A própria escolha de Asti e Mondovi caracterizavam essa atenção: enquanto a primeira havia respondido de modo pouco conflituoso à centralização, Mondovi (a segunda capital do Piemonte no século XVI, com uma população próxima da de Turim) só irá aceitar a autoridade central após uma revolta sangrenta²⁹.

Compreender o crescimento de uma cidade como Turim – a capital de um estado absolutista que se estruturava – permitia construir hipóteses para compreender a mobilidade de uma população do Antigo Regime, mas também fornecia elementos para uma maior compreensão do mundo camponês que de fato alimentava essa mobilidade. Levi colocava os objetivos dessa indagação nos seguintes termos:

“(...) a história e a própria definição da cidade, nessa época, podem ser melhor especificadas com um estudo desse gênero; na aparentemente caótica distribuição dos fluxos deve-se reconhecer um conjunto de tipos de movimento, diversos na duração,

²⁹ CP, p. 26 e 27 (esse enfoque comparativo é desenvolvido em *Sviluppo urbano e flussi migratori nel Piemonte del 1600*, cit.).

distância percorrida, motivos de atração e de expulsão, que podem ser identificados, contribuindo para delinear tanto a área de relações da cidade, quanto os modos de integração e de coagulação da população urbana, que podem fornecer uma útil contribuição para a compreensão do formar-se de uma sociedade e de uma população **nos seus aspectos não apenas quantitativos, mas também sociais, culturais e demográficos.**

Enfim, os efeitos sobre a zona que envia sua população em direção a um centro urbano podem dar indicações preciosas para o conhecimento do mundo camponês.”³⁰

A ênfase sobre os aspectos “sociais e culturais”, portanto qualitativos, que a análise poderia revelar apontava para uma ligação direta entre a demografia histórica e uma história mais preocupada com os comportamentos sociais que a análise quantitativa costumava colocar à margem. Na abordagem proposta por Levi, a mobilidade da população permitia formular hipóteses sobre a dinâmica da sociedade que ela constituía, isto é, de como esta se estruturava e transformava. A atenção sobre a dinâmica da sociedade de *Ancien Régime* era central no trabalho e era explicitada em sua hipótese central:

“Foi falado de forte mobilidade, mas não é isso que distingue a população de *Ancien Régime* daquela moderna. A diferença está no fato de que na população de *Ancien Régime* o que predomina é o **retorno**; as ausências das comunidades rurais são sazonais e periódicas e têm como seu caráter fundamental uma ligação direta, tradicional, com a família e com a comunidade de origem. A cidade pré-industrial não fixa população senão em mínima parte; ela infla e esvazia como um pulmão. (...)

“Mas nos fluxos que caracterizam e mantêm viva a cidade há apenas aparentemente casualidade e caos; as correntes de população seguem regras inteiradas, que são ao mesmo tempo a vida da cidade e a vida das comunidades rurais menores que fornecem à cidade profissões, pessoas, serviços, sazonalmente mas todos os anos, seguindo percursos e tradições cem vezes repetidas”³¹

Procurando entender aquilo que se transforma a partir da dissolução das estruturas rurais que caracterizaram o Piemonte de Antigo Regime, Levi construía uma hipótese sobre a mobilidade populacional anterior ao nascimento do capitalismo. Uma mobilidade marcada, portanto, por uma forte ligação entre centro e periferia, entre a vida da cidade e a vida no campo, que mantinham entre si um fluxo contínuo de população, composto de

³⁰ Cf. Levi, G. *Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino*, cit. p. 510. Grifo meu. Tb. em CP, p. 28.

³¹ Ibid. pp. 533-534. Tb. em CP, pp. 50-51.

profissionais e até mesmo de mendigos (em idade ou condições menos profissionais)³². A referência às comunidades rurais é colocada aqui a serviço da interpretação da cidade, mas Levi apontava para a necessidade de fazer o caminho inverso para compreender melhor o lugar das economias familiares locais na determinação desse processo, estudando de perto as comunidades camponesas³³.

Os trabalhos sobre a mobilidade populacional no Piemonte colocavam em relevo um aspecto central do empenho de Levi: a tentativa de construção de modelos que dessem conta de compreender as diversas faces da organização social do Antigo Regime. Assim, a partir dos termos propostos por Levi, a construção de um modelo sobre a mobilidade populacional colocava problemas que não poderiam ser solucionados senão através da investigação sobre outros comportamentos que influenciavam fortemente esta mobilidade: antes de tudo a organização daquelas comunidades.

Seus trabalhos seguintes são marcados por essa mudança de enfoque: o interesse de pesquisa volta-se para as regiões agrárias do Piemonte e da Liguria (que também pertencia, em parte, ao estado *sabaudo*). Algumas referências importantes são articuladas por Levi nessa aproximação. Na tentativa de pensar modelos para a compreensão dessa realidade camponesa colocada em questão, o historiador italiano aproximava-se de algumas das reflexões e tipologias oriundas da economia e das ciências sociais. Talvez o exemplo mais claro dessa aproximação está no uso que faz do trabalho de Chaianov.

Os estudos do economista Aleksandr Chaianov (1888-1939) sobre a economia camponesa russa antes e depois da revolução – escritos na União Soviética na década de vinte – haviam sido redescobertos nos anos sessenta, principalmente a partir da tradução americana em 1966³⁴. Suas pesquisas acabaram por influenciar fortemente o trabalho de

³² Cf. Levi, G. *Migrazione e popolazione nella Francia*, cit. p. 112.

³³ Cf. Levi, G. *Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino...*, cit. p. 540, nota 28. Tb. em CP p. 55, nota 37.

³⁴ O seu trabalho mais importante é *Organizatsiya krest'yanskogo khozyaistva* (Moscou, 1925). A tradução em inglês (*Peasant Farm Organization*) é publicada junto com outros trabalhos no volume *The theory of peasant economy* [Edited by Daniel Thorner, Basile Kerblay & R.E.F. Smith]. Homewood, Ill., Published for the American Economic Association, by R.D. Irwin, 1966.

historiadores e antropólogos na década seguinte³⁵. As reflexões de Chaianov – que se distanciavam tanto da análise marxista tradicional quanto daquela da economia política – partiam da afirmação da existência de um modo de produção camponês que se distinguia do modo de produção capitalista (mas também do “feudal”, “escravista” ou “comunista”) e que precisaria ser estudados nos seus próprios termos. A hipótese de Chaianov sobre a organização da economia agrária russa afirmava que a fazenda camponesa – ao contrário da empresa capitalista, caracterizada pelo trabalho assalariado, a procura de lucros e pelas ampliação das relações de mercado – “não visava o lucro sobre o capital investido, mas a procura de um equilíbrio ótimo entre exigências de consumo da família e força de trabalho disponível”³⁶. Neste modelo de economia camponesa, o lugar da família era central, na medida em que dela dependiam tanto a produção quanto o consumo: o ciclo de produção dependia diretamente do próprio ciclo familiar. Esse modelo “chaianoviano” da economia camponesa foi reencontrado nos anos sessenta dentro de um contexto mais amplo de rediscussão das interpretações marxistas sobre o surgimento do capitalismo. Participou também da tentativa de procurar outras referências de pesquisa que permitissem construir modelos de análise do desenvolvimento (da transição para o capitalismo, a modernização, etc.) que dessem conta de entender as discrepâncias e desigualdades do processo nos diversos contextos nacionais.

Na Itália, Witold Kula (outro economista interessado por esses mesmos problemas) havia sido um dos responsáveis pela divulgação do trabalho de Chaianov. É possível que o contato de Levi com esse trabalho tenha sido sugerido pela leitura de Kula, com quem, de resto, havia acompanhado algumas aulas em Turim durante os anos sessenta³⁷. Levi, cujas

³⁵ Um exemplo disso está em Marshall Sahlins, cujo *Stone Age Economics* (Chicago: Aldine-Atherton, 1972; trad. italiana, Bompiani, 1980) – uma das referências usadas por Levi –, havia sido largamente influenciado por Chaianov.

³⁶ Os comentários sobre Chaianov que cito aqui são tirados em sua maioria dos verbetes dedicados ao economista russo e ao seu livro no *Dizionario di Storiografia*, ambos feitos por P. Malanima e do livro de Edoardo Grendi, *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche*, Torino: G. Giappichelli, 1971, pp. 155-158.

³⁷ Kula havia publicado seu livro sobre a “teoria econômica do sistema feudal” em 1962 (a tradução italiana é de 1972: *Teoria economica del sistema feudale. Proposta di un modello*, Torino: Einaudi). No ano seguinte ele vem à Itália participar de um seminário sobre a história da industrialização e o

leituras do marxismo já haviam sido direcionadas pelo interesse pela história agrária, parece encontrar no modelo de Chaianov um importante ponto de partida para as suas pesquisas sobre as comunidades camponesas do *Ancien Régime*. Em adição a isso existia certamente um encontro com a antropologia.

Nas páginas iniciais de um artigo publicado em 1973, intitulado *Famiglie contadine nella Liguria del Settecento* (Famílias camponesas na Liguria do Século XVIII)³⁸, Levi afirmava – em polêmica com algumas considerações demográficas e algumas das análises de Peter Laslett sobre a estrutura da família na Europa pré-industrial³⁹ – a necessidade de se compreender de modo comparativo não apenas as semelhanças que envolviam um modelo para a família de Antigo Regime, mas principalmente as diferenças.

“Acredito portanto que seja justo aceitar a indicação de tema, mas para lançar-se nas pesquisas sobre as especificidades locais, não com o objetivo de encontrar analogias excessivamente gerais – que terminam com a tautológica observação de que, em uma área que compreende todo o ocidente europeu, as leis biológicas da organização familiar determinam rigidamente tal organização –, mas **para definir dentro de qual âmbito geral de regularidade as diversidades locais se movem; não tanto as leis da família, portanto, mas antes os modelos culturais e históricos dentro dos quais o interesse do estudioso não deixa de lado a realidade concreta de uma sociedade singular**, lado a lado a quanto de metodologicamente relevante há no estudo de sociedades contemporâneas entre si, similares e diversas.

“Um retorno portanto a essa microanálise é o que me levou a examinar as fases de passagem e os condicionamentos sociais e ecológicos que determinam a vida, o sucesso ou a falência de cada família singular em um grupo específico de comunidades camponesas da Liguria do século XVIII”⁴⁰

A atenção sobre os modelos culturais, assim como a proposta de microanálise, eram aqui uma clara referência aos procedimentos da antropologia (em especial aquela que se dedicava aos estudos de comunidades). Essa referência marcava também a aproximação de Levi às reflexões de Edoardo Grendi (que era seu colega na universidade de Turim,

desenvolvimento (sobre Kula e esse seminário, remeto ao primeiro capítulo deste trabalho). Giovanni Levi, na comunicação eletrônica pessoal citada na nota 10, afirmou ter assistido dois cursos com Kula na Universidade de Turim que acentuaram – segundo ele – seu interesse pelo mundo rural e a história agrária.

³⁸ Publicado em *Miscellanea Storica Ligure*, V (1973), pp. 207-290. Republicado em CP (citarei apenas esta edição).

³⁹ Levi cita diretamente o volume dos *Annales* dedicado à *Famille et Société* (27, 1972) e o livro organizado por Laslett e R. Wall, *Household and Family in Past Time*, London: Cambridge Un. Press, 1972.

⁴⁰ Cf. CP, p. 72, grifos meus.

entre o fim da década de sessenta e o início da seguinte, e com quem Levi trabalharia na organização dos *Quaderni Storici* a partir de 1974: a influência de Grendi como interlocutor nesta aproximação com a antropologia é inegável e, de resto, frequentemente lembrada por Levi). Ecos das discussões que Grendi havia apresentado na coletânea de 1972 sobre a antropologia econômica estavam bastante presentes nas reflexões de Levi sobre o mundo agrário das comunidades ligures⁴¹.

Este primeiro estudo sobre as famílias camponesas voltava-se para o *Onegliese* (uma região da Liguria que era, em parte, ligada administrativa e politicamente ao reino sabaudo), partindo do levantamento de um amplo recenseamento nominativo realizado na região em 1732⁴². Levi chamava a atenção sobre dois elementos que a caracterizavam no século XVIII: em primeiro lugar, a importância do cultivo da oliveira, um produto comercializável que era ligado a um circuito de trocas necessário, de resto, para a introdução de outros tipos de produto na área; em segundo lugar, as diferenças internas dentro do próprio território, que se caracterizavam, de acordo com sua posição geográfica (junto ao mar, como a cidade de Oneglia, ou nas encostas), por outras atividades de cultivo, pecuária e comércio. Pelas próprias características do cultivo das olivas (uma produção extremamente variável de ano a ano, devido aos próprios caracteres biológicos da planta, e uma necessidade de trabalho caracterizada pela sazonalidade) e por outros elementos que marcavam a região, como uma terra pouco comercializável (e pouco comercializada), onde a maior riqueza das famílias era o trabalho produtivo, o *Onegliese* constituía uma organização social que poderia ser pensada, de acordo com Levi, de um modo heurísticamente rico através do modelo de Chaianov:

⁴¹ Exemplos disso são: Wolf, E. *Tipi di comunità contadine latino-americane*, e Firth, R. *Capitale, risparmio e credito nelle società contadine: osservazioni dal punto di vista dell'antropologia economica* ambos em In E. Grendi (a cura di), *La antropologia economica*, Torino: Einaudi, 1972. Outras referências "antropológicas" eram citadas por Levi como, por exemplo, os estudos de comunidade propostos por R. Redfield (*The little community*, Chicago: University of Chicago Press, 1960), os ensaios sobre os ciclos familiares da antropologia social inglesa (cf., por ex. o volume editado por Jack Goody e prefaciado por Meyer Fortes, *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, London: Cambridge University Press, 1958); e ainda os trabalhos sobre povoados camponeses de M. Nash, *Primitive and Peasant Economic Systems*, San Francisco: Chandler, 1966.

⁴² Ver CP, p. 141. Neste *Appendice* há uma descrição da fonte.

“Tudo isso, malgrado o caráter fortemente comercializado dessa agricultura, faz com que nos encontremos em uma situação de unidades familiares que vêem ‘a expansão do mercado do ponto de vista da subsistência’, e que por isso trabalham para equilibrar bons anos de colheita com aqueles ruins, sem expansão dos consumos (nem reduções): e é exatamente a família a unidade de base que permite, melhor do que qualquer outra estrutura, criar este equilíbrio.”⁴³

Aplicando o modelo de Chaianov, Levi experimentava uma leitura das diferentes dinâmicas que se estabeleciam na economia camponesa do *Oneghese* e o lugar da migração dentro destes processos (um problema que já havia, aliás, atravessado seus trabalhos anteriores). O equilíbrio entre produção e consumo era o elemento central da leitura que Chaianov propunha para a fazenda camponesa: toda a alteração que se estabelecia dentro da produção interna dirigia-se à manutenção deste equilíbrio que, no entanto, estava sempre arriscado a se romper.

“Este modelo é baseado sobre a hipótese de uma família conjugal que, segundo o tempo transcorrido desde o matrimônio, deve primeiro manter os filhos que nascem, em média a cada três anos, como exclusivamente consumidores, até a entrada na produção de cada um que tenha atingido a idade de trabalhar. A partir desta data, progressivamente, a relação consumidores/produtores melhora até chegar a 1 quando, sendo a mãe não mais fecunda, todos os filhos são ao mesmo tempo consumidores e trabalhadores. Esta relação consumidores/trabalhadores é de fato a regra fundamental que nos permite avaliar as escolhas de cada família: escolhas de agregação e desagregação, de contratação de servos ou de agregação de parentes, de expulsão, temporária ou definitiva, de membros. E podemos alargá-la para além do esquema da família conjugal para fazer dela uma lei explicativa geral: a família em cada uma de suas fases corre o risco de uma sobrecarga de consumidores e pode escolher uma política corretiva; e isso se verifica, em condições normais, particularmente depois de 12-14 anos de matrimônio de cada família conjugal que a compõe”

É dentro desse horizonte lógico que se constrói a hipótese de Levi para a compreensão da mobilidade: a migração sazonal era lida como uma estratégia familiar construída dentro de um quadro de manutenção do equilíbrio econômico da família e que era utilizada dentro de um quadro mais geral de estratégias que incluíam o celibato, o retardo na idade do matrimônio, a emigração definitiva, etc. As diferentes formas de migração eram pensadas de acordo com essa lógica de equilíbrio: desde a migração “normal” dos rapazes entre a adolescência e o matrimônio ou aquela dos próprios chefes

⁴³ CP, p. 76.

de família nos casos em que as outras estratégias de equilíbrio falhavam. A migração (que havia sido estudada anteriormente por Levi a partir do ponto de chegada – Turim), era pensada do ponto de vista da origem, não como uma forma de desagregação da família e da comunidade, mas como um elemento de conservação destas.

Com relação aos estudos demográficos – e polemizando com os modelos propostos por Laslett e a escola de demografia histórica de Cambridge, em estudos então recentes – Levi tentava interpretar a organização dos grupos domésticos através das estratégias de equilíbrio, procurando demonstrar como a família extensa e ampliada [*famiglia estesa e famiglia allargata*] – agregando mais de um núcleo familiar – era o modo de organização que melhor enfrentava os desequilíbrios da relação consumidores/produtores nos momentos de maior dificuldade do ciclo de reprodução das famílias camponesas⁴⁴.

Levi enfatizava a dificuldade de pensar um modelo puramente estático para as famílias, uma vez que a sua organização dependia ainda de muitas variáveis que iam além da relação consumidores/produtores, que não permitiam o estabelecimento de um significado unívoco que desse conta das diferenças internas à comunidade, seus conflitos, as perspectivas distintas que se colocavam, por exemplo, de um modo para os camponeses médios e ricos por um lado, e de outro modo para os camponeses pobres, para os quais a ameaça de dissolução da família era muito maior; uma perspectiva que, para Levi, só poderia ser corrigida através do estudo aproximado de cada núcleo familiar específico. Esse limite levantado era colocado por Levi também em um contexto de crítica aos modelos que tentavam definir o “camponês” de um modo excessivamente estático e homogêneo. Esse era também o limite, de certo modo, do modelo de Chaianov.

“É importante falar nisso, porque na análise das famílias e, em geral, das áreas rurais de *Ancien Régime*, privilegia-se muitas vezes – como de resto também se fez aqui – o estrato mais imóvel, mais conservador, que é aquele dos camponeses médios e relativamente mais ricos, aquele dos proprietários e dos *registanti*: a própria definição de camponês que em estudos históricos e antropológicos desse tipo se costuma adotar, tende a acentuar a uniformidade destas sociedades, ou ao menos de cada comunidade. Se isso facilita o estudo e a análise, tende a explicar a crise das comunidades camponesas como

⁴⁴ CP, p. 113 e 119.

inteiramente causada pelo exterior, enquanto tende a acentuar-lhes o aspecto idílico e sem contraste (...)”⁴⁵.

Colocar a acentuação sobre as diferenças internas e voltar-se para o estudo aproximado das comunidades e famílias estava no horizonte da proposta de Levi, mas não era desenvolvido no estudo sobre as comunidades ligures. O próprio documento sobre o qual o estudo se construía não permitia uma tal aproximação que era, no entanto, projetada no fim do artigo. Afirmando os limites do estudo – menos um resultado do que propriamente um programa de pesquisa – Levi articulava ainda uma crítica aos modelos rígidos da demografia e mesmo aqueles dos estudos antropológicos que se propunham construir tipologias indiferenciadas e generalizáveis.

“O exame do ciclo de desenvolvimento da família e das fases da vida dos indivíduos junto à utilização, como instrumento interpretativo, da relação entre consumidores e trabalhadores, se propõe exatamente a modificar essa perspectiva. Se tem como imediata consequência um retorno a uma caracterização excessivamente aberta dos tipos de estruturas familiares, remete, ao mesmo tempo, à exigência de colher na vida social do povoado a realidade mais importante na qual as estruturas familiares são inseridas e que sozinha nos fornece uma explicação real. É no limite desta análise de povoado e de comunidade que o meu estudo se detém. Para ultrapassar esse limite seria necessário, certamente, voltar-se para os atos notários, antes de tudo, e a fontes que nos permitissem examinar mais integradamente a economia e a cultura, as formas agregativas e políticas; e de voltar-se para a evolução destas realidades no tempo. Da visão um pouco fotográfica que procurei construir, podem ser tiradas, todavia, ao menos algumas indicações da extraordinária riqueza que as comunidades camponesas possuem e possuíam, que não apenas não podemos limitar na camisa de força do quadro percentual dos tipos de famílias, mas que – o que é muito mais importante – indicam-nos as características da estrutura de base sobre a qual a corrente da modernização e do modo de produção capitalista foi cimentada, com a sua devastante força dissolvente: atrasos e resistências, abandonos e destruições e, enfim, muitas das novas contradições que a agricultura e o território interior da Liguria devem enfrentar, encontram nestas comunidades camponesas de *Ancien Régime* explicações e esclarecimentos.”⁴⁶

A ligação entre os estudos de comunidade e a interrogação em torno das estruturas sociais e econômicas sobre as quais se construíram a sociedade capitalista constituía o eixo central em torno do qual a pesquisa de Giovanni Levi fazia sentido. A proposta de voltar-se sobre as fontes seriais – os atos notários antes de tudo – em uma análise cruzada no

⁴⁵ CP, p. 138.

⁴⁶ CP, pp. 139-140.

âmbito da comunidade, tinha, de todo modo, um forte impulso microanalítico. Essa abordagem do problema aproximava-se por muitos ângulos daquela que Grendi havia proposto em 1972, acentuando a necessidade de olhar para a realidade camponesa pré-capitalista a partir de um prisma antropológico⁴⁷. Não por acaso, este era o mesmo programa proposto por Levi, juntamente com Grendi e Gérard Delille⁴⁸, para um seminário realizado em 1975 na *École Française de Rome* e que preparava o fascículo dedicado à “família e comunidade” nos *Quaderni Storici* do ano seguinte. As referências comuns estavam colocadas não apenas no reconhecimento da “necessidade de colher a totalidade histórica dos modos de produção pré-capitalistas, caracterizados por estruturas de organização social que se pode conhecer plenamente apenas com a análise dos funcionamentos das fazendas, agregações familiares, contrastes nos âmbitos das comunidades”⁴⁹, mas também em fazê-lo através de uma abordagem marcada pela história social e pelo apelo aos instrumentos combinados da antropologia e da demografia histórica.

É nesse mesmo fascículo dos *Quaderni* que Levi publica o artigo que marca de modo claro o estabelecimento de uma proposta microanalítica no seu trabalho: o estudo de uma comunidade Piemontesa – Felizzano – no século XVIII⁵⁰. A mudança de perspectiva que caracterizava esse texto não era – bem entendido – uma consequência necessária e evidente dos passos anteriores. Se é verdade que a leitura de Chaianov e o

⁴⁷ Ver a introdução de Grendi a *Antropologia economica*, cit. pp. xi-lxiii.

⁴⁸ Delille (1944), era um historiador francês que estudava a história do *Mezzogiorno* (fez a sua tese de terceiro ciclo na EHESS em 1968, sob a direção de Braudel e Maurice Aymard). Como Levi, tinha um forte interesse pela demografia histórica, relacionando a demografia com o estudo das realidades econômicas e sociais, com uma abordagem também fortemente marcada pela antropologia. Nestes anos (1973-1976), Delille era bolsista junto ao *Istituto Italiano per gli Studi Storici* de Nápoles. Foi membro da *École Française de Rome* entre 1977 e 1982, depois professor da EHESS em Paris. Atualmente é professor no Departamento de História e Civilização do *Istituto Universitario Europeo* (IUE - Florença). Com Levi, além do número sobre família e comunidade, Delille organizou um número dos QS sobre povoados (*Villaggi: Studi di Antropologia Storica*, QS, n. 46, 1981); a influência recíproca dos seus trabalhos é indicada por essa colaboração constante.

⁴⁹ Cf. a proposta do seminário, publicada nas “*Notizie dei Quaderni*”: *Famiglia e comunità, famiglia e potere*, QS, n. 29/30, a. X (2/3), 1975, p. 766.

⁵⁰ Refiro-me a *Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del Settecento*, QS, n. 32, a. XI (2), 1976, pp. 1095-1121. Republicado em CP, pp. 151-177.

estudo da ligação entre o ciclo econômico da fazenda agrária e o ciclo das famílias camponesas poderia sugerir o estudo mais aproximado destas famílias, isso não levava necessariamente à microanálise. Na verdade, o trabalho de Chaianov era baseado na possibilidade de construir um “modelo” do comportamento camponês, bem como definir “tipologias” que permitissem a sua compreensão. A preocupação com o modelo era também fortemente presente em Levi, mas começava a ser problematizada a partir de uma crítica aos limites dos modelos e tipologias, que se baseavam na identificação das semelhanças, ignorando sistematicamente as diferenças que, de resto, eram igualmente parte das realidades que queriam descrever.

A mudança em direção a uma cada vez mais nítida abordagem microanalítica no trabalho de Giovanni Levi tinha suas origens em um conjunto significativo de leituras da antropologia e da história social. Por outro lado, acredito que apenas essas leituras não explicam sozinhas estas transformações. Além dos parâmetros exclusivamente historiográficos e teóricos, outras referências estavam sendo articuladas na perspectiva micro-histórica construída por Levi. Seria preciso também procurar em outros lugares da sua trajetória de pesquisa – além das referências internas dos seus artigos sobre a demografia e a história econômica do Piemonte do *Ancien Régime* – para encontrarmos as referências que permitem compreender essa mudança de perspectiva. O que nos interessa entender é como essas diversas influências são tecidas de um modo particular em um novo debate.

3. História social e microstoria.

Levi, pensando sobre as origens da *microstoria* no horizonte das suas preocupações de pesquisa, colocou em relevo a relação entre a experiência política e o trabalho historiográfico:

“Para mim, o interesse pela *microstoria* nasceu de uma experiência pessoal talvez banal, que eu talvez nem devesse contar. Vocês sabem que em 68 houve uma série de movimentos na Itália (...): nos anos imediatamente sucessivos eu militei em um grupo que se ocupava de uma zona do Piemonte, o baixo Valle Susa. Nesse grupo nós

fazíamos um trabalho sobre a organização do salário no interior de algumas fábricas e em particular sobre o *cottimo*⁵¹, e um dia havíamos feito um folheto no qual se explicava como funcionava o *cottimo* em uma fábrica, a Marchisio. Depois que os operários saíram da fábrica e leram o folheto disseram: ‘Estamos espantados; para nós não importa nada o *cottimo*, nunca entendemos como funcionava, estamos muito admirados que vocês percam o seu tempo a ocupar-se com o nosso *cottimo*, mas saibam que para nós o trabalho na fábrica é muito desagradável, realmente não nos divertimos: para nós a liberação da fábrica é sair da fábrica e organizar diversamente o nosso tempo livre’. Esta experiência pode ser multiplicada por cem, todos nós a tivemos e nesse ponto é uma experiência de história contemporânea: é a experiência de uma certa rigidez de interpretação que de frente à realidade entra em crise, e coloca portanto problemas novos.”⁵²

A interpretação proposta por Levi para entender sua própria trajetória sugere uma tentativa de construir uma coerência *a posteriori*. Pode-se intuir, naturalmente, que a ligação entre história e política no seu trabalho talvez não tenha sido tão direta e inequívoca. A experiência recordada por Levi ecoa outras experiências comuns de outros historiadores e ativistas que se envolveram intelectual e politicamente com a militância política e sindical naqueles anos. É arriscado estabelecer uma relação mecânica entre o contexto político mais amplo e as discussões historiográficas: ainda mais arriscado quando se propõe termos semelhantes para pensar uma trajetória singular. Podemos pensar que a forma pela qual Levi viveu singularmente a experiência cultural e política coletiva do pós-68 alimentava de muitos modos suas posições com relação à história. Seus interesses de pesquisa e as novas indagações que construía, mesmo não tendo sido imediatamente geradas pelas suas preocupações políticas, eram certamente reforçados por ela.

De todo modo, o imediato pós-68 foi de fato marcado – para muitos militantes italianos – por essa tentativa de aproximação entre os ideais “revolucionários” dos estudantes e a experiência daqueles que eram historicamente considerados a classe revolucionária por excelência⁵³. Mas o confronto com a realidade da fábrica teve outras

⁵¹ Forma de remuneração operária baseada na quantidade de trabalho produzida. *Dizionario essenziale della lingua italiana*, Milano: Garzanti, 1993.

⁵² Cf. Levi, G. *Il piccolo, il grande e il piccolo*, cit. p. 223.

⁵³ Esse é o período que Vittorio Foa chamaria mais tarde de “os tempos felizes do obreirismo”, isto é, “a tendência a ver no trabalho operário, na consciência da sua autonomia, o centro da vida social”, cf. Foa, V. *Questo Novecento*, Torino: Einaudi, 1996, p. 307.

consequências: a descoberta de aspectos da experiência operária, das culturas de fábrica e das formas cotidianas de antagonismo social que escapavam dos esquemas pré-concebidos daquilo que seria a “verdadeira” luta dos trabalhadores. A atenção sobre as lutas pelo uso autônomo do tempo dentro e fora da fábrica aparecem aí dentro de um contexto mais amplo de valorização de aspectos da experiência operária que permaneciam na sombra nos modelos tradicionais⁵⁴. Essa experiência de aproximação permitia produzir também – e isso fica claro no relato de Levi – outras reflexões, outros efeitos de estranhamento que colocavam em questão os próprios esquemas anteriores através dos quais se compreendia a experiência operária.

Desse modo, Levi pôde conjugar elementos para poder julgar “excessivamente esquemáticas” as análises que a esquerda italiana – da qual ele próprio participava – propunha para compreender a classe. Estas imaginavam, no julgamento de Levi, “solidariedades sociais automáticas e consequentes comportamentos homogêneos da classe operária, que a própria relação direta com os operários na militância política mostrava inteiramente irrealista”⁵⁵

A vivência de um modelo de explicação que ignorava sistematicamente a experiência interna da classe – a forma pela qual os próprios operários viviam e organizavam o seu mundo –, parece ter fornecido a Levi elementos para construir reflexão sobre os limites da aplicação de um modelo rígido, que abordava como se fossem coisas realidades sociais cujo caráter era antes **relacional**. A experiência de militância política ligava-se por inúmeros fios à indagação histórica.

A ligação entre a experiência de militância política junto aos operários e a pesquisa histórica tem, na trajetória de Giovanni Levi, ao menos uma confluência que pode ser traçada em seu trabalho intelectual. Quando da realização de um Congresso Internacional em Bolonha sobre o tema “História Oral: entre antropologia e história”, Levi apresenta um trabalho, junto com Lucetta Scaraffia e Luisa Passerini (duas antropólogas cujo

⁵⁴ Um exemplo claro desta discussão pode ser encontrado em Foa, Vittorio & Marcenaro, Pietro. **Riprendere tempo. Un dialogo con postilla.** (Microstorie, 4), Torino: Einaudi, 1982.

⁵⁵ Cf. a comunicação eletrônica pessoal de Levi, citado na nota 10.

trabalho se direcionava para problemas históricos), sobre uma pesquisa de história oral realizada em um bairro operário da cidade de Turim (Borgo San Paolo) entre as duas guerras mundiais⁵⁶. Publicado em artigo, junto com outras colaborações do congresso, em um número dos *Quaderni Storici* do ano seguinte (o mesmo que, aliás, é publicado *Micro-analisi e storia sociale* de Grendi), tinha origem em uma pesquisa promovida pela Secretaria de Cultura (*Assessorato alla cultura*) e pela Galeria de Arte da *comune* de Turim: um trabalho coletivo cujo objetivo inicial era montar uma exposição sobre a cultura operária na cidade naquele período.

Dedicado mais aos aspectos teóricos e metodológicos que a pesquisa enfrentava, bem como às implicações políticas desta, o interesse primeiro do trabalho residia em uma discussão sobre a relação entre a cultura popular e a vida quotidiana: esta última era entendida como o lugar onde se encontrava a expressão máxima de autonomia e de conflitualidade com relação a cultura das classes dominantes. O tema da autonomia era problematizado, e reproposto dentro de uma perspectiva que recusava a interpretação corrente que – no julgamento dos autores – imaginava a cultura popular como um “castelo assediado”, enfatizando a “dicotomia cultural”, mas deixando de lado a multiplicidade de relações – “para o bem e para o mal” – que se estabeleciam de lado a lado entre a cultura subalterna e a cultura dominante, sem a qual a natureza dos conflitos não poderia ser entendida. Afirmando a atenção sobre os aspectos da cultura e da subjetividade que não poderiam ser diluídos na política e no agir, enfatizavam a necessidade de reconhecer “a existência própria de realidades como: valores, interpretações do mundo, modelos de comportamento, ou a própria realidade da individualidade”⁵⁷. Dentro de um contexto de pesquisa que envolvia a produção de documentos orais, que exigiam portanto uma atenção maior sobre a memória individual e sobre a relação entre o tempo e o lugar, estas questões tomavam uma pertinência inegável. A história oral era vista neste contexto, cautelosamente, como uma forma de aproximação

⁵⁶ Levi, G., Passerini, L. & Scaraffia, L. *Vita quotidiana in un quartiere operaio di Torino fra le due guerre: l'apporto della storia orale*, QS, n. 35, a. XII(2), 1977. Publicado também nas atas completas do congresso: Bernardi, B., Poni, C. & Triulzi, A. (a cura di), *Fonti Orali. Antropologia e Storia*, Milano: Franco Angeli, 1978.

⁵⁷ Cf. Levi, G., Passerini, L. & Scaraffia, L. *Vita quotidiana in un quartiere operaio in Torino*, cit., pp. 433-434.

entre história social e antropologia, na medida em que ambas colocavam no centro de suas atenções “a vida quotidiana, as relações interpessoais, a vida econômica dos pequenos grupos”: realidades abordadas de forma global e interdisciplinar. Uma aproximação que acentuava, na história social, sua vocação para voltar-se para os “vazios da história”: antes de tudo a história dos homens anônimos⁵⁸.

Na hipótese de trabalho exposta no artigo, essas questões se entrelaçavam fortemente, informando uma pesquisa atenta à dimensão da vida quotidiana:

“A hipótese que está na base da nossa pesquisa é que, em uma cidade com forte desenvolvimento industrial e demográfico e em uma fase de forte modificação dos consumos, a presença de instituições e de um governo fascista incida sobre os canais de sociabilidade, de agregação política, de vida quotidiana, e provoque formas específicas de conflito e resposta, de adequação e de convivência que distinguem o período no tempo e no espaço. Consideramos o quotidiano e a vida material como lugares de um conflito determinante entre classes dominantes e classes populares: o fascismo e as forças a ele ligadas, vencedores no plano político e institucional, organizam um complexo aparato de penetração na vida quotidiana, e exatamente neste setor, tão pouco estudado, encontram um fronte importante de resistências e respostas. A hipótese é que a tensão que assim se cria, ainda que tendo raízes na cultura popular da vida quotidiana – gestos, linguagem, modos de trabalhar e de produzir, organização da vida doméstica – mais antigas que a época entre as duas guerras, assuma aspectos particularmente significativos sob a ditadura fascista. Deve ser possível, portanto, descobrir modificações da cultura do quotidiano, em outros termos, deve ser possível pesquisar a gênese de mentalidades próprias de alguns estratos sociais naquela época e lugar. É portanto uma história das mentalidades populares que mira esta reconstrução, mentalidades como interpretações do mundo, fatos culturais que ‘atenuam a rigidez da nossa escravidão ao material, colocada a nu pelo mercado capitalista’ e portanto propriamente cultura, expressa em modo simbólico e materialista. A cultura popular assim entendida nasce e muda com a transformação da vida quotidiana”.⁵⁹

Levantadas no horizonte de um estudo sobre o fascismo em um bairro operário, essas questões colocavam em evidência a importância do olhar atento sobre a diversidade de respostas que eram possíveis em um contexto onde o conflito não era aberto, mas

⁵⁸ “Além disso, o impulso de procurar instaurar novas relações com os protagonistas dos processos estudados pela história social coloca no centro desta não os indivíduos excepcionais, mas os outros, os vastos extratos daqueles que são considerados ‘comuns’ ou ‘ordinários’, os quais são de fato, quase sempre, os informantes da história oral”, Cf. Levi, G., Passerini, L. & Scaraffia, L. *Vita quotidiana in un quartiere operaio in Torino*, cit., p. 436.

⁵⁹ Cf. Levi, G., Passerini, L. & Scaraffia, L. *Vita quotidiana in un quartiere operaio in Torino*, cit. pp. 439-440. A citação colocada entre aspas simples no texto é tirada de Polanyi, *Our Obsolete Market Mentality*, in *Commentary*, 3, 1947, p. 115.

construído nas incontáveis dobras e ambiguidades da vida quotidiana. O acesso a esse mundo de solidariedades e conflitos passava diretamente pela interrogação sobre a vida familiar, a cultura do dia-a-dia, recolhida por uma documentação tão variada e plural quanto era plural e diversa a experiência individual e coletiva.

Este trabalho sobre os bairros operários de Turim no século XX foi levado adiante até 1979, continuado em um grupo de pesquisa com estudantes da Universidade de Turim e “objetores de consciência” do serviço militar e desdobrando-se no âmbito de um projeto institucional sobre a “história e a cultura local no Piemonte”⁶⁰. Esta experiência de discussão e pesquisa reflete-se de muitas maneiras na forma pela qual a *microstoria* se desenvolveu em várias propostas de pesquisa. Sandra Cavallo, Maurizio Gribaudi, Franco Ramella, Angelo Torre, são alguns dos pesquisadores próximos a Giovanni Levi que participam desse projeto coletivo e que iriam escrever trabalhos fortemente marcados tanto pelo debate quanto pela experiência de pesquisa no Piemonte⁶¹. Isso não marca apenas a importância de Levi como interlocutor fundamental para os micro-historiadores – e “professor” de vários deles – mas também a relação entre as questões discutidas e a própria formulação de muitas indagações colocadas pela proposta micro-histórica.

Voltando os seus instrumentos analíticos para um lugar e um tempo como era o da cidade de Turim na época da ascensão do fascismo, a abordagem tomava um claro sentido

⁶⁰ O projeto tem origem em um convênio entre a Universidade de Torino e o *Assessorato alla cultura della regione Piemonte*, firmado em 1978. O objetivo era fazer um levantamento dos patrimônios histórico e cultural da região, mas em uma perspectiva claramente “popular”: a religiosidade, o trabalho, a festa e as relações sociais, o teatro e o campo popular, no campo e na cidade, desde o século XVII, mereceram a atenção de um grupo específico coordenado por um professor. Os coordenadores das pesquisas foram: Gian Luigi Beccaria, Luigi Bravo, Giovanni Levi, Gian Renzo Morteo, Luisa Passerini, Giovanni Romano. O resultado final do projeto foi uma coleção em seis volumes, intitulada *Storia e cultura locale in Piemonte – Studi e ricerche*, publicada em Cuneo pela editora L’Arciere. Para mais detalhes sobre as circunstâncias em que nasce este projeto e os seus objetivos, remeto à apresentação de G. Ferrero ao primeiro volume da coleção: A. Barbero, F. Ramella, A. Torre, *Materiali sulla religiosità dei laici. Alba 1698 – Asti 1742*, Cuneo: L’Arciere, 1981.

⁶¹ Sandra Cavallo, *Charity and Power in Early Modern Italy. Benefactors and their motives in Turin, 1541-1789*, Cambridge University Press, 1995; Maurizio Gribaudi, *Mito operaio e mondo operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*, Torino: Einaudi, 1987; Ramella, Franco, *Terra e relai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell’Ottocento*, Torino: Einaudi, 1983 (com introdução de Giovanni Levi e publicado no número 8 da coleção *Microstorie*); Torre, Angelo, *Il consumo di devozioni: religione e comunità nelle campagne dell’ancien régime*, Venezia: Marsilio, 1995

microanalítico. A ênfase na “adequação e convivência”, nas “resistências e respostas” era sintomática da tentativa de revelar o conflito em suas dimensões menos evidentes, em um contexto onde a oposição aberta encontrava – em não raras vezes – uma resposta fatal por parte do regime autoritário. A análise do cotidiano considerava-o não como o lugar da passividade, mas como espaço de cultura e invenção. O objetivo de coletar a dimensão material – fotografias, cadernos de escola e cadernetas de trabalho – assim como os relatos orais, ia na direção de compreender a organização da cultura da classe operária em espaços que não eram apenas aqueles onde predominava o empenho político, “mas a organização da família, das relações, do trabalho, dos afetos que caracterizaram essa história, na qual os elementos de sofrimento e de opressão eram vencidos através de mil estratégias intersticiais que definiam uma cultura que se fazia nas malhas contraditórias dos sistemas normativos opressores”⁶².

Reflexão política e pesquisa histórica estavam claramente entrelaçadas nestas posições, bem como uma evidente tentativa de resolver os problemas enfrentados pela pesquisa através de um diálogo próximo com algumas das proposições forjadas no campo da antropologia. A referência à relação entre cultura e vida quotidiana – bem como o uso da expressão “mentalidade” (ainda que definida de um modo declaradamente “materialista”) – lembrava algumas discussões propostas pelos historiadores franceses ligados aos *Annales* da década de setenta; mas a referência de Levi apontava para outros lugares que seria interessante colocar em relevo.

Para entendermos como essa reflexão – oriunda de um campo de análise tão diferente – vai poder influenciar uma investigação sobre a organização camponesa de Antigo Regime, é preciso voltarmos para aquilo que têm em comum: ambas são pensadas a partir do prisma da história social. Uma influência clara que alimentava esse direcionamento era certamente a leitura do trabalho de Edward Thompson.

⁶² Cf. Levi, Giovanni, *Premessa* a E. Beltrami, S. Cavallo, E. Gennuso, M. Gentile, G. Gribaudi, M. Gribaudi, *Relazioni sociali e strategie individuali in ambiente urbano: Torino nel Novecento* (pesquisa coordenada por G. Levi), Cuneo: L'Arciere, 1981 (*Storia e cultura locale in Piemonte – studi e ricerche*, n. 5).

O marxismo de Thompson – humanista e crítico com relação a tendência comum do senso-comum marxista para a reificação das suas próprias categorias – alimentou de modo incisivo a forma pela qual Levi pensou seus próprios caminhos para a história social. Mas para além do modelo “relacional” de Thompson para entender a classe operária, acredito que a referência mais importante para o trabalho de Levi, em suas pesquisas posteriores, foi, em especial, o artigo do historiador britânico sobre as revoltas contra a carestia na Inglaterra do Setecentos. Sua intuição central era a de uma cultura que dava um sentido mais complexo às revoltas populares do que aquele que apenas afirmava a fome e a privação como suas causas. Uma cultura cujo caráter central estava em uma noção de legitimidade que baseava-se na convicção comum dos camponeses de defender, através das revoltas, “direitos e costumes tradicionais; e, mais em geral, da convicção de gozar da mais ampla aprovação da comunidade”⁶³. A análise de Thompson colocava em relevo os componentes culturais que estavam por trás de relações que eram usualmente consideradas como exclusivamente econômicas, isto é, consideradas em uma perspectiva própria da economia política, dirigidas pela “lei da oferta e da procura”. As revoltas camponesas testemunhavam assim o conflito entre um modelo econômico popular de caráter paternalista e profundamente entranhado nos costumes e práticas de mercado das comunidades, e uma nova ordem que se impunha. A “economia moral” e uma concepção do “bem comum nos tempos da carestia”, compartilhadas pelas classes populares inglesas do século XVIII enfrentavam – em uma luta sem esperança – uma nova concepção de economia “natural”, que se baseava na crença em um mercado auto-regulador.

A “economia moral” era um modelo de ação, que não poderia ser generalizado de modo simples, mas que tinha um poder heurístico inegável em confronto a outras realidades que não o século XVIII inglês. Ao menos a pergunta sobre as bases culturais que estavam por trás do estabelecimento dos preços do grão e do pão poderia ser traduzida sem problemas para um contexto diverso, como aquele do mercado de terras em um povoado piemontês do século XVIII. Relações econômicas personalizadas, com um

⁶³ Thompson, E. P. *L'economia morale delle classi popolari inglesi nel secolo XVIII*, (trad. Sabina Loriga), In *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*,

caráter local e regional: a partir de elementos que estavam também presentes nas indagações de Thompson (mas que eram também reforçados pela leitura de Polanyi e da antropologia econômica), Levi constrói um problema de pesquisa em torno de um pequeno povoado.

A pesquisa sobre Felizzano – que tem seus resultados publicados em dois artigos, em 1976 (em *Quaderni Storici*, no número dedicado a “família e comunidade”) e em 1978 (nos *Annali da Storia d'Italia Einaudi*)⁶⁴ – é um resultado maduro das discussões em torno da microanálise e a história social, a partir da investigação de uma comunidade circunscrita.

O trabalho era dividido em duas partes (que correspondiam a cada um dos artigos): na primeira delas era analisado – através dos “comportamentos matrimoniais” empreendidos pelos habitantes do povoado – a lógica e os valores que estavam por trás das transações envolvendo propriedades fundiárias em Felizzano; em um segundo momento, Levi acompanhava três personagens cujas trajetórias de vida haviam cruzado de algum modo a do povoado durante o século XVIII. O contexto geral era sempre aquele do estabelecimento do estado absoluto dos Savóia no Piemonte, lido através do conflito que acontecia entre uma organização social e econômica local que se confrontava com as pressões sociais e as novas idéias econômicas que o capitalismo nascente impunha nas comunidades agrárias.

A escolha inicial de deter-se sobre a análise dos casamentos não era arbitrária: os matrimônios constituíam não apenas um momento importante para o estabelecimento de alianças, mas marcavam também o estabelecimento de um novo núcleo e a garantia de manutenção do ciclo familiar. Através do comportamento matrimonial – e essa era a

Torino: Einaudi, 1981, p. 59.

⁶⁴ O já citado *Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del Settecento*, e o segundo artigo, *Strutture familiari in una comunità piemontese fra Settecento e Ottocento*, publicado em *Storia d'Italia. Annali I. Dal feudalesimo al capitalismo*, Torino: Einaudi, 1978, p. 615-650. Os dois artigos são republicados em CP (pp. 151-226) sob o título: *Un cavaliere, un oste e un mercante. Terra e rapporti sociali in una comunità piemontese del Settecento*.

intenção declarada de Levi – era possível “tirar para dançar (...) a sociedade inteira”⁶⁵. Para isso era preciso ligar os comportamentos matrimoniais a todo um conjunto de relações sociais e trocas econômicas dentro do qual as diversas estratégias faziam sentido.

Esse objetivo era perseguido através de um procedimento marcadamente microanalítico que era evidenciado pelo conjunto de fontes utilizado no trabalho. Em primeiro lugar, tratava-se de documentos fortemente serializáveis, sobre a demografia e a economia do povoado: um registro de transações comerciais (o *libro delle mutazioni*, que registrava as transferências de terras no povoado desde 1728), um recenseamento amplo (*catasto* realizado em 1762), outros levantamentos demográficos de caráter periódico (as *consegne di bocche* e os *stati d'anime*, onde eram registradas a idade, profissão, e data de nascimento da população estável), as fontes notariais (levantadas integralmente entre 1733 e 1762) e, enfim, os registros de batismo. A estrutura da propriedade e as circunstâncias que envolviam as transferências de terra, a avaliação das estruturas familiares, a idade dos matrimônios, a constituição dos dotes e as estratégias de herança, os níveis de riqueza fundiária: através de uma leitura cruzada e intensiva das fontes nominais Levi tentava estabelecer um quadro social estruturado do Povoado de Felizzano entre 1730 e 1770

Um quadro incompleto, naturalmente, na medida em que privilegiava os pequenos e médios proprietários, residentes, que pagavam impostos: uma amostra de 155 proprietários que se, por um lado, não esgotava todas as variações possíveis do comportamento matrimonial, permitia lançar luz sobre o universo de estratégias locais de poder e de relações clientelares que Levi pretendia colocar em evidência em sua análise⁶⁶.

Analisando estaticamente a estrutura fundiária de Felizzano a partir dos dados cadastrais, Levi identifica uma consistente homogeneidade na relação entre a distribuição das culturas e das terras de diferentes usos (terras de semeadura, pasto, bosque, vinhedo,

⁶⁵ “O objetivo deste ensaio é mais geral: por um lado, através da análise dos comportamentos matrimoniais, procurar identificar o modelo que subjaz ao sistema de valores ao qual obedece um fragmento da realidade piemontesa do Setecentos, e em particular o papel exercitado pela propriedade e pela transmissão de terra. Por outro lado, através do exame do conflito social que o povoado conhece, mostrar o êxito específico que aconteceu no confronto entre novas idéias econômicas e o sistema local de prestígio e poder”. Cf. CP, p. 152.

⁶⁶ CP, p. 155 e 159.

etc.), que faziam entrever uma estrutura rígida da propriedade camponesa. Esse quadro estático era colocado em teste em seguida por Levi, através da análise das fontes sobre as transferências de terra e sobre as constituições de dotes e heranças, na tentativa de responder de que forma a rigidez da estrutura fundiária de Felizzano incidia sobre os mecanismos matrimoniais.

“A rigidez na estrutura da propriedade camponesa incide em muitos modos sobre as possibilidades matrimoniais; não que um matrimônio deva acontecer entre propriedades que se integram, mas o momento do matrimônio, a tendência a organizar as relações entre tipos de cultura [*culture*] no período imediatamente sucessivo ao matrimônio, os níveis de riqueza das duas famílias contratantes, fazem que de fato exista uma lógica rigorosa, que poderemos caracterizar em 3 momentos:

a) antes do matrimônio, a família da mulher deve procurar possuir um excedente em terras de semeadura, para garantir uma subsistência mínima à nova família; b) imediatamente depois, digamos por uma década, a participação no mercado na nova família é voltada para a aquisição de tipos de cultura complementares com relação às terras de semeadura; c) depois, com o nascimento de filhas a dotar, haverá um período de expansão das terras de semeadura.”⁶⁷

O dote – a contribuição feminina à propriedade da nova família – constituía um primeiro momento da passagem da terra entre gerações e era formado principalmente por terras de semeadura destinadas à subsistência inicial da família. Uma pequena atuação no mercado de terras “preenche o espaço entre o matrimônio e a herança masculina”, que será caracterizada por terras com uma maior diversificação de culturas, que já não terão o objetivo exclusivo da subsistência (a herança constituía a “contribuição masculina” e marcava o fechamento do ciclo de reprodução familiar).

O lugar do mercado de terras nesse processo é colocado em relevo por Levi, na medida em que este se subordinava às necessidades de manutenção de uma estrutura fundiária rígida, e era estabelecido entre grupos sociais ligados por ligações clientelares bastante caracterizadas. Essas relações econômicas não eram baseadas – e isso é constantemente enfatizado por Levi – na lógica da “oferta e procura”, mas em uma sólida concepção de que as posições sociais dos contratantes deveriam ser mantidas. Significativamente, eram as pequenas transações de terra que são tomadas em consideração, pois era nelas que se poderia colher, de acordo com Levi, a lógica de

⁶⁷ CP, pp. 165-166.

reciprocidade que alimentava esse mercado “personalizado”. Essa era a mesma lógica que orientava as alianças e os casamentos (entendidos também como transações entre famílias).

“Agora nós acentuamos, dada a sociedade que estudamos, os aspectos de conservação, de igualdade, mais do que os aspectos de maximização. Em sociedades camponesas deste tipo, mesmo que já no limite da transformação capitalista, a fuga da pobreza acontece no quadro de uma predominância da conservação do status mais do que do enriquecimento como valor dominante. É uma sociedade muito hierárquica, mas com uma conflitualidade mais ou menos latente, que é mais ligada à sobrevivência do que à ascensão social. Por isso conservação, que não quer dizer entretanto transações entre bens ou situações iguais, mas formas redistributivas que de algum modo tendem a melhorar, ou melhor a evitar uma piora, das condições *diversas*, para ambos os contratantes, e na qual operam mecanismos de defesa contra o empobrecimento e a perda de status, não faltam sanções sociais contra o enriquecimento, que criam obstáculos para o matrimônio, por exemplo, de um pobre com uma moça rica.”⁶⁸

O modelo de Chaianov continuava a informar algumas das questões levantadas por Levi, assim como as discussões da antropologia econômica⁶⁹. A subsistência era a preocupação central que orientava toda a lógica da propriedade camponesa em Felizzano. Mas essa tendência participava de um horizonte mais amplo de relações sociais e econômicas onde a preservação do equilíbrio era o eixo fundamental. Essa ampliação de perspectiva ligava-se também a uma tentativa de dar conta de questões que os modelos estáticos ignoravam, ou frente às quais eram insuficientes.

Através de uma aproximação diacrônica da composição da estrutura fundiária, Levi enfatizava aqueles componentes que – na breve duração – constituíam a regularidade que ele havia encontrado, ligando o processo de constituição e reconstituição das fazendas e a lógica do mercado de terras ao ciclo evolutivo das famílias e as relações clientelares e as estratégias de poder da comunidade. O que se tentava reconstruir era um modelo de explicação que incluísse em si sua própria “lógica generativa”⁷⁰.

⁶⁸ CP, p. 174.

⁶⁹ Levi cita (em CP, pp. 104 e 105) Polanyi – *The Great Transformation* (1944) – e Marshall Sahlins – *Stone Age Economics* (1972).

⁷⁰ CP, p. 154.

Partindo de uma questão micro-demográfica – a influência da estrutura fundiária sobre os comportamentos matrimoniais – Levi construía um modelo que tentava dar conta das possibilidades de ação que se colocavam para os atores sociais e a partir dos quais eles construía suas estratégias de casamento. Ao invés de uma “estrutura de parentesco”, o que se procurava era estabelecer os diferentes elementos em jogo, a partir dos quais as diferentes escolhas faziam sentido. O modelo montado era baseado em seis parâmetros que estavam presentes em todas as situações possíveis que envolviam o casamento: 1) conservação de status; 2) endogamia geográfica, 3) estrutura social baseada em clientelas, 4) estrutura das fazendas agrícolas com uma relação rígida entre culturas, 5) estrutura familiar e fase da relação consumidores/trabalhadores na família com respeito ao ciclo doméstico, 6) crescimento da fazenda desde um mínimo de subsistência até uma variação mais complexa de tipos de cultivo. Estas eram as cartas do jogo matrimonial, que poderiam ser combinadas das mais variadas formas⁷¹.

“Em outros termos, mais do que um modelo estático, as características da realidade social do povoado que se estudou aqui, nos levam a descrever as estruturas de sustentação da comunidade em uma série de relações não rígidas: cada situação individual pode ser descrita como um caso em uma série muito extensa de **relações entre parâmetros**, com base em um modelo processual de interação.”⁷²

A intenção – seguidamente reiterada por Levi – era construir modelos que dessem conta do caráter “processual” e “generativo” dos seus objetos. Modelos que pretendiam compreender processos e não apenas realidades estáticas e que para isso deveriam incluir nos seus parâmetros internos as variações, a realidade individual, sem no entanto “fixá-la em formas finais abstratas, mas conservando o seu significado individual inserido em uma realidade estruturada”⁷³. A escolha da pequena escala não era ditada portanto apenas pela necessidade prática do manejo das fontes seriais, mas estava ligada antes de tudo à convicção de que era apenas a pequena escala que permitiria revelar de modo menos impressionista as lógicas que informavam os comportamentos de indivíduos e grupos.

⁷¹ CP, p. 175.

⁷² CP, p. 176.

⁷³ CP, pp. 176-177.

É na continuação do trabalho sobre Felizzano que vemos mais elementos dessa discussão sobre modelos. Nela, Levi interroga três trajetórias individuais, três biografias que atravessam em algum momento a vida do povoado durante o século XVIII. A primeira (e sobre a qual se detém mais tempo⁷⁴) é a de Francesco Evasio Paolo (nascido em 1721), único filho sobrevivente de um casal patricio que o deixa órfão e rico com pouco mais de um ano. Ele é deixado aos cuidados de um tio materno (também padrinho de batismo), que administra cuidadosamente seus bens de modo a garantir a criação de uma renda substancial e constante, construída sobre propriedades fundiárias e sobre empréstimos. É a partir da maioridade, quando passa a gerir seu próprio patrimônio, que a trajetória de Francesco Evasio começa a interessar a Levi. Conduzindo uma “política pessoal de aquisição de prestígio” e de “ascensão social no âmbito de sua classe” cuja imperícia e incapacidade para a inovação iria levá-lo a um vertiginoso fracasso, o patricio piemontês interessa exatamente por ser um contra-exemplo que mostra a necessidade de ampliar e tornar mais complexo um modelo estabelecido.

“(…) estamos habituados a considerar geralmente válido o modelo de Marx da passagem do feudalismo ao capitalismo. A lenta fase de acumulação primitiva, a expropriação dos pequenos produtores, o aparecimento de um empreendedor capitalista que substitui o grande proprietário feudal. Há obviamente diferenças nacionais ou regionais. Mas me parece que já se pode andar adiante: que se possa mensurar mais sutilmente o efeito de um processo amplamente difuso, considerado um fenômeno geral, não explica as variações locais dos comportamentos políticos sucessivos.”⁷⁵

O estudo da falência de um empreendedor capitalista acaba permitindo olhar para além do quadro estático do modelo. Enquanto a história dos empreendedores hábeis e afortunados apenas confirmaria o modelo sem problematizá-lo, uma trajetória de fracasso tem a possibilidade de lançar luz sobre a variedade de formas com transformação capitalista se apresentou de fato no mundo rural do Antigo Regime.

⁷⁴ Será também a única trajetória de que tratarei aqui, uma vez que exemplifica – no meu entender – as questões centrais que quero colocar em relevo na perspectiva de Levi. As duas outras trajetórias são de algum modo ligadas a esta, na medida em que tratam de um estalajadeiro e um mercador com quem Francesco Evasio contrai débitos em algum momento da vida.

⁷⁵ Cf. Levi, G. *Un problema di scala*, cit. p.76.

O elemento central do fracasso da política pessoal de Francesco Evasio passa exatamente por sua relação com Felizzano. Vários moradores do povoado haviam contraído débitos com seu pai e com o padrinho: relações econômicas que significavam também relações clientelares que conferiam-lhe algum prestígio, que ele no entanto não fez aumentar. Entre as várias estratégias de aumento de prestígio por parte do patrício junto a corte de Torino, o lance mais ousado foi exatamente a tentativa de comprar o “feudo” de Felizzano em 1744, com o intuito de conseguir o título de marquês. Essa tentativa de infeudação era bastante anacrônica no século XVIII, tanto do ponto de vista jurídico quanto econômico, mas havia sido proposta por Carlo Emanuele III à aristocracia como uma saída para financiar as novas despesas com a guerra. Felizzano era uma comunidade autônoma que era obrigada deste modo a enfrentar uma tentativa de infeudação que significaria antes de tudo mudanças profundas na organização social da comunidade, com pouquíssimas vantagens de qualquer tipo. Esse quadro de desconfiança se agravava ainda pelo fato de que o candidato a marquês, apesar de possuir algum prestígio herdado das relações clientelares que duas gerações haviam estabelecido com a comunidade, havia subestimado os problemas reais que implicavam o exercício de poder por parte de uma aristocracia proprietária. O estabelecimento de complexas relações clientelares coerentes com a estrutura social hierárquica e pouco conflitual da sociedade local era fundamental para superar a hostilidade dos camponeses e encontrar condições para o exercício do poder. O fracasso em conseguir isso – o que o torna na prática incapaz de gerir suas novas terras, apesar do sucesso na compra no feudo (a resistência dos camponeses foi inútil) –, aliado ao enorme desequilíbrio patrimonial oriundo da sua política de prestígio, leva-o à decadência econômica.

O que Levi coloca em relevo – e de outros modos nas duas outras trajetórias sobre as quais não falarei aqui – é o papel das redes de relações sociais, da solidariedade cultural e política que organizava socialmente o povoado de Felizzano. Essas relações determinaram a sorte de um empreendedor capitalista que foi incapaz de se inserir de modo coerente no tecido social da comunidade; também esteve na origem da própria

sorte do povoado que manteve, no longo prazo, uma atitude fortemente hostil à qualquer proposta de mudança vinda do exterior⁷⁶.

A questão que se coloca de imediato é sobre a possibilidade de generalização que este caso permite dentro do horizonte de construção de um modelo para compreender a implantação do capitalismo nas zonas agrárias de Antigo Regime. Se esta não é uma trajetória típica, qual é afinal o horizonte de explicação que ela possibilita para a formulação do problema?

É mais uma vez a idéia do jogo de possibilidades que está presente. Relações clientelares, mediação entre centro e periferia, estratégias de inovação, capacidade de articulação interna da comunidade: estes e outros parâmetros se cruzam para permitir explicar as diferentes possibilidades de resposta que se apresentavam para as comunidades camponesas diante do estabelecimento de uma nova ordem econômica.

4. Modelos generativos e redução da escala de análise.

A metáfora do jogo que usei antes para definir a interação entre parâmetros no modelo de Levi não é gratuita: deriva da antropologia e, mais precisamente, de um outro encontro fundamental na sua trajetória intelectual. É na antropologia social e mais precisamente no trabalho do antropólogo norueguês Fredrik Barth⁷⁷ que Levi encontrava alguns dos instrumentos críticos para articular não apenas a sua concepção de um modelo “generativo”, mas também algumas das propostas metodológicas que desenvolveu na sua concepção da *microstoria*.

⁷⁶ Cf. CP, pp. 224-226.

⁷⁷ Barth (nascido em 1928), fez sua formação acadêmica inicial em biologia, tendo estudado depois antropologia em Chicago e Cambridge. Foi professor de antropologia social em Bergen de 1961 a 1972, e depois em Oslo entre 1972 e 1985. Sobre Barth ver: Rosenthal, Paul-André, *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*, In Revel, J. (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Em primeiro lugar, Levi compartilhava com Barth uma crítica bastante articulada aos modelos estruturais e/ou funcionalistas que antropólogos e historiadores lidavam em suas pesquisas. A escolha de um “modelo generativo” (uma expressão recorrente em Levi, mas que tem origem no trabalho de Barth⁷⁸) implicava em criticar antes de tudo aqueles modelos causais simplificadores que marcavam a análise dos historiadores. Na avaliação de Levi, os grandes modelos sociológicos e antropológicos assumidos pela história haviam entrado tão facilmente no mundo dos praticantes da disciplina porque não mudaram de fato a forma pela qual os historiadores explicavam a história: tendo o contexto como dado, o modelo construído, não havia como não encontrar depois – nos fatos – aquilo que já se sabia de antemão encontrar. A crítica a essa explicação “a partir do nome do assassino” – vale dizer, como em uma história de detetive onde este tenta dar um sentido para a trama do crime sabendo de antemão o desfecho da história – alimentava a concepção de Levi sobre o sentido da *microstoria*⁷⁹.

A saída desse impasse estaria em abordar a relação entre as situações analisadas e seus contextos de outra forma: a dicotomia entre o “micro” e o “macro”, pensada usualmente como uma hierarquia de relevância (o primeiro como reflexo do segundo, ou como uma relação entre simples/complexo), poderia ser compreendida através da sua conexão dinâmica e analisada como um problema de escala⁸⁰.

A noção de “escala” tinha origem também nas reflexões de Barth sobre a organização social e era considerada por ele como um elemento constituinte da realidade estudada⁸¹. Levi – e, de certo modo através dele, a maior parte dos micro-historiadores – vai apoderar-se desta noção, enfatizando seu caráter “metodológico”: a *variação da*

⁷⁸ A referência central aqui permanece sendo o pequeno libreto de Barth – constantemente citado por Levi e outros “micro-historiadores”: *Models of Social Organization*, Royal Anthropological Institute Occasional Paper, n. 23, London, 1966.

⁷⁹ Essa metáfora é desenvolvida por Levi em dois lugares: inicialmente em *Un problema di scala*, In *Dieci interventi sulla storia sociale*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1981; e na premissa ano número dos *Quaderni Storici* dedicado aos povoados e organizados por Levi (*Villaggi*, QS, n. 46, 1981).

⁸⁰ Cf. Levi, G. *Un problema di scala*, cit. p.77.

⁸¹ Sobre o tema da “escala”, ver Barth, F. *Conclusions*, In Barth, F. (ed.) *Scale and Social Organization*, Oslo-Bergen-Tromsø: Universitetsforlaget, 1978.

escala era um procedimento experimental que poderia ser utilizado para a análise de um problema histórico de qualquer dimensão.

“A consideração da pequena escala se propõe portanto como um modo de colher o funcionamento real dos mecanismos que em um nível ‘macro’ deixam coisas demais por explicar. E a insuficiência das explicações podem ser verificadas nos debates sem saída nos quais continuamente nos metemos: o consenso popular ao fascismo; uma classe operária que absorveu a cultura da burguesia vitoriana; um mundo camponês arcaico que deve desaparecer de frente ao progresso, e assim por diante. A escala aqui está evidentemente errada, porque não pode dar respostas enquanto não desce até uma situação concreta, talvez não generalizável, mas que ainda assim permite a elaboração de um instrumental conceitual menos rústico do que aquele construído a partir de agregados excessivamente indefinidos.”⁸²

A redução da escala de análise era considerada como uma operação que permitiria ao historiador colocar em relevo aspectos do problema estudado, que não seriam observáveis de outro modo. Mas essa característica da aproximação micro-histórica fazia sentido dentro de um quadro bem mais rico de proposições que valeria a pena ser olhado com mais calma.

A crítica aos macro-modelos estáticos baseava-se antes de tudo em uma recusa do seu pressuposto básico, isto é, a concepção de que estrutura social ampla era constituída de um modo totalmente homogêneo e respondia a uma coerência interna que explicaria por si só todas as suas variações. Um “mundo integrado e regido por sistemas coerentes de normas, que influem diretamente e sem ambiguidade sobre todas as microdecisões”⁸³ e onde as discrepâncias, a multiplicidade das realidades individuais eram deixadas de lado por não possuírem valor explicativo e possibilidade de generalização. Ora, era exatamente a idéia de que a sociedade constitui um todo coerente, homogeneamente normatizado, que era questionada: formada a partir de uma perspectiva excessivamente abstrata, esta idéia impedia a visão do funcionamento real das interações sociais.

“Desde o alto, o campo e as cidades de Ancien Régime nos parecem imóveis, homogêneos, incapazes de influenciar as mudanças sociais que parecem ser propostas deste modo sempre como uma modernização oriunda do exterior: a grande tradição plasma e modifica, incontaminada, a pequena tradição(...). Com frequência se descreveu o mundo popular do Ancien Régime como obscuramente governado pelos poderes

⁸² Cf. Levi, G. *Un problema di scala*, cit. p.77.

⁸³ Cf. Rosenthal, Paul-André, *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*, cit. p.155.

fortes e absolutos da biologia, da subsistência, das instituições: a escolha parecia excluída. Desmontar nas suas componentes o mundo normativo distancia do **errado e perigoso senso de necessidade** que não apenas visões gerais mas também pesquisas microanalíticas muitas vezes sugeriram. A hipótese é portanto esta: regras e normas obrigadas, é verdade; mas uma selva de regras e de normas contraditórias entre si, que se propõem como um quadro elástico que *exige* estratégias e escolhas contínuas, pessoais, de grupo, coletivas”⁸⁴

A ênfase sobre a incoerência de qualquer sistema normativo estava no centro da discussão de Barth sobre os modelos antropológicos: o mundo social não é perfeitamente integrado, todos os sistemas de normas são fraturados pelas suas incoerências internas. Apenas a atenção sobre as descontinuidades, as divergências, permitiria colher o processo dinâmico das transformações sociais a partir do seu ângulo mais concreto: resgatar as estratégias individuais e de grupo daria chance para compreender de que modo engendravam-se nas situações singulares os processos sociais de grande escala. Levi incorpora esta discussão em seu trabalho, afirmando a redução da escala de análise como o procedimento que de fato permitiria fazer ver como funcionam as normas e como, através das suas incongruências e ambiguidades internas, toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz, em última análise, a possibilidade da mudança.

A composição da realidade social que uma tal perspectiva implicava partia do princípio de uma construção incessante do tecido social como uma interação contínua entre as diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de diferentes objetivos e articulando diversas formas de ação. A sociedade é entendida então como “o resultado cumulativo de um número de escolhas separadas e decisões tomadas por pessoas que agem frente a frente a outras pessoas”⁸⁵.

A metáfora da rede para descrever o tecido social – cuja fortuna havia sido considerável na antropologia social inglesa⁸⁶ – era também usada por Barth para descrever essa constituição interativa do tecido social:

⁸⁴ Cf. Levi, G. *Un problema di scala*, cit. p.78. Grifo meu, itálico do autor.

⁸⁵ Cf. Barth, Fredrik, *Models of Social Organization*, cit. p. 2, *apud*, Gribaudi, Maurizio, *Introduzione*, In *Relazioni sociali e strategie individuali in ambiente urbano: Torino nel Novecento*, cit, p. 30.

⁸⁶ Me refiro à chamada “escola de Manchester” formada em torno dos ensinamentos de Max Gluckman; o trabalho central desta discussão permanece sendo Mitchell, J.C (org.) *Social networks in urban*

“Relações sociais formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constitui um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações. Assim, cada ator pode ser olhado como o centro de uma ‘estrela de primeira ordem’(...) de relacionamentos. A complexidade de toda a rede dentro da qual um certo número de estrelas se emaranha é enorme; mas a imagens nos permite ao menos provisoriamente falar de sociedades como um todo nestes termos.”⁸⁷

A rede social, entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais, nos devolve para a idéia do jogo. É de fato na chamada “teoria dos jogos” como modelo de análise da ação econômica que Barth se inspira para propor sua forma de raciocínio sobre a estruturação da sociedade⁸⁸: a idéia do jogo (uma outra metáfora) permitia colocar em cena um indivíduo capaz de manipular ativa e conscientemente os recursos disponíveis na sociedade.

“Estratégia” é aqui o termo chave. Este conceito era, no entanto, depurado das suas implicações hiper-racionalistas: de fato, o conceito de estratégia remetia a idéia de um agente livre e perfeitamente racional que escolhe a partir de um conhecimento perfeito das regras do jogo e de suas consequências, tendo a mão todos os recursos necessários para tanto. Em contraposição a esse “*homo economicus*” – que era o modelo do indivíduo da economia clássica – o que o modelo de Barth colocava em cena era um ator que deveria agir dentro de uma sociedade (qualquer sociedade) onde os recursos materiais, culturais e cognitivos disponíveis eram distribuídos de modo **desigual**. Um indivíduo racional, certamente, mas não dotado de uma “racionalidade absoluta”: ao contrário, o que se propõe é um indivíduo que age – nas palavras de Levi – a partir de uma “racionalidade

situations, Manchester, 1969. “O conceito de rede” – como lembra Maurizio Gribaudi – “condiz de fato, antes de tudo, a procurar definir quais são as ligações reais que sustentam os grupos sociais e quais são os conteúdos profundos que neles são negociados. E ao mesmo tempo enfatiza como a estrutura social é um complexo de micro-grupos que se cruzam e se sobrepõem, cada um dos quais tem sua história, modalidades de relação e suas lealdades”, Cf. *Introduzione*, In *Relazioni sociali e strategie individuali in ambiente urbano: Torino nel Novecento*, cit, p. 21. Para uma leitura crítica da influência da *network analysis* sobre a *microstoria* italiana, ver Gribaudi, Gabriella, *La metafora della rete. Individuo e contesto sociale*, Meridiana, 15, 1992, pp. 91-108.

⁸⁷ Cf. Barth, F. *Scale and Network in Urban Western Society*, In *Scale and Social Organization*, cit. p. 166.

⁸⁸ A referência principal é Von Neumann, John & Morgenstern, Oskar, *Theory of Games and Economic Behavior*, Princeton: Princeton University Press, 1944. Sobre a leitura que Barth faz da teoria dos jogos, remeto a Rosenthal, Paul-André, *Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”*, cit. pp. 158-161.

limitada”⁸⁹, isto é, a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe confere, em contextos onde a sua ação depende da interação com as ações alheias e onde, portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza.

Modelos generativos, descontinuidades do tecido social, contradições dos sistemas normativos, racionalidade limitada, estratégias, incerteza, redução da escala de análise: são categorias que informam de muitas maneiras e ajudam a construir o quadro analítico da proposta que Levi constrói para a *microstoria*. Conceitos e procedimentos que têm origem em outras disciplinas ou nascem da própria pesquisa, mas que são sempre repropostos a partir da experiência do fazer histórico e para os quais Giovanni Levi tentou dar um conteúdo preciso e experimental em um livro que se tornou exemplar da abordagem micro-histórica.

Em *Eredità immateriale* (Herança imaterial), Giovanni Levi está de posse de fato de todos aqueles instrumentos que constituíram sua proposta para a *microstoria*. Publicado na coleção *Microstorie* que ele dirigia, desde 1981, ao lado de Carlo Ginzburg, o livro trazia o subtítulo: “carreira de um exorcista no Piemonte do Seiscentos”. Uma biografia, portanto, de um padre processado pelo Santo Ofício em 1697, acusado de prática de exorcismo.

Um tema já definitivamente “micro-histórico”: a história de uma figura marginal, cujo título poderia facilmente remeter, ainda que analogicamente, a outros trabalhos, como o livro de Ginzburg sobre o moleiro – também alvo da Inquisição – Menocchio. Mas as semelhanças terminavam quase todas aí. O livro de Levi – discutido também atentamente por Ginzburg⁹⁰ – guardava diferenças inegáveis de perspectiva. Ainda que a investigação

⁸⁹ O conceito de “racionalidade limitada” ou “racionalidade seletiva”, tal como é usado por Levi, não tem origem no trabalho de Barth, ainda que seja bastante coerente com ele. Na verdade “*selective rationality*” é um conceito forjado pelo economista americano Harvey Leibenstein no contexto de uma crítica ao modelo do “homem econômico” da economia neo-clássica: ver, de Leibenstein, *Beyond Economic Man. A New Foundation for Microeconomics*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1976.

⁹⁰ Entre os vários agradecimentos – e de uma menção a uma temporada passada como visitante na *School of Social Science* do *Institute of Advanced Studies* de Princeton entre 1983 e 1984 – há um especial a Luisa Accati, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi, “que aceitaram fazer uma leitura, muitas vezes repetida, [do livro] e de dedicar muito tempo não apenas a assinalar-lhe o erros e imprecisões, mas também a desmontar sabiamente algumas certezas a que havia chegado” In *Eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, (*Microstorie*, n. 10), Torino: Einaudi, 1985 (de agora em diante EI), p. 9.

sobre a cultura dos camponeses também fosse um tema central, os objetivos gerais eram diversos e a abordagem era decididamente marcada pela história social.

Somos de imediato apresentados ao personagem desta biografia: Giovan Battista Chiesa, pároco vigário de Santena. Não se trata de um caso de grande heresia, nem sua pregação tinha alguma qualidade especial. E, mesmo assim, ele conseguiu um notável sucesso durante o curto período em que praticou, antes de ser calado pela inquisição e desaparecer dos registros, talvez banido. Sabemos do seu sucesso através de um documento entregue como peça de defesa e produzido pelo próprio vigário: um livro onde havia sido registrado “os nomes, o lugar de origem e o tipo de mal de 539 pessoas por ele exorcizadas entre 29 de junho e 15 de agosto de 1697” (27 dos quais habitantes de Santena)⁹¹. As razões desse sucesso é que vão interessar a Levi: as razões pelas quais uma clientela tão diversa, composta de ricos e pobres, mendigos e camponeses que têm em comum a desventura pessoal, vão se aproximar e aceitar a pobre pregação do vigário de Santena.

Para seguir esse objetivo, no entanto, Levi se volta para o cotidiano do povoado. Um levantamento intenso de fontes, principalmente notariais: uma “técnica intensiva de reconstrução dos fatos biográficos de cada habitante do povoado de Santena que tenha deixado um traço documental”⁹². Um trabalho não indiferente: 32000 ocorrências nominais, em média 20 para cada pessoa que viveu ali entre 1672 e 1709⁹³. Desconfia-se logo que de fato o que está em jogo não é apenas uma biografia.

“Escolhi assim um lugar banal e uma história comum. Santena é uma pequena vila e Giovan Battista Chiesa é um padre exorcista bastante rústico. Mas é exatamente esta quotidianidade dos fatos ligados a um grupo de pessoas – envolvidas em acontecimentos locais, mas coligados a fatos políticos e econômicos que fogem ao seu controle direto – que coloca problemas muito sugestivos sobre as motivações e sobre estratégias do agir político. Não uma revolta aberta, uma crise definitiva, uma heresia profunda, uma inovação perturbadora, mas a vida política, as relações sociais, as regras econômicas, as reações psicológicas de um lugarejo normal me permitiram – espero – contar quantas coisas relevantes se podem ver acontecer quando aparentemente não acontece nada. São

⁹¹ EI, p. 20.

⁹² EI, p. 5.

⁹³ EI, p. 44.

as estratégias quotidianas de um fragmento do mundo camponês do Século XVII: por analogia, sugerem temas e problemas gerais e colocam em discussão algumas das hipóteses que uma visão de longe, menos microscópica, nos habituou a aceitar.”⁹⁴

O problema histórico enfrentado era de muitos modos ligado aos interesses anteriores de pesquisa do autor. O tema da transformação capitalista vista sob o ponto de vista das populações camponesas de *Ancien Régime* era recolocado. Mais uma vez, a crítica de Levi dirigia-se aos modelos – construídos por historiadores e cientistas sociais – que entendiam o mundo camponês de modo inerte, homogêneo e sem conflitos; um mundo que havia se extinguido lentamente “frente ao agressivo consolidar-se do poder centralizado do estado absoluto e à generalização das relações de mercado”⁹⁵. Uma crítica válida, na opinião de Levi, mesmo para aqueles modelos mais bem acabados que inspiravam de muitas maneiras o seu próprio trabalho, como aquele thompsoniano da *moral economy* e o de George Foster da cultura camponesa “permeada pela imagem da quantidade limitada e imutável dos recursos disponíveis”⁹⁶. Mesmo estes modelos lhe pareciam marcados “pelo objetivo polêmico principal ao qual se contrapunham, o teleologismo corrente que vê apenas no mundo totalmente mercantilizado do capitalismo a realização plena da racionalidade econômica, antes parcial e latente”⁹⁷.

Seus objetivos declarados apontavam para outras direções: era preciso considerar que as modificações observadas no mundo camponês não eram apenas resultado das forças externas. Entender o conflito que se estabelecia entre o centro e a periferia a partir das pequenas comunidades camponesas permitiria colocar em relevo o papel ativo que estas comunidades tiveram em sua própria transformação e, para além disso,

⁹⁴ EI, pp. 6-7.

⁹⁵ EI, p. 4.

⁹⁶ Modelos que eram, de resto, muito diferentes entre si, não apenas por partirem de realidades inteiramente diversas mas também enquanto propostas opostas de interpretação do mundo camponês. Sobre Thompson, já fiz referências anteriores neste trabalho. O modelo do antropólogo americano Foster é estabelecido em *Peasant Society and the Image of Limited Good*, *American Anthropologist*, 67, 1965, pp. 293-315, desenvolvido a partir da sua pesquisa de campo em um povoado camponês no México: Tzintzuntzan. *Mexican Peasants in a changing world*. (1967), Prospect Heights (IL): Waveland Press, 1988.

⁹⁷ EI, p. 4.

compreender em que medida o próprio resultado final daquele amplo processo social foi também modificado⁹⁸. O objetivo do livro era portanto o de explorar um pequeno episódio a partir de uma grande problema de pesquisa.

Tentando desmontar o quebra-cabeça, Levi levanta uma hipótese central a partir do qual poderia ser pensado o episódio. Essa hipótese era esboçada a partir do conteúdo da própria pregação de Chiesa. Esta se baseava, de fato, na idéia de que a única origem de todos os infortúnios humanos estava na ação de uma única causa metafísica, o demônio: “*Su diecimilla di noi novemilla sono posseduti dal demonio*”⁹⁹. Mas essa pregação bastante rústica tinha um elemento que Levi ressalta como importante para compreender as razões mais profundas que estavam sendo jogadas ali. A estrutura monocausal, com a ênfase na origem única de todos os males, acabava por ter um enorme poder de organização cognitiva em frente a um mundo que desmoronava. Em um contexto de crise, como o Piemonte do fim do século XVII – varrido pela guerra e pela fome da qual era em grande parte consequência – onde os camponeses pobres viviam uma situação onde a previsibilidade do futuro lhes fugia das mãos e a angústia de uma situação que escapava ao seu controle crescia cada vez mais, o sucesso do discurso de Chiesa era coerente com a tentativa generalizada de tornar o mundo mais simples e, portanto, mais manejável.

Essa reflexão participa da hipótese central do trabalho, isto é, que a condição generalizada de incerteza era o elemento constituinte da realidade dos camponeses de *Ancien Régime*, e o combate à incerteza, a tentativa de colocar o presente e o futuro sob controle em uma sociedade continuamente ameaçada pela dissolução, era o elemento fundamental que orientava cognitivamente aqueles homens e mulheres e dava sentido às suas estratégias individuais e de grupo. A necessidade da redução da incerteza, a tentativa incessante de tornar o mundo – ainda que simbolicamente – mais manejável e previsível era o elemento central do modelo que Levi propunha para pensar aquela sociedade.

⁹⁸ “Não é apenas um problema interpretativo: as explicações que encontram exclusivamente em causas externas às pequenas e frágeis comunidades rurais o mecanismo da mudança social que destruiu o sistema feudal, não conseguem dar conta da heterogeneidade de resultados deste processo, a não ser recorrendo à hipótese de que o modo de adaptação das situações locais é diverso porque diversos são os pontos de partida. Mas isso passa o problema adiante, sem resolvê-lo.”, EI, p. 4.

Levi não construía este argumento como uma explicação simplificada do episódio: ao contrário, esta era uma forma de **problematizá-lo**. Seguindo esta hipótese original, ele abandona temporariamente a trajetória de Giovan Battista e parte para a análise das estruturas familiares do povoado e suas atitudes frente à terra e o seu comércio. Entre os exorcizados pelo pároco de Santena, Levi identifica três famílias do povoado cujas trajetórias serão acompanhadas de perto, através das suas estratégias econômicas e de aliança, levantadas a partir dos documentos notariais.

São três famílias de meeiros, “o grupo social no qual se realizam” segundo Levi “de modo simples e mais completo, fatos estratégicos que estão na base do comportamento e do sistema de valores de todos os *santenesi* do fim do Seiscentos”. Mais uma vez, o objetivo não era reconstruir “situações típicas”, mas encontrar os “elementos constitutivos de um modelo”¹⁰⁰.

As trajetórias familiares são analisadas a partir desta constatação não tão banal: as relações sociais, as estratégias de aliança, todas fazem sentido como recursos disponíveis na sociedade e que são usados para controlar a incerteza inerente à própria vida. As famílias – não apenas as nucleares ou estendidas da demografia, mas aquela no sentido amplo de “grupos não co-residentes, mas ligados por vínculos de parentesco consanguíneo ou por alianças ou por relações de parentesco fictício”¹⁰¹ – são consideradas a partir do seu papel como alianças comuns frente a incerteza do mundo social. A trajetória de cada família é perseguida até atingir o momento dramático da dissolução ou do infortúnio, onde a sua vida cruza a trajetória do pregador de Santena. A procura pelo exorcismo é colocada de volta no horizonte de insuportável incerteza que uma situação geral desfavorável – a guerra, a carestia, o mal tempo – se cruza com o infortúnio da morte inesperada e do desequilíbrio econômico doméstico. Incerteza é, sem dúvida, o tema central de *Eredità Immateriale*. Mas a incerteza tem aqui um sentido muito prático, que

⁹⁹ Como Chiesa não cansava de lembrar aos seus paroquianos. Cf. EI, p. 37.

¹⁰⁰ EI, p. 53.

¹⁰¹ Id. Ibid.

deriva da relação dos homens com o mundo e da sua própria possibilidade de lidar com ele.

“Esta, como qualquer outra sociedade, é composta de indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade dentro da qual é organizado todo o comportamento; e a incerteza não deriva apenas da dificuldade de prever o futuro, mas também da contínua consciência de dispor de informações limitadas sobre as forças operantes no ambiente social onde se deve agir. Não é entretanto uma sociedade paralisada pela insegurança, hostil a todo risco, passiva, encastelada em valores imóveis de auto-proteção. Melhorar a previsibilidade para aumentar a segurança é um potente motor de inovação técnica, psicológica, social, e as estratégias relacionais, (...) , são parte das técnicas de controle do ambiente. (...)”

“O mundo mental no qual a pregação de Chiesa se desenvolvia era aquele de uma sociedade à procura de segurança: a melhora econômica era um objetivo subordinado à ampliação e a confirmação das relações sociais, sobre as quais as próprias necessidades de subsistência se fundavam. E é neste quadro que as formas de associação entre famílias são significativas, como um dos elementos estratégicos na criação de segurança. As relações são evidentemente sugeridas pela consanguinidade e pela aliança; mas esta é apenas uma área privilegiada, que se pode ampliar e restringir, na qual se pode escolher e criar hierarquias. Se é exatamente a incerteza a sugerir a criação de normas que tomem previsível o comportamento de cada um a todos os outros, é a própria dificuldade de previsão que sugere que estas normas sejam elásticas, ambíguas, de modo a consentir uma contínua adaptação.”¹⁰²

As histórias das famílias permitiam colocar em evidência o sentido estratégico das alianças horizontais entre as famílias não co-residentes, de modo a ampliar a possibilidade de previsibilidade das ações alheias. Essa mesma lógica de interdependência estava presente nas alianças sociais verticais, que ligava as famílias camponesas, através de redes de clientela, proteção e fidelidade, às famílias de “notáveis” locais: relações que funcionavam como um contrapeso às tensões latentes que o conflito de interesses continuamente produzia. A partir daquelas trajetórias familiares, e das suas diferentes estratégias, Levi constrói um modelo de comportamento para as famílias de Santena. Mais uma vez não se trata de um quadro estático, mas de um conjunto de parâmetros dinâmicos que estão envolvidos no horizonte de possibilidades que se abre a cada família e indivíduo. A identificação dos “mecanismos generativos” dos comportamentos será então central para a construção deste modelo. Os parâmetros envolvidos levavam em conta a política de alianças entre famílias co-residentes, a diversificação de atividades profissionais,

¹⁰² EI, pp. 58-59.

uma política peculiar com relação à aquisição de terras, a dependência clientelar frente ao proprietário nobre, uma política de dotes diferenciados para as mulheres, a endogamia estreita, política familiar rígida com relação à tutela e ao usufruto, a responsabilidade coletiva pelos atos criminais¹⁰³. Os termos do modelo generativo estavam em jogo, de muitos modos, no conjunto de estratégias empreendidas pela comunidade¹⁰⁴. A organização familiar não era portanto “produto passivo de necessidades econômicas ou biológicas”, mas uma estratégia consciente dos membros da comunidade, perseguindo objetivos determináveis¹⁰⁵.

Reforçar a previsibilidade, diminuir a incerteza, tornar a vida menos dependente da oscilação do ciclo agrícola e do ciclo familiar do núcleo isolado. Estes termos centrais – presentes na organização da família – marcavam também as estratégias econômicas dos habitantes de Santena. A análise do mercado de terras do povoado poderia demonstrar bastante bem – de acordo com a análise proposta por Levi – esta subordinação da lógica econômica às estratégias relacionais¹⁰⁶.

Em primeiro lugar, um mercado dotado de circulação veloz, composta de pequenos pedaços de terra. E, apesar dessa aparente irrelevância, um mercado importante para os habitantes do povoado: É impossível ler nesta vertiginosidade do mercado os comportamentos econômicos através de uma lógica da maximização dos lucros. A grande disparidade – aparentemente aleatória – que envolvia este mercado em Santena sugeria colocar o mecanismo central da transação – a própria formação do preço – como elemento central da análise. Olhado em uma escala reduzida, era possível detectar a influência da complexa realidade social do povoado sobre a lógica do mercado:

¹⁰³ São elementos discutidos através destas trajetórias familiares e expostos em EI, pp. 76-77.

¹⁰⁴ “As estruturas de sustentação da comunidade podem se definir por uma série de relações não rígidas: cada situação individual pode ser descrita como um caso numa série muito extensa de relações entre parâmetros, com base num modelo processual de interação, que leva a certos agrupamentos de combinações de fatores, em torno de um tipo modal (...)” Cf. EI, p. 78

¹⁰⁵ EI, p. 79.

¹⁰⁶ “Aquilo que é específico é portanto o modo dessa proteção, que aponta em primeiro lugar sobre as relações pessoais de solidariedade e de apoio, de dependência e de desigualdade, de débito e reciprocidade. O funcionamento do mercado da terra é disso um testemunho concreto.” EI, p. 115-116.

“Parentesco, vizinhança, amizade, clientela, alteravam os preços; as solidariedades e os conflitos de comunidades tinham um peso determinante não tanto para ativar as transações, mas para determinar-lhes o preço”¹⁰⁷.

O que Levi colocava em relevo era “a existência de uma regra operante ativa” que era sugerida por uma análise mais aproximada do mercado de terra, caracterizada por um “*continuum* das reciprocidades [que] influía sobre o nível dos preços e sobre o caráter das transações”¹⁰⁸. As diferenças nos preços respondiam à proximidade: parentes, vizinhos, notáveis e nobres, cada relação de compra e venda respondia a uma lógica onde o aspecto material da relação era acompanhado também de um inegável aspecto relacional. Um “mercado” fortemente personalizado onde estavam em jogo alianças entre parentes e vizinhos, relações de dependência e de clientela com notáveis locais e nobres, etc.

“A ligação inseparável entre fluxos materiais e relações sociais me parece que põe significativamente o mercado de terra ao lado aos outros mecanismos da comunidade, para mostrar um prevailecimento da procura de segurança na solidariedade de grupo, com respeito às aventureiras formas de afirmação individual.”¹⁰⁹

Em uma situação onde cada vez mais grandes decisões que influenciavam as comunidades eram tomadas muito longe delas, onde a centralização política impunha continuamente novas situações que tornavam o futuro difícil de prever, no nível local se exigia um constante esforço de adaptação e resposta, reorganização de poder e criação de vias de acesso a informação que antes não faziam sentido. Em uma relação desigual entre centro e periferia, havia a constante necessidade de construir melhores canais que possibilitassem aumentar a informação e diminuir a incerteza.

É nesse ponto que a análise de Levi volta atrás no tempo: reaparece a história de Giovan Battista Chiesa, mas apenas para apresentar a história de seu pai, Giulio Cesare

¹⁰⁷ EI, p. 104. O problema do mercado da terra como lugar privilegiado para a reflexão cruzada entre a história social e a história da cultura foi também tema, naqueles anos, de um número dos QS organizado por Levi e por Gérard Delille (*Il mercato della terra*, em 1987). Nesse mesmo volume, no entanto, há um artigo de Gérard Béaur que critica frontalmente a perspectiva exposta por Levi em *Eredità immateriale: Prezzo della terra, congiuntura e società alla fine del XVIII secolo: l'esempio di un mercato della Beauce*, QS, n. 65, a. XXII, n. 2, 1987, pp. 523-548.

¹⁰⁸ EI, p. 108.

¹⁰⁹ EI, p. 115.

Chiesa, juiz e notário de Santena cinquenta anos antes dos fatos que envolveram o pároco de Santena. A análise da sua trajetória é o último elemento presente no livro que eu gostaria de considerar aqui, na tentativa de caracterizar a abordagem micro-histórica de Giovanni Levi.

Mais uma vez, o problema do vazio de poder entre o centro e a periferia e as relações desiguais que se estabelecem ali, abrem espaço para a criação de canais de comunicação e de poder que faziam sentido dentro do povoado. É aí que entra a figura do mediador: um conceito com larga tradição na antropologia política¹¹⁰ e que era utilizado por Levi para interpretar o lugar de Giulio Cesare na comunidade de Santena¹¹¹.

A trajetória do pai de Chiesa é analisada por Levi a partir da sua função de mediador entre a comunidade de Santena e o poder central, mais precisamente a cidade de Chieri a qual o povoado era imediatamente subordinado politicamente. As estratégias de aliança entre o líder político local e os nobres de Chieri – que lhe permitiram o título de *podestà* do povoado – eram inseparáveis das relações estabelecidas com os camponeses, que garantiam o seu prestígio político.

A leitura do mediador não é feita a partir da idéia do líder conservador; ao contrário, a importância e a efetividade do seu papel vinha em grande medida do fato de que o mediador tinha um forte papel empreendedor, capaz de introduzir inovações nas relações entre os camponeses e os nobres e, deste modo, garantir um prestígio inegável entre os camponeses, na medida em que sua ação acabava por permitir aos próprios aldeões um maior controle sobre suas próprias vidas. A capacidade de jogar entre diversos

¹¹⁰ Mediador, *power-broker*, *midleman*, as referências são muitas a esse tipo de personagem, central nas discussões sobre clientelismo. Esse conceito havia sido usado por muitos antropólogos sociais que são referência dentro do trabalho de Levi, como o próprio Barth, mas também os antropólogos ligados à *network analysis*. Para um conjunto de referências bibliográficas sobre o tema, remeto a nota 1 do quarto capítulo de EI, p. 143-4.

¹¹¹ Sobre o uso que faz deste conceito, Levi explica: “A antropologia política trabalhou muito sobre este problema, em particular para as sociedades mediterrâneas e latino-americanas. Mas em geral o discurso sobre o ‘patronaggio’ e sobre os mediadores, referido a sociedades contemporâneas, acentuou muito o papel deste tipo de notáveis na conservação social. Quero propor aqui um ponto-de-vista ligeiramente diferente: em uma sociedade de ordens em *Ancien Régime*, o seu papel é muito mais dinâmico, porque propõe modelos de ascensão social que devem forçosamente colocar em discussão a rigidez estruturada de uma situação dominada por status e papéis definidos não-escritos.” EI, pp. 143-144 (nota).

“sistemas normativos contraditórios” ligava-se portanto fortemente ao seu sucesso: “a capacidade de Giulio Cesare Chiesa será ligada com as garantias de relativa segurança que a sua presença dará aos camponeses de Santena. A mediação aberta, o uso explícito dos interstícios locais abertos pelos conflitos entre feudatários, comunidade e autoridades centrais, eram a área da sua atividade, a fonte do seu sucesso”¹¹². As origens da autoridade de Chiesa são retraçadas por Levi, que lança luz sobre o seu papel ativo como mediador de conflitos administrativos e jurídicos entre Santena e Chieri.

Mas o sucesso de Chiesa no longo prazo, está ligado a uma escolha básica de investir no seu prestígio “imaterial” junto à comunidade. E é essa “herança imaterial”, acumulada em 40 anos no exercício do papel de mediador junto à comunidade, que será o legado de Chiesa ao filho. Que esse seja também o título do livro não é, obviamente, gratuito: a própria escolha da carreira eclesiástica do filho – que foi imposto por ele como o pároco de Santena – fazia sentido neste contexto, uma vez que colocava a sua disposição o controle sobre importantes recursos – morais e materiais – da comunidade.

“Estamos habituados a imaginar a formação do estado moderno nas sociedades europeias de Ancien Régime com uma atenção toda dirigida aos vértices sociais e a figuras definidas no seu papel institucional e na sua estreita relação com a propriedade da terra e com os tráficos mercantis. A história de Giulio Cesare Chiesa mostra, ao contrário, o operar concreto de um empreendedor político local, que exerce uma ação transformadora das regras que governam uma sociedade de ordens através da realização de uma carreira individual e de uma atividade inovadora, nos interstícios das regras imprecisas e contraditórias de uma sociedade apenas aparentemente estruturada em instituições rígidas. Giulio Cesare Chiesa é uma sorte de pequeno líder, de funcionário local, em fatigante atividade de mediação entre estado e comunidade, entre feudatários e camponeses e senhores; a rede das suas relações é a sua riqueza, o dinheiro é investido não em terra ou no comércio, mas no ainda indefinido problema de manter e fazer crescer um prestígio não de todo reconhecido pelas leis e pelos usos, de transmitir à geração sucessiva um patrimônio fluido, feito de relações e posições instáveis, em herança feita de recursos concretos, mas imateriais.”¹¹³

O problema da continuidade do poder e do prestígio acumulado que Giulio Cesare tentava transmitir para o filho, fica em suspenso com a sua morte, acontecida no meio da crise dos anos noventa. A inabilidade de Giovan Battista de seguir o caminho aberto pelo

¹¹² EI, p. 123.

¹¹³ EI, pp. 141-142.

pai está na origem da sua própria desventura. Os problemas de jurisdição que marcaram os conflitos entre o poder local dos patrícios e o poder centralizador da cidade de Chieri – elemento central de disputa desde os tempos de Giulio Cesare Chiesa – acaba por ser resolvido em favor de Chieri e os nobres locais vêm seu poder reduzido. Esse acordo, aprovado pelo rei em 1715, põe fim aos conflitos. Os camponeses tornaram-se também subordinados a Chieri: isso significou o aumento de impostos e uma provável mudança na forma de estabelecer o preço da terra. “E isso trazia uma modificação substancial nas próprias bases do cálculo econômico e, portanto, de todo o sistema da racionalidade e da imaginação do modo produtivo das pequenas propriedades”.

O significado geral desse episódio particular dizia respeito – na análise de Levi – às perguntas que ele permitia fazer sobre a miríade de situações locais a partir das quais se construiu e se impôs de fato o estado moderno¹¹⁴. O que é colocado em relevo é antes de tudo as possibilidades que se colocavam localmente, nas relações entre o centro e a periferia, de propor de outros modos aquilo que era imposto pela centralização: iniciativas, propostas, defesas, correções, é todo um espaço de autonomia que as pequenas comunidades locais tentavam exercer de fato em um contexto de enorme transformação.

5. Por que tornar as coisas simples quando se pode complicá-las?

A proposta de Levi, desenvolvida em *Eredità immateriale* colocava em relevo questões centrais que lançavam luz sobre o debate em torno da *microstoria*. A ênfase explícita no seu trabalho sobre a ligação ineliminável entre o micro e o macro, entre a prática quotidiana e a História (em maiúsculas) estabelecia de modo inequívoco a relação entre a prática individual e a transformação social.

¹¹⁴ “Uma aventura política que havia durado por cinquenta anos, em uma forma tão particular mas também tão indicativa dos modos de agir e de pensar do mundo camponês do Seiscentos, havia se fechado definitivamente. Quero imaginar que essa confusa multidão que transitou pela nossa frente tenha contado alguma coisa não apenas sobre si mesma; que com a sua pobre prática quotidiana tenha contribuído para determinar – para o bem e para o mal – as características do estado moderno, as escolhas e os compromissos das suas classes dominantes.” EI, p. 201

(...) Com o tempo, todas as estratégias pessoais e familiares tendem talvez a aparecer niveladas em um comum resultado de equilíbrio relativo. Mas a participação de cada um na história geral, na formação e modificação das estruturas sustentadoras da realidade social não pode ser avaliada somente pelos resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um, ciclicamente, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida quotidiana que tem o seu centro no uso estratégico das regras sociais.

“A abertura dos conflitos e contradições é acompanhada pelo contínuo formar-se de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos a novas rupturas. Em geral, nós olhamos aquela sociedade de longe: estamos, assim, atentos a resultados finais que frequentemente excedem a possibilidade de controle das pessoas, a sua própria vida. Parece que as leis do estado moderno impuseram-se sobre resistências impotentes e historicamente, no longo período, irrelevantes. Mas não aconteceu assim: nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade política de uma maneira duradoura, não de impedir as formas de dominação mas de condicioná-las e modificá-las.”¹¹⁵

Discutindo com Roger Chartier, que insistia na necessidade de analisar a gênese das relações sociais (e culturais e políticas) a partir do nível dos grupos, considerado como “nível mínimo no qual se pode ainda estudar com proveito as representações do mundo social”¹¹⁶, Levi aponta a insuficiência de uma perspectiva que – tendo o mérito de enxergar a sociedade como um campo de conflito e, portanto, fragmentada – acabava por considerar o grupo, por outro lado, como uma instância dotada de estabilidade e de coesão internas, deixando em aberto, entretanto, o problema da relação entre indivíduo e grupo.

“Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente. Pois o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam largamente

¹¹⁵ EI, pp. 4-5.

¹¹⁶ Cf. Levi, Giovanni, *Usos da biografia*, In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs), *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 181 (Este artigo foi publicado inicialmente em *Annales ESC* 1989 (6), pp. 1325-1336). A discussão implicava também as posições do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Levi cita explicitamente: Chartier, Roger, *La storia culturale fra rappresentazioni e pratiche*, In *La rappresentazione del sociale*, Torino: 1989; e Bourdieu, Pierre, *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris: Minuit, 1989.

inexplorados: por exemplo, a consciência de classe, ou a solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder”¹¹⁷

O objetivo explícito de Levi era o de entender o “funcionamento efetivo das normas sociais”. Essa perspectiva trazia consigo implicações centrais que me parecem estar na origem de grande parte do interesse que suscita contemporaneamente a sua proposta micro-histórica. A ênfase na ambiguidade dos sistemas normativos que constituem a sociedade está ligada à necessidade de colocar a **mudança** como objeto central da análise. O que se afirma é impossibilidade da sociedade ser tratada como um *continuum* homogêneo. Uma vez que ela é produto do fazer humano, é necessariamente inacabada e por isso – como a própria história humana – necessariamente ambígua em seus resultados. Esse fundamento anti-determinista me parece central na proposta de Levi e está fortemente ligado à discussão sobre o lugar da ação individual na história.

“Parece-me, ao contrário, que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam coerentemente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (...). **Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações.** A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas.”¹¹⁸

Que a proposta de Giovanni Levi para a *microstoria* tenha nascido, na sua trajetória intelectual – a partir de indagações sobre a prática e a reflexão política, me parece bastante significativo para compreendermos algumas das suas implicações. A insistência sobre a “margem de liberdade” da ação individual – permitida pela ambiguidade das próprias

¹¹⁷ Cf. Levi, Giovanni, *Usos da biografia*, cit. p 182.

¹¹⁸ Ibid. pp. 179-180.

relações sociais – liga-se fortemente em seu trabalho à própria indagação sobre a transformação social. Compreender os modos pelos quais as mudanças de fato ocorrem na história – questão onipresente nas preocupações de pesquisa de Levi – liga de muitos modos a reflexão da história e das ciências sociais às questões de fundo que estão presentes na própria indagação sobre as possibilidades de mudança hoje.

Essas questões iluminam muito da marcante originalidade que a experiência micro-histórica adquire no cenário historiográfico contemporâneo. Acredito que a compreensão da proposta de Levi encontra-se de fato aqui: a ênfase na redução da escala de análise – elemento central da *microstoria* – fazia sentido antes de tudo como uma afirmação da ação individual e as relações interpessoais como a dimensão geradora da mudança social. Que essa perspectiva implicasse também uma forte posição anti-relativista e anti-irracionalista¹¹⁹ me parece bastante coerente: a afirmação da história não apenas como um exercício de retórica, mas como uma disciplina capaz de compreender o mundo humano nas suas reais mediações, ligava-se de muitas maneiras a um programa de pesquisa que enfatizava a interrogação rigorosa sobre os instrumentos de análise dos historiadores e o enraizamento empírico de toda a indagação histórica.

O trabalho de Levi – e em especial *Eredità immateriale*¹²⁰ – tem sido, sem dúvida, aquele que mais expandiu o debate em torno da micro-análise social para além do contexto italiano. Ele se transformou também em referência fundamental de alguns dos mais estimulantes desdobramentos – ainda em curso – da experiência micro-histórica

¹¹⁹ Paul-André Rosenthal fala em uma postura “neo-positivista” (dando uma conotação positiva ao termo!) que me parece um pouco simplificadora. Cf. *Construir o “macro” pelo “micro”...* cit. p. 172. Sobre a postura anti-relativista de Levi, remeto ao seu artigo *I pericoli del geertzismo*, QS, n. 58, a. XX (1), pp. 269-277 ; ver também Levi, G. *Retorica e verità*, In Starace, Giovanni, *Le storie, la storia. Psicoanalisi e mutamento*, Venezia: Marsilio, 1989, pp. ix-xv.

¹²⁰ A tradução alemã é de 1986 (Berlin), seguida daquela em língua inglesa (Chicago, 1988), francesa (Paris, 1989) e espanhola (Madrid, 1990).

hoje¹²¹. Um exemplo dessa influência inegável já estava presente na análise que fazia Jacques Revel em 1989, na brilhante introdução à edição francesa de *Eredità immateriale*. Nela, Revel arrisca uma definição para a proposta oferecida por Levi para a *microstoria*:

“Ela obedece a uma máxima que todo historiador poderia, me parece, fazer sua: **por que tornar as coisas simples quando se pode torná-las complicadas?** Ou, para dizer de um modo um pouco menos trivial: o papel do observador não é o de ler a realidade que ele estuda com os instrumentos geralmente simplificadores que ele recebeu (simplificadores, para dizer a verdade, na maioria das vezes porque ele os recebeu). Ele deve, ao contrário, enriquecer o real introduzindo na análise o maior número de variáveis, sem renunciar entretanto a descobrir regularidades.”¹²²

Essa “definição” – a qual não falta alguma dose de humor – tem certamente o mérito de respeitar um elemento fundamental presente em todo o trabalho de Levi: a abertura de perspectiva que não permite aprisionar suas propostas dentro de um quadro metodológico estático passível de ser aplicado arbitrariamente. Com ela eu pretendo concluir esta tentativa de dar coerência ao fragmento de uma trajetória de pesquisa que permite iluminar – acredito – algo da complexidade de um debate que, de resto, permanece inconcluso.

¹²¹ Ver por exemplo: Lepetit, B. (dir.) *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*, Paris: Albin Michel, 1995; Revel, J. (dir.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise* (1996), cit.

¹²² Revel, J., *L'histoire au ras du sol*, In Levi, Giovanni, *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle*, Paris: Gallimard, 1989. Grifo meu.

III. *Con il poco farete assai: a microstoria* de Carlo Ginzburg¹

Em uma carta datada de 22 de outubro de 1994, lê-se um comentário feroz ao texto de um historiador. Nada de especial em princípio. Que seja entretanto assinada “*desde las montañas del Sureste Mexicano*” por um líder guerrilheiro é um fato menos corriqueiro. Nas montanhas está o “Subcomandante Insurgente Marcos”, enquanto que em uma paisagem talvez menos acidentada encontra-se Carlo Ginzburg. A ferocidade do primeiro se dirige a leitura de um já famoso texto do segundo: “*Señales. Raíces de un paradigma indiciario*”².

“Ahora leo que este tal Carlo Ginzburg rastrea, por síntomas, en el psicoanálisis, la literatura policiaca y la estética de finales del siglo XIX, las coincidencias de un nuevo paradigma: el indiciario. A mí todo eso me da sueño. Qué pasaría, por ejemplo, si las orejas, los dedos, o las uñas (que tanto aterraban a los teóricos de la estética de finales del XIX, Morelli dixit) no corresponden a nadie, es decir, pueden ser de cualquiera?”³

¹ “*Con il poco farete assai*” (“Com pouco conseguirás muito”) é um dos títulos daqueles “panfletos mais ou menos charlatanesco” que Ginzburg cita em *Os pombos abriram os olhos: Conspiração popular na Itália do século XVII*, In *A Micro-história e outros ensaios*, (trad. Antônio Narino) Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand/Difel, 1991, p. 136. Agradeço a Antonio Luigi Negro, que usou este mesmo título em um trabalho não publicado sobre a *microstoria*, pela condescendência com essa pequena apropriação.

² A carta do Subcomandante Marcos, dirigida a Adolfo Gilly, responde a um pedido deste último ao líder zapatista, em nome da revista *Viento del Sur*, de um comentário ao texto de Ginzburg (que havia sido remetido por Gilly a Marcos em setembro de 1994). O comentário de Marcos é tão negativo quanto breve. Uma resposta de Gilly, que é afinal o intermediário deste “contato”, a Marcos, com o título *Huellas, presagios, historias. Carta al Subcomandante*, foi publicada em um volume aos cuidados do próprio Gilly que reúne ainda a carta do Subcomandante Insurgente (pp. 15-22), o texto de Ginzburg (pp. 75-130) e um apêndice (*Historia de Marcos y los hombres de la noche*, pp. 131-142): Gilly, Adolfo (org.) *Discusión sobre la historia*. Mexico (D.F.): Taurus, 1995.

³ Cf. *Discusión sobre la historia*, cit. p. 16.

O percurso deste texto, da mesa de um professor de história em Bolonha até as montanhas de Chiapas quinze anos depois, testemunha algo da enorme visualização que o trabalho de Carlo Ginzburg adquiriu fora da Itália a partir da década de oitenta. Ginzburg tornou-se sem dúvida sinônimo de “micro-história” para a maior parte dos leitores que, dentro e fora do mundo dos historiadores, tiveram contato com o termo. Esta divulgação de seu trabalho não acompanhou necessariamente uma compreensão mais global sobre o conjunto de questões historiográficas com as quais fazia suas contas ou simplesmente dialogava. Não há dúvida, por outro lado, que a fortuna do debate em torno da *microstoria* fora do contexto italiano, por parcial que seja, está fortemente ligada aos textos de Ginzburg e sua larga divulgação, mesmo para além do campo próprio dos especialistas.

A operação que identifica a *microstoria* ao trabalho exclusivo de Ginzburg permitiu produzir alguns juízos interessantes, que mereceriam ser citados. O mais comum deles seria o de que a *microstoria* é um produto próprio dos meios intelectuais bolonheses: Carlo Ginzburg foi durante anos professor em Bolonha (ainda que sua formação tenha se dado, como veremos, em outros lugares); Umberto Eco seria o outro exemplo que atestaria essa hipótese (Bolonha, afinal, era “o mesmo ambiente intelectual em que [Eco] escreveu o seu *best-seller* ‘O nome da Rosa’”⁴). As semelhanças entre o método “indiciário” de Ginzburg e as reflexões em torno da semiótica formuladas por Eco são mesmo reconhecidas pelo último⁵. Entretanto, falar em uma “escola de Bolonha” para entender os desdobramentos da *microstoria* é certamente uma generalização apressada demais⁶. Que as propostas de Ginzburg representem todo o debate ou mesmo o que há de mais representativo de seu conjunto é uma idéia que tento mostrar infundada desde o início deste trabalho. Como não se trata de emitir juízos, mas de recuperar a história de um debate historiográfico, é

⁴ Muir, Edward. *Introduction: Observing Trifles*, In Muir, Edward & Ruggiero, Guido (org.) *Microhistory and the lost peoples of Europe*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991. p. vii.

⁵ Cf. o prefácio a Eco, U & Sebeok, T. A. (ed.), *The Sign of Three. Dupin, Holmes, Pierce*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1983.

⁶ A uma “escola de Bolonha” se referem F. Egmond & P. Mason em *The Mammoth and the Mouse. Microhistory and Morphology*, Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1997, p. xi.

preciso manter distância da tendência às generalizações apressadas. Por outro lado, o inegável sucesso dos trabalhos e propostas de Ginzburg – para além do contexto italiano – marcaram de forma significativa o debate: conduzindo, por um lado, parte da leitura que se faz dele e, por outro, ajudando a desenhar internamente uma de suas feições mais interessantes. Suas conclusões sobre os sentidos da *microstoria* estão longe de ser unânimes dentro do contexto heterogêneo que constitui o debate, mas sem elas é impossível compreender algumas das direções importantes que a *microstoria* tomou.

1. Buoni maestri.

Carlo Ginzburg⁷ é um historiador que, nas últimas décadas, não se cansou de procurar novas formas de indagar a história, desrespeitando sistematicamente as tradicionais fronteiras acadêmicas, não apenas recusando-se a absorver acriticamente instrumentos e problemas de outras disciplinas, mas antes invadindo a seara alheia com questões próprias do seu ofício. História da arte, antropologia, psicologia e a crítica literária são alguns destes campos, interrogados sistematicamente a partir de ângulos às vezes inusitados. “Deslocamento” poderia ser chamado o seu método preferido – a transferência de questionamentos e ferramentas de um lugar para outro: a filologia textual aplicada a textos não literários, problemas de história social e da cultura pensados através de documentos figurativos ou ainda aplicados à história da arte, interrogações próprias da análise iconológica recolocadas diante de mitos, morfologia empregada para a análise de materiais históricos.

O conjunto destas reflexões e experimentações variou muito durante os anos, transformando-se também qualitativamente. Mas os parâmetros principais que estão em jogo nesse longo percurso se formaram – acredito – muito precocemente na trajetória de pesquisa de Ginzburg. Partir desta hipótese (que dirige a leitura que proponho da sua

⁷ Ginzburg foi professor em Roma, Bolonha e, nos últimos anos, da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), onde é *Franklin D. Murphy Professor in Italian Renaissance Studies*.

trajetória) não significa imaginar um processo linear e sem ambiguidades em direção à *microstoria* mas, ao contrário, resgatar a pluralidade de questões das quais a ela é (ou foi) um resultado possível, mas não único. Na verdade (e essa é uma ressalva que seria válida para Grendi ou Levi), o termo *microstoria* não dá conta de abranger o conjunto de discussões que marcam o trabalho deste historiador, nem é a minha intenção aqui dar conta da totalidade de aspectos que se apresentam em suas pesquisas. O que proponho é entender o nexos que tornou possível essa convergência de discussões em torno de um “denominação” (por mais imprecisa que seja); um nexos que supõe temas e preocupações comuns, mas não exatamente consenso, nem coerência.

Carlo Ginzburg nasceu em Turim em 1939, no interior de uma família de intelectuais judeus e antifascistas. Leone Ginzburg (1909-1944), pai de Carlo, havia nascido em Odessa (Rússia) e emigrado com a família depois da revolução soviética. Na Itália desde a infância (e em Turim desde 1924), Leone havia sido companheiro de estudo e de militância de outros jovens que se tornariam figuras intelectuais e políticas importantes no antifascismo turinês e italiano: Norberto Bobbio, Vittorio Foa, Cesare Pavese, Massimo Mila, Carlo Levi, Giulio Einaudi eram alguns deles. Bobbio, que escreveria belas páginas em homenagem ao seu antigo colega de liceu, atribui em grande parte à amizade de Ginzburg e de Foa seu abandono da primeira opção, de origem familiar, pelo fascismo⁸. E de fato Leone Ginzburg, antifascista de primeira hora, após conhecer Carlo Rosselli e Gaetano Salvemini em Paris em 1932, adere ao grupo *Giustizia e Libertà*. Em 1937, Carlo Rosselli e seu irmão Nello Rosselli seriam assassinados em Paris pelos fascistas; dois anos depois, em homenagem a eles, Leone daria a um de seus filhos o nome Carlo Nello Ginzburg.

O liberalismo político e a abertura ao socialismo, marcaram também os engajamentos culturais de Leone e de um modo especial a sua atividade editorial, naquele empreendimento comum realizado com Giulio Einaudi a partir de 1933: a editora que leva

⁸ Cf. Bobbio, N. *Diário de um século. Autobiografia*, Rio de Janeiro: Campus, 1998 (1997). Bobbio faz a introdução dos escritos de Leone organizados pelo filho Carlo em 1964 (Ginzburg, L. *Scritti*, Torino: Einaudi, 1964), uma homenagem depois reunida em Bobbio, N. *Maestri e compagni*, Firenze: Passigli, 1984.

desde então o nome deste último. Entre as suas atividades políticas (que o levaram à prisão por conspiração) e aquelas na edição e tradução, Leone dá aulas de literatura russa na Universidade de Turim (mas não por muito tempo, uma vez que a sua recusa de prestar o juramento de fidelidade ao regime o faz perder também esta posição). Influenciado pelo “populismo russo”⁹ e por Croce, Leone desenvolvia um trabalho de crítica literária (sua *tesi di laurea* havia sido sobre Maupassant), de tradução (são suas as primeiras traduções italianas de *Tarass Bulba* de Gogol, assim como *Ana Karenina* de Tolstoi e grande parte da *História da Revolução Russa* de Trotski, entre outras)¹⁰ e de editoria (foi responsável pela publicação de Dostoievski e Puchkin pela Einaudi¹¹).

A militância antifascista ativa de Leone – como elemento de ligação com os exilados parisienses e como colaborador de publicações anti-fascistas – o levou à prisão pela primeira vez em 1934 (onde permanece até 1936). Em 1938, casa-se com Natalia Levi, filha de Giuseppe Levi – um importante histologista de origem judaica que dava aulas na Universidade de Turim – a cuja família era ligado por afinidades pessoais e políticas (o irmão de Natalia, Mario Levi, militava com Ginzburg no *Giustizia e Libertà*). Quando a Itália entra na Segunda Guerra, em 1940, Leone, Natalia e os seus filhos (Carlo incluído) são “transferidos” para um pequeno povoado no centro-sul da Itália, Pizzoli (nos Abruzzi), onde são mantidos em “confinamento” sob o controle do regime. Uma

⁹ “No seu livro clássico, *Il populismo russo* [Vol. II, Turim, 1952, p. 18], o historiador turinês Franco Venturi, falava dos escritos e a pessoa de meu pai, que ele havia conhecido e próximo nos círculos de emigrados anti-fascistas em Paris, como ‘uma nova e original incarnação’ do espírito dos narodniks. Central para a sua experiência era, como sabemos, uma forte simpatia moral e intelectual pelos valores expressos pela sociedade camponesa”, Cf. Ginzburg, C. *Witches and Shamans*, *New Left Review*, n. 200, July/August, 1993, p. 77.

¹⁰ Cf. Tranfaglia, Nicola. *Sulla personalità di Leone Ginzburg*, In Tranfaglia, N. (a cura di). *L'itinerario di Leone Ginzburg*, Torino: Bollati Boringhieri, 1996, p. 7. Sobre a sua crítica literária, ver no mesmo volume o artigo de Marziano Guglielminetti (*La critica letteraria di Leone Ginzburg: il metodo di Croce, di Freud e di Šklovskij*). Falta ainda uma biografia que se debruce de fato sobre a extraordinária figura de Leone Ginzburg; enquanto isso, esse pequeno volume organizado por Tranfaglia me parece um ponto de partida interessante, sugerindo alguns caminhos importantes para a sua compreensão.

¹¹ Leone editoriou e prefaciou os seguintes livros de Fiodor Dostoievski (sempre pela Einaudi): *Il Giocatore* (1941), *L'Idiota* (1941), *I Demoní* (1942), *Memorie del Sottosuolo* (1942); além de *La Figlia del Capitano* (1942) de Puchkin. (também de Puchkin, L. Ginzburg traduziu *La donna di picche*, publicado postumamente em 1949).

experiência semelhante a de outros antifascistas italianos, cuja descrição mais famosa se encontra em *Cristo si è fermato a Eboli* de Carlo Levi¹².

Durante o período em Abruzzo ajuda a criar, clandestinamente em 1942, o *Partito d'Azione*. Em 1943, quando o Rei destitui Mussolini e o período da Resistência armada começa no Norte da Itália, Leone se dirige à Roma ocupada pelos alemães, onde retoma suas atividades antifascistas. É, contudo, reconhecido e preso, vindo a morrer após torturas em 5 de fevereiro de 1944 (antes de completar 35 anos) no cárcere de Regina Coeli, a prisão romana administrada pelos nazistas¹³.

Natalia Ginzburg (1916-1991), por outro lado, havia se interessado pela literatura desde jovem, tendo publicado seus primeiros contos aos 17 anos (em *Solaria*, um periódico florentino). Sua estréia definitiva como escritora se dá no entanto com uma novela chamada *La strada che va in città*, publicada sob o pseudônimo de Alessandra Tornimparte em 1942, pelo editor Einaudi. Sua literatura foi fortemente voltada sobre o tema da família, vista por um olhar avesso a sentimentalismos, e nem sempre otimista. Sua carreira como escritora – que a levou a publicar várias novelas e ensaios importantes – iria transformá-la em uma das mais importantes figuras da literatura italiana deste século¹⁴.

Natalia trabalhou para Giulio Einaudi após a guerra, como editora e tradutora¹⁵, tendo vivido em Turim (1945-1949), Londres (1959-1961) e, principalmente, em Roma. Casou-se novamente em 1950, com o professor de literatura inglesa Gabriele Baldini (que morreria em 1969). As convicções políticas de Natalia – definíveis, de um modo um tanto impressionista, como um comunismo de feição populista – a levaram depois da guerra para uma atitude próxima ao PCI e, mais tarde, a posições de esquerda independente

¹² Torino: Einaudi, 1945. A experiência descrita por Carlo Levi dizia respeito à Lucania, onde morou – em uma situação análoga à dos Ginzburg, entre 1935 e 1936.

¹³ Cf. Bobbio, N. *Prefazione a L'itinerario di Leone Ginzburg*, cit. p. vii.

¹⁴ Sobre a trajetória de Natalia Ginzburg, remeto ao livro de Alan Bullock, *Natalia Ginzburg: Human Relationships in a changing world*, Berg, 1991.

¹⁵ Natalia foi responsável, por exemplo, pelos prefácios de *Anna Karenina* de Tolstoi (1945) e de *Delitto e castigo* de Dostoiévski (1947), traduziu ainda (sempre pela Einaudi), entre outros, *La strada di Swann* de Marcel Proust (1946).

(como tal ela foi eleita para o parlamento italiano, em 1983). Natalia morreu em Roma, no dia 7 de outubro de 1991.

De que modo esse “léxico”, essas escolhas familiares confluíram na formação dos interesses de Carlo Ginzburg e intervieram nas suas próprias escolhas autônomas? Essa é sem dúvida uma pergunta de difícil resposta. Em um trabalho como o que tento levar adiante aqui, o problema mais evidente talvez seja a dificuldade de lidar com o limite imposto pela consciência da miríade de motivações subjetivas que estão em jogo em cada trajetória – muitas vezes distantes de qualquer referência intelectual estrita – e que permanecem em geral fora do alcance. A impossibilidade de resgatar um conjunto muitas vezes importante de disposições que se constróem em uma existência e que acabam por influenciar decisões afetivas, intelectuais e profissionais, acaba por impor-se como um obstáculo quase sempre insuperável. Talvez isso acabe sendo uma vantagem – uma vez que afasta o risco de fazer da análise historiográfica a presa de um psicologismo fácil – mas não há dúvida que algo da riqueza da interrogação sobre a trajetória intelectual de um pesquisador acaba se perdendo, na medida em que essas referências acabam muitas vezes caladas ou anuladas na objetividade dos textos acadêmicos.

A tentação inicial, por outro lado, é aceitar passivamente a contínua reflexão sobre sua própria trajetória que Carlo Ginzburg oferece seguidamente. A consciência dos fios que ligam seu trabalho a todo aquele *background* familiar anterior é reivindicada com frequência em seus ensaios e entrevistas. Ainda que tentando fugir à tendência a construir uma coerência *a posteriori*, Ginzburg não pode deixar de propor uma encadeação lógica para esta trajetória¹⁶. Talvez a melhor forma de lidar com esses testemunhos retrospectivos seja exatamente tratá-los como indicadores de caminhos a percorrer, mas que devem ser, a cada vez, contrastados com as outras “vozes” representadas pelos seus trabalhos de pesquisa, considerados no contexto de seus diálogos internos.

Seguindo as sugestões de Ginzburg, em sua tentativa de recuperar o conjunto de leituras que o influenciaram para além do ambiente familiar, algumas indicações parecem importantes: O interesse pela literatura é evidente, e não apenas como leitor (a influência

¹⁶ Ginzburg comenta esta ambiguidade em *Witches and Shamans*, cit., especialmente na p. 80.

familiar nesse sentido é mais do que previsível). As leituras da adolescência passam por Kafka, Pavese, Carlo Levi, os romances russos – Dostoievski e, de um modo especial, Tolstoi. Em “Guerra e Paz”, Ginzburg seguidamente afirma ter encontrado uma influência perene sobre a forma pela qual veio a conceber a história. (Essa era uma escolha que fora de muitos modos “herdada” do pai, Leone, que havia prefaciado o livro anonimamente em 1942)¹⁷. Tolstoi havia abordado – em “Guerra e Paz” – a invasão da Rússia durante as guerras napoleônicas do início do século XIX sob um prisma realmente particular: o escritor russo – que na segunda parte da obra havia exposto suas próprias considerações sobre o que poderia ser a história – opunha à visão do historiador tradicional, “para o qual existem heróis”, a visão do artista “que estuda as reações de um personagem em todas as condições de vida” e para o qual “não pode nem deve haver heróis, mas deve haver homens”¹⁸. Constatada a lacuna entre um evento real – como uma batalha – e as lembranças distorcidas e fragmentadas, contidas nos relatórios oficiais sobre os quais se voltam os historiadores para recontar os eventos, a única solução para preenchê-la se encontraria na tentativa de recuperar a memória de cada homem envolvido na guerra, do mais humilde soldado ao mais alto posto. Nas palavras de Tolstoi: “Enquanto forem escritas as histórias dos indivíduos, como as de César, Alexandre, Lutero ou Voltaire, e não a história de *todos*, sem exceção, de *todos* os homens que tomam parte de um acontecimento, será impossível não atribuir aos indivíduos uma força que obriga os outros homens a dirigirem sua atividade para um fim único”¹⁹. Essa imagem de uma história construída a partir do ponto-de-vista “do mais humilde soldado” deixou certamente uma impressão duradoura em Ginzburg.

¹⁷ O livro é publicado pela Einaudi. A influência de Leone sobre Carlo Ginzburg pode ser intuída, naturalmente, em outros lugares: um exemplo disto é a coletânea de escritos de seu pai, organizada por Ginzburg em 1964 (cit. nota 8).

¹⁸ “O historiador, às vezes, torcendo a verdade, há de conformar toda a conduta de um personagem histórico com a idéia única a ele imputada. Pelo contrário, o artista compreende que essa idéia única é incompatível com sua intenção, e procura entender e mostrar, não um ator célebre da história, mas um homem”, Cf. Tolstoi, *L. Guerra e Paz*, Rio de Janeiro: Lux, 1960 (trad. Lucinda Martins), vol. I, prefácio, p. xi.

¹⁹ Cf. Tolstoi, *L. Guerra e Paz*, cit. Vol. II, p. 498.

Outras leituras marcaram “as primeiras escolhas intelectuais autônomas (isto é, não legitimadas imediatamente pelo ambiente familiar)”²⁰: as “Cartas do cárcere” de Antonio Gramsci, Lukács (lido muito criticamente), e a crítica literária – Leo Spitzer, Erich Auerbach, Gianfranco Contini, cujo contato havia se dado através da leitura da revista *Officina*, dirigida no fim dos anos cinquenta por Pier Paolo Pasolini²¹.

Também é no fim da década de cinquenta que, verossimilmente, acontece seu encontro com os estudos de psicanálise, antropologia e folclore: Freud (“Psicopatologia da vida quotidiana”), Claude Lévi-Strauss (“Antropologia estrutural”) e Ernesto De Martino. Este último, junto com Cesare Pavese, havia coordenado uma “coleção de estudos religiosos, etnológicos e psicológicos” sob os cuidados da editora Einaudi no fim dos anos quarenta – onde foram publicados pela primeira vez em italiano nomes como Frazer, Malinowsky, Lévy-Bruhl, Jung, Vladimir Propp, Mircea Eliade, Georges Dumézil, entre outros²². Uma intervenção cultural realmente inovadora no cenário intelectual italiano, tão impermeável às ciências sociais e a antropologia. Ginzburg havia lido *Il mondo magico*, de Ernesto De Martino (publicado como primeiro volume da coleção, em 1944), um pouco antes ou depois de entrar na universidade: um livro que o impressionaria pela forma pouco ortodoxa com que aliava história e antropologia em um estudo sobre o folclore que articulava também as influências de Croce e as sugestões de Gramsci para o estudo da cultura das classes subalternas²³.

²⁰ Nas palavras de Ginzburg no *Prefácio a Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. (tradução de Federico Carotti), São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1986), pp.7-8 (daqui em diante, farei referência a este livro com a abreviatura MES).

²¹ Cf. *Prefácio a MES*, p. 8.

²² A “*Collezione di studi religiosi etnologici e psicologici*” (que ficou conhecida como *collana viola* - coleção violeta) foi publicada entre 1948 e 1955, por Ernesto De Martino e Cesare Pavese (Pavese apenas até 1950, ano da sua morte)

²³ As pesquisas “moleculares” de De Martino foram consideradas de certo modo antecessoras lógicas do trabalho de Ginzburg e outros micro-historiadores. Não há dúvida que existem semelhanças e que, ao menos para Ginzburg, a leitura de *Il mondo magico* foi certamente um estímulo. Uma hipótese de uma reproposição direta das teses de De Martino deve ser, contudo, olhada com muita cautela: ele certamente não era a referência principal e deve ser visto antes como o precursor de uma atitude interdisciplinar que era certamente marginal no contexto das relações entre história e ciência social na Itália e que podia ser pensado, no máximo, como um antecessor ilustre desta atitude. Ainda com relação a De Martino, Ginzburg fez uma resenha do seu *La terra del rimorso* em 1963, na revista *Centro Sociale* (nos. 51-52,

Em 1957, Ginzburg se transfere para Pisa, para seguir o curso de *Lettere e Filosofia* na mais prestigiada instituição acadêmica do país, a *Scuola Normale Superiore*²⁴. Estudar em Pisa significava também fazer uma escolha que implicava uma certa distância do meio acadêmico turinês – também muito prestigioso, mas talvez excessivamente próximo daquelas primeiras escolhas familiares que significavam com certeza um peso difícil de carregar. Essa escolha por Pisa fez com que importantes historiadores e pensadores de Turim, como Franco Venturi, Aldo Garosci ou Norberto Bobbio – que haviam sido muito próximos de seu pai (e que continuaram próximos a Ginzburg, pelo que se pode intuir dos vários agradecimentos nos seus livros futuros) – não fossem seus professores, e permitiu que Ginzburg fosse exposto a um outro mundo de referências culturais e políticas que iriam marcá-lo fortemente.

Em Pisa, os primeiros interesses continuavam sendo aqueles próximos à literatura e a crítica literária. O interesse pela filologia textual era alimentado pelas aulas com Contini e pelas leituras de Spitzer e Auerbach – dois expoentes daquela crítica “realista” e filológica da literatura (isto é, interpretativa, erudita, e ao mesmo tempo baseada na possibilidade de ligar os textos aos contextos extra-literários). É significativo neste sentido a forma pela qual Ginzburg conta o seu primeiro contato com um dos historiadores que mais iria influenciar o seu trabalho: Delio Cantimori:

“[Cantimori] ia passar uma semana em Pisa, e disse que ia ler e comentar a obra de Buckhardt, *Considerações sobre a história do mundo*. Lembro-me muito bem do momento em que o vi pela primeira vez: era um homem gordo, não muito alto, de barba branca, com uma cara de cardeal, como nos retratos de cardeais de El Greco. Falava com uma voz pastosa e perguntou: ‘Algum de vocês lê alemão?’ Muito poucos liam. Ele continuou: ‘Bom, vamos ler o livro de Buckhardt, mas vamos comparar as traduções italiana, francesa, inglesa, etc.’. começamos, e depois de uma semana tínhamos lido cerca de dez linhas. Aquilo me marcou profundamente. Aquela maneira de ler o texto levantando

1963), que eu não pude consultar (Anne Jacobson Schutte faz uma referência rápida em nota a este texto no seu excelente *Review Article: Carlo Ginzburg, Journal of Modern History*, n. 48 (2), 1976, p. 298).

²⁴ A escola havia sido fundada em 1810, por um decreto napoleônico, como uma sucursal da *École Normale Supérieure* francesa. Cf. página oficial da *Scuola Normale* na Internet: <http://www.sns.it/html/Opuscolo.html> (acessado em 03/03/1999).

uma multiplicidade de problemas foi algo que me pareceu realmente magnífico. Um ano depois, decidi estudar história.”²⁵

Há pelo menos trinta anos entre o acontecimento descrito acima e sua lembrança em uma entrevista. Mas é realmente significativo que o elemento central daquela impressão tenha sido a característica mais marcante de Cantimori: o gosto pela erudição e a leitura lenta (e, como nos lembra Ginzburg, “ler lentamente” é o que definia – para Roman Jakobson – a “filologia”²⁶). São termos semelhantes que aproximaram Ginzburg de outros eruditos e historiadores, como Augusto Campana e Arsenio Frugoni, que foram também seus professores em Pisa.

Sobre Cantimori, muita coisa já foi dita. Sua trajetória intelectual e política atravessa a cultura italiana deste século: nascido em 1909²⁷, havia se inscrito no Partido Fascista na década de vinte, acreditando que o regime iria realizar de fato aquela “revolução republicana, sindical, nacional” preconizada na época do *Risorgimento* por Corridoni e por Mazzini e que reformaria moral e politicamente a Itália²⁸. Em paralelo às suas pesquisas de história, Cantimori se afasta a partir dos anos trinta destas escolhas iniciais, distanciando-se politicamente do fascismo e intelectualmente do idealismo de Giovanni Gentile²⁹,

²⁵ Cf. Ginzburg, Carlo, *História e cultura: Conversa com Carlo Ginzburg*, *Estudos históricos*, n. 6, 1990, pp. 255-256.

²⁶ Cf. Ginzburg, C. *Witches and Shamans*, cit. p. 80.

²⁷ Cantimori nasceu em Russi (perto de Ravenna, Emilia-Romagna) e morreu em Florença em 1966.

²⁸ Cf. Vivanti, Corrado, *Politica e riflessione storiografica: Delio Cantimori*, STS, 1991 (3), p. 777. Para uma discussão atualizada da trajetória intelectual e política de Cantimori remeto também à *Introduzione* de Adriano Prosperi ao livro de Cantimori, *Eretici italiani del Cinquecento e altri scritti*, Torino: Einaudi, 1992.

²⁹ Gentile (1875-1944), foi um dos mais importantes intelectuais italianos entre o início do século XX e o fim do fascismo. Inicialmente próximo a Croce, foi se distanciando dele na medida em que se transformava no homem forte da cultura fascista italiana: foi Ministro de Mussolini (responsável, entre outras coisas, pela exigência do juramento de fidelidade ao regime pelos professores universitários em 1932), e diretor da *Scuola Normale di Pisa*, onde foi professor de Cantimori. As relações ambíguas que ligaram muitos intelectuais italianos ao pensamento de Gentile (incluindo aqui um intelectual que a ele nada devia, como Antonio Gramsci) é reconhecida: no caso de Cantimori, remeto ao livro de Paolo Simoncelli (*Cantimori, Gentile e la Normale di Pisa. Profili e documenti*, Milano: Fanco Angeli, 1994).

aproximando-se do comunismo³⁰. Essa distância manifestava-se de modo claro no desenvolvimento daquela que foi sua obra mais importante, *Eretici Italiani del Cinquecento* (“Heréticos italianos do Século XVI”, publicado pela primeira vez em 1939): inicialmente pensado como um trabalho filosófico sobre materiais históricos – “pensamentos, idéias, teorias: teorias teológicas, pensamento, originalidade teórica de protestantes, reformadores, heréticos” – transformou-se (também em parte pela mediação de Croce) em uma pesquisa que recuperava a história dos heréticos italianos em suas relações com o movimento geral do tempo, o contexto cultural e político conflitual do século XVI³¹. A história lentamente substituiu a filosofia e dentro dela a história dos homens avançou (sem jamais tomar todo o terreno) sobre a história das idéias.

Em *Eretici*, Cantimori interrogava o mundo onde viviam e lutavam estes heréticos sem condescendência, partindo da “seca consideração da história como lugar da força e da violência”: são os conflitos que se abriam no seio dos poderes constituídos que lhe interessavam, e onde a religião era considerada como um campo de tensão a partir do qual aqueles homens do século XVI tentavam “imaginar e fundar formas diversas de sociedade”. Por outro lado, ele recuperava para a história “os pensamentos de tecelões e sapateiros, mercadores e artesãos, frades apóstatas e mulheres, e mostra como aqueles pensamentos se encontravam, a partir de baixo, com o quanto de mais ousado a alta cultura foi capaz de elaborar”³².

Cantimori cunha uma expressão para definir esse espaço de atuação dos heréticos do *Cinquecento*: “mundo subterrâneo”. É o mundo dos “nicodemitas”³³, figuras centrais no seu livro, cujas estratégias de simulação e dissimulação disfarçavam o confronto e o dissenso. Um mundo marcado pela ambigüidade, a codificação, a linguagem truncada, que

³⁰ Cantimori depois filiou-se ao PCI (onde permaneceu até 1956). Ele foi também responsável pela tradução de *O Capital*, de Marx, para o italiano (mais como tarefa partidária do que por afinidade intelectual).

³¹ Cf Prosperi, Adriano, *Introduzione a Cantimori, D. Eretici...* cit., p. xxvii-xxviii.

³² Ibid. pp. xii-xiii.

³³ “Nicodemitas” era como Calvino chamava, criticando-os, aqueles que tendo se convertido interiormente à Reforma, mantinham a as “aparências”, participando dos rituais católicos.

produzia documentos cujos sentidos indiretos deveriam ser “decifrados” pelo historiador: “mundo subterrâneo dos anabatistas, dos espirituais, das seitas religiosas, dos grupos que bem no meio do Renascimento renovavam o primitivo comunismo cristão ... A vida deste mundo subterrâneo não pode em geral ser estudada de outro modo que não através de indícios”³⁴.

A influência intelectual de Cantimori marcou fortemente aquela geração de historiadores a qual pertence Ginzburg, responsável pela renovação dos estudos italianos sobre a religião e a heresia no início da era moderna. Um destes historiadores, Adriano Prosperi, lembra nestes termos a influência da lição de Cantimori:

“Cantimori ensinou a medida do controle científico e o gosto pela precisão terminológica e da informação pontual e, ao mesmo tempo, mostrou que se podem recompor os pensamentos de indivíduos e grupos humanos colocados de lado porque rebeldes e devolver a palavra a quem, pertencendo às classes populares, parecia ser sempre condenado ao silêncio.”³⁵

O fascínio que Cantimori exerceu sobre Ginzburg é constantemente reafirmado por este. Vários dos seus trabalhos posteriores seguiram trilhas abertas por aquele velho mestre. Não há dúvida que os seus primeiros interesses pesquisa foram largamente alimentados por esta fonte fundamental: o tema da heresia, uma história da cultura “a partir de baixo” que se defrontava com a necessidade de reencontrar, nas entrelinhas, as vozes perdidas dos anônimos ou quase anônimos.

Mas não era apenas de Cantimori que Ginzburg encontrava razões para o seu interesse pela história. Arsenio Frugoni (1914-1970), um outro medievalista de Pisa, com quem mais tarde defenderia sua *tesi di laurea*, também seria responsável (direta e indiretamente) por marcas importantes em sua formação.

Frugoni dava aulas em Pisa desde 1954, mesmo ano em que havia publicado sua biografia de Arnaldo da Brescia³⁶. Naquele livro, havia tentado abordar a fragmentária

³⁴ Cantimori, D. *Serveto e Lelio Sozzini*, *Religio*, XII, 6 novembre 1936, p. 414, *apud* Prosperi, Adriano, *Introduzione*, cit. p. xiv.

³⁵ Cf. Prosperi, Adriano, *Introduzione a Cantimori, D. Eretici...* cit., p. xii.

³⁶ Frugoni, A. *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*, Torino: Einaudi, 1989 (1954). Arnaldo da Brescia discípulo de Abelardo no século XII, pregador reformista e crítico do poder dos papas, cuja

documentação restante da vida do herético bresciano recusando-se a dar um sentido coerente à todos os documentos e construir uma biografia linear da personagem mas, ao contrário, dispôs-se a encarar a fragmentação das suas fontes frontalmente: cada documento produzia um ângulo do herético, um *puzzle* sem solução (sob a pena de, em nome da coerência, cancelar as diferenças entre os pontos-de-vista) cujas peças Frugoni propunha serem lidas a partir da sua própria singularidade. Sua proposta em *Arnaldo da Brescia* produzia uma imagem do trabalho histórico cujo caráter central estava na metáfora do restauro arqueológico, uma perspectiva que insistia em não sacrificar a especificidade de cada documento³⁷ e ao mesmo tempo enfatizava a necessidade da sua “contextualização”³⁸.

Arsenio Frugoni também intermediou um outro encontro definidor na trajetória de Carlo Ginzburg: Marc Bloch. De acordo com o próprio Ginzburg, é Frugoni que sugeriu em 1958 que ele estudasse os *Annales*. Sem nunca ter ouvido falar da revista francesa até então, e ainda em dúvida sobre seguir a história ou os estudos literários, Ginzburg segue o conselho e começa a ler a revista desde os seus primeiros números (havia uma coleção completa em uma biblioteca de Pisa)³⁹. Através dos *Annales*, Bloch, e dele *Les Rois thaumaturges* (Os reis taumaturgos). Este livro parece marcar para Ginzburg um encontro com a história em novos termos. Bloch representava uma forma distinta de fazê-la e

posição política e religiosa lhe custou a vida. De sua trajetória sabe-se muito pouco: antes de tudo, menções em documentos esparsos.

³⁷ “Cada fonte (...) é para nós um testemunho”, Cf. Frugoni, A. *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*, cit.p. xxii (*prefazione*).

³⁸ A “fortuna didática” da metáfora do restauro não escapou a muitos de seus alunos que participavam, nos anos cinquenta, daquela que foi considerada uma “estação singular” da medievalística italiana, um momento de “maturidade e ruptura” que marcou a formação de muitos dos melhores medievalistas italianos de hoje. Ver sobre isso Cf. Sergi, Giuseppe, *Arsenio Frugoni e la storiografia del restauro*, em Frugoni, A. *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*, cit., p.viii e x. Ginzburg recorda o Arnaldo de Frugoni como um “livro de antecipação” em *Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno di Martin Guerre’*, de Natalie Zemon Davis, em *A Micro-história e outros ensaios*, cit., p. 199.

³⁹ Cf. Ginzburg, Carlo, *História e cultura: Conversa com Carlo Ginzburg*, cit. p. 256. É interessante notar que Frugoni foi apontado como um dos principais responsáveis pela introdução dos *Annales* no ambiente pisano da *Scuola Normale*: cf. Sofri, Gianni, *Quando le ‘Annales’ arrivarono a Pisa*, *Panorama*, xxv, 1113 (16 de agosto de 1987), citado em Sergi, Giuseppe, *Arsenio Frugoni e la storiografia del restauro*, cit. p.x.

escrevê-la; uma história que aliava erudição e um estilo que se distanciava da aridez com que a matéria era tradicionalmente tratada⁴⁰.

O impacto positivo do livro de Bloch sobre Ginzburg é por si só bastante significativo. No fim dos anos cinquenta, *Les Rois* estava muito distante do prestígio que viria a ter mais tarde. A fortuna do livro hoje – considerado como um clássico, “fundador da antropologia histórica”⁴¹ – disfarça o pouco interesse que ele despertou na época de sua publicação (1924) e nas décadas seguintes. É verdade que *Les caractères originaux de l’histoire rural française* (O caráter primordial da história rural francesa, de 1931) e *La société féodale* (A sociedade feudal, de 1939-1940), seus livros sobre temas mais “sérios”, haviam contribuído muito mais para a fama de Bloch como historiador. *Les Rois* realmente tratava de um tema marginal: a crença na cura pelo meio do toque das mãos de doentes da escrófula (adenite tuberculosa) pelos reis da França e da Inglaterra. Um mito (a crença na poder taumaturgico dos reis) e um rito (a cerimônia do toque real) que perdura desde o século XII até praticamente os albores do século XIX: um assunto obscuro, próprio da fé popular. Um tema do “folclore” – quase uma “anedota” com a qual Bloch julgava poder “fazer história” –, que era pensado pelo historiador francês como uma “contribuição à história política da Europa, no sentido amplo, no verdadeiro sentido da expressão ‘história política’”⁴². Essa capacidade de Bloch em “abordar de um ponto de vista histórico novos

⁴⁰ Contando sobre os seus primeiros contatos com a história, Ginzburg lembrava: “Eu me pus a ler livros de história, com um certo tédio, até que eu cruzei com *Les Rois thaumaturges* de Marc Bloch, graças a um outro historiador que ensinava a Pisa, Arsenio Frugoni. Foi somente então que eu compreendi que um livro de história poderia ser extraordinariamente divertido.” Cf. Charuty, Giordana; Fabre, Daniel & Ginzburg, Carlo, *Dialogue avec Carlo Ginzburg*, In Ginzburg, C. *Les Batailles Nocturnes. Sorcellerie et rituels agraires en Frioul XVI-XVIIe siècle*, Paris: Verdier, 1980 (trad. de Giordana Charuty), pp. 226-227. Mas afirmações semelhantes sobre a impressão que o livro de Bloch lhe causou podem sem encontradas em vários outros textos e entrevistas de Ginzburg.

⁴¹ Cf. Le Goff, Jacques. *Prefácio a Bloch, M. Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra*, [trad. Júlia Mainardi], São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9. Este prefácio de Le Goff (que também recuperou a lição de Bloch nas suas pesquisas), feito na ocasião da reedição de *Les Rois* na França em 1983 é um dos responsáveis pelo sucesso renovado do livro (a nova edição francesa, de 1983, é da editora Gallimard: *Les Rois thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*)

⁴² Cf. Bloch, M. *Introdução a Os reis taumaturgos*, cit. p. 43 e 45.

problemas, ou de um ponto de vista novo, problemas tradicionais” viria ser reconhecida por Ginzburg alguns anos depois⁴³, e influenciaria decisivamente o seu trabalho.

Já foi dito que, apesar da importância dos professores italianos – e principalmente de Cantimori – sobre a formação de Ginzburg, Bloch teria sido seu verdadeiro “pai espiritual”⁴⁴. Não há de fato como negar que o fundador dos *Annales* foi, de muitos modos, um dos principais “mestres” que ensinaram a Ginzburg como conceber a história. Podemos pensar que a trajetória do historiador francês tinha qualidades que estimulavam em Ginzburg uma admiração que não se limitava às suas qualidades intelectuais: Bloch era um judeu francês que além do trabalho histórico fino e erudito tornou-se também um lutador da Resistência francesa aos nazistas, que o haviam fuzilado em Lyon em 1944.

O interesse de Ginzburg por Bloch se voltou sobre diferentes caminhos: quando, em 1963, é publicada na França uma coletânea dos ensaios “menores” de Bloch⁴⁵, Ginzburg redige um longo comentário em *Studi Medievali* que demonstrava que o seu conhecimento do trabalho do historiador francês e da revista estavam muito distantes do superficial⁴⁶. Nos anos seguintes, Ginzburg ainda revisitaria Bloch com certa constância, envolvendo-se com as edições italianas de duas das suas principais obras, *Caractères originaux de l'histoire rurale française* e *Les Rois thaumaturges*, traduzindo o primeiro e prefaciando o segundo em 1973⁴⁷.

⁴³ Cf. Ginzburg, C. *A proposito della raccolta dei saggi storici di Marc Bloch*, *Studi Medievali*, (serie 3), n. 1 (1965), p. 337.

⁴⁴ Cf. Schutte, A. *Review Article: Carlo Ginzburg*, cit. p. 299.

⁴⁵ Bloch, M. *Mélanges historiques*, Paris: S.E.V.P.E.N, 1963.

⁴⁶ Ginzburg, C. *A proposito della raccolta dei saggi storici di Marc Bloch*, *Studi Medievali*, cit.

⁴⁷ Ginzburg lembra (em Ginzburg, C., *História e cultura: Conversa com Carlo Ginzburg*, cit. p. 256) que a tradução do livro de Bloch havia sido o seu “primeiro trabalho remunerado”. Esta tradução (Bloch, M. *I caratteri originali della storia rurale francese*, con saggio di Gino Luzzatto, Torino: Einaudi 1973) é posterior, no entanto, à outras que Ginzburg fez para a mesma editora Einaudi: Gerschenkron, Alexander, *Il problema storico dell'arretratezza economica* (1965, traduzido em colaboração com Andrea Ginzburg); Carr, Edward H., *Sei lezioni sulla storia* (1966); Carr, Edward H. *Storia della Russia sovietica. III/2* (1969, traduzido em colaboração com Massimo Salvadori). Não posso dizer, portanto, se a lembrança de Ginzburg é correta (o que implicaria em uma distância temporal significativa entre a tradução e a edição) mas, de todo modo, sua afirmação é sugestiva sobre a importância precoce conferida a Bloch em sua formação. A edição italiana de *Les Rois*, prefaciada por Ginzburg, também é de 1973 (I re

A recuperação de um objeto marginal para a história, elemento central da operação a que se lançara Bloch em *Les Rois thaumaturges*, parece ter deixado uma marca importante nas escolhas de Ginzburg. O livro sugeria, ou ao menos permitia justificar, a escolha de um tema então pouco freqüentado (e até mesmo pouco “respeitável”) como a feitiçaria, que Ginzburg passaria a estudar naqueles anos.

A idéia de trabalhar sobre a feitiçaria e, dentro dela, a partir do ângulo particular que era aquele das vítimas, aconteceu, segundo o próprio Ginzburg, em algum momento de 1959. As inspirações não eram certamente poucas e ele não hesitou em enumerá-las em muitas ocasiões: o fascínio pelas histórias de magia e horror que eram os contos de fadas ouvidos na infância em Abruzzo, a experiência de perseguição experimentada pela família durante aquele exílio na época fascista, e mesmo aquela vivência menos “consciente” da marginalidade da condição de judeu⁴⁸. Um certo populismo que caracterizava o clima cultural italiano do final dos anos cinquenta também foi apontado por Ginzburg como coerente com essa opção⁴⁹ (mas poderíamos acrescentar que um certo populismo de origem familiar também vinha ao encontro desse “clima” mais geral). Mas nada disso pode ser pensado como termos de uma equação, ou em uma lógica de causa e efeito: interrogar como Ginzburg processa estas e outras questões e as articula em sua pesquisa concreta me parece mais interessantes do que indagar o **porquê**.

Voltar-se para o estudo da religião do Antigo Regime significava ter pela frente de saída duas opções: a biblioteca ou o arquivo. É claro que elas não eram excludentes, mas uma lição aprendida de Delio Cantimori havia sido certamente a de que “quando se trata de história da cultura e das idéias na época pré-industrial, a biblioteca é o lugar definido para recolher as idéias de quem teve a possibilidade de escrever e imprimir livros; o arquivo, por outro lado conserva os rastros das classes privadas de acesso à cultura escrita.”⁵⁰. Uma distinção de classe que havia estado presente para o professor e que se

taumaturghi. Studi sul carattere sovrannaturale attribuito alla potenza dei re, particolarmente in Francia e in Inghilterra, trad. di Silvestro Lega, Torino: Einaudi, 1973).

⁴⁸ Como Ginzburg comenta em *Witches and Shamans*, 1993, cit., p. 77 e 79.

⁴⁹ Cf. Ginzburg, C. *Prefácio a MES*, cit., p. 8.

⁵⁰ Cf. Prosperi, Adriano, *Introduzione a Cantimori, D. Eretici...* cit., p. xxxii.

apresentava também para o aluno quando decide optar pelo arquivo para tentar encontrar seus feiticeiros.

É verdade que, em suas pesquisas, Cantimori era mais um homem “de biblioteca” do que “de arquivo”; mas ele tinha experiência de pesquisa arquivista e estimulava em seus alunos a fazer o mesmo⁵¹. Ginzburg, contando sobre este estímulo de Cantimori sobre o seu próprio trabalho, relatava uma conversa com seu professor em Pisa: “Em um certo ponto, [Cantimori] sacou uma caderneta que remetia talvez há muitos anos antes [e onde guardava velhas anotações de arquivo]. Começou a folheá-la: ‘Olha – disse – aqui há um processo contra um homem e uma mulher acusados de dirigir orações ao Grande Diabo. Acho realmente que deverias ir a Modena’”⁵². E a Modena ele foi.

As primeiras pesquisas de Ginzburg no Arquivo de Estado de Modena, em busca de processos e denúncias sobre casos de feitiçaria no princípio do século XVI, produziram seu resultado inicial em 1961, na forma de um artigo publicado nos Anais da Escola Normal Superior de Pisa.⁵³ Em *Stregoneria e pietà popolare* (Feitiçaria e piedade popular), Ginzburg analisava detalhadamente um único processo inquisitorial, encontrado no arquivo de Modena. Nele se encontra a acusação formulada em 1519 contra dois servos – Bartolomeo e Chiara Signorini – em nome de sua ex-patroa, Margherita Pazzani, que afirmava que ter sido vítima de um malefício lançado pela sua antiga serva.

“Dois camponeses malvistos, pois suspeitos de praticar sortilégios e encantamentos, temidos pelos patrões, constantemente despedidos, que se vingam (e não só contra os patrões, mas também contra quem toma o seu lugar) das injustiças de que são vítimas, recorrendo a poderes que acabam por se voltar contra eles: eis o quadro que vem se

⁵¹ “Como leitor dos estudos dos outros e como professor, [Cantimori] apreciava e encorajava a prática da pesquisa de arquivo”, ainda que não oferecesse, no seu próprio trabalho, o exemplo (cf. Prosperi, Adriano, *Introduzione a Cantimori*, D. Eretici... cit., p. xxxi). Essa atitude estava ligada também às convicções políticas de Cantimori (um comunista influenciado pelo estalinismo): sua idéia da relação entre intelectuais e povo – aos primeiros cabia “funções de elaboração ideal (em forma original, adequada às necessidades do povo) e depois de guia e de agitação eficaz” dos segundos – levava-o a estudar em primeiro lugar as idéias dos primeiros (Ibid., p. xxxiii).

⁵² Ginzburg, C. *Carlo Ginzburg racconta Cantimori*, In Stabile, Alberto, *I buoni maestri*, Milano, 1988, cap. II. *Apud* Prosperi, A. *Introduzione*, cit. pp. xxxiii-xxxiv (nota 45).

⁵³ Ginzburg, C. *Stregoneria e pietà popolare. Note a proposito di un processo modenese de 1519*, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Lettere, storia, filosofia*, s. II, XXX (1961), pp. 269-287. Cito da tradução brasileira, *Feitiçaria e piedade popular. Notas sobre um processo modenense de 1519*, publicada em MES, cit. pp. 15-39.

delineando através dos testemunhos que examinamos. Nesse caso, a feitiçaria pode realmente ser considerada, sem exagero, uma arma de defesa e ataque nas lutas sociais.”⁵⁴

A hipótese inicial era de que a feitiçaria poderia ser lida como uma forma “crua e elementar” de luta de classes. A referência principal que estava em jogo era uma leitura de Antonio Gramsci, ou melhor, a leitura proposta por Eric Hobsbawm do seu trabalho exposta em *Primitive Rebels* (1959) e, mais especificamente, em um artigo então recém-publicado pelo historiador marxista inglês, que Ginzburg havia lido em *Società* (uma revista do PCI), intitulado “Para o estudo das classes subalternas” (o próprio termo “classes subalternas” havia sido empregado por Gramsci nos “Cadernos do cárcere”, lá onde se esperaria “proletariado”)⁵⁵. Hobsbawm havia chamado a atenção para o estudo das lutas das classes subalternas anteriores às formas de organização conhecidas na sociedade industrial contemporânea. Ele fazia isto empregando as categorias gramscianas (como “hegemonia”) a partir de referências diversas daquelas que os estudiosos italianos utilizavam. Eram sugestões que ecoavam no artigo de Ginzburg⁵⁶.

Stregoneria e pietà popolare levantava ainda algumas questões sobre o estudo da feitiçaria que seriam retomadas de muitos modos por Ginzburg mais tarde e que eram colocadas em relevo na análise que propunha dos depimentos de Chiara Signorini. Nas respostas da acusada apareciam, de acordo com Ginzburg, elementos de uma piedade popular que eram sistematicamente “distorcidos” pelos inquisidores na tentativa de submetê-los ao seu modelo de feitiçaria. Se Chiara afirmava ter pedido à Nossa Senhora, que lhe aparecia, a vingança contra os seus patrões, os inquisidores transformavam sistematicamente este discurso em uma confirmação das suas teses sobre a negociação com o Demônio, através de um violento processo de “tradução” que sistematicamente

⁵⁴ Cf. Ginzburg, C. *Feitiçaria e piedade popular*, cit. p. 21.

⁵⁵ Hobsbawm, Eric J. *Per lo studio delle classe subalterne*, *Società*, XVI, 1960, pp. 436-449.

⁵⁶ Mas o artigo de Hobsbawm não é de fato citado. Em outros lugares, contudo, Ginzburg insiste na sua importância para a construção de suas hipóteses: “Atrás das minhas hipóteses estavam as leituras dos ensaios de Eric Hobsbawm (...). Também para mim, assim como para muitos intelectuais da minha geração, a leitura dos escritos de Gramsci foi um evento decisivo. O Gramsci proposto por Hobsbawm era um Gramsci lido e interpretado nos termos da antropologia social britânica.”, Cf. Ginzburg, C. *Witches and Shamans*, cit. p. 79.

cancelava o discurso popular e o substituíva pelo douto. A violência – não apenas física – deste processo podia ser vista na própria reação de Chiara ao interrogatório: suas respostas ao padre-vigário tentavam aproximar-se cada vez mais do que ela julgava ser as expectativas dos inquisidores.

“Longe de ser um mero expediente de salvação, essa Virgem, aparição seja divina ou diabólica, mostra ter raízes profundas no ânimo de Chiara. Mesmo que não fosse assim, o depoimento evidentemente teria (enquanto ‘inventado’, isto é insincero) um interesse precioso, fornecendo indicações indiretas mas valiosas sobre grandes áreas da piedade popular nesse período; no entanto, no dramático diálogo, ou confronto, entre a feiticeira e o inquisidor, não há apenas isso. É que, no relato de Chiara Signorini, é difícil separar aquilo que ela ‘inventa’ na esperança de encontrar uma saída qualquer e daquilo em que, pelo contrário, acredita ou gostaria de acreditar – como uma Virgem protetora, de formas humanas, tal como ela pode concebê-la, que venha remediar e vingar os males que lhe são feitos, aliviando-a em sua vida infeliz e miserável.”⁵⁷

Na análise dos interrogatórios de Chiara Signorini, poderiam ser lidos – de acordo com Ginzburg – também o conflito que se estabelecia entre a mentalidade dos juizes e as crenças religiosas da camponesa. As confissões não eram apenas um “monólogo”, como seguidamente se desqualificavam estas fontes, elas não eram apenas palavras dos inquisidores forçadas pela tortura a sair das bocas dos acusados. Aquelas falas podiam ser lidas, na interpretação de Ginzburg, como um testemunho indireto também das crenças da feiticeira.

“Deter-se tão minuciosamente nessa monótona sucessão de confissões arrancadas pelo medo à tortura, seguidas de outras tantas retratações igualmente precisas, poderá aparecer inoportuno. Mas a tortura, na realidade, não faz senão propor novamente, de forma exacerbada, a característica essencial do processo por feitiçaria. (...). No processo tem-se, em outras palavras, um encontro em diferentes níveis entre inquisidores e feiticeiras, enquanto partícipes de uma visão comum da realidade (que implica a presença cotidiana do demônio, a possibilidade de manter relações com ele, e assim por diante). Mas, até porque esse encontro acontece em níveis diferentes, existe sempre (...) uma espécie de hiato entre as crenças da acusada e as do juiz: um hiato que este, geralmente de boa-fé, procura preencher recorrendo também, se necessário, à tortura. Ao mesmo fim visa a insidiosa técnica de interrogatório que vimos em ação: a técnica que tende a arrancar do acusado aquilo que o inquisidor crê firmemente ser a verdade. Assim, nas confissões das feiticeiras, frequentemente criam-se sobreposições de determinados esquemas – teológicos, conceituais, etc. – por parte dos juizes; e essas sobreposições

⁵⁷ Cf. Ginzburg, C. *Feitiçaria e piedade popular*, cit. p.27.

terão de ser levadas em conta, para se tentar esclarecer a fisionomia real da feitiçaria popular (distinta da feitiçaria ‘culta’ dos tratados de demonologia).”⁵⁸

A “fisionomia real da feitiçaria popular” constituía o elemento central daquilo que Ginzburg procurava. Entender o que significava, para aqueles camponeses acusados de bruxaria, as afirmações que faziam sobre a sua própria experiência. Não os esquemas propostos pelos inquisidores, mas as crenças dos acusados. Seus discursos eram “sobrepostos” pelas proposições dos juizes, mas permitiam talvez alcançar, sob esta sobreposição, elementos autônomos da piedade popular. As confissões poderiam ser “documentos indiretos das crenças e tradições populares”⁵⁹.

O caso de Chiara Signorini tinha, portanto, um “significado paradigmático” para as duas propostas através das quais Ginzburg pensava a feitiçaria: por um lado como um instrumento tosco do conflito de classes e, por outro, iluminava a natureza da relação que se estabelecia entre feiticeiros e inquisidores (representantes de duas culturas distintas e opostas). Dos dois caminhos de pesquisa levantados naquele artigo de Ginzburg, apenas o segundo, que propunha a leitura dos processos como uma forma de confronto entre diferentes níveis de cultura (e dos documentos da inquisição como uma possibilidade de acesso indireto às tradições culturais e religiosas das classes populares), era levado adiante. A feitiçaria como uma forma de luta de classes, por outro lado, foi caminho definitivamente abandonado naqueles termos.

O modelo de conflito que o processo que envolvia Chiara Signorini e seus antigos patrões em um episódio de feitiçaria mostrou-se de difícil generalização. Entre 1961 e 1962, Ginzburg percorreu vários arquivos italianos em busca de documentos inquisitoriais, ajudado por uma bolsa concedida pela Fundação Luigi Einaudi de Turim. Foi no arquivo de Estado de Veneza que, de uma forma inteiramente casual, Ginzburg encontra um documento que redireciona os seus interesses de pesquisa. Neste documento, de três ou quatro páginas datadas de 1591, aparecia uma referência ao tema que seria aquele de suas pesquisas posteriores. Nele, um “boieiro” de Latisana (um povoado do Friuli, ao sul de

⁵⁸ Cf. Ibid. p. 30.

⁵⁹ Ibid. p. 31.

Udine, mas não muito distante de Veneza) chamado Menichino della Nota afirmava sair à noite, em espírito quatro vezes ao ano, junto com outros que como ele haviam nascido envolvidos com a bolsa amniótica (o “pelico”), para lutar com as bruxas nos campos pela abundância nas colheitas. Ele e os seus companheiros chamavam a si andarilhos noturnos, ou andarilhos do bem (*benandanti*)⁶⁰.

Seguindo algumas pistas encontradas no documento, Ginzburg volta-se para Udine onde encontra, no arquivo da Cúria Arquiepiscopal, grande parte da documentação sobre a ação do Santo Ofício na região do Friuli entre os séculos XVI e XVII. Adensando a leitura daquela documentação outros *benandanti* foram encontrados e, com eles, novas questões apareciam e o obrigavam não apenas a repropor os problemas anteriores, mas também traziam à luz outros novos: Que eram *benandanti*? Qual a origem daquela expressão que mesmo os inquisidores desconheciam? Qual o significado das suas crenças e o sentido da enorme diferença que existia entre elas e aquelas expressas pelos inquisidores?

Um primeiro resultado do trabalho de Carlo Ginzburg sobre os *benandanti* foi apresentada e discutida no ano de 1964, como *tesi di laurea* em *Lettere* junto à Universidade de Pisa. No verão do mesmo ano, Ginzburg partia para Londres, para continuar suas pesquisas sobre a feitiçaria na biblioteca do *Warburg Institute*.

2. Feitiçaria e Cultura popular

O *Warburg Institute*, coordenado naqueles anos por E. H. Gombrich, havia sido fundado em Hamburgo em 1920, a partir da *Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg*

⁶⁰ Ginzburg descreve décadas depois este encontro casual com os *benandanti* em um artigo-depoimento sobre sua trajetória de pesquisa sobre a feitiçaria em *Witches and Shamans*, cit. pp. 80-81.

(Biblioteca da Ciência da Cultura) montada pelo historiador da arte Aby Warburg (1866-1929). O seu continuador, Fritz Saxl, a havia transferido para a Inglaterra em 1933, quando tinha se tornado bastante claro que a operação da biblioteca não seria mais possível sob o regime do Terceiro Reich. Para Ginzburg, esta temporada em Londres representava ao menos dois outros encontros importantes: em primeiro lugar, a grande tradição de estudos que havia se estabelecido em torno do Instituto (nomes como Erwin Panofsky e Ernst Cassirer, entre outros, tiveram seus nomes ligados a ele), e sobre a qual se debruçou com alguma atenção nos seguintes⁶¹; em segundo lugar, a própria biblioteca de Warburg, que lhe permitiria o acesso a um enorme acervo (de imagens, manuscritos e livros, antigos e novos) que representava os interesses do seu idealizador pelo universo cultural da Europa medieval e moderna. Essa enorme “biblioteca da ciência sem nome”, havia sido construída à imagem de Warburg, que acreditava integralmente na “necessidade da convergência de disciplinas diversas, como a mitologia, a antropologia, a etnologia, a psicologia, a biologia, no estudo da civilização humana”⁶².

Delio Cantimori, que foi dos intermediários desta temporada de Ginzburg no Instituto, havia comparado Aby Warburg a Lucien Febvre: ambos tinham “como ensinamento geral, a arte de fazer sentir vozes humanas articuladas mesmo de documentos de escassa importância aparente, de descobrir, pré-existente a um florescimento artístico, toda uma carga de exigências práticas e de tendências de gosto”⁶³. É um pouco desta qualidade que Cantimori via em Warburg – e a partir dele a tradição de estudos que fundara – que acaba por confluir nos interesses filológicos que Ginzburg alimentava em seus trabalhos.

⁶¹ Sua atenção pela tradição do *Warburg Institute* é atestada por um artigo publicado sobre ela em 1966, mas, como veremos, se estenderá por seus trabalhos sucessivos. Ver: Ginzburg, C. *Da A. Warburg a E. H. Gombrich. Note su un problema di metodo*. *Studi Medievali*, s. 3, VII (1966), pp. 1015-1065; republicado em *MES (De A. Warburg a E.H. Gombrich. Notas sobre um problema de método)*, cit., pp. 41-93.

⁶² Cf. Baldassarro, Tina, *La biblioteca della scienza senza nome. Il progetto di Aby Warburg tra utopia e ricerca*, *Biblioteche oggi*, Vol. III, n. 2, marzo-aprile, 1985, p. 68. Ver também Agambén, G. *Aby Warburg e la scienza senza nome*, aut-aut, nuova serie, n. 199-200, 1984, pp. 51-66.

⁶³ Cantimori, D. *Lucien Febvre, Storici e storia*, Torino: Einaudi, 1971, p. 235-236.

Sua pesquisa sobre os feiticeiros do Friuli tem seu resultado final publicado em 1966 pela Einaudi: *I benandanti: Stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento* (“Os andarilhos do bem: Feitiçaria e cultos agrários entre os séculos XVI e XVII”)⁶⁴.

O livro tratava – nas palavras do autor no início do prefácio – do estudo das “atitudes religiosas e, em sentido lato, a mentalidade de uma sociedade camponesa – a Friuliana – entre o final do século XVI e meados do XVII, de um ponto de vista extremamente circunscrito: a história de um núcleo de crenças populares que, pouco à pouco, (...), foram assimilados à feitiçaria”⁶⁵.

A referência à “mentalidade” era de saída um tributo a Marc Bloch, um dos inspiradores principais do livro: como nos “Reis taumaturgos”, tratava-se aqui também de um conjunto obscuro de crenças, ainda menos “significativo” na medida em que pertenciam aos camponeses de uma região decididamente periférica (o Friuli). Como no livro de Bloch, apenas uma “curiosidade bizarra” ou uma “anomalia ridícula”⁶⁶, mais do gosto do folclore do que da história. Mas é claro que, assim como o historiador francês, Ginzburg se propunha a explorar aquele material com outros olhos.

O argumento do livro era construído sobre três eixos principais: em primeiro lugar, a tentativa de recuperar um núcleo específico de crenças populares a partir de uma perspectiva iminentemente histórica, ressaltando – segundo Ginzburg – “por trás da aparente uniformidade dessas crenças, as diversas atitudes dos homens e mulheres que as viviam”⁶⁷; por outro lado, tentava também abordar as transformações sofridas por essas crenças durante o período estudado, mudanças impulsionadas antes de tudo pelo contato com os inquisidores; um terceiro eixo de discussão constituía-se na comparação entre estas crenças e outras semelhantes na Europa do período, levantando hipóteses sobre a

⁶⁴ A tradução brasileira, que cito aqui, é feita por Jônatas Batista Neto e publicada com o título *Os Andarilhos do Bem. Feitiçaria e Cultos Agrários nos Séculos XVI e XVII* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988, de agora em diante AB). Esta tradução é feita a partir da segunda edição, de 1972, com um novo prefácio.

⁶⁵ AB, p. 7 (Prefácio).

⁶⁶ Eram termos citados por Bloch na introdução de *Os Reis taumaturgos*, cit. p. 43.

⁶⁷ AB, p. 12.

sua origem e difusão. O *corpus* documental sobre o qual trabalhava Ginzburg em *I benandanti* eram os processos do Santo Ofício e as transcrições (na verdade, traduções) dos depoimentos dos acusados, camponeses acusados de feitiçaria e de participarem do encontro satânico dos feiticeiros, o sabá.

A referência aos *benandanti* aparecia pela primeira vez na documentação inquisitorial no último quarto do século XVI. Em um processo, corrido entre 1575 e 1581, contra dois camponeses de Brazzano (um povoado nos arredores de Cividale do Friuli), Paolo Gasparutto e Battista Moduco, acusados pelo padre do lugar Bartolomeo Sgabarizza, de afirmarem “vagabundear à noite na companhia de feiticeiros e duendes”, sustentarem “que é possível enfeitiçar as criaturas” e que participavam de combates noturnos contra as feiticeiras e se chamavam, “na sua linguagem”, *benandanti*⁶⁸. Chamados diante dos inquisidores, separadamente, os camponeses inicialmente negaram qualquer acusação e em seguida, com pequenas variações, contavam uma história cujos elementos centrais se encontram na seguinte passagem do depoimento de Moduco:

“Eu sou *benandante* porque parto com os outros para combater quatro vezes por ano, isto é: nos Quatro Tempos, de noite, de forma invisível, em espírito; só o corpo fica. Nós partimos em favor de Cristo; os feiticeiros em favor do diabo. Nós combatemos uns contra os outros, nós com ramos de erva-doce, eles com caules de sorgo. Se nós vencemos, o ano é de abundância; se somos vencidos, há penúria naquele ano.”⁶⁹

Relatos semelhantes foram encontrados por Ginzburg na documentação inquisitorial. Havia variações, mas os elementos centrais eram baseados nestes termos: homens (e às vezes mulheres) que haviam nascido com o pelico, acreditavam que seus espíritos saíam dos seus corpos (em geral na forma de algum pequeno animal), durante quatro noites no ano (nas mudanças de estação), e se dirigiam para um campo distante, participar de uma batalha junto de outros *benandanti*, munidos com ramos de erva-doce, contra um exército semelhante, constituído de bruxas e feiticeiros, munidos por sua vez com ramos de sorgo. Estas batalhas decidiam a sorte das colheitas. Os *benandanti*

⁶⁸ AB, p. 182 (Ginzburg publica em apêndice ao seu livro o processo contra Gasparutto e Moduco, pp. 181-213).

⁶⁹ AB, pp. 189-190.

acreditavam ainda ser capazes de identificar as bruxas e proteger as pessoas dos seus sortilégios.

De acordo com Ginzburg, as crenças dos *benandanti* aparecem como um corpo relativamente acabado, um culto agrário com características próprias que os acusados recusam a ver adulteradas e transformadas pelos esquemas inquisitoriais.

“Os *benandanti* armados com ramos de erva-doce que lutam contra bruxas e feiticeiras munidas de caules de sorgo sabem estar combatendo ‘por amor das colheitas’, para assegurar à comunidade a opulência das messes, a abundância dos víveres, dos cereais miúdos, das vinhas de ‘todos os frutos da terra’. É um rito agrário que conservou uma extraordinária vitalidade quase no final do século XVI, numa zona marginal, menos alcançada pelas comunicações, como era o Friuli. A que época remontam as suas origens não podemos saber. Desde já, porém, se percebe a complexidade do culto do qual o rito é a expressão.”⁷⁰

Podemos seguir a argumentação apresentada em *I benandanti*: suas crenças – sustentava Ginzburg – não eram de modo algum “superstições cristalizadas e repetidas mecanicamente”, mas “ritos intensa e emotivamente vividos” por aqueles camponeses Friulianos, que os testemunhavam na frente dos juízes⁷¹. O significado destas crenças para os que se diziam *benandanti* era muito claro: a sua luta contra os feiticeiros era pela boa causa das colheitas e ao lado (em alguns relatos) da fé cristã.

Em torno desse ponto se colocava o elemento central de dissenso entre os acusados e seus inquisidores: aquelas crenças dos primeiros eram claramente desconhecidas pelos segundos, que tentavam “encaixá-las” nas suas próprias convicções. O que acontece nas décadas seguintes (mas que já se apresentava naquele primeiro processo) é – de acordo com a interpretação de Ginzburg – um gradual confronto entre culturas, onde as convicções testemunhadas pelos *benandanti* entram em crise e começam a ser enquadradas, graças à violência da inquisição, no “quadro mental e teológico” dos inquisidores⁷². A imagem do “sabá” demoníaco, do encontro real entre bruxos e feiticeiras

⁷⁰ AB, pp. 42-43.

⁷¹ AB, p. p. 42.

⁷² AB, p. 31.

com o demônio – uma invenção culta dos demonólogos – foi lentamente substituindo, para os próprios *benandanti*, a sua própria versão do combate espiritual pelas colheitas.

“Bruxas e *benandanti* falam da saída do espírito do corpo em forma de gato, rato ou outro animal (aqui estão as metamorfoses tão longamente discutidas por teólogos e inquisidores), tentando dominar, exprimindo-a, uma experiência angustiante como a do profundo desvario experimentado nas suas letargias. Mas essa experiência é incomunicável, as afirmações sobre a saída da alma do corpo são condenadas e as confissões das bruxas e *benandanti* são inseridas, pela força, na alternativa inquisitorial que opõe um sabá real, tangível, a um sabá fantástico, sonhado. (...)”⁷³

Pouco à pouco, em direção ao fim do século XVI e durante o século seguinte, na medida em que o Santo Ofício continuava seu trabalho no Friuli, vemos aquele conjunto de crenças progressivamente ganhar tons que o aproximavam da fé cristã (ênfatizando elementos que estavam presentes naquelas crenças), talvez na ingênua esperança de que esta aproximação fosse acolhida favoravelmente pelos inquisidores. Revestir de “motivação cristã” o rito agrário, unindo a “boa causa da fertilidade dos campos com a santa causa da fé em Cristo” parece ter provocado, no entanto, uma resposta contrária: acabou por confirmar os esquemas demonológicos que encaixavam as crenças dos *benandanti* dentro do quadro do sabá demoníaco. Esse insucesso é a primeira marca da assimilação final que, em direção ao fim do século XVII, faz com que as próprias confissões dos *benandanti* acabem por se confundir formalmente com a idéia do sabá.

Este é um conjunto de crenças encontrado exclusivamente nas áreas rurais do Friuli, nos séculos XVI e XVII. Ainda que fosse a especificidade da crença Friuliana o centro da indagação de Ginzburg, isto não o impedia de propor analogias com outros tempos e lugares. A hipótese levantada por Ginzburg em *I benandanti* era que algumas das características daquele culto – que teriam chegado até nós graças a relativa marginalidade da área Friuliana com relação à perseguição anterior – não eram uma exclusividade local mas, ao contrário, participavam de um estrato anterior de crenças e “superstições” oriundos de um culto agrário muito anterior que teria se estendido por uma área bem mais vasta que o Friuli. A extensão desse culto agrário poderia ser constatada – na interpretação de Ginzburg – pelo encontro, na documentação inquisitorial oriunda de outros lugares da

⁷³ AB, p. 42.

Europa, de conteúdos mitológicos que guardavam analogias com aqueles apresentados pelos *benandanti*. Um exemplo disso se encontrava no depoimento de um “lobisomem” lituano, processado em Jürgensburg em 1692, há cem anos e centenas de quilômetros daqueles processos que envolviam os *benandanti* Gasparutto e Moduco.

“Aqui não se trata, evidentemente, de analogias mais ou menos vagas ou da repetição de arquétipos religiosos meta-históricos. As crenças do velho lobisomem Thiess são substancialmente idênticas às que aparecem no processo dos dois *benandanti* Friulianos. A luta a golpes de bastão (até o pormenor dos cabos de vassoura com os quais estão armados os feiticeiros lituanos evoca os ramos de sorgo ou milho-zaburro, usados pelos feiticeiros do Friuli) em determinadas noites para obter a fertilidade dos campos, minuciosamente, concretamente especificada – assim como no Friuli se luta pelas vides, na Lituânia combate-se pelo centeio e pela cevada; finalmente, o combate pela fertilidade entendido como obra não apenas tolerada, mas protegida por Deus que até garante o Paraíso aos que participam; tudo isso não deixa dúvida: é evidente que nos encontramos diante de um único culto agrário que, a julgar por essas sobrevivências tão distanciadas entre si – a Lituânia, o Friuli –, deve ter-se difundido outrora numa área bem mais vasta, talvez em toda a Europa central.”⁷⁴

Na análise de Ginzburg, os limites da comparação eram deliberadamente aqueles estabelecidos pela possibilidade de contato e de origem comum: “O mito dos *benandanti* liga-se, portanto, por múltiplos laços, a um conjunto de tradições mais vasto, largamente difundidas durante quase três séculos, numa área bem delimitada, compreendida entre a Alsácia e os Alpes orientais”⁷⁵. Para Ginzburg, os elementos contidos nas crenças dos *benandanti*, que envolviam a idéia da viagem para a fora do corpo, poderiam sugerir, entretanto, analogias com outras crenças, ligadas à idéia do encontro com os mortos e das viagens para o além. Mas a conexão, de acordo com Ginzburg “indubitável”, entre os *benandanti* e os xamãs – que implicaria a comparação em um terreno que certamente extrapolaria aquele da história – não era perseguida por ele. Os limites assumidos da pesquisa eram aqueles mesmos sugeridos por Marc Bloch (e seguidos por Ginzburg): aquele da comparação prudente, dentro dos limites da indagação histórica⁷⁶.

⁷⁴ AB, p. 52.

⁷⁵ AB, p. 83.

⁷⁶ Bloch expõe isso claramente em *Per una storia comparata delle società europee*, In Bloch, M. *Lavoro e tecnica nel Medioevo*, Bari: Laterza, 1996 (1959), pp. 31-35 (esse artigo havia sido publicado pela primeira vez em francês na *Révue de synthèse historique*, vol. XLVI (1928), pp. 15-50 e depois recolhido em *Mélanges*

O que a comparação acabava por iluminar eram alguns dos pressupostos da pesquisa de Ginzburg. A “longa duração” que se apresentava na dispersão temporal e geográfica do núcleo mitológico que ligava os *benandanti* e o lobisomem lituano a um conjunto remoto de crenças, era uma preocupação que ocupava lugar central naquele trabalho. Quando, em 1980, *I benandanti* foi traduzido para o francês, Ginzburg é convidado a responder sobre a natureza da sua indagação:

“Na época em que escrevi o livro, eu me interessava por fenômenos quase imóveis porque havia então a necessidade de um desafio metodológico: se o historiador é levado a se ocupar de coisas que mudam, eu me dizia, seria interessante mostrar que fenômenos à primeira vista imóveis mudam com efeito... Quando eu li o artigo de Braudel sobre a longa duração eu pensei: ‘sim! É justamente isto, é este o verdadeiro problema, eu quero seguir este caminho de pesquisa.’ Mas o que me apaixonava, sobretudo, era mostrar a intersecção entre a longa duração e a duração breve, a intersecção do movimento rápido e da mutação consciente com aquilo que é lento e inconsciente. Braudel não se interessava por essa intersecção: é justamente o livro de Marc Bloch, *Les Rois Thaumaturges*, que me impôs esta idéia.”⁷⁷

Este era, de acordo com Ginzburg, o projeto histórico dos *Benandanti*: trabalhar sobre a intersecção entre as diferentes durações, entre “as estruturas e o vivido individual”. Essa afirmação sobre um trabalho publicado quatorze anos antes testemunha seguramente algo sobre os diálogos que Ginzburg propunha, não apenas com a tradição dos *Annales*, mas também com a antropologia e a psicanálise: a atenção sobre a relação entre a psicologia individual e o imaginário coletivo, a “mentalidade”, traziam a baila preocupações e instrumentos que estariam cada vez mais presentes nos seus trabalhos posteriores.

Mas um aspecto fundamental levantado pelo livro de Ginzburg – talvez o mais importante, retrospectivamente, para os objetivos do meu trabalho – era aquele da relação entre a cultura dos inquisidores e a dos acusados. Como outros estudos que se dispunham a recuperar a cultura popular em seus próprios termos, o livro de Ginzburg trazia à tona o limite evidente que se impunha a quem tentava explorar o problema: o acesso a um

historiques, cit. pp. 16-40). Bloch reafirma estes princípios, e os aplica, nos *Reis taumaturgos* (ver. cit. pp. 68-70).

⁷⁷ Ginzburg, C. et alli, *Dialogue avec Carlo Ginzburg*, 1980, cit., p. 234.

mundo de idéias e crenças que não havia deixado nenhum documento escrito, nenhum texto direto. Diante da opacidade que a cultura camponesa, fundamentalmente oral, de Antigo Regime oferecia ao historiador, as dificuldades de integrá-la à história permaneciam em aberto. O que Ginzburg propunha em seu trabalho era a possibilidade de recuperá-la indiretamente: era preciso voltar-se para as marcas residuais deixadas por ela, seja nos traços da cultura material, seja nos indícios indiretos que as fontes seriais produziam sobre o seu comportamento demográfico e econômico, seja nos seus discursos “traduzidos” pelos inquisidores e juizes nas fontes judiciais e inquisitoriais. Os limites mais evidentes destes últimos – o material sobre o qual trabalhava Ginzburg – encontravam-se, evidentemente, na natureza violenta da sua própria gênese: forçados pela tortura, eram deformados, respondendo antes mais nada às expectativas dos torturadores.

Mas a documentação Friuliana tinha, de acordo com Ginzburg, uma especificidade que a distinguia de outros documentos do gênero: sua “imediatricidade”, era reafirmada por ele⁷⁸.

“A riqueza excepcional da documentação Friuliana permite reconstruir esse processo [de superposição do esquema inquisitorial sobre um estrato preexistente de crenças populares] com precisão e clareza muito maiores, mostrando como um culto de características nitidamente populares, como o que tinha o seu centro nos *benandanti*, foi pouco a pouco se modificando sob a pressão dos inquisidores, para finalmente assumir os lineamentos da feitiçaria tradicional. Mas essa discrepância, essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juizes nos interrogatórios e aquela oferecida pelos acusados permite alcançar um estrato de crenças genuinamente populares, depois deformado, anulado pela superposição do esquema culto.”⁷⁹

A argumentação de Ginzburg se apoiava sobre a hipótese da excepcionalidade da documentação encontrada em Udine, que justificaria a sua análise em termos diversos daqueles com que em geral se tratava a documentação inquisitorial. Para Ginzburg, à diferença das crenças na feitiçaria testemunhadas em outros lugares, entre os *benandanti* e os juizes no Friuli não existia um terreno cultural comum que permitisse um mínimo de entendimento, mesmo que baseado na hostilidade e na repressão⁸⁰. A natureza da

⁷⁸ AB, p. 7 (prefácio).

⁷⁹ AB, p. 8. Grifo meu.

⁸⁰ AB, p. 100.

“discrepância” encontrava-se no fato de que ela revelava um hiato entre duas culturas que se punham em contato – dadas as circunstâncias e o caráter periférico da região do Friuli – pela primeira vez.

Os elementos característicos daquele núcleo de tradições e mitos eram marcados – de acordo com Ginzburg – pela “absoluta ausência de relações com o mundo erudito”⁸¹. A sua autonomia estava ligada ao fato de ser uma “extraordinária sobrevivência”⁸² de um conjunto remoto de crenças que não havia deixado nenhum traço escrito. Na interpretação proposta por Ginzburg, as respostas dos *benandanti* às perguntas dos juizes não testemunhavam apenas sobre as suas crenças presentes, mas iluminavam, indiretamente, um horizonte cultural e religioso que havia quase desaparecido no final do século XVI. O “hiato” era também temporal: os testemunhos não documentavam apenas o presente das crenças populares Friulianas, mas o seu passado remoto.

Aquele primeiro livro de Ginzburg construía ao menos dois caminhos de investigação. O primeiro deles envolvia a indagação sobre a anomalia, a discrepância e apontava, portanto, para a necessidade de levantar a pluralidade das experiências a partir de uma pesquisa de caráter mais circunscrito e voltado para a curta duração. Um segundo caminho apontava em uma direção inversa: a indagação sobre a longa-duração das crenças populares, a interrogação sobre a cultura popular e sobre o conflito cultural em um quadro mais amplo. Ambos comportavam, de modos diversos, a experimentação metodológica, e foram perseguidos por Ginzburg durante os anos seguintes, com ritmos e resultados diferentes.

I Benandanti teve certamente elementos inovadores, no mínimo pelo seu aspecto mais evidente, isto é, o de colocar como objeto de estudo um tema periférico como o da feitiçaria e, dentro dele, o tema ainda mais periférico das concepções e crenças dos bruxos e feiticeiras. Mas o livro não chegou a despertar, com poucas exceções, a atenção do

⁸¹ AB, p. 68.

⁸² AB, pp. 125-126.

mundo dos historiadores⁸³, como faria, mais tarde seu outro trabalho de fôlego sobre a feitiçaria que começava a ser gestado a partir destas mesmas fontes sobre a Inquisição no Friuli, *Il formaggio e i vermi*.

A partir do final da década de sessenta, Ginzburg prosseguiu seu caminho de pesquisa em algumas das direções abertas pelos *Benandanti*. No ano letivo 1967-1968, ele retorna ao *Warburg Institute* de Londres com uma bolsa de estudos (*Saxl Fund Research Fellowship*), retomando suas pesquisas sobre a heresia na Itália e na Europa. Mais um período de pesquisa intensa na biblioteca do Instituto e em outras bibliotecas inglesas, assim como de trocas intensas com outros pesquisadores ligados ao Instituto (H. Frankfort, O. Kurz, F. Yates e D.P. Walker são alguns dos citados pelo próprio Ginzburg⁸⁴). A carreira acadêmica de Ginzburg nos anos seguintes o leva ainda a trabalhar como professor assistente em Roma (em 1968-1969), e na Universidade de Bolonha, como *professore incaricato* a partir de 1970; em 1973, um período de estudos no *Davis Center for Historical Studies* da Universidade de Princeton (que era dirigido então por Lawrence Stone); também em Princeton, em 1975, passa um ano como *fellow* no *Institute for Advanced Studies*; a partir de 1978, passa a colaborar na revista *Quaderni Storici*, da qual se torna co-diretor.

Em que direções caminhou a pesquisa de Ginzburg nestes anos? Seus principais interesses se condensaram durante a primeira metade da década de setenta em uma série de trabalhos sobre a religião e as diferentes heresias na Europa e na Itália do século XVI. Esse esforço de investigação se dirigia menos à cultura popular do que para aquelas tradições letradas que alimentaram o conflito religioso durante a Contra-Reforma. Seguindo alguns dos caminhos abertos por Cantimori, Ginzburg vai explorar as origens do

⁸³ Uma destas poucas e significativas exceções havia sido Eric Hobsbawm que, em 1966, publicou uma resenha anônima do livro de Ginzburg no *Times Literary Supplement*. Não pude consultar esta resenha. Ginzburg se refere a ela em *História e cultura: Conversa com Carlo Ginzburg*, cit. p.260. Quando *I Benandanti* é editado na Inglaterra, Hobsbawm também prefacia o livro, (*The Night Battles. Witchcraft and Agrarian Cults in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, London: Penguin, 1983, trad. John & Anne Tedeschi).

⁸⁴ No fim do prefácio à *Il nicodemismo. Simulazione e dissimulazione nell'Europa del '500*, Torino: Einaudi, 1970, p. xvii.

“nicodemismo”, assim como o anabatismo, o anti-tridentismo e outras referências sobre a cultura religiosa “radical” no período⁸⁵. Além disso, Ginzburg ainda se voltava para o estudo de emblemas e de figurações a partir de uma abordagem iconográfica que se inspirava claramente na escola de Warburg⁸⁶.

Estas novas pesquisas alimentavam, entretanto, uma das interrogações centrais colocadas em relevo em *I Benandanti*: aquela da relação entre a cultura popular e a cultura erudita. Em seu livro de 1966, Ginzburg havia interrogado os processos contra os camponeses Friulianos a partir da ótica do conflito entre a alta cultura dos inquisidores e a cultura popular, basicamente oral, dos acusados. O conflito se resolvia, violentamente, pela “submissão” final da segunda pela primeira: um processo que poderia ser lido em termos “gramscianos” como paradigmático de uma construção violenta da “hegemonia”.

Na leitura de Ginzburg, as relações entre a cultura popular e a cultura erudita se estabeleciam em termos de oposição e luta. Esta perspectiva era alimentada pelo renovado interesse dos historiadores pela cultura popular que acontecia naqueles anos. Na França, em especial, onde a interrogação sobre a literatura popular havia produzido algumas pesquisas de resultado bastante heterogêneo durante os anos sessenta⁸⁷, este interesse era atestado também na tradução de obras que haviam investigado a cultura popular a partir de parâmetros diversos daquele tradicional da história: exemplos disso eram o livro de

⁸⁵ Exemplos destas pesquisas estão em *Il nicodemismo*, cit. (1970); Ginzburg, C. (a cura di) *I Costituti di Don Pietro Manelfi*, Biblioteca del Corpus Reformatum Italicorum, Firenze: G.C. Sansoni/Chicago: The Newberry Library, 1970 (prefácio de Ginzburg, pp. 9-27); Ginzburg, C. & Prosperi, A. *Giochi di pazienza. Un seminario sul 'Beneficio di Cristo'*, Torino: Einaudi, 1975. Para uma análise aproximada destes trabalhos “no calor da hora” e com grande competência, ver Schutte, Anna, *Review article: Carlo Ginzburg*, (1976), cit.

⁸⁶ Um exemplo destes trabalhos está em *Tiziano, Ovídio e os códigos da figuração erótica no século XVI*, um artigo publicado na revista *Paragone* em 1978 e republicado em *MES*, pp. 119-142. Sobre a aproximação de Ginzburg com o “método warburgiano” terei a oportunidade de retomar neste capítulo. Anna J. Schutte, em um artigo que analisava com bastante cuidado (e, aliás, muito precocemente) o trabalho de Ginzburg nesse período, apontava quatro categorias principais onde se encaixavam as diversas frentes de pesquisa do historiador italiano: “o estudo de radicais religiosos, investigações sobre a bruxaria, explorações em iconografia, e discussões de historiografia” Cf. Schutte, A. op. cit. p. 299.

⁸⁷ Para uma visão bastante crítica e pessimista dos estudos sobre “cultura popular” (analisando o contexto francês de meados da década de sessenta) destaca-se um artigo publicado naqueles mesmos anos (1970) por Michel De Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel: *A beleza do morto: o conceito de 'cultura popular'*,

Vladimir Propp sobre a “Morfologia do conto maravilhoso” e aquele do crítico literário russo Mikhail Bakhtin sobre a obra de François Rabelais e sua relação com a cultura popular, ambos traduzidos na França pela primeira vez em 1970⁸⁸.

As leituras de Propp e Bakhtin alimentaram, seguramente, as interpretações de Ginzburg sobre a cultura popular. Bakhtin, em especial, parece ter causado um efeito particularmente significativo neste sentido, uma vez que suas análises davam a impressão de confirmar o lugar do conflito na interpretação da relação entre culturas e os “desníveis” culturais.

Em seu livro sobre François Rabelais, Bakhtin propunha uma interpretação sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento através da obra do escritor francês: partindo do “enigma” para decifrar o caráter fantasioso e rico das imagens rabelaisianas, contidas em “Gargantua” e em “Pantagruel”, e que destoavam radicalmente dos moldes e cânones da arte literária do século XVI, Bakhtin propunha o retorno às “fontes populares” de sua obra para devolvê-la para o contexto cultural que a havia criado. O “realismo grotesco”, as imagens picarescas e cômicas, a inversão, o “baixo corporal” que vigoravam na obra de Rabelais remetiam à cultura “carnavalesca” das classes subalternas, que eram a sua chave de interpretação. Essa era a hipótese central do livro de Bakhtin, que tentava recuperar as “dimensões” e as “características originais” desta cultura popular que transbordavam dos livros de Rabelais⁸⁹.

Uma das grandes originalidades do livro de Bakhtin encontrava-se na interpretação que dava das fontes culturais do Renascimento: em oposição à leitura tradicional que via no Renascimento um “retorno” aos temas “clássicos” e um abandono das “trevas medievais” (uma interpretação elitista que o pensava através do ponto-de-vista das classes

agora publicado em Revel, J. *A invenção da sociedade*. (trad. de Vanda Venâncio). Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990 (publicado pela primeira vez em *Politique aujourd'hui*, 12, 1970).

⁸⁸ Propp, V. *Morphologie du conte*, Paris: Gallimard/Le Seuil, 1970; Bakhtin, Mikhail, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*, Paris: Gallimard, 1970.

⁸⁹ Ver sobre isso a introdução de Bakhtin (Apresentação do problema), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*, (trad. Yara Frateschi). São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUNB, 2ª. ed. 1993 cit. pp. 1-50.

letradas), o crítico russo havia proposto uma inversão completa de perspectiva. Para ele, as origens da riqueza cultural do Renascimento encontravam-se na penetração da cultura popular, com a sua força eversiva e criadora, no seio da alta cultura letrada da elite: Rabelais significava, neste contexto, apenas o exemplo mais radical.

O potencial interpretativo desta genialmente problemática proposta de Bakhtin não escapa a Ginzburg que, em 1972, participa da publicação do volume sobre os *caratteri originali* da *Storia d'Italia* einaudiana com um ensaio sintético sobre “folclore, magia, religião” na Itália – no longo período, de Gregório Magno “aos nossos dias”⁹⁰.

O conflito central que atravessava o artigo era aquele que opunha, na longa duração, a religião oficial, clerical, e a religião popular, “folclórica”, caracterizado pelo esforço constante da primeira em colocar sob controle, ou cancelar, toda a manifestação autônoma da segunda. Na interpretação proposta por Ginzburg, isso implicava, historicamente, na sistemática apropriação dos temas presentes na religião popular (o maravilhoso, por exemplo) com o intuito claro de cancelar o seu poder desequilibrador e, em última análise, transformador.

Na análise de Ginzburg, os primeiros momentos deste conflito acontecem nos tempos de Gregório Magno, que se lança na missão de evangelizar a Itália: a imposição do sagrado cristão sobre a magia e as crenças pré-cristãs era acompanhada da bipartição da sociedade, que opunha de um lado os homens da Igreja, dotados do monopólio sobre o sagrado e sobre a Escritura, e os laicos. O conflito se estabelecia entre uma religião hierarquizada, centralizada na figura do papa e da Igreja como únicas representantes da fé e fonte da doutrina, contra as iniciativas religiosas autônomas e anti-hierárquicas de origem popular.

Significativa nesta leitura que Ginzburg propunha para a história da Igreja na Itália a figura de São Francisco de Assis: sua pregação era profundamente marcada pelos

⁹⁰ Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, In Aa. Vv. *Storia d'Italia*. Volume primo: *I caratteri originali*, Torino: Einaudi, 1972

elementos populares, aderente a “patrimônio folclórico recente ou antiquíssimo”, profundamente carnavalesca (Francisco é o “bufão de Deus”)⁹¹.

“A originalidade do gênio religioso de Francisco consiste nisso: na tentativa de identificar o paradoxo carnavalesco com o paradoxo cristão. Apenas com a sua presença ele testemunha a falsidade dos valores comumente aceitos. A inversão carnavalesca dos costumes coincide com a sapiência cristã que é loucura aos olhos do mundo.”⁹²

Mas Francisco significava também a apropriação desse mundo popular e o seu apaziguamento sob uma completa submissão à hierarquia. A piedade religiosa, “mais humana e afetuosa”, que Francisco ajuda a criar, é o resultado da cooptação por parte da hierarquia eclesiástica romana dos elementos populares da pregação de Francisco, devidamente depurados dos seus sentidos de inversão e de apelo à mudança. Na interpretação de Ginzburg (e o episódio de Francisco de Assis é apenas um exemplo), a criatividade religiosa – e, portanto, seus estímulos à transformação – sempre irrompe das classes populares: o confronto que se estabelece com a religião institucionalizada provoca a esterilização e edulcoração destes estímulos, mas a mudança (o resultado final deste conflito) tem seu impulso a partir “de baixo”.

“No início do novo século, o jubileu do 1300 confirmou de modo definitivo a vitória da hierarquia sobre todas os impulsos eversivos provenientes de baixo. (...). Será preciso chegar ao *Cinquecento* para que se reproduza uma situação igualmente perigosa de impulsos descontrolados a partir de baixo. E também então, apenas ao preço de uma profunda renovação, a Igreja consegue sobreviver.”⁹³

Seguindo muito de perto a análise de Bakhtin, Ginzburg se interrogava sobre as relações existentes entre a cultura erudita e a cultura popular entre a Idade Média e o Renascimento, sob a ótica da religião. Mas a “cultura popular” também tinha suas próprias diferenças internas. Ginzburg atribui uma cesura entre a cultura “urbana”, cuja expressão religiosa era fundamentalmente carnavalesca, e as crenças das áreas camponesas italianas, que seguiam “estradas próprias”. Na interpretação que propunha Ginzburg, essa cultura camponesa, “folclórica”, havia se mantido realmente autônoma e separada por séculos,

⁹¹ Cf. Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, cit. p. 615.

⁹² Ibid. p. 616.

⁹³ Cf. Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, cit. p. 619.

graças a uma razão: por ser basicamente oral, expressa em vulgar (em dialeto), mantida longe do acesso a escrita, permaneceu praticamente impermeável à cultura letrada, escrita em Latim, mantida como monopólio da elite e da hierarquia eclesiástica.

Para Ginzburg, a crise italiana do século XVI teve um resultado direto sobre essa relação de forças. Ignorada por séculos, essa cultura e religiosidade camponesa – na imagem proposta pelo historiador, um “magma subterrâneo” – começou a irromper à superfície com a perseguição à feitiçaria.

“Na crise geral da sociedade italiana, se assiste a uma verdadeira erupção daquele mundo folclórico que havia sido comprimido durante séculos, e que tinha começado a vir à superfície já na segunda metade do *Quattrocento*. O enfraquecimento da capacidade de controle por parte da hierarquia eclesiástica, deu a este mundo folclórico a possibilidade de exprimir-se com uma extraordinária riqueza de formas. (...). Eram crenças velhas de séculos, com relação às quais, entretanto, a atitude estava mudando.”⁹⁴

Seguindo o raciocínio proposto por Ginzburg, é exatamente com a Inquisição que, esse “estrato de superstições, crenças, práticas mágicas que havia se conservado silenciosamente por séculos graças à paradoxal fixidez da tradição oral, emerge em vários pontos, como um magma subterrâneo que aflora através de uma fenda no terreno”⁹⁵. A perseguição produzia a multiplicação dos contatos entre a cultura letrada dos inquisidores e aquela cultura camponesa, que Ginzburg supunha estar presente no mundo rural italiano desde tempos imemoriais. Uma vez que a mais inocente superstição havia começado a ser perseguida como indício de feitiçaria e de relação com o demônio, as oportunidades desse “magma subterrâneo” aflorar se multiplicavam (ao preço, conhecido, da morte e da perseguição daqueles que acreditavam).

A religião e o folclore camponês, que havia encontrado formas originais e relativamente autônomas de expressão através dos tempos (que contrastavam com a “religião dos cultos, daqueles que sabem ler e escrever”⁹⁶) é fortemente ameaçada pelo confronto com a religião oficial. O processo continua o mesmo: apropriação dos

⁹⁴ Ibid. pp. 645-646.

⁹⁵ Cf. Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, cit. p. 628.

⁹⁶ Ibid., p. 647.

esquemas populares, institucionalização e codificação através dos esquemas cultos da religião oficial, que cancelam seu sentido original eversivo.

A imagem do sabá, definitivamente cristalizada a partir do século XVI nas teorias demonológicas dos inquisidores, é o exemplo mais acabado desse processo. Na interpretação de Ginzburg, o sabá demoníaco (o *striaço*), é o resultado da articulação de vários esquemas populares e carnavalescos, como o mundo de cabeça para baixo e o país de Cocanha, que tem seu sentido original cancelado e transformado na imagem culta e demonizada da missa negra (onde as orações são invertidas, a missa é parodiada, as hóstias são negras) feita em nome do Diabo.

“O sabá, enfim, é um mundo carnavalesco, no qual todos são mascarados ou travestidos de animais, no qual se celebram orgias, onde o diabo apaga as velas peidando. Esta imagem do sabá não é de origem popular. Devidamente institucionalizada e codificada pelos tratados de demonologia, ela foi difundida por pregadores e inquisidores no curso de um século. Com a ajuda dos interrogatórios e das torturas, ela é sobreposta a um estrato muito mais antigo de crenças camponesas baseadas em cultos de fertilidade. O cancelamento progressivo, conseguido pelos inquisidores, do culto de Diana, no Modenese e em outros lugares, e a transformação forçada dos *benandanti* Friulianos em feiticeiros segundo todas as regras, exemplificam claramente este processo. (...). Esta cultura folclórica foi portanto erradicada duas vezes. Uma primeira vez, através do desnaturamento dos cultos agrários pré-feitiçaria em cultos demoníacos. Uma segunda vez, através da repressão e o sufocamento destes últimos. Porque também em um culto em última instância imposto desde o exterior como foi aquele diabólico, difundido e perseguido pelos inquisidores, encontravam uma via de saída sentimentos religiosos autônomos muitas vezes muito vigorosos. O caso de uma camponesa do Modenese, Domenica Barbarelli, que depois de haver confessado ter ido a noite ao ‘jogo de Diana’, urina sobre o crucifixo que lhe foi plenamente doado pelos inquisidores, exclamando que preferia *o seu* – a *sua* divindade, o demônio – ‘que veste ouro, com a baqueta de ouro’, é exemplar. O sabá havia terminado por se tornar a expressão talvez mais autêntica da religiosidade camponesa.”⁹⁷

O sabá se tornaria, com a Inquisição, o “grande mito religioso alternativo do folclore camponês”⁹⁸. Na interpretação proposta por Ginzburg, o sabá se realiza como uma junção (Ginzburg chamará mais tarde de uma “solução de compromisso”⁹⁹), promovida pela violência, entre as crenças populares e as crenças letradas. Ele é produto

⁹⁷ Cf. Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, cit. pp. 649-650.

⁹⁸ Ibid. p. 649.

⁹⁹ Ver Ginzburg, C. *Présomptions sur le sabbat*, *Annales ESC*, a. 39e. (2), mars-avril, 1984.

do processo, que tem seu momento mais importante no século XVI, de crise de um modelo de relação que separava radicalmente duas culturas: com o fim do monopólio da palavra escrita pela hierarquia religiosa, abrem-se novas possibilidades de contato entre as duas culturas. A partir da Contra-Reforma e do Renascimento, graças à crise e ao confronto cultural, tanto a religião quanto a cultura erudita saem transformadas.

Nos termos do conflito entre alta cultura e baixa cultura tal qual o pensava Ginzburg, o resultado da Contra-Reforma aparece em pelo menos duas características principais: a ascensão dos jesuítas, que operam mais uma vez a reproposição do caráter carnavalesco da religião popular em nome da hierarquia (com a domesticação das procissões, que se tornam nas suas mãos episódios teatrais e carnavalescos onde os conteúdos eversivos destas manifestações eram cuidadosamente controlados); em segundo lugar, a penetração final da Igreja no mundo rural italiano, “um golpe definitivo no mundo mágico camponês” que não desaparece (subsistindo de muitos modos, de acordo com Ginzburg, até hoje¹⁰⁰) mas que tem a sua “periculosidade para a hierarquia” tornada mínima. “Aquelas crenças mágicas não poderiam mais colocar-se como uma cultura de algum modo alternativa: podiam apenas misturar-se às crenças católicas, e sobreviver em formas cada vez mais marginais.”¹⁰¹.

A heresia, as interpretações de baixo das questões religiosas, a relação com as antigas crenças pré-cristãs, tudo isso era lido em um contexto de conflito com a religião oficial e com a hierarquia católica. Na interpretação da história religiosa italiana proposta por Ginzburg, o perigo – isto é, a ameaça às instituições oficiais e à religião “do alto” – vinha sempre “de baixo”, da ação autônoma das classes subalternas.

A análise de Ginzburg devia muito às propostas de Bakhtin: o confronto dialético entre o “alto” e o “baixo”, entre o popular e o erudito, e a sua resolução em um momento superior de mudança era certamente central na leitura que o crítico russo propusera para

¹⁰⁰ É significativo neste sentido que os termos da leitura de Ginzburg para a história da religião na Itália o façam ler o carnavalesco como a força popular e eversiva por excelência, mesmo na Itália do princípio da década de setenta. Ver sobre isso as últimas considerações de Ginzburg em *Folklore, magia, religione*, cit. p. 676.

¹⁰¹ Cf. Ginzburg, C. *Folklore, magia, religione*, p. 660.

as transformações que caracterizaram a cultura e a literatura no século XVI. Sua hipótese para a leitura das relações entre as culturas erudita e popular no Renascimento – feita de trocas recíprocas e constantes – era seguida de perto por Ginzburg e marcaria, como veremos, algumas das suas discussões posteriores sobre o assunto.

O tema da relação entre culturas voltou a ocupar um lugar central na investigação de Ginzburg em um livro publicado por ele em 1976. Os termos da investigação respondiam, entretanto, a parâmetros um pouco diferentes.

O encontro com o trabalho de Bakhtin havia fornecido a Ginzburg uma chave de leitura fundamental para o mundo de conflitos cultural na Idade Média e no Renascimento, assim como abria a possibilidade de análise da cultura popular a partir do seu próprio protagonismo. Em termos metodológicos, por outro lado, o encontro com a tradição *warburguiana* e a incorporação da sua abordagem “filológica” sugeria uma forma de lidar com esse mundo simbólico de um modo decididamente inovador.

Il formaggio e i vermi: Cosmo di un mugnaio del Cinquecento (O queijo e os vermes: Cosmo de um moleiro do Século XVI)¹⁰²: Desta vez, Ginzburg se voltava para um “estudo de caso”, uma biografia. Suas fontes principais eram dois processos inquisitoriais, encontrados no Arquivo de Estado de Udine enquanto estudava os *benandanti*. O réu daqueles processos era também o protagonista do livro de Ginzburg: Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, um moleiro de Montereale (Friuli), acusado de heresia em duas ocasiões (em 1583-4 e 1599) e morto pela Inquisição, provavelmente em 1601.

“Extraordinário”: assim se refere Ginzburg, mais de uma vez, a esse processo cuja singularidade escapava à tradicional e repetida tipologia dos processos inquisitoriais. Extraordinário também porque Menocchio não era uma figura “média”, “representativa” de qualquer coletivo: é precisamente a excepcionalidade do processo e da figura do moleiro friulano que constitui o eixo central da investigação de Ginzburg.

¹⁰² A tradução brasileira, que citarei aqui, é *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, (trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes; revisão técnica de Hilário Franco Júnior). São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (de agora em diante, QV). A edição italiana, de 1976, é de Giulio Einaudi Editore (Torino).

Menocchio é acusado pela primeira vez em 1583, “por ter pronunciado palavras ‘heréticas e totalmente ímpias’”, e antes de tudo por tê-las pronunciado para quem quisesse ouvir, negando com suas convicções que “as coisas da fé são grandes e difíceis, fora do alcance de moleiros e sapateiros”¹⁰³. Seu primeiro interrogatório acontece em sete de fevereiro de 1584, quando é colocado frente às acusações e pressionado a explicar suas idéias e o conteúdo da sua pregação.

“Quanto ao conteúdo heterodoxo desse tipo de prédica, não é possível ter dúvidas – principalmente no momento em que Menocchio expôs sua singularíssima cosmogonia, da qual o Santo Ofício já ouvira comentários confusos: ‘Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos. A santíssima majestade quis que aquilo fosse Deus e os anjos, e entre todos aqueles anjos estava Deus, ele também criado daquela massa, naquele mesmo momento, e foi feito senhor com quatro capitães: Lúcifer, Miguel, Gabriel e Rafael. O tal Lúcifer quis se fazer de senhor, se comparando ao rei, que era a majestade de Deus, e por causa dessa soberba Deus ordenou que fosse mandado embora do céu com todos os seus seguidores e companhia. Esse Deus, depois, fez Adão e Eva e o povo em enorme quantidade para encher os lugares dos anjos expulsos. O povo não cumpria os mandamentos de Deus e ele mandou seu filho, que foi preso e crucificado pelos judeus’. E acrescentou: ‘Eu nunca disse que ele se deixara abater feito um animal’ (foi uma das acusações feitas contra ele; em seguida admitiu que talvez pudesse ter dito qualquer coisa do gênero). ‘Eu disse bem claro que se deixou crucificar e esse que foi crucificado era um dos filhos de Deus, porque todos somos filhos de Deus, da mesma natureza daquele que foi crucificado. Era homem como nós, mas com uma dignidade maior, como o papa hoje, que é homem como nós, mas com maior dignidade do que nós porque pode fazer. Aquele que foi crucificado nasceu de São José e da Virgem Maria’¹⁰⁴

O conteúdo da pregação era de fato “extraordinário” e não se detinha apenas na sua singular cosmogonia. Em interrogatórios sucessivos, onde abandonou qualquer reserva, o moleiro expôs outros aspectos das suas crenças e convicções, com “segurança e agressividade” diante do inquisidor, do vigário-geral e do magistrado de Portogruaro¹⁰⁵: as críticas de Menocchio se dirigiam para a discussão e a negação da hierarquia eclesiástica, a crítica da diferença entre ricos e pobres (e a Igreja como representante maior dessa

¹⁰³ QV, pp. 40-41.

¹⁰⁴ QV, pp. 46-47.

¹⁰⁵ QV, p. 56.

desigualdade), o uso do Latim nos Tribunais (cuja função era a de enganar os pobres), uma crítica “radical” dos sacramentos.

“Não existe diferença alguma entre clérigos e leigos: o sacramento da ordenação é uma ‘mercadoria’. Assim como todos os outros sacramentos e leis da Igreja: ‘mercadorias’, ‘invenções’, e graças a elas os padres engordam. A essa construção colossal baseada na exploração dos pobres, Menocchio contrapõe uma religião bem diferente, em que todos são iguais, porque o espírito de Deus está em todos.”¹⁰⁶

Aquilo que torna Menocchio particularmente “perigoso” aos olhos dos inquisidores é sua “independência de julgamento”, sua convicção em ter o “direito de uma posição autônoma” em matéria de fé (que o permite sustentar uma opinião própria mesmo em uma questão tão delicada quanto a da natureza da hóstia consagrada¹⁰⁷). Sua posição com relação à religião – uma concepção tolerante e não-hierárquica que contrastava fortemente com aquela representada pelos próprios inquisidores – estava no centro de sua “heresia”.

E é exatamente sobre a natureza desta heresia que se interroga Ginzburg: Como era possível a um moleiro do Friuli expor idéias daquele tipo? De onde elas vinham? Qual sua origem? A atenção pouco usual dada pelos inquisidores às idéias de Menocchio mostram o quanto esta mesma indagação era também sua.

Para Ginzburg, Menocchio não podia ser dissolvido dentro do vago conceito de “Reforma”: é a especificidade e singularidade de suas crenças que o historiador pretendia interrogar. É verdade que suas convicções com relação à religião apresentavam “analogias indiscutíveis” com importantes heresias (como o anabatismo, que havia tido grande penetração nas áreas rurais italianas); mas as diferenças eram igualmente diferentes e ainda mais importantes. De acordo com Ginzburg, para compreender as crenças de Menocchio, seria preciso procurar em outros lugares que não as heresias tradicionais (seja o anabatismo ou um “luteranismo” difuso). Suas “fontes” são outras¹⁰⁸.

¹⁰⁶ QV, p. 64.

¹⁰⁷ Menocchio afirma acreditar, por exemplo, que a hóstia carrega o Espírito Santo no lugar do corpo de Cristo, cf. QV, p. 54

¹⁰⁸ QV, pp. 66-67.

Na procura destas fontes, Ginzburg tentava recuperar o universo de leituras que estavam à disposição do moleiro friulano. Seus próprios depoimentos davam uma idéia de quais eram elas: a Bíblia em vulgar, evangelhos apócrifos e outros textos reunidos no *Fioretto della Bibbia*, o *Decameron* de Bocaccio, *Il Leggendario dei Santi* (uma tradução da *Legenda aurea* de Jacopo da Varagine), uma descrição de viagens maravilhosas que tinha o título de *Il cavallier Zuanne de Mandavilla*, *Il Sogno dil Caravia* e outros textos de caráter religioso e herético, talvez o Alcorão¹⁰⁹.

Tentando decifrar a “extravagante cosmogonia” de Menocchio, Ginzburg vai testando as diferentes hipóteses que os próprios inquisidores levantaram: excluindo a loucura ou o anabatismo, e ainda o luteranismo e a uma relação direta com a Reforma, que resta? Ginzburg propõe uma alternativa – as idéias de Menocchio tem origem na cultura popular. Não aquela da cidade, mas aquela camponesa “um ramo autônomo do radicalismo camponês que o tumulto da Reforma contribuíra para que emergisse, mas que era muito mais antigo que a Reforma”¹¹⁰.

Mas como conformar esta hipótese com as suas leituras – os livros impressos que Menocchio apontava como fonte de suas idéias e que parecem contradizê-la? A resposta poderia estar, para Ginzburg, não nas fontes em si – entendidas como “causa” mecânica das idéias do moleiro –, mas na forma pela qual Menocchio lia estas fontes. Não os livros, mas a leitura dos livros.

O leitor Menocchio operava através de “lacunas e deformações”. Na análise de Ginzburg, aquilo que era fundamental na leitura do moleiro era a “chave de leitura” ou “rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa”. A “agressiva originalidade” das leituras de Menocchio era produzida por um “filtro que [o] fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de

¹⁰⁹ Ginzburg trata destas leituras em boa parte de *O Queijo e os Vermes* (especialmente pp. 72-170, aprox.). Para uma lista das possíveis leituras de Menocchio, ver pp. 82-83.

¹¹⁰ QV, p. 70.

uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando a sua leitura.”¹¹¹.

Ginzburg propunha a leitura paralela de várias passagens dos livros lidos por Menocchio e o próprio discurso do moleiro. Em um significativo esforço de análise filológica (quase, para usar uma expressão da moda na teoria literária, “inter-textual”), Ginzburg pretendia reconhecer nas deformações operadas pelo herético de Montereale a intervenção não intencional de um filtro cujas origens estavam na cultura oral camponesa dentro da qual Menocchio havia sido criado.

São vários os exemplos expostos por Ginzburg, que dedica grande parte de *Il formaggio e i vermi* a testar suas hipóteses. Um dos mais significativos entre eles é aquele da leitura que Menocchio faz de *Il cavallier Zueanne de Mandavilla* – a tradução italiana, bastante popular, de um “famoso livro de viagem, escrito em meados do século XIV e atribuído a um fantasmagórico *sir John Mandeville*”¹¹² –, do qual uma cópia lhe havia sido emprestada pelo capelão local.

Quando interrogado, Menocchio era seguidamente instado a revelar seus supostos “companheiros”, com quem teria aprendido suas idéias. Sua resposta era sempre a mesma: ninguém jamais o ensinara, tudo o que sabia havia aprendido sozinho, lendo os livros. Um dos que o haviam deixado particularmente “confuso” era “aquele livro do Mandavilla, de tantas raças, e tão diversas leis”¹¹³. Interrogando a alegada confusão do moleiro, Ginzburg procurava mostrar como mesmo as passagens mais “inocentes” do livro eram “mastigadas e trituradas” por Menocchio, que as repropunha, transformando-as em outra coisa. Um exemplo desta “leitura da leitura” operada por Ginzburg está em uma passagem de Mandeville, onde são narrados episódios de canibalismo ritual na fantasiosa Ilha de Dundina. Citarei em seqüência o texto de Mandeville, a leitura de Menocchio e a interpretação de Ginzburg para exemplificar a operação analítica proposta pelo historiador:

¹¹¹ QV, pp. 88-89.

¹¹² QV, p. 83.

¹¹³ QV, p. 101.

[O texto de Mandeville:]

“Nesta ilha existe gente de natureza diversa, o pai come o filho, o filho o pai, o marido a mulher e a mulher o marido. Quando o pai ou a mãe, ou então algum dos seus amigos está doente, imediatamente o filho, ou outra pessoa, procura o padre da sua religião para pedir-lhe que consulte o ídolo deles; (...). E, se o ídolo disser que é caso de morte, o padre acompanha o filho e a mulher, ou então o amigo do doente, e lhe metem um pano na boca para asfixiá-lo, e assim, sufocando-o, matam-no cortando, em seguida, seu corpo em pedaços; todos os amigos aparecem para rezar e comer daquele corpo morto. Reúnem quantos pífaros possam ter e assim comem em grande festa e com grande solenidade. Quando acabam de comer, recolhem os ossos e os enterram cantando com grande festa e muita música. Os amigos e parentes que não participam desta festa são recriminados e sentem muita vergonha e dor, porque não são mais considerados amigos. Dizem que comem a carne para liberar o amigo do sofrimento; se a carne é muito magra, os amigos dizem que foi um pecado deixá-lo definhando e sofrer tanto sem razão; se a carne é gorda, dizem que está bem e que logo mais estará no paraíso, e que não teve sofrimentos”¹¹⁴

A leitura do moleiro:

“Este mesmo livro do cavaleiro Mandavilla dizia também que, quando os homens estavam doentes, próximos da morte, procuravam o padre, e o tal padre consultava um ídolo que lhe dizia se o doente devia morrer ou não; caso sim, o padre o sufocava e junto a outros o comia; se o sabor era bom, não tinha pecados; se era ruim, tinha muitos pecados e tinham feito muito mal em deixá-lo viver tanto. E dali tirei minha opinião de que, morto o corpo, a alma também morre, já que existem tantos e diferentes tipos de nações e uns crêem de um modo e outros de outro.”¹¹⁵

Cito, enfim, a análise de Ginzburg da passagem acima:

“Mais uma vez a ardente memória de Menocchio fundira, transpusera, modelara palavras e frases. O morto de carne muito magra transformara-se, sem mais, em ruim (de ser comido); o de carne gorda, bom (de ser comido). A ambiguidade gastronômico-moral destes termos (*bom, ruim*) atraía a referência aos pecados, deslocando-a do matador para o morto. Portanto, quem era bom (de ser comido) não tinha pecados; quem era ruim (de ser comido) estava cheio de pecados. Nesse ponto precipitara-se a dedução de Menocchio: não existe o além, não existem penas ou recompensas futuras, o paraíso e o inferno são desta terra, a alma é mortal. Como sempre, Menocchio deformava agressivamente (de maneira completamente involuntária, é claro) o texto.”¹¹⁶

Ainda que – como no caso das Viagens de Mandeville – os livros tivessem enorme importância para a reflexão do moleiro, os elementos mais surpreendentes desta não

¹¹⁴ QV, pp. 107-108.

¹¹⁵ QV, p. 109.

¹¹⁶ Id. Ibid.

tinham origem nos textos, mas eram obra de uma distorção sistemática – e, de certo modo, “radicalizadora” – de seus conteúdos.

“Vimos, portanto, como Menocchio lia seus livros: destacava, chegando a deformar, palavras e frases; justapunha passagens diversas, fazendo explodir analogias fulminantes. Toda vez que confrontamos os textos com suas reações a eles, fomos levados a postular que Menocchio possuía uma chave de leitura oculta que as possíveis relações com um ou outro grupo de heréticos não são suficientes para explicar. Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As Viagens*, de Mandeville, ou a *Historia del Giudicio*. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva.”¹¹⁷

Ginzburg interpretava a “complexa estratificação” da cosmogonia de Menocchio através das exploração das defasagens entre as suas fontes escritas e as leituras feitas sobre elas. As “deformações”, “desvios” (*scarti*), os “erros” de interpretação do moleiro eram cuidadosamente perseguidos, na tentativa de encontrar nos lapsos, na seleção involuntária, os elementos mais substanciais do seu pensamento. O historiador opera aqui com instrumentos que derivam de muitos modos de outras disciplinas. O uso analógico (e às vezes metafórico) da psicanálise é evidente: Ginzburg explora as lacunas na análise de Menocchio como se fossem “atos falhos” – enganos que acabam por revelar conteúdos ocultos –, e muitas das divagações filosófico-religiosas do moleiro como formas de “associação-livre”. Nesta tensão entre o conteúdo manifesto do discurso e aquele reprimido – metaforicamente encarnado no depoimento do moleiro diante dos inquisidores, que mostra um discurso ao mesmo tempo que esconde uma teia de significados populares – reconhece-se os ecos daquela “Psicopatologia da vida quotidiana” de Freud: Menocchio “projetava sobre a página impressa elementos tirados da tradição oral”¹¹⁸.

Mas é claro que análise de Ginzburg não era de fato “psicanalítica”: o historiador se valia da sugestão interpretativa e utilizava de modo analógico o procedimento indireto da

¹¹⁷ QV, p. 116.

¹¹⁸ QV, p. 209.

abordagem de Freud¹¹⁹. Na verdade, podemos pensar que Ginzburg, ao mesmo tempo que se valia do “impulso” analítico da proposta psicanalítica, substituiu a simbologia freudiana (de resto, bastante problemática) por uma rigorosa crítica filológica¹²⁰.

Assim, Ginzburg operava também um deslocamento com relação à crítica literária. Como apontou Roger Chartier sobre *Il formaggio e i vermi*, Ginzburg tratava de um leitor anônimo com procedimentos analíticos em geral reservados aos “grandes” autores e literatos¹²¹. De fato, os instrumentos com que críticos como Bakhtin (mas também Lucien Febvre, Leo Spitzer e Erich Auerbach) haviam interpretado uma figura do porte de Rabelais, eram também voltados a decifrar os discursos do obscuro moleiro friulano. A atenção sobre a densidade metafórica das suas imagens e a análise retórica da sua argumentação¹²² eram colocados à serviço de uma interpretação cujo caráter dificilmente poderia ser qualificado de outra coisa que filológico: o cruzamento da erudição com uma leitura lenta e detalhada.

O próprio livro pode ser lido como um experimento de fronteira entre a história e a literatura: Ginzburg afirmou sobre ele que pretendia não apenas “ser uma história”, mas também um “escrito histórico”¹²³. Assim, as notas são colocadas no fim do livro, sem

¹¹⁹ De todo modo, a análise do “erro”, entendido como uma “experiência metodologicamente crucial” lhe era também sugerido pelo Marc Bloch de *Les Rois thaumaturges* (como sugere em QV, p. 275). Ginzburg remete também ao seu *A proposito della raccolta dei saggi di Marc Bloch* (op. cit., 1965), p. 340.

¹²⁰ Marcella Pogatschnig, discutindo os paralelismos entre Ginzburg e Freud, aponta a importância do livro de S. Timpanaro, *Il lapsus freudiano. Psicoanalisi e critica testuale*, Firenze: La Nuova Italia, 1974, para a formulação do historiador turinês. Sobre *Il lapsus freudiano* ela escrevia: “No livro, insólito e peculiar, que teve um eco bastante circunscrito talvez por estas características, colocava uma contraposição entre a psicanálise e a crítica textual e a tentativa de substituir na interpretação dos lapsos os critérios científicos da crítica textual (*lectio facilior* e *difficilior*, antecipação, assimilação, analogia, contraste, etc.) aos critérios associativos simbólicos freudianos, escarsamente verificáveis, como a concepção implícita de um ‘inconsciente poliglota’ confirmaria.” Cf. Pogatschnig, M., *Costruzioni nella storia. Sul metodo di Carlo Ginzburg*, aut-aut, n. 181, 1981, p. 34.

¹²¹ Cf. Chartier, Roger, *História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação*, In *A história Cultural. Entre práticas e representações*, (trad. de Maria Manuela Galhardo) Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990, p.57. (Este artigo foi publicado originalmente em LaCapra, D. & Kaplan, S.L. (ed.) *Modern European Intellectual History. Reappraisals & new perspectives*, Ithaca/London, Cornell University Press, 1982).

¹²² QV, pp. 132 e 175.

¹²³ QV, p. 13 (prefácio à edição inglesa).

referências no interior do texto que corre em pequenos capítulos, construídos de forma francamente narrativa. Esta exploração de recursos usualmente caracterizados como literários já acompanhava seus trabalhos há algum tempo¹²⁴ e ganharia mais força (e argumentos) ao longo dos anos.

Por outro lado, que Ginzburg interprete as formas de ler de Menocchio também através de uma abordagem que se inspirava na semiótica e na análise da “recepção” da obra literária, apenas confirma o significado experimental e fronteiriço daquele trabalho¹²⁵.

Todo esse esforço de decifração convergia para a hipótese que Ginzburg propunha de uma grade de leitura derivada de uma cultura oral de origem camponesa que atravessava a relação de Menocchio com a cultura letrada. Analisando as afirmações do moleiro desde este ponto de partida, Ginzburg identificava um elemento central em torno do qual orbitavam os aspectos mais importantes de sua cosmogonia: a sua teoria sobre a formação do cosmo a partir do caos – a coagulação ou a putrefação –, a criação *ex-nihilo*¹²⁶.

“Assim, na sua linguagem densa, recheada de metáforas ligadas ao cotidiano, Menocchio explicava sua cosmogonia tranquilamente, com segurança, aos inquisidores estupefatos e curiosos (caso contrário, por que teriam conduzido um interrogatório tão detalhado?). Apesar da grande variedade de termos teológicos, um ponto permanece constante: a recusa em atribuir à divindade a criação do mundo – e, ao mesmo tempo, a obstinada reafirmação do elemento aparentemente muito bizarro: o queijo, os vermes-anjos nascidos do queijo.”¹²⁷

Se a imagem dos vermes transformados em anjos poderia ter uma origem nos livros, de acordo com Ginzburg, não tiraria deles sua explicação: “A experiência cotidiana do surgimento dos vermes do queijo putrefato servia para Menocchio explicar o nascimento dos seres vivos – os primeiros, os mais perfeitos, foram os anjos – do caos, da matéria ‘grande e indigesta’, *sem recorrer à intervenção de Deus*”¹²⁸. Esse materialismo

¹²⁴ Um exemplo disso é o já citado *Giochi di pazienza*, escrito em parceria com Adriano Prosperi, onde a idéia do jogo não era apenas usada como metáfora do trabalho do historiador, mas acabava por caracterizar a própria construção do pequeno volume.

¹²⁵ Ver QV, p. 275.

¹²⁶ O interrogatório de Menocchio em torno disso está transcrito em QV pp. 121-124.

¹²⁷ QV, p. 124.

¹²⁸ QV, p. 125.

camponês (e “tendencialmente científico”, acrescenta Ginzburg) em que se inspirava Menocchio, seria portanto construído em grande parte sobre a sua própria experiência cotidiana. Mas não apenas ela – e aqui se encontra o salto analítico de Ginzburg propõe para a interpretação da cosmogonia de Menocchio –, uma vez que a crença na criação a partir da putrefação remetia também a “mitos antiquíssimos, remotos”, que remontavam com grande semelhança aos *Veda* indianos: “É uma coincidência espantosa – digamos até mesmo inquietante – para quem não possui explicações prontas e inaceitáveis, como a existência de um inconsciente coletivo, ou simples demais, como o acaso.”¹²⁹ A hipótese de Ginzburg para encarar essa semelhança tentava fugir aqui da tentação trans-histórica:

“Mas no caso de Menocchio é impossível não pensar em transmissão direta – transmissão oral, de geração para geração. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão – durante os mesmo anos e justamente no Friuli – de um culto de base xamanista como os *benandanti*. A cosmogonia de Menocchio se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais.

Nos discursos de Menocchio, portanto, vemos emergir, como que por uma fenda no terreno, um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Este caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irreduzível de cultura oral. Para que essa cultura *diversa* pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa. Graças à primeira, um simples moleiro pôde pensar em *tomar a palavra* e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o mundo. Graças à segunda, tivera *palavras* à sua disposição para exprimir a obscura, inarticulada visão do mundo que fervilhava dentro dele. Nas frases ou nos arremedos de frases arrancadas dos livros, encontrou os instrumentos para formular e defender suas próprias idéias durante anos, junto aos seus conterrâneos num primeiro momento, e, depois, contra os juizes armados de doutrinas e poder.

Desse modo, viveu pessoalmente o salto histórico de peso incalculável que separa a linguagem gesticulada, murmurada, gritada, da cultura oral, da linguagem da cultura escrita, desprovida de entonação e cristalizada nas páginas dos livros. Uma é como um prolongamento do corpo; a outra é ‘coisa da mente’.”¹³⁰

Aqui reaparece a preocupação – que já havíamos encontrado em *I Benandanti* – com as semelhanças formais entre as crenças camponesas e os mitos antigos. Mas também em *Il formaggio e i vermi* esta era uma indagação que entrava em franca colisão com os objetivos expressos do livro. A escolha aqui, mais uma vez, é por uma comparação “cautelosa”, que

¹²⁹ QV, p. 127.

¹³⁰ QV, pp. 127-128. Ginzburg coloca isso em termos semelhantes na introdução (p. 33).

escolhe a hipótese historicamente mais plausível da transmissão oral, dentro do campo das “relações e migrações culturais”. Mas este foi também um caminho apenas esboçado e não inteiramente trilhado¹³¹.

Neste livro sobre o moleiro friulano, reencontramos também aquele impulso inicial de estudar o cruzamento entre a longa duração e a curta duração que estava presente em seus outros trabalhos sobre a feitiçaria. Aqui Menocchio vive “pessoalmente” uma radical mudança cultural de “peso incalculável”, que se estende toda Europa entre a Idade Média e a Renascença. A análise, como diria o próprio Ginzburg alguns anos mais tarde, é “bifronte”¹³²: interroga em primeiro lugar os sentidos que aquelas crenças possuíram para Menocchio e a forma pela qual ele as manipulava singularmente; por outro lado, abordando as suas “fontes”, colocava sob investigação uma hipótese muito mais geral sobre a cultura camponesa na Europa medieval e moderna.

No prefácio à edição inglesa do livro, em 1980¹³³, Ginzburg se referia àquele trabalho nos seguintes termos:

“Este livro narra sua história [de Menocchio]. Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamento e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas é também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou.”¹³⁴

Explorar a diferença que separava o moleiro friulano não apenas de nós-leitores, mas que também se colocava entre ele e seus inquisidores, estava no centro da investigação. Investigar a diferença, isto é, a alteridade de Menocchio e, através dele, da

¹³¹ Seria preciso, como se sabe, ainda treze anos para que este outro caminho de pesquisa mostrasse seus resultados. Me refiro a Ginzburg, C. *Storia notturna. Una decifrazione del sabba*, Torino: Einaudi, 1989 (tradução brasileira de Nilson Moulin Louzada: *História noturna. Decifrando o sabá*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

¹³² Cf. Ginzburg, C. & Poni, C. *O nome e o como* (1979), In *A Micro-história e outros ensaios*, cit. p.177.

¹³³ A primeira edição britânica do livro tem tradução de John e Anne Tedeschi (que são os principais tradutores de Ginzburg em língua inglesa): *The cheese and the worms. Cosmos of a Sixteenth-Century miller*, London: Routledge & Kegan Paul, 1980. O prefácio à esta edição é traduzido na edição brasileira (cit. pp. 11-13).

¹³⁴ QV, pp. 11-12. Grifo meu.

cultura popular do passado que ele de muitos modos também representava. A idéia de “reconstruir analiticamente” esta diferença – tal como sustentava Ginzburg – remetia diretamente à antropologia, que derivava desta operação grande parte do seu valor heurístico.

E é realmente à antropologia que se volta Ginzburg ao justificar o uso que fazia do termo “cultura” e, a partir dele, “cultura popular” ou “cultura das classes subalternas”¹³⁵. Sua definição como “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprio das classes subalternas em um certo período histórico”¹³⁶ tinha sua origem clara na antropologia cultural. A crítica ao etno-centrismo operada pela disciplina havia construído um horizonte de discussões a partir do qual seria possível pensar em seus próprios termos as culturas das classes subalternas. De acordo com Ginzburg, haviam sido os antropólogos os primeiros a superar as convicções de origem ideológica que pensavam a “cultura popular” como uma “coleção de curiosidades”, ou como um acúmulo desorganizado de elementos degradados oriundos da cultura das classes dominantes do passado.

Era exatamente a respeito desta relação entre a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternas que se voltava também alguns dos aspectos mais importantes do estudo de Ginzburg sobre Menocchio. As armadilhas que se colocavam para aqueles que colocavam a “cultura popular” como objeto de estudo eram conhecidas do historiador: por um lado, partindo de uma perspectiva que via apenas na alta cultura a possibilidade de criação autônoma, chegava-se quase sempre à conclusão de que a cultura popular era apenas “deformação” ou “deterioração” da cultura da elite¹³⁷. No outro

¹³⁵ Com relação à expressão “classes subalternas”, originalmente usada por Antonio Gramsci, Ginzburg afirmava: “Uso a expressão gramsciana *classes subalternas* por ser suficientemente ampla e despida das conotações paternalistas de que está imbuída *classes inferiores* (...)”, QV, p. 243. De acordo com Ginzburg, os termos da discussão em torno da cultura das classes subalternas haviam sido “em grande parte, já eficazmente antecipados” por Hobsbawm em *Per lo studio delle classi subalterne* (1960, citado na nota 55), QV, p. 244. Ginzburg discute ainda sobre os estudos sobre a “cultura das classes subalternas” na Itália na introdução que faz à tradução italiana do livro de Peter Burke sobre a cultura popular (*Cultura popolare nell'età moderna*, Milano: Mondadori, 1980; trad. it. Federico Canobbio-Codelli; a edição inglesa é de 1978).

¹³⁶ QV, p. 16 (prefácio à edição italiana).

¹³⁷ Ginzburg discute os trabalhos sobre a literatura “de cordel” produzidos por Robert Mandrou e Geneviève Bollème, pp. 18-20. Esses mesmos trabalhos haviam sido também discutidos em um outro

extremo, reconhecida a alteridade da cultura das classes subalternas do passado – e o fato de que ela não havia produzido seus próprios documentos escritos – recusava-se tentar colhê-la nos documentos indiretos produzidos pela elite; sobre esse excesso de zelo, afirmava Ginzburg:

“Contudo, o medo de cair no famigerado positivismo ingênuo, unido à exasperada consciência da violência ideológica que pode estar oculta por trás da mais normal e, à primeira vista, inocente operação cognitiva, induz hoje muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas, a cultura popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada.”¹³⁸

A recusa em superar os limites impostos pela lente deformadora das fontes indiretas tinha – de acordo com Ginzburg – um exemplo limite no livro organizado por Michel Foucault em torno de Pierre Rivière, um jovem camponês francês que, 1835, mata a golpes de foice a mãe grávida, a irmã adolescente e o irmão de sete anos. Apesar de ter deixado suas memórias a pedido dos juizes (que são também impressas no volume), os autores decidem não interpretá-la, detendo-se apenas nos discursos proferidos pelos médicos e juristas¹³⁹. “A possibilidade de interpretar esse texto [as memórias de Pierre Rivière] foi excluída de forma explícita, porque equivaleria a alterá-lo, reduzindo-o a uma ‘razão’ estranha a ele. Não sobra mais nada, além de ‘estupor’ e ‘silêncio’ – únicas reações legítimas”¹⁴⁰.

O “irracionalismo estetizante” dessa perspectiva era marcadamente recusado por Ginzburg: “É o êxtase diante do estranhamento absoluto, que na verdade é fruto da recusa de análise e interpretação”¹⁴¹. Diante de um documento igualmente excepcional,

texto citado por Ginzburg: De Certeau, M. Michel De Certeau, Julia, D. & Revel, J. *A beleza do morto: o conceito de ‘cultura popular’*, cit. nota 87.

¹³⁸ QV, p. 22.

¹³⁹ Ver Foucault, M. et alli. *Moi, Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma soeur et mon frère*, Paris: 1973; tradução brasileira: *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, Rio de Janeiro: Graal, 1983. Ginzburg, acompanhando Pierre Vilar, fala em “involução” no pensamento de Foucault depois do seu *Histoire de la folie* (1961), cf. QV, pp. 22 e 247.

¹⁴⁰ QV, p. 23.

¹⁴¹ QV, pp.23-24.

como os processos contra Menocchio, suas escolhas ao abordá-lo são inteiramente distintas.

Na distância tomada por Ginzburg de um termo como “mentalidade” (e a preferência, em seu lugar, pelo conceito antropológico de “cultura”) encontra-se alguns dos pressupostos importantes da sua investigação:

“A essa altura poder-se-ia perguntar se o que emerge dos discursos de Menocchio não é mais uma ‘mentalidade’ do que uma ‘cultura’. Apesar das aparências, não se trata de uma distinção fútil. O que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é a insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo. As sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade delimitam o campo específico da história das mentalidades (...). Inscrever Menocchio no âmbito exclusivo da história das mentalidades significaria, portanto, colocar em segundo plano o fortíssimo componente racional (não necessariamente identificável à nossa racionalidade) da sua visão do mundo.”¹⁴²

As implicações “interclassistas” que o termo “mentalidade” trazia constituíam a segunda razão da distância. Sua ênfase na homogeneidade e no consenso cultural tiravam de cena um elemento que, por lado, era central na análise proposta por Ginzburg: a conflitualidade entre os diferentes níveis de cultura¹⁴³. É neste contexto que as hipóteses levantadas por Mikhail Bakhtin em seu livro sobre Rabelais se apresentavam como uma alternativa interpretativa plena de possibilidades.

O caso de Menocchio parecia demonstrar, para Ginzburg, a fecundidade da proposta de Bakhtin para a compreensão das relações existentes entre a cultura popular e a cultura erudita na Idade Média e no Renascimento. As convicções sustentadas pelo moleiro friulano em frente aos juizes da Inquisição combinavam não apenas os elementos populares que constituíam sua grade de leitura, mas um

¹⁴² QV, p. 31.

¹⁴³ Esta mesma preocupação havia sido expressa por Ginzburg em 1972, ao escrever um *post scriptum* para uma nova edição dos *Benandanti*. Falando da noção de “mentalidade” tal como havia sido usada por Lucien Febvre em seu livro sobre Rabelais, Ginzburg escrevia: “Insistindo nos elementos *comuns, homogêneos*, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa ‘mentalidade coletiva’ indiferenciada e interclassista. Desse modo, a homogeneidade – de resto sempre parcial – da cultura de uma determinada sociedade é vista como ponto de partida e não como de chegada de um processo intimamente coercitivo e, enquanto tal, *violento* (a história dos *benandanti* é, desse ponto de vista, exemplar).” AB, p. 16.

“conjunto de idéias muito claras e conseqüentes, que vão do radicalismo religioso ao naturalismo tendencialmente científico, às aspirações utópicas de renovação social”¹⁴⁴, e que sugeriam um quadro mais complexo de relações culturais.

Do mesmo modo que o crítico russo encontrava nas trocas constantes e recíprocas entre a alta cultura e a baixa cultura a chave para a compreensão dos textos de Rabelais, Ginzburg reencontrava nas crenças expressas pelo moleiro friulano a mesma dinâmica cultural, que seria comprovada pelas “impressionantes convergências” que – apesar das enormes diferenças de linguagem e dos diversos pontos de partida – se estabeleciam entre as posições de Menocchio (e, portanto, a cultura camponesa que ele de certo modo representava) e aquela de “grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo”¹⁴⁵.

“Explicar essas semelhanças como uma mera difusão de cima para baixo significa aderir a tese – insustentável – segundo a qual as idéias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes. Por outro lado, a recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas: a das classes dominantes e a das classes subalternas.

É mais complexa e, em parte, impossível de demonstrar. O estado da documentação reflete, é óbvio, o estado das relações de força entre as classes. Uma cultura quase exclusivamente oral como a das classes subalternas da Europa pré-industrial tende a não deixar pistas, ou então deixar pistas distorcidas. Portanto, há um valor sintomático num caso-limite como o de Menocchio. Ele repropõe, com força, um problema cuja importância só agora se começa a perceber: as raízes populares de grande parte da alta cultura européia, medieval e pós-medieval. Figuras como Rabelais e Bruegel não foram, provavelmente, exceções notáveis. Todavia, fecharam uma época caracterizada pela presença de fecundas trocas subterrâneas, em ambas as direções, entre a cultura européia e a cultura popular.”¹⁴⁶

“Circularidade” é o termo com que Ginzburg resume esta hipótese de Bakhtin – reproposta por ele – em torno das relações recíprocas (ainda que desiguais) entre a “alta” e a “baixa” cultura. Uma hipótese que apenas se sustentava no caso da existência de uma distinção real entre as duas culturas antes da Reforma e da Renascença (Ginzburg a sustenta seguidamente). Do mesmo modo, ela deixa de fazer sentido quando essa

¹⁴⁴ QV, pp. 25-26.

¹⁴⁵ QV, pp. 25-26.

¹⁴⁶ QV, p. 230.

separação se torna excessivamente radical ou quando o desequilíbrio entre as partes se torna extremo, como Ginzburg postula para o momento histórico subsequente: com a Contra-Reforma, a intensificação da repressão à heresia e do controle dos grupos marginais marcou o esforço de obter a hegemonia por parte das classes dominantes européias, em uma franca tentativa de “extinção” da cultura popular¹⁴⁷.

A história de Menocchio – como de grande parte das vítimas desse processo do qual o seu caso era apenas um exemplo – teve um fim trágico: o resultado do primeiro inquérito – em 1584, quando foi considerado não apenas “herege”, mas “heresiarca” – havia sido a pena de confinamento em sua aldeia de Montereale (após ter ficado aprisionado até meados de 1586), proibido de expor novamente em público aquelas idéias que abjurara e condenado a vestir permanentemente um hábito com uma cruz, marcando-o como condenado. Domenico Scandella retorna à sua aldeia e, apesar de todo o constrangimento de sua situação, retoma seu lugar na comunidade. Por mais de quinze anos, consegue se manter à distância do olhar atento da Inquisição. Em 1599, entretanto, é mais uma vez denunciado e retorna em frente aos inquisidores. O moleiro não havia deixado de sustentar suas idéias e mesmo incrementá-las durante os anos. Após esta segunda denúncia, retorna em frente aos inquisidores que o condenam à morte.

No livro de Ginzburg sobre o moleiro friulano morto pela Inquisição, cruzam-se importantes indicações sobre as perspectivas metodológicas que estavam em jogo naqueles anos em seu trabalho. O trabalho sobre o individual, o “capilar”, o singular (em oposição ao plural das pesquisas quantitativas que investigavam as massas populares do Antigo Regime) levantava interrogações e trazia várias consequências (de ordem metodológica, mas também política) que Ginzburg não ignorava.

A reconstituição da forma pela qual a Contra-Reforma e a repressão à cultura popular era “vvida” de fato em uma situação singular implicava em dar voz e rosto a um processo e a uma classe social cuja inserção na grande História havia sido considerada possível apenas através do “número e do anonimato”. Com relação a esta posição – identificada por Ginzburg no trabalho de François Furet e de outros historiadores que

¹⁴⁷ QV, p. 230-1.

como ele haviam tentado reintegrar as classes subalternas na história¹⁴⁸ – o historiador italiano propunha uma perspectiva inversa. Como afirmava no prefácio a *Il formaggio e i vermi*: “se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância”, continuava Ginzburg, “estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’”¹⁴⁹.

Ora, há ao menos duas conseqüências diretas desta proposta de Ginzburg. A primeira delas é política: o conceito de “indivíduo” tem uma origem nitidamente burguesa, a tal ponto de ser praticamente sinônimo do empreendedor, dotado de qualidades singulares que o destacam da massa sem rosto; indivíduo x massa é, aliás, a tradução perfeita da oposição burguês x proletário (ou elite x plebe). Ao inverter a proposição – e ele entende isso perfeitamente – Ginzburg pretendia também devolver às classes subalternas aquilo que a história tradicionalmente costumava atribuir apenas aos “indivíduos singulares” (aqueles grandes homens de que falava Tolstoi, mas também o burguês empreendedor), isto é, o protagonismo individual, a possibilidade (ainda que no interior de limites preciso) de organizar o próprio mundo.

A segunda conseqüência colocada em relevo pela abordagem de Ginzburg sobre o “caso” Menocchio liga-se a um dos aspectos mais importantes do debate em torno da *microstoria*: a relação entre o individual e o geral, entre o “micro” da situação singular e o “macro” da grande história; em uma palavra, a **representatividade** de Menocchio.

Uma vez que o “homem do século XVI” de que falava Febvre era uma abstração inaceitável para Ginzburg, talvez fosse possível falar de um “camponês do século XVI”, ou um “moleiro ...”. A pergunta permanecia: o quão típico era Menocchio? Ou melhor, típico do quê?

“Não podemos considerá-lo um camponês ‘típico’ (no sentido de ‘médio’, ‘estatisticamente mais freqüente’) do seu tempo: seu relativo isolamento na comunidade deixa isso claro. Aos olhos dos seus conterrâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas esta singularidade tinha limites bem precisos: da

¹⁴⁸ QV p. 26.

¹⁴⁹ Id. Ibid.

cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente disponível (...). Em outras palavras, mesmo um caso-limite (e Menocchio com certeza é) pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por ‘estatisticamente mais freqüente’ –, seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de ‘arquivos de repressão’.”¹⁵⁰

Há uma descontinuidade entre o micro e o macro que torna possível falar de Menocchio em termos ao mesmo tempo singulares e gerais. A singularidade da sua própria trajetória era irredutível à média, seu comportamento não poderia ser considerado nem mesmo modal; por outro lado, o aspecto “limítrofe” do seu caso lançava luz sobre as possibilidades de ação e pensamento em um certo tempo e lugar. Se a cultura é, na imagem de Ginzburg, uma “jaula flexível” que desenha o universo dentro do qual a expressão e a comunicação é possível, ela é também invisível: só conseguimos delimitar os seus contornos quando vemos Menocchio chocar-se contra ela. A indagação sobre a “cultura” de Menocchio dirigia-se portanto para as “estruturas invisíveis” dentro das quais seu pensamento era possível e, ao mesmo tempo, à forma particular, irredutível, com que o Moleiro articulava ativamente suas reflexões.

Ginzburg assumia a analogia entre a “cultura” e a “língua” em modos semelhantes aos da antropologia estrutural (que a havia colhido, por sua vez, na linguística estrutural de Roman Jakobson e Ferdinand Saussure). A célebre distinção elaborada por Saussure entre a *langue* (a estrutura formal e inconsciente da língua) e a *parole* (a palavra, o uso singular da língua pelos indivíduos), assumida pela antropologia estrutural, era também encampada por Ginzburg¹⁵¹. Contudo, à diferença da antropologia estrutural – que havia se voltado apenas para a *langue*, isto é, as “estruturas elementares”, ignorando as variações como irrelevantes –, Ginzburg interrogava simultaneamente as “possibilidades latentes” da

¹⁵⁰ QV, pp. 27-28.

¹⁵¹ Ginzburg coloca isso em termos explícitos em Ginzburg, C. & Poni, C., *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*, In *A micro-história e outros ensaios*, cit. p. 178.

cultura e os modos através dos quais eram efetivamente vividas por Menocchio, colocando no centro da sua atenção precisamente o “singular” ignorado pela análise estrutural. Assim, o que estava em jogo não era apenas estabelecer as relações entre a cultura camponesa e a cosmogonia de Menocchio dissolvendo a segunda na primeira, mas, ao contrário, investigar exatamente a complexidade das relações que se estabeleciam entre ambas.

A relação entre antropologia e história, tal como era esboçada por Ginzburg em seus trabalhos sobre a feitiçaria, não era pensada apenas como um diálogo externo, nem como uma justaposição de temas e problemas, mas como uma integração. Como o mesmo Ginzburg afirmaria alguns anos depois, a realização de fato desse objetivo implicaria articular tanto a perspectiva estrutural de Lévi-Strauss – que privilegiava a análise das “formas” – quanto a perspectiva rigorosamente histórica de Edward Thompson – que era centrada na análise das “funções” –, permitindo que ambas se iluminassem reciprocamente¹⁵². Podemos pensar *Il formaggio e i vermi* como um experimento nesta direção.

Para Ginzburg, a “grade” constituída pela cultura camponesa que ele investiga, é apenas possível de ser acessada através do testemunho indireto e lacunar representado pelo episódio singular de Menocchio. O historiador postulava a existência de outros como ele, que não deixaram traços ou os deixaram muito poucos¹⁵³; e mesmo a “excepcionalidade” representada pela documentação sobre o moleiro friulano poderia ser eventualmente confrontada com outras fontes ainda não encontradas: não por acaso, Ginzburg afirmava a possibilidade, em um congresso sobre a “religião e a religiosidade

¹⁵² Estes são os termos propostos por Ginzburg em *Charivari, associazioni giovanili, caccia selvaggia*, QS, n. 49, a. XVIII(2), 1982, p. 165. A preferência pelo termo “sistema”, cunhado por Jakobson (no lugar de “estrutura”), é bastante coerente com isso: a idéia de “sistema”, como lembram Ginzburg e Poni, engloba “tanto a diacronia quanto a sincronia” (cf. Ginzburg & Poni, *O nome e o como*, cit. p. 178. De todo modo, a tentativa de conciliação entre estas “duas posições opostas igualmente coerentes” (id. Ibid.) está sem dúvida muito presente nos seus trabalhos posteriores sobre a feitiçaria, em especial *Storia notturna* (cit.).

¹⁵³ Como aquele “desconhecido camponês de Lucca, que se escondia sob o pseudônimo de Scolio e que falou das suas próprias visões num longo poema” (QV, p. 210), cujas semelhanças com os pensamentos de Menocchio eram “evidentes” (Ibid. p. 216); ou ainda o moleiro Pellegrino Baroni, também acusado pela Inquisição (Ibid., pp. 219-221).

popular” em outubro de 1976, de que se descobrisse ainda, escondidos nos arquivos da repressão do Santo Ofício, “um, dois, três, mil Menocchio”¹⁵⁴.

Il formaggio e i vermi marca um momento fundamental do trabalho de Carlo Ginzburg. Ao mesmo tempo que dialogava de modo próximo com suas pesquisas anteriores, ele sistematizava de um modo diverso sua própria abordagem da história. A análise intensiva de um *corpus* documental conciso, sobre um caso circunscrito, marcava fortemente esta mudança.

O livro de Ginzburg sobre Domenico Scandella foi acolhido com bastante entusiasmo na Itália, especialmente entre o público não-especialista e os professores das escolas médias¹⁵⁵. O processo inquisitorial contra Menocchio – salvo do esquecimento por aquele trabalho – chegou mesmo a merecer, recentemente, uma edição crítica¹⁵⁶. O sucesso internacional do volume – reconhecido imediatamente como uma novidade sob inúmeros aspectos e traduzido em pelo menos 13 idiomas¹⁵⁷ – foi certamente fundamental para a divulgação do trabalho de Ginzburg e para parte do crescente prestígio que vem adquirindo ao longo dos anos. Por parte dos especialistas, especialmente italianos, o livro foi resenhado por figuras importantes, como Piero Camporesi e Pietro Citati, entre outros.

O livro de Ginzburg mereceu também algumas críticas e algumas aparas. O suposto “populismo” de seu trabalho foi citado mais de uma vez como um viés que lhe

¹⁵⁴ Paola Zambelli se refere a esta afirmação de Ginzburg em *Uno, due, tre mille Menocchio?*, *Archivio Storico Italiano*, 1979, n. 499, a. CXXXVII, p. 61.

¹⁵⁵ O público-alvo de Ginzburg de um modo geral, como de fato confessa o historiador: “Eu não estou interessado em ter leitores profissionais. Eu fico contente por tê-los, mas se eu tivesse que escolher entre leitores profissionais e não-profissionais, eu certamente escolheria os segundos.”, Cf. Ginzburg, C. *Carlo Ginzburg: An Interview* (with Keith Luria and Romulo Gandolfo), *Radical History Review*, n. 35, 1986, p. 100. De todo modo, o sucesso do livro de Ginzburg na Itália pode ser medido pelas 11 edições acumuladas entre 1976 e 1992.

¹⁵⁶ Me refiro ao volume organizado por Andrea Del Col, *Domenico Scandella detto Menocchio*, Podernone: Biblioteca dell'Immagine, 1990 (traduzido para o inglês em 1996). No longo ensaio introdutório de Dal Col, o autor trás novas e importantes informações sobre o episódio do moleiro, tendo explorado algumas fontes que Ginzburg havia deixado de lado em *Il formaggio e i vermi*, como os atos notários.

¹⁵⁷ Alemão (1979), inglês (1980), francês (1980), espanhol (1981), holandês (1982), sueco (1983), japonês (1984), português (1987), servo-croata (1989), polonês (1989), húngaro (1991), grego (1994), turco (1996). Agradeço a Cristiane Duarte por ter me cedido a bibliografia completa de Ginzburg que consultei para esta nota.

fazia enfatizar de modo excessivo o caráter autônomo da cultura camponesa¹⁵⁸. Assim, alguns críticos apontaram, por exemplo, a semelhança das idéias do moleiro com algumas das teses defendidas por intelectuais universitários de Padova e Venezia, ou ainda a sua proximidade com as doutrinas cátaras¹⁵⁹. De todo modo, outras críticas, aliás bastante consistentes, apontavam para o desinteresse de Ginzburg em definir melhor o contexto sócio-econômico dentro do qual se desenrolara o episódio em torno de Menocchio; uma crítica que era também válida para seu livro anterior sobre os *Benandanti*¹⁶⁰. Edoardo Grendi, por exemplo, comentando de passagem o livro nos *Quaderni Storici*, já em 1976 – e de modo coerente com as discussões que protagonizava naqueles anos – lamentava que Ginzburg tivesse se limitado a contextualizar “culturalmente” Menocchio, deixando de interrogar a rede de relações pessoais que os seus próprios depoimentos permitiam antever¹⁶¹.

De acordo com Ginzburg, a hipótese da “circularidade” aniquilava as críticas à sua suposta concepção de uma cultura popular autônoma¹⁶². Acredito, no entanto, que esta afirmação respondia apenas parcialmente à questão. Ainda que a autonomia da cultura popular fosse realmente relativizada, em seu trabalho, quando supunha suas relações recíprocas com a cultura letrada, não há dúvida que Ginzburg operou seguidamente com a consideração de uma cultura camponesa substancialmente autônoma. A tensão entre a autonomia – importante para o argumento político da originalidade a partir “de baixo” – e

¹⁵⁸ Ver por exemplo a crítica de Paola Zambelli, *Uno, due, tre mille Menocchio?*, cit., que resume a maior parte das críticas ao livro (citando também outras resenhas).

¹⁵⁹ Zambelli (cit.) levanta o primeiro argumento; o segundo argumento, da possível origem cátara do dualismo cosmogônico de Menocchio, é sustentado por Andrea Del Col, no longo ensaio introdutório a *Domenico Scandella detto Menocchio* (cit., pp. liv-lxviii).

¹⁶⁰ Cf. Paola Zambelli, *Uno, due, tre mille Menocchio?*, pp. 53-4.

¹⁶¹ Cf. Grendi, Edoardo, *A proposito di 'famiglia e comunità': questo fascicolo di Quaderni Storici*, QS, n. 33, a. XI(3), 1976, p. 891.

¹⁶² Ginzburg responde a Zambelli em vários momentos: inicialmente em uma nota à edição inglesa de 1980 de *Il formaggio e i vermi* (que não existe no original, nem na tradução brasileira), *The Cheese and the Worms*, cit. pp. 154-155 (agradeço a Michael M. Hall pela indicação desta revisão), mas também em Ginzburg, C. *Introduzione* a Burke, Peter, *Cultura popolare nell'età moderna* (cit.) e na introdução de *Storia Notturna* (cit.). Não consegui encontrar nenhuma resposta de Ginzburg à crítica, mais documentada e consistente, de Dal Col.

a circularidade a partir da qual Ginzburg pensava a heterogeneidade (e portanto, a origem das transformações culturais) estava certamente presente em suas discussões sobre a cultura.

Essa tensão se estende também à forma pela qual Ginzburg considerava “internamente” a cultura camponesa. Assim, ao mesmo tempo que recusa a idéia interclassista de mentalidade, que suporia uma homogeneidade cultural na sociedade, ele trabalhava com uma noção de cultura popular que muitas vezes dá por descontada a sua homogeneidade interna – acabando por deslocar a perspectiva de “unidade cultural da sociedade como um todo”, tal como era pensada pela história das mentalidades, para as relações dentro de uma classe ou de um estrato cultural específico (o camponês)¹⁶³.

Esta é a dupla tensão revelada pelo seu trabalho em torno da cultura popular; uma tensão que era ligada à indagação simultânea sobre o “micro” das formas locais e mesmo pessoais de criação e expressão cultural e sobre o “macro” da cultura entendida como totalidade – e que era “resolvida” de diferentes modos. No caso do trabalho sobre Menocchio, Ginzburg afirmava a existência de uma escolha prático-operativa que o levava a delimitar a cultura camponesa como um objeto de contornos relativamente definidos e homogêneos, ligada à “delimitação de um objeto de pesquisa no interior do qual é preciso conduzir análises particularizadas”, e à possibilidade de generalização¹⁶⁴. Ginzburg não ignorava a heterogeneidade (e mesmo a pluralidade) que pode existir dentro da cultura popular¹⁶⁵, mas ele descuidava deliberadamente deste perfil do problema, optando por

¹⁶³ Como aponta corretamente Dominick La Capra em *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Twentieth-Century Historian*, In *History and Criticism* (Ithaca: Cornell University Press, 1985), p. 64.

¹⁶⁴ QV, pp. 32-33 (prefácio).

¹⁶⁵ De todo modo, Ginzburg demonstrou em outros lugares a consciência da pluralidade e heterogeneidade interna da cultura popular, e dos riscos de indefinição conceitual e histórica de um uso indiscriminado deste conceito. Introduzindo um número dos *Quaderni Storici* dedicado às “Religiões das classes populares”, Ginzburg chamava a atenção para esta heterogeneidade (aqui tratando da religião, mas com um alcance que acredito generalizável para a cultura popular como um todo): “O plural da primeira palavra do título (‘As religiões das classes populares’) quer sublinhar exatamente esta variedade, irreduzível a uma definição, dos comportamentos e das atitudes religiosas das classes populares em um arco cronológico muito amplo (do século VI ao XVIII) como aquele examinado nos doze ensaios. Tudo isso induz a descartar as duas imagens, igualmente mitológicas mesmo se de sinal contrário, de uma religião popular sempre contraposta aquela da hierarquia, ou, vice-versa, sempre em uníssono com esta última”, Cf. Ginzburg, C. *Premessa giustificativa: Religioni delle classi popolari*, QS, n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 394.

acentuar as semelhanças e a coerência em detrimento das diferenças. Essa escolha parece proposital, e dirigida para o objetivo de enfatizar a capacidade de criação autônoma, por parte das classes subalternas, de produtos culturais originais¹⁶⁶. Ainda assim, é difícil negar que a tensão entre o particular e o geral implicada aí havia sido resolvida de um modo um tanto ambíguo.

A pesquisa sobre a feitiçaria, assim como a relação entre a cultura popular e a letrada continuariam entre os temas mais importantes das pesquisas de Ginzburg após *Il formaggio e i vermi*. O tema dos mediadores culturais (como era, de certo modo, o caso de Menocchio) ocuparia algumas de suas páginas, assim como um trabalho – que permaneceu inconcluso – em torno da dicotomia entre o “alto” e do “baixo” na concepção do conhecimento na Idade Média e na Idade Moderna¹⁶⁷.

Por outro lado, as interrogações de Ginzburg em torno da epistemologia se tornaram mais agudas naqueles mesmos anos, paralelamente à sua aproximação com o debate que corria, ainda sem a sua intervenção, nas páginas dos *Quaderni Storici*, em torno da interrogação sobre objetos circunscritos e a redução da escala de análise.

3. Mitos, signos, indícios: paradigma de uma ciência do individual.

O encontro com o debate em torno da microanálise foi descrito rapidamente por Carlo Ginzburg, há poucos anos, nos seguintes termos:

¹⁶⁶ Como afirmava Ginzburg tratando da “circularidade” entre a “alta” e a “baixa” cultura: “Dado que ninguém estará disposto a negar o inverso, isto é, a relativa originalidade da cultura alta, o problema é conseguir documentar, onde necessário, a relativa originalidade da cultura baixa.”, Cf. Ginzburg, C. *Introduzione a Burke, Peter, Cultura popolare nell’età moderna*, cit., p. xiv.

¹⁶⁷ Ver sobre o primeiro tema *Os pombos abriram os olhos: Conspiração popular na Itália do século XVII* (publicado pela primeira vez, em uma versão escrita junto com Marco Ferrari, em 1978), In *A micro-história e outros ensaios*, cit. pp. 130-141; sobre o segundo tema: *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII* (editado pela primeira vez em 1976), In *MES*, cit. pp. 95-118.

“Acredito ter ouvido falar pela primeira vez de ‘microstoria’ através de Giovanni Levi, em 1977 ou 1978. Acredito ter me apropriado daquela palavra nunca antes ouvida sem pedir maiores explicações sobre o seu significado literal: me teria acontentado, imagino, a referência à escala reduzida da observação sugerida pelo prefixo ‘micro’. Recordo bem, por outro lado, que nas nossas conversas de então falávamos de ‘microstoria’ como de uma etiqueta aplicada a uma caixa ainda por ser preenchida.”¹⁶⁸

A mediação de Giovanni Levi não era ocasional. A parte os nexos onomásticos e familiares que se entrecruzavam nestes dois historiadores de Turim (que haviam se conhecido quando crianças, jogando bola no parque Valentino, às margens do Po¹⁶⁹), Levi era então um dos historiadores que discutia mais proximamente com os termos do debate em suas próprias pesquisas. Na tentativa de “preencher a caixa” da *microstoria*, ambos começaram a organizar, naqueles mesmos anos, a coleção que seria publicada pela Einaudi a partir de 1981, intitulada precisamente *Microstorie*¹⁷⁰.

Por outro lado, aquela avaliação retrospectiva que Ginzburg propunha de seu encontro com o debate não é desmentida pela análise mais próxima dos seus artigos que tratam, em torno do fim da década de setenta, da *microstoria*. Um exemplo claro disso pode ser encontrado naquele *Il nome e il come* (“O nome e o como”) que Ginzburg publica com Carlo Poni nos *Quaderni Storici* de 1979¹⁷¹. Neste artigo, voltado a expor o sentido geral do debate em torno da *microstoria*, os termos da discussão em torno da microanálise social (que vinha acontecendo nas páginas da revista) eram acompanhados de perto: o método nominativo, a análise intensiva das fontes seriais em um recorte circunscrito, a redução da escala de análise. Nesta exposição, no entanto, alguns novos elementos eram

¹⁶⁸ Cf. Ginzburg, C. *Microstoria: due o tre cose che so di lei*, QS, n. 86, a. XXIX (2), 1994, p. 511.

¹⁶⁹ Levi era o sobrenome de solteira de Natalia Ginzburg (que participava do “léxico familiar” desta ampla família de judeus de origem sefardita da qual já existiam traços no Piemonte deste o século XVI); “Giovanni Carlo Nello Levi” era o nome completo de Giovanni Levi. Conforme conta Levi em uma entrevista em fevereiro de 1990: *Il piccolo, il grande, il piccolo*, *Meridiana*, n. 10, 1990, p. 213.

¹⁷⁰ Ginzburg fala em 1977-1978 (Levi – por outro lado – fala em 1974-1976 em *Il piccolo, il grande, il piccolo*, cit. p. 229) ao se referir ao início das conversações com Giulio Einaudi e com seus editores em torno da coleção.

¹⁷¹ Que havia sido publicado inicialmente em QS, n. 40, 1979; republicado em Ginzburg, C. & Poni, C. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*, In *A Micro-história e outros ensaios*, cit., pp. 169-178. Falei das circunstâncias que envolvem a publicação deste artigo no segundo capítulo da primeira parte deste trabalho.

acrescentados: referências a personagens relativamente estranhos ao debate, como Lévi-Strauss, Thomas Kuhn, Sigmund Freud ou Roman Jakobson, eram colocadas ao lado de definições particularmente novas, como “ciência do vivido”. Os termos desta ampliação de perspectivas promovida por Ginzburg (neste caso, estas me parecem contribuições que devem mais a ele do que ao co-autor do texto, Poni), estavam claramente expostos na leitura proposta de uma passagem daquele já famoso artigo dedicado à “Microanálise e história social”, onde Edoardo Grendi se referia ao caráter “excepcionalmente normal” possuído por alguns documentos que testemunhavam indiretamente sobre um cotidiano normal e mal documentado do passado¹⁷².

“A esta expressão [excepcional-normal] podemos atribuir pelo menos dois significados. Antes de mais nada, ela designa a documentação que só aparentemente é excepcional. (...). Mas o ‘excepcional normal’ pode ter ainda um outro significado. Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não freqüente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer. Partindo de experiências diversificadas e trabalhando em temas diversificados, os dois autores deste escrito são unânimes em reconhecer a importância decisiva daqueles traços, aquelas espias, aqueles erros que perturbam, desordenando-a, a superfície da documentação. Para além dela, é possível atingir aquele nível mais profundo, invisível, que é constituído pelas regras do jogo, ‘a história que os homens não sabem que fazem’.”¹⁷³

Aquelas três linhas do artigo de Grendi haviam dado lugar a um claro deslocamento de sentido que me parece bastante indicativo da tentativa de Ginzburg de preencher, a sua maneira, aquela “caixa vazia” da *microstoria*. Um parâmetro importante da apropriação do termo que ele operava era reveladora da “grade de leitura” a qual Ginzburg submetia o debate: a referência a uma realidade histórica que era atingida indiretamente, através de traços, indícios.

¹⁷² Cf. Grendi, E. *Micro-analisi e storia sociale*, QS, 35, a. XII (2), 1977, p. 512.

¹⁷³ Cf. Ginzburg & Poni, *O nome e o como*, cit. p. 177.

A partir de uma trajetória intelectual e de interesses de pesquisa muito diversos dos historiadores que haviam estabelecido os fundamentos da discussão inicial em torno da microanálise – como Grendi ou Levi –, Ginzburg propunha uma leitura dos temas da *microstoria* desde uma indagação fundamentalmente epistemológica. Em um artigo publicado no fim dos anos setenta, sobre o tema do saber através dos indícios, Ginzburg expunha de modo sistemático os elementos centrais desta discussão.

Em *Spie: Radici di un paradigma indiziario* (Sinais: Raízes de um paradigma indiciário), Ginzburg propunha, nas suas próprias palavras, uma justificativa “em termos teóricos e gerais” de “um modo de fazer pesquisas”¹⁷⁴. A pergunta inicial que se poderia colocar a este artigo é, portanto, exatamente sobre que modo de fazer pesquisas é esse sobre o qual procura testemunhar.

Spie é sem dúvida o texto singular escrito por Ginzburg que produziu um maior número de comentários e discussões, tendo sido traduzido em pelo menos doze idiomas¹⁷⁵. Na verdade, a própria história do artigo merece ser rapidamente contada: ele nasce inicialmente como uma intervenção em um debate durante uma conferência sobre “Humanidades e pensamento social” promovida, em junho de 1977, pela *Rockefeller Foundation*. Em seguida aparece como um pequeno artigo (14 páginas) na *Rivista di storia contemporanea* no ano seguinte, com o título, ainda provisório, de *Spie: Radici di un paradigma scientifico* (“Sinais: raízes de um paradigma científico”)¹⁷⁶. O artigo é seguidamente retomado (em uma revista e em um jornal quotidiano¹⁷⁷), aparecendo em sua versão (quase) final em 1979, publicada em uma coletânea organizada por Aldo Gargani,

¹⁷⁴ Cf. Ginzburg, C. *Prefácio a MES*, cit. p. 7.

¹⁷⁵ O artigo foi traduzido, em suas versões finais, em alemão (1980), coreano (1994), dinamarquês (1986), espanhol (1983), finlandês, francês (1980), grego (1996), holandês (1981), inglês (com duas traduções diferentes, em 1980 e 1983), japonês (1986), sueco (1983) e português (em duas traduções, em 1990 e 1991).

¹⁷⁶ *Spie: Radici di un paradigma scientifico*, *Rivista di Storia Contemporanea*, VII (1978), pp. 1-14. Esta versão provisória foi traduzida em holandês (em *De Gids*, 2, 1978) e inglês (em *Theory and Society*, 7, 1979).

¹⁷⁷ Em *Ombre rosse* (n. 29, pp. 80-ss, 1979) e em *Il manifesto*, 20/07/1979.

intitulada *Crisi della ragione* (Crise da razão)¹⁷⁸. O artigo teria ainda aumentando o seu aparato de notas bibliográficas até ser publicado (desta vez em versão definitiva) em *Miti, emblemi, spie* (“Mitos, emblemas, sinais”), em 1986.

Proposto inicialmente como uma reflexão sobre um modo de fazer pesquisa, *Spie* é antes de mais nada a tentativa de propor uma “genealogia” da história, ligando-a a outras formas de saber que partilhavam com ela a mesma atenção pelo indício e pelo conhecimento indireto.

O propósito inicial de *Spie* estava em mostrar como, a partir do final do século XIX, um “modelo epistemológico, (caso se prefira, um paradigma) indiciário” havia começado a se impor nas ciências humanas. “Paradigma indiciário”: o primeiro termo se referia, de um modo não muito rigoroso, ao conceito forjado por Thomas Kuhn para compreender as “revoluções” do pensamento científico¹⁷⁹; o segundo termo, sobre o qual se construía o argumento do texto, remetia a um conjunto mais amplo de questões que tratarei a seguir.

Ginzburg partia da constatação de que, no fim do século XIX na Europa Ocidental, no interior de disciplinas distintas, em diferentes áreas do conhecimento e a

¹⁷⁸ Gargani, Aldo (a cura di), *Crisi della ragione. Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attività umane*, Torino: Einaudi, 1979 (o artigo de Ginzburg está nas pp. 57-106).

¹⁷⁹ “Considero ‘paradigma’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, cf. Kuhn, T. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 3ª. edição, 1995 (1962), p. 13. Gérard Noiriel afirma (e ele está provavelmente certo) que Ginzburg não utiliza o conceito de “paradigma” na acepção de Kuhn, mas como uma definição “linguística” que elabora por sua própria conta, descartando os aspectos próprios da sociologia do conhecimento que Kuhn enfatiza exatamente naquelas “distinções e especificações posteriormente introduzidas pelo autor” que Ginzburg “prescinde” em *Sinais* (Cf. nota 1, p. 260): cf. Noiriel, G. *Sur la ‘crise’ de l’histoire*, Paris: Belin, 1996, p. 49 (nota). O próprio Ginzburg reconhece essa leitura “filtrada” do termo: “Se usamos o termo ‘paradigma’ em sentido rigoroso, é preciso dizer que a historiografia é uma ciência pré-paradigmática. Temos paradigmas em conflito – entre esses o paradigma (há verdadeiramente mais de um) que se inspira em Marx, mas não é só. Parece-me que o único paradigma aceito seja um paradigma negativo. (...). Em outras palavras, existem na profissão do historiador procedimentos ou atitudes interpretativas que são considerados inaceitáveis; mas um acordo sobre aquilo que é aceitável, sobre o paradigma em sentido forte, não existe.” Cf. Ginzburg, C. intervenção em *Paradigma indiziario e conoscenza storica. Dibattito su ‘Spie’ di Carlo Ginzburg*, *Quaderni di Storia*, n. 12, a. VI, luglio-dicembre, 1980, pp. 52-53. No prefácio a *Giochi di pazienza* (1975, cit.), Ginzburg e Prosperi afirmavam ter encontrado no livro de Kuhn uma “surpreendente convergência” entre as suas considerações sobre a forma de desenvolvimento do conhecimento na história e as reflexões

partir de referências diversas, havia surgido um conjunto de discussões e procedimentos que colocavam o saber indireto, através da leitura de indícios, como elemento central de sua interrogação. O primeiro exemplo disso é tirado, significativamente, da história da arte, mais precisamente do método de atribuição desenvolvido pelo crítico italiano Giovanni Morelli.

“Vejam rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros (...). Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.”¹⁸⁰

As propostas de Morelli apareceram inicialmente na década de 1870 e acabaram influenciando discussões bastante distantes da história da arte. Sigmund Freud, havia lido Morelli – nos mostra Ginzburg – antes de formular suas propostas de um método psicanalítico que tinham muito em comum com as considerações do crítico italiano, que afirmava que “a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso”¹⁸¹. Assim, considera Ginzburg, o método proposto por Morelli deveria ter sugerido ao jovem Freud as possibilidades heurísticas de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais para a revelação de realidades psíquicas ocultas¹⁸².

Do mesmo modo, Sherlock Holmes, personagem de Arthur Conan Doyle criado igualmente nos fins do século XIX, também lia nas pistas triviais e nos vestígios marginais as soluções para as intrigas detetivescas das suas histórias. Holmes, em um dos livros de

encontradas em *A estrutura das revoluções científicas* (mas era um encontro *a posteriori*, uma vez que afirmavam ter encontrado o livro depois de terem redigido *Giochi di pazienza*). Cf. p. 192 (nota 5).

¹⁸⁰ Ginzburg, C. *Sinais. Ratzes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p.144.

¹⁸¹ Cf. Wind, E. *Arte e anarquia*, Milano, 1972, p. 62, *apud* Ginzburg, C. *Sinais*, cit. p. 262 (nota).

¹⁸² “Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano.”, cf. Ginzburg, C. *Sinais. Ratzes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 150

Doyle, também citava Morelli. Mais do que uma cadeia de coincidências, Ginzburg parecia descobrir aí também indícios de um processo mais amplo, dentro do qual se encontrava também a “semiótica” de Charles Sanders Pierce. Semiótico era precisamente o “paradigma” que Ginzburg afirmava estar emergindo entre as décadas de 1870 e 1880 nas ciências humanas¹⁸³. Morelli, Conan Doyle e Freud eram (também) médicos, e o seu modelo epistemológico poderia ser traçado na própria semiótica médica (a leitura dos sintomas). Mas as raízes profundas do paradigma como um todo deveriam ser encontradas, julgava Ginzburg, em outro lugar.

“Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlo, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.”¹⁸⁴

No “saber venatório” do caçador primitivo, Ginzburg reencontrava a mesma atenção sobre os “dados aparentemente negligenciáveis”, a partir do qual se tinha acesso a “uma realidade complexa não experimentável diretamente”¹⁸⁵. Seguir as pistas para encontrar a presa: neste procedimento estaria a origem imemorial de tantos outros que marcaram a história da humanidade – a arte divinatória, a fisiognomina, mas também o direito e a medicina, e mesmo a narração (e portanto, a partir dela, a literatura)¹⁸⁶.

“Algo ligava realmente essas formas de saber (...): uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios. (...). Em suma, pode-se falar de paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente ou o futuro. Para o futuro – e tinha-se a arte divinatória em sentido próprio –; para o passado, o presente e o futuro – e tinha-se a semiótica médica na sua dupla face, diagnóstica e prognóstica –; para o passado – e tinha-se a jurisprudência. Mas, por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escuta das pistas da presa.”¹⁸⁷

¹⁸³ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 151

¹⁸⁴ Id. *Ibid.*

¹⁸⁵ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit., p. 152.

¹⁸⁶ Esta última uma hipótese “obviamente indemonstrável”, Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 152.

¹⁸⁷ Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 154. Grifo meu.

Aqui reencontramos um elemento que apareceu de outros modos no trabalho de Ginzburg: também o paradigma indiciário tinha origem fundamentalmente na cultura popular (ainda que não fosse um patrimônio exclusivo das classes populares). Mais precisamente, naquele “território do saber conjectural” compartilhado pelos “médicos, os historiadores, os políticos, os oleiros, os carpinteiros, os marinheiros, os caçadores, os pescadores, as mulheres” contra o qual se opunha, na antiga Grécia, o mais “prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão”¹⁸⁸. Nessa oposição de “saberes” Ginzburg parecia encontrar também uma luta pela hegemonia. Saltando da Grécia antiga ao Renascimento, ele propunha encontrar a mesma oposição na emergência do que chamava de um “paradigma galileano”. A ciência – tal como era pensada a partir da física de Galileu (e cuja marca ainda se encontra, de acordo com Ginzburg, mesmo na física e nas ciências naturais contemporâneas) – nasce sobre o princípio da determinação de leis gerais, a construção de modelos físico-matemáticos e o estabelecimento de um paradigma forte de causalidade. Tais princípios excluíam necessariamente do campo da “ciência” aquelas disciplinas “eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, enquanto individuais”, como era, por exemplo, a história.

O paradigma racionalista se construía, de acordo com Ginzburg, sobre a necessidade de ignorar toda a variação, o desvio, o acidental, para colocar à luz a lei necessária que explicaria globalmente os fenômenos, a essência por trás de toda a aparente pluralidade. “*Individuum est inefabile*”: é sob este lema escolástico que se constrói o modelo de conhecimento que começa a se impor como hegemônico a partir do século XVI¹⁸⁹. Se, para a nova ciência, “sobre o individual não se pode falar”, o que era diretamente colocado em xeque era precisamente a atitude oposta. Disciplinas que surgiram à margem do modelo “galileano” hegemônico, como a grafologia, a paleografia, ou a *connoisseurship* – outras formas de saber erudito que se desenvolveram a partir do século XVII – estavam

¹⁸⁸ Ibid. p. 155.

¹⁸⁹ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p.156.

fadadas a permanecer sob um estatuto “científico” ambíguo. Estas disciplinas nasciam de uma outra concepção de conhecimento: eram iminentemente “indiciárias”, isto é, voltavam-se sobre os caracteres distintivos de seus objetos, para atingir aquilo que neles havia de particular. O modelo da física, por outro lado, caracterizava-se por enxergar exatamente nas “qualidades universais” (como as formas puras da geometria) aquilo que havia de mais científico, enquanto que a atenção sobre o acidental e individualizante vinha considerada como identificadora de distância da cientificidade.

Como para a história, as “estratégias cognoscitivas” das disciplinas indiciárias eram marcadas pela atenção ao individual, ao irrepetível, e por um procedimento de pesquisa que exigia uma interrogação indireta e fortemente conjectural. A incerteza, dentro do contexto de construção destes saberes ocupava, portanto, um lugar central. Nesse sentido, o modelo de conhecimento que mais se aproximava deste horizonte cognitivo era, de acordo com Ginzburg, aquele proposto pela medicina, marcado pela impossibilidade (ao menos até recentemente) de acesso direto ao interior do corpo vivo e à doença em si, assim como pela diversidade de manifestações da enfermidade em cada indivíduo.

A “cientificidade *sui generis*” que a medicina (e quem sabe, por extensão, as outras disciplinas “indiciárias”) reivindicava, deveria lidar necessariamente com a precariedade das suas afirmações, assim como a dificuldade de demonstrar a eficácia dos seus procedimentos. Essa precariedade incontornável, que é o horizonte comum que aproxima a medicina das ciências do homem, tinha sua origem, de acordo com Ginzburg, na “presença ineliminável do qualitativo, do individual”¹⁹⁰.

Um aspecto que intensificava esse quadro era o fato de que, em suas formas exclusivamente populares, os saberes indiciários fugiam à formalização e à codificação, enraizando-se antes de tudo na “experiência”:

“Em todo caso, essas formas de saber eram mais ricas do qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre as sutilezas certamente não-formalizáveis, freqüentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a

¹⁹⁰ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 166.

força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração.”¹⁹¹

O conhecimento através dos indícios – um conjunto de “saberes locais, sem origem nem memória ou história”¹⁹² – era ligado portanto à espontaneidade e à intuição, uma “intuição baixa” que estaria “arraigada nos sentidos (mesmo superando-os)” e era baseada, portanto, na apreensão do mundo a partir da sua concretude prática e não (ao menos em princípio) na abstração¹⁹³. Uma forma de conhecimento que se constituía como um patrimônio cultural que não era privilégio exclusivo da elite mas que era, por isso mesmo, também objeto de expropriação por parte da cultura hegemônica.

Reencontramos aqui os termos do conflito cultural perseguido por Ginzburg em seu trabalho anterior e que havia tido entre os seus marcos a Contra-Reforma (que havia oposto a cultura letrada da hierarquia eclesiástica sobre as formas culturais populares). A ascensão da burguesia colocava em outros termos o mesmo conflito: a *Encyclopédie* poderia ser lida assim como um instrumento da “verdadeira ofensiva cultural” impetrada pela nova classe hegemônica, “que se apropria de grande parte do saber, indiciário e não-indiciário, de artesãos e camponeses, codificando e simultaneamente intensificado um gigantesco processo de aculturação”¹⁹⁴.

Assim, para traçar a genealogia do saber indiciário – como da cultura popular em geral – Ginzburg propunha encontrá-lo também em suas relações com o saber erudito: neste caso, a progressiva apropriação do primeiro pelo segundo (e, em termos semelhantes àqueles com os quais tratou a religião popular do passado) significava também uma paulatina edulcoração, retirando-lhe seu potencial eversivo e mesmo sistematizando-o e voltando-o contra aquelas mesmas classes subalternas que o haviam criado.

Ginzburg aponta como exemplo claro dessa expropriação o processo através do qual se impuseram as novas formas de controle do Estado moderno sobre os indivíduos.

¹⁹¹ Ibid. pp. 167.

¹⁹² Id. Ibid.

¹⁹³ Ibid. pp. 178-179.

¹⁹⁴ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 167.

Formas de identificação haviam sempre existido e foram baseadas, durante séculos, em marcadores relativamente simples: a descrição das características e marcas corporais e as assinaturas foram por muito tempo suficientes para a definição de uma identidade. A grande mudança de perspectiva com relação a isso acontece – de acordo Ginzburg – também a partir das últimas décadas do século XIX: novos sistemas de identificação eram propostos para uma sociedade que priorizava cada vez mais o controle sobre os indivíduos e, a partir deles, o controle sobre o conflito social. A “‘segurança’ da ‘sociedade civil’ (burguesa)” dependia disso¹⁹⁵.

Um episódio exemplar deste controle era relatado por Ginzburg: em 1860, um funcionário colonial britânico em Bengala – *sir* Williem Herschel – observando o costume difundido na China de se imprimir a ponta dos dedos borrada de piche ou tinta nas cartas e documentos (um costume de caráter provavelmente venatório), havia proposto uma forma de identificação baseada sobre os mesmos princípios (que seria, mais tarde, sistematizada por outros e difundida largamente).

O nascimento do controle da identidade individual sobre as impressões digitais (destinado a ter um enorme sucesso e difusão) havia se dado, portanto, a partir da apropriação de práticas e conhecimentos de caráter indiciário que faziam parte do patrimônio cultural das populações colonizadas. Não por acaso, a adoção das impressões digitais como forma de identificação ia de encontro a uma “tendência cada vez mais nítida de um controle qualitativo e minucioso sobre a sociedade por parte do poder estatal” a partir do fim do século XIX; um controle que, por outro lado, “utilizava uma noção de indivíduo baseada, também ela, em traços mínimos e involuntários”¹⁹⁶. Era um processo de feições perversas onde, no mesmo movimento em que se estendia às massas sem rosto a idéia de “indivíduo” singular, destituía-o de qualquer caráter autônomo, transformando-o em um número em uma série (todos diferentes entre si, mas sempre números). Assim –

¹⁹⁵ Ibid. p. 172

¹⁹⁶ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit.p.171.

no exemplo paradigmático proposto por Ginzburg – o saber indiciário dos bengaleses havia sido apropriado pelos funcionários imperiais, e virado contra eles¹⁹⁷.

Os termos marcadamente agonísticos utilizados por Ginzburg para interpretar esse episódio e, para além dele, todo aquele processo de “expropriação” dos saberes indiciários de origem popular, revelavam mais uma vez, de modo claro, algo da espessura política do seu argumento. Identificando a origem do método indiciário na “sabedoria e na destreza das classes subalternas”¹⁹⁸, Ginzburg reivindicava também para a história e aos seus procedimentos um enraizamento análogo. Mais do que isso, o historiador atribuía à pluralidade da experiência e da cultura das classes subalternas um papel central na origem de alguns dos instrumentos mais refinados utilizados pelas novas disciplinas que respondiam ao “paradigma indiciário”.

“Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos das ciências humanas.”¹⁹⁹

Morelli e suas atenção pelas particularidades pictóricas das obras de arte, certamente, mas também “a representação das roupas esvoaçantes nos pintores florentinos do século XV” através da qual Aby Warburg interpretava o Renascimento, os

¹⁹⁷ Ibid. pp. 175-176.

¹⁹⁸ Nas palavras de Adolfo Gilly que via nas discussões propostas pelo movimento “neo-zapatista” de Chiapas, um impulso análogo. Cf. Gilly, *Huellas, presagios, historias. Carta ao Subcomandante*, cit. p. 54. As implicações políticas do trabalho de Ginzburg não são, em geral, enfatizadas por ele. Seus engajamentos políticos são, do mesmo modo, raramente explicitados. Sabe-se que Ginzburg teve uma aproximação com o grupo italiano de esquerda radical, *Lotta continua* e, em especial, com um dos seus principais líderes, Adriano Sofri. Uma única – e importante – ocasião de explícita intervenção no debate político italiano está ligada, significativamente, à defesa de Sofri contra uma acusação de cumplicidade em um assassinato político: ver Ginzburg, C. *Il giudice e lo storico. Considerazioni in margine al processo Sofri*, Torino: Einaudi, 1991.

¹⁹⁹ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 177.

neologismos de Rabelais analisados por Leo Spitzer, “a cura dos doentes de escrófula pelos reis da França e da Inglaterra” estudada por Marc Bloch: todos esses eram exemplos, para Ginzburg, de “como, esporadicamente, alguns indícios mínimos eram assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais: a visão do mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade”²⁰⁰. Do mesmo modo, a psicanálise, ou o pensamento “aforismático” de Nietzsche ou Adorno respondiam a um impulso análogo, marcadamente “indiciário”.

Traçando a origem do saber a partir dos indícios, Ginzburg tentava colocar em relevo as características constitutivas da própria disciplina histórica. Afirmar que a história se construía sobre os restos, os “vestígios”, não era outra coisa senão lembrar aos historiadores uma lição antiga, que havia sido ensinada também por Bloch:

“O conhecimento de todos os fatos humanos no passado, o conhecimento da maior parte deles no presente, tem de ser, segundo a expressão feliz de François Simiand, um conhecimento por vestígios. Quer se trate de ossos emparedados nas muralhas da Síria, quer de uma palavra cuja forma ou cujo emprego revelem um costume, quer da relação escrita por uma testemunha de uma cena antiga ou recente, que entender por *documentos* senão ‘vestígios’, isto é, a marca, perceptível pelos sentidos, deixada por um fenômeno impossível de captar em si mesmo.”²⁰¹

Spie não era apenas uma reflexão sobre as origens da disciplina histórica e sobre seus modos de proceder. Era, como disse, também uma forma de justificação de uma certa forma de fazer história. Desse modo, acredito que a discussão proposta por Ginzburg revelava os termos a partir dos quais o historiador propunha sua própria versão da *microstoria*. Ainda que o termo não tivesse sido usado em nenhum momento nas páginas do artigo, não há dúvida que as discussões que Ginzburg colocava em pauta remetiam diretamente aos seus próprios procedimentos de pesquisa e indicavam caminhos a seguir.

²⁰⁰ Ibid. p. 178. Ginzburg citava (na nota 79, p. 273-274) as referências: A. Warburg, *La rinascita del paganesimo antico*, Florença, 1966; L. Spitzer, *Die Wortbildung als stilistisches Mittel exemplifiziert an Rabelais*, Halle, 1910; e “Os reis taumaturgos” de Bloch.

²⁰¹ Cf. Bloch, M. *Introdução à História*, (tradução portuguesa do livro póstumo de Bloch, *Apologie de l'histoire ou Métier d'historien*, feita por Maria Manuel e Rui Grácio) Lisboa: Publicações Europa-América, 1987 (5ª. edição), p. 52. Vale lembrar aqui o que, de certo modo, eu havia insinuado anteriormente: também a “metáfora do restauro” de Arsenio Frugoni ou o conhecimento do “mundo subterrâneo” dos heréticos através dos indícios, na lição de Cantimori, traziam à baila reflexões semelhantes.

Não por acaso, uma das epígrafes à versão final do artigo de Ginzburg era o lema preferido de Aby Warburg: “Deus está no particular”. Esta frase poderia ser interpretada, entretanto, a partir de duas perspectivas distintas, talvez mesmo opostas. Uma primeira interpretação poderia ser: Deus está contido na particular, isto é, o universal – a totalidade, a História – está inteiramente presente em cada evento singular; assim, a atenção ao particular não procura aquilo que o distingue mas, ao contrário, exatamente aquilo que em cada evento é comum à totalidade das situações individuais. Uma segunda leitura do moto pode, por outro lado, sugerir o contrário: o universal é constituído pela pluralidade de suas manifestações e só pode de fato ser recuperado a partir dela; assim, se Deus está no particular, para recompor a sua feição – mesmo que parcialmente – é preciso recolher em cada fragmento uma parte.

São duas relações distintas entre universal e singular, entre **macro** e **micro**: a primeira hipótese supõe a coerência estrutural da realidade e da história, a segunda parte da sua descontinuidade intrínseca. A atenção sobre o particular, proposta por Ginzburg em sua reflexão sobre o paradigma indiciário aponta na segunda direção: o historiador não abre mão da totalidade, entendida como a “conexão profunda que explica os fenômenos superficiais”; a História – a totalidade, Deus na fórmula de Warburg – é a linha que une a pluralidade fenomênica. Como não se mostra por inteiro – e é, de fato, virtualmente inacessível enquanto tal –, a única forma de conhecê-la é através da análise circunscrita dos fenômenos que a revelam indiretamente.

Spie se pretendia como a análise das raízes e implicações de um “paradigma” para as ciências humanas que permitisse tomar distância simultaneamente tanto do “racionalismo” próprio ao modelo galileano de conhecimento, quanto do “irracionalismo” das propostas que recusavam a própria possibilidade do conhecimento²⁰². Para além destes dois pólos dentro dos quais se parecia querer situar as ciências do homem, Ginzburg

²⁰² Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 143. No prefácio ao volume, Ginzburg colocava – em chave auto-biográfica – essa mesma questão: “Pensava que gostaria de me dedicar a textos literários, subtraindo-me à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo. Hoje, tal projeto, é claro, parece-me ingênuo; mas não poderia renegá-lo: ainda estou enredado nele.” Cf. Ginzburg, C. *Prefácio* a MES, cit. p. 7.

propunha uma radicalização na direção de um paradigma indiciário que fosse, também ao seu modo, rigoroso.

“Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e anti-antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância.”²⁰³

O rigor restritivo das ciências naturais – baseado na construção de modelos rígidos e uma causalidade estrita – seria, de acordo com Ginzburg, “inatingível” e mesmo “indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos”²⁰⁴. O “rigor flexível” exigido pelo caráter iminentemente indireto e conjectural das ciências do homem, importaria portanto a necessidade de outras formas de definição de verdade e de prova, que dessem conta da sua “cientificidade *sui generis*”.

Para as ciências humanas havia duas saídas possíveis: ou “sacrificar o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa, mais ou menos formulável em linguagem matemática), ou procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual”²⁰⁵. Construir esta “ciência do individual” – com regras próprias de validação e de rigor – estava no centro da discussão levantada em *Spie*; mas as propostas para a realização deste programa não eram de fato levadas adiante.

O artigo – em suas várias versões – provocou reações bastante distintas, que variaram desde uma acolhida entusiástica até a mais ácida reprovação. Publicado em uma coletânea dedicada a explorar a “crise da razão”, foi considerado por alguns – apesar de todas as ressalvas de seu autor – uma justificativa do irracionalismo, próxima a Foucault e

²⁰³ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 178.

²⁰⁴ Id. *Ibid.*

²⁰⁵ Cf. Ginzburg, C. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*, In MES, cit. p. 163

a Paul Feyerabend²⁰⁶. Foi, de todo modo, discutido seriamente por historiadores e não-historiadores, em artigos e debates dentro e fora da Itália²⁰⁷.

Os temas levantados por *Spie* não voltaram a ser retomados por Ginzburg nos termos propostos no artigo – e em especial a fórmula, tão suscetível a interpretações ambíguas, de “paradigma indiciário”²⁰⁸ – em seus trabalhos posteriores (com raras exceções). Se considerarmos que essa opção não significa necessariamente falta de compromisso com aquela discussão, podemos imaginar que ela nos autoriza, por outro lado, a buscar seus desdobramentos teóricos e práticos nas pesquisas históricas de Ginzburg, propostas naqueles anos, tentando compreender de que forma ele pensava a implementação do “paradigma indiciário” em suas próprias investigações e discussões.

O artigo de Ginzburg sobre o paradigma indiciário combinava em um mesmo horizonte epistemológico o estudo indireto da cultura das classes subalternas com os métodos próprios da crítica da arte. Essa aproximação aparentemente inusitada fazia, entretanto, um enorme sentido na trajetória intelectual do historiador italiano. O interesse pela arte e a pintura como objetos da história remontava, no mínimo, ao seu contato com a tradição “warburguiana” de estudos. Ginzburg se ocupava, em torno do fim da década

²⁰⁶ Cf. a crítica de Andrea Carandini, *Quando l'indizio va contra il metodo*, *Quaderni di Storia*, anno VI, n. 11, genn.-giugno, 1980, pp. 3-12; o livro de Paul K. Feyerabend sobre a ciência havia sido publicado na Itália no mesmo ano: *Contro il metodo*, (tr. It. Libero Sosio), Milano: Feltrinelli, 1979. Uma posição diversa daquela sustentada por Carandini era publicada no mesmo número de *Quaderni di Storia* por Mario Vegetti, *La ragione e le spie*, pp. 13-18.

²⁰⁷ É impossível traçar aqui um panorama, mesmo que geral, da fortuna crítica produzida pelo ensaio de Ginzburg. Como uma referência importante, publicada no calor da hora e com a intervenção do próprio Ginzburg, remeto ao debate publicado em *Quaderni di Storia* (anno VI, numero 12, luglio-dicembre, 1980, pp. 3-54), sob o título *Dibattito su Spie di Carlo Ginzburg*, com intervenções de Luciano Canfora, Mario Rosa, Rosario Villari, Mario Vegetti, Giulio Giorello, Aldo Schiavone, Salvatore Veca, Eva Cantarella, Umberto Eco e Carlo Ginzburg. Um outro número do gênero, dedicado a discussão do volume *Crisi della ragione* (mas tratando em grande parte da contribuição de Ginzburg) foi organizado por *aut-aut* (n.s., no. 175-176, gennaio-aprile 1980, pp. 5-85), com intervenções de Mario Vegetti, Gianni Vattimo, Pier Aldo Rovatti, Giampiero Comolli e Luisa Muraro.

²⁰⁸ Ginzburg afirmou em certo momento, aludindo ao uso inesperado do seu artigo: “É possível que no meio do caminho eu tenha libertado problemas que não sou capaz de controlar. Digo isto de imediato não por falsa modéstia, que seria estúpida, mas porque não há nada de estranho, me parece, no fato que alguém coloque problemas que são recolhidos, desenvolvidos, criticados por outros” (Cf. a intervenção de Ginzburg no debate *Paradigma indiziario e conoscenza storica*, cit. p. 31). Essa afirmação pode ser encarada como uma pista para compreender o cuidado posterior com o termo.

de setenta, de estudos históricos a partir de documentos figurativos e à história da arte propriamente dita²⁰⁹. Estava em preparação, naqueles mesmos anos, um trabalho de fôlego sobre a obra do pintor florentino do *Quattrocento*, Piero della Francesca²¹⁰.

Antes de tratar de Piero, Ginzburg havia estudado heréticos, feiticeiros, marginais. Ainda em 1978, havia acabado de publicar um ensaio (parte de um trabalho maior que permanece inconcluso) sobre um bufão condenado pela Inquisição em Bolonha no século XVII, Constantino Saccardino²¹¹. Não por acaso, Ginzburg foi criticado por Mario Rosa – um historiador da religião na Itália – exatamente pela sua fixação no estudo dos marginalizados, que parecia ser o tema quase obsessivo em torno do qual orbitava todo o seu trabalho. Ginzburg reagiu a esta crítica de uma forma que talvez nos ajude a entender melhor o “elo” de ligação (e de coerência) que o próprio historiador construía para seus diferentes interesses de trabalho:

“Fico incomodado com o fato de que uma brevíssima antecipação de um estudo que estou fazendo sobre um bufão do Seiscentos possa ter dado a Mario Rosa a impressão que eu esteja fixado no estudo dos marginalizados. Na realidade, é o contrário: seja porque a pesquisa sobre o bufão fez emergir alguma coisa que não se encaixa tanto na história dos marginalizados, seja porque agora, por exemplo, estou trabalhando sobre um tema como os comitentes e a iconografia de Piero della Francesca. Como se vê, aqui não há marginalização, não existem fontes criminais, não há nada disso. **Porém, que existem indícios, ah! existem.** Penso, com efeito, que as indagações sobre a cultura oral do passado podem ser aproximadas de um certo ponto de vista àquelas que tentam reconstruir um programa iconológico que não foi conservado (ou porque perdido, ou porque não se materializou em forma escrita). Em ambos os casos, é implícito o paradoxo de método (...).”²¹²

A aproximação de dois tipos tão distintos de problemas – de um lado o estudo das classes subalternas, do outro, a indagação sobre a obra de um dos expoentes máximos da

²⁰⁹ Exemplos disso são o já citado *Ticiano, Ovídio e os códigos de figuração erótica no século XVI* (1978) e o artigo escrito em conjunto com o célebre historiador da arte italiano, Enrico Castelfnuovo, para a *Storia dell'Arte Italiana* da editora Einaudi: *Centro e periferia* (1979), republicado com o título *História da Arte Italiana*, em *A micro-história e outros ensaios*, cit. pp. 5-118.

²¹⁰ Ginzburg, Carlo. *Indagini su Piero*. (Microstorie 1), Torino: Einaudi, 1981. A tradução brasileira, feita a partir da terceira edição italiana, é de Luiz Carlos Cappellano: *Indagações sobre Piero. O Batismo – O Ciclo de Arezzo – A Flagelação*, São Paulo: Paz e Terra, 1989 (a partir de agora IP).

²¹¹ O já citado *Os pombos abriram os olhos. Conspiração popular na Itália do século XVII*.

²¹² Cf. a intervenção de Ginzburg no debate *Paradigma indiziario e conoscenza storica*, cit. pp. 37-38. Grifo meu.

pintura renascentista – passava pela discussão unificadora em torno do paradigma indiciário. A atenção sobre a discrepância, sobre o detalhe que revela um significado outro, era a chave de leitura para a abordagem que propunha. Ginzburg havia utilizado termos semelhantes para discutir, em outro contexto, a utilidade da iconologia para o estudo da cultura popular:

“Entre os métodos do iconólogo e aqueles do estudioso da cultura popular há uma profunda afinidade. Ambos procuram reconstruir alguma coisa que não deixou traços diretos na documentação. Apenas excepcionalmente, de fato, os programas das pinturas ou dos ciclos de afrescos do Renascimento foram conservados. Quanto à cultura das classes populares do passado, esta – na medida em que era prevalentemente oral – se volatilizou para sempre, com exceção dos indícios fragmentados encontrados em testemunhos lacunares e distorcidos.

Reconstruir aquilo que não deixou traços documentais implica uma sorte de aposta metodológica. É uma aposta freqüentemente perdida, seja pelos iconólogos seja pelos estudiosos da cultura popular. O risco de cair em círculos viciosos, em cadeias de conjecturas gratuitas que remetem umas às outras, é para ambos muito forte.”²¹³

A referência à “iconologia” remetia diretamente, uma vez mais, à tradição “warburguiana” que havia criado e generalizado o termo. Na tentativa de construir um método interpretativo próprio para a história da arte, que a libertasse das análises exclusivamente “estilísticas” e da centralidade da avaliação puramente estética da obra de arte, a “iconologia” propunha interrogar filologicamente seus elementos figurativos, considerando “de modo unitário os vários aspectos da obra de arte (iconográficos, estilísticos, etc.)”²¹⁴. O método iconológico, tal como era proposto por Saxl e desenvolvido por Panofsky, era baseado na possibilidade de uma “intuição sintética” da obra de arte fundada, entretanto, em uma hermenêutica sempre arriscada a cair no subjetivismo e na circularidade interpretativa. A preocupação em evitar este risco – presente nas próprias reflexões dos “warburguanos” – era central na abordagem de Ginzburg, que propunha aproveitar-se das possibilidades cognitivas de um método indiciário e “intuitivo” (no sentido, mais uma vez, de apreensão sintética, “compreensiva”, de uma realidade não apreensível de outra forma) e, ao mesmo tempo, construir

²¹³ Cf. Ginzburg, C. *Introduzione a Burke, Peter, Cultura popolare nell'età moderna*, cit. p. xi.

²¹⁴ Como escrevia Ginzburg em seu artigo sobre a tradição “warburguiana” de estudos, já em 1966, Cf. *De A. Warburg a E.H. Gombrich*, cit. p. 68.

instrumentos que permitissem controlar, isto é, testar, as hipóteses construídas²¹⁵. A insistência de Gombrich em “rediscutir os critérios de controle” para os estudos iconológicos era retomada pelo historiador italiano, que a estendia ao estudo da cultura popular²¹⁶. Que fosse nos termos de uma “aposta metodológica” que Ginzburg propunha construir uma ponte entre dois universos distintos de indagação – unidos pelo recurso comum ao indício – era sem dúvida um indicativo claro das suas preocupações centrais ao formular sua proposta “micro-histórica”.

Indagine su Piero foi publicado em 1981 como número inaugural da coleção *Microstorie*: não por acaso, é um livro construído sobre uma reflexão sobre os limites e alcances de um método, discutido a partir de uma pesquisa empírica e delimitada. O problema, previsível, de justificar a sua inclusão em uma coleção intitulada “micro-histórias” (e, mais significativo ainda, sendo o volume inaugural desta) é curiosamente contornado. Não há referência direta ao fato, a não ser talvez pela indagação inicial sobre o alcance de uma pesquisa que – por se construir sobre a análise minuciosa de algumas obras do pintor florentino – era caracterizada por uma modalidade de observação em escala reduzida. A pergunta que praticamente inaugura o livro evidenciava também algo destas preocupações: “Pode uma pesquisa assim circunscrita atingir resultado relevantes?”²¹⁷. A resposta positiva de Ginzburg dava algumas pistas do sentido da expressão “resultados relevantes” naquele contexto.

Por um lado, os estudos sobre Piero della Francesca eram marcados por dificuldades relacionadas à escassez de documentação sobre a biografia do pintor e as circunstâncias que envolviam as suas obras, que produziam problemas específicos com relação à datação e a reconstrução dos seus programas de pintura. A estas questões

²¹⁵ Importante notar a aproximação que Ginzburg propunha, em 1966, entre o método iconológico de Panofsky e a crítica estilística (literária) de Leo Spitzer. As duas hermenêuticas tinham, de acordo com o historiador italiano, muitos pontos em comum: “Como Spitzer, ainda que com maior cuidado, Panofsky postula um método interpretativo – o iconológico – baseado numa intuição irracional: por outro lado, ambos, diante das distorções e arbitrariedades mais claramente irracionais (Heidegger, para Panofsky; a escola de Stefan George, para Spitzer), invocaram o controle objetivo constituído pelos textos e pelo material documental.”, cf. Ginzburg, C. *De A. Warburg a E.H. Gombrich*, cit., p. 42 (nota 107).

²¹⁶ Cf. *De A. Warburg a E.H. Gombrich*, cit. p. 68.

²¹⁷ IP, p. 17.

específicas, Ginzburg somava outras de “ordem geral” que tomavam o “caso Piero” apropriado para experimentações em torno do método, da construção de hipóteses e do controle filológico, que eram peças centrais em sua análise.

Indagine su Piero se constrói – como o próprio título sugere – como uma investigação policial (ou o seu equivalente narrativo, o romance policial). Mantendo a metáfora, conhece-se o nome do “criminoso”, mas não muito sobre as circunstâncias do “crime”. De certo, apenas alguns dados esparsos: pistas. A pergunta para a qual se orienta esse esforço de pesquisa é: “quando?”.

É de fato em torno do problema da datação de três das principais obras de Piero della Francesca que Ginzburg organiza os quatro capítulos do livro: o “Batismo de Cristo”, o “Ciclo de Arezzo” e a “Flagelação de Cristo”.

O problema da datação havia sido central nas reflexões de um outro estudioso da arte, Roberto Longhi. De acordo com Ginzburg, “mestre indiscutível” dos estudos histórico-artísticos na Itália²¹⁸, Longhi havia colocado problemas específicos para a datação das obras de arte que Ginzburg retomava direta e explicitamente em seu próprio trabalho²¹⁹.

O aspecto mais instigante do trabalho de Longhi parecia ser, para Ginzburg, o impulso de reunir crítica e história a partir de uma análise exclusivamente figurativa da obra de arte, “sempre portanto pela via de um levantamento exato de todos os elementos formais que, examinados com agudeza nas relações entre obra e obra, se dispõem inevitavelmente em série de desenvolvimento histórico, a qual entretanto a relação com uma qualquer série cronográfica é inessencial”²²⁰. Para Ginzburg a questão intrigante na proposta de Longhi

²¹⁸ Cf. Ginzburg, C. *Datazione assoluta e datazione relativa: sul metodo di Longhi*, *Paragone*, 386, aprile 1982, p. 5. Este artigo, onde Ginzburg discute com mais detalhe a relação entre *Indagine su Piero* e o trabalho de Longhi, foi republicado em apêndice na quarta edição revista do livro (Torino: Einaudi, 1994, pp. 149-161).

²¹⁹ “À sua obra, as minhas *Indagine su Piero* queriam de resto prestar homenagem (mesmo que nem todos tenham compreendido) no único modo possível: discutindo-a e criticando-a.”, In Ginzburg, C. *Datazione assoluta e datazione relativa...*, cit. p. 5. Sobre Longhi, Ginzburg afirmaria ainda ter sido seu “mestre, ainda que apenas através dos seus escritos”, cf. Ginzburg, C. *Mostrare e dimostrare: Risposta a Pinelli e altri critici*, *QS*, 50, a. XVII (2), agosto, 1982, p. 719.

²²⁰ Cf. Ginzburg, C. *Datazione assoluta e datazione relativa...*, cit. p. 6.

passava por esta aparente incongruência: um crítico de arte obcecado pela datação e que ao mesmo tempo deixava de lado a crítica externa (bio-cronológica) à obra como algo acessório, ou desnecessário.

Mas Ginzburg sugeria utilizar a proposta de Longhi de um modo ligeiramente diverso do mestre italiano: a análise iconográfica – a partir do exame aprofundado dos testemunhos pictoriais – poderia ser um terreno de experimentação a partir do qual construir hipóteses de interpretação que deveriam ser, por sua vez, confrontados com outros testemunhos. Em casos como o de Piero, caracterizado pela escassez da documentação externa, a iconografia poderia ser usado como um primeiro passo para contornar o problema²²¹. As datações “relativas” que Longhi atingia através da análise de dados exclusivamente iconográficos poderiam assim ser transformadas naquelas datações “absolutas”, pontuais, que interessavam a Ginzburg.

O trabalho sobre Piero era uma tentativa explícita de testar os limites desta proposta. A interrogação inicial partia, significativamente, da relação possível de estabelecer entre a análise “interna” e “externa” das obras de arte.

“As propostas de datação da *Flagelação* oscilam em um período que abrange até trinta anos; alguns estudiosos consideram o *Batismo* obra da maturidade, e não da primeira juventude, e assim por diante. Trata-se em muitos casos de datações absurdas; e todavia possíveis de serem propostas – sem que seus proponentes sejam, digamos, expulsos do número dos cultores da disciplina. Mas quem negasse a atividade de Piero em Rimini em 1451 ou em Roma em 1458-1459 – atestados respectivamente por um afresco datado e pelos registros da Câmara Apostólica – se excluiria da discussão científica. Salvo se demonstrasse que a data é falsificada ou o registro inexato – o que é evidentemente possível, em teoria. Mas neste caso, quem advogue tal falsificação ou inexatidão deverá ser capaz de prová-la.

Em realidade, na datação a corda da leitura estilística está sempre presa, com resultados mais ou menos convincentes, aos pontos de apoio documentais disponíveis. (Isto implica, ao meu ver, o tácito reconhecimento da menor confiabilidade dos dados estilísticos quando se objetiva uma datação pontual). No caso de Piero, é indispensável multiplicar os pontos de apoio: isto é, metáfora à parte, enriquecer o exíguo *dossier* da documentação externa – em primeiro lugar, aquela que diz respeito à clientela.”²²²

²²¹ Como sugere Ginzburg em IP, p. 17.

²²² IP, pp. 21-22.

Diante do risco de ver a análise resvalar em uma sorte de “iconologia selvagem” marcada pela tentativa de fazer passar por “decifrações simbólicas” meros delírios interpretativos, Ginzburg propunha ancorar a sua própria investigação a um ponto de apoio extra-iconográfico²²³. O trabalho simultâneo em “duas frentes”, isto é, a “clientela e a iconografia, integrando os dados das duas séries” poderia produzir condições menos adversas para a análise²²⁴.

Na impossibilidade prática de descobrir ou construir novos documentos para a leitura das obras de Piero, o que Ginzburg propunha era reler de um outro modo aqueles testemunhos existentes, colocando-os em relação entre si. As análises das obras de arte partiam assim da consideração dos múltiplos influxos que as tornavam possíveis.

“Muito mais difícil de afastar preconceituosamente (mas também muito mais difícil e laboriosa de se praticar) é a reconstrução analítica da intrincada rede de relações microscópicas que cada produto artístico, mesmo o mais elementar, pressupõe. Um exame combinado das escolhas artísticas, dos módulos iconográficos e das relações com a clientela são frequentemente necessários, como vimos, mesmo para aquela operação histórica preliminar que é a datação. A meta, infinitamente mais ambiciosa, de uma história social da expressão artística, só poderá ser atingida mediante a intensificação destas análises – não através de sumários paralelismos, mais ou menos forçados, entre séries de fenômenos artísticos e séries de fenômenos econômico-sociais.”²²⁵

Trata-se, portanto, de uma forma de microanálise onde a redução da escala de análise se estabelecia na consideração um produto artístico a partir das cadeias de significados e/ou relações que se tecem em torno dele e a partir das quais se construía uma hipótese sobre o seu significado. O impulso “warburguiano” que se valia de “uma amplitude de visão e uma riqueza de instrumentos analíticos só em parte relacionados à decifração dos símbolos”²²⁶ e que era alimentado pelas análises interdisciplinares que interrogavam simultaneamente o contexto social e cultural, abria à interrogação de Ginzburg a possibilidade de questionar não apenas documentos escritos, mas a própria arte como fonte para a história.

²²³ IP, p. 23.

²²⁴ Id. Ibid..

²²⁵ IP, p. 24.

²²⁶ IP, p. 24.

Ginzburg era um historiador da cultura promovendo, em seus próprios termos, uma “incursão em um território, não certamente inimigo, mas seguramente estranho”²²⁷, onde escolhia deliberadamente ignorar – ou ao menos deixar em segundo plano – um dos principais procedimentos da disciplina invadida, a “crítica estilística” (o que produziu, naturalmente, algum incômodo)²²⁸. Essa opção por uma interrogação histórica (ainda que com procedimentos não exatamente tradicionais) trazia consequências que seria interessante olhar com mais atenção.

É impossível analisar aqui, com o cuidado necessário, todos os aspectos levantados por Ginzburg em seu trabalho sobre Piero. Ele se constrói sobre um cruzamento extenso de fontes e discussões muito heterogêneas – formada não apenas pelas pinturas de Piero della Francesca, mas também diversas outras fontes iconográficas, documentos não-figurativos, interpretações diversas destas fontes feitas por uma longa tradição crítica²²⁹, conjecturas e hipóteses integrativas – que tornam o trabalho um *tour de force* metodológico que corta transversalmente várias disciplinas – desde a história da arte e a iconologia propriamente dita, até a história social (interrogada através da rede de relações de Piero com a sua clientela), e a história política e religiosa italiana do *Quattrocento*. Acrescenta-se a isso o fato de que parte das hipóteses levantadas no ensaio tem um caráter provisório, à espera de maior comprovação documental²³⁰. De todo modo, para os objetivos que me

²²⁷ IP, p. 25.

²²⁸ Na nota 16 (do prefácio à segunda edição italiana de *Indagine su Piero*, de 1981), Ginzburg informa sobre a crítica que alguns historiadores da arte fizeram ao trabalho: “Veja-se o que escreve S. Settis sobre os ‘iconólogos de manga larga’ em *La ‘Tempesta’ interpretata. Giorgione, I committenti, il soggetto*, Turim 1978, pp. 15-6. Settis e eu somos definidos por Battisti como ‘casos patéticos de neowarburgianos rigoristas retardatários’ (*Teoria e pratiche della critica d’arte, Atti del convegno di Montecatini maggio 1978* aos cuidados de E. Mucci e P. L. Tazzi, Milão, 1979, p. 241.” IP, p.27

²²⁹ Em contraste com a carência documental, o “caso” Piero havia sido tratado por um grande número de importantes historiadores da arte; Ginzburg dialoga com vários deles: em primeiro lugar Roberto Longhi (a cujos estudos Ginzburg afirma seguidamente ser devedor), mas também Kenneth Clark, E. Battisti, e em menor grau Aby Warburg (a quem Ginzburg devia, de resto, muito) e outros.

²³⁰ O trabalho foi, de fato, seguidamente retomado por Ginzburg, que reviu em pontos importantes algumas de suas hipóteses iniciais. Publicado pela primeira vez – como disse – em 1981, na coleção *Microstorie*, *Indagine su Piero* foi revisado e acrescentado de um novo prefácio na terceira edição, no ano seguinte; o livro sofre ainda outras revisões, quando traduzido em francês (1983) e em inglês (1985); uma nova edição italiana do livro, com o acréscimo de quatro apêndices, é feita em 1994 (desta vez na coleção

proponho aqui, as discussões dos resultados da “Indagação” de Ginzburg sobre Piero estão subordinadas à atenção aos procedimentos adotados por ele, bem como suas discussões das implicações mais propriamente “metodológicas” do trabalho.

O elemento principal em torno do qual se constróem as hipóteses de Ginzburg é aquele da ligação de Piero della Francesca com o ambiente do concílio de Florença em 1439, quando o Imperador do Oriente, João VIII Paleólogo, veio à Itália para tomar parte nas negociações em torno da união das Igrejas cristãs do Ocidente e Oriente²³¹. A partir das relações estabelecidas por Piero com alguns dos protagonistas do Concílio, Ginzburg propunha estabelecer uma rede de clientela que teria influenciado de modo marcante a iconografia dos trabalhos do pintor florentino, e que era central para a explicação da obra em um período crucial de sua carreira (entre 1439 e 1461, aproximadamente), dentro do qual o historiador italiano propunha datar as obras estudadas.

O “Batismo de Cristo” é analisado no primeiro capítulo. Os termos da análise – que irei expor em linhas gerais aqui – mostravam claramente as preocupações e procedimentos que Ginzburg mobilizava em todo o livro.

“O *Batismo de Cristo*, hoje na National Gallery de Londres, é tido por muitos estudiosos (não todos) como uma das mais antigas obras, dentre aquelas que restaram de Piero. O assunto do quadro é imediatamente reconhecível. De Tolnay, contudo, notou uma anomalia no que concerne à iconografia tradicional do batismo: os três anjos não seguram, como de costume, as vestes de Cristo imerso no Jordão. Aqui, o anjo da esquerda observa fixamente a cena, enquanto o da direita tem o braço sobre a espádua do anjo do centro, ao mesmo tempo em que lhe segura a mão.”²³²

As interpretações geradas por esta anomalia iconográfica, em torno do “significado preciso” dos gestos dos anjos, apontavam – em linhas gerais – em duas direções diversas: Por um lado Tanner que, na interpretação do gesto, via uma alusão clara à concórdia entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente, que parecia estar no horizonte na época do Concílio de Florença em 1439; a datação daí derivada indicaria que o quadro teria sido pintado em

einaudiana *Saggi*). O trabalho sobre Piero retorna ainda, indiretamente, em Ginzburg, C. Jean Fouquet. *Ritratto del buffone Gonella*. Modena: Franco Cosimo Panini, 1996.

²³¹ IP, p. 39.

²³² IP, p. 41.

torno de 1440 (um pouco mais tarde), uma vez que a concórdia entre as duas Igrejas se deteriorou rapidamente nos anos seguintes²³³. Uma segunda interpretação da mesma anomalia era dada por Battisti, que via nos três anjos uma alusão ao tema das “três Graças”; uma interpretação que o induzia a sugerir que o quadro teria sido encomendado a Piero por “um mercador desejoso de expiar, através de um gesto de liberalidade, os próprios pecados da usura” Como o “Batismo” fazia parte de um políptico mais amplo, completado por outro pintor, Battisti sugeria que a entrega do quadro teria atrasado muito tempo, provocando assim o novo contrato por parte do cliente, o que permitia pensar que a datação do quadro seria em torno de 1460²³⁴.

A partir destas duas hipóteses distintas, Ginzburg não apenas formulava a sua mas indagava, ao mesmo tempo, sobre as consequências metodológicas de uma disparidade interpretativa do gênero.

“Deparamo-nos, por conseguinte, com duas interpretações que partem do mesmo particular – o aperto de mão dos dois anjos – para chegar a interpretações completamente divergentes no que tange às implicações iconográficas e à datação da obra. Digo logo que a interpretação de Tanner me parece muito convincente, e a de Battisti, completamente não plausível. Ambas, todavia, são conjecturais. Colocá-las num mesmo plano, e de fato abandoná-las, na espera de uma prova documental externa que poderia não chegar nunca, não teria sentido. É necessário perguntar, então, que coisas significam nesse contexto termos como ‘convincente’ ou ‘não plausível’; sobre quais bases uma determinada interpretação pode ser anteposta a uma outra; em termos mais gerais: como se configura, no âmbito das pesquisas iconográficas, o problema do controle filológico.”²³⁵

Ginzburg propunha resolver o “quebra-cabeça” do “Batismo” em favor da hipótese de datação de Tanner. Para isso levantava dados sobre a clientela do quadro e sobre sua localização original. Pintado por Piero para um altar dedicado a São Francisco na abadia camaldolense de Borgo San Sepolcro, o “Batismo” teria sido encomendado pelos abades da ordem, homenageando seu abade geral, o humanista Ambrogio Traversari, que havia morrido em 1439, após ter sido um dos protagonistas do Concílio de Florença. Essa hipótese – segundo Ginzburg, “com um grau elevadíssimo de

²³³ IP, pp. 41-42.

²³⁴ A análise destas hipóteses está em IP, pp. 41-50.

²³⁵ IP, p. 43.

probabilidade” – baseava-se na análise iconográfica do quadro (em especial em torno da sua “anomalia”) que, de acordo com o historiador italiano, “se traduzia, para um público selecionado de espectadores capazes de lhe conhecer as implicações, em uma homenagem ao trabalho de Traversari, há pouco falecido, e por conseguinte em uma exaltação à glória da ordem.”²³⁶

Mas o que Ginzburg propunha era um problema antes de tudo “epistemológico”: quais os limites da interpretação, como estabelecer que uma hipótese é ou não convincente em um terreno onde as conjecturas andam ao lado de poucas certezas e onde o estatuto da prova não pode ser de fato testado por um critério “popperiano” de “falseamento”.

“Vimos que a dificuldade de interpretação nasce da impossibilidade de inserir plenamente a obra numa série iconográfica preexistente (neste caso, a denominada *Batismo de Cristo*). A anomalia pode ser mínima (o gesto dos dois anjos); mas em certos casos pode envolver a obra na sua totalidade, dando logo margem a um verdadeiro ‘quebra-cabeças’ iconográfico, como o caso celeberrimo da *Tempestade*, de Giorgione. Foi exatamente discutindo as várias interpretações desse quadro que Settis formula duas regras: a) todos os pedaços do ‘quebra-cabeça’ devem ser concatenados; b) esses pedaços devem compor um desenho coerente. A elas juntarei uma terceira: c) em condições iguais, a interpretação que implicar um menor número de hipóteses deve ser considerada, em geral, a mais provável (mas a verdade, não se pode esquecer, é às vezes improvável).”²³⁷

A partir de algumas discussões propostas pelo historiador da arte, Salvatore Settis, Ginzburg formulava um conjunto de regras de controle: a exaustividade e a coerência, às quais acrescentava, enfim, a economia (esta última, uma espécie de “lâmina de Occam” aplicada à iconografia). A imagem de um “quebra-cabeças iconográfico” – assim como aquela do “jogo de paciência” usada em outro lugar²³⁸ – é reveladora.

Como em um *puzzle*, a análise das obras de Piero proposta por Ginzburg partia de certas “peças” colocadas sobre a mesa, formando um quadro incompleto, lacunar. As novas peças a serem introduzidas no “jogo” – os dados disponíveis para a interpretação dos quadros, oriundos da análise iconográfica ou da pesquisa sobre a clientela – eram de

²³⁶ IP, p. 47.

²³⁷ IP, pp. 43-44. A referência aqui é ao trabalho de Salvatore Settis, citado na nota 228.

²³⁸ Ver Ginzburg & Prosperi, *Giochi di pazienza*, cit. p. 9.

natureza diversa: por um lado, elementos seguros e documentados, por outro, dados verossímeis, mas conjecturais antes de tudo. A possibilidade de encaixe de cada nova peça exigia uma antecipação do contornos e do sentido geral do conjunto. A pertinência de cada peça com relação ao conjunto deve ser decidida, a cada vez, pelo contexto.

“Como se faz para saber se num determinado quadro uma ovelha (suponhamos) representa Cristo, a doçura ou simplesmente uma ovelha? O que decide é, caso a caso, o contexto: e, indubitavelmente, cada interpretação (de um excerto literário, de um quadro, e assim por diante) pressupõe um ir e vir circular entre o particular e o conjunto. Mas, em certos casos, é fácil escorregar no círculo hermenêutico sadio por um círculo vicioso. Disto provém a oportunidade de introduzir a decifração iconográfica elementos de controle de caráter externo, como a clientela – alargando a noção de contexto ao contexto social. Certamente, nem sempre as pesquisas sobre a clientela fornecem indicações iconográficas unívocas. Mas nos casos de parcial ou total anomalia iconográfica, como os de que estamos tratando, a identificação do cliente contribui, no mínimo, para restringir drasticamente o número das hipóteses iconográficas em discussão. Se, posteriormente, o resultado das duas indagações (sobre a iconografia e sobre a clientela) forem convergentes, as possibilidades de erro serão praticamente nulas.”²³⁹

O problema do “controle” era central em uma análise que tentava escapar aos riscos constantes de cair em um argumento tautológico. A contextualização era, por outro lado, seu instrumento principal. A relação com o contexto – o “ir e vir entre o particular e o conjunto” – permitia aferir, de acordo com Ginzburg, se uma nova peça introduzida no jogo, uma conjectura, era ou não adequada no horizonte de uma análise. Ao mesmo tempo, a introdução de uma nova peça, inesperada, poderia permitir repensar toda a configuração e testar, em cada caso, a plausibilidade da interpretação proposta.

Analizando o “Ciclo de Arezzo”, um conjunto de afrescos pintado por Piero para o coro de San Sepolcro de Arezzo, Ginzburg demonstrava algo sobre as possibilidades interpretativas de uma análise do gênero. Ele continua a explorar as relações, seguras ou prováveis, do pintor florentino com o ambiente ligado ao Concílio de Florença, tentando interpretar uma “anomalia” iconográfica que fazia com que o programa dos afrescos fugisse das representações tradicionais do mito medieval da “Verdadeira Cruz” que era, de resto, o tema geral do conjunto.

²³⁹ IP, p. 45.

O comitente principal daquele trabalho havia sido Giovanni Bacci, um clérigo da Câmara Apostólica, filho e neto de mercadores, laureado em Siena em 1439, que tinha feito carreira na administração pontifícia. Ginzburg retomava uma hipótese, levantada antes por Gilbert, de que Bacci não havia apenas encomendado o afresco, mas também interferido decisivamente “(talvez também com verdadeiras sugestões teológicas) no enriquecimento do programa iconográfico do Ciclo de Arezzo no que diz respeito à tradicional representação da lenda da verdadeira cruz”²⁴⁰. Bacci não era portanto apenas um cliente de Piero, mas teria sido uma influência fundamental sobre as temáticas de suas pinturas até pelo menos a década de 1460. Seguindo esta “pista”, Ginzburg parte para explorar a vida de Giovanni Bacci, interrogando antes de mais nada as suas ligações com o círculo do Concílio (para começar, Traversari).

“A prova documental da amizade entre Giovanni Bacci, futuro comitente de Piero em Arezzo, e algumas das personagens mais ilustres do humanismo toscano (...) tem uma importância decisiva. Até agora o único laço inequívoco que unia Piero a esse ambiente era constituído pela estada de Piero e Alberti, contemporaneamente, na corte de Rimini em 1451 e na de Pio II Piccolomini em 1458-9. Abre-se agora a possibilidade de reconstruir mais ampla e concretamente de que modo, através de Bacci e das personagens a ele ligadas, Piero havia assimilado e reelaborado originalmente elementos da cultura humanística.”²⁴¹

A ligação de Piero com esses círculos humanistas toscanos e aretinos se contrói portanto, colocando lado à lado conjecturas e certezas: estabelecida a ligação inegável de Giovanni Bacci com Piero (o primeiro contratou o segundo) e a relação, igualmente inegável, de Bacci com aquele ambiente (explorada por Ginzburg através de laços de parentesco, “solidariedade geográfica, além de geracional e cultural”²⁴²), Ginzburg supunha uma relação mais do que puramente eventual entre Piero e Bacci – e através dele com todo um conjunto de temas e escolhas estilísticas.

Este jogo analítico – impossível de acompanhar com detalhe aqui – conduzia o historiador italiano a propor uma hipótese original sobre a cronologia e a datação dos

²⁴⁰ IP, pp. 51-2.

²⁴¹ IP, p. 54.

²⁴² Id. Ibid. .

afrescos, assim como sobre o programa pictórico que estava por trás deles. A mesma modalidade de leitura era estendida à interpretação, ainda mais ousada, da “Flagelação” de Urbino²⁴³. É certo que as interpretações propostas por Ginzburg eram construídas muitas vezes a partir da convergência de hipóteses; mas o problema do controle era enfrentado com o esforço constante de combinação entre as várias séries documentais, construídas a partir da iconografia, colocação original, comitência, estilo e datação²⁴⁴. A definição de uma hipótese aceitável (ainda que conjectural e provisória) era estabelecida com base na sua “plausibilidade, coerência e potência explicativa”²⁴⁵.

Como vimos, Ginzburg havia pensado seu estudo sobre Piero como um diálogo com as formulações de Roberto Longhi sobre o estudo das obras artísticas. A partir das possibilidades abertas pelo crítico italiano, Ginzburg havia proposto “prosseguir as [suas] pesquisas (...) através de vias em parte similares, em parte diversas” daquelas propostas por ele. O historiador havia identificado em Longhi a convivência de duas abordagens distintas da obra de arte, uma morfológica e outra histórica. A ligação ineliminável entre ambas – assim como os tipos diversos de controle que implicavam – estava presente na abordagem do crítico que, no entanto, considerava a segunda (histórica) “meramente *instrumental*” com relação àquela, mais importante, da iconografia (que Ginzburg propõe chamar “morfológica”). As ambiguidades das propostas e resultados das análises de Longhi sugeriam a Ginzburg estabelecer a relação entre as duas diferentes abordagens em outros termos²⁴⁶.

Entendendo a análise iconológica como uma forma de análise morfológica, Ginzburg se perguntava sobre a utilidade desta operação para a história. A resposta – perseguida em *Indagine su Piero* e mais tarde em outros lugares – ia na direção de pensar a “morfologia” (na acepção ampla sugerida por ele) como uma forma de “sonda” para “perscrutar uma camada inacessível aos instrumentos usuais do conhecimento

²⁴³ A análise deste quadro, alterada em vários pontos por Ginzburg nas revisões do livro, ocupa os dois últimos capítulos de *Indagine su Piero*.

²⁴⁴ Cf. Ginzburg, C. *Mostrare e dimostrare: Risposta a Pinelli e altri critici*, cit. p. 716.

²⁴⁵ *Ibid.* p. 725.

²⁴⁶ Ginzburg, C. *Datazione assoluta e datazione relativa...*, cit. pp. 6-7.

histórico”²⁴⁷, isto é, uma ferramenta para a pesquisa histórica, que permitiria construir hipóteses sobre realidades que não poderiam ser acessadas diretamente.

A análise da anomalia – seja ela iconográfica, como no caso das obras de Piero, ou de natureza distinta, como em outros trabalhos de Ginzburg – mantinha este caráter experimental que a analogia da “sonda” revelava. A atenção ao desvio, ao excepcional, abria a possibilidade de revelar algo sobre a natureza da norma que a atenção à própria norma em si não revelaria. Para Ginzburg, “a violação da norma contém em si (do mesmo modo que a pressupõe) também a norma”, enquanto que, continua, “o oposto não é verdadeiro”²⁴⁸. Assim, uma análise intensiva de elementos circunscritos, que procurasse reintroduzi-los em uma série – ainda que conjectural – de eventos, poderia permitir lançar luz, indiciariamente, sobre aspectos escassamente documentados do passado. Seguindo esta mesma reflexão, Ginzburg seguiria sobre a dupla trilha da morfologia e da história, poucos anos depois, em um outro livro importante, desta vez dedicado a uma tentativa (também amplamente conjectural) de decifração do mito do sabá: *Storia notturna* (“História noturna”)²⁴⁹.

Este jogo entre hipóteses verossímeis e dados empíricos – presente em *Indagine su Piero* e, a partir de problemas bastante distintos, no livro sobre o sabá – colocava em evidência as possibilidades interpretativas de um método indiciário.

Esse é um aspecto que gostaria de enfatizar nas análises propostas por Carlo Ginzburg – na tentativa de decodificar o sentido da sua proposta de *microstoria* – isto é, a dinâmica do jogo interpretativo proposto pelo historiador: a combinação entre dados seguros e conjecturas – entre “provas” e “possibilidades” – mediada e autorizada pelo contexto, que é cuidadosamente perseguida em seu livro sobre Piero. Aquelas expressões que abundam no texto, como “talvez”, “muito provavelmente”, “possivelmente” (ou

²⁴⁷ Como afirmava Ginzburg no seu *Prefácio* a MES, p. 13.

²⁴⁸ E completa: “Qualquer um que estuda o funcionamento de uma sociedade a partir da soma das suas normas ou a partir de ficções estatísticas como o homem mediano ou a mulher mediana, permanece inevitavelmente na superfície. Eu acredito que a análise intensiva de um caso anômalo (a contemplação das estranhezas isoladas não me interessa) é infinitamente mais frutuosa.”. Cf. Ginzburg, C. *Witches and Shamans*, cit. p. 81.

²⁴⁹ Cf. Ginzburg, C. *História noturna*, cit. p. 23.

ainda – “uma hipótese que tem um grau elevadíssimo de probabilidade”, “provada além de qualquer dúvida razoável”), nos autorizam a enxergar não uma análise titubeante ou pouco rigorosa, mas o contrário: o uso de uma “linguagem de probabilidade” é uma tentativa explícita de enfatizar a natureza distinta das “cartas” colocadas à mesa no jogo da análise. O resultado cognitivo desse processo – como nos lembra o próprio Ginzburg todo o tempo, ecoando uma outra lição de Marc Bloch²⁵⁰ – não é a verdade abstrata da “certeza” positivista, mas aquela da “probabilidade” da ciência pós-relativista²⁵¹.

Sobre *Il ritorno di Martin Guerre* da historiadora americana Natalie Zemon Davis, apresentado por ele para a coleção *Microstorie* em 1984, Ginzburg escrevia: “A [sua] investigação (e a narração) não se baseia na contraposição entre ‘verdadeiro’ e ‘inventado’, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de ‘realidades’ e ‘possibilidades’”²⁵². Esse mesmo juízo pode ser estendido ao trabalho do historiador italiano que, naqueles anos, colocava cada vez mais em primeiro plano as reflexões sobre os limites interpretativos, o lugar da imaginação e, ao mesmo tempo, do rigor e da objetividade nas análises históricas. Para um historiador como Ginzburg, que sempre havia colocado a narrativa e os recursos próprios da “invenção” literária à serviço da análise histórica, não era surpresa colocar esta discussão nos termos de um diálogo entre a história e a literatura (e outras formas de arte narrativa).

Comentando uma cena de *8 e 1/2* de Fellini, o historiador italiano lembrava que “o emaranhado entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade, está no centro das

²⁵⁰ “Em que medida, contudo, nos é permitido pronunciar esta palavra solene: ‘certeza’? A crítica dos documentos não conseguiria alcançar a certeza ‘metafísica’, confessava já Mabillon. Não deixava de ter razão. É só por simplificação que substituímos algumas vezes uma linguagem de probabilidade por uma linguagem de evidência. (...). ‘O acontecimento fisicamente impossível’, disse Cournot, ‘não é mais do que o acontecimento cuja probabilidade é insuficientemente pequena’. Limitando a sua parte de segurança a dosear o provável e o improvável, a crítica histórica não se distingue da maior parte das outras ciências senão por um escalonamento dos graus indubitavelmente mais matizado.” Cf. Bloch, Marc, *Introdução à história*, cit. p. 117

²⁵¹ Como sugere em *Mostrare e dimostrare: Risposta a Pinelli e altri critici*, cit. p. 714.

²⁵² Cf. Ginzburg, C. *Prove e possibilità. In margine a 'Il ritorno di Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis*, (posfácio) In Davis, N.Z. *Il ritorno di Martin Guerre. Un caso di doppia identità nella Francia del Cinquecento*. Torino: Einaudi, 1984 (*Microstorie*, 9). Cito da tradução portuguesa publicada em *A micro-história e outros ensaios* (cit): *Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno di Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis*, p. 183.

elaborações artísticas deste século”²⁵³. E – comparando os resultados do cineasta àqueles perseguidos por Natalie Davis em seu *Martin Guerre* – reafirmava as possibilidades abertas por esse mesmo entrelaçamento para os próprios historiadores em seus trabalhos. Em termos semelhantes, ele havia se expressado em uma resenha de um livro de Jacques Le Goff em 1980:

“A emergência de novos temas de pesquisa remete às relações novas que se estabeleceram entre a história e as disciplinas vizinhas – mesmo se, evidentemente, os primeiros não possam ser reduzidos às segundas. Uns e outros, entretanto, induzem o historiador a enfrentar dimensões temporais e espaciais heterogêneas. Ele encontra aqui, quer se queira ou não, problemas de ordem narrativa. Por muito tempo, apenas com raras exceções, a narração histórica continuou a tomar tacitamente seu modelo no romance naturalista do século XIX; ela se limitava a substituir o romancista onisciente, que sabe tudo das motivações que fazem agir seus personagens, por um historiador onisciente. O romance moderno é, em seu nascimento, estreitamente aparentado com a escritura histórica, e ele a influencia de volta. Mas as escolhas estilísticas não são jamais neutras ou inocentes: mesmo o uso de um tempo verbal determinado comporta implicações cognitivas, como mostrou E. Benveniste em páginas célebres. Em termos simples, isso significa que os livros de história poderiam também ser escritos de outra maneira (eles eram, aliás, antes do século XVIII). Ora, o romance contemporâneo tentou representar um tempo feito de ‘ritmos lentos, flash-backs, perdas e ressurgimentos’, como escreve J. Le Goff em um contexto muito diferente, (...). Proust é com certeza o primeiro exemplo, e o mais acabado que nos vêm ao espírito; mas também Virginia Woolf, Musil, ou mesmo um romancista sem dúvida menor, como Dos Passos. É possível pensar que os historiadores contemporâneos não tenham nada a aprender dessas narrativas, dessas experiências cognitivas – aliás, muito diferentes entre si? Os problemas epistemológicos que o historiador deve enfrentar hoje não são talvez muito diferentes daqueles que encontraram os grandes romancistas do século XX – começando pelo estilhamento, estabelecido de uma vez por todas, de um quadro temporal unívoco e homogêneo. Do romance à história, as soluções narrativas serão diferentes, sem nenhuma dúvida. Mas ainda aqui, não se poderia fazer melhor do que subscrever o apelo que lança J. Le Goff ao ‘rigor e à imaginação’.”²⁵⁴

Os termos em que é colocada essa reflexão dão uma idéia da distância que a separa daquelas que, naqueles mesmos anos, vinham sendo discutidas por uma parte considerável da historiografia atenta à ligação entre história e literatura. De modo distinto de muitas das

²⁵³ Cf. Ginzburg, C. *Provas e possibilidades*, cit. p. 201.

²⁵⁴ Cf. Ginzburg, C. *L'autre Moyen Age de Jacques Le Goff*, *Critique*, Tome XXXVI, n. 395, avril 1980, pp. 353-354 (tradução de Jacques Revel); esse artigo é uma resenha de Le Goff, J. *Pour un autre Moyen Age (Temps, travail et culture en Occident: 18 essais*, Paris: Gallimard, 1978). A passagem de Benveniste na citação de Ginzburg se refere a: *Les relations du temps dans le verbe français*, in *Problèmes de linguistique générale*, Paris: 1966.

discussões propostas sobre o tema, não é a partir de uma concepção irracionalista e cética do ofício e do objeto da história que se constróem as suas propostas, mas sobre uma reflexão aprofundada sobre o potencial cognitivo da narrativa (em oposição ao caráter puramente “ficcional” da história), sobre a possibilidade de estabelecer formas de controle sobre suas próprias afirmações, ancoradas em uma pesquisa empírica rigorosa. Ao contrário das conclusões presentes nas propostas de um historiador como Hayden White (com quem iria polemizar longamente nos anos seguintes²⁵⁵), Ginzburg propunha ligar irremediavelmente “rigor e imaginação”, apostando nas potencialidades cognitivas da própria literatura.

A crítica à forma narrativa tradicional usada pelos historiadores tinha outros desdobramentos teóricos importantes: o modelo do romance clássico, adotado para a escrita da história a partir do século XVIII, assumia uma concepção de sujeito pensado como inteiramente coerente, dotado de contornos perfeitamente definidos e racionalidade plena; movendo-se em um tempo que corre de modo linear e cumulativo. Ao opor a essa narrativa historiográfica “clássica” uma reflexão sobre as possibilidades abertas pela experimentação narrativa, Ginzburg tentava enfatizar os novos desafios que se colocavam para uma disciplina que, cada vez mais, procurava incluir em seu horizonte “novos continentes historiográficos”²⁵⁶.

Se, tradicionalmente, a história havia construído seus modos de pesquisa e suas regras de controle sobre fontes escritas de um certo tipo, sobre documentos que eram fundamentalmente aqueles da história político-diplomático-militar (e eclesiástica), a expansão de suas fronteiras implicava necessariamente a necessidade de lidar com novas fontes e documentos, cujos critérios de controle filológico escapavam necessariamente àqueles já estabelecidos da disciplina. Assim, novas fontes, novos problemas e métodos,

²⁵⁵ A referência principal do trabalho de Hayden White continua sendo *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*, São Paulo: EDUSP, 1992 (1973). Com relação à polêmica de Ginzburg com White, ver o já citado *Provas e possibilidades*, mas também *Ekphrasis e citação* (1988) publicado em *A micro-história e outros ensaios*. Para conferir os argumentos mais elaborados de Ginzburg em sua polêmica com Hayden White, remeto a *Unus testis. Lo sterminio degli Ebrei e il principio di realtà*, QS, n. 80, a. XXVII (2), 1992, pp. 529-548.

²⁵⁶ Cf. a intervenção de Ginzburg no debate *Paradigma indiziario e conoscenza storica*, cit. pp. 36.

criavam a exigência não de abandonar toda a forma de controle como impossível, mas experimentar e renegociar também novos “modos de pesquisa” e “regras de controle”²⁵⁷.

Esse conjunto de questionamentos e propostas, colocados a partir de diferentes problemas de pesquisa, continuaram presentes nas indagações de Ginzburg nos anos seguintes. Mesmo um livro como *Storia Notturna*, cujo escopo geral – baseado na leitura da origem do mito do sabá em um arco temporal e geográfico extremamente longo – dificilmente poderia ser pensado como um trabalho de *microstoria*, dialoga de muitas formas com aquela reflexão central, proposta por Ginzburg, de um conhecimento a partir da anomalia, do desvio e, portanto, do indício.

Os “detalhes estranhos”, “bizarros”, que haviam sido por muito tempo tratados como curiosidades secundárias e em última análise desprezíveis pelos historiadores da feitiçaria, estavam no centro da “decifração” do sabá proposta por Ginzburg. O estudo do nascimento da imagem inquisitorial do sabá conduzia a uma análise comparativa entre as crenças européias em torno de alguns aspectos da feitiçaria e os mitos xamânicos. A persistência e difusão, no tempo longo e em um amplo espaço geográfico, de crenças distintas que, entretanto, guardavam entre si semelhanças formais inegáveis, sugeria a Ginzburg uma indagação sobre os limites de uma abordagem exclusivamente histórica do problema: “O reaparecimento de formas simbólicas análogas, separadas por milênios, em âmbitos espaciais e culturais de todo heterogêneos, podia ser analisado em termos puramente históricos? Ou, ao contrário, tratava-se de casos-limite que faziam aparecer na urdidura da história uma trama atemporal?”²⁵⁸

A resposta a essa pergunta era tentada através de um “experimento” em que Ginzburg construía uma “série” de eventos dispersos no tempo e no espaço, e que guardavam entre si semelhanças formais (ou, nas palavras de Wittgenstein, “semelhanças de família”)²⁵⁹. A apresentação conjunta deste elementos descontínuos produzia, de acordo com Ginzburg, o efeito de fazer ver as conexões formais e, através delas, propor

²⁵⁷ Id. Ibid.

²⁵⁸ Cf. Ginzburg, C. *História Noturna*, cit. p. 28.

²⁵⁹ Ibid. p. 29.

hipóteses sobre conexões históricas inacessíveis de outro modo. O entrelaçamento entre a análise morfológica dos mitos – inspirada em Propp e Levi-Strauss – e a análise histórica, implicava igualmente o entrelaçamento de duas formas distintas de exposição e narrativa, que eram sucessivamente usadas do livro: por um lado uma narrativa histórica linear, lidando com o tempo contínuo sugerido pela documentação tradicional, e, por outro lado, o tempo descontínuo do mito, onde “testemunhos talvez muito recentes podiam conservar traços de fenômenos bem mais antigos” e “testemunhos remotos podiam lançar luz sobre fenômenos muito mais tardios”²⁶⁰, e onde, portanto, o encadeamento cronológico poderia ser substituído por outras formas de exposição. Desse modo, a combinação entre diferentes formas de narrativa e de temporalidade era inseparável de uma investigação mais vasta sobre um problema histórico que escapava, paradoxalmente, aos próprios instrumentos e parâmetros de controle da disciplina histórica.

Storia Notturna é um livro que escapa de fato, como afirmei anteriormente, àquilo que se imagina ser uma indagação micro-histórica: aqui não é o episódio, ou o recorte circunscrito, que é objeto de análise, mas um conjunto muito amplo de questões e problemas, enfrentados na larga duração e em um amplo espaço geográfico. Por isso mesmo, este trabalho também coloca sobre a mesa reflexões de caráter metodológico e historiográfico que mereceriam certamente mais atenção do que a que dei aqui. Dentro dos limites auto-impostos do trabalho que me propus, acredito que é suficiente colocar em relevo os nexos inegáveis que esta indagação sobre o sabá possui com as investigações anteriores de Ginzburg, assim como seu papel de testemunho de alguns dos caminhos possíveis que uma reflexão sobre o caráter “indiciário” da disciplina histórica pode conduzir.

O debate em torno da *microstoria* foi construído como uma profunda discussão sobre as possibilidades e responsabilidades de uma história marcada pela experimentação

²⁶⁰ Ibid. p. 26.

de seus próprios limites. As contribuições de Ginzburg ajudaram a dar forma a alguns dos caminhos mais significativos que o debate trilhou – e vem trilhando – nas últimas décadas. A atenção sobre objetos circunscritos, a crítica ao irracionalismo e a discussão em torno das potencialidades da narrativa são alguns deles. A singularidade da trajetória de Ginzburg nos revela muito da riqueza e heterogeneidade de um debate que respondeu, em seus vários matizes, a questões e influências muito particulares. Mas ela também ilumina, acredito, algumas das possibilidades latentes dentro de um universo de discussão que supera, seguramente, o contexto historiográfico italiano.

Micro-histórias e além. Considerações finais.

- (...) *Dis-moi, ce Concile de Bâle, est-ce de l'histoire universelle?*
- *Oui-da. De l'histoire universelle en général.*
- *Et mes petits canons?*
- *De l'histoire générale en particulier.*
- *Et le mariage de mes filles?*
- *À peine de l'histoire événementielle. De la micro-histoire, tout au plus.*

Raymond Queneau, *Les fleurs bleues*, Paris, 1965.

As trajetórias intelectuais de Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg foram, seguramente, as mais emblemáticas da *microstoria* na Itália. O olhar detido sobre elas permite ver alguns dos parâmetros principais sobre os quais se constituiu, na heterogeneidade e pluralidade dos seus perfis. Gostaria de me deter agora, caminhando para o final deste meu trabalho, sobre alguns desses parâmetros, na tentativa de pensar uma possível interpretação dos significados gerais da experiência micro-histórica.

Colocar este debate como objeto de investigação implica em enfrentar a pergunta: “o que é a *microstoria*?”. Até aqui, não fiz outra coisa senão explorar as várias respostas a esta questão. Respostas que implicam em perspectivas distintas, às vezes conflitantes, que respondem aos diversos pontos de partida e de chegada. As diferenças facilmente constatáveis entre as várias interpretações da experiência micro-histórica são sintomáticas da heterogeneidade de perspectivas que estavam em jogo. Nascida a partir de referências muito definidas – por um lado uma crítica ao uso a-crítico das categorias interpretativas e uma contraposição anti-historicista à tradicional hierarquia de relevâncias da discussão histórica; uma tentativa de aproximação dos procedimentos e problemas da antropologia social –, na medida em que deixou de ser uma fórmula sem conteúdo e se tornou uma proposta articuladora de vários trabalhos de pesquisa histórica, a *microstoria* adquiriu também outros parâmetros e outros sentidos.

Tentando responder a pergunta, Edoardo Grendi apontava para a duplicidade original da proposta “micro-histórica”. De acordo com o historiador genovês, não haveria uma *microstoria*, mas pelo menos duas, que se distinguiam a partir da construção do seu próprio objeto. Por um lado, nas mãos do próprio Grendi e de Giovanni Levi, havia antes de tudo uma reflexão em torno da microanálise, que partia da história social, afirmando a centralidade da análise das relações interpessoais na investigação histórica. Ao lado desta, havia uma outra ordem de discussões que partia de referências diferentes e perseguia objetivos distintos. Assim, Grendi identificava nessa “história vista de baixo”, uma “história do vivido” com características próprias, um outro impulso análogo ao da microanálise social, mantendo com ela, entretanto, distinções importantes¹.

O impulso comum se encontra na análise em escala reduzida. Distingua-os a forma de construir o contexto. É a interpretação do episódio a partir de sua inserção em um “contexto de natureza histórico-cultural” que definia esta outra forma de pensar a *microstoria*, onde a leitura de um caso de riqueza singular permitiria “ilustrar de um lado, um problema historiográfico particular (por exemplo, as relações entre cultura de elite e cultura popular) e, de outro, a cultura de uma época (mais que a de um grupo social específico)”². A referência clara aqui é certamente o trabalho de Carlo Ginzburg, visto como a figura mais representativa desta “*microstoria* cultural” que seguia referências e caminhos próprios.

Entre a construção do objeto de análise e a forma de sua contextualização – por um lado, a contextualização social e, por outro, aquela cultural de Ginzburg – há também uma distinção quanto aos procedimentos analíticos colocados em prática. Enquanto a perspectiva de Ginzburg colocaria no centro de suas indagações a relação dos sujeitos com a cultura, e partiria da interpretação do “indício” – entendido como via de acesso a um universo de fenômenos cujo significado permaneceria, de outra forma, encoberto –, a

¹ Cf. Grendi, Edoardo, *Repensar a micro-história?*, In Revel, J. (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 253.

² Id. *Ibid.*

microanálise social se voltaria para a “reconstrução de redes de relações” e a “identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas)”³.

Não podemos deixar de enfatizar as conseqüências importantes que essa dupla origem dos termos do debate da *microstoria* acarreta para a compreensão da sua pluralidade interna. Essas diferenças não são secundárias ou irrelevantes, mas, ao contrário, revelam divergências importantes na forma de pensar a realidade social e a própria história.

Assim, enquanto que, para Ginzburg, a reconstrução da identidade do trabalho historiográfico passa pela identificação de um procedimento de investigação – o conhecimento a partir dos indícios, o “paradigma indiciário” –, essa mesma reflexão parece não ter influído nas discussões em torno da microanálise social, que enfatizava a necessidade de conferir um estatuto científico mais rigoroso à história, a partir de métodos mais acurados. Desse modo, enquanto que, por um lado, a perspectiva levantada por Grendi partia da convicção de que é possível de reconstruir de fato – através de instrumentos precisos e a partir de uma escala de observação adequada – os significados de uma teia de interrelações sociais e as hierarquias de mediações fundamentais da sociedade; para Ginzburg, por outro lado, a sociedade é concebida como necessariamente codificada e opaca, como objeto a ser decifrado. Essa distinção era apontada por Bernardino Farolfi, em 1981: “Se em Ginzburg a historiografia se configura como hermenêutica ou arte da interpretação, em Grendi ambiciona se tornar ciência social rigorosa”. As diferenças entre ambas as perspectivas seriam, de acordo com Farolfi, ainda mais profundas do que isso, na medida em que, “para Ginzburg, a sociedade, ontem e hoje, é opaca, indecifrável, oculta para si mesma e para o observador”, enquanto que a abordagem de Grendi parte da convicção de que “a sociedade pode resultar, na sua organização e nos seus processos de funcionamento, relativamente transparente, desde que no lugar dos obsoletos critérios ideológicos (...), o observador saiba dotar-se de uma instrumentação analítica mais refinada”⁴.

³ Cf. Grendi, Edoardo, *Repensar a micro-história?*, p. 253.

⁴ Cf. Farolfi, Bernardino, *Storiografia in briciole*, *Quaderni Piacentini*, n. 1, 1981, pp. 166-167.

Não são diferenças negligenciáveis. Se analisássemos com mais detalhe os resultados de ambas as abordagens, encontraríamos seguramente outras. Mas, o que chama a atenção não são tanto os pontos de dissenso, mas o acordo – ainda que precário – que dá sentido a idéia de uma *microstoria* como um empreendimento coletivo.

Edoardo Grendi, pensando sobre o caráter coletivo e a identidade fragmentária que o termo *microstoria* constituiu, afirmou que o elemento unificador destas posições distintas poderia ser encontrado em uma certa “comunidade de estilo”, isto é, a partir de um núcleo comum de preocupações gerais, que passavam pela reflexão sobre “a história como prática, apoiada numa exigência teórica forte e preocupada essencialmente com resultados analíticos”⁵. Além disso, a identificação de um antagonista comum: a tendência à “história síntese”, particularmente forte na Itália, “um país que durante muito tempo esteve submetido ao reinado de ideologias ligadas à herança do idealismo e a um dualismo político solidamente enraizado”⁶.

A referência um tanto impressionista a uma “comunidade de estilo” era compatível com a recusa de Grendi em aceitar o cancelamento das diferenças entre as abordagens em jogo, e a afirmação da irreduzibilidade do projeto da microanálise social frente ao termo genérico da *microstoria*. Por outro lado, essa mesma reflexão apontava para um impulso comum.

Giovanni Levi apontou recentemente aquelas que lhe pareciam ser as “questões e posições comuns” que de algum modo unificam a experiência da *microstoria*: “a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo”⁷. O caráter experimental da proposta micro-histórica é, para Levi, o elemento mais

⁵ Cf. Grendi, E. *Repensar a micro-história?*, cit. p. 251.

⁶ Id. *Ibid.*

⁷ Cf. Levi, Giovanni, *Sobre a micro-história*, In Burke, P. *A escrita da história. Novas perspectivas.* (tradução: Magda Lopes) São Paulo: UNESP. p. 159.

claramente unificador da *microstoria*. Diversamente de Grendi, Levi dá menos ênfase às diferenças do que às analogias entre o seu trabalho e, por exemplo, o de Ginzburg:

“... a idéia de se considerarem os indivíduos da história tradicional em uma se suas variações localizadas é análoga à idéia de se ler nas entrelinhas de um determinado documento, ou entre as figuras de um quadro, para discernir significados que previamente escaparam da explicação; ou a verdadeira importância daquilo que antes parecia ter surgido meramente por circunstância ou necessidade; ou o papel ativo do indivíduo que antes parecia simplesmente passivo ou indiferente.”⁸

Também para Carlo Ginzburg as analogias ganham maior valor, quando ele reafirma o problema do método como o elemento fundamental que unifica as experiências micro-históricas. Como vimos anteriormente, Ginzburg sustentava a analogia de procedimentos entre a sua investigação sobre a cultura popular na Idade Moderna e suas indagações pictóricas em torno de Piero della Francesca. Mais do que isso, ele também afirmava a ligação entre a redução de escala e “a proposta de novos temas, a introdução de novos métodos, a renegociação das regras de controle”⁹, isto é, aqueles problemas recorrentes em sua própria pesquisa.

A insistência – explicitada ou não nos discursos dos protagonistas do debate – sobre o aspecto “experimental” das propostas micro-históricas não é casual. Mas, o que pode ser um “experimento” para a história, que é, por excelência, uma disciplina da observação, para a qual qualquer sorte de experimentação nos moldes das ciências naturais é vetado? A natureza desse experimento deve necessariamente dizer respeito à construção do seu próprio objeto, isto é, nas palavras de Ginzburg: “a atitude experimental que coagulou, no final dos anos 70, o grupo dos estudiosos italianos de *microstoria* (...) era baseada em uma consciência aguda que todas as fases que modulam a pesquisa são *construídas* e não *dadas*.”¹⁰. Vale dizer que o caráter experimental da proposta micro-histórica se revela em uma pergunta comum, ampla o suficiente para permitir uma

⁸ Cf. Levi, G. *Sobre a micro-história*, cit. p. 160.

⁹ Cf. Ginzburg, C., Intervenção ao debate *Paradigma indiziario e conoscenza storica. Dibattito su 'spie' di Carlo Ginzburg*, *Quaderni di storia*, n. 12, a. VI, 1980, p. 52.

¹⁰ Cf. Ginzburg, C. *Microstoria: due o tre cose che so di lei*, *QS*, n. 86, a. XXIX (2), agosto 1994, p. 531.

pluralidade de respostas: “o que acontece quando se reduz drasticamente a escala de observação?”.

A redução de escala, enquanto construção experimental do objeto de investigação, poderia fazer ver, portanto, relações e sentidos que permaneceriam ocultos sob o olhar homogeneizador da “macro-história”. Nas palavras de Giovanni Levi:

“Há, por isso, duas formas possíveis de se interpretar um contexto social: como um local que imputa significado a particulares supostamente ‘estranhos’ ou ‘anômalos’, revelando seu significado oculto e consequentemente seu ajustamento a um sistema; ou, por outro lado, como um ponto de descoberta do contexto social em que um fato aparentemente anômalo ou insignificante assume significado, quando as incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são reveladas. A redução de escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ele presume que as delineações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada.”¹¹

A citação acima se encontra no contexto de uma discussão com uma antropologia histórica interpretativa com a qual Levi pretendia marcar fortemente suas diferenças¹². Mas esta passagem marca também um elemento central que dá sentido a aspectos importantes da experiência micro-histórica. A ênfase sobre as incoerências e os desvios aproxima mais uma vez Levi e Ginzburg. Para este último, é no desvio, no hiato, que se encontra o acesso aos sentidos escondidos da realidade. Em Levi, a atenção sobre o desvio significa colocar em relevo o lugar da mudança: desvio é variação, é também fratura no quadro lógico da norma. Para ambos, o desvio contém a norma, enquanto o inverso não é verdadeiro: o desvio contém a norma e o seu oposto. As implicações epistemológicas dessa convergência me parecem importantes para lançar luz sobre as possibilidades abertas pelo debate sobre a *microstoria*. A ênfase colocada sobre o conhecimento do individual implica em repropor as formas de conhecer: não através das essências (que são o necessário, a unidade por trás da diversidade da aparência), mas a partir da multiplicidade da própria realidade, isto é, da sua heterogeneidade, para compreender como ela se estrutura em sua pluralidade e singularidade imprevisível, e como ela se transforma.

¹¹ Cf. Levi, G. *Sobre a micro-história*, cit. p. 155.

Sobre o sentido que a empresa micro-histórica teve no contexto italiano, já se discorreu largamente: a partir de sua crítica ao historicismo desde de um veio politicamente radical, já se definiu, por exemplo, a *microstoria* como uma forma de “neo-azionismo historiográfico”, ou como um desenvolvimento interno dos estudos de história local na Itália¹³. Essas são, me parece, conclusões apressadas e, ao mesmo tempo, muito limitadas. A existência da origem politicamente radical de algumas das posições intelectuais assumidas pelos praticantes da *microstoria*, parece-me estar além de qualquer dúvida razoável; entretanto, a possibilidade de alinhar o debate a um setor definido do espectro político não me parece justificável, dadas as diferenças de perspectiva e de engajamento¹⁴.

Por outro lado, a *microstoria* responde, de fato, a um conjunto de referências políticas, intelectuais e historiográficas que são, antes de tudo, italianas. Os estudos de história local, tão importante no debate histórico da península a partir dos anos cinquenta, é seguramente uma das matrizes importantes que – direta e indiretamente – dão sentido ao debate micro-histórico. Para além disso, a *microstoria* participa de um conjunto mais geral de discussões dentro do contexto intelectual e político italiano: a crítica à historiografia “ético-política” e a uma parte importante do legado intelectual comunista e socialista do pós-guerra (a referência importante, mas não única, é Gramsci) e de sua historiografia.

¹² Em especial aquela abordagem – seguidamente confundida com a *microstoria* – que caracteriza, por exemplo, o trabalho de Robert Darnton. Ver sobre isso aquele *Sobre a micro-história* citado anteriormente, e, especialmente, *I pericoli del geertzismo*, QS, n. 58, a. XX (1), 1985.

¹³ Em uma referência ao “Partito della Azione”, que reunia as idéias do liberalismo político às do socialismo no pós-guerra italiano. Cf. Di Giorgi, F. *La storiografia di tendenza marxista e la storia locale*, p. 120.

¹⁴ Levi comentou, em um balanço sobre a *microstoria*, que os historiadores que aderiram a ela, “em geral, tinham suas raízes no marxismo, em uma orientação política para a esquerda e em um secularismo radical com pouca inclinação para a metafísica.”, Cf. Levi, G. *Sobre a micro-história*, cit., p. 135. Sobre a relação entre a *microstoria* e a história militante, ver o livro Aa. Vv. *Dieci interventi sulla storia sociale*, Torino: Rosenberg & Sellier, 1981.

Edoardo Grendi apontou para a importância de se compreender a emergência do “discurso micro-histórico” a partir do contexto de sua inserção, ou melhor, sua “inscrição consciente” numa “evolução temática própria da historiografia italiana” nos anos setenta¹⁵. Assim, Grendi propôs interpretar o projeto da microanálise como “uma espécie de ‘via italiana’ para uma história social mais elaborada (e mais bem fundamentada teoricamente) num contexto particular, fechado às ciências sociais e dominado por uma ortodoxia historiográfica que hierarquizava de maneira rígida a importância dos objetos”¹⁶. É uma definição sucinta e interessada, mas lança luz, seguramente, sobre alguns dos aspectos mais importantes dessa experiência no contexto intelectual em que surgiu. “História social”, na acepção pensada por Grendi, significa antes de tudo uma história que não se atém apenas às instituições políticas e econômicas e as suas formas jurídicas, mas que se volta especialmente sobre o protagonismo coletivo, para as formas de organização, sociabilidade e articulação de indivíduos e grupos. E, no caso da proposta microanalítica em especial, uma história atenta às interações, que interroga as interrelações individuais como lugar privilegiado da análise histórica.

Mas a história social é também, e fundamentalmente, uma história que incorpora as interrogações propostas pelas ciências sociais; e aqui entra um aspecto importante que torna a proposição de Grendi algo mais do que simplesmente auto-definidora, e aponta para aspectos mais gerais do contexto historiográfico italiano, dentro do qual a *microstoria* faz sentido. Em um panorama fortemente avesso às ciências sociais, marcado pelo idealismo e pela especulação filosófica, como era aquele da Itália até a década de sessenta, a *microstoria* representou de fato a introdução de questões e de procedimentos que se caracterizavam por uma forte abertura à interdisciplinaridade e por uma tentativa de escapar aos limites auto-impostos de uma tradição “ético-política” e historicista.

Assim, a *microstoria* compartilha um diagnóstico comum e relativamente generalizado, que apontava para a insuficiência de certos esquemas interpretativos profundamente arraigados na corporação dos historiadores italianos. Os modelos da

¹⁵ Cf. Grendi, E. *Repensar a micro-história?*, cit. p. 252.

¹⁶ Ibid. p. 258.

“história-síntese” – tanto aquele ético-político quanto (mesmo com um sentido invertido) aquele marxista – marcados pelo teleologismo e a conseqüente definição de suas hierarquias de relevância. Ao mesmo tempo, na interpretação de Edoardo Grendi, a *microstoria* “aprofundava o diagnóstico oferecido pela evolução em curso com a proposição, inovadora, de uma mudança radical da escala de observação”¹⁷.

Deste modo, podemos dizer que para além da pluralidade de perspectivas em jogo, a experiência micro-histórica italiana constituiu de fato um horizonte comum que se construía, senão sobre um conjunto de respostas comuns, ao menos sobre algumas perguntas.

A tentativa de escapar à história-síntese e a experimentação em torno da escala de observação “micro” constituem esse universo de interrogações que produziu, como vimos nos capítulos anteriores, respostas muito distintas. A unidade *a posteriori* que se construiu em torno da *microstoria* – com ou sem a colaboração dos próprios protagonistas do debate – é amplamente baseada nessas convergências e acabava por ser confirmada pela própria exterioridade do debate. Assim, a organização editorial dos **Quaderni Storici** a partir do final dos anos setenta, bem como a proliferação – que se intensificou na década seguinte – de trabalhos que reivindicavam diretamente sua articulação com a *microstoria*, começaram a definir mais claramente as fronteiras do debate. Somado a isso, naturalmente, havia a tendência, por parte dos seus críticos, de articularem sob o mesmo rótulo esforços de investigação muito diversos, com o objetivo polêmico de contestar os objetivos e resultados ambíguos atingidos por ela.

Assim, a partir do princípio dos anos oitenta, a *microstoria* começava a existir de fato através de uma miríade de trabalhos que perseguiram alguns dos caminhos inicialmente abertos pelo debate. Aquele quadro inicial, marcado por uma distinção mais ou menos nítida de perspectivas – de um lado, Grendi e, em grande parte, Levi e outros historiadores que orbitavam em torno das universidades de Gênova e Turim, que tentavam desenvolver uma interrogação mais voltada à microanálise social; de outro lado, Ginzburg, percorrendo um percurso muito singular que envolvia antes de tudo a pesquisa em torno da história da

¹⁷ Cf. Grendi, E. *Repensar a micro-história?*, cit. p. 252.

cultura – tornava-se cada vez mais fraturado, borrando ainda mais aquela linha divisória “fugidia e permanentemente imprecisa”¹⁸ que separava aquelas duas abordagens iniciais.

É significativo a respeito disso a observação dos caminhos pouco trilhados, e mesmo abandonados e, ao mesmo tempo, a fortuna imprevista de novas questões que se levantaram no horizonte do debate. Outros debates e outras influências continuaram a produzir novas respostas possíveis à interrogação central em torno da micro-escala; são resultados ambíguos e mesmo contraditórios que forjaram os desenvolvimentos posteriores – ainda em andamento – da experiência micro-histórica.

Se a *microstoria* é antes de tudo uma prática histórica, caracterizada por um procedimento experimental comum de redução da escala de análise, para entender melhor seus contornos e produzir sobre ela uma definição menos impressionista, seria preciso olhar com mais cuidado a produção historiográfica realizada sob este nome, identificando os vários trabalhos em que se tentou preencher, na imagem proposta por Ginzburg, o “recipiente vazio” da proposta micro-histórica.

Os primeiros trabalhos que procuraram incorporar as discussões em torno da microanálise histórica foram publicados na revista *Quaderni Storici*, que teve, a partir do fim dos anos setenta, vários números organizados dentro do horizonte destas discussões. Para delimitarmos alguns dos temas que apareceram nos anos mais importantes do debate, basta remetermos aos volumes da revista dedicados à fazenda agrária e a protoindústria (organizados por Carlo Poni), as religiões das classes populares (organizado por Ginzburg), as aldeias e o mercado de terras (de Levi e Gérard Delille), sobre as fontes criminais ou os sistemas de caridade (Grendi), e outros¹⁹.

¹⁸ Cf. Grendi, Edoardo, *Repensar a micro-história?*, cit. pp. 253-254.

¹⁹ Se nos limitarmos aos dez anos que foram marcados como os mais importantes da revista, podemos citar: n.º 39 (*Azienda agraria e microstoria*, organizado por Carlo Poni em 1978), n.º 41 (*Religione delle classi popolari*, Carlo Ginzburg, 1979), n.º 46 (*Villaggi*, Giovanni Levi, 1983), n.º 52 (*Protoindustria*, C. Poni, 1983), n.º 53 (*Sistemi di carità*, Edoardo Grendi, 1983), n.º 63 (*Conflitti locali e idiomi politici*, organizado por Sandro

Para além da revista, uma série de trabalhos que começaram a ser publicados a partir de meados da década de oitenta, tinham como referência, explícita ou não, os parâmetros principais presentes no debate em torno da *microstoria*. Alguns livros isolados, mas que tinham uma dívida evidente com as propostas microanalíticas, como o de Maurizio Gribaudi sobre um bairro operário de Turim entre as duas guerras, ou o de Renata Ago sobre um povoado no Lazio do século XVIII, foram discutidos nas páginas dos *Quaderni*²⁰, mas a maior parte da produção “micro-histórica” pode ser demarcada a partir de algumas séries de publicações identificáveis.

Em uma coleção intitulada *Saggi* (Ensaaios), *Il mulino* (mesma editora dos *Quaderni*) publicou – no interior de uma série bastante heterogênea – trabalhos de alguns dos micro-historiadores, como Carlo Poni e Edoardo Grendi²¹. Um outro espaço de publicação, entre os anos oitenta e noventa, foi a coleção dirigida por Luciano Cafagna e Silvio Lanaro para a editora veneziana *Marsilio*, chamada *Storia e Scienze Sociali*²². Além disso, a *microstoria* parece ter influenciado outros empreendimentos historiográficos na Itália, a partir dos anos oitenta: o segundo volume da história de Prato, organizado por historiadores ligados

Lombardini, Osvaldo Raggio e Angelo Torre em 1986), n.º 65 (*Il mercato della terra*, Gérard Delille e Giovanni Levi, 1987), n.º 66 (*Fonti criminale e storia sociale*, E. Grendi, 1987), n.º 68 (*I servi e le serve*, Angiolina Arru, 1988).

²⁰ Gribaudi, M. *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali nel primo Novecento*. Torino: Einaudi, 1987; Ago, R. *Un feudo esemplare. Immobilismo padronale e astuzia contadina nel Lazio del '700*, Fasano: Schena Editore, 1988. O livro de Gribaudi foi discutido por Giovanni Contini, Alberto M. Banti e Maria Luisa Bianco nos *Quaderni Storici*, n. 67, a. XXIII(1), 1988 (*Su 'Mondo operaio e mito operaio' di Maurizio Gribaudi*, pp. 256-286. Ago havia adiantado alguns dos principais argumentos de seu livro nas páginas da revista: *Conflitti e politica nel feudo: le campagne romane del Settecento*, QS, n. 63, a. XXI (3), 1983, 1986, pp. 847-874.

²¹ Ver, por exemplo, de Grendi, *La repubblica aristocratica dei genovesi*. Bologna: Il Mulino, 1987; e de Poni, *Fossi e cavedagne benedicon le campagne. Studi di storia rurale*. Bologna: Il mulino, 1982.

²² A Marsilio editou alguns títulos mais recentes, como o livro de Alberto Mario Banti sobre a construção da burguesia no vale padano, em *Terra e denaro: una borghesia padana dell'Ottocento* (1989); o trabalho de Sabina Loriga sobre a constituição do exército piemontês a partir das experiências dos soldados, em *Soldati: l'istituzione militare nel Piemonte del Settecento* (1992); a análise “configuracional” de Angelo Torre sobre a religiosidade laica no Piemonte agrário do Antigo Regime, em *Il consumo di devozioni: religione e comunità nelle campagne dell'ancien régime* (1995); ou ainda a microanálise das tradições de estudo de história local na Liguria, proposta por Edoardo Grendi em *Storia di una storia locale. L'esperienza ligure 1792-1992* (1996).

ao *Istituto Francesco Datini* é um exemplo disso, bem como alguns dos volumes da coleção einaudiana *Storia d'Italia. Le regioni*²³.

Mas, não há dúvida que o conjunto de trabalhos que construiu a referência principal do debate na Itália foi a coleção *Microstorie*, publicada pela editora de Turim a partir de 1981. Enquanto empreendimento editorial, a coleção, que durou até 1992, foi uma iniciativa única, colocada sob a direção de três historiadores de ofício, sendo, ao mesmo tempo, um empreendimento de um fôlego acadêmico inegável e dirigida a um público mais amplo do que aquele, relativamente mais restrito, dos historiadores. A heterogeneidade de títulos – vários trabalhos novos, mas também alguns escolhidos entre obras já consagradas fora da Itália – respondia a uma tentativa de propor um conjunto de respostas aos problemas levantados pelos debates em torno da microanálise social e do paradigma indiciário, mas também estendia os horizontes da *microstoria* para além do universo italiano, propondo a leitura, sob o título de micro-histórias, de textos que em sua concepção original não haviam sido pensados como tal.

Na apresentação da coleção colocavam-se alguns dos seus objetivos principais:

“‘Microstorie’ quer ser um experimento, uma proposta, uma verificação de materiais; uma mesclagem de dimensões, de personagens, de pontos de vista. É também, mas não necessariamente, a história dos pequenos e dos excluídos. É a história dos momentos, situações, pessoas que, indagadas com o olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor. O exame dos contextos concretos na sua complexidade faz emergir novas categorias interpretativas, novas tramas causais, novos terrenos de investigação.”²⁴

Entendida como uma espécie de manifesto, a passagem acima ilustra de modo claro o caráter experimental que envolvia a proposta micro-histórica. A coleção, respondendo a este impulso, pode ser lida como uma tentativa de superação daqueles

²³ Ver Aa. Vv. *Prato. Storia di una città: Un microcosmo in movimento (1494-1815)*, Firenze: Comune di Prato / Le Monnier, 1986. A coleção einaudiana é um dos desenvolvimentos daquela *Storia d'Italia* publicada pela editora de Turi, de que tratei anteriormente. Alberto Mario Banti aponta para a relação entre a história de Prato do *Istituto Datini* e a *Storia d'Italia. Le regioni* e a *microstoria* em seu artigo *Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)*, *Genèses*, 3, 1991.

²⁴ Apresentação da coletânea, publicada na quarta capa do livro de E. P. Thompson, *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*. (Microstorie, 2). Introduzione di Edoardo Grendi. Torino: Einaudi, 1981.

termos genéricos que um debate historiográfico – até então pouco ancorado em resultados concretos de pesquisa – poderia produzir.

A epígrafe que inaugura este meu último capítulo é a mesma de um livro de Raul Merzario, publicado em 1982. *Il paese stretto*²⁵ era um trabalho que cruzava a análise da demografia àquela antropológica, na tentativa de compreender as estratégias matrimoniais e suas transformações no âmbito de um pequeno povoado de Como, no Cantão Ticino, entre os séculos XVI e XVIII. O livro de Merzario inaugurava, na coleção *Microstorie*, a publicação de uma série de trabalhos inéditos, resultados de pesquisas produzidas no horizonte do debate e construídas a partir daquelas fontes de escolha dos micro-historiadores, os atos notários e os registros paroquiais.

A passagem do livro de Queneau – que Italo Calvino traduzira e publicara em 1967²⁶ – havia sido, provavelmente, a fonte de inspiração ou ao menos o eco mais distante da palavra “*microstoria*” em italiano, cujo uso e difusão inicial, no âmbito do debate, é atribuído a Giovanni Levi²⁷. De todo modo, esta palavra substituiu rapidamente a expressão “microanálise” (proposta e, certamente, preferida por Grendi) para definir o conjunto e os desdobramentos deste debate na Itália a partir do fim dos anos setenta, e foi escolhida para batizar a coleção einaudiana. A auto-ironia da referência a Queneau testemunhava um pouco do caráter anti-dogmático (ou, de todo modo, ao menos anti-programático) da experiência proposta.

A pequena história desse empreendimento editorial poderia ser recolhida, em parte, nos testemunhos de alguns dos que participaram do seu nascimento. Discutida por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Simona Cerutti, Jacques Revel, entre outros, a proposta da coleção foi recebida com cautela pelo editor Einaudi; uma cautela baseada no receio (que se revelou, em parte, fundado) do seu fracasso editorial. Assim, pelo formato e pelo projeto gráfico, a coleção surgia como um sub-produto de uma coleção popular de ensaios

²⁵ Merzario, Raul. *Il paese stretto. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como (secoli XVI-XVIII)*. (Microstorie 3), Torino: Einaudi, 1982.

²⁶ Queneau, Raymond, *I fiori blu*, (trad. Italo Calvino). Torino: Einaudi, 1967 (1965).

²⁷ De acordo com Ginzburg, C. *Microstoria: due o tre cose che so di lei*, QS n. 86, a. XXIX (2), 1994, p. 510.

da Einaudi²⁸ e trazia, apesar da definição restritiva do título, uma diversidade de abordagens e perspectivas que era imediatamente identificada.

Assim, ao primeiro número – que traz o estudo proposto por Ginzburg para a obra de Piero della Francesca –, seguiu-se um volume onde Edoardo Grendi organizava e introduzia uma coletânea dos ensaios mais marcadamente “antropológicos” de E.P. Thompson, inéditos em italiano²⁹. A marca da antropologia permaneceu em outros livros da coleção, como clássica monografia de Gregory Bateson sobre um ritual de travestimento na Nova Guiné, publicada originalmente em 1936³⁰. Também de outro antropólogo, Anton Blok, foi publicado um trabalho importante entre os estudos de comunidade, *Mafia in un villaggio siciliano*³¹, onde as análises de redes sociais (*network analysis*) eram combinados com a análise “configuracional” de Norbert Elias, na tentativa de desvendar os sentidos da Máfia e suas transformações no interior das comunidades rurais sicilianas.

Trabalhos de historiadores americanos – como o Martin Guerre de Natalie Davis, ou a etnografia retrospectiva de Paulo Boyer e Stephen Nisselbaum sobre Salen durante o episódio de caça-às-bruxas, no século XVII³² – e franceses – como os trabalhos sobre

²⁸ A coleção *Paperbacks*, que é publicada pela Einaudi desde 1969. No índice bibliográfico da toda a produção da editora (*Le edizioni Einaudi negli anni 1933-1993*, Torino: Einaudi, 1993), a coleção é apresentada com os seguintes termos: “Em um clima de ruptura e de renovamento cultural, em 1969 nasce esta coletânea de ensaios com alto nível de aprofundamento, que acolhe os resultados mais avançados da pesquisa. São representados ali os vários setores disciplinares através do mais amplo espectro de propostas metodológicas. Confluem na coleção a pesquisa filosófica, artística e científica” (p. 687). É nesta mesma coleção que se incorpora a *Microstorie* depois que perdeu sua autonomia, em 1992, tornando-se, assim, uma rubrica dentro da coleção *Paperbacks*.

²⁹ Parte desses ensaios seriam reunidos por Thompson, mais tarde, em *Customs in common*, London: Merlin Press, 1991.

³⁰ Bateson, G. *Naven. Un rituale di travestimento in Nuova Guinea*. (*Microstorie* 14). Torino: Einaudi, 1987.

³¹ Blok, Anton. *La mafia di un villaggio siciliano, 1860-1960. Imprenditori, contadini, violenti*. (*Microstorie* 13). Torino: Einaudi, 1986.

³² Davis, N. Z. *Il ritorno di Martin Guerre: un caso di doppia identità nella Francia del Cinquecento*. trad. italiana Sandro Lombardini. Con una postfazione di Carlo Ginzburg. (*Microstorie* 9) Einaudi: Torino, 1984.

história da religiosidade popular de Alain Boureau e Jean-Claude Schmidt³³ – também participaram desse universo heterogêneo. Olhado com atenção, essa estratégia editorial mostra, claramente, o impulso de incluir a *microstoria* em outras tradições de pesquisa, selecionando aqueles trabalhos em que se julgava reconhecer perspectivas comuns.

Ao lado destes trabalhos, eram publicados também monografias inéditas elaboradas por historiadores italianos. Um olhar panorâmico sobre eles – seguramente insuficiente para enxergar a pluralidade de perspectivas envolvidas – pode nos fazer enxergar, por outro lado, algumas das características comuns que marcavam o empreendimento.

A diversidade dos temas é marcante, assim como das fontes empregadas e escolhas narrativas: Por um lado, estudos microanalíticos a partir de fontes cartoriais e paroquiais, no âmbito circunscrito de comunidades, como o trabalho de Franco Ramella sobre o Bielese³⁴, ou ainda aquele de Giovanni Levi ou Raul Merzario. Há pesquisas em torno de outros recortes circunscritos, biografias, estudos de história oral. Algumas das constatações produzidas pela leitura desses livros ajudam a desenhar algo da trama que os desenvolvimentos diversificados da proposta microanalítica produziu durante as décadas de oitenta e noventa.

Os temas e problemas de pesquisa tratados na coleção revelam muito sobre as transformações pelas quais passou o debate em torno da *microstoria*. As referências iniciais da microanálise, como aparecem nas discussões de Grendi, são um exemplo: a influência do substantivismo econômico de Karl Polanyi, tão importante, como vimos, como sugestão para o projeto da microanálise histórica, teve reflexos seguramente menores do que aquelas primeiras discussões nos anos setenta permitiriam prever. Com a exceção do livro de Giovanni Levi, que se alimenta das discussões de Polanyi em seu estudo sobre a lógica do mercado de terras na campanha piemontesa, esta é uma discussão que passa ao

³³ Boureau, Alain. *La Papessa Giovanna*. (*Microstorie* 20). Torino: Einaudi, 1991; Schmidt, Jean-Claude. *Il santo levriero. Guinefort guaritore di bambini*. (*Microstorie* 5). Torino: Einaudi, 1982.

³⁴ Ramella, F. *Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento*. (*Microstorie* 8). Torino: Einaudi, 1984.

largo da maior parte dos trabalhos da coleção³⁵. A referência mais geral à antropologia social é, por outro lado, uma constante em vários trabalhos, preocupados com a constituição de redes sociais,

Alguns dos caminhos traçados inicialmente, estruturados em torno da idéia de “microanálise social” proposta por Grendi em 1976, foram trilhados em direções imprevistas, outros foram mesmo praticamente abandonados. Enquanto que alguns temas cruciais nas primeiras discussões reverberaram pouco nas diversas pesquisas, vemos outras categorias e problemas tomarem espaço. Além da influência da antropologia social e sua atenção sobre a constituição dos grupos sociais, muitos dos trabalhos dos micro-historiadores sofreram uma influência evidente de questões lançadas pela antropologia cultural e simbólica. No campo da história política, como aponta Grendi³⁶, essa confluência de influências foi particularmente fecunda, produzindo trabalhos que tematizaram, além das microconflitualidades locais, os clientelismos e os mediadores, também os “idiomas políticos” e os sentidos rituais das disputas no interior das comunidades³⁷. De todo modo, a *microstoria* também acabou por refletir outras experiências historiográficas que, partindo de “outras matrizes” e “outros paradigmas historiográficos”, eram atentas aos “episódios ilustrativos”, os “estudos de caso” e a “descrição densa”³⁸.

Deste modo, a coleção *Microstorie* acaba por demonstrar como o próprio debate em torno da *microstoria* se transformou e produziu, através de uma série de pesquisas empíricas, alternativas originais e novos caminhos de pesquisa que transformavam, a seu modo, os termos do debate. Assim, como aponta Grendi, a coleção lança luz sobre a

³⁵ Refiro-me ao livro de Levi *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*. (*Microstorie* 10). Torino: Einaudi, 1985. O caráter isolado dessa empresa de Levi com relação à coleção é apontado por Edoardo Grendi em *Repensar a micro-história?*, cit. p. 254.

³⁶ Cf. Grendi, Edoardo, *Repensar a micro-história?*, cit. p. 255.

³⁷ Como no trabalho de Osvaldo Raggio sobre as *faide*: *Faide e parentele: lo stato genovese visto della Fontanabuona*. (*Microstorie* 18). Torino: Einaudi, 1990.

³⁸ Cf. Grendi, Edoardo, *Repensar a micro-história?*, cit. pp. 259-260. Sobre isso, ver também de Giovanni Levi, *Usos da biografia*, In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janáina (orgs), *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

superação, mesmo que parcial, daquela oposição que separava, originalmente, a contextualização social e contextualização cultural que havia permanecido, até então, relativamente abstrata³⁹.

Uma análise mais cuidadosa da coleção talvez merecesse ser feita aqui. Ajudaria, certamente, a cartografar uma parte da produção mais significativa da *microstoria* e os caminhos trilhados pelo debate. Uma análise como essa exigiria, entretanto, colocar em baila novas questões e discussões, estendendo em muito os meus objetivos, e tornando este capítulo muito menos “conclusivo” do que eu gostaria que fosse. Assim, ao invés disso, proponho transferir esse exercício para outra ocasião, e propor um outro: gostaria de me deter agora sobre um único livro da coleção, com o propósito de recolher algumas questões que me parecessem esclarecedoras sobre os possíveis sentidos comuns que a experiência micro-histórica produziu.

Modelli di rischio (“Modelos de risco”), publicado na coleção *Microstorie* em 1990⁴⁰, se diferencia do conjunto dos trabalhos, claramente, em dois pontos: em primeiro lugar, por ter sido o único feito a partir de uma solicitação precisa dos organizadores da coleção; em segundo lugar (mas não menos importante), porque seu autor é um médico epidemiologista, Paolo Vineis.

As pesquisas epidemiológicas de Vineis tratam da cancerogênese, e são elas que informam alguns dos problemas levantados pelo livro. Inicialmente, **Modelli di rischio** lida com a história da epidemiologia e das transformações em suas próprias concepções de causalidade. Nascida com a microbiologia, a epidemiologia partiu de uma definição da doença, onde o agente causal (a bactéria ou vírus) mantinha com relação aos seus efeitos (a doença) uma relação direta e unívoca. Essa idéia de “causa eficiente” era resumida, segundo Vineis, com os postulados de Henle-Koch, que afirmavam que “um microorganismo poderia desempenhar um papel causal com relação à doença se a sua presença era ao mesmo tempo necessária e suficiente para a indução daquela patologia, e, por outro lado, se lesões similares pudessem ser induzidas experimentalmente em animais,

³⁹ Como sugere Grendi em *Repensar a micro-história?*, cit. p. 260.

⁴⁰ Vineis, Paolo. **Modelli di rischio. Epidemiologia e causalità.** (*Microstorie*, 19) Torino: Einaudi, 1990.

inoculando o microorganismo”⁴¹. Vineis mostra como esse modelo foi posto em dúvida pela descoberta de “numerosas e importantes exceções”. Assim, durante o século XX, o modelo epidemiológico da microbiologia entrou em crise, graças, especialmente, aos estudos sobre as patologias degenerativas, como o câncer e as doenças cardíacas, que exigiam um modelo epidemiológico necessariamente multi-causal e probabilístico.

Vineis explora as conseqüências epistemológicas e metodológicas desse modelo probabilístico através de suas próprias pesquisas sobre a ligação entre a exposição a certos agentes químicos contidos nos herbicidas e o surgimento de sarcomas dos tecidos moles⁴². O trabalho tenta explorar a tensão que se estabelece entre a necessidade de construir modelos de risco que possam conduzir políticas de saúde e prevenção e, ao mesmo tempo, admitir a idéia de que é impossível prever de fato se um indivíduo específico irá desenvolver a doença. Assim, Vineis lança luz sobre algumas das características mais importantes da epidemiologia atual, das suas possibilidades e seus limites como ciência: a multi-causalidade, a necessidade de lidar com a incerteza como elemento central da análise, a impossibilidade de adequar as suas proposições ao modelo popperiano de ciência, a importância do estudo dos indivíduos e de suas reações singulares para se compreender melhor a cancerogênese. São todos elementos presentes em uma discussão que muitas vezes, paradoxalmente, aproxima-se daquelas da história e das ciências sociais. Nas palavras de Vineis:

“A pesquisa epidemiológica, nascida originalmente com intentos operativos – com base nos quais, pragmaticamente, a causa era aquilo cuja eliminação levava a uma eliminação ou redução do efeito – se encontra agora presa não mais a cadeias causais simples, mas antes com ‘formas de vida’, com complexos causais dificilmente destrincháveis. Se existem setores da pesquisa epidemiológica – como o estudo das exposições profissionais a substâncias químicas – nos quais o tradicional modelo unicausal é inteiramente razoável, existem outros – especialmente o estudo da dieta – nos quais uma decomposição analítica é inegavelmente difícil. Um dos pontos onde a epidemiologia terminará em breve por ter em comum com as ciências sociais é, entre outras coisas, o fato de que o efeito é modificado pela pesquisa e pelos seus resultados. A interação entre o observador e o objeto é ininterrupta, e varia ininterruptamente.”⁴³

⁴¹ Cf. Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, cit. p. 3.

⁴² Ver o capítulo dedicado ao tema em Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, pp. 87-108.

⁴³ Cf. Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, cit. pp. 46-47.

Assim, ao contrário do modelo de falseabilidade proposto por Popper⁴⁴, o modelo de cientificidade da epidemiologia responderia a outras necessidades: a construção do próprio objeto, a atenção sobre as metodologias utilizadas que permitem as observações e a construção de hipóteses, e a definição de critérios específicos de controle⁴⁵. Um outro aspecto importante é o lugar do conhecimento sobre os indivíduos: ao contrário da epidemiologia clássica, que “priorizava o caráter supra-individual, comunitário do estudo da doença”, o que se propõe é uma análise que incorpore o estudo das diferenças individuais como fonte da variabilidade das observações.

A pergunta que surge necessariamente da leitura de *Modelli di rischio* é: em quê tudo isso se liga à *microstoria*? À resposta a essa questão é dedicada uma introdução ao volume, aos cuidados dos organizadores da coleção. De acordo com ela, não seria no seu interesse pela história da epidemiologia e do pensamento científico que se encontram as razões para sua publicação em *Microstorie*, mas em “outros lugares”: Ele é, em primeiro lugar, “um livro útil para os historiadores que pretendem interrogar-se sobre os próprios instrumentos de análise; sobre as categorias que herdaram e que utilizam; sobre os modos pelos quais, com maior ou menor consciência, constróem a própria pesquisa e lhe comunicam os resultados”⁴⁶. Assim, a aproximação entre a epidemiologia e a história parte da constatação de que a ambas são voltadas à observação (em oposição à experimentação própria ao modelo das ciências naturais, caro a Popper): a construção do seu próprio objeto de investigação e o privilégio dado ao método comparativo derivam desta característica inicial e marcam decididamente os procedimentos de investigação das duas disciplinas⁴⁷.

⁴⁴ Sobre o modelo científico de acordo com Karl Popper, ver os seus: *A lógica da pesquisa científica* (trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira). São Paulo: Cultrix, 1974 (1959); *Conjectures and refutations; the growth of scientific knowledge*, London: Routledge & K. Paul, 1969.

⁴⁵ Cf. Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, cit. p. 132.

⁴⁶ Cf. ***, *Introduzione*, In Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, cit., pp. VII-VIII.

⁴⁷ Ibid., pp. VIII-IX.

Uma epidemiologia probabilística, de acordo com Vineis, deve dar uma atenção ao discurso dos sujeitos, as suas próprias percepções do risco. Uma das razões desta atenção reside na consciência da pluralidade de relações que se estabelecem frente à possibilidade da doença, a diversidade dos modelos de risco que são construídos pelos diversos atores envolvidos, e que informam as condutas tanto daqueles expostos aos agentes teratogênicos, das autoridades que devem formular políticas de controle de risco, quanto dos próprios epidemiologistas. Diferentes percepções de risco podem estar ligadas, de acordo com os organizadores da coleção, à diferentes escalas de observação:

“Mas a atenção pelas linguagens dos sujeitos analisados tem implicações mais vastas. A continuidade espaço-temporal constitui, como é óbvio, o pressuposto implícito das extrapolações científicas: ela torna ‘verdadeira em uma escala mais vasta uma lei deduzida de um número limitado de observações em um contexto espaço-temporal dado’ (p. 68). Se admitimos a possibilidade de que as diversas escalas de observação não sejam ligadas por uma relação de simples continuidade, devemos aceitar, por exemplo, a idéia de que o indivíduo, o grupo e a comunidade exijam procedimentos de análise diversos, adequados aos respectivos tempos de ação e reação e aos significados que, em cada um desses níveis, pode assumir o mesmo fenômeno. É esse um ponto que nos últimos anos assumiu um relevo sempre maior no trabalho de alguns historiadores. O leitor descobrirá quais implicações (não exclusivamente cognoscitivas) tenha, em âmbito epistemológico, a aceitação da descontinuidade entre as diversas escalas de observação.”⁴⁸

A ênfase na descontinuidade entre as diversas escalas de observação é o elemento central da discussão proposta. Assumir a descontinuidade implicaria colocar em xeque o modelo indutivo de conhecimento das ciências naturais: se admitimos que aquilo que é observado em um caso isolado não é diretamente generalizável e, por outro lado, que as regularidades encontradas não podem ser aplicadas automaticamente aos casos singulares, é preciso construir outros modelos de conhecimento que possam incorporar as descontinuidades.

A passagem do “micro” ao “macro” – e vice-versa – não se estabelece em termos de coerência e continuidade. Essa constatação revela consequências importantes – não apenas para a epidemiologia mas (e isso justifica a ponte entre as discussões proposta pelos organizadores da coleção) para a história –, isto é, não apenas a necessidade de adequação dos procedimentos de análise às diversas escalas, mas o lugar privilegiado

⁴⁸ Cf. ***, *Introduzione*, In Vineis, Paolo. *Modelli di rischio*, cit., p. XI.

conferido à observação das diferenças, daqueles aspectos que fogem à coerência das normas, aos desvios, às singularidades, que não são mais encaradas como meras exceções, ou variações coerentes, mas como o lugar onde são geradas as próprias descontinuidades.

A coleção *Microstorie* é um exemplo marcante da vivacidade e da riqueza de possibilidades de pesquisa produzidas pelo debate em torno da *microstoria* na Itália. Os desdobramentos – ainda em curso – de uma discussão continuada sobre a investigação em âmbito circunscrito não cessam de produzir novas interrogações e problemas. Significativo a esse respeito alguns dos caminhos de pesquisa trilhados pelos protagonistas do debate nos últimos anos: Um exemplo disso é o seminário permanente sobre história local da Liguria, organizado por Edoardo Grendi e um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de Gênova, que tentaram (em um trabalho que dura já cerca de dez anos) uma experiência didática e de pesquisa arquivística que tenta explorar as possibilidades analíticas da escala topográfica, colocando em contato as propostas da microanálise e o “modelo epistemológico alto” da história local inglesa da escola de Leicester⁴⁹. Giovanni Levi, por outro lado, tem se dedicado à história econômica a partir da óptica do consumo, em uma discussão marcadamente microanalítica⁵⁰. Ginzburg explora em seus últimos trabalhos as relações entre história e literatura, discutindo as noções de prova e verdade⁵¹. São caminhos diferentes, que marcam a pluralidade de caminhos trilhados pelo debate hoje.

⁴⁹ Sobre as afinidades entre a *microstoria* e a tradição inglesa de história local, ver Grendi, E. *Storia locale e storia delle comunità*, In Macry, Paolo & Massafra, Angelo (a cura di) *Fra storia e storiografia. Scritti in onore di Pasquale Villani*, Bologna: Il Mulino, 1994, pp. 321-336. Ver também *Storia di una locale. L'esperienza ligure 1792-1992*. Venezia: Marsilio, 1996.

⁵⁰ Sobre isso, ver Levi, G. *Escala de análise: el ejemplo del consumo*, In Aa. Vv. *Segundas Jornadas Braudelianas. Historia y Ciencias Sociales*, Mexico: Instituto Mora/UAM, 1995, pp. 113-127.

⁵¹ Ver os seus *History, Rhetoric, and Proof: The Menachem Stern Lectures in History (Menachem Stern Lectures)*, Brandeis Univ., 1999; Occhiacci di Legno. *Nove riflessioni sulla distanza*. Milano: Feltrinelli, 1998.

Um tanto paradoxalmente, as questões levantadas pela *microstoria* tiveram, no âmbito acadêmico italiano, uma reverberação mais discreta do que se poderia imaginar, tendo sido reduzida a certos canteiros de investigação e a certas instituições de pesquisa. Menor ainda se comparada à fortuna produzida por uma discussão que extrapolou seguramente o contexto intelectual italiano e ajudou a formar e informar alguns dos mais importantes debates historiográficos contemporâneos.

As “trocas historiográficas” que se estabeleceram entre a *microstoria* e outros contextos e tradições historiográficas fora da Itália poderiam ser recuperadas na dinâmica das publicações, traduções e resenhas, além daquela movimentação – tão facilitada nas últimas décadas – de pesquisadores entre as instituições de pesquisa e ensino nos diversos países. Essas dinâmicas ajudam a dar forma a um debate real em torno das proposições micro-históricas e configuram as diferentes recepções que a *microstoria* teve em cada lugar.

Exemplos dessas diferenças podem ser encontrados nas diferentes “versões” do debate micro-histórico fora do contexto italiano. Na Alemanha, por exemplo, o interesse pela *microstoria* por parte daqueles historiadores ligados à história do cotidiano (*alltagsgeschichte*) é muito clara, e se evidencia pela quantidade e precocidade das traduções, assim como as trocas constantes com o debate italiano⁵². Nos Estados Unidos, por outro lado, onde Carlo Ginzburg lecionou durante muito tempo, a recepção do debate passou fundamentalmente pelo seu trabalho, bem como sobre suas reflexões em torno do “paradigma indiciário”⁵³.

⁵² Ver, por exemplo: R. Berdahl, A. Lüdtke, H. Medick, C. Poni, W.-R. Reddy, R. Rosaldo, D. Sabeau, S. Schindler, G. Sider. *Klassen und Kultur, sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtsschreibung*. Frankfurt, Syndikat, 1982.; ou ainda a anunciada coletânea organizada por Hans Medick sobre a micro-história: Medick, Hans (org.) *Mikro-Historie: Neue Pfade in der Sozialgeschichte*. Frankfurt: Fischer, ainda no prelo. Sobre a *alltagsgeschichte*, ver o livro organizado por Alf Lüdtke, *The History of Everyday Life. Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. (trans. William Templer). Princeton (NJ): Princeton University Press, 1995.

⁵³ Exemplos dessa recepção podem ser encontrados na introdução à coletânea de artigos “micro-históricos” dos *Quaderni Storici*, organizada por Edward Muir e Guido Ruggiero: *Oberving trifles*, In *Microhistory and the lost peoples of Europe*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991; outro exemplo mais recente é Egmond, F. & Mason, P. *The Mammoth and the Mouse. Microhistory and Morphology*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1997.

No caso da França, em particular, as influências recíprocas foram bastante intensas, de tal modo que aquelas “trocas desiguais” que chamavam a atenção de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, em 1979⁵⁴, passaram, durante a década seguinte, por transformações significativas. As propostas adiantadas nas páginas dos *Annales* no fim dos anos oitenta sobre uma “virada crítica” (*tournant critique*) na história social francesa remetiam diretamente às propostas micro-históricas⁵⁵, e isso é um exemplo claro das transformações ocorridas no universo de trocas entre os dois contextos historiográficos.

Na França – e, em especial, para aquela versão da história social que se aglutina em torno dos *Annales* –, a *microstoria* aparece antes de tudo como sinônimo de “uma interrogação sobre a história social e a construção dos seus objetos”⁵⁶. Procurei recuperar, mais cedo neste trabalho, algo do intenso contato entre a historiografia italiana e a francesa desde a década de cinquenta. Tentei mostrar como o movimento de pessoas é acompanhado do movimento de idéias e como diversas questões e debates se entrecruzam e se fertilizam mutuamente. Esse encontro/confronto teve, no caso francês, seus protagonistas e espaços próprios: a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e *École Française de Rome* foram alguns dos espaços onde essas dinâmicas ocorriam. Não por acaso, alguns dos historiadores ligados a essas instituições – como Maurice Aymard, Gérard Delille, Jacques Revel e Bernard Lepetit – foram responsáveis diretos por parte do prestígio e da visibilidade que debate italiano ganhou em solo francês a partir de meados da década de oitenta. Por outro lado, historiadores formados no âmbito do debate italiano, como Maurizio Gribaudi e Simona Cerutti, tornaram-se professores na EHESS – a “citadela” francesa dos *Annales* – e elementos de ligação entre os debates nos dois lados dos Alpes.

Empreendimentos recentes, organizados por Revel e Lepetit, evidenciaram claramente o influxo da *microstoria* em território francês, bem como as transformações

⁵⁴ Ver Ginzburg, C. & Poni, C. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*, In *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

⁵⁵ Refiro-me basicamente aos dois editoriais da revista que trataram do assunto: *Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?*, In *Annales ESC*, 43 (2), mars-avril 1988; e *Tentons l'expérience. Annales ESC*, 44 (6), nov.-dec. 1989.

⁵⁶ Cf. Revel, J. *Microanálise e construção do social*, In Revel, J. (org.). *Jogos de escalas*. cit. p. 15.

sofridas por ela nesse percurso. As discussões em torno do uso da escala nas análises da história e das ciências sociais, sobre as formas de lidar com as discontinuidades entre o “micro” e o “macro”, revelam o quanto o *tournant critique* deve às questões levantadas pelo debate italiano⁵⁷.

O que esta confluência de proposições nos revela? O que faz com que problemas oriundos de tradições historiográficas tão diferentes possam – mesmo com uma miríade de diferenças internas – se combinar de algum modo e produzir um horizonte de discussões comum?

Revel sugere que a *microstoria* funcionou como um revelador para questões contemporâneas que superam amplamente o contexto italiano; assim, ela poderia ser entendida como um sintoma de uma “insatisfação diante do desgaste de paradigmas científicos que inspiraram grandes painéis da pesquisa em ciências sociais a partir do século XIX e que de modo geral privilegiaram enfoques do tipo macroanalítico”. A *microstoria*, nesse contexto, apresentar-se-ia, de acordo com Revel, como um “experimento alternativo”⁵⁸.

Em termos genéricos, Revel nos ajuda a pensar os possíveis sentidos gerais que a *microstoria* toma no panorama historiográfico contemporâneo. É impressionante notar o quanto ela participa, de fato, de um horizonte mais amplo de discussões que perpassa não apenas a história, mas também as ciências sociais nos últimos anos.

Existe uma percepção generalizada de que a *microstoria* faz corpo com um contexto mais amplo de reação ao determinismo e o estruturalismo no horizonte das ciências humanas. Assim, ela estaria do lado da nova história intelectual e cultural (tanto na vertente que se aproxima da antropologia cultural quanto aquela que se volta para a linguística e a teoria literária) e participaria do amplo movimento de “retorno” da

⁵⁷ Ver o seminário dirigido por Revel e publicado em *Jogos de escalas* (1996, cit.) e o livro organizado por Bernard Lepetit, *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995. Uma evidência posterior da vivacidade dos debates em torno da *microstoria* na França é o seminário que Jacques Revel mantém há alguns anos na EHESS, intitulado *Histoire sociale et modèles culturels*. O programa do seminário está disponível em: http://www.ehess.fr/programme/Hist_Hist-Europe_98-99.html (acessado em 30/08/1999).

⁵⁸ Cf. Revel, J. *Apresentação*, a *Jogos de escalas*, cit. p. 11.

historiografia à história política, a biografia, a história do acontecimento e do *fait divers*, finalmente salvas do “limbo das superestruturas e dos fenômenos marginais”⁵⁹. Essa percepção, de todo modo bastante vaga, revela alguns aspectos que me parecem importantes sobre a inserção da *microstoria* em um contexto intelectual mais amplo.

Podemos pensar que a *microstoria*, no quadro da historiografia contemporânea, repercute as dúvidas epistemológicas de uma disciplina em crise. Uma crise paradoxal, uma vez que acontece ao mesmo tempo em que a amplitude de interesses e de novos campos de investigação da história atinge níveis sem precedentes. É verdade que, como lembra Gérard Noiriel com certo ceticismo, a retórica da crise foi de fato abusada pelos historiadores⁶⁰, mas, também é difícil negar que uma certa forma de pensar e fazer a história está sendo colocada em xeque hoje, de modo mais ou menos generalizado.

A disciplina histórica, até meados do século XX, construiu-se em cima da convicção de que era possível fazer da história uma disciplina científica nos moldes das ciências naturais, isto é, uma ciência capaz de construir generalizações e a “modelizar o passado” de modo a formular, verdadeiras “leis”⁶¹. Assim, o caminho da abstração, da classificação e da quantificação foi sistematicamente perseguido durante o século XX, a despeito daquilo que Ginzburg chamou das origens e do procedimento indiciário da disciplina⁶². A convicção de que a história deve (ou mesmo pode) seguir um modelo “forte” de ciência, foi decididamente colocada em questão nas últimas décadas. Desta “história científica”, nos recorda Paolo Macry, “foram colocados em discussão as premissas cognoscitivas e metodológicas; o recorte estrutural-funcionalista, o uso da generalização, a identificação de grandes modelos histórico-sociais”⁶³.

A visão otimista de que a história poderia se tornar uma ciência capaz de explicar integralmente a sociedade e, mais do que isso, permitir construir previsões sobre o seu

⁵⁹Cf. Macry, Paolo. *La società contemporanea. Una introduzione storica*. Bologna: il mulino, 1995 (1992), p. 44.

⁶⁰ Esse é um dos argumentos centrais do livro de Noiriel: *Sur la ‘crise’ de l’histoire*. Paris: Belin, 1996.

⁶¹ Cf. Macry, P. *La società contemporanea*, cit., p. 46.

⁶² Ibid. p. 49.

⁶³ Ibid. p. 45.

desenvolvimento, foi seriamente abalada não apenas por questões internas, ligadas à própria historiografia, mas também por questões extra-historiográficas. A idéia de que a história segue uma trajetória que pode ser determinada racionalmente e onde as transformações respondem a uma lógica inexorável de progresso regular, foi colocada em dúvida pela própria realidade: as convicções políticas construídas sobre o destino inexorável da razão, da nação, do mercado ou da classe foram sistematicamente frustradas pelos acontecimentos, que teimaram em derrubar todas as previsões otimistas dos grandes modelos explicativos, seja de origem funcionalista ou marxista. Como nos lembra Giovanni Levi, no âmbito da história e das ciências sociais, “o que tem sido posto em dúvida é a idéia de uma progressão regular, apesar de uma série de estágios uniformes e previsíveis em que se imaginava que os agentes sociais e alinhavam, conforme as solidariedades e os conflitos em algum determinado sentido, naturais e inevitáveis.”⁶⁴

Em um horizonte de incertezas sobre o futuro, a história acaba por voltar-se para o passado em busca das discontinuidades, daquilo que foge aos modelos teleológicos e triunfalistas. Assim, não é à toa que se pode ver na *microstoria* e em outras experiências que tematizaram os recortes circunscritos sobre o passado, uma visão que “sugere esperança por um futuro indeterminado, na medida em que encontra contingência no passado”⁶⁵.

Assim, uma das chaves para se compreender a inserção da *microstoria* no debate historiográfico contemporâneo está no compartilhamento da crítica aos modelos unificadores e, como sugere Grendi, sua inserção em um quadro geral de “esmigalhamento”⁶⁶ da história, isto é, da afirmação da sua pluralidade de objetos, de instrumentos e relevâncias⁶⁷. Por outro lado, mais do que a desagregação progressiva dos objetos de estudo da disciplina, um aspecto fundamental do panorama historiográfico

⁶⁴ Cf. Levi, Giovanni, *Sobre a micro-história*, cit. p. 134.

⁶⁵ Como sugere Brad S. Gregory sobre a *microstoria* e a *alltagsgeschichte* em *Is small beautiful? Microhistory and the History of Everyday Life*. *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*, Volume 38, Number 1, February 1999, pp. 101.

⁶⁶ A referência aqui é Dosse, François, *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce A. Silva Ramos. Prefácio: Elias Thomé Saliba. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Unicamp, 2a. reimpressão, 1994 (1987).

⁶⁷ Cf. Grendi, E. *Repensar a micro-história?*, cit. pp. 251-252.

contemporâneo – ou, ao menos, de parte dele – é uma drástica redução da escala de observação, a “passagem da tipologia ao caso singular, do macro-fenômeno ao micro-fenômeno. Ou ainda, como já se falou, da estratégia do paraquedista, que vê os contornos das grandes áreas, mas não as casas e os habitantes, à estratégia do catador de trufas, que colhe os mínimos particulares do terreno, mas não a floresta no seu conjunto.”⁶⁸.

A atenção ao individual, à descontinuidade, o fragmentário, traduz uma forma de pensar a história que está diretamente ligada à consciência da sua indeterminação. O que a *microstoria* revela, portanto, não é tanto uma resposta única e coerente aos impasses da historiografia contemporânea, mas algo sobre a natureza desses impasses e questões comuns.

Um pólo forte da crítica à história e as ciências sociais neste século foi aquele que talvez seja melhor exemplificado pelo estruturalismo (mas que não se resume apenas a ele). A grande crítica que os estruturalismos fizeram foi na direção de uma idéia de um sujeito histórico, homogêneo, cujo destino teleológico marcaria a história com um sentido unificador. No lugar desse sujeito homogêneo – a classe, o sujeito coletivo do marxismo, ou a humanidade de Hegel – o que as propostas do estruturalismo colocaram no lugar foi um não-sujeito, o resultado de forças inconscientes. Mas o sujeito, esse “reprimido do estruturalismo”, volta ao palco para tornar-se uma peça importante nas discussões contemporâneas⁶⁹. Na tentativa de superar a armadilha que opunha de um lado um sujeito inteiramente coerente e onipotente e, de outro, a morte do sujeito, podemos conquistar uma perspectiva nova sobre o sujeito, que passa a ser problematizado através da discussão sobre os limites da racionalidade, a fragmentação da identidade, a ambiguidade.

⁶⁸ Cf. Macry, P. *La società contemporanea*, cit., p. 48. Também significativo com relação a isso é a análise proposta por Christophe Charle, em *Micro-histoire sociale et macro-histoire sociale. Quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans en histoire sociale*, In Charles, C. (dir.). *Histoire sociale. Histoire globale?* (Actes du Colloque des 27-28 janvier 1989), Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993, onde afirma que “a história social tem evoluído, há uma quinzena de anos, em direção de um novo ‘paradigma’ que eu chamo, por analogia com a micro-economia ou a micro-física, a micro-história social.” (p. 45).

⁶⁹ Cf. Dosse, François, *História do estruturalismo. 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*, (trad. Álvaro Cabral), São Paulo / Campinas, Ensaio/Ed. Unicamp, 1994, p. 493.

Temas como o aquele do retorno à biografia, assim como – com todas as suas ambigüidades e imprecisões – aqueles do “privado” e do “quotidiano”, têm com a *microstoria* semelhanças inegáveis. Essas semelhanças revelam, acredito, um universo comum de questões. A relação entre o individual e o social, entre o local e o global (que não são preocupações idênticas, tenho certeza, mas cuja analogia me parece importante aqui) problematizam – de modos diferentes e às vezes conflitantes – o lugar do protagonismo, da *agency*, dos indivíduos dentro dos processos sociais. O que está colocado em um lugar central aqui, no meu modo de ver, é a consciência de que os processos sociais, em qualquer escala em que forem considerados, são construídos a partir dos pequenos processos, minutos, que se estabelecem no horizonte de relações entre indivíduos em situações sociais determinadas. A ênfase sobre a descontinuidade, o excepcional, o fragmentário, traduz a atenção, antes de tudo, sobre as diferenças que se estabelecem no interior das sociedades e que, de um modo sempre parcial, descontínuo, problemático, acabam por transformá-la.

Estas que tentei levantar aqui podem parecer conclusões provisórias. Talvez excessivamente provisórias. Mas não é possível tentar dar uma última palavra sobre um episódio que, de todo modo, ainda não está concluído. A provisoriedade dos resultados não impede entretanto que se apontem pontos de inflexão, questões em aberto.

Se é verdade que as questões levantadas pela *microstoria* participam hoje das interrogações comuns dos historiadores, isso não significa que o conjunto de discussões em torno dela seja homogêneo. É preciso entender também o campo da historiografia como um horizonte prático protagonizado pelos homens e, portanto, sempre incompleto – por fazer. É também um campo de conflitos entre diferentes formas de pensar a história, informadas por interesses e pontos de vista muitas vezes antagônicos.

Afirmar que a *microstoria* é um reflexo de uma crise ampla da historiografia, que responde a uma ampla revisão dos princípios das ciências sociais por sua vez ligada a uma

crise ampla dos “paradigmas” através dos quais se pensou a sociedade ocidental é sem dúvida dizer demais, e também dizer muito pouco. A *microstoria* como “reflexo do espírito” do seu tempo é uma afirmação tranquilizadora que, como tal, paralisa a investigação. Pensando deste modo somos tentados a imaginar o mundo da reflexão teórica (e historiográfica) como basicamente homogêneo e dotado de uma coerência interna que transcende toda a especificidade. A partir da história das idéias, é fácil se imaginar um mundo intelectual guiado por uma única idéia básica e totalizante que vai, cumulativamente, evoluindo no tempo. Essa concepção – que tem seu mestre em Hegel para quem a própria história nada mais era do que o desdobramento da Idéia no seu processo de auto-consciência – imagina o processo do conhecimento como cumulativo, homogêneo, irreversível, onde o debate e a multiplicidade de caminhos são considerados apenas acidentes de percurso.

Ao contrário disso, tentei, neste trabalho, mostrar como a análise circunscrita de um debate historiográfico poderia lançar luz não apenas sobre questões mais gerais da historiografia contemporânea, mas, através da sua pluralidade interna e de suas ambiguidades, compreender algo sobre como se constrói de fato, na miríade de perspectivas em contato e em conflito, um horizonte de discussões comum.

Grendi nos lembra que, como a própria história, “o movimento do conhecimento histórico é privado de unilinearidade”⁷⁰. Assim, para estudá-lo, a investigação historiográfica deve antes de tudo estar atenta ao fato de que o jogo não está ganho na saída e que, a cada momento, as diferentes perspectivas em jogo produzem novas configurações. O que procurei desenhar no horizonte desta investigação sobre a *microstoria* foi também uma pergunta: como se transformam de fato as maneiras pelas quais pensamos o mundo (e a história); como se constroem e se sustentam os inúmeros fios que ligam as diversas pesquisas individuais e os seus contextos, e enfim como estes contextos e intervenções ligam-se a outros e são capazes de – em um modo não ordenado e em conjunto com uma multidão de outras intervenções e contextos – realizar uma mudança

⁷⁰ Cf. Grendi, E. *Storia di una storia locale. L'esperienza ligure 1792-1992*, Venezia: Marsilio, 1996, p. 178.

no interior do universo de linguagem e de verdades através dos quais os historiadores pensam e comunicam suas pesquisas. Em outras palavras, como – no horizonte da disciplina histórica – se dá a transformação de um paradigma científico?

Abreviaturas:

Revistas e publicações:

ANNALES ESC: Annales: Économies, Sociétés, Civilisations.

DS: Dizionario di Storiografia

MERFM: Mélanges de l'Ecole Française de Rome.

NRS: Nuova Rivista Storica

QSM: Quaderni Storici delle Marche

QS: Quaderni Storici

RSI: Rivista Storica Italiana

STS: Studi Storici

Abreviaturas de textos de Edoardo Grendi:

AE Introdução à coletânea **Antropologia economica**

PM **Polanyi e la microanalisi storica**

Abreviaturas de textos de Carlo Ginzburg:

AB **Os andarilhos do bem** (em italiano: *I Benandanti*)

QV **O queijo e os vermes** (em italiano *Il formaggio e i vermi*)

MES **Mistos, emblemas, sinais. Morfologia e história** (em italiano *Miti, emblemi, spie*)

GP **Giochi di pazienza**

IP **Indagações sobre Piero della Francesca** (em italiano: *Indagine su Piero*)

Abreviaturas de textos de Giovanni Levi:

CP Centro e periferia di uno stato assoluto

EI Eredità immateriale

Outras abreviaturas:

CGIL: Confederazione Generale Italiana del Lavoro.

CISL: Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori.

EHESS: École d'Hautes Études en Sciences Sociales.

EPHE: École Pratique des Hautes Études

NEH: New Economic History

PCI: Partito Comunista Italiano

PSI: Partito Socialista Italiano

PA: Partito d'Azione

Observação: Todas as traduções citadas no texto, com exceção daquelas a que me refiro explicitamente, são de minha responsabilidade.

Bibliografia:

A. Bibliografia impressa citada.

- Aa. Vv. **La storiografia italiana negli ultimi vent'anni**. Milano: Marzorati, 1970 (2 vols.).
- Aa. Vv. **Storia d'Italia I: I caratteri originali**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1972.
- Aa. Vv. **Dieci interventi sulla storia sociale**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1981.
- Aa. Vv. **Orientamenti marxisti e studi antropologici italiani. Problemi e dibattiti**. Milano: Franco Angeli Editore, 1980.
- Aa. Vv. **Klassen und Kultur, sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtsschreibung**. Frankfurt, Syndikat, 1982.
- Aa. Vv. **Prato. Storia di una città: Un microcosmo in movimento (1494-1815)**. Firenze: Comune di Prato/Le Monnier, 1986.
- Aa. Vv. **La storiografia italiana degli ultimi vent'anni**. Roma-Bari: Laterza, 1989 (3 vols.).
- Aa. Vv. **Discutendo di storia. Soggettività, ricerca, biografia**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1990.
- Aa. Vv. **Dizionario di Storiografia**. Milano: Bruno Mondadori, 1996.
- ACCATI, Luisa. *Vive le roi sans taille et sans gabelle: una discussione sulle rivolte contadine*. **Quaderni Storici**, n. 21, a. VII (2), 1972, pp. 1071-1103.
- ACCATI, Luisa. *Parto e maternità: momenti della autobiografia femminile*. **Quaderni Storici**, n. 44, XV(2), 1980, pp. 333-345.
- AGAMBÉN, G. *Aby Warburg e la scienza senza nome*. **aut-aut**, nuova serie, n. 199-200, 1984, pp. 51-66.
- AGO, Renata. *Conflitti e politica nel feudo: le campagne romane del Settecento*. **Quaderni Storici**, n. 63, a. XXI(3), 1986, pp. 847-874.
- AGO, Renata. *Un feudo esemplare. Immobilismo padronale e astuzia contadina nel Lazio del 700*. Fasano: Schena Editore, 1988.
- AJELLO, Nello. **Intellettuali e PCI 1944-1958**. Bari: Laterza, 1979.
- ALLEGRA, Luciano & TORRE, Angelo. **La nascita della storia sociale in Francia. Dalla Comune alle 'Annales'**. Torino: Fondazione Luigi Einaudi, 1977.
- ANSELMi, Sergio. *Ricerca storica e didattica: da una metafisica all'altra*. **Quaderni Storici**, n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 711-719.
- ANSELMi, Sergio. *Mutamenti nella proprietà e nella direzione*. **Quaderni Storici**, 55, a. XIX (1), 1984, pp. 305-311.
- ANSELMi, Sergio; PACI, Renzo & SORI, Ercole. *Il contributo di Alberto Caracciolo alla storiografia*

- regionale delle Marche*. In: **Quaderni Storici**, n. 91, XXXI(1), 1996, pp. 5-10.
- ARTIFONI, Enrico & SERGI, Giuseppe. *Microstoria e indizi, senza esclusioni e senza illusioni*. **Quaderni Storici**, 45, a. XV (3), 1980, 1116-1126.
- AYMARD, Maurice. *In Sicilia: sviluppo demografico e sue differenziazioni geografiche*. **Quaderni Storici**, 17, VI(2), 1971, pp. 399-416.
- AYMARD, Maurice. *The Impact of the Annales School in the Mediterranean Countries*. **Review**, I(3/4), winter/spring 1978, pp. 53-64.
- AYMARD, Maurice. *Les Annales et l'Italie*. **Mélanges de l'Ecole Française de Rome**, 93(1), 1981.
- AYMARD, Maurice. *La historia italiana: una desconocida*. **Revista Mexicana de Sociología**, XLIX (3), julio-septiembre 1987, pp. 249-254.
- BACCI, Massimo Livi. *Una disciplina in rapido sviluppo: la demografia storica*. **Quaderni Storici**, n. 17, a. VI(2), 1971, pp. 279-298.
- BAKHTIN, Mikhail, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. (trad. Yara Frateschi). São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUNB, 2ª. ed. 1993.
- BALDASSARO, Tina, *La biblioteca della scienza senza nome. Il progetto di Aby Warburg tra utopia e ricerca*. **Biblioteche oggi**, Vol. III, n. 2, marzo-aprile, 1985.
- BANTI, Alberto Mario. *Terra e denaro: una borghesia padana dell'Ottocento*. Venezia: Marsilio, 1989.
- BANTI, Alberto Mario. *Storie e microstorie: l'histoire sociale contemporaine en Italie (1972-1989)*. **Genèses**, 3, mars, 1991, pp. 137-138.
- BANTON, Michael (ed.) *The Social Anthropology of Complex Societies*. London: Tavistock Pub, 1966.
- BARBERO, A.; RAMELLA, F. & TORRE, A. *Materiali sulla religiosità dei laici. Alba 1698 – Asti 1742*. Cuneo: L'Arciere, 1981.
- BARTH, Fredrik. *Models of Social Organisation*. London: Royal Anthropological Institute Occasional Paper n. 23, 1966.
- BARTH, Fredrik (ed.) *Scale and Social Organization*. Oslo-Bergen-Tromsø: Universitetsforlaget, 1978.
- BATESON, Gregory. *Naven. Un rituale di travestimento in Nuova Guinea*. **Microstorie** 14. Torino: Einaudi, 1987 (1936).
- BÉAUR, Gérard. *Prezzo della terra, congiuntura e società alla fine del XVIII secolo: l'esempio di un mercato della Beauce*. **Quaderni Storici**, n. 65, a. XXII, n. 2, 1987, pp. 523-548.
- BEDARIDA, François (dir.), *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- BENZONI, Alberto, *Il Partito Socialista dalla Resistenza a oggi*. Venezia: Marsilio, 1980.
- BERGIER, J-F. *Situazione e problemi attuali della storia economica*. **Quaderni Storici delle Marche**, n. 4, a. II(1), 1967, pp. 5-23.

- BERNARDI, B.; PONI, C. & TRIULZI, A. (a cura di) *Fonti orali. Antropologia e storia*, Milano: Franco Angeli, 1978.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. (trad. port. de Maria Manuel e Rui Grácio) Lisboa: Publicações Europa-América, 1987 (5ª. edição).
- BLOCH, Marc. *Lavoro e tecnica nel Medioevo*. (com prefazione di Gino Luzzatto) Roma/Bari: Laterza, 5ª. edição, 1996 (1959).
- BLOCH, Marc. *I re taumaturghi. Studi sul carattere sovranaturale attribuito alla potenza dei re, particolarmente in Francia e in Inghilterra*. (trad. it. Silvestro Lega). Prefazione di Carlo Ginzburg. Torino: Einaudi, 1973.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra*. (trad. Júlia Mainardi, com prefácio de Jacques Le Goff), São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BLOK, Anton. *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960. A study of violent peasant entrepreneurs*. Prospect Heights (IL): Waveland Press, 1988 (1974).
- BOBBIO, Norberto. *Maestri e compagni*, Firenze: Passigli, 1984.
- BOBBIO, Norberto. *Perfil ideológico del siglo XX en Italia*, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória. De Senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 4ª. edição, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Diário de um século. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998 (1997).
- BOISSEVAIN, J. & MITCHELL, J.C. (edit.). *Network Analysis. Studies in Human Interaction*. The Hague - Paris: Mouton, 1973.
- BOUREAU, Alain. *La Papessa Giovanna. Microstorie 20*. Torino: Einaudi, 1991.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. (trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. (2 vols.). Lisboa: Liv. Martins Fontes, 1983 (1949).
- BRAUDEL, Fernand. *Storia e scienze sociali: il 'lungo periodo'*. *Quaderni Storici delle Marche*, n.1, a. I (1), 1966.
- BRUNO, Giovanni & VITTORIA, Albertina (a cura di). *Studi Storici. Indice 1959-1984*, Roma: Editori Riuniti, 1985.
- BULLOCK, Alan. *Natalia Ginzburg: Human Relationships in a changing world*. Berg, 1991.
- BURKE, Peter. *Cultura popolare nell'età moderna*, (trad. it. Federico Canobbio-Codelli, Introduzione di Carlo Ginzburg), Milano: Mondadori, 1980 (1978).
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. (tradução Magda Lopes). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992 (1991).
- CANTIMORI, Delio. *Storici e storia*, Torino: Einaudi, 1971.

- CANTIMORI, Delio. **Eretici italiani del Cinquecento e altri scritti**. (com introdução de Adriano Prosperi). Torino: Einaudi, 1992.
- CARACCILO, Alberto. *Dell' 'acculturation' e di alcuni nuovi indirizzi di ricerca*. **Quaderni Storici delle Marche**, n.1, a. I(1), 1966, pp. 49-57.
- CARACCILO, Alberto. **L'unità del lavoro storico**. Note di ricerca, Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1967.
- CARACCILO, Alberto. *Quaderni Storici 1966-1977*. **The Journal of Italian History**, I(1), spring 1978, pp. 137-144.
- CARACCILO, Alberto. *L' 'homo faber' e il suo rovescio*. **Quaderni Storici**, n. 42, a. XIV (3), 1979, pp. 1135-1144.
- CARACCILO, Alberto. *In margine al n. 9 di 'Memoria': alcuni problemi aperti*. **Quaderni Storici**, n. 59, a. XX (2), 1985, pp. 575-586.
- CARACCILO, Alberto. *Gli indici de 'Quaderni Storici': una rivista modernistica?*, **Quaderni Storici**, n. 62, XXI (2), 1986, pp. 613-620.
- CARACCILO, Alberto & SANTARELLI, Umberto. *A proposito di un saggio di Antonio Negri*, **Quaderni Storici delle Marche**, n. 9, a. III(3), 1968, pp. 593-603.
- CARACCILO, Alberto & VILLANI, Pasquale. *Al lettore*, **Quaderni Storici**, n. 13, a. V(1), 1970, pp. 5-8.
- CARACCILO, Alberto & VILLANI, Pasquale. *Sugli studi di storia contemporanea: proposte per un riesame critico*. **Quaderni Storici**, n. 20, a. VI(2), 1972, pp. 379-386.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Pour une histoire de l'historiographie*. **Storia della Storiografia**, n. 1, a. I, 1992.
- CAROZZI, C. et alli. *Gli studi sulle città italiane ed i problemi aperti di storiografia urbana*. **Storia Urbana**, n. 1, I, 1977.
- CASALI, A. **Storici italiani fra le due guerre**. La "Nuova rivista storica" 1917-1943. Napoli: Guida, 1980.
- CAVALLO, Sandra. **Charity and Power in Early Modern Italy. Benefactors and their motives in Turin, 1541-1789**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CECCHI, O. (a cura di), **La ricerca storica marxista in Italia**. Roma: Editori Reuniti, 1974.
- CEDRONIO, Marina. et. alli. **Storiografia francese di ieri e di oggi**. Napoli: Guida edit., 1977.
- CESARETTI, Giuliano. *Proprietari e contadini nell'Urbinate tra '700 e '800*. **Quaderni Storici delle Marche**. n. 3, a. I (3), 1966, pp. 385-406.
- CHAIANOV, Aleksandr. **The theory of peasant economy**. [Edited by Daniel Thorner, Basile Kerblay & R.E.F. Smith]. Homewood, Ill., Published for the American Economic Association, by R.D. Irwin, 1966.
- CHARLE, Christoph (dir.). **Histoire sociale. Histoire globale?** (Actes du Colloque des 27-28 janvier, 1989). Paris: Éditions de la Maiso des Sciences de l'Homme, 1993.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural. Entre práticas e representações**. (trad. de Maria Manuela Galhardo) Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

- CHARUTY, Giordana; FABRE, Daniel & GINZBURG, Carlo, *Dialogue avec Carlo Ginzburg*, In Ginzburg, C. *Les Batailles Nocturnes. Sorcellerie et rituels agraires en Frioul XVI-XVIIe siècle*, Paris: Verdier, 1980 (trad. de Giordana Charuty).
- COMOLLI, Giampiero. *Tempo ossessivo e tempo del quotidiano*. *aut-aut*, n.s. n. 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp.41-58.
- CONTINI, G., BANTI, A.M.; BIANCO, M. L. *Su Mondo operaio e mito operaio' di Maurizio Gribaudi*. *Quaderni Storici*, n. 67, a. XXIII(1), 1988, pp. 256-286.
- COSTANTINI, C. *Quel minimo di accordo necessario per fare scuola*. *Quaderni Storici*, n. 41, a. XIV (2), 1979.
- DAL PANE, Luigi. *Sedici anni di ricerca nell'Istituto di Storia Economica e Sociale dell'Università di Bologna*. *Quaderni Storici delle Marche*. n. 8, a. III(2), 1968, pp. 183-212.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Il Ritorno de Martin Guerre: un caso di doppia identità nella Francia del Cinquecento*. trad. italiana Sandro Lombardini. Con una postfazione di Carlo Ginzburg. *Microstorie* 9. Einaudi: Torino, 1984.
- DEL COL, Andrea. *Domenico Scandella detto Menocchio*, Podernone: Biblioteca dell'Immagine, 1990.
- DE FELICE, Renzo. *La storiografia contemporaneistica italiana dopo la seconda guerra mondiale*. *Storia Contemporanea*, X (1), 1979, pp. 91-108.
- DE LUNA, G. *Storia del Partito d'Azione*, Milano: Feltrinelli, 1982.
- DEL TREPPO, Mario. *La libertà della memoria*. *Clio*, a. XII(3), luglio/sett. 1976, pp. 189-233.
- DELILLE, Gérard; GRENDI, Edoardo & LEVI, Giovanni; *Notizie dei Quaderni: Famiglia e comunità, famiglia e potere*. *Quaderni Storici*, n. 29/30, a. X (2/3), 1975, pp. 766-767.
- DELUMEAU, Jean. *Una ponte fra Oriente e Occidente: Ancona nel Cinquecento*, *Quaderni Storici*, n. 13, V(1), 1970, pp. 26-47.
- DI GIORGI, Fulvio, *La storiografia di tendenza marxista e la storia locale in Italia nel dopoguerra*. *Cronache*. Milano: Pubblicazioni della Università Cattolica del Sacro Cuore, 1989.
- DIAZ, Furio. *Le stanchezze di Clio. Appunti su metodi e problemi della recente storiografia della fine dell'Ancien régime in Francia*, *Rivista Storica Italiana*, LXXXIV (3), sett. 1972, pp. 683-745.
- DIZIONARIO essenziale della lingua italiana. Milano: Garzanti, 1993.
- DOSSE, François, *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce A. Silva Ramos. Prefácio: Elias Thomé Saliba. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Unicamp, 2a. reimpressão, 1994 (1987).
- DOSSE, François, *História do estruturalismo. 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*, (trad. Álvaro Cabral), São Paulo / Campinas, Ensaio/Ed. Unicamp, 1994.
- DUPÂQUIER, Jaques. *La demografia storica in Francia: studi recenti*. *Quaderni Storici*, n. 17, a. VI (2), 1971, pp. 345-370.
- ECO, Umberto & SEBEOK, Thomas A. (ed.), *The Sign of Three. Dupin, Holmes, Pierce*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1983.

- EGMOND, F. & MASON, P. *The Mammoth and the Mouse. Microhistory and Morphology*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1997.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Anthropology and History*. Manchester: Manchester University Press, 1961.
- FAROLFI, Bernardino. *Storiografia in briciole*, *Quaderni Piacentini*, n. 1, 1981.
- FEBVRE, Lucien. *Il problema dell'incredulità nel secolo XVI: la religione di Rabelais*. Torino: Einaudi, 1978.
- FEBVRE, Lucien. *Martin Lutero*. Bari: Laterza, 1969.
- FIORANI, Claudio. *I beni fondiari della Santa Casa di Loreto nei secoli XVIII e XIX*. *Quaderni Storici delle Marche*, n. 3, a. I (3), pp. 407-422.
- FLEURY, M. & HENRY, L. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population; manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: 1956.
- FLEURY, M. & HENRY, L. *Le nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: 1965.
- FOA, Vittorio. *Per una storia del movimento operaio*, Torino: Einaudi, 1980.
- FOA, Vittorio. *Questo Novecento*. Torino: Einaudi, 1996.
- FOA, Vittorio & MARCENARO, Pietro. *Riprendere tempo. Un dialogo con postilla*. (Microstorie, 4). Torino: Einaudi, 1982.
- FOSTER, George. *Peasant Society and the Image of Limited Good*. *American Anthropologist*, 67, 1965, pp. 293-315.
- FOSTER, George. *Tzintzuntzan. Mexican Peasants in a changing world*. Prospect Heights (IL): Waveland Press, 1988 (1967).
- FOSTER, George; POTTER, Jack & DIAZ May N. (org.) *Peasant Society. A reader*. Boston: Little, Brown and Company, 1967.
- FRUGONI, Arsenio. *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*. (com prefácio de Giuseppe Sergi). Torino: Einaudi, 1989 (1954).
- GALLI DELLA LOGGIA, Ernesto & ROMANELLI, Raffaele. *Età contemporanea: storia del capitalismo o storiografia volgare?* *Quaderni Storici*, 22, a. VIII(1), 1973, pp. 20-48.
- GARGANI, Aldo (a cura di), *Crisi della ragione. Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attività umane*. Torino: Einaudi, 1979.
- GARIN, Eugenio. *Intellettuali italiani del XX secolo*. Roma: Editori Reuniti, 1996 (primeira edição: 1974).
- GAUTIER, E. & HENRY, L. *La population de Crulai, paroisse normande. Étude historique*. Paris: PUF, 1958.
- GILLY, Adolfo (org.) *Discusión sobre la historia*. Mexico (D.F.): Taurus, 1995.
- GINSBORG, Paul, *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi. Società e politica 1943-1988*. Torino: Einaudi, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *A proposito della raccolta dei saggi storici di Marc Bloch*, *Studi Medievali*, (serie 3),

n. 1, 1965, pp. 335-353.

GINZBURG, Carlo (a cura di). **I Costituti di Don Pietro Manelfi**, Biblioteca del Corpus Reformatorum Italicorum, Firenze: G.C. Sansoni/Chicago: The Newberry Library, 1970 (prefácio de Ginzburg, pp. 9-27).

GINZBURG, Carlo. **Il nicodemismo. Simulazione e dissimulazione nell'Europa del '500**. Torino: Einaudi, 1970.

GINZBURG, Carlo. *Folklore, magia, religione*, In Aa. Vv. **Storia d'Italia. Volume primo: I caratteri originali**, Torino: Einaudi, 1972.

GINZBURG, Carlo. *Spie. Radici di un paradigma scientifico*. **Rivista di storia contemporanea**, VII (1978), pp. 1-14.

GINZBURG, Carlo. *Premessa giustificativa. Religioni delle classi popolari*. **Quaderni Storici**, n. 41, a. XIV (2), 1979, pp. 393-397.

GINZBURG, Carlo. intervenção em *Paradigma indiziario e conoscenza storica. Dibattito su 'Spie' di Carlo Ginzburg*, **Quaderni di Storia**, n. 12, a. VI, luglio-dicembre, 1980, pp. 52-53.

GINZBURG, Carlo. **The cheese and the worms. Cosmos of a Sixteenth-Century miller**, (trad. John e Anne Tedeschi) London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero. O Batismo – O Ciclo de Arezzo – A Flagelação**. (tradução de Luiz Carlos Cappellano). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989 (1981).

GINZBURG, Carlo. *Charivari, associazioni giovanili, caccia selvaggia*. **Quaderni Storici**, n. 49, a. XVII (1), 1982, pp. 164-177.

GINZBURG, Carlo. *Mostrare e dimostrare. Risposta a Pinelli e altri critici*. **Quaderni Storici**, n. 50, a. XVII (2), 1982, pp. 702-727.

GINZBURG, Carlo. **The Night Battles. Witchcraft and Agrarian Cults in the Sixteenth and Seventeenth Centuries**, (trad. John & Anne Tedeschi, prefácio de E. J. Hobsbawm), London: Penguin, 1983.

GINZBURG, Carlo. *Présomptions sur le sabbat*, **Annales ESC**, a. 39e. (2), mars-avril, 1984, pp. 341-354.

GINZBURG, Carlo. *Carlo Ginzburg: An Interview* (with Keith Luria and Romulo Gandolfo), **Radical History Review**, n. 35, 1986.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem. Feitiçaria e Cultos Agrários nos Séculos XVI e XVII**. (trad. de Jônatas Batista Neto). São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1966).

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**, (trad. de António Narino). Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **História noturna. Decifrando o sabá**. (trad. Nilson Moulin Louzada). São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (1989).

GINZBURG, Carlo, *História e cultura: Conversa com Carlo Ginzburg*, **Estudos históricos**, n. 6, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. (tradução de Federico Carotti), São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1986).

- GINZBURG, Carlo. Il giudice e lo storico. Considerazioni in margine al processo Sofri, Torino: Einaudi, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Witches and Shamans*, *New Left Review*, n. 200, July/August, 1993, pp. 75-85.
- GINZBURG, Carlo. *Microstoria: due o tre cose che so di lei*. *Quaderni Storici*, n. 86, vol. XXIX (2), 1994, pp. 511-539.
- GINZBURG, Carlo. *Indagini su Piero. Il Battesimo – Il Ciclo di Arezzo – la Flagellazione di Urbino*. (Nuova edizione aggiunta di quattro appendici). Torino: Einaudi, 1994.
- GINZBURG, Carlo. *Jean Fouquet. Ritratto del buffone Gonella*. Modena: Franco Cosimo Panini, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *Occhiacci di legno. Nove riflessioni sulla distanza*. Milano: Feltrinelli, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *History, Rhetoric, and Proof*. (The Menachen Stern Lectures). Brandeis Univ. 1999.
- GINZBURG, Carlo & PROSPERI, Adriano. *Giochi di pazienza. Un seminario sul "Beneficio di Cristo"*. Torino: Einaudi, 1975.
- GINZBURG, Leone. *Scritti*, (a cura di Carlo Ginzburg). Torino: Einaudi, 1964.
- GIULIO EINAUDI EDITORE. *Cinquant'anni di un editore. Le edizioni Einaudi negli anni 1933-1983*. Torino: Einaudi, 1983.
- GOBETTI, Piero (a cura di Ersilia Alessandrone Perona). *La Rivoluzione Liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*, Torino: Einaudi, 1995.
- GOODY, J. *The Expansive Moment. The rise of social anthropology in Britain and Africa 1918-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Ai margini della storia. Storia dei gruppi sociali subalterni*, *Quaderni del Carcere*, Vol. III, Torino: Einaudi, 1975.
- GREGORY, Brad S. *Is small beautiful? Microhistory and the history of everyday life*. *History and Theory*, v. 38 (1), february 1999, pp. 100-110.
- GRENDI Edoardo. *Cartismo e storia sociale: rassegna di studi recenti*, *Annali del Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, anno quarto, 1961, pp. 655-679.
- GRENDI Edoardo. *L'avvento del laburismo. Il movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*. Milano: Feltrinelli, 1964.
- GRENDI Edoardo. *La Bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848 di A. Daumard*. *Studi Storici*, VI (3), 1965, pp. 562-567.
- GRENDI Edoardo. *Recensione: H.J.Dyos (a cura di), 'The Study of Urban History', Londra, 1968 – M. Couturier, 'Recherches sur les structures sociales de Châteaudun: 1525-1789', Paris: 1969*, *Rivista Storica Italiana*, LXXXII (3), 1970, pp.758-765.
- GRENDI, Edoardo. *Genova alla metà del Cinquecento: una politica del grano?*, *Quaderni Storici*, 13, V(1), 1970, pp. 106-160.
- GRENDI Edoardo. *Recensione: E.P. Thompson, 'Rivoluzione industriale e classe operaia in Inghilterra', Milano, Il Saggiatore, 1969; J.F.C. Harrison, 'Robert Owen and the Owenites in Britain and America',*

- Londra, 1969. *Rivista Storica Italiana*, LXXXII (3), 1970.
- GRENDI Edoardo. *Sulla teoria dei sistemi e delle forme economiche. Marxismo, storia, antropologia*. Torino: G. Giappichelli, 1971.
- GRENDI, Edoardo. *Una prospettiva per la storia del movimento operaio*, *Quaderni Storici*, n. 20, a. VI(2), 1972 (reprint 1975).
- GRENDI Edoardo. *Sulla Teoria del sistema feudale di Witold Kula*. *Quaderni Storici*, 21, a. VII(3), 1972, pp. 735-754.
- GRENDI Edoardo. (a cura di) *Antropologia economica*. Torino: Einaudi, 1972.
- GRENDI Edoardo. *L'origine del movimento operaio inglese 1815-1848. Documenti e testi critici*. Bari: Laterza, 1973.
- GRENDI Edoardo. *L'Inghilterra vittoriana*. Firenze: Sansoni, 1975.
- GRENDI Edoardo. *Il "Daumardismo": una via senza uscita?* *Quaderni Storici*, n. 29/30, a.X (2/3), 1975, pp. 729-737.
- GRENDI Edoardo. *Recensione: N. Zemon Davis, "Society and culture in early modern France"*. *Rivista Storica Italiana*, vol. LXXXVIII (1), marzo, 1976.
- GRENDI Edoardo. *Recensione: Karl Polanyi, La grande trasformazione: le origini economiche e politiche della nostra epoca*, Torino, Einaudi, 1974. *Rivista Storica Italiana*, vol. LXXXVIII (3), sett. 1976.
- GRENDI Edoardo. *A proposito di 'famiglia e comunità': questo fascicolo di Quaderni Storici*. *Quaderni Storici*, n. 33, a. XI(3), 1976, pp. 881-891.
- GRENDI Edoardo. *Microanalisi e storia sociale*, *Quaderni Storici*, n. 35, a. XII(2), 1977, pp. 506-520.
- GRENDI Edoardo. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.
- GRENDI Edoardo. *Forme di mercato: l'analisi storica*. In Aa. Vv. *Il mondo contemporaneo. Vol. VIII. Economia e Storia, Tomo I*. Firenze: La Nuova Italia, 1978, pp. 261-274.
- GRENDI Edoardo. *In Italia, invece, sono tutti minuscoli*. *L'Espresso*, 05/08/1979, pp. 45-49.
- GRENDI Edoardo. *Dal senso comune storiografico*. *Quaderni Storici*, n. 41, a. XIV (2), 1979.
- GRENDI Edoardo. *Introduzione*. In GRIBAUDI, G. *Mediatori. Antropologia del potere democristiano nel Mezzogiorno*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1980.
- GRENDI, Edoardo. *Fonti criminali e storia sociale*. *Quaderni Storici*, 44, a. XV(2), 1980, pp. 580-626.
- GRENDI Edoardo. *Lo storico e la didattica inconsciente (replica a una discussione)*. *Quaderni Storici*, n. 46, a. XVI (1), 1981.
- GRENDI Edoardo. *Sociologia storica o storia sociale*. *Polis*, n. 1, anno I, 1987.
- GRENDI Edoardo. *La repubblica aristocratica dei genovesi*. Bologna: Il Mulino, 1987.
- GRENDI Edoardo. *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993.
- GRENDI Edoardo. *E. P. Thompson e la cultura plebea*. *Quaderni Storici*, n. 85, a. XXIX, 1, 1994.

- GRENDI, Edoardo. *Ripensare la microstoria?* **Quaderni Storici**, n. 86, a. 29(2), 1994, pp. 539-549.
- GRENDI, Edoardo. *Storia di una storia locale. L'esperienza ligure 1792-1992*. Venezia: Marsilio, 1996.
- GRENDI, E. & BIANCO, G. *La tradizione socialista in Inghilterra. Antologia di testi politici 1820-1852*. Torino: Einaudi, 1970.
- GRENDI Edoardo & VILLANI, Pasquale. *Testi commestibili, o meno*. **Quaderni Storici**, n. 33, a. XI (3), 1976, pp. 1195-1206.
- GRIBAUDI, Gabriella. *Mediatori. Antropologia del potere democristiano nel Mezzogiorno*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1980.
- GRIBAUDI, Gabriella. *La metafora della rete. Individuo e contesto sociale*. **Meridiana**, n. 15, 1992, pp. 91-128.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Mito operaio e mondo operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*. Torino: Einaudi, 1987.
- HAWTHORN, Geoffrey. *Gli studi di demografia storica in Inghilterra*. **Quaderni Storici**, n. 17, a. VI (2), 1971, pp. 299-344.
- HOBSBAWM, Eric J. *Per lo studio delle classe subalterne*, **Società**, XVI, 1960, pp. 436-449.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos. Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª. edição, 1978.
- INGELFORM, C. S. *Moscow: le procès des Annales*, **Annales E.S.C.**, 37 (1), 1982, pp. 64-71.
- JONES, Gareth Stedman. *Une autre histoire sociale? (note critique)*. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. a. 53 (2), 1998, pp. 383-392.
- KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians*, New York: St. Martin's Press, 1995 (1984).
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *Women, Family and Ritual in Renaissance Italy*. (foreword by D. Herlihy, trans. By Lydia G. Cochrane), Chicago/London: Chicago University Press, 1985.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 3ª. edição, 1995 (1962).
- KULA, Witold. *Teoria economica del sistema feudale. Proposta di un modello*. Torino: Einaudi, 1970.
- LACAPRA, Dominick. *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Twentieth-Century Historian*, In *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LACAPRA, D. & KAPLAN, S. L. (ed.) *Modern European Intellectual History. Reappraisals & new perspectives*. Ithaca/London, Cornell University Press, 1982.
- LA P., J. *Scienze sociali in Italia*. **Quaderni Storici delle Marche**, n. 6, a. II(3), 1967, pp. 570-572.
- LASLETT, Peter & WALL, Richard (org.). *Household and Family in Past Time*. London: Cambridge University Press, 1972.
- LAY, Adriana; MARUCCO, Dora & PESANTE Maria L. *Classe operaia e scioperi: ipotesi per il periodo*

1880-1923. *Quaderni Storici*, n. 22, a. VIII(1), 1973, pp. 87-147.

LE GOFF, Jacques. *Histoire et ethnologie: l'historien et l'homme quotidien*, In Aa. Vv. *Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines. Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, Vol. II, Paris: 1973.

LE GOFF, Jacques. *Les mentalités: une histoire ambiguë*. In LE GOFF, J. & NORA, P. *Faire l'histoire*, vol 3, Paris: Gallimard, 1974.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Saint Louis*. Paris: Éd. Gallimard, 1996.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Fine del erudito*, *Quaderni Storici delle Marche*, n. 10, a. IV(1), 1969.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico 1294-1324*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (1972).

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Paris-Montpellier P.C.-P.S.U. 1945-1963*. Paris: Gallimard, 1982.

LEIBENSTEIN, Harvey. *Beyond Economic Man. A New Foundation for Microeconomics*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1976.

LEPETIT, Bernard. *Architecture, géographie, histoire: usages de l'échelle*, *Genèses*, 13, automne 1993, pp. 118-138.

LEPETIT, Bernard (dir.) *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995.

Les Annales. *Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?* *Annales ESC*, 43 (2), mars-avril 1988.

Les Annales. *Tentons l'expérience*. *Annales ESC*, 44 (6), nov.-dec. 1989, pp. 1317-1323.

LEVI, Carlo. *Cristo si è fermato a Eboli*. Torino: Einaudi, 1945.

LEVI, Giovanni. *I salari edilizi a Torino dal 1815 al 1874*. In Aa.Vv. *Miscellanea Walter Maturi*, Torino: G. Giappichelli, 1966, pp. 335-406.

LEVI, Giovanni. *Migrazioni e popolazione nella Francia del XVII e XVIII secolo*. *Rivista Storica Italiana*, v. LXXXIII (1), marzo, 1971, pp. 95- 123.

LEVI, Giovanni. *Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà del Settecento*. *Quaderni Storici*, n. 17, a. VI (2), 1971, pp. 510-554.

LEVI, Giovanni. *Famiglie contadine nella Liguria del Settecento*. *Miscellanea Storica Ligure* (V), Genova: Università di Genova, 1973, pp. 207-290.

LEVI, Giovanni. *Sviluppo urbano e flussi migratori nel Piemonte del 1600*. In AA.VV. *Les migrations dans les pays méditerranéens au XVIIIe. et au début du XIXe*. Nice, 1973, pp. 26-52.

LEVI, Giovanni. *Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del '700*. *Quaderni Storici*, n. 33, a. XI(3), 1976, pp. 1095-1121.

LEVI, Giovanni. *Strutture familiari in una comunità piemontese fra Settecento e Ottocento*. In *Storia d'Italia. Annali I. Dal feudalesimo al capitalismo*. Torino: Einaudi, 1978, p. 615-650.

LEVI, Giovanni. *Premessa*. In BELTRAMI, E. et alli. *Relazioni sociali e strategie individuali in*

- ambiente urbano: Torino nel Novecento** (pesquisa coordenada por G. Levi). Cuneo: L'Arciere, 1981 (Storia e cultura locale in Piemonte – studi e ricerche, n. 5).
- LEVI, Giovanni. Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985, pp. 28-69.
- LEVI, Giovanni. **Eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento.** (*Microstorie*, n. 10). Torino: Einaudi, 1985.
- LEVI, Giovanni. *I pericoli del geertismo.* **Quaderni Storici**, n. 58, a. XX (1), 1985, pp. 269-277.
- LEVI, Giovanni. *Retorica e verità.* In STARACE, Giovanni. **Le storie, la storia. Psicoanalisi e mutamento.** Venezia: Marsilio, 1989, pp. ix-xv.
- LEVI, Giovanni. *Il piccolo, il grande e il piccolo* (intervista a Guido Crainz, Gino Massullo e Giacomina Nenci). **Meridiana**, n. 10, 1990.
- LEVI, Giovanni. *Escala de análisis: el ejemplo del consumo,* In Aa. Vv. **Segundas Jornadas Braudelianas. Historia y Ciencias Sociales,** Mexico: Instituto Mora/UAM, 1995, pp. 113-127.
- LEVI, Giovanni. *Usos da biografia.* In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LEVI, Giovanni; SCARAFFIA, Lucetta & PASSERINI, Luisa. *Vita quotidiana in un quartiere operaio di Torino fra le due guerre: l'apporto della storia orale.* **Quaderni Storici**, n. 35, a. XII(2), 1977.
- LEVI, Riccardo. **Ricordi politici di un ingegnere.** Milano: Vangelista, 1981.
- LIGUORI, Guido. *La prima ricezione di Gramsci in Italia (1944-1953),* **Studi Storici**, XXXII (3), 1991, pp. 663-700.
- LORIGA, Sabina. **Soldati: l'istituzione militare nel Piemonte del Settecento.** Venezia: Marsilio, 1992.
- LÜDTKE, Alf. **The History of Everyday Life. Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life.** (trans. William Templer). Princeton (NJ): Princeton University Press, 1995.
- LUZZATI, Michele & GAJANO, Sofia Boesch. *Ebrei in Italia,* **Quaderni Storici**, n. 54, XVIII (3), 1983.
- MACRY, Paolo. *La didattica della storia, il leone e la verde età.* **Quaderni Storici**, n. 43, a. XV (1), 1980, pp. 255-264.
- MACRY, Paolo. *La società contemporanea. Una introduzione storica.* Bologna: Il Mulino, 1995.
- MACRY, Paolo & MASSAFRA, Angelo (a cura di) **Fra storia e storiografia. Scritti in onore di Pasquale Villani,** Bologna: Il Mulino, 1994.
- MARSELLI, G. A. *Strutture sociali in agricoltura e storia del sviluppo economico (un'opinione sul saggio di Slicher Van Bath).* **Quaderni Storici delle Marche**, n. 3, a. I(3), 1966, pp. 381-384.
- MASTROGREGORI, Massimo. **Il genio dello storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese.** Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1987.
- MATTOZZI, I. *Per una nuova storia materia.* **Quaderni Storici**, n. 43, a. XV (1), 1980, pp. 264-278.
- Memoria – rivista di storia delle donne,** Torino: Rosenberg & Sellier, n. 1, marzo 1981.

- MERZARIO, Raul. *Il paese stretto. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como (secoli XVI-XVIII)*. Microstorie 3. Torino: Einaudi, 1982.
- MITCHELL, J. C. (org.) *Social networks in urban situations*. Manchester, 1969.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Sui fondamenti della storia antica*, Torino: Einaudi, 1984.
- MONTELEONE, Renato. *Storia locale, storia generale: il problema dimensionale per l'odierna storiografia*, *Quaderno* (Istituto per la storia della resistenza in provincia di Alessandria), 2, anno I, 1978.
- MONTI, Aldo. *La teoria economica del sistema feudale: modelli euristici e astrazioni determinate nell'analisi dei processi di transizione*. *Quaderni Storici*, n. 26, a. IX(2), 1974, pp. 293-336.
- MONTI, Aldo. *La Storia d'Italia Einaudi, Gramsci e les 'Annales': elementi di riflessione per un rapporto fra storiografia e società civile*. *Quaderni Storici*, n. 32, a. XI (2), 1976, pp. 729-765.
- MORENO, Diego & QUAINI, Massimo. *Per la storia delle 'culture materiali': dall'archeologia alla geografia storica*. *Quaderni Storici*, n. 24, a. VII(3), 1973, pp. 689-690.
- MOUSNIER, Robert. *Problèmes de stratification sociale*. Paris: PUF, 1968.
- MUIR, Edward & RUGGIERO, Guido (org.). *Sex and Gender in historical perspective*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- MUIR, Edward & RUGGIERO, Guido (org.) *Microhistory and the lost peoples of Europe*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- MURARO, Luisa. *Maglia o uncinetto? Metafora e metonimie nella produzione simbolica*. *aut-aut*, n.s. n. 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp. 59-85.
- NENCI, Giacomina. *Tra χρόνος e τέλος*. *Quaderni Storici*, n. 45, a. XV (3), 1980, pp. 1127-1135.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la 'crise' de l'histoire*. Paris: Belin, 1996.
- NORA, Pierre. (org.) *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
- NORTH, Douglass. *Per una nuova storia economica*, *Quaderni Storici delle Marche*, n. 4, a. II (1), 1967.
- ORLANDO, Giuseppe. *Alcune esigenze per la storia dell'agricoltura nel lungo periodo*. *Quaderni Storici delle Marche*, n. 3, a. I (3), 1966, pp. 375-380.
- P.C. *Un convegno sulle fonti per la storia della provincia di Macerata*, *Quaderni Storici delle Marche*, n. 2, a. I (2), 1966, pp. 300-302.
- PASSERINI, Luisa. *Work, Ideology and Consensus under italian fascism*, *History Workshop Journal*, n. 8.
- PASSERON, Jean-Claude. *Le raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Nathan, 1991.
- PINELLI, Antonio. *In margine a 'Indagini su Piero' di Carlo Ginzburg*. *Quaderni Storici*, n. 50, a. XVII (2), 1982, pp. 692-701.
- PITOCCO, Francesco. *Didattica della storia e storiografia*. *Quaderni Storici*, n. 46, a. XVI (1), 1981, 313-337.
- POGATSNIG, Marcella. *Costruzioni nella storia. Sul metodo di Carlo Ginzburg*, *aut-aut*, n. 181, 1981, pp. 27-43.

- POLANYI, Karl. **The Great Transformation. The political and economic origins of our time** (1944). Boston: Beacon Press, 1957.
- POLANYI, Karl. **Dahomey and the Slave Trade**. Washington: Washington University Press, 1968.
- POLANYI, Karl. **Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of K. Polanyi**. New York, 1968.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. & PEARSON, H. W. **Trade and Market in the Early Empires**. New York: Free Press, 1957.
- POMATA, Gianna. *La storia delle donne: una questione di confine*. In Aa. Vv. **Introduzione alla storia contemporanea**. Firenze: La Nuova Italia, 1984.
- POMIAN, K. *L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire*. In: **Annales E.S.C.**, 30 (5), 1975, pp. 935-952.
- PONI, Carlo. **Gli aratri e l'economia agraria nel bolognese dal XVII al XIX secolo**. Bologna: Zanichelli, 1963.
- PONI, Carlo. *Per un archivio popolare: il Museo di San Marino di Bentivoglio*. **Quaderni Storici**, n. 31, a. XI(1), 1976, pp. 310-320.
- PONI, Carlo. **Fossi e cavedagne benedicon le campagne**. Studi di storia rurale. Bologna: Il mulino, 1982.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. (trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira). São Paulo: Cultrix, 1974 (1959).
- POPPER, Karl. **Connections and refutations. The growth of scientific knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.
- QUADERNI STORICI. **Quaderni Storici delle Marche**, n.1, a. I (1), 1966, p. 5.
- QUADERNI STORICI. *La nuova organizzazione redazionale*. **Quaderni Storici**, n. 37, a. XIII (1), 1978, pp. 5-6.
- QUAINI, Massimo. *Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale?*. **Quaderni Storici**, n. 24, a. VIII(3), 1973, pp. 708-709.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**, São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- QUAINI, Massimo & MORENO, Diego. *Per una storia della cultura materiale*. **Quaderni Storici**, n. 31, a. XI(1), 1976, pp. 5-38.
- QUENEAU, Raymond, **I fiori blu**. (trad. Italo Calvino). Torino: Einaudi, 1967 (1965).
- RAGGIO, Osvaldo. **Faide e parentele: lo stato genovese visto della Fontanabuona**. *Microstorie* 18. Torino: Einaudi, 1990.
- RAGONIERI, Ernesto. *Considerazioni sugli studi locali*. **Emilia**, n.s. I, 10, dicembre (1952).
- RAMELLA, Franco. **Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento**. (*Microstorie*, 8). Torino: Einaudi, 1983.
- REDFIELD, R. **The little community**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- RENZI, Paolo. *Degli incontri marginali di un nuovo tipo, ovvero: le 'Annales' e la storiografia italiana*.

- Nuova Rivista Storica, a. LVIII (5-6), sett.-dic. 1979, pp. 634-667.
- REVEL, Jacques. *Maschile/femminile: tra sessualità e ruoli sociali*. Quaderni Storici, n. 59, a. XX (2), 1985, pp. 586-603.
- REVEL, Jacques. *L'histoire au ras du sol*. In LEVI, Giovanni. *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle*. Paris: Gallimard, 1989.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. (trad. de Vanda Venâncio). Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.
- REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998 (1996).
- REVEL, Jacques & HUNT, Lyin. (ed.) *Histories. French Constructions of the Past*. New York: The New Press, 1995.
- REVEL, Jacques & WACHTEL, Nathan (dir.), *Une école pour les sciences sociales: de la VI^e section à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*, (avant-propos de M. AUGÉ), Paris: Éditions du CERF/Éd. EHESS, 1996.
- RICUPERATI, Giuseppe. *Storia locale e storia nazionale: a modo di introduzione*, Quaderno (Istituto per la storia della resistenza in provincia di Alessandria), n. 1, anno I, 1978, pp. 18-26.
- ROMANELLI, Raffaele., *Storia politica e storia sociale dell'Italia contemporanea: problemi aperti*, Quaderni Storici, n. 34, a. XII (1), 1977, pp. 230-248.
- ROMANO, Ruggiero. *Caratterizzazione storica e radici agrarie dello sviluppo economico*, Quaderni Storici delle Marche, n. 8, a. III (2), 1968, pp. 213-225.
- ROSSETTI, Gabriella. In *Le 'Annales' e la storiografia italiana. Note in margine ad alcuni bilanci e rilanci*. Annali dell'Istituto Storico italo-germanico in Trento, 7, 1981, pp. 238-71.
- ROSSI, Pietro (a cura di), *Gramsci e la cultura contemporanea*, vol. I, [Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967], Roma: Editori Riuniti / Istituto Gramsci, 1969.
- ROSSI, Pietro. (a cura di). *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milano: Il Saggiatore, 1987.
- ROVATTI, Pier Aldo. *Dislocazione della contraddizione e sapere dell'individuale*. aut-aut, n.s. n. 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp. 27-40.
- s.a. Quaderni Rossi. *Cronache e appunti dei Quaderni rossi*. Milano: Sapere, 1970.
- s.a. *Famiglia e comunità, famiglia e potere*, Quaderni Storici, n. 29/30, a. X(2/3), 1975, pp. 766-767.
- s.a. *Presentazione*. Società e Storia, n. 1, 1978, pp. 5-7.
- SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine-Atherton, 1972.
- SAMUEL, Raphael (ed.). *History Workshop. A Collectanea 1967-1991*. Oxford: History Workshop, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. *Question de méthode*. In: *Critique de la raison dialectique*, Paris: Gallimard, 1961.
- SAUVY, A. *Poca terra nel 2000*. (trad. it.). Bari: Laterza, 1960.

- SERGI, Giuseppe et alii. *Storia totale fra ricerca e divulgazione: il 'Montaillon' di Le Roy Ladurie*. *Quaderni Storici*, n. 40, a. XIV (1), 1979, pp. 205-227.
- SCHMIDT, Jean-Claude. *Il santo levriero. Guinefort guaritore di bambini*. *Microstorie* 5. Torino: Einaudi, 1982.
- SCHUTTE, Anne Jacobson. *Review Article: Carlo Ginzburg*. *Journal of Modern History*, n. 48 (2), 1976, pp. 296-315.
- SIMONCELLI, Paolo. *Cantimori, Gentile e la Normale di Pisa. Profili e documenti*. Milano: Fanco Angeli, 1994.
- SONNINO, Ernesto. *Sviluppi recente della ricerca di demografia storica in Italia*. *Quaderni Storici*, n. 27, a. IX(3), 1974, pp. 940-951.
- STONE, Lawrence. *Prosopography*. *Daedalus*, n. 100, 1971, pp. 46-79.
- TABACCO, Giovanni. *Il tema della famiglia e del suo funzionamento nella società medievale*. *Quaderni Storici*, n. 33, a. XI(3), 1976, pp. 892-928.
- THOMPSON, Edward Palmer. *The Making of the English Working Class* (1963), New York: Vintage Books, 1966.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*. (Microstorie, 2). Introduzione di Edoardo Grendi. Torino: Einaudi, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *E.P. Thompson. As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (organização de Antonio. L. NEGRO e Sérgio SILVA). Campinas: IFCH/UNICAMP (textos didáticos, n. 10, vol. 2), 3ª edição, 1998.
- TILLY, Charles. *Anthropology, History and the 'Annales'*. *Review*, 1, 1978, pp. 207-213.
- TIMPANARO, S. *Il lapsus freudiano. Psicoanalisi e critica testuale*. Firenze: La Nuova Italia, 1974.
- TOLSTOI, Leon. *Guerra e Paz*, (trad. Lucinda Martins). Rio de Janeiro: Lux, 1960.
- TONIOLO, Gianni & SYLLA, Richard. *La "New Economic History": metodi, obiettivi, limiti*. *Quaderni Storici delle Marche*, n. 11, a. IV (2), 1969, pp. 229-264.
- TORRE, Angelo. *Il consumo di devozioni: religione e comunità nelle campagne dell'ancien régime*. Venezia: Marsilio, 1995.
- TORRE, Angelo. *Percorsi della pratica 1966-1995*, *Quaderni Storici*, n. 90, a. XXX (3), 1995, pp. 798-829.
- TRANFAGLIA, Nicola (a cura di). *L'itinerario di Leone Ginzburg*, (Com prefácio de Norberto Bobbio). Torino: Bollati Boringhieri, 1996.
- TRIULZI, Alessandro. *A Museum of Peasant Life in Emilia*, *History Workshop Journal*, n. 1.
- TURI, Gabriele. *I caratteri originali della Storia d'Italia*. *Studi Storici*, a. XIV (2), 1973, pp. 267-291.
- TURI, Gabriele. *Casa Einaudi: libri uomini idee oltre il Fascismo*. Bologna: Il Mulino, 1990.
- URBINATI, Nadia. *Another Socialism*, In Rosselli, Carlo, *Liberal Socialism*, (trans. William McCuaig), Princeton: Princeton University Press, 1994.

- VAN BATH, B. H. Slicher. *Problemi di storia dell'agricoltura in Europa nell'età preindustriale*, **Quaderni Storici delle Marche**, 3, I(3), 1966, pp. 331-374.
- VEGETTI, Mario. *Potenza de l'astrazione e sapere dei sogetti*. **aut-aut**, n.s. n. 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp.5-18.
- VATTIMO, Gianni. *L'ombra del neo-razionalismo. Note a "Crisi della ragione"*. **aut-aut**, n.s. n. 175-176, gennaio-aprile, 1980, pp. 19-26.
- VENTURI, Franco. *Lumi di Venezia*. **La Stampa**, Turin, 27/01/1990.
- VERUCCI, Guido. *Fra storia regionale e storia nazionale: recenti studi sulle Marche*. **Quaderni Storici delle Marche**, n. 7, 3 (1), 1968, (pp. 19-26).
- VILLANI, Pasquale. *Storia economica e histoire événementielle: alcune considerazioni*, **Quaderni Storici**, n. 13, a. V(1), 1970, pp. 9-19.
- VILLANI, Pasquale. *Un convegno sulla storia della città*. **Quaderni Storici**, n. 27, a. IX(3), 1974, pp. 657-659.
- VILLANI, Pasquale. *Problemi e prospettive di ricerca: la storia sociale dell'Italia contemporanea*, **Quaderni Storici**, n. 34, a. XII(1), 1977, pp. 215-229.
- VILLANI, Pasquale. *Senso comune e senso della storia*. **Quaderni Storici**, n. 42, a. XIV (3), 1979, pp. 1144-1151.
- VILLARI, Rosario. (a cura di) *Il Sud nella storia d'Italia*. Roma/Bari: Laterza, 1984.
- VINEIS, Paolo. *Modelli di rischio. Epidemiologia e casualità*. (Microstorie 19). Torino: Einaudi, 1990.
- VIOLANTE, Cinzio (a cura di), *La storia locale. Temi, fonti i metodi della ricerca*, Bologna: il Mulino, 1982.
- VIVANTI, Corrado. *Politica e riflessione storiografica: Delio Cantimori*. **Studi Storici**, 1991 (3).
- VIVARELLI, Roberto. *Ancora a proposito de storia contemporanea: qualche confronto e alcune impressioni*. **Quaderni Storici**, n. 22, a. VIII (1), 1973, pp. 5-20.
- VON NEUMANN, John & MORGENSTERN, Oskar. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1944.
- WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992 (1973).
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994 (1978).
- WRIGLEY, A. *Demografia e storia*. (trad. it.). Milano: Il Saggiatore, 1969.
- WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- WOOLF, J. S. *Risorgimento e fascismo: il senso della continuità nella storiografia italiana*. **Belfagor**, XX, 1965.
- WRIGLEY, A. *Demografia e storia*. Milano: il Saggiatore, 1969.
- ZAMBELLI, Paola. *"Uno, due, tre mille Menocchio"?*, **Archivio Storico Italiano**, n. 499, a. CXXXVII, 1979, pp. 51-90.

B. Referências eletrônicas*:

* Páginas na Internet:

Kilborn, J. (6/04/1999). Documenting Internet Sources: APA Bibliographic Citations. *LEO: Literacy Education Online* [online]. Disponível em <http://leo.stcloudstate.edu/research/onlineapa.html> (acessado em 30/08/1999).

Revel, J. (n.d.). Histoire social et modèles culturels. *Histoire et civilisations de l'Europe: programmes* [online]. Disponível em http://www.ehess.fr/programme/Hist_Hist-Europe_98-99.html (acessado em 30/08/1999).

Testo redatto a cura della Segreteria della Scuola Normale Superiore di Pisa. (n.d.) *Scuola Normale*, [online]. Disponível em <http://www.sns.it/html/Opuscolo.html> (acessado em 03/03/1999).

(n.a.). (n.d.). *Consolidated List of Council Committees, 1924-1996*, [online]. Disponível em <http://www.ssrc.org/conslist.htm>, (acessado em 21/08/1997).

(n.a.). (n.d.). *Istituto Internazionale di Storia Economica "Francesco Datini"*. Disponível em <http://www.comune.prato.it/datini/>, (acessado em 30/08/1999).

* Correio eletrônico:

GRENDI, Edoardo (através de Diego Moreno - envhist@linux.lettere.unige.it), "*Domande su microstoria*"; comunicação eletrônica pessoal para Henrique E. R. Lima Filho (espada@prodau-sc.com.br), 25/12/1998.

LEVI, Giovanni (levi@unive.it), "*Resp. a Espada*"; comunicação eletrônica pessoal para Henrique E. R. Lima Filho (espada@prodau-sc.com.br), 12/11/1998.

MACRY, Paolo (pmacry@ds.cised.unina.it), "*Quaderni Storici*"; comunicação eletrônica pessoal para Henrique E. R. Lima Filho (henrique@marajo.secom.ufpa.br), 14/12/1995.

* A forma das referências foi escolhida a partir das sugestões publicadas no guia de citações para fontes eletrônicas APA Bibliographic Citations da *LEO: Literacy Education Online*. Disponível em <http://leo.stcloudstate.edu/research/onlineapa.html>

C. Elenco de livros publicados na Coleção *Microstorie*:

- GINZBURG, Carlo. Ginzburg, **Indagine su Piero : il Battesimo, il ciclo di Arezzo, la Flagellazione di Urbino**. Torino : G. Einaudi, 1981.
- THOMPSON, Edward P. **Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento**. Prefazione di Edoardo Grendi. *Microstorie* 2. Torino: Einaudi, 1981.
- MERZARIO, Raul. **Il paese stretto. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como (secoli XVI-XVIII)**. *Microstorie* 3. Torino: Einaudi, 1982.
- MARCENARO, Pietro; FOA, Vittorio. **Riprendere tempo. Un dialogo con postilla**. *Microstorie* 4. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1982.
- SCHMIDT, Jean-Claude. **Il santo levriero. Guinefort guaritore di bambini**. *Microstorie* 5. Torino: Einaudi, 1982.
- FOSCARI, Antonio & TAFURI, Manfredo. **L'armonia e i conflitti. La chiesa di San Francesco della Vigna nella Venezia del'500**. *Microstorie* 6. Torino: Einaudi, 1983.
- REDONDI, Pietro. **Galileo eretico**. *Microstorie* 7. Torino: Einaudi, 1983.
- RAMELA, Franco. **Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento**. *Microstorie* 8. Torino: Einaudi, 1984.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Il Ritorno de Martin Guerre: un caso di doppia identità nella Francia del Cinquecento**. trad. italiana Sandro Lombardini. Con una postfazione di Carlo Ginzburg. *Microstorie* 9. Einaudi: Torino, 1984.
- LEVI, Giovanni. **L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento**. *Microstorie* 10. Torino: Einaudi, 1985.
- PORTELLI, Alessandro. **Biografia di una città. Storia e racconto: Terni 1830-1985**. *Microstorie* 11. Torino: Einaudi, 1986.
- BOYER, Paul & NISSENBAUM, Stephen. **La città indemoniata. Salem e le origini sociali di una caccia alle streghe**. [introduzione di Carlo Ginzburg]. *Microstorie* 12. Torino: Einaudi, 1986.
- BLOK, Anton. **La mafia di un villaggio siciliano, 1860-1960. Imprenditori, contadini, violenti**. *Microstorie* 13. Torino: Einaudi, 1986.
- BATESON, Gregory. **Naven. Un rituale di travestimento in Nuova Guinea**. *Microstorie* 14. Torino: Einaudi, 1987.
- GUARNIERI, Patrizia. **L'ammazzabambini. Legge e scienza in un processo toscano di fine Ottocento**. *Microstorie* 15. Torino: Einaudi, 1987.
- ZAPPERI, Roberto. **Annibale Carracci. Ritrato di artista da giovane**. *Microstorie* 16. Torino: Einaudi, 1988.
- CABIBBO, Sara & MODICA, Marilena. **La santa dei Tomasi. Storia di Suor Maria Crocifissa (1645-1699)**. *Microstorie* 17. Torino: Einaudi, 1987.

- (1645-1699). *Microstorie* 17. Torino: Einaudi, 1987.
- RAGGIO, Osvaldo. **Faide e parentele: lo stato genovese visto della Fontanabuona.** *Microstorie* 18. Torino: Einaudi, 1990.
- VINEIS, Paolo. **Modelli di rischio. Epidemiologia e causalità.** *Microstorie* 19. Torino: Einaudi, 1990.
- BOUREAU, Alain. **La Papessa Giovanna.** *Microstorie* 20. Torino: Einaudi, 1991.
- BERTOLOTTI, Maurizio. **Carnevale di massa, 1950.** *Microstorie* 21. Torino: Einaudi, 1991.
- CERUTTI, Simona. **Mestieri e privilegi: nascita delle corporazioni a Torino, secoli-XVII-XVIII.** Torino: Einaudi, 1992. (Paperbacks: *Microstorie*).
- GRENDI, Edoardo. **Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime.** Torino: Einaudi, 1993. (Paperbacks: *Microstorie*).